

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Isso não vai mudar o preço do feijão”: as
disputas em torno da carestia em Porto
Alegre (1945 a 1964)

Fernando Cauduro Pureza

Orientadora: Silvia Regina Ferraz Petersen

Porto Alegre, março de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES SOCIAIS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

“Isso não vai mudar o preço do feijão”: as
disputas em torno da carestia em Porto
Alegre (1945 a 1964)

Fernando Cauduro Pureza
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen

Tese de doutorado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
Março de 2016

CIP - Catalogação na Publicação

Pureza, Fernando Cauduro
"Isso não vai mudar o preço do feijão": as disputas
em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964) /
Fernando Cauduro Pureza. -- 2016.
352 f.

Orientadora: Silvia Regina Ferraz Petersen.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Movimento operário. 2. Carestia. 3. Economia
moral dos trabalhadores. I. Petersen, Silvia Regina
Ferraz, orient. II. Título.

Para a Ana
In memoriam

A quem me deu as primeiras letras
O arroz com feijão
E o amor de mãe.

AGRADECIMENTOS

Quando defendi minha dissertação de Mestrado, cheguei a afirmar, nos agradecimentos, que era uma meia-verdade a máxima de que o trabalho do historiador era um trabalho solitário. Hoje, passados alguns anos desde a escrita daquele trabalho, creio ser possível descartar completamente essa máxima. Essa pesquisa e a escrita da tese só foram possíveis graças à colaboração de uma série de pessoas e instituições e é importante que elas recebam o devido crédito. Houve pouca solidão neste trabalho – e me sinto aliviado ao dizer isso.

Inicialmente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lugar onde realizei minha formação nos últimos quatorze anos. Entre graduações, mestrado e agora doutorado, a universidade foi uma verdadeira “mãe”, provendo a estrutura necessária para cumprir todas essas etapas. Contudo, cabe notar que estes últimos quatorze anos foram também um período de expansão do Ensino Superior. Uma expansão que não resolveu muitos de seus problemas estruturais e que acarretou outros, é bem verdade. Mas, graças a ela, pude acompanhar algumas importantes mudanças, como a política de ações afirmativas na UFRGS e a expansão do Exame Nacional de Ensino Médio. Há que se considerar também um contexto de sobrecarga de trabalho, novas estruturações curriculares, tensionamentos que expõem ainda as contradições da expansão. Passo por elas receoso das políticas futuras no referente às universidades públicas, mas cioso de que tenho muito mais a agradecer do que lamentar no que diz respeito ao Ensino Superior brasileiro.

É importante agradecer também aos arquivos, acervos e museus que visitei durante todo o período. Às equipes e aos servidores da Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, do Museu Hipólito da Costa, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, do Museu Dom Diogo de Souza, do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS, do Acervo Histórico da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e sua Biblioteca, toda minha gratidão por terem me auxiliado na busca por arquivos e documentos essenciais para a pesquisa. Estendo esse agradecimento também para os acervos digitais, que embora eu não tenha tido contato com seus organizadores, foram extremamente valiosos para a tese. E creio ser importante agradecer também a militantes *open source* que divulgam artigos, livros e documentos questionando as leis de direitos autorais a partir de uma militância baseada no *copy left* e no fim da privatização dos saberes.

Agradeço também às professoras e aos professores da UFRGS que me acompanharam nesta trajetória. Todos foram importantíssimos para a minha caminhada, alguns mais, outros menos, mas todos tiveram seu quinhão. Aos professores Benito Schmidt, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Enrique Serra Padrós, agradeço o carinho que sempre me ofereceram, assim como suas contribuições para minha formação. Agradeço também às professoras Beatriz Loner, Marluza Harres e ao professor Mathias Luce pela leitura e pelas importantes contribuições feitas em meu exame de qualificação da tese. É importante também agradecer a professora Maria Graciete Besse, da Universidade Paris IV, por ter me proporcionado a possibilidade de ser pesquisador temporário da universidade e ter acesso a alguns de seus incríveis acervos e de suas bibliotecas espetaculares. Agradeço também ao professor Paul Boulland por me mostrar o incrível trabalho de pesquisa do *Centre d'Histoire sociale du XXe siècle* e por ter sido tão aberto ao diálogo acadêmico, permitindo que eu conhecesse de perto sua pesquisa durante o breve período que estive em Paris. Por fim, registro também meu especial agradecimento à minha orientadora, professora Silvia Regina Ferraz Petersen, por me acompanhar em toda esta trajetória. Seu carinho e seu rigor teórico sempre foram inspiradores e, desde 2002, quando a conheci numa das primeiras disciplinas do curso de História, nutro uma inabalável admiração por ela. Sinto uma pontada de tristeza ao saber que essa jornada termina agora.

A parte de agradecimentos não estaria completa, todavia, se não tivesse um espaço especial também para os amigos. Gabriel Focking, Thaís Tanccini, Cássia Silveira, Tiago Ribeiro, Bárbara Lovato, Gabriel Berute, Fabiana Mancilha, Marcus Vinícius da Rosa, Rodrigo Weimer, Graciela Garcia, Alessandra 'Sana' Gasparotto, Solano Silveira, Jonas Camargo, João Segundo, todos e todas, sem exceção, fizeram parte desta jornada. Alguns talvez não saibam o quão importante foram nesse processo e espero ter ainda muitas oportunidades para afirmar isso pessoalmente. Guinter Leipnitz, Nauber da Silva e Rodrigo Bonaldo foram amigos valiosos desde os tempos de graduação e além. Hoje, cada um de nós segue um caminho, mas mantemos a amizade e as lembranças de tempos que certamente eram mais fáceis, mais magros e com mais cabelo. São aqueles amigos cuja relação de irmandade segue até hoje e quero que saibam que nunca serão esquecidos. Os amigos Muriel Rodrigues ("madrinha") e Pablo Fernandes nunca me faltaram quando precisei, oferecendo cerveja, churrasco e afeto sempre que a tese e as complicações da vida de adulto extenuavam a minha cabeça.

Aos colegas do GT Mundos do Trabalho – Rio Grande do Sul, um especial agradecimento por sempre terem sido abertos ao debate e em especial pela organização das VIII Jornadas do GT, um momento que considero particularmente fundamental na historiografia do trabalho no estado, tendo em vista a “ponte” estabelecida com os colegas do GT de Emancipação e Pós-Abolição. Cheguei a ficar afastado do GT por conta de compromissos profissionais que me distanciaram de alguns debates, mas tive a sorte de poder retornar a ele e participar de um evento que foi extremamente marcante para mim, assim como para vários participantes. Destaco em especial um agradecimento aos coordenadores do GT, Nauber da Silva e Melina Perusatto pelo empenho, mas não poderia deixar de citar também membros como Micaela Scherer, Clarice Speranza, Alisson Droppa, Tamires Xavier, entre outros, que ajudaram a tocar o evento e o GT nos últimos anos.

Aos meus pais, Sergio Pureza e Elizabeth Cauduro, meus agradecimentos por toda a força e apoio, por todo afeto, toda estrutura (material e imaterial) que conseguiram erguer. Sempre acreditaram em mim e ainda hoje sigo me esforçando para conseguir ser digno da admiração que sempre tiveram por esse filho. Agradeço também ao cunhado, Matheus Welter, e aos sogros Júlio Welter e Mareci Vargas pela convivência e companheirismo nesse período de escrita e correria de arquivos, fontes e livros. E não poderia deixar de agradecer também à Ana, a minha “segunda mãe”, que nos deixou no início desse ano. Faltam palavras para poder explicar todo meu sentimento em relação a ela e os conflitos que envolvem questões de classe, gênero e raça nesse amor que mantínhamos. Eu só espero que um dia eu tenha leitura e leveza o suficiente para lidar com essa perda.

Cheguei a afirmar em alguns contextos mais informais que para os agradecimentos serem totalmente completos eles deveriam conter um parágrafo de “anti-agradecimentos”, ou seja, um momento para que se destacassem todos os impedimentos que surgiram ao longo dessa trajetória e os seus responsáveis. Mas além de não ser uma atitude prudente, seria deselegante com os leitores utilizar este espaço para divulgar pessoas que fazem péssimo uso da máquina pública para favorecimentos pessoais ou profissionais que utilizam da competição como instrumento para dividir a categoria de professores. Este é um espaço para dar crédito a quem merece toda a minha estima e que contribuiu positivamente com o desenrolar da tese. Parece uma perda de tempo – e até mesmo de papel e tinta – gastá-los com pessoas cujo papel na educação é simplesmente estimular o patrimonialismo mais baixo e a competição mais amoral e antiética. Ainda

assim, creio ser importante deixar registrado que não faltaram pessoas que criaram obstáculos nesse processo – e geralmente pelas razões mais torpes.

Diante disso, opto por gastar a tinta e o papel com quem realmente merece. E este trabalho não estaria completo sem que eu pudesse agradecer a todos alunos e alunas que passaram pelas minhas mãos nos últimos anos. Escrevi boa parte desta tese alternando com a experiência de professor da Educação Básica. Não posso negar que foi bastante desafiador, mas ao mesmo tempo importante para minha trajetória. Nunca abandonei nem a pesquisa e nem a sala de aula e a complementaridade de ambos me tornou um profissional mais cioso dos papéis que professores e pesquisadores precisam exercer para uma importante transformação na educação. Boa parte de minha trajetória ocorreu num momento de expansão do ensino (público e privado) e pude acompanhar importantes debates sobre a educação brasileira atuando como professor, aluno e pesquisador. Aos alunos e alunas que me fizeram aprender tanto, só posso lhes oferecer a minha gratidão e torcer para que eles sejam militantes por uma pátria educadora que vá além do slogan vazio e sem sentido.

Por fim, um agradecimento para a Juliane Welter, a Ju, minha companheira em toda essa trajetória. Faltam palavras neste momento (o que diante de mais de 300 páginas chega a ser irônico), mas é porque não tem tinta e papel suficiente para agradecer nesse caso. Fica o amor e todas suas manifestações. Ela sabe que este trabalho sem ela teria sido mais chato, mais cansativo, mais difícil e mais solitário. Agora é outra fase e outra luta. Obrigado por tudo, “pomada”.

Catar Feijão

*Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.*

*Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviante, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.
(João Cabral de Melo Neto)*

RESUMO

A presente tese pretende analisar uma importante dimensão da vida da classe trabalhadora em Porto Alegre: a pobreza e a escassez. A carestia, foco principal deste trabalho, é entendida não apenas como resultado econômico e aritmético, mas sim um fenômeno que altera relações políticas e sociais. Por sua natureza, ela altera também as formas às quais as classes sociais se organizam e lutam umas com as outras, estando no âmago de tensões da época. Em termos de recorte espacial e temporal, a cidade de Porto Alegre, durante o período democrático de 1945 a 1964, emerge como laboratório de análise para testar hipóteses e colocar à prova a ideia de que a carestia e a escassez de gêneros não eram somente processos econômicos, mas sim interrupções em práticas e relações que eram estabelecidas como norma. O que se pretende demonstrar aqui é que em diferentes instâncias, tais como o estudo estatístico, a política representativa e a jurisprudência da época, a chamada “economia popular” mostrou-se um campo de batalha entre trabalhadores, patrões e o Estado.

Palavras-chave: Carestia – Porto Alegre – Trabalhadores

ABSTRACT

The following thesis intends to analyze an important dimension of the living of the working class in Porto Alegre: the poverty and the scarcity. Famine, the main focus on this work, is understood not only as an economic and arithmetical result, but yet as a phenomenon which changes political and social relations. For its nature, it also changes the forms by which social classes organize and struggle against each other, therefore becoming a central part in the tensions of this period. In terms of spatial and temporal frame, the city of Porto Alegre, during the democratic period of 1945 to 1964, rises up as a laboratory to analyze and test hypothesis, trying to prove the idea that famine and scarcity are not only economic process, but also interruptions in practices and relations that established themselves as norm. What I intend to show here is that in different instances, like the statistical studies, the representative politics and the jurisprudence of that time, the so-called “popular economy” showed herself as a battlefield between workers, patrons and State.

Keywords: Famine – Porto Alegre – workers

RESUMEN

La presente tesis desea analizar una importante dimensión de la vida de la clase trabajadora en Porto Alegre: la pobreza y la escasez. La hambruna, foco principal de este trabajo, es entendida no sólo como resultado económico y aritmético, pero si como un fenómeno que cambia relaciones políticas y sociales. Por su naturaleza, ella cambia también las formas que las clases sociales se organizan y luchan unas con las otras, siendo el centro de las tensiones en este tiempo. En términos de marco de espacio y tiempo, la ciudad de Porto Alegre, durante el período democrático de 1945 a 1964, emerge como laboratorio de análisis para testar hipótesis e colocar por a prueba la idea de que la hambruna y la escasez de géneros no eran solo procesos económicos, pero si interrupciones en prácticas y relaciones establecidas como norma. Lo que se pretende demostrar aquí es que en diferentes instancias, tales como el estudio estadístico, la política representativa y la jurisprudencia de la época, la llamada “economía popular” resultó ser un campo de batalla entre trabajadores, patrones y Estado.

Palabras-clave: Hambruna – Porto Alegre – trabajadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – “Isso não vai melhorar a vida da gente”: estatísticas e padrões de consumo dos operários porto-alegrenses	50
1.1 – Um olhar demográfico, econômico e eleitoral sobre Porto Alegre	50
1.2 – As pesquisas de “custo de vida” em Porto Alegre.....	64
1.3 – As pesquisas de “padrão de vida operário” em Porto Alegre.....	89
CAPÍTULO 2 – Partidos, sindicatos e patronato em torno da carestia	120
2.1 – Sem “questiúnculas políticas” – comunistas, trabalhistas e sindicatos na luta contra a alta dos preços (1947-1951).....	124
2.2 – Contra a carestia, o povo vai às ruas – estratégias patronais e pressões populares na luta contra a carestia (1952-1955)	150
2.3 – Congelar ou liberar o preço do feijão – as disputas sobre a economia doméstica e a economia nacional (1956-1959).....	172
2.4 – “A explosão do barril de pólvora”: a tensão social e a luta política (1960-1963)	193
CAPÍTULO 3 – Os crimes contra a “economia popular”	223
3.1 – Um balanço histórico sobre as leis de “economia popular” no Brasil.....	227
3.2 – Açougueiros e policiais: as disputas da carne	257
3.3 – “Água me deu, água levou”: a água no leite.....	290
3.4 – Especuladores, atravessadores e açambarcadores	311
3.5 Os impasses da “economia popular”	324
CONSIDERAÇÕES FINAIS	330
REFERÊNCIAS	339

INTRODUÇÃO

*“Então, parei (parei)
E até pensei (pensei)
Tem quem goste
Assim do jeito que tá*

*Farinha e cachaça é fermento pra massa
Quem não tá no bolo disfarça a desgraça
Sonho é um doce difícil de conquistar
Seu padeiro quer uma casa pra morar”
(Criolo – “Fermento pra massa”)*

É sempre difícil saber por onde começar, já que o leitor espera algo já nas primeiras linhas. E para dar início a esta tese, utilizar o título como gancho é uma saída disponível, partindo do pressuposto que ele tenha deixado o leitor curioso. “Isso não vai mudar o preço do feijão” era uma frase que escutei em alguns momentos de militância estudantil. Ao questionarem a pertinência de uma investigação acadêmica, alguns companheiros de lutas lançavam a temível indagação: “mas isso vai mudar o preço do feijão?”. É claro que a pergunta era reducionista, mas ela deixava alguns historiadores novatos (como eu) numa verdadeira “saia justa”. Era preciso muito estudo e segurança para poder afirmar com convicção que o trabalho acadêmico, por si só, não iria mudar o preço do feijão. Hoje, quando já se passaram 14 anos de um caminho trilhado dentro do campo da História, posso apresentar uma tese que se propõe a discutir justamente o impacto do preço de alimentos e a carestia, podendo afirmar com convicção para os meus leitores: este trabalho não vai mudar o preço do feijão. E espero que o título garanta que nenhum leitor ou leitora crie expectativas contrárias sobre ele.

Se esta tese não vai mudar o preço do feijão, nem por isso ela deverá ser descartada. Ela é o resultado de uma análise sobre a carestia, ou, para permanecer na metáfora, um olhar sobre os efeitos causados pelo preço do feijão. Mais do que isso, é um olhar com preciso recorte espacial (a cidade de Porto Alegre), temporal (de 1945 a 1964, durante a experiência democrática entre as ditaduras do Estado-Novo e Militar) e de classe (no caso, a classe trabalhadora porto-alegrense). A carestia não será tratada enquanto abstração, mas sim enquanto um efeito concreto nas condições de vida de centenas de milhares de trabalhadores. Portanto, ao invés de buscar as causas – o que aumenta o preço do feijão –, o enfoque deste trabalho será justamente os efeitos nas

relações sociais do período diante dos aumentos de custo de vida e da escassez de alimentos.

Compreender tais efeitos, contudo, significa ter que adentrar num terreno pantanoso. Afirmar que os pobres, entendidos aqui como trabalhadores assalariados (mas não exclusivamente), tinham fome é bastante redundante num país como o Brasil, onde a desigualdade social foi um problema desde as suas origens. Mais do que isso, acaba criando uma dimensão reducionista para a análise, como se todas as ações políticas relacionadas à escassez fossem mera consequência instintiva da fome. Nesse quadro, as ações dos governantes e empresários – ou seja, daqueles que não sentiriam diretamente os efeitos da carestia – seria assim mais “racional”, capaz de trilhar planos e projetos.¹

O que pretendo demonstrar nesta tese, por sua vez, é como a carestia – geralmente relacionada à fome – poderia ter implicações muito mais dinâmicas nas tensões e lutas sociais do que a mera pressão instintiva. Na verdade, a complexidade de temas como a escassez de gêneros, seu aumento de preços e a formação de cartéis e monopólios privados no campo do abastecimento indicam que não podemos compreendê-los somente a partir de lógicas utilitaristas, sejam elas focadas nas classes mais ricas, sejam elas focadas nas classes mais pobres. O economista Amartya Sen, ao analisar a correlação entre democracias e fomes coletivas, destaca que “os governos democráticos precisam vencer eleições e enfrentar a crítica pública” e, por conta disso, são obrigados a encontrar saídas rápidas para o problema da fome.² Posições de caráter mais doutrinário que porventura defendessem soluções de longo prazo, nesse contexto, poderiam custar caro eleitoralmente.

Criava-se assim um delicado equilíbrio, no qual a carestia poderia ser entendida como um fenômeno que necessitava de respostas em curto prazo. Essas, por sua vez, não garantiam ser permanentes e exigiam, portanto, também respostas de longo prazo – que poderiam colocar em xeque algumas medidas paliativas. Em última instância, as tensões da democracia brasileira tocavam precisamente nas saídas políticas que deveriam ser dadas à carestia. Por conta disso, creio ser possível afirmar que a alta de preços, a escassez de gêneros e os problemas no abastecimento não podem ser tratados somente enquanto consequência de políticas econômicas ou comportamentos culturais. A carestia precisa

¹ Um argumento semelhante pode ser traçado a partir da crítica de E.P. Thompson ao trabalho de W. W. Rostow sobre os “motins” nos mercados ingleses do século XVIII. Ver: THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. IN: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005. p. 151-152.

² SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010. p. 30-31.

ser substanciada em sua multiplicidade de sentidos durante um determinado período e num determinado espaço, de tal forma que ela possa ser vista como um problema político a ser resolvido pelos agentes sociais. Esses agentes, por sua vez, não se encontram apartados, mas sim distribuídos em diferentes classes, gêneros, etnias. Em outras palavras, os múltiplos sentidos da carestia são produzidos por múltiplos sujeitos que estão envolvidos numa determinada conjuntura. É precisamente nesses cruzamentos cheios de heterogeneidade que me proponho a investigar o problema da carestia.

Cabe ressaltar, contudo, que a dinâmica heterogênea social torna bastante difícil a sua análise. Tenho certeza que certos elementos ficaram de lado na presente tese – o leitor, por exemplo, não encontrará aspectos específicos sobre a escassez de gêneros atingindo determinadas etnias, um assunto que exige ainda maior análise, mas que não foi possível operacionalizar neste trabalho. Tratam-se de recortes e escolhas que o autor muitas vezes tem de fazer, a duras penas, para cumprir prazos e dar conta de uma análise que não lhe fuja dos seus objetivos.

Em linhas gerais, posso afirmar que o propósito deste trabalho é demonstrar como a carestia possuía muitos sentidos que se relacionavam ao meio específico onde se dá essa análise. Ao invés de ser tratada como um efeito, geralmente qualificado como “escassez de víveres” ou “encarecimento do custo de vida”, a carestia pode ser analisada a partir dos sentidos que eram atribuídos por sujeitos envolvidos em tensões sociais. Eles acreditavam que a carestia era um problema que exigia soluções – embora dificilmente houvesse consenso sobre como resolvê-la. Algumas dessas propostas ganharão maior destaque neste trabalho, mas creio que o principal mérito aqui é alargar o campo de estudo das experiências constituintes da classe trabalhadora, percebendo novos elementos que determinam as formas pelas quais os trabalhadores se compreendem enquanto classe social.³

Explicando escolhas e criando perspectivas

Ao construir a carestia enquanto um problema de pesquisa, contudo, me deparei com algumas questões. A primeira seria a da escolha de Porto Alegre como recorte específico para a pesquisa. Embora a carestia seja um fenômeno generalizado em centros urbanos brasileiros do período, Porto Alegre se destaca por expandir-se enquanto capital

³ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: Vol. 1 – A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 10.

do Rio Grande do Sul, concentrando boa parte da indústria gaúcha do período.⁴ No primeiro capítulo da tese pretendo aprofundar de forma mais detalhada como a capital gaúcha pode ser considerada uma espécie de “laboratório” para a análise específica do problema da carestia, detalhando principalmente como ela fora construída enquanto um problema estatístico e demográfico.

A escolha por restringir o foco a uma cidade apenas – e não a todo um Estado, região ou país – também permite que se analise o funcionamento específico dos mercados locais.⁵ Nauber Gavski da Silva aponta que é importante observar que a territorialização era uma regra comum a implementação do salário mínimo entre 1940 a 1960 e, portanto, pode-se afirmar que as condições pelas quais esses salários eram concebidos e disputados entre patrões e empregados eram elas também territorializadas.⁶ No contexto específico da carestia, a demanda por produtos e a organização de feiras, açougues e demais mercados, creio ser possível afirmar que a territorialização também seria regra. Embora as flutuações da economia nacional e internacional afetassem a distribuição de produtos, a carestia é um fenômeno cuja tensão social se mede pelo consumo – ou, no caso, pela deficiência dele. Esse consumo, medido especificamente pelo seu caráter local, dialoga com práticas e costumes que demonstram como os mercados, em última instância, podem ser compreendidos como “arena de lutas”.⁷

O recorte temporal, por sua vez, também merece maiores atenções. A escolha pelo período democrático de 1945 a 1964 foi embalada pela preocupação trazida por Amartya Sen, referenciado anteriormente. Ao afirmar que “nenhuma fome jamais tenha ocorrido, em toda a história do mundo, em uma democracia efetiva”, o economista indiano levanta um problema para os historiadores.⁸ No caso específico deste trabalho, pretendo discutir o período de instauração da democracia brasileira pós-Estado Novo indo até os primeiros dias da Ditadura Militar. Tomando a máxima de Sen, poderia se afirmar que a democracia

⁴ ACCURSO, Cláudio F. *Estudo macroeconômico de uma região: Estado do Rio Grande do Sul – 1939-1955*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 2005. p. 175-178.

⁵ Procurei distinguir na tese o uso do termo “mercados”, procurando corporificá-los com produtos e/ou locais específicos e o termo “Mercado”, encarado como substantivo abstrato dotado de imaterialidade, mas de imperativos. Ellen Meiksins Wood destaca que esses imperativos implicam em considerar o “Mercado” como uma entidade coercitiva e que nunca está plenamente satisfeita. Assim, alternarei o uso dos dois termos para designar diferentes elementos que muitas vezes são reduzidos a um mesmo substantivo. Para mais, ver: WOOD, Ellen Meiksins. *From opportunity to imperative: the history of the market*. IN: *Monthly Review*. Vol. 46, nº 3. Nova York. Monthly Press. Julho-agosto de 1994.

⁶ SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa: Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2014.

⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *From opportunity...op. cit.* p. 37.

⁸ SEN, Amartya. *op. cit.* p. 31.

brasileira não estava sendo efetiva, pois a carestia seria uma constante durante o período analisado. Por outro lado, poderia se afirmar também que a correlação entre fome e democracia precisa de maiores matizes. Em parte, seria preciso investigar como ocorre a fome e seus efeitos – indo além da ideia da carestia somente como escassez e alta de preços. Por outro lado, seria preciso também qualificar com mais rigor o regime democrático, pressupondo que a capacidade de intervenção pública não significa necessariamente controles mais eficazes para intervir diante de uma conjuntura de carestia.

Além disso, cabe ressaltar que o período de 1945 a 1964 na historiografia recente vem sendo cada vez mais investigado, colocando assim difíceis questões especialmente para a História do Trabalho. As discussões sobre “populismo” e a validade do conceito para a historiografia geraram diferentes correntes que passaram a debater o período à luz de novos estudos. O termo “populismo” inicialmente foi compreendido, dentro das Ciências Humanas, como um conceito-chave para interpretar atos de “manipulação da consciência de classe”⁹ que convergiam numa forma de dominação política especificamente latino-americana baseada no carisma e na propaganda.¹⁰ Tais interpretações eram oriundas da década de 1960, quando as Ciências Humanas procuraram respostas para compreender a Ditadura Militar e buscaram fazê-lo por meio de um conceito que demonstraria a heteronomia dos trabalhadores, que estariam sendo “manipulados” por autoridades políticas. Somente na década de 1980, com a obra *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes, é que uma nova possibilidade de análise passou a enfraquecer o conceito de “populismo”, propondo que a fórmula simplista de “manipulação” fosse substituída pelo que a autora chamou de “pacto trabalhista”. Esse pacto, por sua vez, estaria vinculado ao projeto político do Estado Novo, mas ao invés de ser algo completamente alheio à classe trabalhadora, ele procurava ressignificar as lutas históricas do movimento operário, demonstrando estar voltado para os interesses históricos dos trabalhadores do Brasil.¹¹ Por conta dessa relação de construção e de apropriação dos discursos do movimento operário, o trabalhismo teria se

⁹ WEFFORT, Francisco. *Estado e massas no Brasil*. IN: Revista Civilização Brasileira, nº7, editora Civilização Brasileira, maio de 1966.

¹⁰ IANNI, Octávio. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 25-28.

¹¹ GOMES, Ângela de Castro. “*A invenção do trabalhismo*”. Rio de Janeiro: Ed. Vértice e IUPERJ, 1988. p. 23-24.

tornado inteligível a eles, podendo reinterpretá-lo e ressignificá-lo conforme suas experiências.¹²

O caráter negocial das relações entre classe trabalhadora e Estado passou a fazer parte da historiografia do período.¹³ Em alguns casos, ela voltou-se especificamente para termos de difícil apreensão como a “cultura política popular” e “imaginário trabalhista”, ambos propostos pelo historiador Jorge Ferreira. Não convém aqui retomar todo o debate que Ferreira empreendeu contra o conceito de populismo, descartando-o completamente em suas análises, como fica evidente no artigo *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*.¹⁴ Mas cabe ressaltar, porém, que a historiografia recente vem questionando o caráter do chamado “pacto trabalhista” formulado por Ângela de Castro Gomes, procurando analisar duas dimensões: como os trabalhadores se relacionavam com o Estado (e suas diferentes instâncias, principalmente no Executivo e no Judiciário) e como eles se relacionavam com o patronato. Assim, nos dizeres de Marcelo Badaró Mattos, a noção de “pacto trabalhista” poderia ser mantida, desde que ficasse evidente o caráter de assimetria entre os atores, ou seja, o Estado e a classe trabalhadora.¹⁵ Compreendidos por sua desigualdade e pela sua assimetria no que diz respeito ao poder que exerciam, os processos de negociação passam a ser entendidos a partir de tensões específicas – e no que proponho para este trabalho, a carestia é precisamente uma dessas tensões recorrentes no período.

Todavia, a historiografia do período ajuda também a construir duas ressalvas importantes para a análise da carestia. A primeira, é que nem sempre as tensões sociais entre Estado e trabalhadores (sem esquecer da presença do patronato¹⁶) se davam de

¹² *Idem*. p. 31.

¹³ Na presente tese, procuro utilizar uma definição específica de Estado enquanto “relação social”, concebida a partir de uma leitura de Antônio Gramsci feita por Sônia Mendonça. Segundo a autora, compreender o Estado a partir dessa chave de leitura exige dos historiadores uma dupla perspectiva investigativa: em parte, ela necessita pensa-lo enquanto formas pelas quais as frações de classe se consolidam e se organizam; por outro lado, é preciso também considerar as formas pelas quais órgãos públicos e agências contemplam projetos e atores sociais oriundos da Sociedade Civil. Para uma explicação mais detalhada dessa concepção, ver: MENDONÇA, Sônia Regina. *A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico*. IN: SILVA, Carla Luciana da. CALIL, Gilberto Grassi. KOLING, Paulo José (org.) *Estado e Poder: questões teóricas e estudos históricos*. Cascavel: Ed. Unioeste, 2011. p. 13-34.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. IN: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. p. 129-154. Uma importante síntese dos debates existentes sobre a historiografia do período e a discussão sobre populismo pode ser visto em: DEMIER, Felipe Abranches. *Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo*. IN: Revista Mundos do Trabalho. Vol. 4, N. 8. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 204-229.

¹⁵ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. p. 28-29.

¹⁶ A presença do patronato, de fato, nem sempre ganha o mesmo destaque nas discussões sobre ‘populismo’. Convém, contudo, destacar dois trabalhos que problematizam essa questão. O primeiro é o livro *Nós do*

forma aberta. De acordo com Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, o próprio caráter da negociação política que envolvia diferentes agentes é um complicador metodológico para os trabalhos que se proponham a analisar o período, tendo em vista que é preciso muitas vezes esclarecer sobre quem o historiador está falando ao lidar com essas três categorias¹⁷. Estado, patrões e trabalhadores podem ser tomados como elementos apartados, que se encontram em determinado lugar e começam a lutar, parafraseando E.P. Thompson. À medida que o antigo conceito de ‘populismo’ via essa questão somente pelo fator da “manipulação”, o maior desafio que surge agora para os historiadores que analisem o período é precisamente delimitar os atores envolvidos e as relações a que estão circunscritos. O “pacto trabalhista” ainda é um referencial de análise importante, mas no que diz respeito a carestia ele precisa ser redimensionado.

Embora seja ingênuo afirmar que a escassez de gêneros e o aumento de preços estavam diretamente relacionados à política institucional, creio que é possível perceber que a transformação da segunda interferia nos sentidos que eram atribuídos a primeira. Analisando especificamente a situação de Porto Alegre e sua industrialização acelerada no século XX, as condições de vida dos trabalhadores passaram por transformações quanto ao seu poder de compra, sentindo assim os efeitos da carestia em diferentes conjunturas. Durante a Primeira República, a situação emergencial dos operários era reconhecida por diversas instituições, mas o patronato porto-alegrense não parecia estar preocupado com tais condições, limitado ainda a uma compreensão imediatista do problema – ou seja, a ideia de que os problemas eram transitórios e teriam soluções práticas com o aumento da produção e com a redução do consumo de certos gêneros.¹⁸ É somente na década de 1930 que essa situação ganhou um outro contorno a partir de dois processos concomitantes: o fortalecimento da perspectiva do Estado enquanto “árbitro” dos problemas sociais – reconhecidos através de um discurso de inclinação paternalista –

Quarto Distrito, de Alexandre Fortes, discute especificamente o empresariado teuto-brasileiro em Porto Alegre, relacionando questões étnicas e práticas paternalistas. O segundo é a obra de Barbara Weinstein, *A (Re)Formação da classe trabalhadora*, que elucida principalmente os mecanismos pelos quais o patronato brasileiro procurou construir “pactos trabalhistas” com o operariado por meio de serviços de assistência social vinculados a entidades de classe empresariais. Ver: FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. Ver também: WEINSTEIN, Barbara. *A (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

¹⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. IN: FERREIRA, Jorge (org.). *op. cit.* p. 225.

¹⁸ SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2009. p. 129 a 131.

e a ascensão social de empresários que procuravam garantir instrumentos de “proteção” aos seus operários para disciplinar (e até mesmo pacificar) as relações de trabalho.

Um observador mais atento, contudo, pode perceber os limites desse contexto aparentemente otimista. Os anos referentes ao período varguista na política brasileira ampliaram direitos sociais ao mesmo tempo em que geravam uma exclusão política significativa. A cidadania se desenvolvia de forma atípica, estando ela ligada a uma condição específica (a posição de trabalhador assalariado), mas sem participação direta nas instâncias do poder público.¹⁹ Mesmo quando se tornava possível a representação de classe no meio sindical, as interferências do Estado limitavam ainda mais o acesso a qualquer iniciativa que visasse democratizar os debates sobre as condições de vida da classe trabalhadora – o que, obviamente, não impediu os trabalhadores de se organizarem em torno dessas demandas.²⁰

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, porém, alavancara uma nova tendência quanto às formas pelas quais a classe trabalhadora passava a trazer os problemas referentes às suas condições de vida. O inusitado papel de protagonismo que o Estado Novo conferia aos trabalhadores ganhou ainda mais força diante dos chamados para uma “Batalha da Produção” em meio a uma “Economia de Guerra”. É fato que esse pedido pela criação de um Exército de “Soldados Operários” tinha alcance limitado: apesar do apelo de Vargas, nem todos os operários sentiam-se parte do esforço de guerra. Mas à medida que o tema do conflito mundial mexia com imagens e ideias acerca do papel do trabalhador brasileiro, que as campanhas de nacionalização cultural eram difundidas e que o empresariado e o Estado faziam coro para a necessidade de aumento de produção, os trabalhadores encontraram um caminho possível de tensão e negociação que até então parecia fechado durante o período ditatorial varguista.²¹ Em alguns casos, suas demandas se tornaram tão organizadas que a própria ditadura do Estado Novo teve de usar de mecanismos disciplinares tipicamente militares para conter os trabalhadores.²²

¹⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre o caráter atípico do processo de formação da cidadania no Brasil das décadas de 1930 e 1940, ver: GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 33 a 45.

²⁰ Ver: KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2006. p. 158-164.

²¹ PUREZA, Fernando Cauduro. *Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2009.

²² Cabe ressaltar que tais punições se tornaram comuns após a instauração do Decreto 11.087 de dezembro de 1942, após o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial. No contexto do Rio Grande do Sul, mais especificamente das punições sobre os mineiros da região carbonífera do Estado e as punições militares,

Em 1943, 1944 e 1945, uma série de agitações pontuais foram ganhando força conforme a guerra seguia seu curso na Europa e o governo brasileiro tinha de lidar com demandas pelo cumprimento das novas leis trabalhistas. Em 1945, diante da abertura política do regime, começaram a surgir greves maciças de categorias inteiras, mobilizadas com uma base até então pouco atuante. Articulados em torno de demandas salariais (os rendimentos estavam “congelados” desde 1942, possivelmente por conta da política de “esforço de guerra”), milhares de trabalhadores sentiam que o final iminente do conflito era o momento indicado para cobrarem a contrapartida de um esforço que tanto Estado quanto empresariado exigiram deles durante todo o período da guerra. A mobilização dos “soldados operários” era encarada por eles como uma doação a pátria, que por sua vez lhes trouxera somente fome e déficit familiar (como eram vistos os casos nos quais as despesas eram maiores do que os orçamentos das famílias).

De fato, a conjuntura da guerra tornou esse orçamento cada vez mais diminuto. Alguns levantamentos estaduais indicavam déficits familiares que devoravam mais da metade da renda da classe trabalhadora.²³ O aumento na produtividade industrial não baixara os preços e, sentindo-se desamparada, essa classe trabalhadora via muito pouco esforço político para sanar seus problemas. Ao mesmo tempo, iniciativas estatais como a criação de cooperativas de alimentos nas indústrias e restaurantes comunitários eram ainda escassas e de eficiência duvidável. Em outras palavras, para os trabalhadores porto-alegrenses a situação de carestia que não parecia ter solução imediata. É possível deduzir que o fim da guerra trazia expectativas de que o problema fosse solucionado. Além disso, a ditadura do Estado Novo ia perdendo força, abrindo-se lentamente para uma transição democrática no ano de 1945. Em última instância, apesar da carestia ter sido um problema constante durante a primeira metade do século XX em Porto Alegre, havia alguns motivos para acreditar que com o final da guerra e o final da ditadura varguista, a carestia seria resolvida.

ver o trabalho de SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: Ed. Oikos, 2014. p. 126-127.

²³ Já em 1943, divulgando uma pesquisa preliminar sobre o padrão de vida dos trabalhadores do estado, o Departamento Estadual de Estatística afirmava que a receita mensal média de uma família chegava à Cr\$ 4.675,00, enquanto suas despesas atingiam a marca de Cr\$ 7.012,00, revelando um déficit de 56,40% nas rendas familiares, sendo que esse mesmo índice poderia aumentar para 126% em casos mais extremos. A pesquisa foi posteriormente divulgada na Revista Orientação Econômica e Financeira de 1944, que discutia os índices de uma pesquisa do DEE-RS de outubro de 1943, onde apresentava respostas de 83 funcionários públicos, 165 operários em Porto Alegre e mais 360 no interior do Estado, somando ao todo 608 fichas cadastrais preenchidas. Ver: “Salário e custo de vida”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. n. 22, ano II, março de 1944. p. 1-2.

É difícil precisar quanto tempo durou essa expectativa e se ela estava consolidada sobre uma base social realmente confiante de que as mudanças políticas poderiam resolver o problema da escassez de gêneros e da alta de preços. Para os legisladores sociais do período anterior e para boa parte do patronato, conter a carestia exigia também lidar com o crescimento político das organizações operárias, com suas greves mais e mais articuladas e com um Partido Comunista do Brasil (PCB) que saía da clandestinidade e apostava num discurso de “Frente Nacional contra o Fascismo” para construir uma unidade com forças progressistas ligadas ao getulismo. Frustradas as condições para uma tomada de poder do PCB, o partido seguia sendo uma força considerável a assustar os agrupamentos mais conservadores no contexto da transição do Estado Novo para a democracia.

No âmbito sindical, a interferência política do Estado Novo conseguiu neutralizar algumas lideranças mais combativas, mas não teve como controlar uma base social cada vez mais prejudicada pela austeridade decorrente da guerra. Os sindicatos passaram a ser utilizados como forma de fugir da penúria, com trabalhadores valendo-se de seus serviços para poder escapar da miséria. O impulso de sindicalização pode não ter sido quantitativamente significativo, como indicou Luiz Werneck Vianna em seu livro *Liberalismo e sindicato no Brasil*, mas certamente aproximou novas lideranças e reabilitou antigos articuladores do movimento operário.²⁴ A dubiedade pela qual os sindicatos eram vistos (ora como espaço institucional do Estado, ora como instituição legítima dos trabalhadores) abria um novo campo de tensões entre os operários e lideranças, mas principalmente entre os operários e os patrões.

O empresariado porto-alegrense, por sua vez, também parece ter enfrentado uma transformação nos últimos anos da guerra. O seu chamado por uma produção industrial ainda maior dentro do contexto da “economia de guerra” não precisava ser descartado com o final do conflito. As necessidades de modernização do parque industrial brasileiro e de processos mais racionais na produção passaram a ser encampados por parte significativa dessa burguesia industrial que agora articulava-se em torno de Federações de Indústrias.²⁵ Essa nova articulação permitia a criação de programas mais integrados entre governo e indústria, concebendo uma simetria entre seus interesses no que dizia

²⁴ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1989. p. 221.

²⁵ Para uma análise do papel das federações de indústrias durante o período de 1945 a 1964, ver WEINSTEIN, Barbara. *A (Re)formação da classe...op. cit.*. Capítulo 4.

respeito ao desenvolvimento industrial brasileiro e que sem dúvidas podia favorecer também o empresariado porto-alegrense.

No próprio âmbito do Estado se pode salientar transformações importantes. A estabilidade política que o Estado Novo conseguiu construir esteve relacionada à criação e implementação dos Tribunais Regionais do Trabalho. A regulamentação da legislação trabalhista e a fundamentação jurídica de um órgão fiscalizador de seu cumprimento acabou abrindo um novo campo de disputa nas relações entre Capital e Trabalho. Embora nem sempre essa disputa fosse equânime, ela ampliava o campo de possibilidades para a interpretação da legislação trabalhista, possibilitando inclusive que novas tensões emergissem entre os empregados e seus patrões. Condições não apenas de trabalho, mas também aquelas ligadas à penúria doméstica dos trabalhadores passaram a ser alvo de debates entre advogados e magistrados. Ao “não serem cumpridas”, as leis eram alvo de disputas entre uma classe trabalhadora cada vez mais combativa e um patronato que buscava maior acesso a instâncias legais do poder político.

É nesse contexto específico de transformações que se pode afirmar que muitos dos aumentos salariais conquistados pelos trabalhadores vieram acompanhados de movimentos de altas de preços. O custo de vida em muitas capitais seguiu crescendo mesmo depois da guerra, contrariando ideias comuns do período que creditavam ao clima beligerante o problema do custo – reproduzindo a máxima de Mussolini de que aqueles eram tempos de canhões, e não de manteiga. A inflação que disparara durante a guerra mesmo com o fim do conflito parecia continuar cada vez maior.²⁶ Porém, a nova ordem democrática anunciava abria uma possibilidade que até então era distante: a de que o movimento operário pudesse se articular com plena liberdade. Embora se saiba que essa possibilidade não se concretiza plenamente, não se pode deixar de pensar que de 1945 a 1964 a autonomia das organizações operárias e sua legitimidade política passaram a ser pauta integral de sindicatos e partidos políticos, como procurei demonstrar no capítulo 2 da tese.

Em última instância, a carestia apresentava-se como um desafio para a nova ordem democrática. Não era, contudo, um desafio abstrato, pois seus efeitos seriam bastante reais e concretos para milhares de trabalhadores e trabalhadoras – e não somente em Porto

²⁶ No período de 1940 a 1949, Dercio Garcia Munhoz vê uma explosão inflacionária de 215,6% no aumento de preços. De 1934 a 1939, na mesma avaliação, o aumento havia sido de somente 23%. Para mais detalhes, ver: MUNHOZ, Dercio Garcia. *Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos 30*. IN: *Revista de Economia contemporânea*. Revista do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol. 1. Nº 1. Rio de Janeiro: Jan-Jul de 1997. p. 60-62.

Alegre, mas em praticamente todas as capitais brasileiras. Na anunciada transição política que se avizinhava, as “densas determinações domésticas passaram a invadir o espaço público”.²⁷

A carestia enquanto conceito – aproximações teóricas

Na implementação do capitalismo moderno e da economia de mercado, a carestia foi um fator determinante para a consolidação do trabalho enquanto mercadoria. Karl Polanyi, ao analisar as origens da lógica de mercado na economia clássica, destaca a importância de Joseph Townsend, filósofo naturalista do final do século XVIII que afirmara que “só a fome pode incentivar e incitar (os pobres) ao trabalho”.²⁸ Menos importante que a doutrina smithiana, mas bastante influente no século XIX, o apanágio que Townsend legou à economia clássica teria sido justamente sobre a importância da fome e da escassez como maneiras eficientes de lançar homens e mulheres livres ao mercado de trabalho.²⁹ E em certo sentido, pode-se entender que a escassez de alimentos, a alta de preços, o aumento no custo de vida, tudo isso criava as condições para aquilo que denomino como “carestia”. Ela pode ser compreendida como a combinação desses fenômenos que, em última instância, violam a segurança alimentar das camadas mais pobres de uma sociedade. Porém, ao associá-la ao capitalismo contemporâneo, é inevitável concebê-la como movimento estratégico do capital para coagir homens e mulheres livres às regras específicas do mercado de trabalho assalariado.

Uma interessante explicação para a relevância da carestia está presente no termo “sociedade de mercado”, utilizado por Ellen Wood ao afirmar como produtores de valor viram-se obrigados a acessar os mercados para garantir-lhes a vida, o trabalho e a reprodução de suas forças. Constrangidos por essa determinação, trabalhadores se veem obrigados a recorrer constantemente aos mercados. E para isso, era fundamental que eles tivessem sempre de recorrer à venda da sua força de trabalho.³⁰ Em última instância, a

²⁷ THOMPSON, E. P. *Folclore, Antropologia e História Social*. IN: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 235.

²⁸ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000. p. 137-157.

²⁹ Uma interessante avaliação sobre a importância da fome na constituição de mercados específicos para mão-de-obra na expansão capitalista da segunda metade do século XIX pode ser vista em DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

³⁰ WOOD, Ellen Meiksins. *From opportunity to imperative...op. cit.* p. 25.

carestia seria o mecanismo mais primordial na construção da mão de obra assalariada nas origens do capitalismo.

Na própria *Formação da Classe Trabalhadora*, Edward Thompson encontra elementos que permitem compreender como a carestia havia sido determinante nas experiências dos trabalhadores. Diante dos debates acadêmicos sobre a Revolução Industrial que dividiram-se, ao longo do século XX, entre ‘pessimistas’ (os socialistas fabianos que demonstravam como a Revolução Industrial havia piorado as condições de vida dos operários) e os ‘otimistas’ (liberais que passaram a questionar os dados anteriores, procurando demonstrar que muitos índices econômicos e sociais melhoraram após a Revolução Industrial), Thompson procura analisar o tema a partir de um interessante questionamento sobre as perguntas que motivavam tais interpretações. Os debates envolviam uma troca de acusações sobre o uso seletivo de dados para comprovar seus argumentos, mas o que o marxista britânico procurou demonstrar é que o termo que orientava esse debate já era suficientemente problemático: “padrão de vida” (*living standard*). No século XIX, o uso desse conceito era feito como medida quantitativa e estatística voltada para o consumo da classe trabalhadora, embora não exclusivamente (já que índices biométricos passaram a ser utilizados, junto com outros de natalidade e mortalidade). Eram sem dúvida materiais estatísticos interessantes, mas colocadas em série indicavam uma melhora de todos os “padrões” para a classe trabalhadora, o que endossava os argumentos ‘otimistas’.

Thompson procurou contrapor-se a noção de “padrão de vida” com um outro conceito: o de “modo de vida”. Ao invés de utilizar-se somente das análises quantitativas, que indicavam melhoria dentro de um determinado “padrão”, a proposta thompsoniana procurava compreender as visões que os próprios trabalhadores produziam sobre as mudanças que ocorriam na sua vida diante da industrialização. As análises estatísticas podiam demonstrar que o consumo de uma série de produtos teria aumentado no período, o que poderia significar um aumento na renda segundo algumas interpretações ‘otimistas’. Todavia, uma análise qualitativa focada nos testemunhos produzidos pelos próprios operários poderia demonstrar que esse aumento do consumo não implicaria diretamente numa melhora da qualidade de vida. Nas palavras de Thompson, “o povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo”.³¹ Trocar produtos tradicionais da dieta (como o pão de trigo) por outros (como a batata)

³¹ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: volume 2, A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988. p. 37.

não deixava os trabalhadores felizes – pelo contrário, pois sentiam que estavam perdendo aquilo que tinham direito (ainda que fosse um direito frágil baseado no costume).

Isso não quer dizer que a renda e os padrões de consumo não sejam objetos interessantes para estudo e análise. No primeiro capítulo da tese pretendo demonstrar precisamente como a carestia foi construída enquanto um objeto de estudo disciplinar por estatísticos, economistas e cientistas sociais em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Enquanto objeto de estudo, a escassez e o custo de vida passaram a ser transformados em dados quantitativos que são bastante reveladores não apenas sobre o “padrão de vida” que se instituiu sobre os trabalhadores, mas também sobre um sentido específico da carestia que a associaria à renda e consumo quase que exclusivamente. É bem verdade que ela não era um elemento formador de mão de obra, mas seguia sendo uma constante na experiência da classe trabalhadora em várias partes não apenas do Brasil, mas do mundo capitalista no pós-guerra. E Porto Alegre, por mais distante que fosse dos centros econômicos, não era exceção.

Com o capitalismo mantendo-se vivo e dinamizando-se após 1945, a carestia poderia ser compreendida como resquício da transformação do “trabalho” em mercadoria, nos dizeres de Polanyi.³² Numa sociedade periférica, a industrialização teria seus limites e tornava-se fundamental sanar o problema, pois a fome já não era mais um mecanismo confiável, em que se pese todo o caráter utilitarista que ela poderia ter para o capital. De certa forma, essa persistência da carestia pode ser compreendida, a partir dos olhares dos trabalhadores, como um elemento formador daquilo que o historiador Mike Savage chamou de “insegurança estrutural”. Trata-se de um conceito criado para designar uma característica específica da classe trabalhadora diante das intemperes da economia de mercado, uma espécie de limitação que ela teria para estabelecer projetos de média ou longa duração.³³ Segundo o autor, tal insegurança seria uma variante estrutural no capitalismo, que afetaria tanto empresários quanto trabalhadores, pois ambos não teriam posições solidificadas diante das flutuações do mercado. Enquanto os empresários, donos dos meios de produção, poderiam recorrer a exploração da força de trabalho para evitar as incertezas inerentes à economia de mercado, a experiência operária seria radicalmente distinta. Essa insegurança se revela para eles de tal forma que os operários acabam sendo impelidos a procurarem estratégias para lidar com a “aguda incerteza da vida diária”.

³² POLANYI, Karl. *A grande transformação...* op. cit. p. 89-90.

³³ SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. IN: BATALHA, Cláudio H. M.. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 33.

A ideia que Savage apresentara era oriunda de seu trabalho conjunto com o historiador Andrew Miles sobre a classe trabalhadora inglesa e a variedade de experiências políticas construídas por eles entre o período de 1840 a 1940. Segundo os autores, no seio das estratégias políticas estaria a “insegurança estrutural”, afetando famílias inteiras de operários. Dependentes dos salários que recebiam dos patrões, com receio de demissões diante de um número cada vez maior de desempregados e preocupados com a flutuação dos preços nos mercados de alimentos, os trabalhadores teriam como eixo de suas ações políticas a tentativa de reduzir a sua condição de insegurança buscando “circum-navegar” as regras do mercado.³⁴ Embora o termo pareça demasiadamente amplo e pouco objetivo, é possível compreender que o sujeito que sofre tais pressões tende a buscar soluções que fogem da lógica do mercado para conseguir reduzir sua insegurança.

Um ponto interessante para elaborar essa ideia de “circum-navegação” enquanto estratégia diante da lógica de mercado pode encontrar eco nas formulações de Michel de Certeau em sua obra, *A invenção do cotidiano*. Amparado pela noção de “estratégia”, o historiador francês compreende que ela estaria diretamente relacionada à noção de “tática”, criando assim um duplo movimento. Todavia, enquanto a primeira seria conceitualizada como forma de estabelecer um controle sobre as relações através de uma “exterioridade distinta”, a “tática”, por sua vez, seria “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível”. O autor conclui, por sua vez, que “a tática só tem por lugar o do outro”, ou seja, ela é fugidia, mas não assume para si um *locus* específico de ação, tornando-se assim individual e fragmentária.³⁵

Da formulação de Certeau e da formulação de Savage, algumas arestas se levantam e precisam ser aparadas. Primeiramente, é importante ressaltar que a ideia de “tática” em *A invenção do cotidiano* aparece muitas vezes como ação de resistência em contrapartida a uma “estratégia” – que por sua vez, seria dotada de exterioridade, como se fosse uma lógica produzida cuja natureza é impor-se sobre uma série de práticas. Partindo dessa concepção e analisando uma classe trabalhadora vitimada pela carestia, a ideia de Savage e Miles na qual o operariado “circum-navega” os mercados implicaria,

³⁴ SAVAGE, Mike. MILLS, Andrew. *The remaking of the British Working Class (1840 – 1940)*. London: Ed. Routledge, 1994. p. 20.

³⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: volume 1, As artes de fazer. Petrópolis. Ed. Vozes, 1994. p. 46-47.

nos dizeres de Certeau, afirmar que essa ação seria uma “tática”, ou seja, fragmentária e individual. Por sua vez, a lógica de mercado teria um caráter economicista, pautado pela economia de mercado, condizente com a noção de “estratégia” – ou seja, alheia às práticas e experiências da classe trabalhadora. Essa primazia da “tática” pode até mesmo fazer sentido em alguns contextos, como pretendo demonstrar ao longo da tese. Porém, se a “tática só tem por lugar o do outro”, isso não significaria que qualquer ação de resistência que adquirisse um caráter organizado e disciplinar, que visasse construir uma alternativa política, perderia esse caráter e se tornaria uma “estratégia”? Se os trabalhadores passam a se organizar a partir de suas experiências e elaborar, portanto, “estratégias”, estariam eles desconstruindo sua capacidade de resistência expressa nas “táticas”? A “tática”, como compreendida pelo historiador francês, é um conjunto de práticas quase que rarefeitas e difíceis de serem rastreadas, impossibilitando que se pense nelas com um caráter de progressão, de uma ação espontânea, individual e criativa para uma ação política disciplinar – como, por exemplo, a organização de uma greve. O que pretendo demonstrar, contudo, é que esses atos de “circum-navegação” sobre o mercado exigiam articulações entre “táticas” e “estratégias”. E o fato dessas articulações não serem evidentes acabavam gerando tensões entre diversos agentes sociais.

Essas articulações entre “táticas” e “estratégias” implicam, em certo sentido, retomar a forma pelas quais as pessoas usavam, nos dizeres de Thompson, do “costume, da cultura e da razão”.³⁶ A carestia mostrava-se como limite da economia de mercado, evidenciando as dificuldades em se articular uma saída urgente. De certa forma, pode-se afirmar que as “táticas” implicavam em construir saídas que não batessem de frente com a lógica de mercado, usando assim de espaços em que ela não tivesse alcance para articular alguma resistência. Porém, a carestia exigia respostas imediatas e isso pressionava políticos, comerciantes, patrões e sindicatos. Por sua vez, organizar-se em torno dessas demandas exigia avançar de uma postura de resistência individual para formas de resistência coletiva.

Em certo sentido, é possível afirmar que todos os agentes sociais eram capazes de produzir “estratégias” para enfrentar a carestia. E é importante também matizar a ideia de “estratégia” nos termos de Certeau, pois o conceito em si possui outras implicações na historiografia. Para Giovanni Levi, por exemplo, a “estratégia” remete a práticas locais adotadas por grupos diante de relações de dominação, de forma que a partir daí os agentes

³⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005. p. 206.

acabam criando resistências contra poderes externos a sua comunidade.³⁷ Levi, como se sabe, utiliza a noção de “estratégia” para explicar as transformações nas comunidades italianas na transição para o capitalismo agrário no século XVIII, associando assim práticas tradicionais com as mudanças no mercado de terras do norte da Itália. Logo, utilizar do conceito de “estratégias” nesses termos, dentro de sociedades industriais, envolve uma adaptação focada principalmente para analisar comunidades mais “fechadas” ou tradicionais. No caso de uma Porto Alegre cuja expansão urbana e industrial do século XX mostrava-se cada vez mais aguda, talvez a noção de “estratégia” dependa ainda da sua correlação com o conceito de “tática” tal como proposto por Certeau.³⁸

O que a concepção de Levi pode ajudar, contudo, é na ideia de que os agentes são capazes de elaborar uma racionalidade própria para lidarem com pressões estruturais. Entendendo a condição de “insegurança estrutural” do proletariado nos termos de Mike Savage e Andrew Miles, é possível compreender que tais pressões exigiam ações e planejamentos no âmbito de uma “economia doméstica”.³⁹ Para conseguir lidar com uma dinâmica que ora exigia ações imediatistas e ora exigia um pensamento em longo prazo, os agentes sociais se desdobravam sobre o tema da carestia por diferentes ângulos, buscando sentidos e respostas que fossem mais condizentes com suas visões de mundo. Mas que tipo de ações e que tipo de planos os trabalhadores poderiam produzir diante de uma condição de escassez e alta de preços?

³⁷ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000. p. 44-45.

³⁸ Contudo, é válido salientar que existem recortes analíticos que privilegiam comunidades industriais como coletividades “fechadas” ou tradicionais em outros países. O exemplo mais referenciado sobre esse tema é o trabalho etnográfico de Norbert Elias sobre uma comunidade operária do sul da Inglaterra em que as relações são pautadas por uma noção de pertencimento à comunidade através da tradição. Para mais, ver: ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2000.

³⁹ Utilizo o termo “economia doméstica” aqui para explicar os orçamentos de operários e operárias, mas estou ciente de que o conceito, nas Ciências Humanas, possui caráter polissêmico. Geralmente ele remete a ideia de “modo de produção doméstico”, pensado principalmente para se referir à economia camponesa e utilizado de forma mais densa por autores como Alexander Chayanov e Marshall Sahlins. Para Chayanov, o termo é utilizado para explicar as comunidades camponesas russas do início do século XX, enquanto para Sahlins, ele é utilizado como forma de explicar as chamadas “sociedades primitivas” do período neolítico. Em ambos os casos se percebe que o eixo explicativo atribuído à “economia doméstica” é a da organização da produção, da distribuição e do consumo de bens dentro de uma unidade familiar estipulada previamente conforme a divisão do trabalho aplicada nas unidades domésticas analisadas. Porém, segundo o antropólogo Klaas Woortmann, o que unifica as perspectivas de Sahlins e Chayanov é de que em ambas a economia doméstica apresenta-se como produtora de “valores de uso”, o que certamente não pode ser utilizado da mesma forma para comunidades operárias. Ver: CHAYANOV, Alexander. *The theory of peasant economy*. Illinois: Ed. Homewood, 1966. p. 6-8. Ver também: SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 111. Ver também: WOORTMANN, Klaas. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. IN: Revista Habitus, vol. 2, nº 1, 2004. p. 128.

Richard Hoggart, na obra *As utilizações da cultura*, apresentou um estudo etnográfico sobre a classe trabalhadora inglesa no qual, entre outros aspectos, destacava a dificuldade dos trabalhadores em realizar qualquer planejamento de longo prazo no âmbito de sua economia doméstica. Ainda que seja um estudo que muitas vezes esbarra em certos “preconceitos”, a caracterização do consumo dos operários é interessante, pois destaca principalmente a tendência ao que o autor chama de “consumo imediato”. Em outras palavras, segundo Hoggart, tão logo os operários recebiam seus salários, eles gastavam-no em pedaços mais nobres de carne. Assim, no final de semana, as mesas eram fartas e cheias de alimentos valorizados e nutritivos. Já no restante dos dias, até o final de semana, as famílias comiam os piores cortes, mais duros ou menos nutritivos – isso quando seus pequenos salários ainda lhes permitiam comprar alguma carne.⁴⁰

Embora a pesquisa de Hoggart cruze, em certo sentido, com o mesmo marco temporal utilizado nesta tese, é preciso ter cautela para não transpor diretamente suas observações sobre a Inglaterra para o Brasil, mais especificamente para a cidade de Porto Alegre. No contexto brasileiro em que aumentos constantes no custo de vida e conjunturas inflacionárias severas atingiam os rendimentos dos operários, práticas exclusivamente imediatistas seriam um grave limitador da renda dos trabalhadores. Supondo que o consumo desregrado fosse uma “tática” diante de uma “estratégia” que previa total racionalização (ou até mesmo racionamento) dos recursos, parece evidente que isso geraria agravantes em situações de desemprego ou precariedade no trabalho. Sem a garantia de que a renda se manteria estável, consumir apressadamente poderia colocar a família inteira em risco. Tudo isso indica que a compreensão imediatista da renda poderia acabar absorvendo todo orçamento de trabalhadores que não tivessem parte de seus rendimentos guardados, o que pode implicar que eles buscavam construir em suas “táticas” algumas salvaguardas para tempos difíceis.

Todavia, essas medidas dificilmente seriam monetárias caso a renda não fosse suficiente para “guardar”. Além disso, a aquisição de mercadorias específicas e a distinção que isso poderia acarretar também pode ser um fator interessante para analisar o consumo dos trabalhadores. Porém, supondo que a análise de Hoggart possa ser confirmada e transposta para a realidade brasileira, isso não explica por si só os gastos que os trabalhadores tinham, assim como também não explica as formas pelas quais sentiam (e davam sentido) a escassez. Mais do que isso, pode-se afirmar que se

⁴⁰ HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura 1: aspectos da vida da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1973. p. 177-178.

trabalhadores e trabalhadoras fossem “imediatistas” em seu consumo, isso significa que suas “táticas” dentro do mercado seriam mais irregulares e menos sistemáticas, colocando-os numa condição em que seriam incapazes de construir “estratégias” para enfrentar a carestia. Era preciso alguns planejamentos básicos para sobreviver, como as sociedades de auxílio mútuo (ou associações mutualistas) do início do século XX, que podem ser concebidas como “estratégias” que visavam proteger os operários brasileiros de penúrias imprevistas em seus orçamentos.⁴¹

Porém, analisando a carestia tendo a ideia de “insegurança estrutural” como foco, é possível perceber que para milhares de trabalhadores porto-alegrenses um aumento pontual de preços poderia acarretar em todo um replanejamento familiar quanto a gastos e rendimentos. As “estratégias” e “táticas” que os operários e operárias construam a partir dessa condição obrigava-os a saídas que interferiam tanto no “mercado de oferta de trabalho” (pois precisariam de maiores salários para manter seus padrões de consumo) quanto no “mercado da reprodução da força de trabalho” (o que significa que se os preços aumentassem muito além do consumo dos operários, diversas mercadorias não seriam mais acessíveis a eles).⁴² Mas mais do que interferir nos mercados a que estavam sujeitos, eles podiam também interferir na ordem política e jurídica, ameaçar usar ou até mesmo criar dispositivos que pudessem questionar a legitimidade de práticas e autoridades. É diante disso que outros grupos tinham eles também de elaborar suas “táticas” e “estratégias” para lidar com a carestia.

⁴¹ Não pretendo me alongar sobre esse tema, mas cabe destacar que há uma bibliografia considerável sobre o tema das sociedades de auxílio mútuo dentre a classe trabalhadora brasileira. Embora não tenha como princípio indicar aqui tais livros, é importante salientar os impactos dessas sociedades no orçamento dos operários porto-alegrense. Nesse ponto, a tese de Adhemar Lourenço da Silva Jr. sobre as sociedades de socorro mútuo no Rio Grande do Sul permite uma compreensão mais ampla das tensões citadas anteriormente, percebendo-as como formadoras do movimento operário no Rio Grande do Sul. Beatriz Loner, por sua vez, ressalta que no contexto brasileiro, algumas dessas sociedades nasceram da transição do trabalho livre e escravo, sendo possível identificar uma certa tradição histórica das sociedades na defesa da classe perante o que estamos aqui chamando de “insegurança estrutural”. Para mais, ver: SILVA JR., Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias públicas e privadas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854 – 1940). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Capítulo 1: *O mutualismo tal como dado*. Ver também: LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1988-1930)*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001. Ver também: BITTENCOURT, Ícaro. *Padrões e mutualismo operário em Cachoeira na passagem entre os séculos XIX e XX: o caso das sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de maio*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. UFRGS, 2011.

⁴² A distinção entre diferentes tipos de “mercados” é uma perspectiva interessante afirmada por Ellen Wood. Segundo a autora, é preciso romper com a visão que concebe o mercado como “imperativo im pessoal”. Portanto, distingui-lo a partir de agentes e das mercadorias vendidas torna-se fundamental para análises históricas e sociais não caírem em determinismos economicistas. No que tange a seguinte tese, procurarei me referir ao Mercado, em sua forma mais abstrata e relacionada ao termo “economia de mercado”, com o uso de letra maiúscula, denotando um substantivo nominal que indica uma instituição. Ver: WOOD, Ellen Meiksins. *From opportunity...op. cit.* p. 22-23.

Contudo, para entender a motivação dessas práticas, creio ser importante analisar as motivações dos sujeitos históricos. E quando se desloca essa preocupação para os trabalhadores e trabalhadoras, os principais atingidos pela carestia, é necessário superar a ideia de que a “fome” fosse a única motivação possível para eles. Era preciso, em última instância, apresentar noções específicas de “justiça” e “bem-estar” para dar um sentido específico a escassez de alimentos – e utilizá-las para pressionar diferentes instâncias em prol de soluções que fossem rápidas e permanentes. Parece inevitável, com isso, trazer à tona a discussão proposta por E.P. Thompson em seus ensaios *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII* e *A economia moral revisitada*.

Em ambos os textos, o historiador britânico destaca a importância de compreender a motivação das multidões nos “motins” ingleses contra a fome além do impulso espasmódico. A partir da ideia da escassez de um determinado produto (ou da vertiginosa subida de preços que poderia acompanhá-la), fica evidente que o problema não se restringe somente à fome, mas também a uma violação desmoralizante, que retira as forças das pessoas. Entre um dos sentidos que separa a fome da carestia está justamente o caráter humano que a segunda possui, enquanto a primeira recorre a explicações biológicas. Como lembra o antropólogo Sidney Mintz, a fome pode até mesmo ter usos sociais quando auto-inflingida, como, por exemplo, nos jejuns sagrados.⁴³ A carestia, contudo, no contexto do capitalismo moderno, tem o único sentido de “doutrinar” a força de trabalho. No que proponho aqui, isso significaria compreender como noções do que é “justo” ou “injusto” poderiam ser empregadas por trabalhadores urbanos para lidar com a carestia dentro do espaço urbano de Porto Alegre. É bem verdade que se tratam de realidades diferentes. Nos ensaios de Thompson, o foco são as comunidades rurais da Inglaterra em vias de industrialização, enquanto nesta tese o que apresento é justamente uma metrópole industrial localizada na periferia do capitalismo do século XX. Os sujeitos que pressionam e são imbuídos de motivações e crenças quanto ao mercado consumidor também são diferentes. De um lado, a multidão e toda sua heterogeneidade em termos de ocupação e gênero.⁴⁴ De outro, a classe trabalhadora porto-alegrense, que por mais que

⁴³ MINTZ, Sidney. *Tasting food, tasting freedom: excursions into eating, culture and the past*. Boston: Beacon Press, 1996.p. 5.

⁴⁴ Aqui pode-se citar também o trabalho de George Rudé, *A multidão na História*. A obra do historiador inglês antecede a de Thompson ao descrever as ações políticas organizadas do que era tido, aos olhos dos espectadores da época, de multidão (*mob*). Ver: RUDÉ, George. *A multidão na História – estudo dos movimentos populares na França*. São Paulo: Ed. Campus, 1991.

fosse plural em termos de profissão, gênero e etnia, mantinha solidificada a identidade de classe, resultado de um acúmulo histórico de lutas e conquistas.

Porém, o que aproxima a perspectiva que procuro apresentar aqui com a de Thompson, é de que ainda que fossem atingidos pela carestia, as ações dos diferentes sujeitos históricos não pode ser compreendida somente por termos economicistas. À medida que os trabalhadores construam ações baseadas no “costume, na cultura e na razão”, seria reducionista demais acreditar que as “táticas” e “estratégias” por eles elaboradas fossem meras reações espasmódicas, como quem bate na barriga acusando a fome, reagindo a estímulos econômicos elementares.⁴⁵

Cabe ressaltar, por outro lado, que essa concepção não está isenta de críticas. Giovanni Levi, em *A herança imaterial* afirmou que a noção de “economia moral” acabou sendo vista sob um prisma de antagonismo direto entre os direitos tradicionais com as forças da modernidade (no caso específico, a introdução de uma economia de mercado na distribuição de cereais na Inglaterra do século XVIII).⁴⁶ Levi, por sua vez, aponta para a necessidade de perceber mecanismos que buscaram conciliar meios de acumulação tradicionais com as possibilidades de ganho comuns à economia de mercado – o que creio ser bastante relevante para entender principalmente as ações de comerciantes em Porto Alegre, no capítulo 3.

É possível afirmar, contudo, que diante das possibilidades colocadas na alçada de “táticas” e “estratégias” quanto à carestia, as interpretações de ambos historiadores podem ser relacionadas. Para Thompson, é importante não compreender as reações diante da escassez e da alta de preços como espasmódicas e naturais. Para Levi, embora a ressalva seja correta, não se pode descartar a possibilidade de que as pessoas possam utilizar de mecanismos típicos das economias de mercado, desde que alinhados com práticas tradicionais a partir de processos de negociação. Contudo, em *Economia Moral revisitada*, Thompson destaca que as revoltas e rebeliões são apenas uma das muitas formas de ação de um indivíduo, de uma coletividade ou de uma classe. No próprio âmbito das ações coletivas, “nem a rebelião precisa ser a única ou a mais óbvia forma de ação coletiva – pode haver alternativas, como petições em massa junto às autoridades, jejuns, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou a migração de aldeias inteiras”.⁴⁷

⁴⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...op. cit.* p. 152.

⁴⁶ LEVI, Giovanni. *op. cit.* p. 44.

⁴⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...op. cit.* p. 206.

Negociação e revoltas faziam parte, na concepção thompsoniana, de um mesmo “campo de possibilidades”⁴⁸. O que estava em jogo, contudo, era a capacidade de interferir num processo que a economia política do século XVIII tratava simplesmente como “natural”. É bem verdade que ao olhar para esse século e sua transformação no contexto inglês, destaca-se o fato de que se tratava de uma sociedade capitalista que, nos dizeres de Karl Polanyi, ainda estava em “processo de desenraizamento”.⁴⁹ Como o Mercado, entendido de sua forma mais abstrata, ainda não estaria plenamente instituído em suas mercadorias tradicionais (tais como a terra e o trabalho) seria possível avaliar as ações dos agentes em meio a essas transformações a partir de sua adaptação – muitas vezes à força – perante a economia de mercado. Diante desse período de transição, a historiadora Simona Ceruttii ressalta a importância de analisar as próprias noções de interesse dos agentes, avaliando que elas deveriam ser ressignificadas, nesse contexto específico, para além das vantagens “materiais e econômicas”.⁵⁰

Em uma Porto Alegre urbana e industrial, outros fatores podem ajudar a perceber como os valores e os interesses dos sujeitos históricos eram mais plurais. Elementos como a transição do mundo rural para o mundo urbano, o contexto pós-abolição nas relações de trabalho, as correntes migratórias, as tradições acumuladas em comunidades étnicas, o novo papel da mulher no mercado de trabalho, etc. todos esses elementos acabam sendo determinantes na configuração da classe trabalhadora, nas suas motivações, nos seus interesses e até mesmo nas suas crenças sobre “justiça” e “bem viver”. Em outras palavras, pode-se afirmar que a “insegurança estrutural” a qual os operários se encontravam não impedia eles de criarem valores e posições que tinham de ser reconhecidas dentro de uma sociedade. É possível afirmar que algum grau de incerteza poderia ser aceito, desde que ela não ameaçasse as crenças que os trabalhadores tinham sobre “justiça” e sobre o que seria uma vida digna.⁵¹

⁴⁸ O sentido específico do termo, tal como o emprego aqui, remete às discussões do antropólogo Gilberto Velho que define o “campo de possibilidades” como uma “dimensão sociocultural, um espaço para formulação e implementação de projetos”. Para mais, ver: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1994. p. 40.

⁴⁹ Sobre esse tema, ver o instigante ensaio de Polanyi chamado *A economia como processo instituído*. Ver: POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2012. p. 293-329.

⁵⁰ CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII*. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 184.

⁵¹ Há uma interessante discussão dentro da teoria da “escolha racional” e sua aproximação com o marxismo sobre a questão dos interesses materiais da classe trabalhadora. Adam Przeworski afirma que dentro do capitalismo, a tendência é que os padrões materiais dos operários aumentem e que, portanto, a luta por condições de vida não seria essencialmente uma luta anticapitalista, mas sim imbuída de uma ideia de

Para conciliar tais concepções com as “táticas” e “estratégias” utilizadas na carestia, creio que é importante retomar uma discussão que E. P. Thompson propôs no final de seu ensaio sobre a economia moral da multidão inglesa, ou seja, de que o uso do conceito de “economia moral” poderia ser aliado à terminologia de “classe social”. A possibilidade dessa relação, por sua vez, potencializaria uma importante discussão sobre a imposição de uma hegemonia, entendida como um fenômeno articulado às relações diárias de uma comunidade.⁵² Quando essa articulação não conseguiria ser devidamente realizada, tendo na fome e na escassez um limite concreto, o que restaria seria o processo de dominação a partir da imposição.⁵³

Contudo, como ressalta Raymond Williams, uma hegemonia não é um mero processo de dominação, mas “sim todo um processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores específicos e dominantes”.⁵⁴ E exatamente por seu caráter processual, ela “deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada”. Contudo, ela também acaba sendo resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que ela não pode controlar.⁵⁵ Dessa forma, Thompson acaba deixando de lado a possibilidade de uma hegemonia estar sempre em metamorfose, constantemente tendo seus limites testados e tendo que se readaptar ao que Raymond Williams destacou como movimentos contra-hegemônicos que emergem numa determinada realidade social. A “economia moral”, ao ser utilizada nessa leitura, pode ser vista precisamente como um desses movimentos que desafia e impõe limites sobre determinadas “estratégias” de caráter hegemônico. Assim, ela pode compreender tanto um caráter “tático” e fragmentário quanto um caráter “estratégico” e orgânico conforme determinadas condições.

Assim, quando a classe trabalhadora emprega seus valores para questionar certos pressupostos que são definidos pelo Estado e/ou pelo Mercado como regras a serem seguidas, é importante perceber que esses valores criados são também valores vividos. As tensões entre a experiência e as imposições podem ser resolvidas por meio de um uso

“compromisso de classe”. Não pretendo explorar essa linha de pensamento na tese, mas creio que ela pode trazer alguns benefícios para a análise das lutas de trabalhadores em situações onde a carestia não seria mais uma experiência unificadora. Para mais, ver: PRZEWORSKI, Adam. *Intereses materiales, compromiso de clase y la transición al socialismo*. IN: ROEMER, John E. (comp.). *El marxismo: una perspectiva analítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

⁵² THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...* op. cit. p. 261.

⁵³ WOOD, Ellen Meiskins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003. p. 95-97.

⁵⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 2000. p. 130.

⁵⁵ *Idem*. p. 134.

eficaz de órgãos e instituições que contribuam para a hegemonia de classe. Mas em última instância, nenhuma hegemonia está pronta e consolidada. Encarando-a como processual, ela nunca está plenamente acabada e, portanto, seus limites são sempre colocados em xeque. Numa situação de carestia, pode-se afirmar que a experiência da falta de alimentos colocava em risco as formas pelas quais os dominantes procuravam organizar os dominados e isso exigia que as formas pelas quais a hegemonia se construía e era vivenciada se transformassem.

A ideia de que houvesse uma “economia moral” de trabalhadores que, em última instância, colocava em xeque instituições do Estado e do Mercado não é exatamente algo explorado na historiografia – e isso provavelmente porque a “economia moral” é vista geralmente como uma noção de sujeitos em situações pré-capitalistas. Porém, há um trabalho que faz um interessante uso do conceito dentro de sociedades industriais contemporâneas. Marsha Posusney, em seu artigo *Irrational workers: the moral economy of labor protest in Egypt*, procura investigar o que ela chama de situação atípica da classe trabalhadora egípcia durante o governo de Nasser. Tensionada entre um Estado interventor e um Mercado privado que interferia nas relações de propriedade, Posusney destaca a força do conceito de “economia moral” para compreender como os operários discutiam e se organizavam em torno dos termos em que eram dominados por estruturas de poder político e econômico. Para a autora, a noção de “economia moral” pode ser readequada e discutida no âmbito das lutas sociais da classe trabalhadora, ainda que seja necessário compreender que esse conceito dialogaria tanto com a “teoria da escolha racional” quanto com o marxismo.⁵⁶

Posusney afirma que na perspectiva marxista o foco das análises se concentra em formatos específicos da luta política (mediados por partidos e organizações operárias), enquanto numa análise que privilegie a “economia moral”, esses elementos seriam vistos como instrumentais para estabelecer noções sobre Justiça dentro do Mercado.⁵⁷ Por outro lado, ela destaca também que a perspectiva da “escolha racional” tende a discutir as ações dos trabalhadores por meio de um processo que correlaciona a busca pelo bem-estar individual com o aumento na renda – o que por sua vez ignora o fato de que as escolhas feitas por trabalhadores e trabalhadoras perante o Mercado podem ser baseadas em outras vantagens e valores. E como uma das principais definições da classe trabalhadora seria,

⁵⁶ POSUSNEY, Marsha Piripstein. *Irrational workers: the moral economy of labor protest in Egypt*. IN: *World Politics*. Vol. 46. Nº 1. London: Cambridge University Press. Out. 1993. p. 85.

⁵⁷ *Idem*. p. 85-86.

nos dizeres de Savage, a sua “insegurança estrutural”, as escolhas dos operários seriam pautadas por uma necessidade de segurança que precisaria ser levada em conta pelo historiador.⁵⁸ Ao mesmo tempo em que a classe se organiza e luta, estabelecendo direitos e criando símbolos de suas conquistas, ela também vivencia sua condição de insegurança e usa isso para alimentar suas lutas.

Nesse sentido, a “economia moral” surge para Posusney como um componente relevante para entender a insegurança dos trabalhadores. Eles poderiam preferir por relações de dominação mais antigas, as quais estariam mais familiarizados, ao invés de recorrerem a saídas revolucionárias que buscariam romper a ordem dominante. Poderiam dialogar com o patronato e grandes comerciantes exigindo soluções para a carestia usando de uma linguagem de deferência. E poderiam aceitar o paternalismo das autoridades estatais, desde que essas não quebrassem as formas tradicionais pelas quais eles compreendiam seu consumo e suas condições de vida. Havia, claro, aqueles que poderiam desejar a ascensão social como forma de evitar a condição de “insegurança estrutural”, deixando assim sua classe para trás a partir de uma trajetória individual.⁵⁹ Mas caso todos esses elementos não fossem eficazes e os trabalhadores sentissem um aumento da insegurança, poderiam recorrer a sindicatos para organizar greves, destruir mercados e armazéns em turbas violentas, usar de cartas anônimas ameaçadoras e até mesmo deixar de reconhecer a legitimidade do Estado no âmbito da economia doméstica.

O importante do uso que Posusney possibilita do conceito é associá-lo precisamente com a questão da insegurança, um caminho que procurei realizar ao longo da tese. Dessa forma, creio que a carestia pode ser interpretada como um fenômeno capaz de colocar valores e práticas em tensão com a “insegurança estrutural” a que se encontra a classe trabalhadora. A reação dos trabalhadores, contudo, não implica ações espasmódicas, mas sim em instrumentos possíveis de ação individual ou coletiva, “táticas” e “estratégias” que poderiam ser empregadas para mitigar – ou até superar – a situação de “insegurança estrutural” a que os trabalhadores se encontravam. Por outro lado, as classes dominantes e as diferentes instituições ligadas ao Estado e Mercado

⁵⁸ *Ibid.* p. 86-87.

⁵⁹ Alex Callinicos propõe uma posição axiomática para compreender a ascensão social de trabalhadores no modo de produção capitalista. Segundo o autor, a liberdade individual de “subir” de classe social é uma possibilidade dentro das economias de mercado, mas essa condição fica circunscrita ao que ele chama de “desliberdade coletiva” (*collective unfreedom*). Assim, no capitalismo ocorre dos trabalhadores se verem nessa condição, mas alguns indivíduos podem superá-la. Contudo, a “desliberdade coletiva” garante que a liberdade de ascender socialmente é sempre um fenômeno individual e nunca coletivo. Ver: CALLINICOS, Alex. *Making History: agency, structure, and change in social theory*. Boston: Brill, 2004. p. 98-100.

precisavam readaptar seus discursos e suas práticas, reajustar suas “estratégias” para com isso consolidarem as formas hegemônicas pelas quais se organizavam e se valiam para manter a dominação de classe naquele período.

Um breve balanço historiográfico sobre a questão da carestia

É importante destacar, contudo, que o tema da carestia não é exatamente uma novidade historiográfica. No que diz respeito à historiografia brasileira, já no final da década de 1970, motivada por uma demanda cada vez maior da Antropologia sobre o tema, a questão das “condições de vida” dos trabalhadores passou a ser objeto de estudo. Há pelo menos três trabalhos significativos desse período que dialogam diretamente com tal visão sobre o tema: *O vapor do diabo* (1976), de José Sergio Leite Lopes⁶⁰, *Família operária e reprodução da força de trabalho* (1978), de Ana Maria Quiroga Fausto Neto⁶¹ e o sexto volume da *Coletânea Debates Urbanos*, intitulado *Condições de vida das classes populares* (1982)⁶², organizado por Luiz Antônio Machado da Silva. Essas três obras trouxeram problematizações acerca das condições de vida da classe trabalhadora brasileira, problematizando questões referentes às condições de higiene, habitação e alimentação de trabalhadores assalariados em regiões de periferia.

Nos dois primeiros livros, diferentes questões são abordadas. Em *O vapor do diabo*, Leite Lopes analisa o mercado de trabalho e as condições de vida da zona açucareira pernambucana, percebendo principalmente como o trabalho sazonal interfere nas relações sociais dos operários dos engenhos e fábricas. Já a obra de Fausto Neto discute a ideia da reprodução da força de trabalho na periferia de Contagem, em Minas Gerais. Dissecando principalmente o trabalho doméstico feminino, a autora analisa a complexa racionalidade que envolvia lógicas familiares e o trabalho informal como forma de capacitação da renda. Por fim, a obra organizada por Luiz Antônio da Silva traz alguns importantes artigos que discutem questões específicas tais como o trabalho infantil e a questão das habitações operárias.

⁶⁰ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

⁶¹ FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

⁶² SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Coletânea Debates Urbanos*. Vol. 6: Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Porém, o principal destaque na obra organizada por Luiz Antônio da Silva, é o artigo de José Sergio Leite Lopes, intitulado *Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a Classe Operária*. Nele o autor buscou revelar o desdobramento do tema das condições de vida ao longo do tempo na historiografia e nas Ciências Sociais. Inicialmente partindo do trabalho clássico de Friedrich Engels (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*), passando pelas pesquisas sanitárias no início do século XX até chegar ao trabalho antropológico de Simone Weil (*A condição operária e outros estudos*), Leite Lopes procurou demonstrar como a lógica de análise sobre as “condições de vida” da classe trabalhadora era focada na observação de hábitos de trabalho, consumo e costumes, muitas vezes imbuídos de preocupações de ordem moral e/ou política.⁶³

Ao descrever essa fase inicial de pesquisas do século XIX e início do século XX, o autor salienta a importância dos debates historiográficos ingleses sobre a Revolução Industrial, marcado basicamente pela divisão entre “pessimistas” (historiadores que acentuaram o caráter negativo da industrialização dentre os operários) e “otimistas” (aqueles que destacaram os aspectos positivos da industrialização na vida dos trabalhadores). Consequentemente, Leite Lopes encerra o artigo retomando os trabalhos de marxistas britânicos como Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, que entraram nesse debate visando a desconstruir a posição otimista – geralmente ligada a historiadores vinculados a escola econômica neoclássica – valendo-se das fontes utilizadas por eles.⁶⁴

Esse balanço temático de Leite Lopes é talvez um dos mais completos trabalhos sobre como a temática das “condições de vida dos trabalhadores” foi desenvolvida ao longo do tempo nas Ciências Humanas. Contudo, o autor procurava demonstrar que apesar de toda essa fortuna crítica, era a Antropologia que encabeçava as principais produções contemporâneas sobre o debate até então. O tema da “condição de vida operária” era, segundo o autor, um tema da “antropologia econômica”, na qual os historiadores aparecem como importantes coadjuvantes, mas cujas contribuições ficaram restritas ao trabalho dos marxistas britânicos nas décadas de 1960 e 1970.⁶⁵ A demarcação da temática dentro do campo da Antropologia serviu, por outro lado, para que os

⁶³ LOPES, José Sergio Leite. *Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a Classe Operária*. IN: SILVA, Luiz Antonio Machado da... *op. cit.* p. 36-37.

⁶⁴ *Ibid.* p. 44.

⁶⁵ *Ibid.* p. 48-50.

historiadores indagassem sobre como esse tema foi apropriado dentro da historiografia brasileira.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, dois trabalhos apenas se destacaram entre as obras historiográficas que refletiram sobre a questão das condições de vida, ainda que sem influência do marxismo britânico que atingia o campo da antropologia no período: a dissertação de mestrado de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)* e a obra *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*, organizada por Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Contudo, ambas as obras precisam ser melhor contextualizadas para explicar as formas pelas quais essas questões adentravam no período.

A obra de Maria Auxiliadora Decca procurava descrever a chamada “condição de vida” da classe a partir de uma série de elementos, como a saúde, a higiene, a alimentação e, em última instância, a identidade dos trabalhadores. Tratava-se, contudo, de um trabalho bastante descritivo, cujas principais fontes eram oriundas da imprensa operária.⁶⁶ Por outro lado, a obra organizada por Eulália Maria Lobo era uma iniciativa de maior fôlego. Publicado em 1992, ele era resultado de uma pesquisa que já havia se iniciado com a publicação do artigo *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930* e tinha como preocupação usar os índices de preços como indicadores mais objetivos para ver o seu impacto não apenas na economia, mas na classe trabalhadora fluminense. Quando *Rio de Janeiro operário* foi publicado, já existia todo um amparo estrutural em termos de banco de dados para relacionar uma perspectiva macroeconômica (ligada a ciclos de curta e longa duração na economia mundial e nacional) com as práticas políticas do movimento operário brasileiro. Somados os dois trabalhos, a proposta de Eulália Maria Lobo compreendia basicamente 150 anos de História brasileira, associando tensões sociais com questões de ordem macroeconômica.⁶⁷

Apesar de ambas autoras terem sido precursoras do tema, as condições de vida receberam pouca atenção da historiografia brasileira e a carestia passou a ser associada, ao menos a partir das possibilidades abertas por Eulália Maria Lobo, como um fenômeno

⁶⁶ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

⁶⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1992. p. 2. Ver também: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.) *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, 25 (4), out./dez. 1971.

reativo de greves e agitações sociais. Por outro lado, uma outra abordagem sobre a carestia pode ser vista nas obras de Maria Yedda Linhares, *História do Abastecimento*⁶⁸ e *História política do abastecimento*⁶⁹, escrita em conjunto com Francisco Carlos Teixeira da Silva. Ambas as obras foram patrocinadas pelo Ministério da Agricultura em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1977. Terminadas em 1979, elas eram uma espécie de compêndio dos problemas agrícolas de abastecimento brasileiros que iam desde 1530 e terminavam em 1978. A magnitude da obra, contudo, não significava falta de rigor. Como Linhares apresenta, as crises de abastecimento – no que a carestia poderia ser compreendida – eram resultado não apenas de obstruções nos canais de distribuição, mas sim um fenômeno amplo que atingia questões de produção, circulação e consumo.⁷⁰ Por sua vez, o enfoque de ambas as obras estaria justamente nas medidas políticas para a criação e regulação de um mercado nacional, considerando diferentes fatores de ordem econômica e política para avaliar as formas pelas quais a carestia foi combatida durante o período. Em que se pese a questão do abastecimento ter entrado em debate, as formas pelas quais as classes populares lidavam com o problema não era o foco principal do trabalho de Linhares.

Cabe ressaltar também que algumas iniciativas pontuais se desdobraram sobre o tema da escassez de alimentos dentro da perspectiva da História Social. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Fernando Schinimann intitulada *A batalha da carne em Curitiba* tem como mérito precisamente discutir motins e greves operárias que reivindicavam a carne como alimento principal na luta contra a carestia.⁷¹ Amparada teoricamente em autores como Michel Foucault, aparentemente a dissertação não se preocupava em problematizar a questão teóricas referentes ao termo “condições de vida”. Além disso, o conjunto de fontes utilizadas pelo autor era basicamente composto por levantamentos estatísticos e jornais da grande imprensa que, embora construíssem cenários bastante ricos de protesto popular, não se estabelecia diálogos com órgãos de imprensa e agitação operária e sindical. De fato, a classe trabalhadora não é o principal agente que sente a carestia, mas sim “aquela sociedade de donas-de-casa, de estudantes,

⁶⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

⁶⁹ LINHARES, Maria Yedda L. DA SILVA, Francisco Carlos T. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.

⁷⁰ *Idem.* p. 18.

⁷¹ SCHINIMANN, Fernando. *A batalha da carne em Curitiba: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, PPG-História Social da UFPR, 1992.

de grupos políticos, de líderes e liderados”.⁷² Assim, para Schiniman, os quebra-quebras acabam sendo atos de rebeldia e insatisfação, mas há poucos detalhes sobre o que trabalhadores e suas organizações pensavam sobre isso.

Posteriormente outros trabalhos tocaram nas questões referentes à carestia, geralmente pela porta das condições de vida. Norberto Ferreras, no artigo *Historia e historiografía de las condiciones de la vida obrera em Buenos Aires y Rio de Janeiro: un analisis comparativo* faz um importante levantamento historiográfico sobre a questão, ainda que priorize especificamente os estudos que comparam trabalhos acadêmicos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires.⁷³ Já em sua obra *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires*, Norberto destaca principalmente a influência thompsoniana na questão dos estudos sobre as condições de vida dos trabalhadores, optando pela matriz marxista britânica para destacar a importância de entender diversos elementos do cotidiano da classe trabalhadora e as lutas e estratégias empreendidas para superar a pobreza e a carestia.⁷⁴ Parece correto afirmar que ainda que discutindo especificamente o contexto de Buenos Aires, a obra de Ferreras dialoga bastante com a historiografia brasileira.

Olhando para a produção dos últimos anos, contudo, algumas características diferenciadas se destacam. Em 2009, Silvia Regina Ferraz Petersen publicou um importante levantamento sobre a produção bibliográfica da história operária além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Com mais de 900 trabalhos em seu levantamento, é um dos balanços de maior fôlego realizados, procurando mapeá-los principalmente por região e por temática, Petersen destaca que a presença do tema “condições de vida” na História do Trabalho reunia até então apenas 4 títulos.⁷⁵ E embora o Rio Grande do Sul fosse recordista na produção, apresentando mais de 394 títulos⁷⁶, somente um trabalho discutia a questão das condições de vida no Rio Grande do Sul: a dissertação de mestrado na

⁷² *Idem.* p. 3.

⁷³ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *Historia e historiografía de las condiciones de la vida obrera em Buenos Aires y Rio de Janeiro: un analisis comparativo*. IN: Pós-História, Assis/SP, v. 5, 1997.

⁷⁴ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880 – 1920)*. Niterói: Biblioteca Ed. UFF, 2006.

⁷⁵ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo*. IN: Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth. Campinas, v. 14, nº 26, 2009. p. 272-274.

⁷⁶ O número de trabalhos focados na História do Trabalho no Rio Grande do Sul pode ser explicado, nos termos usados por Benito Schmidt, como consequência do espaço de produção privilegiado no Estado, tanto pelas universidades e centros de pesquisa, como também pela disposição dos acervos e da presença de pesquisadores que desbravaram o campo, citando em especial as professoras Silvia Petersen e Beatriz Loner. Para mais, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. *A produção historiográfica sobre a classe operária no RS: balanço parcial e algumas perspectivas*. IN: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Novas questões de teoria e metodologia da História e Historiografia*. Porto Alegre: Ed. Oikos, 2011. p. 141-151.

Antropologia realizada por Cornélia Eckert sobre as condições de vida dos mineiros da cidade de Charqueadas.⁷⁷

É importante destacar também que além da História do Trabalho, temas como a escravidão e o pós-abolição, também produziram estudos sobre a carestia e os problemas nos mercados de alimentos. Entre alguns que poderiam ser aqui citados, pode-se mencionar o artigo “*Carne sem osso e farinha sem caroço*”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia, de João José Reis e Márcia Gabriela D. Aguiar, que analisava as revoltas em Salvador que foram movidas pela questão do abastecimento. Influenciado principalmente pela leitura da *A economia moral da multidão*, os autores apresentam um quadro dinâmico da revolta, demonstrando como as expectativas sobre alimentação das camadas populares soteropolitanas se cruzaram com questões específicas da política e do abastecimento urbano.⁷⁸ Outro importante destaque é o livro de Richard Graham, *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal*, que novamente destaca o contexto de Salvador e enfoca principalmente os mecanismos de controle policialescos para o abastecimento da cidade durante períodos de escassez de gêneros alimentícios. Em ambos, destaca-se que o mercado de alimentos era, em última instância, um espaço onde libertos e escravos conviviam e compartilhavam valores específicos sobre a alimentação.⁷⁹ No que diz respeito ao contexto de pós-abolição, por sua vez, pode-se mencionar o trabalho de Marcelo Badaró Mattos, *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Embora essa obra seja voltada para uma multiplicidade de experiências, o primeiro capítulo discute precisamente a questão da “experiência da exploração”, analisando questões referentes à saúde, moradia, alimentação e a salários de trabalhadores que transitavam entre ofícios assalariados e o trabalho escravo.⁸⁰ Embora não sejam os únicos trabalhos referentes a esse tema no contexto da escravidão e do pós-abolição, merecem ser mencionados por mostrar que o problema da carestia, além de não ser exclusivo da sociedade industrial brasileira,

⁷⁷ ECKERT, Cornélia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas- RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG em Antropologia, 1985.

⁷⁸ REIS, João José. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “*Carne sem osso, farinha sem caroço*”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. IN: Revista de História – FFLCH-USP. Nº 135. São Paulo, 2º semestre de 1996.

⁷⁹ GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2013.

⁸⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Ed. Bom Texto, 2008. Capítulo 1: Trabalho, vida urbana e experiência de exploração. p. 37-82.

também já fora abordado por uma historiografia cujos enfoques se concentram na própria formação da classe trabalhadora.

Contudo, diante da História do Trabalho recente, a carestia aparece como um elemento coadjuvante na formação posterior da classe operária brasileira. Trabalhos mais recentes como *Nós do quarto distrito*, de Alexandre Fortes⁸¹, *Linhas de montagem*, de Antônio Luigi Negro⁸², *Em busca da memória*, de Hélio da Costa⁸³, apontam que a carestia foi, de fato, um fator fundamental na organização das lutas operárias no período entre 1945 a 1964. Porém, o enfoque na historiografia do trabalho que se concentra nessa época tende a olhar principalmente para os sindicatos e associações de classe, com maior destaque a questão da Justiça do Trabalho e aos processos trabalhistas do período.⁸⁴ Via de regra, nesses trabalhos a carestia é concebida como uma espécie de pano de fundo para as mobilizações políticas dos trabalhadores e não como um elemento central na experiência da classe trabalhadora. Isso não quer dizer, contudo, que esses trabalhos não sejam importantes para compreender precisamente o contexto político da época, mas são ressalvas importantes para o tipo de análise que pretendo desenvolver na tese.

Destaco, por sua vez, que o âmbito da Primeira República, um dos principais trabalhos que procurou debater a questão das condições de vida foi a dissertação de mestrado de Nauber Gavski da Silva intitulada *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 a 1932*. Destacando as primeiras formulações estatísticas acerca das condições de vida dos trabalhadores de Porto Alegre, Nauber da Silva cruza essa documentação com jornais da imprensa operária, demonstrando um profundo entendimento das discussões de E.P. Thompson sobre a importância de distinguir o “padrão de vida” das “condições de vida” – um tema que ele posteriormente aprofundou a partir de sua leitura de Amartya Sen, como fica expresso em sua tese de doutorado, *O “mínimo” em disputa: Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*.⁸⁵

⁸¹ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto ... op. cit.*

⁸² NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

⁸³ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.

⁸⁴ A principal obra de síntese sobre a questão da Justiça do Trabalho na historiografia brasileira pode ser vista na coletânea organizada por Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira da Silva. Ver: GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

⁸⁵ SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe...op. cit.* p. 13-18.

Em seu novo trabalho, Nauber Gavski da Silva ampliou as suas discussões do mestrado, procurando conceber a importância do salário mínimo como elemento fundamental nas lutas e nas experiências da classe trabalhadora porto-alegrense. Buscando demonstrar que as organizações dos trabalhadores dialogavam com experiências vividas e sentidas para articular a luta “pelo mínimo”, o autor desdobra aspectos tais como as definições de “padrões de vida” e seu impacto sobre a alimentação, dissecando os processos em torno dos reajustes salariais da época, concebidos a partir de dissídios coletivos e greves. Montando um quadro complexo e dinâmico, a obra apresenta uma série de elementos que procurarei retomar neste trabalho, tendo em vista a possibilidade de diálogo que se estabelece com ela – principalmente no que diz respeito à visão constituída sobre a carestia no período.⁸⁶ Conquanto o trabalho de Nauber da Silva discute principalmente a questão da luta pelo salário mínimo, por seus reajustes e por valores e concepções específicas dos trabalhadores, de minha parte, apresento uma reflexão sobre os valores e concepções evocados na luta contra a carestia. É importante ressaltar que o autor não desassocia as questões referentes às lutas pelo salário mínimo com o combate à escassez de mercadorias e alta de preços e que tampouco eu ignorarei as questões referentes ao salário mínimo e o poder de compra dos trabalhadores. É exatamente nesse diálogo que creio que as duas teses podem ser interpretadas.

Contudo, o que procuro discutir aqui é justamente a possibilidade de compreender a carestia enquanto objeto de estudo. O acúmulo historiográfico sobre as questões referentes às “condições de vida” da classe trabalhadora permite que os historiadores avancem sobre questões correlatas, articulando assim questões relacionadas a diferentes campos, inclusive em termos de política e sociedade.

A montagem da tese

Ao longo desta introdução, procurei retratar alguns caminhos teóricos que pretendo desenvolver ao longo da pesquisa. Por ora, creio ser importante apresentar duas colocações ao leitor que vai se embrenhar pelos caminhos que percorri na tese. A primeira delas diz respeito a como esse objeto de pesquisa foi inicialmente pensado, pois creio que é importante desnaturalizar a ideia de que o trabalho acadêmico é apresentado como um plano estruturado e seguido à risca sem imprevistos. De fato, inicialmente o trabalho

⁸⁶ SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa...op. cit. p. 30-39.*

partiu de uma indagação bastante simplista, mas que me incomodara desde o mestrado: afinal, como os trabalhadores conseguiam viver se eles gastavam mais do que recebiam? Ao lidar com a classe trabalhadora contemporânea, creio que uma indagação dessas poderia ser respondida rapidamente a partir do sistema de crédito internacional e dos déficits familiares que crescem exponencialmente ao redor do mundo. Porém, num contexto em que esse sistema ainda estava se articulando, era preciso investigar outras formas pelas quais trabalhadores viviam em constante situação de penúria.

As questões iniciais se sofisticaram, os textos apresentados na qualificação foram criticados e devidamente transformados à luz de novas leituras. O objeto de pesquisa que antes eram os trabalhadores e suas estratégias passou a se tornar a carestia, entendida aqui como um fenômeno econômico e social, mas que trazia em si uma série de desdobramentos nas relações estabelecidas entre diferentes sujeitos históricos. É inegável que a classe trabalhadora ainda é o personagem principal dessa narrativa, mas o leitor verá a questão da carestia por diferentes ângulos. Embora todos eles retomem, em última instância, os operários de Porto Alegre, muitos desses enfoques são produzidos por órgãos, instituições e figuras públicas que se sentiam no direito de “falar em nome da classe”.

Ao que convém mencionar também o conjunto de fontes pesquisados para dar corpo e sustentação às análises. Procurei dispor de um conjunto de fontes que, em última instância, conseguisse dar conta de parte da pluralidade das discussões sobre a carestia na época. Documentos tais como levantamentos estatísticos e demográficos, análises econômicas e sociológicas produzidas na época foram de fundamental importância para auxiliar na elaboração do primeiro capítulo. Embora os estudos e cálculos esbarrassem em diferentes termos como “padrão de vida”, “padrão de consumo” e “condições de consumo”, eles foram fundamentais para conseguir construir uma espécie de “cenário” para a compreensão da carestia num determinado tempo e espaço.⁸⁷ Contudo, esse emaranhado de conceitos e análises, por mais sofisticados que fossem, esbarravam numa perspectiva excessivamente quantitativa e que mediava muito pouco sobre as

⁸⁷ Pretendo discutir com mais clareza o que envolve esses termos a partir do capítulo 1. Contudo, é importante afirmar a primazia dos historiadores marxistas britânicos ao alertarem sobre as ambiguidades do termo “padrão de vida”, ou mais especificamente, da dificuldade em se compreender a metodologia usada nas estandarizações de estudos estatísticos e quantitativistas. Ver: THOMPSON, E. P. *A formação...* Vol. 2. *op. cit.* Capítulo 5: Padrões e Experiências. Ver também: HOBBSAWM, Eric J. *O padrão de vida inglês de 1790 a 1850*. IN: HOBBSAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981. p. 72-112.

experiências da classe trabalhadora nas conjunturas de carestia. Assim, no primeiro capítulo eu procuro utilizar desses dados socioeconômicos das análises que envolviam a Porto Alegre do período, propondo não apenas criar um “contexto” para os sujeitos históricos, mas sim demonstrar as motivações daqueles que produziram as fontes que concebiam a carestia enquanto um problema analítico na época.

No segundo capítulo, utilizei de um outro conjunto de fontes. Tentando entender como a carestia influenciara nas disputas políticas empreendidas entre trabalhadores, patrões e Estado dentro de suas devidas instituições e associações de classe, procurei analisar uma gama mais diversificada de documentos. Embora o principal corpo documental desse capítulo sejam os livros de atas e anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, procurei cruzar essa documentação com matérias produzidos pela imprensa operária, pelas associações patronais, pelos jornais da grande mídia e por demais documentos produzidos dentro de diferentes instâncias políticas da época. Dada a extensão do período que vai de 1945 a 1964 e o grande volume de documentação, esse capítulo foi pensado de forma cronológica, concebendo assim que os ciclos de debates sobre a carestia poderiam encontrar correspondência com momentos específicos de conjunturas nacionais, estaduais e municipais. Vale a ressalva de que diante dessa opção, foi difícil elaborar sínteses que porventura dessem conta de tantos dados e informações apresentados.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, envolveu a análise de um tipo diferente de fontes, compreendendo a carestia como “caso de polícia”. O seu principal conjunto documental foram os processos criminais empreendidos contra comerciantes em Porto Alegre no período, buscando analisar como as leis de “economia popular” da época foram concebidas enquanto mecanismos de combate à carestia. Embora sua eficiência possa ser discutida, tais leis mobilizaram forças policiais e instâncias jurídicas, criaram expectativas e constrangimentos para homens e mulheres que trabalhavam e/ou consumiam nos mercados porto-alegrenses. Mais do que isso, os processos revelam também práticas, “táticas” concebidas por consumidores, comerciantes e policiais que respondiam, em certo sentido, ao contexto de escassez de alimentos e alta do custo de vida. Desde o trabalho de Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*, os processos-crime passaram a ser valorizados enquanto uma importante documentação da História Social. Nos últimos anos, o campo da História do Trabalho passou a ser composto por cada vez mais historiadores voltados para a análise dos processos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Contudo, sobre os processos referentes à “economia popular”, não há

praticamente nenhum trabalho ainda. Creio que essa é a documentação mais original que os leitores poderão encontrar nessa tese – com a ressalva de que ainda há muito a ser pesquisado nesses processos. Procurei analisa-los a partir da singularidade dos casos, mas não sem desprezar as possibilidades de análise que outros olhares possam ter sobre esse conjunto de fontes.

Por fim, destaco que esse é um trabalho que tem suas limitações, é bem verdade. O volume de informações e dados acaba, por vezes, eclipsando a análise das fontes e tornando mais árdua as tentativas de síntese aqui propostas. Essa afirmação é importante para o leitor que deve percebê-la enquanto observação *a posteriori* de quem retomou a tese a partir de algumas de suas principais dificuldades. Embora por vezes o texto seja excessivamente descritivo, o trabalho com as fontes acabou sendo priorizado para que em esforços posteriores a análise pudesse se sobressair. Talvez com mais tempo, com um foco mais restrito e um outro critério de seletividade, fosse possível realizar um esforço analítico que conseguisse, de fato, dar conta de tantos documentos e dados e apresentar uma análise mais sintética e profunda. Todavia, para a presente tese, o leitor perceberá que as informações não são gratuitas e envolveram, em última instância, escolhas que abarcaram a apresentação de dados e materiais que até então tinham sido pouco trabalhados nas pesquisas acadêmicas sobre a história do trabalho do período.

Entretanto, diante dessa limitação que a pesquisa sofre, espero ao menos ter sido transparente sobre as escolhas que fiz em termos de aportes teóricos e metodológicos, sobre o tratamento com as fontes e o uso dos conceitos. Assumo as responsabilidades por qualquer escolha equivocada no trato com as fontes, mas procurei valorizar especificamente os documentos e dar-lhes contornos definidos sobre como a carestia tornou-se um problema fundamental na experiência de classe dos trabalhadores porto-alegrenses. Em última instância, posso afirmar que procurei ser fiel às experiências de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que queriam saber, afinal, o que faria “baixar o preço do feijão”.

CAPÍTULO 1 – “Isso não vai melhorar a vida da gente”: estatísticas e padrões de consumo dos operários porto-alegrenses

*“Sobe no palco o cantor engajado Tom Zé,
que vai defender a classe operária,
salvar a classe operária
e cantar o que é bom para a classe operária.
Nenhum operário foi consultado
não há nenhum operário no palco
talvez nem mesmo na plateia,
mas Tom Zé sabe o que é bom para os operários.”
(Tom Zé – “Classe operária”)*

A epígrafe que abre esse capítulo utiliza da ironia do cantor Tom Zé para gerar uma expectativa quanto ao seu conteúdo. Analisando as pesquisas demográficas, levantamentos eleitorais e as pesquisas de “custo” e “padrão de vida”, procuro retomar a construção de índices sobre a vida dos trabalhadores porto-alegrenses, ao mesmo tempo em que aponto alguns de seus limites. A cidade de Porto Alegre é o foco central de minha tese e, durante os anos de 1945 a 1964, tais pesquisas foram produzidas por órgãos oficiais em instâncias nacionais, regionais e municipais; por economistas, estatísticos e sociólogos. A tentativa de mapear o “custo de vida” e o “padrão de vida” do operariado porto-alegrense só pode ser entendida a luz das transformações políticas e econômicas ocorridas durante o período democrático de 1945 a 1964 e são reveladoras de uma disputa pelo direito de definir a carestia na vida desses trabalhadores.

Por meio de tais levantamentos, é possível perceber a evolução da discussão sobre o chamado “custo de vida” a partir de padrões de consumo definidos através de entrevistas e pesquisas de campo. A produção dessas estatísticas no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre são alvo de análise no presente capítulo, mas deixam uma pergunta no ar: é possível compreender a dimensão da carestia na vida dos trabalhadores porto-alegrenses exclusivamente por meio da estatística?

1.1 – Um olhar demográfico, econômico e eleitoral sobre Porto Alegre

A Porto Alegre de 1945 era bastante diferente do espaço urbano conhecido hoje em dia. A cidade crescia em velocidade vertiginosa e a industrialização do início da década de 1940 tornava a vida econômica de outras regiões da cidade ainda mais ativa. Novos bairros estavam sendo incorporados à estrutura da capital gaúcha, entre eles a

região que estava sendo chamada de “vila do IAPI” (em referência ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, criado no final do Estado Novo). Inserida nos limites da Zona Norte da cidade, próximos ao chamado “Quarto Distrito”, a vila tornava-se parte integral da vida dos operários porto-alegrenses.⁸⁸

O crescimento de Porto Alegre era um dado evidenciado desde 1900 e que acompanhara as décadas seguintes.⁸⁹ Entre 1940 a 1960, a cidade saltou de 272.232 habitantes para 641.173 habitantes, num impressionante crescimento de 235% e embora perdesse espaço para capitais como Salvador e Belo Horizonte, a cidade já se aproximava de Recife, quinta maior cidade brasileira da época.⁹⁰ No que dizia respeito ao número de habitantes, Porto Alegre caía do posto de 5ª maior cidade para se tornar a 6ª maior cidade brasileira (posição essa perdida somente em 1980, quando o crescimento da cidade passou a ser cada vez menor). Ainda assim, a cidade era a maior metrópole da região sul do Brasil e ganhara relevância econômica e política conforme seu crescimento.

Uma das primeiras análises voltadas para o crescimento urbano da capital gaúcha foi a de Paul Singer, intitulada *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. O livro fora elaborado em 1966, a partir da tese de Sociologia do autor e enfocava o desenvolvimento econômico em cinco metrópoles brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Porto Alegre. Para legitimar a escolha pelas cidades, Singer afirmara que as cidades em questão constituíam polos centrais na divisão de trabalho entre campo e cidade.⁹¹ Embora a obra se caracterize pelo aspecto de síntese econômica que percorre a história do Brasil Colonial e da formação do Império até chegar as décadas de 1950 e 1960, o trabalho de Singer se concentra especificamente em como essas formações sócio-históricas moldaram as cidades e permitiram que elas fossem voltadas para essa específica conexão entre campo e cidade que o autor analisa.

No que diz respeito a Porto Alegre, contudo, Singer destaca primordialmente o fato da economia urbana porto-alegrense refletir as contradições entre a estrutura campesina do norte do Rio Grande do Sul e a estrutura latifundiária do estado. E, de fato, Porto Alegre aparece em sua análise como uma espécie de ponto de partida para uma

⁸⁸ LAPOLLI, André. *Cidade-jardim – urbanismo culturalista ou arquitetura ambiente*. Salvador. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 2005. p. 1. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3168/3102>. Acesso no dia 28 de março de 2014.

⁸⁹ Ver FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 41-43.

⁹⁰ IBGE, censos demográficos, segundo os municípios das capitais (1872-2010).

⁹¹ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 7.

discussão maior sobre a colonização sul-rio-grandense nos séculos XVIII e XIX. Singer argumenta que, a partir da década de 1820, com a primeira leva de imigrantes alemães vindo para a região, as primeiras indústrias de transformação de matéria-prima passam a surgir em Porto Alegre, dependendo principalmente dos produtos da região do Vale dos Sinos. A partir da formação dessa indústria (um processo que seria ainda mais acelerado no final do século XIX), os produtos então eram repassados para centros econômicos no interior do Rio Grande do Sul, alimentando assim a economia da capital. Já no século XX, segundo o autor, algumas empresas apontavam para uma tendência competitiva no mercado nacional, como era o caso de empresas como a Renner e a Rheingantz (no ramo da indústria têxtil) e a Wallig e a Berta (no ramo da indústria metalúrgica).⁹² Entretanto, a produção de carne do Rio Grande do Sul tinha destaque em todo território brasileiro, controlando 24% da produção nacional. Contudo, desde a época das antigas charqueadas do século XIX, a produção gaúcha de carne não se concentrava na região de Porto Alegre e sim nas indústrias frigoríficas da região sul, com empresas como a Swift, a Armour e a Cia. Frigorífica Rio Grande, instaladas.

O tema da produtividade da indústria rio-grandense (da qual Porto Alegre seria a mais representativa visto que 26,1% da produção industrial do estado ocorria na capital⁹³) era algo que preocupava os analistas econômicos da época. Singer apresentara dados que revelavam a diminuição da participação da indústria gaúcha na produção industrial nacional – de 14,9% em 1907 para 8,1% em 1958. O economista gaúcho, Cláudio Accurso, por sua vez, registrou que de 1939 a 1955, o Rio Grande do Sul constantemente acompanhava o crescimento produtivo brasileiro, mas a partir de 1946, o estado passou a ficar aquém da média nacional.⁹⁴ Segundo o próprio autor, os maiores declínios verificados era justamente na indústria gaúcha – em 1939, ela representava 29% da produção econômica do estado; em 1955, por sua vez, ela representava somente 17,2%.⁹⁵

Apesar de todos esses dados, alguns ramos da indústria cresciam bastante no estado. Alexandre Fortes, por sua vez, atentou para as indústrias que mais cresciam, em 1953, no chamado Quarto Distrito de Porto Alegre, que reunia os bairros de Navegantes, São João, Passo da Areia e Passo da Mangueira. A região era o principal polo industrial da capital gaúcha e naquele período o Serviço Social da Indústria (SESI) divulgava um

⁹² Na década de 1940 essas seriam as principais indústrias sul-rio-grandenses com inserção nacional. *Idem.* p. 175-178.

⁹³ *Ibid.* p. 176.

⁹⁴ ACCURSO, Cláudio F. *op. cit.* p. 21.

⁹⁵ *Idem.* p. 34.

levantamento sobre o número de operários nas empresas dos bairros acima citados. Atividades como as indústrias alimentícias e têxteis eram as que mais empregavam, mas a metalurgia ganhava cada vez mais terreno, ocupando 20% da mão de obra industrial porto-alegrense. Além da Wallig e da Berta, anteriormente citadas, poderia se somar também empresas como a Zivi, a Fábrica Gerdau S.A. e a empresa Cipriano Micheleto, localizada já nos limites do Quarto Distrito, próximo da região do Moinhos de Vento.⁹⁶

Essa expansão do ramo das indústrias metalúrgicas em Porto Alegre não passou despercebido pela análise de economistas como Accurso e Singer. Cláudio Accurso ressaltou que apesar da indústria de alimentos constituir 48,5% da produção industrial, era possível perceber o crescimento das indústrias metalúrgicas, de minerais não-metálicos e mecânica. Em 1955, essas indústrias eram as que registravam maior produção industrial, inclusive superando a indústria de alimentos no estado.⁹⁷ Tais dados foram encarados com certo otimismo pelos economistas da época. Singer, por exemplo, concebia que, apesar da retração da indústria gaúcha entre as décadas de 1940 e 1950, era possível verificar uma tendência à diversificação na produção.⁹⁸ Segundo ele, as indústrias química e metalúrgica cresceram cerca de 6 a 7% na época, o que segundo o autor era um dado significativo e que demonstrava como a indústria sul-rio-grandense estava se encaminhando para a formação de uma indústria de base.

Porém, esse otimismo com a indústria lidava igualmente com uma análise que previa a decadência gradual da produção agrícola, verificada em diferentes regiões do estado. Para o autor, isso acabava incidindo também sobre Porto Alegre, pois segundo ele o desenvolvimento industrial da capital gaúcha era tão ou mais dependente das zonas agrícolas quanto outras capitais. De fato, a partir do século XIX e do declínio econômico da região sul (que tinha em Pelotas e Rio Grande seus principais centros industriais),

⁹⁶ Ver: FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 44-45. Sobre a Cipriano Micheleto, não foi possível encontrar evidências sobre o exato momento da entrada da indústria paulista em Porto Alegre, embora seja possível supor que tal evento tenha ocorrido na década de 1930, sendo ela uma das maiores empregadoras de operários Rio Grande do Sul. Segundo as informações de outros autores, a fábrica teria sido criada em 1911 na cidade de São Paulo e em 1935 a sua expansão já vinha sendo registrada em Porto Alegre. Ver: MARSON, Michel Delibari. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920*. IN: Revista Economia da ANPEC. Brasília: V. 9, n. 1. p. 115-142. Jan/abr 2008. Ver também: KONRAD, Diorge Alceno. *Greve Geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935*. IN: Revista Latino-Americana de História – UNISINOS. São Leopoldo. Vol. 1, n. 3. Março de 2012. Há também um registro anterior da instalação da indústria em Porto Alegre, sendo local de trabalho do cantor e compositor Lupicínio Rodrigues, nascido em 1914. Ver: GONZALEZ, Demosthenes. *Roteiro de um boêmio: vida e obra de Lupicínio Rodrigues*. Porto Alegre: Sulina, 1986. p. 15.

⁹⁷ ACCURSO, Cláudio F. *op. cit.* p. 60 e 64.

⁹⁸ SINGER, Paul. *op. cit.* p. 177.

Porto Alegre passou a ser o principal escoadouro da produção agrícola, o que possibilitou a expansão de uma indústria de transformação forte.

Porém, já na década de 1950, Singer registrava que, além do declínio na produção agrícola, havia também um problema adicional: as próprias zonas de colonização – que antes dependiam exclusivamente das indústrias da capital e do Vale dos Sinos – passaram a iniciar um processo de industrialização que já supria alguns bens de consumo nas regiões do norte e centro do Estado (como por exemplo em Santa Maria, Santa Cruz e Caxias do Sul). Combinado o declínio da agricultura com esse princípio de industrialização no interior do estado, Singer previa um possível declínio para a indústria porto-alegrense caso a relação com a agricultura do estado não se alterasse.⁹⁹ Em uma leitura semelhante do processo, mas analisando especificamente a indústria têxtil sul-riograndense, Accurso salientava que a indústria regional teria uma redução do consumo projetado, tendo em vista que ela atendia quase que exclusivamente o mercado local.¹⁰⁰

No âmbito dessa pesquisa, esses dados especulativos sobre o futuro de Porto Alegre e da indústria gaúcha não serão debatidos. Por outro lado, o que interessa aqui é analisar mais atentamente a visão de Singer sobre a industrialização da cidade. Menos interessado na urbanização e sim no crescimento industrial e no desenvolvimento econômico, o autor problematizou a capital gaúcha enquanto uma extensão do campo em suas principais atividades produtivas. Diante disso, percebendo uma retração da produção agrícola, Singer pôde afirmar que o Rio Grande do Sul mostrava “com grande clareza a contradição em que se debate (sic) a agricultura nacional, entre o modo de apropriação da terra e o desenvolvimento das forças produtivas”.¹⁰¹ Em outras palavras, em sua análise o autor identificava, a partir da industrialização de Porto Alegre, o problema de uma agricultura cada vez menos produtiva ao mesmo tempo em que se concentrava nas mãos de poucos proprietários.

Por outro lado, essa relação entre campo e cidade explorada na análise de Singer pode ser interessante para avaliarmos um diferente aspecto da industrialização e urbanização porto-alegrense: a migração interna. A composição da mão de obra também pode ser vista como fator determinante para se analisar a relação entre campo e cidade, possibilitando cogitar um movimento de êxodo rural nesse período em direção à capital. Em 1960, o Censo do IBGE incluía a questão da migração interna nas capitais brasileiras,

⁹⁹ *Ibid.* p. 192-196.

¹⁰⁰ ACCURSO, Cláudio. *op. cit.* p. 75.

¹⁰¹ *Ibid.* p. 195.

uma novidade até então. Segundo a pesquisa, Porto Alegre tinha uma população de 261.544 de habitantes “não naturais” do município que residiam.¹⁰² Com uma população total estimada em 641.173 habitantes, isso significava que 40,79% da capital não era nascida em Porto Alegre. É difícil saber ao certo se esses dados demográficos podem ser estendidos para compreender a composição e a origem dos trabalhadores porto-alegrenses. Também não é possível inferir diretamente se esses habitantes não-naturais da capital seriam brasileiros, sul-rio-grandenses ou mesmo estrangeiros. Porém, eles permitem refletir acerca do crescimento urbano da capital ser movido pelo fluxo interno, mostrando que demograficamente quase metade da população porto-alegrense não era natural da cidade.

A essa composição pode se agregar também a questão da imigração na composição social da capital gaúcha. Segundo o Censo do IBGE, em 1960 havia 52.116 estrangeiros não-naturalizados habitando no Rio Grande do Sul, vindos de países como Alemanha, Itália, Polônia, Uruguai, Portugal, Espanha, entre outros.¹⁰³ No Censo de 1940, por outro lado, esse número era de 87.054 pessoas. O decréscimo no número de estrangeiros em 20 anos pode ser explicado pelas campanhas de nacionalização, promovidas durante o período getulista, mas também pela queda no fluxo migratório em direção ao estado – em 1940, o Rio Grande do Sul contava com 46.770 estrangeiros naturalizados; em 1960, essa proporção diminuía para 13.800. Por sua vez, é possível afirmar que em 1960, pelo quadro demográfico geral que o IBGE definira, dos habitantes de Porto Alegre, somente 313.713 teriam nascido na capital (ou 48,92% da população era natural da cidade, enquanto os 51,08% restantes seriam representados por estrangeiros, brasileiros vindos de outros estados, ou sul-rio-grandenses vindos de outras cidades).

A presença de estrangeiros na cidade de Porto Alegre, diga-se de passagem, não pode ser vista somente enquanto um dado apressado e quantitativo. Alexandre Fortes salienta que a composição de poloneses, russos, bielo-russos e ucranianos na região do Quarto Distrito foi fundamental na construção da identidade de inúmeros operários e operárias. Conforme esses laços eram estabelecidos, os chamados “polacos” se relacionavam com a cultura brasileira e, é claro, tinham de lidar com a constante vigilância de órgãos de segurança quanto a ideologias ou costumes que eles reproduziam

¹⁰² IBGE, *Censo Demográfico de 1960 – Rio Grande do Sul*. Série Regional. Volume 1. Tomo XVI. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento de Estatísticas da População. 1961. p. 98.

¹⁰³ *Idem*. p. 7.

no contexto nacional. Isso teria levado Fortes a afirmar que “a dissolução de uma identidade particular parece ter sido a opção ou o destino de muitos grupos que compunham o contingente de “polacos”; hoje é quase impossível encontrar vestígios da sua presença na cidade.”¹⁰⁴

Certamente outras identidades estavam presentes em Porto Alegre. O passado escravista brasileiro ainda deixava suas marcas na sociedade e a capital sul-rio-grandense não era exceção. Além disso, a presença de grupos étnicos alemães e italianos era outro elemento a ser fortemente considerado na composição social da cidade e possivelmente era também um fator de tensão social, especialmente após o contexto das campanhas de nacionalização da década de 1940, promovidas pelo Estado Novo e ganhando relativa adesão popular com a Segunda Guerra Mundial.

Em alguns casos, essas tensões cruzavam questões como a divisão do trabalho, como Fortes salienta. A formação histórica do patronato porto-alegrense nas primeiras décadas do século XX revelava a presença constante de imigrantes alemães e italianos que instalaram-se na região metropolitana de Porto Alegre e expandiram seus negócios para as zonas industriais da capital gaúcha. A imigração alemã após a década de 1880 no Rio Grande do Sul acabou concentrando-se na região do Vale dos Sinos e passou a expandir-se na capital gaúcha.¹⁰⁵ Esse patronato teuto-brasileiro manteve-se dominante na industrialização da cidade e passou a estabelecer algo que Robert Alexander denominou como “paternalismo empresarial praticado no Brasil”.¹⁰⁶

Além das questões étnicas que estavam presentes, há que se considerar também o papel das mulheres na força de trabalho do operariado gaúcho. Ronaldo Herrein Jr. afirma que entre 1920 a 1950, a presença de mulheres no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul era significativa (20% da força de trabalho), mas menor do que em São Paulo (31% do total). Por outro lado, o autor afirmava também que isso garantia uma média salarial mais alta na indústria gaúcha do que na indústria paulista – “onde a maior inserção das

¹⁰⁴ Ver FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 146. É importante também considerar os limites desse tipo de experiência no contexto nacional. Ao procurar retomar suas memórias, a operária da Renner, Julieta Battistoli afirmara que a empresa – possivelmente uma das maiores fábricas de Porto Alegre – era conhecida por “não ter preto”. Todavia, ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos historiadores do Trabalho para analisar a força e a presença das questões raciais interseccionadas com a questão de classe em Porto Alegre. Ver: CARVALHO JÚNIOR, Francisco. GARCIA, Eliane Rosa (org.). *Adorável camarada: memórias de Julieta Battistoli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. p. 29.

¹⁰⁵ SINGER, Paul. *op. cit.* p. 166-167.

¹⁰⁶ Essa discussão será retomada posteriormente na tese, quando se especificar a questão das posições empresariais em Porto Alegre acerca dos problemas de custo de vida. ALEXANDER, Robert J. *Labor relations in Argentina, Brazil and Chile*. New York. Mc-Graw Hill, 1962. p. 105-106. Citado em FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 177.

mulheres rebaixava a média salarial¹⁰⁷. Nesse contexto, segundo o autor, o trabalho feminino seria uma opção do patronato para manter os salários reduzidos.

Porém, esses dados ignoram duas questões de relativa importância: a primeira é que em alguns setores a força de trabalho feminina estava definitivamente bem representada. Segundo levantamento do Departamento Estadual de Estatística de 1941, o trabalho feminino em Porto Alegre era de proporção de mais de 25% da força de trabalho e, em alguns setores, elas superavam o trabalho masculino – como por exemplo, nas indústrias têxteis e de vestuário da capital.¹⁰⁸

Com 1/4 da força de trabalho da capital sendo composta por mulheres em 1941, é possível inferir que esse número não diminuiu com o passar das décadas. O Censo de 1960, por exemplo, definia que a população porto-alegrense estava dividida entre 302.340 homens e 332.785 mulheres. Ainda que a pesquisa não apresentasse dados sobre a divisão em termos de sexo quanto à ocupação dos habitantes em Porto Alegre, ela apresentava esses dados em relação ao Rio Grande do Sul, onde a proporção certamente seria diferente. A pesquisa apresentava 346.485 mulheres dentro da população economicamente ativa no Rio Grande do Sul. A maior parte desse contingente encontrava-se na agricultura, pecuária e silvicultura (37,97% da força de trabalho das mulheres), na prestação de serviços (30,79%), em atividades sociais (13,59%) e na indústria (7,06%). Ainda assim, a força de trabalho no estado seria predominantemente masculina, com 1.412.935 habitantes – quase cinco vezes mais o número de mulheres envolvidas na população economicamente ativa.¹⁰⁹

A ideia de população economicamente ativa, contudo, precisa ser mediada. É possível que o IBGE discutisse esses termos somente dentre a população empregada em atividades remuneradas – ignorando com isso serviços não-remunerados, trabalho doméstico e desemprego feminino. Accurso ressaltara que a diferença entre população

¹⁰⁷ HERREIN JR., Ronaldo. *Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920 – 1950*. IN: Revista de Sociologia e Política – UFPR. Curitiba: 2000, n.14. p. 103-118.

¹⁰⁸ Em 1941, havia 15 estabelecimentos têxteis na capital, com 3.156 trabalhadores, onde 1.269 eram homens e 1.887 eram mulheres. No mesmo ano, havia 296 estabelecimentos voltados para a produção de vestuário e tinham um número menor de trabalhadores (2.624). Ainda assim, as mulheres superavam os homens também nesse setor, com 1.336 e 1.258 de cada sexo. Ver: Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico de 1941*. Porto Alegre. Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 1941.

¹⁰⁹ Nesse quesito, é importante ressaltar que Herrein Jr. avalia a presença feminina dentre os operários sul-rio-grandenses com base em censos industriais. Segundo seus dados, a proporção de 23% se manteve nas décadas de 1940 a 1950. Essa parece ter sido uma constante também na cidade de São Paulo, embora o contingente de operárias fosse maior do que no Rio Grande do Sul (33,7% da força de trabalho em 1950). Ver: HERREIN Jr. *op. cit.* p. 112.

ativa e a população ocupada seriam substanciais para compreender, por exemplo, porque somente 60% da população ativa gaúcha encontrava-se ocupada em 1950. Segundo ele, isso poderia ser explicado pelo fato de que boa parte da população de 15 a 19 anos ainda não tivesse sido incorporada à força de trabalho e também pelo fato de que o grupo de 50 a 59 anos deveria contar com muitos aposentados, afastados da força de trabalho antes de completarem seu ciclo de atividade.¹¹⁰ Ainda assim, o autor não se arrisca a discutir o papel das mulheres nesse mercado de trabalho – no qual talvez fosse possível encontrar grande parte da população economicamente ativa e não-ocupada do Rio Grande do Sul.

Dentre a ocupação econômica da população sul-rio-grandense, era possível perceber que setores como serviços e indústria cresciam vigorosamente no período entre 1940 a 1950, assim como também era possível perceber que esse crescimento decorria da redução da agricultura. É possível ver na tabela abaixo, reproduzida por Accurso, como o crescimento da ocupação nos serviços e nas indústrias extrativa e de transformação contemplava o mesmo percentual de decréscimo da agricultura:

Tabela: Ocupação populacional rio-grandense

Setores	1940	1950
Agricultura	69%	60%
Indústria extrativa	1%	2%
Indústria de transformação	9%	12%
Comércio de mercadorias	6%	6%
Comércio de imóveis	0,5%	1%
Transporte	4%	4%
Administração pública	3%	3%
Profissões liberais	1,5%	1%
Serviços	6%	13%
<i>Total</i>	100%	100%

Fonte: *Anuário estatístico do Brasil; 1939/1956*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939/1956. IN: ACCURSO, Cláudio F. *op. cit.* p. 150.

A ideia de uma população ocupada cujas atividades econômicas estariam baseadas no crescimento do emprego da indústria e dos serviços exige uma reflexão acerca da renda *per capita* no estado e que poderiam ser estendidos a Porto Alegre. No período de 1947 a 1951, o salário mínimo nacional se manteve congelado no valor de Cr\$ 360,00. Em 1952, o salário sofrera um reajuste considerável para Cr\$ 1.190,00 e em 1954, poucos meses antes da crise presidencial, o salário aumentara para Cr\$ 2.300,00. Em 1953 o Rio

¹¹⁰ ACCURSO, Cláudio F. *op. cit.* p. 149.

Grande do Sul era considerado um dos principais estados em termos de renda *per capita*, superando inclusive São Paulo e Distrito Federal.¹¹¹

Contudo, enquanto a renda *per capita* gaúcha era consideravelmente maior do que a de outros estados mais industrializados, ela por si só não é um dado elucidativo. Aqui, creio ser importante remeter a uma reflexão feita pelo historiador britânico Edward Thompson ao analisar a polêmica entre as diferentes visões historiográficas sobre a Revolução Industrial na Inglaterra. Tradicionalmente, os historiadores ingleses viram-se divididos entre *pessimistas* e *otimistas*, ou seja, entre duas correntes explicativas que viam o processo de industrialização ou pelo empobrecimento absoluto da população, ou pelo seu consequente empoderamento conforme aumentavam suas rendas. Thompson procura criticar ambas visões por discutirem em planos quantitativos o impacto de um processo socioeconômico, ignorando aspectos culturais que talvez fossem ainda mais significativos para compreender como a industrialização inglesa pôde ser percebida de forma negativa por boa parte dos agentes sociais da época.¹¹²

Ao rebater os argumentos *otimistas*, advindos de uma interpretação neoclássica focada exclusivamente na renda e na produtividade, Thompson afirmou que o crescimento da renda durante o processo de industrialização foi apenas uma das características do período. O controle disciplinar fabril, a perda do tempo doméstico e de lazer, o acesso a mercadorias consideradas de menor valor, etc. todos esses são elementos percebidos por operários e operárias da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX a partir de suas experiências compartilhadas. Assim, os aumentos salariais e a redução no custo de vida – índices valorizados pelos chamados *otimistas* –, ignoram elementos de ordem cultural que determinariam a visão dos agentes sobre o processo sócio-histórico.

Com essa ressalva feita, é importante projetar sobre a informação da renda *per capita* a questão do custo de vida e o acesso – ou a restrição – a uma série de bens de consumo e mercadorias. Voltando ao contexto rio-grandense e porto-alegrense, a questão do custo de vida era um problema existente na capital gaúcha desde o início do século XX. Alexandre Fortes, avaliando as greves operárias porto-alegrenses na Primeira República, apontou que a questão do custo de vida em Porto Alegre era algo que

¹¹¹ É possível retomar o argumento de Herrein Jr. sobre o fato de que a menor ocupação de mulheres e de menores de idade na força de trabalho rio-grandense ajudaria a explicar o porquê da renda rio-grandense *per capita* ser maior do que a renda de São Paulo. Porém, talvez seja necessário avaliar também outros fatores que projetem o custo de vida sobre a renda para garantir uma compreensão mais adequada sobre esse fenômeno. Para a explicação sobre o peso das mulheres e dos menores na queda salarial, ver: HERREIN Jr. *op. cit.* p. 113-114.

¹¹² THOMPSON, Edward. *A formação da classe...* volume 2. p. 33-40.

preocupava as autoridades sul-rio-grandenses desde o início do processo de industrialização e que teve seu auge a partir dos problemas de carestia decorrentes da conjuntura de Primeira Guerra Mundial.¹¹³ Aumentos salariais pontuais e a fiscalização sobre os comerciantes passaram a ser medidas comuns da prefeitura e do governo do estado, de tal forma que se esperava com isso reduzir as tensões que aproximavam os trabalhadores do movimento operário e sindical.

Durante a Segunda Guerra Mundial, contudo, com o processo de modernização industrial proposto pelo Estado Novo e alinhavado com a Consolidação das Leis do Trabalho, o custo de vida voltou a ser um problema determinante na economia nacional brasileira. O próprio salário mínimo, criado em 1938, tem como sua origem a preocupação das autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dos industriais brasileiros organizados nas suas associações de classe.

No que diz respeito a renda mínima instituída, há que se fazer uma ponderação. Como aponta Pedro Fonseca, não há um consenso sobre as vantagens do salário mínimo para os trabalhadores, sendo esse um tema que divide historiadores, economistas e sociólogos ainda hoje na produção acadêmica brasileira.¹¹⁴ Contudo, analisando as diferentes interpretações mais canônicas sobre o tema, o economista corrobora duas posições clássicas: a do sociólogo Francisco de Oliveira, no famoso ensaio *Crítica à razão dualista*, e a de Luiz Werneck Vianna em *Liberalismo e sindicato*. Para Fonseca, ambos autores lançaram importantes questionamentos sobre como a criação do salário mínimo teria sido mobilizada a partir de cálculos que permitiram avançar na acumulação capitalista brasileira.

Para Oliveira, o salário mínimo não conseguia resolver os problemas do custo de vida dos trabalhadores justamente porque não tinha tal pretensão. A concepção do salário mínimo não se baseou em uma política redistributiva de lucros das empresas para os funcionários, mas sim na criação de um “salário de subsistência”, ou seja, um salário a serviço somente da reprodução de mão de obra com o mínimo necessário para fazê-lo. Com a elevação cada vez mais rápida do custo de vida, esse mínimo acabou sendo engolido por uma rápida ascensão do custo de vida.¹¹⁵ Logo, afirma Oliveira, o “padrão

¹¹³ FORTES, Alexandre. *Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República*. IN: LARA, Sílvia H. MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.) *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas. Editora da UNICAMP, 2006. p. 347-352.

¹¹⁴ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 303-304.

¹¹⁵ Fonseca corrobora com a posição de Francisco de Oliveira demonstrando, a partir de dados empíricos organizados pelo DIEESE-SP, que entre 1940 a 1952 o valor real do mínimo sofreu uma perda estrondosa,

de vida da classe operária sofrera um baque”, pois o salário mínimo não apenas nivelava os gastos dos trabalhadores, mas reduzia seus rendimentos de tal forma que eles viam seu salário perder valor real rapidamente.¹¹⁶

Para Luiz Werneck Vianna, por sua vez, o cálculo que nivelara os gastos dos trabalhadores teria sido justamente o problema. Partindo de uma fórmula “biológica” (ou “vital”), os seus idealizadores realizaram um somatório das despesas diárias dos trabalhadores adultos em alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Todavia, havia dois elementos que permitiam que esse nivelamento acompanhasse uma redução salarial para o operariado urbano: primeiro, as diferenças regionais seriam condensadas num único cálculo, ignorando as diferenças de custo de vida em diferentes regiões. E segundo, considerava-se na base do cálculo elementos como trabalhadores rurais, desempregados e formas de trabalho familiar – todos esses sendo justamente aqueles que possuíam os piores ordenados. A medida que eles entraram na base de cálculo, os salários dos operários urbanos acabavam sendo puxados para baixo.¹¹⁷ Para Nauber Gavski da Silva, as posições de Fonseca, Vianna e Oliveira fornecem elementos empíricos e teóricos suficientes para atestar que a criação do salário mínimo não fora um projeto de “mínimo social” e sim um “mínimo de subsistência”, muito mais palatável aos empresários e suas entidades patronais e essencial para a acumulação capitalista no Brasil.¹¹⁸

De fato, diante dessas perspectivas, a questão da carestia torna-se um fator determinante para compreender como os salários perderam valor e como as condições de vida dos trabalhadores de Porto Alegre sofreram alterações drásticas – que em última instância significavam privações. Esse aumento do custo de vida, por sua vez, estaria relacionado principalmente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, enquanto horas extras de trabalho eram definidas por novas regulamentações do Estado de Guerra que o país se encontrava. Trabalhando mais e com rendimentos cada vez menores, 1944 e 1945 foram anos que abriram, ao menos na capital gaúcha, um novo ciclo de greves e lutas operárias. As mensagens de patriotismo e esforço de guerra eram consolidadas tanto pelo Estado (nos seus diferentes âmbitos federal, regional e municipal)

caindo de um índice-base de 100% em 1940 para 36,80% em 1951 e só sendo reajustado para 98,77 em 1952. Ver: FONSECA, Pedro César Dutra. *Vargas...op. cit.* p. 308-309.

¹¹⁶ Ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O Ornitórrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006. p. 36-38. Francisco de Oliveira ainda ressalta que a própria especialização operária teria um papel conflitante com esse nivelamento. À medida que a indústria brasileira passava a exigir cada vez mais uma mão de obra especializada para as demandas da guerra, ao mesmo tempo essa especialização continuava limitada pelo salário mínimo, já que ela não aumentava diretamente o salário de certos operários.

¹¹⁷ VIANNA, Luiz Werneck. *op. cit.* p. 240.

¹¹⁸ SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa... op. cit.* p. 26.

como também pelos capitalistas brasileiros (que desejavam aproveitar o contexto da guerra para aumentar a produtividade nacional), mas o custo de vida não se reduzia para os trabalhadores porto-alegrenses. Com a crise política que se instaurou durante os últimos anos do Estado Novo, era de se supor que o fim da guerra e do regime de Vargas poderiam ser fatores políticos importantes para reorientações econômicas e que resolvessem o problema da carestia. Todavia, não foi isso que aconteceu.

Como afirmei durante a Introdução, o conceito de “pacto trabalhista” passou a ganhar terreno na produção historiográfica que analisa o período Vargas até a Ditadura Militar. O termo, contudo, necessita ser dimensionado para as tensões que se manifestam em meio ao “pacto”, revelando assim a desigualdade entre os agentes que negociariam leis e direitos. As lealdades políticas e ideológicas, por sua vez, estariam sujeitas à eficácia da lei, como aponta John French.¹¹⁹ E ainda que as lealdades fossem sinceras, não se pode perder de vista que existia práticas de trabalhadores que abriam para possibilidades de resistência de classe diante de um custo de vida cada vez maior e da sombra insuspeita da carestia que rondava as economias domésticas (o que pretendo demonstrar ainda nos capítulos seguintes). Nesse ponto, a problemática da carestia pode ser um ponto privilegiado de análise para verificar as tensões internas do chamado “pacto trabalhista”.

Todavia, tal análise depende de algumas observações prévias. A primeira delas diz respeito a força que os “trabalhistas” possuíam na esfera político-eleitoral em Porto Alegre (assim como no Rio Grande do Sul). Ela torna-se ainda mais concreta se for colocada a partir de uma ótica que considere o peso de uma classe trabalhadora demograficamente numerosa na capital gaúcha. Ainda assim, somente no capítulo seguinte pretendo discutir os debates político institucionais sobre a carestia, destacando “trabalhistas” e “comunistas” do período – ainda que não exclusivamente. Cabe ressaltar que há importantes trabalhos que já se debruçaram sobre a força desses grupos e que procuraram analisar o respaldo que a ideologia trabalhista tinha em Porto Alegre.

O trabalho precursor dessa discussão foi justamente o de Miguel Bodea, em seu livro *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Bodea procurou analisar como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrata (PSD), ambos oriundos das hostes getulistas, se construíram como rivais no Rio Grande do Sul. Ao contrário de cenários como de São Paulo (onde os “trabalhistas” tinham pouca força política) e Rio de Janeiro (onde os “sociais-democratas” eram apenas a terceira força

¹¹⁹ FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 8-10.

política), o Rio Grande do Sul viu emergir dentro da estrutura de poder concebida por Vargas uma rivalidade partidária que perduraria durante todo o período democrático.

Em sua análise, Bodea afirma que o PTB teria sido criado com o objetivo de disputar o voto dos principais centros urbanos com o Partido Comunista do Brasil (PCB), que em 1945 experimentaria um breve período de legalidade.¹²⁰ Com a ilegalidade dos comunistas e a presença de sindicalistas na sua direção, o PTB chegou já na década de 1950 como a principal referência política-institucional para milhares de trabalhadores porto-alegrenses. Já em 1947, nas eleições para governador do estado, Alberto Pasqualini (PTB) fora derrotado por Walter Jobim (PSD), mas sua votação expressiva em Porto Alegre fez com que o PTB saísse vitorioso na capital gaúcha. No mesmo ano, nas eleições para a Câmara de Vereadores em Porto Alegre, o PTB conseguiria 8 das 21 cadeiras, tornando-se a maior bancada do legislativo da capital.¹²¹ A partir daí, o PTB seria uma das principais forças políticas da capital gaúcha, com uma forte base de sustentação.¹²²

O PTB teria várias bases de sustentação, sendo que a corrente “sindicalista” do partido seria apenas uma delas. A força de nomes como Getúlio Vargas, José Brochado da Rocha, Leonel Brizola, Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini indicaria que o PTB era um partido com considerável força não apenas dentre operários, mas também entre outros setores. Há que se considerar também a questão da alfabetização, já que analfabetos não podiam votar nas eleições. Em 1960, o Censo do IBGE referente a Porto Alegre apontava que mais de 83% da população da capital seria alfabetizada – um índice relativamente alto para a época. Entre os 17% não alfabetizados, claro, haveria ainda aqueles que não teriam acesso à política institucional da época. Contudo, com um índice elevado de alfabetização no final da década de 1950 e com as expressivas votações do PTB, seria realmente possível definir que esse era o partido escolhido pela maioria dos trabalhadores porto-alegrenses para atender as suas demandas?¹²³

Essa é uma pergunta que será retomada posteriormente no Capítulo 2, como afirmei anteriormente. Por ora, ressalto que a hegemonia eleitoral do PTB e a presença significativa de uma classe trabalhadora assalariada são apenas alguns dos fatores que

¹²⁰ BODEA, Miguel. *op. cit.* p. 16.

¹²¹ *Idem.* p. 56-58.

¹²² A principal derrota do PTB em Porto Alegre acabou sendo a eleição para prefeito de 1951, onde Ildo Meneghetti (PSD) derrotou Leonel Brizola (PTB) por uma diferença de pouco mais de 1.000 votos. Após 1956, contudo, o PTB passou a ter hegemonia na política da capital gaúcha pelo menos até 1964.

¹²³ O líder metalúrgico Júlio Mesquita afirmava que em Porto Alegre, a relação entre comunistas e trabalhistas nos sindicatos era bastante sólida e que as organizações grevistas mantinham representações tanto do PTB quanto do PCB ao longo do período. Ver: BODEA, Miguel. *op. cit.* p. 121.

permitem compreender como a capital gaúcha foi palco de uma disputa política pela “carestia” – ou, em outras palavras, pelo direito de se apropriar e transformar a situação de pauperização a que se encontravam milhares de trabalhadores urbanos.

Há que se considerar que essa luta política envolvia também uma disputa de informação – sobre como apresentar essa carestia, entendê-la e, é claro, solucioná-la a partir de uma “estratégia”. Assim, as pesquisas sobre “custo” e “padrão de vida” passaram a ser realizadas a partir de um cenário onde o custo de vida e a escassez de gêneros precisavam ser sanados para o bem do “pacto trabalhista”.

1.2 – As pesquisas de “custo de vida” em Porto Alegre

Ao pesquisar o cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires no final do século XIX e início do século XX, o historiador Norberto Ferreras lançou uma possibilidade metodológica ao buscar as experiências compartilhadas nos *conventillos* (cortiços) onde viviam os operários argentinos. Essas experiências revelariam suas condições de habitação e seus consumos alimentares, de tal forma que o olhar sobre o bairro, a moradia e a alimentação permitiriam conhecer o “modo de vida” dos trabalhadores e como ele aglutinaria as suas experiências.¹²⁴ O olhar de Ferreras envolve uma delimitação sobre o tema do custo de vida que, em última instância, permite questionar se outros elementos não poderiam ser agregados para compor essa experiência – e, da mesma forma, o que se perderia e o que se somaria ao acrescentar elementos tais como saúde, unidade familiar, hábitos de lazer, entre outros.¹²⁵ Por ora, a proposta do historiador tem como ponto positivo a problematização dessa noção de “modo de vida”, mais ampla do que termos como “custo de vida”, e que permite acrescentar uma enorme gama de fatores para compô-lo.¹²⁶

¹²⁴ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos ...op. cit.*, p. 15-17.

¹²⁵ A historiadora Eulália Maria Lobo, em seu estudo clássico sobre as “condições de vida” do operariado do Rio de Janeiro durante parte do século XX, partiu de um sentido mais amplo para a discussão de “condições de vida”, assinalando temas como saúde, lazer, habitação, alimentação e desenvolvimento cultural. Apesar disso, cabe a ressalva de que no trabalho de Lobo as temáticas acima citadas são tratadas de forma genérica e é impossível discriminar diferentes tipos de consumo de alimentos ou práticas culturais relacionadas com o termo. Para mais, ver: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *op. cit.* p. 2.

¹²⁶ Creio ser válida uma ressalva nesta consideração: em boa parte das fontes discutidas nesse capítulo, é possível perceber que os pesquisadores da época consideravam que os termos “custo de vida”, “padrão de vida” e “condições de vida” eram sinônimos, empregando-os a partir de uma mesma noção estatística a partir de médias aritméticas. Ao longo do texto procurei manter os termos originais das pesquisas realizadas na época estudada, mas analisarei as diferentes interpretações possíveis acerca dos termos discutidos aqui.

A ideia central de Ferreras, visando discutir o “modo de vida”, abre também uma possibilidade investigativa sobre como é formado o próprio conceito de “custo de vida”. Menos abrangente que o “modo de vida”, ela investiga a relação entre preços e renda estabelecidos pelo mercado consumidor conforme o acesso a determinados produtos. Contudo, não se tratava de um conceito fechado *a priori*, mas sim de algo que dependia da escolha de quais produtos e, principalmente, quais consumidores seriam analisados para realizar esse levantamento. Somado a isso, no contexto específico de Porto Alegre, a preocupação com o “custo” era o objetivo central das pesquisas estatísticas e econômicas das décadas de 1940 e 1950 que já existiam na sociedade brasileira e foram se sofisticando, metodologicamente, ao longo do período.

Desde 1938 a questão da estatística no Rio Grande do Sul era subordinada aos ditames metodológicos expostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo ano em que o salário mínimo fora criado nacionalmente, o IBGE reorganizava o “sistema estatístico nacional”, no qual a regionalização dos institutos de pesquisa econômica e estatística passavam a ser subordinados ao órgão nacional e, em 1939, essa transformação possibilitou a criação do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS).¹²⁷ Essa entidade acabou sendo a principal responsável pelas pesquisas acerca da economia do estado e, é claro, das questões referentes ao que era chamado de “padrão de vida” em suas pesquisas. Enquanto órgão público, as demandas que recaíam sobre o DEE-RS eram ligadas a Secretaria de Economia do governo do estado, embora houvesse um foco maior nas pesquisas referentes a Porto Alegre.¹²⁸

A preocupação sobre o “padrão de vida” dos trabalhadores, por sua vez, retomava a questão do difícil equilíbrio de preços. Para o marxismo, na própria essência do modo de produção capitalista está o fato de que oferta e demanda jamais coincidem e que, portanto, os preços não poderiam ser explicados somente por essa razão (isso será abordado posteriormente no capítulo 2)¹²⁹. A escassez, portanto, acaba sendo um fenômeno constante para regular a oferta de uma determinada mercadoria – e pode

¹²⁷ Fundação de Economia e Estatística. *Evolução da estatística no Rio Grande do Sul – uma contribuição para o conhecimento histórico*. Porto Alegre: Ed. FEE-RS, 1981. p. 18-19.

¹²⁸ Um exemplo disso é o levantamento estatístico sobre o “padrão de vida” operário de 1943, criado pelo DEE-RS e com participação direta do Sindicato dos Comerciantes. Das mais de 600 fichas preenchidas, o departamento estatístico registrava que 165 eram de Porto Alegre. Para mais, ver: PUREZA, Fernando Cauduro. “*Economia de guerra*”...*op. cit.* p. 88.

¹²⁹ MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Terceiro: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

inclusive influenciar na demanda.¹³⁰ Maurice Godelier argumenta que um dos maiores problemas do capitalismo é justamente os desequilíbrios que existem entre ofertas e demandas e, diante de uma renda escassa, essa função seria ainda maior.¹³¹ Para os grandes produtores, empresários e fazendeiros, havia uma alternativa para buscar um controle sobre a proporção da oferta e demanda e evitar qualquer desequilíbrio que lhes atingisse economicamente. A criação de “padrões de consumo” seguiria esse princípio, buscando criar uma situação em que os preços que lhes fossem favoráveis e que ao mesmo tempo não fosse maior do que o poder de compra dos trabalhadores.

As pesquisas de “padrão de vida” seguiam esse roteiro, pois eram interessantes do ponto de vista dos produtores. Porém, as entidades encarregadas pela formulação do “padrão de vida” do operário porto-alegrense eram institutos estatais de pesquisa demográfica. Além do IBGE e do DEE-RS, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou, em 1953, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE). Dada a federalização da universidade, realizada em 1950, a autonomia da faculdade permitiu a criação de um centro de pesquisa voltado somente para questões referentes à estatística e economia que suprissem a necessidade por dados que o DEE-RS não conseguia fornecer. Assim, se considerava que os planejamentos estratégicos para a economia do Rio Grande do Sul dependiam de uma ação conjunta que envolvia Estado e produtores que, em última instância, concebiam os problemas de ordem econômica da carestia como fundamentais para o avanço do capitalismo produtivo.

De fato, no seu primeiro regimento, em junho de 1953, o CEPE apontava como seus objetivos: “1) realizar pesquisas na área da Economia Regional e Nacional; 2) proporcionar o aperfeiçoamento de economistas e professores; 3) exercitar os alunos na investigação científica, complementando o ensino da Faculdade; 4) cooperar com a administração pública e entidades privadas”.¹³² Embora sua ênfase fosse acadêmica, percebe-se que os interesses do Centro eram focados nas cooperações entre público e privado, saindo das conjunturas regionais para a nacional.

¹³⁰ O antropólogo Sidney Mintz afirma que nas sociedades modernas, a guerra seria um importante fator capaz de alterar as dietas básicas. Isso ocorreria tanto pela escassez de um determinado gênero assim como pela oferta de um novo produto. Dessa forma, seria possível depreender que a guerra seria um importante regulador do mercado nas sociedades modernas. Ver: MINTZ, Sidney. *Tasting food...op. cit.* p. 17-33.

¹³¹ Segundo Maurice Godelier, essa é uma característica comum do modo de produção capitalista, afirmando que as flutuações da oferta e da demanda regem as escalas de preço das mercadorias, o que faz com que isso gere uma diferenciação entre um mercado de preços e a quantificação dos valores das mercadorias. Ver: GODELIER, Maurice. *Rationalité & Irrationalité en économie*. Volume 1. Paris: François Maspero, 1983. p. 79.

¹³² MASINA, Renato. *IEPE: 1953 – 2003. 50 anos de estudos e pesquisas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. p. 3-4.

Contudo, convém salientar que a política da entidade seria mais complexa do que se permite transparecer por seu programa. Nauber Gavski da Silva apontou a heterogeneidade do Conselho Diretor da entidade em sua primeira gestão.¹³³ O então vereador do PTB e professor da Faculdade de Economia, Armando Temperani Pereira, que naquele período era uma importante voz discutindo a carestia na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (como poderá ser visto na seção 2.2 do capítulo seguinte) encabeçava a lista dos fundadores da entidade, junto com outro colega petebista e vereador, o advogado trabalhista Ábio Hervê (um nome que estará presente tanto no segundo quanto no terceiro capítulo da tese). Junto dos petebistas, a lista dos diretores tinha também o professor e estatístico Ernesto Pellanda (que realizara a biografia do industrial A. J. Renner), o professor da faculdade de Direito Armando Fay de Azevedo (conhecido por sua simpatia com o antigo Partido Libertador, onde militara na juventude), o professor Edgar Wiltgen (que apesar de ser bacharel em direito era professor de estatística), Júlio Paulo Wanner (representante da associação comercial de Porto Alegre¹³⁴), Ernani Fleck (cuja única referência encontrada é que possuía inúmeros lotes de terras no bairro Moinhos de Vento e era amigo de Getúlio Vargas e Lindolfo Collor¹³⁵), e o professor de economia Manoel Luzardo de Almeida (que trabalhou e representou a FARSUL desde a década de 1960¹³⁶). Embora politicamente heterogêneo, com elementos conservadores e progressistas, destaca-se o fato de que era um campo tomado por especialistas. A ausência de representação sindical e operária na Direção, contudo, seria uma constante no Centro, que se focaria cada vez mais no trabalho estatístico, econométrico e demográfico.¹³⁷

Dado o investimento recebido pelo CEPE, a entidade acabou sendo um importante centro de pesquisa, possibilitando uma série de levantamentos ainda mais aprimorados do que os que o DEE-RS e o IBGE realizaram ao longo da década de 1940. De fato, as pesquisas de orçamentos familiares passaram a ser realizadas com regularidade pela entidade. A primeira, feita em 1954, teve sequência posteriormente em 1960, 1970, 1975

¹³³ SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa... op. cit.* p. 175-176.

¹³⁴ Revista da Associação Comercial. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1956. p. 94.

¹³⁵ “História de uma vida no Moinhos”. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6 de dezembro de 2007. Edição digital.

<http://www.diario.com.br/eleicoes2008/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&action=noticias&id=1699181§ion=Not%EDcias> . Último acesso no dia 29 de janeiro de 2016.

¹³⁶ NARDY, Flávio Correia. *A FARSUL e a luta por Reforma Agrária: violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul* (1962). Dissertação de Mestrado. Santa Maria: PPG-História UFSM, 2014. p. 81.

¹³⁷ MASINA, Renato. *op. cit.* p. 27.

e 1983. Todas elas se baseavam na mesma categoria, ou seja, nos “operários da indústria de transformação do município de Porto Alegre”, cuja renda familiar não ultrapassaria a faixa dos oito salários mínimos regionais.¹³⁸

Complementares em seus objetivos quanto à disposição da pesquisa econômica e estatística, ambas instituições elaboravam índices de preço sobre bens de consumo buscando analisar e conceber um “padrão” que pudesse ser verificável para as entidades do Estado, as entidades patronais e para o movimento sindical. Contudo, mais do que isso, tais pesquisas visavam a estabelecer uma noção objetiva e quantitativa sobre problemas sociais tais como a desigualdade de renda, a desnutrição e a miséria urbana.

Retomar essas pesquisas realizadas nas décadas de 1940, 1950 e 1960 exige que se questione, afinal, como se pretendia “padronizar o operário”¹³⁹. A principal meta, sem dúvida, era racionalizar a renda do trabalhador num processo em que ele seria orientado a seguir uma determinada escolha para os seus gastos pessoais e familiares. É possível que esse tipo de ingerência sobre a vida dos operários esperasse que eles passivamente aceitassem as determinações sobre seu padrão e a racionalidade em seu consumo. O CEPE, como adverti anteriormente, apesar de sua heterogeneidade política, não contemplava o operariado em sua direção. Seus estudos que buscavam determinar o “padrão de vida” operário tinham de estipular médias aritméticas que construíam também um “operário padrão”. Feitos esses processos, o diagnóstico sobre a carestia implicava também numa orientação para que os gastos dos trabalhadores fossem feitos da forma mais “racional” possível. Em outras palavras, as pesquisas possuíam um forte sentido de “estratégia”, nos dizeres de Michel de Certeau: elas procuravam construir uma racionalidade aos trabalhadores que fosse, em última instância, externa a eles.

Talvez um dos casos mais emblemáticos desse tipo de preocupação seja a pesquisa de João Luiz Maurity Sabóia sobre a relação entre a “ração essencial” e o salário mínimo no Brasil de 1940 a 1981. Apesar de ser uma pesquisa publicada em 1981, ela trabalha com um registro serial histórico focando essencialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o autor identificaria o mais alto custo de vida brasileiro. As variações percebidas nessa relação identificavam diferentes tipos de “ração” alimentar básica dos

¹³⁸ *Idem.*, p. 5.

¹³⁹ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa...* p. 37.

trabalhadores, mas não problematizavam o que era incluído como parte dessa suposta “ração”.¹⁴⁰

A ideia de uma “ração operária”, é bem verdade, era frequente desde os tempos da Segunda Guerra e do papel ativo da Coordenação de Mobilização Econômica, criada por Vargas durante o Estado Novo.¹⁴¹ Em 1947, procurando sistematizar as preocupações acerca do tema, o Ministério da Agricultura, em conjunto com o Serviço de Estatística da Produção (um órgão que respondia diretamente ao IBGE), lançou um estudo sobre o consumo de gêneros alimentícios no Brasil durante o período de 1933 a 1946, demonstrando aqui uma preocupação com o aumento de preços ocorrido no período. No texto publicado, os pesquisadores propuseram quatro classes de gêneros alimentícios que poderiam ser categorizados da seguinte forma: I – produtos agrícolas não-transformados; II – produtos agrícolas transformados; III – produtos pecuários e IV – produtos extrativos.¹⁴²

Tais definições serviam para categorizar o consumo dos trabalhadores e os preços dos gêneros. Porém, as dificuldades começavam a aparecer já na primeira categoria. Ao se referir a produtos agrícolas não-transformados, havia uma longa lista de mercadorias que não eram avaliadas pelos pesquisadores (entre elas, hortaliças e diversas leguminosas). Não é possível afirmar o porquê dessa exclusão, embora seja provável que a dificuldade de conseguir dados em todos os estados da Federação tenha sido o maior empecilho. Alguns alimentos como cereais e grãos (arroz, aveia, cevada, feijão, milho e trigo) contrastavam, nessa lista, com frutas e leguminosas, o que torna ainda mais confuso compreender os critérios envolvidos. Por outro lado, a falta de clareza nos critérios parece indicar uma certa dificuldade em conseguir estatísticas confiáveis quanto a preços e/ou consumo dessas mercadorias.

A falta de dados aparece novamente na categoria II, ou seja, a que se refere a produtos agrícolas transformados. Açúcar, aguardente, farinha de mandioca e vinho eram

¹⁴⁰ SABOIA, João L. M. *A ração essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo – 1940/1981*. Rio de Janeiro: ANPEC/PNPE, 1983.

¹⁴¹ Até mesmo os industriais pareciam ter apreço pela ideia da “alimentação racional” do trabalhador. O jornal *Correio do Povo*, durante a Segunda Guerra Mundial, enaltecia as instalações alimentares nas fábricas americanas desde a criação do sistema Kelloggs de comida desidratada. No estado do Rio Grande do Sul, as iniciativas precursoras de uma “alimentação racional” para os trabalhadores eram costumeiramente fruto de figuras como A. J. Renner, que capitalizava ao máximo tais ações para promover-se enquanto “empresário moderno”. Ver: “Os benefícios da alimentação sadia aos trabalhadores racionais.” *Correio do Povo*. 06 de junho de 1942. p. 3.

¹⁴² BRASIL. *Consumo de Gêneros Alimentícios no Brasil (análise do período 1933/1946)*. Ministério da Agricultura. Serviço de Estatística da Produção (órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro: Julho de 1947. p. 2.

analisados, mas demais produtos – como óleos comestíveis, conservas e demais farinhas – eram excluídos da análise. Na categoria IV, a de produtos extrativos, somente a erva-mate era computada (excluindo o consumo de castanhas, óleos e sal). Mas a mais surpreendente falta perceptível estava na categoria III, a de produtos pecuários. Estava excluída da pesquisa toda a produção avícola e seu consumo. Miúdos e vísceras de animais – uma alternativa de consumo de proteína que era mais barata – também estavam ausentes da pesquisa. Toucinho e banha eram computados juntos na pesquisa – e a banha era um produto essencial na cozinha da época, o que gera estranheza ela não ter sido discriminada. Porém, nenhuma ausência surpreende mais do que a do leite na pesquisa do Ministério da Agricultura.

A questão do leite merece um comentário à parte. Durante a Segunda Guerra Mundial, Porto Alegre passou por uma série de tensões relacionadas ao abastecimento de leite. O produto era fraudado em bares e restaurantes por comerciantes “inescrupulosos”; a Sociedade Anônima Beneficiadora do Leite (que tinha uma concessão da interventoria federal de Cordeiro de Farias) não distribuía o produto com frequência em regiões carentes; a estiagem de 1943 que prejudicava a produção; as enormes filas para encher as garrafas; o assalto aos distribuidores etc., em suma, o caos que a situação de guerra gerara a respeito do leite parece ter sido motivo de preocupações tanto das classes trabalhadoras quanto do Estado no período. As entidades responsáveis pela distribuição do leite lamentavam os incidentes e prometiam uma fiscalização constante sobre o produto, mas o fato é que ela não era suficiente para lidar com a demanda constante da população. A formação de um mercado “negro” era, por fim, a garantia de que a distribuição passava apenas para as classes mais altas.¹⁴³ Sendo assim, se o leite era um produto que suscitava tantas paixões e que, em certa medida, era considerado central para o chamado “desenvolvimento nacional”¹⁴⁴, por que a pesquisa não tentara cobrir o produto em sua análise estatística?

Uma das respostas para essa pergunta se encontra na ausência de dados. Ao se deparar com o caso porto-alegrense, é possível inferir que os pesquisadores tinham elementos o suficiente para que se projetasse a subida de preços do leite. Mas o mesmo talvez não pudesse ser dito de outras capitais, onde a pesquisa buscava traçar comparações. Ainda assim, há uma outra possibilidade explicativa: lançada em 1947 e

¹⁴³ PUREZA, Fernando Cauduro. “*Economia de guerra*”...*op. cit.* p. 90-93.

¹⁴⁴ “Ainda a escassez de leite para o consumo da população da cidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1943. p. 5.

avaliando uma série de 13 anos (1933 a 1946), é provável que os pesquisadores não quisessem submeter a questão do leite às pesquisas de custo de vida nesse momento. O produto era um dos mais valorizados na chamada “economia nacional” e alvo de polêmicas dentro da Coordenação de Mobilização Econômica e da Comissão Nacional de Abastecimento, órgãos importantes que foram estabelecidos durante a Segunda Guerra Mundial e que com suas transformações, seguiram atuando na questão do abastecimento (o que pretendo analisar no capítulo 2). É possível projetar também uma terceira hipótese: o leite seria um produto subsidiado em alguns estados de Federação. Logo, uma estatística de preços sobre esse gênero alimentício teria de considerar quais subsídios seriam esses. De qualquer forma, a sua ausência é emblemática dos limites da pesquisa do IBGE e do Ministério da Agricultura.

Ainda assim, não se pode perder de vista que a ideia central da pesquisa de gêneros alimentícios era averiguar o consumo dessas mercadorias e sua evolução de preços. A tentativa de mapeá-los nessa pesquisa parece ter tido ramificações e, em pesquisas subsequentes, o número de gêneros consultados já aumentara – assim como se passava a incluir, além da alimentação outros gastos (como, por exemplo, habitação ou vestuário). Um exemplo disso é que, um ano depois, em pesquisa semelhante, o Ministério da Agricultura e o Serviço de Estatística da Produção voltaram a averiguar os gêneros alimentícios. A série histórica agora avaliava de 1936 a 1948 e dividia os preços em “atacado” e “varejo” buscando instituir médias históricas sobre eles.¹⁴⁵

A iniciativa então ampliava o número de produtos pesquisados. A título de comparação, é possível averiguar os gêneros pesquisados em 1947 e os pesquisados em 1948:

Tabela: Gêneros alimentícios pesquisados pelo Ministério da Agricultura de 1947 a 1948.

Pesquisa de 1947	Pesquisa de 1948
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abacaxi ▪ Açúcar ▪ Aguardente ▪ Arroz ▪ Aveia ▪ Banana 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Açúcar ▪ Aguardente ▪ Álcool ▪ Alho ▪ Arroz ▪ Azeite doce estrangeiro

¹⁴⁵ BRASIL. *Estatística dos preços no varejo e no atacado*. Ministério da Agricultura. Serviço de Estatística da Produção (órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro: Setembro de 1948.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Batata ▪ Cacau ▪ Café ▪ Carnes ▪ Centeio ▪ Cevada ▪ Coco ▪ Erva-mate ▪ Farinha de mandioca ▪ Feijão ▪ Laranja ▪ Manteiga ▪ Milho ▪ Queijo ▪ Toucinho (banha) ▪ Trigo ▪ Vinho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacalhau ▪ Banana ▪ Banha ▪ Batata ▪ Café em pó ▪ Carne verde ▪ Carvão vegetal ▪ Cebola ▪ Charque ▪ Erva-mate ▪ Farinha de mandioca ▪ Farinha de milho ▪ Farinha de trigo ▪ Feijão ▪ Laranja ▪ Leite ▪ Lenha ▪ Manteiga ▪ Milho ▪ Óleo de caroço de algodão ▪ Ovos ▪ Pão ▪ Rapadura ▪ Sal
--	--

Fonte: BRASIL. *Estatística dos preços no varejo e no atacado*. Ministério da Agricultura. Serviço de Estatística da Produção (órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro: Setembro de 1948.

A presença de uma maior quantidade de produtos (30 gêneros em 1948; 23 em 1947) acabou também retirando da pesquisa alguns produtos como abacaxi, cacau, coco, cevada e vinho. Tal mudança não encontra justificativa metodológica dos pesquisadores, assim como a adição de novos gêneros também não era explicada na pesquisa. É provável que tal escolha reflita o consumo da população brasileira, mas no preâmbulo da pesquisa não há nenhuma referência de porque alguns produtos passaram a ter seus preços analisados e outros não. Mas, em que se pese essas dificuldades de ordem metodológica, ao menos produtos como o leite, o pão e o sal passaram a ser averiguados na pesquisa. Além deles, produtos como a lenha e o álcool – que não eram propriamente alimentícios – eram agora analisados, propondo que uma avaliação sobre consumo de alimentos deveria averiguar os gastos necessários para o preparo da comida.

Dividida em categorias como “atacado” e “varejo”, alguns produtos eram verificados somente em uma dessas categorias. Isso possivelmente se dava por sua indisponibilidade em um ou outro tipo de venda. Mas o grande mérito dessa pesquisa de 1948, contudo, é que ela não apenas exibia a média histórica da evolução dos preços,

como também indicava a média nacional em relação à média das capitais. Graças a essa pesquisa, por exemplo, é possível ver como os preços de determinados produtos (tanto no “atacado” como no “varejo”) se comportavam em diferentes regiões.

No caso de Porto Alegre, é possível verificar como alguns produtos indicavam que a capital gaúcha era uma das mais caras em relação à média nacional. A banana, por exemplo, era vendida a Cr\$3,00 o quilo na cidade no ano de 1947. Porém, a média nacional do preço da mercadoria, na mesma época, era de Cr\$ 2,30 – ambos no varejo, já que a pesquisa da fruta não identificava seu preço no atacado. Outros produtos, contudo, mostravam que a cidade conseguia preços mais baratos do que a média nacional. É o caso da chamada “carne verde”, ou carne fresca, que em 1947 era vendida no varejo a Cr\$ 4,40 o quilo e cuja média nacional era de Cr\$ 20,70. O fato da carne ser vendida mais barata em Porto Alegre do que a média nacional apresentava, contudo, não significa que ela fosse de fácil acesso. O seu preço, assim como o da banana, era dado somente no “varejo” – o que permite refletir sobre o porquê das dificuldades de conseguir comparar o preço do produto na venda por “atacado”.

Por ora, creio ser importante olhar novamente para os preços do leite. Como foi dito anteriormente, a pesquisa de 1947 não analisara o preço da mercadoria. A pesquisa de 1948, contudo, evidenciou o seu preço no “varejo”. A tabela abaixo é ilustrativa da evolução do preço, ao mesmo tempo que é possível verificar a média nacional:

Tabela – Evolução do preço do leite (1936 a 1947)

<u>Ano</u>	<u>Varejo – Cr\$ por litro</u>	<u>Média Nacional</u>
1936	Cr\$ 0,80	Cr\$ 0,95
1937	Cr\$ 0,97	Cr\$ 1,02
1938	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,09
1939	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,12
1940	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,10
1941	Cr\$ 0,95	Cr\$ 1,09
1942	Cr\$ 1,10	Cr\$ 1,18
1943	Cr\$ 1,10	Cr\$ 1,37
1944	Cr\$ 1,25	Cr\$ 1,75
1945	Cr\$ 1,40	Cr\$ 2,06
1946	Cr\$ 2,00	Cr\$ 2,60
1947	Cr\$ 2,70	Cr\$ 3,20

Fonte: BRASIL. *Consumo de Gêneros Alimentícios no Brasil (análise do período 1933/1946)*. Ministério da Agricultura. Serviço de Estatística da Produção (órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro: Julho de 1947. p. 16.

A tabela permite ver que o preço do leite, em Porto Alegre, transitou durante o período um pouco mais abaixo do que a média nacional. Quando o preço do gênero aumentava na capital gaúcha, ele era também acompanhado de um aumento nacional. Porto Alegre podia se orgulhar, em 1947, de que era o sétimo preço mais barato da mercadoria em todo o país. Mas ainda assim, o fato do produto ser subsidiado permite indagar como era feito o repasse do seu custo para a população. A SABEL, responsável pela distribuição de leite desde 1937, deixou de existir em 1946 para se tornar Entrepósito de Leite S.A. e, em 1947, virou uma autarquia do governo do Rio Grande do Sul, tornando-se o Departamento Estadual de Abastecimento do Leite (DEAL) – que existiria até 1970 e seria responsável pelo abastecimento e controle de leite em todo o estado.¹⁴⁶

Como a pesquisa não divulgava números das vendas de “atacado” do leite, é difícil saber ao certo se havia algum tipo de especulação sobre o produto além do registrado em fontes criminais da época (a ser verificado na parte 1.3 do capítulo). Contudo, sabe-se que a questão do leite nos tumultuados anos de 1946 e 1947 levou a inúmeros protestos populares contra a precariedade do abastecimento do produto em Porto Alegre. As quedas de braço entre a Interventoria Federal do estado e os diretores da SABEL geraram uma série de problemas na questão da distribuição na capital e, durante o mês de julho de 1946, ele chegou a ser interrompido.¹⁴⁷ Nesse contexto, era comum os policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) embargarem os estoques e interferirem diretamente na empresa sempre que verificava-se aumento demasiado de leite e laticínios. E, em certo sentido, mesmo com a estatização da distribuição do produto no estado, ele ainda seria alvo de disputas – especialmente na década de 1960, quando governo estadual e produtores se enfrentariam a respeito da questão dos preços a serem repassados para os consumidores.¹⁴⁸

Com todas essas observações, cabe salientar que o leite é um produto diferenciado para analisarmos o consumo dos operários da época. Sendo inicialmente um produto subsidiado pelo estado e, posteriormente, distribuído por uma autarquia estadual, ele era um ponto que recebia suficiente atenção para que fosse analisado o desenvolvimento de seus preços em séries históricas. A manteiga – produto derivado do leite e que também

¹⁴⁶ CARVALHO, Vera Regina F. *Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama após o movimento de fusões e aquisições*. Texto disponível no endereço eletrônico: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_10_carvalho.pdf - acesso no dia 25/03/2014.

¹⁴⁷ BORGHETTI, Luiz Carlos. *Expansão estatal, capitalismo e burocracia*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1980. p. 145-146.

¹⁴⁸ *Idem*. p. 149-150.

seria distribuído pela DEAL aos consumidores –, por exemplo, cairia na mesma lógica do leite quando se avalia o seu consumo. O seu preço, portanto, estaria sujeito a essa peculiaridade que por sua vez o tornaria mais barato que a média nacional – em 1947, o preço do quilo da manteiga em Porto Alegre era de Cr\$ 21,40 no varejo, enquanto a média nacional era de Cr\$ 32,30. Em outras palavras, o sistema de distribuição do leite garantia um produto mais barato em Porto Alegre do que em outras capitais.

Outros produtos tais como o pão seguiam lógica semelhante a do leite, mas sem o mesmo sistema de abastecimento. Em 1947 o seu preço era de Cr\$ 6,00 o quilo em Porto Alegre, enquanto a média nacional era de Cr\$ 8,50. Entretanto o pão era um dos fatores de tensão durante a conjuntura de guerra. Nesse período, muitos padeiros passaram a produzir o chamado “pão de guerra”, um produto fabricado com macarrão dissolvido para aproveitar a farinha de trigo dele, misturando-a com outras farinhas (de milho, de mandioca etc.).¹⁴⁹ Em Porto Alegre, no ano de 1943, foram coletados alguns relatos de situações nas quais padeiros adulteravam o peso do pão – inclusive recheando-os com parafusos – visando com isso seu favorecimento sobre os consumidores.¹⁵⁰

Em termos mais gerais, a pesquisa de 1948 possibilita uma leitura ainda maior sobre hábitos de consumo na população brasileira, mas não chega a discriminá-las por classe ou por rendas dos consumidores. Na mesma época, contudo, o diretor geral do DEE-RS, Remy Gorga decidiu enviar um ofício para o Tribunal Regional do Trabalho solicitando o envio de dados sobre os dissídios trabalhistas de 1945 a 1948. O juiz Jorge Surreaux procurou atender esse pedido, embora os dissídios tenham sido exibidos de forma bastante resumida. É possível que a medida não estivesse relacionada ao ímpeto das pesquisas propostas pelo IBGE na época, mas ela sem dúvida permitiria uma problematização ainda maior do impacto das pesquisas de preços no orçamento de operários – uma constante verificável nas pesquisas de 1954 e 1958 registradas.

No retorno dado pelo Tribunal, foram exibidos 133 processos avaliados com ganhos de causas encaminhados por sindicatos trabalhistas contra entidades e sindicatos patronais.¹⁵¹ Desses, 46 se referiam exclusivamente a Porto Alegre e permitiram perceber

¹⁴⁹ CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: ed. USP, 2000. p. 52.

¹⁵⁰ “Pão com parafuso – Os padeiros estão usando agora a vitamina F”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/08/1944, p. 20.

¹⁵¹ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA – RIO GRANDE DO SUL: Dissídios coletivos (1945/1948). Sem edição. 1948.

que havia aumentos pontuais do mínimo – mas que não passavam pelo aumento nacional do salário, que entre 1943 a 1952 ficou estagnado em Cr\$ 360,00.

Tais dados são interessantes para um estudo mais aprofundado sobre o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS) e suas relações com os movimentos grevistas de 1945 a 1948 – que coincidem tanto com o final da guerra quanto com a desestruturação do Estado Novo. Em 1945 foram registrados 9 processos com ganho de causa dos requerentes – todos eles sindicatos. Em 1946, por sua vez, foram registrados 16 processos e em 1947 foram 20 processos. No primeiro trimestre de 1948, tinha sido registrado somente um processo com ganho de causa – porém, aqui esse dado parece estar ligado à disponibilidade do TRT-RS em divulgar os seus registros no ano corrente da solicitação do DEE-RS.

Nesses dados é revelado como algumas categorias conseguiram aumentos significativos nos seus ordenados. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre – um dos mais fortes de Porto Alegre – conquistou um aumento significativo em fevereiro de 1946, o que pode servir de exemplo para evidenciar a preocupação dos economistas e estatísticos gaúchos com esses dados. A decisão da Justiça previa que os salários de até Cr\$ 500,00 tivessem aumento de Cr\$ 250,00; os salários entre Cr\$ 501,00 até Cr\$ 750,00 recebiam aumento de Cr\$ 300,00; os salários de Cr\$ 751,00 até Cr\$ 1.250,00 recebiam aumento de Cr\$ 350,00; por fim, os salários que iam de Cr\$ 1.251,00 a Cr\$ 3.000,00 receberiam um aumento de Cr\$ 400,00.¹⁵² Logo, era possível dizer que havia uma proporção lógica na qual quanto maior era a porcentagem do aumento, menor era o ordenado do trabalhador.

Em algumas categorias, esses aumentos estavam ligados diretamente ao serviço oferecido. Era o caso de trabalhadores do comércio hoteleiro e similares, em que o valor do aumento era relacionado ao estabelecimento e à função exercida. Um exemplo disso pode ser visto no processo CRT-1134/45, também homologado em 1946. A divisão das categorias passava pela seguinte fórmula: hotéis de primeira classe; hotéis de segunda e terceira classe; pensões de primeira classe; pensões de segunda e terceira classe; cafés, bares e confeitarias de primeira classe; cafés, bares e confeitarias de segunda e terceira classe; restaurantes de primeira classe; restaurantes de segunda e terceira classe. Quanto maior a classe do estabelecimento, maior era o aumento da categoria em sua porcentagem.

¹⁵² *Idem*. Processo CRT-1112/45.

Um garçom que trabalhasse num restaurante de primeira classe e ganhasse um ordenado de Cr\$ 700,00 receberia um aumento de 40%, por exemplo.

Essas formas de discriminação dos aumentos salariais geraria um quadro bastante diverso sobre os ordenados de Porto Alegre. A vitória de tantos requerentes daria a entender que o período de 1945 a 1948 acabou sendo de ganhos do operariado da capital gaúcha e, portanto, se poderia inferir a partir daí que os custos de vida teriam sido minimizados pela ação dos sindicatos no plano jurídico. Contudo, há que se ter em mente outros dados que a própria fonte aponta ao pesquisador contemporâneo.

Uma primeira observação pode ser feita quanto aos valores dos ordenados de diferentes categorias. É difícil estipular uma média, mas é fato que, apesar do salário mínimo nacional estar estipulado em Cr\$ 360,00, no contexto específico das ações judiciais dos sindicatos os limites salariais eram dados acima desse valor. Assim, partia-se do pressuposto de que o salário base dos funcionários pior remunerados era de aproximadamente Cr\$ 500,00. Porém, tomando esse valor como marco, é igualmente possível encontrar salários de Cr\$ 400,00 (como no caso dos comerciários, dos operários das indústrias do sabão e velas e dos operários das indústrias de carne e derivados), Cr\$ 380,00 (no caso de operários da indústria de lavanderia e tinturaria do vestuário), Cr\$ 370,00 (no caso de operários da construção civil e dos operários gráficos) e até de Cr\$ 320 (no caso dos empregados dos hotéis de segunda classe e terceira classe). Esses dados se referem especificamente ao biênio 1945-1947, mas são importantes para demonstrarmos as dificuldades de estipular o custo de vida dos trabalhadores porto-alegrenses. Algumas categorias tinham ganhos pontuais e o desnível entre elas podia ser o que separava famílias do limiar da miséria garantindo-lhes sobrevivência. Vale salientar, contudo, que o documento não exhibe todos os rendimentos salariais, mas apenas destaca as decisões homologadas da Justiça do Trabalho a favor dos sindicatos.

A segunda observação a ser feita nesse caso é de que no documento redigido para a DEE-RS constava apenas os processos em favor dos requerentes e, portanto, há um grande espectro de categorias de trabalhadores aos quais não temos acesso direto. Seria necessário realizar um levantamento completo nos processos dos anos informados para sabermos não apenas mais detalhes dos processos – as demandas mais particulares propostas pelos sindicatos e pelos operários –, mas também para observar os trâmites do processo judicial, as defesas dos requeridos, os discursos propostos pelos agentes da instância judiciária etc.. Todas essas ressalvas são válidas para que se tenha em mente que os dados aqui apresentados se referem a um recorte muito particular e que talvez não

garanta uma visualização do quadro completo da situação salarial de Porto Alegre, mas ao menos abre uma possibilidade investigativa que na época certamente não foi menosprezada.

Os interesses da DEE-RS em querer um documento produzido pelo TRT-RS acerca dos processos pode ter rendido alguma espécie de ligação direta entre os órgãos na tentativa de monitorar o custo de vida nas cidades sul-rio-grandenses e, em especial, em Porto Alegre. E, de fato, em 1950, a entidade lançou possivelmente a sua primeira pesquisa oficial acerca do custo de vida em Porto Alegre. Destacava-se, já no seu enunciado, que se tratava de uma “estimativa” e que ainda exigia maiores cuidados metodológicos.¹⁵³ Ainda assim, era uma pesquisa que retomava algumas considerações das pesquisas propostas pelo IBGE e pelo Ministério da Agricultura em 1947 e 1948. Porém, dado o foco mais restrito na capital gaúcha, ela acabava permitindo refletir sobre problemas que iam além da evolução dos preços.

Inicialmente, é possível perceber que os gêneros alimentícios presentes na pesquisa de 1950 incluíam novos produtos. A “abóbora comum”, o “mel” e o “toucinho” eram inseridos na pesquisa e o óleo de caroço de algodão era agora substituído por “óleos comestíveis”. “Álcool”, “alho”, “carvão” e “lenha”, por sua vez, deixavam de ser pesquisados. O número de gêneros alimentícios passa para 29 e, mais uma vez, os combustíveis necessários para o preparo dos alimentos eram retirados da pesquisa.

O mais interessante, contudo, é que a pesquisa aponta os percentuais de aumento dos produtos citados durante uma série que iria de 1939 a 1950 (no caso, no seu 1º trimestre). Dos 29 gêneros alimentícios pesquisados, um primeiro susto: no intervalo de mais de dez anos avaliado, somente dois produtos não superaram a margem de 100% de aumento – eram eles a laranja (quilo) e a aguardente (litro). O restante apontava aumentos que superavam 100, 200, 300, 400 e até 500% de aumento.¹⁵⁴

Os números eram alarmantes para qualquer observador mais atento. O aumento de preços da carne, do pão e do leite, por exemplo, não atingiam os 300% de aumento. Porém, arroz e feijão superavam facilmente esse índice. Os óleos comestíveis, por sua vez, atingiam uma espantosa margem de 489,91% de aumento, beirando os 500%, enquanto a banha comum atingia 422,18%. Ambos sendo produtos complementares na

¹⁵³ As informações a seguir serão retiradas da seguinte pesquisa: Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. *Custo de vida: 1938/1949*. Porto Alegre. DEE-RS. 1950. p. 2.

¹⁵⁴ Tais casos mais excepcionais ficam por conta de produtos como a batata inglesa – 500% de aumento pelo quilo – e o toucinho – 510% de aumento pelo quilo.

dieta, necessários para o cozimento de muitos alimentos, aumentavam consideravelmente o desnível do orçamento em relação ao preço das mercadorias. No geral, os índices apontados deveriam ser inquietantes e foram coletados com base nas séries históricas que o IBGE já coletara anteriormente. A diferença da pesquisa da DEE-RS, contudo, é que ela objetivava os aumentos de preço referentes a Porto Alegre a partir dos indícios coletados.

Dito isso, é válido salientar que essa era uma pesquisa sobre “custo de vida” e, portanto, envolvia outros campos além dos gêneros alimentícios. Não era a primeira vez que uma pesquisa dessa magnitude era apresentada. Desde 1912 o Governo Federal divulgava o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), chamado também de “Índice de Custo de Vida”. Segundo o texto de apresentação do IPC, atualmente gerido pela Fundação Getúlio Vargas, as pesquisas da época relacionavam os custos com categorias como “criados”, “vestuário”, “móveis” e “utensílios domésticos” – além, é claro, da “alimentação” e da “habitação”. A partir de 1949, a Revista *Conjuntura Econômica* passou a apresentar novo índice do custo de vida, composto de uma média ponderada sobre a variação de 45 itens, usando para isso estatísticas recolhidas do Serviço de Estatísticas da Previdência do Trabalho, relacionada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁵⁵

Sendo assim, é possível inferir que havia ao menos alguma base metodológica prévia para a DEE-RS construir sua pesquisa referente a Porto Alegre. E, nesse ponto, destaca-se a presença de quesitos como “habitação”, “combustíveis” e “transportes coletivos urbanos”. A presença de novos itens na pesquisa era significativa e, de fato, a sua proposta era diferente das anteriores ao se referir aos problemas do custo de vida numa totalidade maior do que a categoria “alimentação”. Com dados recolhidos a partir de 1939, a pesquisa possibilitava uma visão mais ampla sobre o que considerava parte essencial do “custo de vida” – em especial, das famílias carentes.¹⁵⁶

Sobre essa base metodológica prévia, dois pontos merecem destaque antes de analisar as pesquisas. Primeiramente, a escolha de analisar as *famílias* operárias não pode

¹⁵⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Nota metodológica: índice de preços ao consumidor (IPC – Brasil)*. Janeiro de 2012. Texto em meio digital, encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <http://portalivre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880811D8E34B9011D9CCC6A177934&contentId=8A7C82C534D34C8E0134D8900DE16000> – Último acesso em 26 de março de 2014.

¹⁵⁶ O preâmbulo da pesquisa da DEE-RS não deixa claro se essa era uma preocupação de seus organizadores. Contudo, é possível inferir que esse fosse o principal motivo já que desde 1918 os problemas de abastecimento nacionais eram focados nas chamadas classes populares. Ver: LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918 – 1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979. p. 17-18.

ser compreendida de forma gratuita. Michel Foucault adverte os historiadores que as mudanças no século XVIII na ciência do governo permitiram que o modelo de família como “modelo de governo” desaparecesse conforme a problemática da “população” passasse a ganhar terreno. Ao invés de modelo, a família torna-se segmento populacional privilegiado para o governo, pois dela poderá se conseguir informações sobre consumo, demografia e comportamentos sexuais.¹⁵⁷ Isso não significa que a família não possa ser válida como um importante foco de observação e análise, mas sua dimensão primordial estaria vinculada ao controle estatístico, entendida aqui como elemento fundamental na “arte de governar”. Mas significa que para compreender a produção estatística do período e seu enfoque nas relações familiares, é preciso ter em mente que ela se mostra uma forma de conferir ao Estado os meios para facilitar/garantir a reprodução da força de trabalho.¹⁵⁸

Em segundo lugar, quando se trata da questão específica da reprodução da força de trabalho numa sociedade industrial como é o caso de Porto Alegre, isso significava compreender uma relação entre *renda* e *consumo* apreensível para os pesquisadores. É possível demonstrar que as dificuldades em delimitar as escolhas que os trabalhadores faziam no âmbito do consumo era uma tarefa inglória: além das crescentes possibilidades de mercadorias disponíveis, muitas delas eram adquiridas fora dos mercados formais (algo que será aprofundado nos capítulos seguintes). Ainda assim, era possível elaborar alguns recortes que fossem condizentes com uma determinada renda familiar. Contudo, é possível compreender que a renda é um importante capacitador para práticas sociais das mais diversas, o que significa que ela por si só não ajudaria a explicar o consumo dos trabalhadores porto-alegrenses.¹⁵⁹ E de fato, a menos que essas práticas possuíssem um correspondente estatístico modal que permitisse analisar recorrências, elas não eram consideradas nas pesquisas como fator determinante. A preocupação central era mapear o consumo dos trabalhadores porto-alegrenses e para isso era fundamental observar seus hábitos de consumo para entender como a alta do custo de vida os afetava única e

¹⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998. p. 288-289.

¹⁵⁸ MEILLASSOUX, Claude. *From reproduction to production: a Marxist approach to economic anthropology*. IN: *Economy and Society*. Vol. 1. Issue 1. London: Routledge, 1972. p. 100. Jaime Osório estende esse argumento destacando que o poder, na análise foucaultiana, aparece sem um sujeito que o instrumentalize especificamente. Embora no caso da governamentalidade Foucault esteja falando do Estado moderno, Osório propõe uma leitura paralela onde se compreenda que o sujeito que utiliza do poder é o Capital, compreendido aqui como relação social capaz de sujeitar os corpos a um processo de controle por meio da estatística. Aparentemente se tratam de interpretações que não são contraditórias entre si, mas levantam diferentes aspectos possíveis para análise. Para mais, ver: OSÓRIO, Jaime. *Estado, biopoder, exclusión: análisis desde la lógica del capital*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012. Capítulo IV: El biopoder desde la lógica del capital. p. 85-108.

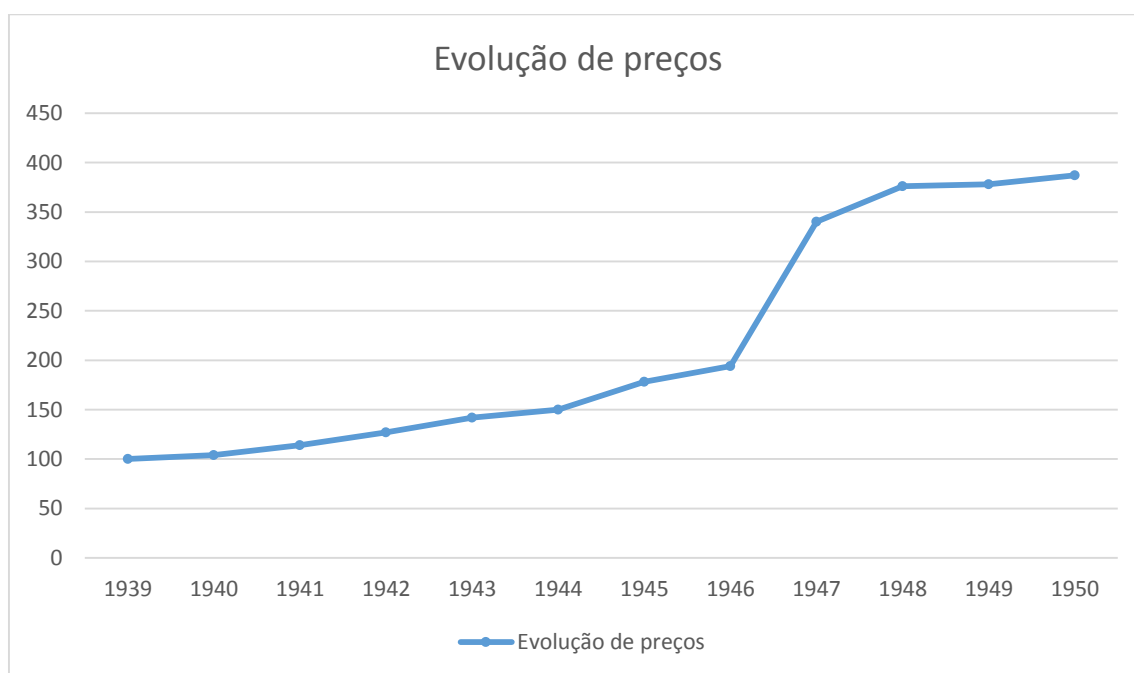
¹⁵⁹ SEN, Amartya. *op. cit.* p. 98-101.

exclusivamente em termos de renda, num cálculo aritmético que procurava chegar objetivamente a um valor monetário.

Por conta disso, talvez os principais produtos das análises fossem justamente as séries sobre alimentos. De 1939 a 1950, das 29 coletadas somente 14 tinham registros completos de preços. O leite, o pão e a carne bovina verificados anteriormente eram incluídos na pesquisa. Em 1950, o leite pasteurizado chegava a custar Cr\$ 3,10 o litro, a carne bovina com osso custava Cr\$ 7,00 o quilo. Alimentos como o pão e o arroz agulha sofriam uma pequena redução no preço – o pão caía de Cr\$ 6,00 para Cr\$ 5,40 e o arroz de Cr\$ 6,00 para Cr\$ 5,50. Tudo era perfeitamente calculado em termos de consumo de gêneros alimentícios e preços. Por outro lado, os produtos escolhidos não eram detalhados quanto ao motivo que levava os estatísticos a indagarem sobre seu consumo. Na verdade, nada se sabia sobre o consumo dessas mercadorias – o que permite levantar a hipótese de que para os estatísticos, o aumento de preços significasse imediata redução de consumo.

Contudo, aparentemente esses dados apenas retomavam os índices de 1948 em sua grande maioria. Porém, era demonstrado também um índice médio ponderado para que se acompanhasse a estatura do aumento de preços. Isso pode ser verificado a partir do gráfico abaixo:

Gráfico: Evolução de preços de gêneros alimentícios de 1939 a 1950



Fonte: Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. *Custo de vida*: 1938/1949. Porto Alegre. DEE-RS. 1950.

É provável que, por haver um volume considerável de pesquisa sobre os preços dos gêneros alimentícios na época, os índices usados tenham sido relativamente fáceis de consolidar. Ao que tudo indica também o salto nos preços a partir do biênio 1945 – 1947 prejudicou enormemente o mercado de preços porto-alegrense – sendo que esse também é o biênio em que a DEE-RS solicitara o documento do TRT-RS para determinar o ordenado dos trabalhadores porto-alegrenses.

Porém, como afirmei anteriormente, a evolução de preços também fora analisada em quesitos como “combustíveis e outros”, “habitação” e “transportes coletivos urbanos”. Em cada um deles, subgêneros foram estipulados para que se tornasse perceptível a evolução de preços. Na parte de “combustíveis”, por exemplo, considerava-se cinco categorias: “álcool 32º”, “querosene”, “carvão vegetal”, “lenha amarela” e “sabão de 1º”. Nesse quesito, o aumento verificado era menor do que nos outros, dado que os aumentos do biênio de 1945-1947 foram pouco significativos. No caso dos “transportes”, a pesquisa ficou restrita ao valor da passagem de bonde. Com uma evolução muito pouco significativa, a passagem aumentara de Cr\$ 0,30 em 1939 para Cr\$ 0,50 em 1950.¹⁶⁰ Sendo assim, esses detalhes referentes ao custo de vida pesavam nos orçamentos dos trabalhadores, mas o fato de não terem passado por aumentos exponenciais permite deduzir que eles não eram os que mais “apertavam os bolsos” do operariado urbano.

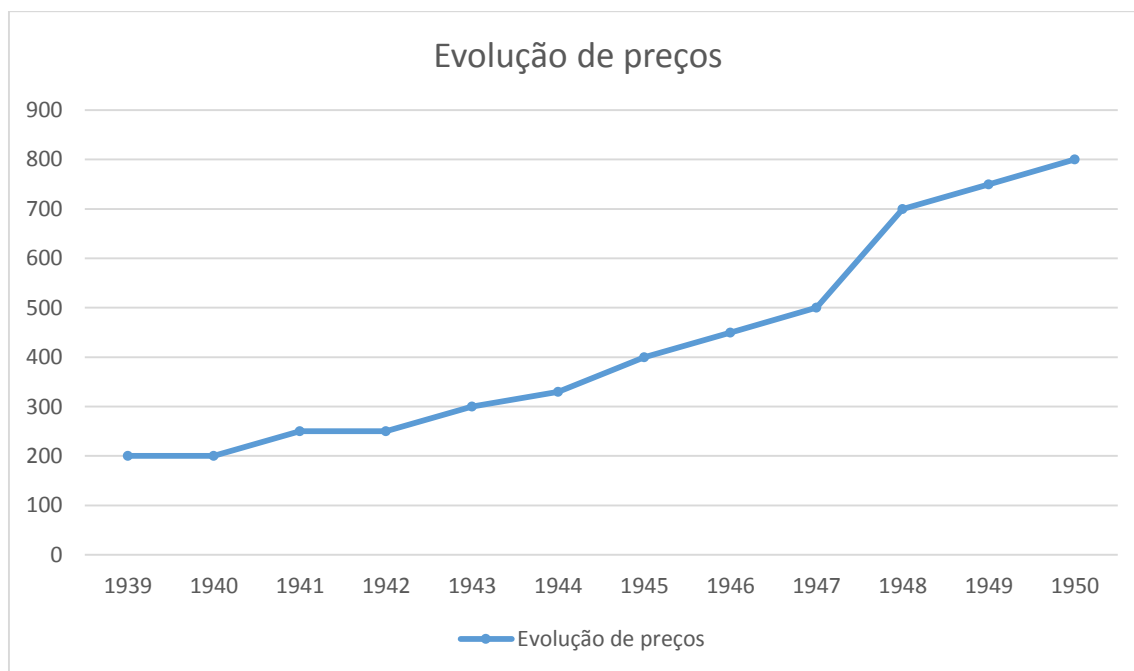
Há ainda um quesito a se discutir: no caso, a “habitação”. A pesquisa de 1950 apresentava como único índice o “aluguel mensal de casa”. Sem especificar como funcionava o sistema de locação de imóveis, tamanho e localização, a tabela partiria de dados oficiais. Segundo consta em nota na planilha da DEE-RS, “o aluguel da casa é estimado, pois oficialmente, só foi permitido um aumento de 10 a 15%, porém poucas casas resistiram à locação antiga, pois as luvas, pagamento por fora e novas construções, permitem-nos estimar um aumento mínimo de 300% no período acima.”

Se a tabela trabalha somente com os preços oficiais – excetuando, então, situações de ilegalidade no aluguel de casas – pode-se ter uma dimensão bastante preocupante da evolução de preços. De 1939 a 1950, o aluguel de casa que era avaliado em Cr\$ 200,00

¹⁶⁰ Uma ressalva deve ser feita quanto a essa informação. Há uma pequena nota de rodapé na planilha geral da pesquisa que afirmava que “embora o aumento aparente [da passagem de bonde] seja de 66,7%, a deficiência dos bondes força o uso de auto, de ônibus e locação (Cr\$ 1,00 e Cr\$ 3,00) o que nos permite calcular um aumento mínimo de 150%.” No atual estágio da pesquisa é difícil investigar a procedência da afirmação, mas parece clara a necessidade dos pesquisadores em salientar a deficiência do transporte público na capital gaúcha.

aumentou para Cr\$ 800,00, ou seja, quatro vezes mais o valor inicial. Era o maior aumento registrado na pesquisa, mas o gráfico do seu aumento sugere que o salto determinante foi após o biênio de 1945-1947, no ano de 1948.

Gráfico: Evolução do preço dos aluguéis de casa de 1939 a 1950



Fonte: Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. *Custo de vida*: 1938/1949. Porto Alegre. DEE-RS. 1950.

A questão da “habitação”, problematizada de forma tão rudimentar, acabou gerando uma planilha anexa na qual era realizada uma devida discriminação sobre os diferentes tipos de moradia que faziam parte do dia a dia dos gaúchos, enfatizando principalmente o custo específico de Porto Alegre. O levantamento, contudo, ignorava os anos de 1939 e 1940 e iniciava a sua escala a partir de 1941 (indo até o ano de 1949). Os preços também não estavam presentes. Havia apenas uma elaboração de média ponderada que previa então a porcentagem de aumento ocorrida no período supracitado.

Contudo, o mais interessante do anexo é que ele tinha uma divisão fundamental para diferenciar os tipos de moradia alugadas: habitações de “operários” e habitações da “classe média”. É difícil saber ao certo como era feita essa divisão e o que ela continha senão a ideia de moradias mais caras e moradias mais baratas. Sem problematizar as categorias, esse “vazio metodológico” acaba deixando poucos rastros para o pesquisador procurar. É possível pressupor que tal divisão estivesse ligada a bairros das cidades

gaúchas – e, no caso, como Porto Alegre estaria especificada na tabela, seria mais fácil relacionar os aumentos a localidades da capital. A subdivisão dessas categorias se dava ainda por a) zonas não servidas pela rede elétrica, b) zonas servidas pela rede elétrica e c) zonas servidas pela rede elétrica e com encanamento para água. Sendo assim, é possível que a divisão fosse muito mais voltada para a localização geográfica do que propriamente pela classe social dos habitantes da moradia.

Como seria de se esperar, as casas da categoria “c” – ou seja, abastecidas de luz e água – teriam aluguéis mais caros do que as que não eram abastecidas. Mas a surpresa maior se dá pelo fato de que o aumento do aluguel das casas da categoria “c” nas “habitações de classe média” era proporcionalmente menor do que o das “habitações operárias”. Tudo indica, é claro, que o preço dos aluguéis não era igual, mas ainda assim o desnível do aumento era visível. Enquanto na série analisada o aumento dos aluguéis das “habitações de classe média” era de 164,18%, nas “habitações operárias” esse aumento atingia a média de 179,49%.

A planilha também era acompanhada de uma nota de rodapé que cuidadosamente disponibilizava os valores da construção de “chalés de madeira” em Porto Alegre. A nota analisava somente os anos de 1947 (Cr\$ 10.000), 1948 (Cr\$ 15.000) e 1949 (Cr\$ 12.000), mas permite refletir sobre o porquê dela estar presente ali. A ideia dos “chalés de madeira” parece um tanto quanto curiosa – não há nenhuma menção anterior a esse tipo de habitação e o próprio termo “chalé” (que remete às habitações rurais suíças) indica uma sofisticação um tanto quanto deslocada dos propósitos da pesquisa. É possível aqui supor que o que os pesquisadores estão chamando de “chalés” sejam na verdade os chamados “barracos”, ou “malocas” – cada vez mais pesquisados por economistas e sociólogos no Rio Grande do Sul da época. Laudelino Medeiros, em estudo de 1951 sobre as “malocas” de Porto Alegre, salientava que o termo inclusive teria origem a partir do termo indígena para “casa de pau” ou “casa de madeira”.¹⁶¹ Se isso for realmente verdade, então o custo referente aos “chalés de madeira” poderia estar conectado a formas de autoconstrução por parte dos porto-alegrenses.

Nessa parte da argumentação, creio que é importante retomar as observações do estudo sociológico citado anteriormente, tendo em vista que ele acabou servindo como base de uma série de reflexões sobre as condições de moradia das classes populares em Porto Alegre. De certa forma, apesar de não ser uma pesquisa específica sobre o custo de

¹⁶¹ MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas (ensaio de sociologia urbana)*. Porto Alegre. Serviço de Imprensa Universitária, 1951. p. 77.

vida, ela apresentava uma realidade específica de parte dos trabalhadores porto-alegrenses, procurando salientar como as péssimas condições de moradia que enfrentavam estava relacionada a uma série de problemas sociais.

Tendo como marco inicial os anos de 1946 e 1947 (quando a evolução do preço dos aluguéis começava sua escalada mais íngreme), Laudelino Medeiros salienta que em 1949 havia doze vilas de “malocas”, ou seja, de aglomerados de casas irregulares construídas a partir de “táboas [sic] novas e velhas ou restos de materiais (inclusive caixões), cobertos na grande maioria de telha francesa e piso de lama”.¹⁶² O número total que o pesquisador chega é assombroso: 4.558 “malocas” e cerca de 15.000 “almas”. Esse número, contudo, era motivo de suspeita, já que comissões anteriores apontavam 18.000 ou mesmo 20.000 porto-alegrenses morando em tais situações. Nessa mesma época, a capital gaúcha registrava uma população de 394.151 habitantes – ou seja, na estimativa mais otimista, os moradores das “malocas” constituíam cerca de 3% da população urbana. E a localização geográfica delas também constituiria um dado significativo: das doze vilas, três estariam nos bairros industriais de São João e Navegantes. O restante estaria espalhada entre os limites da cidade e as zonas mais centrais.¹⁶³

A investigação de Laudelino Medeiros discorre sobre diferentes casos de ocupações irregulares nas metrópoles brasileiras. Os dados trabalhados pelo autor são constantemente comparados com o de situações nacionais e internacionais, justificados pela necessidade de avaliar a “intensidade e a particularidade” pois, com isso, ficaria mais “fácil descobrir os aspectos essenciais e acidentais e as suas variações” [no caso, da formação das malocas no espaço urbano].¹⁶⁴ As tipologias criadas em sua pesquisa são, em certa medida, diferentes das observadas nas pesquisas do IBGE. Elas aparentam uma maior especificidade quanto às categorias utilizadas. Um exemplo disso é a sua preocupação, na tipificação das “malocas”, em explicar cada uma das categorias – “tolerável”, “precária”, “má”, “miserável” e “inominável” (que seria um subtipo das casas “miseráveis”, indicando mais um abrigo temporário do que propriamente uma moradia).¹⁶⁵ O próprio autor chegou a elaborar gráficos sobre as casas que tinham pisos de madeira e pisos de lama, sobre quais tipos de madeira eram empregados em cada

¹⁶² *Idem.* p. 15.

¹⁶³ *Ibid.* p. 16.

¹⁶⁴ *Ibid.* p. 1.

¹⁶⁵ *Ibid.* p. 27.

construção, a etnia dos habitantes, os casamentos, os filhos etc., o volume de dados é tão grande que o pesquisador contemporâneo chega a se sentir desorientado.

Contudo, além da exposição exaustiva dos dados, Laudelino Medeiros propõe algumas causas para a quantidade alarmante de “malocas” e, nesse ponto, é possível perceber o porquê da habitação passar a ser uma constante em pesquisas futuras. Além do aumento exponencial do valor dos aluguéis, o pesquisador elenca o fato da imigração centrípeta para a capital gaúcha ter sido o principal fator que aumentara a população urbana nos últimos anos e, conseqüentemente, o chamado “êxodo rural” seria um fator essencial para a formação das “malocas”. Além disso, a falta de recursos para a construção das casas seria outro fator significativo. Analisando a vila “Forno do Lixo”, nas imediações do bairro da Azenha, Medeiros afirmava que as famílias recebiam de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 900,00 mensais de ordenado. Se cruzarmos esse dado com o valor estimado pelo DEE-RS para definir o valor da construção dos “chalés de madeira” – estimado em Cr\$ 12.000 em 1949 – é possível perceber que a falta de recursos era uma constante e que é possível que as casas estivessem em constante processo de “autoconstrução”.¹⁶⁶

Outros fatores elencados por Medeiros indicavam que a ausência de atuação dos poderes públicos na construção de “casas populares” estavam interligadas a excessiva burocracia desses mesmos órgãos. Situações em que as malocas eram construídas próximas dos locais de trabalho, por exemplo, permitiriam discutir a falta de planejamento urbano, ressaltadas pela fala do pesquisador que afirmava a “falta de um amplo e eficiente sistema de transporte coletivo”. Por outro lado, o autor responsabilizava também os habitantes das “malocas”, que “desconheciam oportunidades de construção da casa própria”, ou mesmo que não tinham “hábitos de poupança”, assim como não aspiravam “a um ideal definido de melhoria no padrão de vida, ligada à capacidade real de progresso”.¹⁶⁷

Nesse contexto, talvez seja importante retomar justamente as falas esquecidas dos operários porto-alegrenses. Em entrevista realizada por Alexandre Fortes, o operário Abrelino Freitas (identificado como um “sindicalista conservador”), afirmava:

“A condição de vida da família [...] assalariada depende muito da organização da própria família. [...] Se tirava da cooperativa o necessário pra alimentação da família. Não tinha, como tem hoje, muita diversificação no sistema alimentar, o acondicionamento do leite e

¹⁶⁶ *Ibid.* p. 55-57.

¹⁶⁷ *Ibid.* p. 57.

outras coisas. Então ele levava o leite em pó, feijão, o arroz. Ficava então a carne pra comprar, umas coisinhas assim, a verdura, que aquilo também na época era insignificante. Aquele salário que era pequeno, na época, se tornava grande pelas facilidades que tinha. De sorte que ficava tudo dependendo da organização da família. Como criava os filhos, a maneira de vestir. Não tinha também assim muito onde gastar, as diversões eram poucas. [...] O trabalhador, o assalariado [que era de] sair do serviço, receber o salário dele, [...] formar o grupinho e ir pro bar do Chico [...] chegava em casa [e] o dinheiro já não dava pra pagar o caderno [no armazém]. [Essas famílias] hoje estão sofrendo nas agruras numa vila popular.”¹⁶⁸

Nessa fala, há uma imensa possibilidade de elementos para serem analisados. A questão das cooperativas de consumo será retomada na seção 2.3 do capítulo seguinte, mas a fala do sr. Abrelino Freitas traz uma noção interessante e que pode servir como forma de problematizar a fala de Laudelino Medeiros. Em última instância, elas concordam num mesmo ponto: a falta de preocupação dos habitantes das “malocas” em “melhorar seu padrão de vida” era um fator essencial para entender o porquê eles seguiam na mesma condição. Abrelino Freitas associa tal comportamento com o consumo de álcool, enquanto Medeiros enxergaria uma “falta de educação” que resultaria em “acomodação social”. As respostas de ambos, contudo, convergem para a ideia de que as “agruras numa vila popular” seriam também de responsabilidade de seus habitantes.

Em um sentido inicial, toda essa preocupação em retomar o trabalho de Laudelino Medeiros era de poder verificar uma pesquisa que contempla a informação sobre os “chalés de madeira” e, portanto, serviria para problematizar a nova categoria de “habitação” encontrada nas pesquisas da DEE-RS e do CEPE-UFRGS na década de 1950. É possível que as relações do autor com os centros de estudos econômicos e estatísticos existente em Porto Alegre fossem mais amplas e que a sua recepção tenha alertado futuros pesquisadores preocupados com o custo de vida em Porto Alegre.¹⁶⁹ Em última instância, seria possível afirmar que o estudo de Medeiros não era apenas um ensaio de sociologia urbana, mas também um guia de orientação para pesquisas futuras sobre custo de vida da classe trabalhadora porto-alegrense – em especial, destacando a questão da “habitação”.

¹⁶⁸ Entrevista feita por Alexandre Fortes com Abrelino Freitas em 12/01/1996. Citado em FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...* p. 74-75.

¹⁶⁹ Em seus agradecimentos, Laudelino Medeiros dedica um parágrafo para agradecer à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS pela publicação de sua pesquisa. Seria perfeitamente plausível deduzir que ela tenha sido lida por pesquisadores dos campos da economia e da estatística que posteriormente criariam o CEPE-UFRGS, assim como o próprio Laudelino Medeiros.

Antes de deter-me mais em como a habitação passou a ser incorporada nas pesquisas de custo de vida, creio que algumas observações devem ser retomadas a partir dos dados exibidos pela pesquisa DEE-RS de 1950. De fato, ela ainda não fazia a relação direta entre o preço dos produtos com os salários dos trabalhadores, servindo para apontar a evolução do preço das mercadorias, mas não a relacionando com o poder de compra dos populares. Contudo, a partir dela, novas categorias passaram a fazer parte do que se considerava “custo de vida”, tais como “transporte público” e “habitação”. É válido salientar que Laudelino Medeiros era um dos fundadores do CEPE-UFRGS e, portanto, seria plausível supor que sua investigação teria influenciado a inclusão desses novos itens tanto na pesquisa da DEE-RS quanto nas pesquisas posteriores realizadas na Faculdade de Ciências Econômicas.¹⁷⁰ Além disso, em termos de evolução de preços, a pesquisa apontava também que, apesar da conjuntura de guerra registrar aumentos significativos em diversos produtos, era o período do imediato pós-guerra que registrava os maiores aumentos.

É válido dizer que esse não é um dado pouco significativo. Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva afirmaram que durante a Segunda Guerra Mundial os economistas e autoridades oficiais responsabilizavam a conjuntura econômica decorrente do conflito para explicar os problemas de abastecimento. Mesmo assim, o otimismo com que terminara o ano de 1945 extinguiu-se pouco a pouco, evidenciando assim as contradições de um modelo que preconizava a industrialização nacional (existente durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial) com a hegemonia do capitalismo americano e suas novas formas de intervenção. As suas consequências, por sua vez, seriam reações no câmbio nacional aumentando a inflação e insuflando novas crises de abastecimento.¹⁷¹

Em certo sentido, as preocupações com questões como “custo de vida” entre os primeiros anos da ordem democrática (de 1945 a 1951) envolveram basicamente uma filtragem sobre alguns alimentos que os operários brasileiros costumavam consumir, sem diferenciar claramente hábitos regionais ou a disponibilidade desses recursos. Quando tais pesquisas se regionalizaram, os órgãos responsáveis por tais pesquisas passaram a construir “padrões de consumo”, objetivando encontrar o máximo possível de elementos para definir os limites do que seria o “padrão de vida operário”. Ao mesmo tempo, a pesquisa de Laudelino Medeiros sobre as “malocas” operárias discutia as condições de

¹⁷⁰ MASINA, Renato. *op. cit.* p. 29.

¹⁷¹ LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *op. cit.* p. 61-62 e 127.

habitação precárias existentes e, em certo sentido, abriu um precedente para que as investigações sobre o “padrão de vida” retomassem uma maior quantidade de elementos.

Ao mesmo tempo, no plano metodológico tais pesquisas ainda ficaram restritas às tentativas de diagnosticar o consumo dos trabalhadores. A ideia era verificar os preços de uma série de artigos e com isso estipular, dentro de uma determinada periodicidade, o “custo de vida” das capitais brasileiras. No caso do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, esse esforço envolvia um grande volume de estatísticas que eram recolhidas pelo DEE-RS e pelo CEPE-UFRGS. Todavia, na tentativa de construir essa série do “custo de vida”, uma dúvida começou a ser levantada: afinal, como as pesquisas poderiam instituir um “padrão verificável de consumo” para avaliar como a carestia afetava os trabalhadores? O que antes dependia da escolha de determinados produtos acabou sendo ainda mais problematizado quando a pesquisa de Laudelino Medeiros trouxe à tona o problema da habitação. A partir dela e de novas iniciativas de pesquisas nacionais, é possível perceber uma mudança: o “custo de vida” ficaria em segundo plano para se avaliar a construção do “padrão de vida operário” no contexto porto-alegrense. Em outras palavras, economistas e sociólogos determinavam que primeiro era importante construir o “padrão” para depois verificar o seu “custo”. E tal mudança passou a identificar novos elementos sobre como viviam os operários de Porto Alegre.

1.3 – As pesquisas de “padrão de vida operário” em Porto Alegre

A partir da década de 1950, é possível perceber que o tom das pesquisas indicava que a carestia não era algo “transitório”, mas sim um problema de caráter estrutural da economia nacional. Em 1951, a eleição de Vargas acabou sendo motivada por questões ligadas ao empobrecimento da classe trabalhadora, “vitimada pela inflação”. Em 1952, o economista Guerreiro Ramos e o médico Josué de Castro passaram a dirigir a Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBES), criada em outubro de 1951. A Comissão tinha por objetivo “conhecer o padrão de consumo das famílias de trabalhadores em algumas capitais do país, numa primeira sondagem, de modo a fornecer subsídios para a revisão da política salarial.”¹⁷²

Josué de Castro posteriormente teve de sair da Comissão para realizar um trabalho na Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), mas deixara as bases

¹⁷² *Idem.* p. 144.

metodológicas para a pesquisa que realizara. A ideia era determinar o quanto a alimentação ocupava dos orçamentos domésticos dos trabalhadores urbanos. Escolhia-se quatro capitais analisadas para esse estudo, publicado posteriormente em 1955: São Paulo, Fortaleza, Recife e Porto Alegre.

Inicialmente, o maior destaque a respeito dos dados coletados é que a capital gaúcha (dentre as quatro) apresentava o menor “índice de custo de vida”: 35,40% das despesas porto-alegrenses era destinado a alimentação – um número alto, mas que não chegava perto dos índices de São Paulo (41,12%), Fortaleza (49,08%) e Recife (52,45%). É importante ressaltar que para a presente tese, não é possível analisar os motivos dessa discrepância. Contudo, os dados da pesquisa evidenciam outras preocupações que não existiam nas pesquisas do IBGE ou da DEE-RS até então, como, por exemplo, o consumo de artigos de origem animal.

Nesse caso, em que Porto Alegre revelava-se a capital com menor gasto salarial em alimentação, destaca-se também o fato de seu consumo médio mensal de carne por adulto masculino atingir 8,69 quilos. Esse número também seria superior a São Paulo (5,41 quilos), Fortaleza (2,96 quilos) e Recife (3,78 quilos). O consumo de leite também seria maior em Porto Alegre do que em outras capitais, atingindo o consumo de 12,53 litros por adulto. Nas demais capitais, se verificava consumos inferiores a 7 litros de leite. Em suma, Porto Alegre apresentava um consumo maior de alimentos de origem animal do que o restante das capitais ao mesmo tempo em que os gastos com a alimentação dos operários porto-alegrenses seriam menores.¹⁷³

Há que se considerar desigualdades regionais, como a análise de Linhares e Silva parece enfatizar. Segundo os autores,

“[...] levando-se em conta que a pobreza do Nordeste imprimiu padrões culturais que se refletiam nas preferências culinárias das populações locais de baixos níveis salariais, não se torna difícil compreender porque na mesa do operário de Fortaleza ou de Recife era bem maior a presença de farinha de mandioca, da rapadura e da carne seca do que a de outros alimentos mais sofisticados e caros, mais presentes nas mesas operárias de Porto Alegre ou de São Paulo.”¹⁷⁴

¹⁷³ JOCHMANN, João. *Revista Brasileira de Municípios*. Padrões de Alimentação dos Industriários do Brasil. Rio de Janeiro, out/dez. 1955. p. 301. Apud: LINHARES, *op. cit.* p. 145

¹⁷⁴ LINHARES, *op. cit.* p. 146.

A partir da análise comparada, portanto, Porto Alegre apresentaria um custo de vida mais baixo do que de outras capitais brasileiras. Esse dado já era visível anteriormente com a pesquisa do IBGE e do Ministério da Agricultura feita em 1947 na qual a capital gaúcha apresentava uma evolução de preço menor do que muitas outras capitais. Contudo, as pesquisas regionais sobre custo de vida produzidas a partir do CEPE-UFRGS indicariam que ainda assim a situação da economia doméstica operária era de grande risco. Ao mesmo tempo, o CNBES produziu apenas uma pesquisa. Em 1954 a Comissão foi declarada extinta pelo governo brasileiro após a apresentação do seu relatório final de pesquisa.

Em 1958, a revista *Estudos e Trabalhos*, em sua segunda edição, lançava um dossiê sobre o “Padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre” preparado pelo professor de economia e estatística da Universidade de São Paulo, Luiz de Freitas Bueno. Com formação na UFRGS, mas trabalhando em São Paulo, Bueno ressaltara que a capital paulista era o local privilegiado para as pesquisas sobre “padrão de vida”, mas ressaltava que os objetivos diversos dessas pesquisas dificultava uma sistematização maior sobre consumo. Segundo ele, somente a partir de 1954, com a pesquisa realizada pela CNBES, é que as técnicas de pesquisa sobre custo e padrão de vida puderam ser unificadas.¹⁷⁵ Sendo assim, o grande mérito dessa pesquisa seria perceber a dinâmica dos hábitos de consumo e a construção de escalas para sua observância em âmbito nacional.

Luiz Bueno também destacava que em Porto Alegre o volume de pesquisas era ínfimo e que somente em 1943 havia sido feita pesquisa anterior, referindo-se a uma pesquisa do “padrão de vida” dos funcionários públicos estaduais, envolvendo apenas 54 famílias. O autor ignoraria as pesquisas sobre “custo de vida” anteriores, elaboradas pelo DEE-RS e pelo IBGE, ainda que não seja possível saber se era uma ignorância deliberada, com outras motivações ainda desconhecidas. Naquele momento, o professor Luiz Bueno destacava que o maior problema das pesquisas anteriores é que elas não teriam como finalidade a estruturação de um “Índice do Custo de Vida” – e esse, portanto, seria o seu objetivo central a partir da pesquisa realizada pelo CEPE-UFRGS em 1954.

Os dados demográficos com que abre a pesquisa são retirados todos do Recenseamento Geral, promovido pelo IBGE. As atividades industrial e comercial ocupariam 94% da população ativa em Porto Alegre e, a partir daí, o foco concentrou-se

¹⁷⁵ BUENO, Luiz de Freitas. *Padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 2. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1958. p. 9.

nos trabalhadores industriais porto-alegrenses – mapeados em 984 estabelecimentos fabris. A maioria dos operários seria composta por moradores dos bairros da chamada Zona Norte da capital e alguns do Centro, o que por amostragem acabou sendo possível utilizar 925 questionários. Uma amostragem significativa e baseada no emprego e na localização operários.¹⁷⁶

A clara preocupação metodológica facilita a compreensão da fonte para o pesquisador contemporâneo. É claro, alguns dados foram escolhidos de forma relativamente arbitrária – os operários que receberam os questionários deveriam ser homens, do sexo masculino, casados e com pelo menos um filho.¹⁷⁷ Ainda assim, a especificidade dos critérios usados na amostragem mostra que essa era uma pesquisa substancialmente diferente das pesquisas acerca do “custo de vida” vistas anteriormente. Quesitos como a “habitação”, a “alimentação” e os “transportes” reaparecem nos critérios investigativos, mas subdivididos em novas categorias. Além disso, “higiene pessoal e doméstica” além de “combustíveis”, “vestuário”, “aluguéis”, “saúde”, “bebidas”, “fumo”, “educação”, “cultura”, “previdência e sindicalismo”, “manutenção da casa” são algumas das novas categorias analisadas na pesquisa, inclusive tendo um espaço para “diversos” – que identificaria “excursões, veraneio, impostos, amortização de dívidas e criação doméstica”.¹⁷⁸

Inicialmente a pesquisa seguiria demonstrando o tamanho das famílias através do cálculo de uma mediana e avançaria identificando suas receitas e despesas. Essa última, por sua vez, seria decomposta em despesas anuais da família e despesas mensais da família. A partir daí, se poderia discriminar os gastos com cada subgênero presente na pesquisa, visando relacioná-los com os ordenados dos trabalhadores.

A caracterização das famílias é o passo inicial da apresentação. A partir da distribuição de 4.482 pessoas das famílias operárias, os pesquisadores chegaram ao cálculo de que a família modal seria formada por três pessoas e a família média seria constituída de 4,4 pessoas (ou 4, para fins de análise). Nesse quesito excluía-se também 408 pessoas que não estariam ligadas às famílias por laços de parentesco – categorizados como pensionistas, inquilinos ou empregados domésticos. Essa composição era dividida entre homens e mulheres e o dado mais relevante aqui é que ao contrário da demografia

¹⁷⁶ *Idem* p. 12.

¹⁷⁷ A pesquisa utilizava como critério metodológico a “situação no domicílio”, dividindo as categorias da seguinte forma: “chefe de família”, “cônjuge”, “filhos”, “parentes”, “agregados” e “empregadas”.

¹⁷⁸ *Ibid.* p. 24.

urbana porto-alegrense, o número de mulheres (1.993) apresentava ser inferior ao dos homens (2.081) entrevistados. Quando comparado com a porcentagem de pessoas ativas e não ativas na família, percebe-se que a porcentagem média de pessoas ativas é de 35,84% e que esse número crescia à medida que se reduzia o número de componentes familiares. Assim, tendencialmente poderia se afirmar que o trabalho feminino seria mais comum em famílias pouco numerosas.¹⁷⁹

A participação de mulheres e adolescentes na força de trabalho familiar poderia garantir rendimentos substanciais. Em abril de 1954, na época que os dados da pesquisa foram coletados, o salário mínimo nacional era de Cr\$ 1.190,00, mas 71,7% dos entrevistados ganhavam salários superiores ao de Cr\$ 2.000,00. Em Porto Alegre, na mesma época, o salário mínimo regional atingia a marca de Cr\$ 1.800,00, o que possibilitaria entender o porquê desses ordenados serem mais altos que a média nacional. Com um mínimo regional superior ao salário mínimo nacional, o ordenado dos operários porto-alegrenses podia ser calculado a partir de uma média de Cr\$ 2.321,00 – um valor claramente superior a uma média nacional que não passava de Cr\$ 1.500,00.

O que poderia ser uma boa notícia é visto, contudo, com ceticismo pelo pesquisador. Partindo da diferenciação entre receitas e despesas, se considerava que em todas as famílias havia um considerável déficit familiar, ilustrado na tabela abaixo:

Tabela: Déficits familiares

Famílias segundo o número de componentes	Déficits como % da receita
3 pessoas	8,77%
4 pessoas	9,05%
5 pessoas	13,85%
6 e mais pessoas	14,32%
Todas as famílias	10,88%

Fonte: BUENO, Luiz de Freitas. *op. cit.* p. 21.

O autor faz algumas leituras mais óbvias sobre a tabela, mas ainda assim pertinentes. A primeira é de que quanto maior a família, maior o déficit familiar e a segunda é de que todas as famílias teriam que lidar com esse déficit. Contudo, um olhar

¹⁷⁹ *Ibid.* p. 14-18.

mais atento para as pesquisas anteriores – por exemplo, a de 1943, proposta pelos comerciários da capital gaúcha – permite que se verifique como esse déficit reduziu até 1954. Em 1943 esse dado era calculado pelo DEE-RS em uma cifra expressiva de 56,40% e que poderia chegar a 126% em casos extremos.¹⁸⁰ A discrepância entre os déficits das pesquisas pode sustentar uma série de interpretações tanto sobre a coleta dos dados como também sobre as transformações sociais que de fato teriam ocorrido no período. De 1943 a 1954, a inflação brasileira teria aumentado de 15 a 25% ao ano, segundo o economista Dercio Munhoz, o que permitiria inferir que o déficit seria MAIOR do que o registrado em 1943, e não MENOR.¹⁸¹ Sem dados suficientes para questionar os índices registrados, ao menos é válido salientar que a maior cautela metodológica da pesquisa de 1954 tenha menor chance de erros do que a pesquisa de 1943. Isso, contudo, seria uma estimativa e que ignoraria, por sua vez, a conjuntura de guerra e mercados negros formados na capital gaúcha da época. Como Luiz Bueno ignora os resultados da pesquisa de 1943, ele toma somente o mês de abril de 1954 como dado significativo para sua análise.

Como prova do rigor metodológico a que se propunha, Bueno separou as despesas mensais das despesas anuais das famílias, chegando assim a conclusão de que 82,4% das despesas eram mensais – o que envolveria a “alimentação”, ressaltada na pesquisa do CNBES como equivalente a 35,40% das despesas familiares na capital rio-grandense. As despesas anuais (equivalente a 17,6% do total as despesas), por sua vez, eram divididas em quatro categorias: “com a casa”, “com a saúde”, “diversos”, “vestuário”. No total, essas despesas geralmente eram maiores em produtos de vestuário, sendo que na totalidade das famílias, os gastos com a saúde (que incluíam médicos, dentistas, hospitais e remédios nos hospitais) seriam menores. Cada uma dessas categorias era, então, discriminada a partir de diversos itens. Assim, por exemplo, é possível afirmar que os gastos maiores com “vestuário” (equivalentes a mais de 50% das despesas anuais das famílias operárias) se relacionavam ao consumo de sapatos, trajes de linho e trajes de lã. Da mesma forma, é possível afirmar que os homens tinham mais gastos com vestuário do que qualquer outro membro da família, independente de gênero ou idade. No que dizia

¹⁸⁰ É válido salientar aqui que há diferenças metodológicas consideráveis nas duas pesquisas, assim como o montante da amostragem da pesquisa de 1943 era significativamente inferior ao da pesquisa de 1954, avaliada por Luiz Bueno. Segundo documento da DEE-RS, haviam sido 608 fichas preenchidas em sua pesquisa de 1943. A pesquisa CEPE-UFRGS contava com 925 questionários preenchidos. Ver: “Salário e custo de vida”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. n. 22, ano II, março de 1944. p. 1-2. Biblioteca Irmão José Otão da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁸¹ MUNHOZ, Dercio Garcia. *op cit.* p. 61-62.

respeito às despesas com a casa, a compra de móveis e de roupas de cama e mesa eram os produtos que mais pesavam nessas despesas.¹⁸²

Nas despesas mensais, por sua vez, a divisão agora seguia uma padronização vista anteriormente nas pesquisas do DEE-RS, do IBGE e do Ministério da Agricultura. As categorias eram “alimentação”, “habitação”, “vestuário”, “saúde e higiene pessoal”, “fumo e bebida”, “combustíveis”, “previdência e sindicalismo”, “transportes”, “educação e cultura”, “diversões” e “outras”.

Tão logo a tabela de gastos era apresentada, uma surpresa. Se a pesquisa do CNBES, realizada em 1952, apontava os gastos com alimentação em Porto Alegre fixada em 35,40% do salário, a pesquisa do CEPE-UFRGS indicava que esse valor poderia transitar de 39,10 a 42,75% das despesas totais de uma família (conforme o número de componentes, é claro).¹⁸³ É possível verificar que as despesas mensais com “habitação” e “vestuário” também seriam responsáveis pelo agravamento do déficit familiar, ficando respectivamente em segundo e terceiro lugares. O último lugar, compondo menos de 1% das despesas mensais, era a categoria “diversões”.

No que dizia respeito às despesas com “alimentação”, o número de categorias era impressionante. Eram agora 35 categorias avaliadas pelos pesquisadores conforme o consumo nas famílias de três, quatro, cinco, seis (ou mais) componentes. É possível verificar na tabela abaixo quais seriam os 35 alimentos e o percentual das despesas com alimentação de cada um deles conforme o número de componentes das famílias:

Tabela: Despesas com alimentação e decomposição percentual

Alimentos	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas (ou mais)	Todas as famílias
Carne de gado	20,56%	21,11%	20,73%	20,29%	20,69%
Carne de galinha	8,56%	0,63%	0,59%	0,40%	2,92%
Linguiça	2,41%	2,49%	2,26%	2,44%	2,41%
Salame	1,15%	1,18%	0,83%	0,66%	0,99%
Charque	0,62%	0,77%	0,70%	1,04%	0,78%
Leite	9,75%	10,87%	10,78%	9,81%	10,27%
Manteiga	3,62%	4,21%	3,86%	3,13%	3,72%
Queijo	1,20%	1,09%	0,90%	0,80%	1,02%
Banana	1,86%	2,34%	2,52%	2,09%	2,17%
Laranja	1,95%	2,01%	1,75%	1,67%	1,87%
Tomate	1,41%	1,29%	1,35%	0,98%	1,27%

¹⁸² BUENO, Luiz de Freitas. *op. cit.* p. 26.

¹⁸³ *Ibid.* p. 29.

Alface	1,30%	1,19%	1,27%	1,03%	1,20%
Aipim	1,03%	1,15%	1,22%	1,04%	1,10%
Couve e repolho	1,04%	1,22%	0,96%	0,91%	1,04%
Maçã	1,17%	0,99%	0,90%	0,70%	0,96%
Batata doce	0,86%	0,92%	0,93%	0,96%	0,91%
Cenoura e nabo	0,73%	0,93%	0,84%	0,74%	0,81%
Arroz	5,77%	6,31%	6,87%	7,57%	6,55%
Massas	2,22%	2,44%	2,41%	2,75%	2,45%
Farinha de trigo	1,77%	2,17%	2,21%	2,48%	2,13%
Feijão preto	1,46%	1,83%	1,86%	2,45%	1,87%
Milho	1,35%	1,60%	1,75%	1,44%	1,52%
Banha	4,23%	4,46%	4,45%	4,79%	4,42%
Óleo comestível	1,79%	1,64%	1,66%	1,55%	1,66%
Óleo de oliva	0,67%	0,84%	0,84%	0,41%	0,68%
Cebola	1,02%	1,24%	1,17%	1,14%	1,14%
Sal	0,38%	0,38%	0,27%	0,40%	0,36%
Tempero verde	0,37%	0,33%	0,36%	0,35%	0,35%
Vinagre	0,32%	0,38%	0,33%	0,34%	0,34%
Fermento	0,31%	0,33%	0,30%	0,30%	0,31%
Alho	0,25%	0,37%	0,32%	0,29%	0,30%
Pão	9,22%	10,60%	12,83%	13,90%	11,36%
Açúcar	4,33%	4,75%	5,06%	6,10%	5,00%
Batata inglesa	3,04%	3,56%	3,28%	3,45%	3,33%
Ovos	2,28%	2,38%	1,94%	1,60%	2,10%

Fonte: BUENO, Luiz de Freitas. *op. cit.* p. 37.

A tabela é exaustivamente detalhada. Apesar da tentação de reconstruir uma “dieta operária” a partir dela, é preciso salientar que o que ela considera de fato é o quanto as famílias gastam em determinados produtos. Logo, mais do que a *quantidade consumida*, o que está sendo exibido é *quanto*, de fato, *os operários gastavam* nesses alimentos. Ainda assim, considerando os dados da pesquisa do CNBES que apontavam o alto consumo de produtos como carne e leite por parte dos trabalhadores porto-alegrenses, a pesquisa do CEPE-UFRGS parece corroborar com tais dados. De fato, os principais gêneros alimentícios nas despesas familiares eram a “carne de gado”, o “leite” e o “pão”. Outros produtos como “arroz”, “banha”, “manteiga” e “açúcar” também eram parte importante do consumo familiar. Por outro lado, somando todas as frutas, legumes e verduras presente na lista, elas ocupavam cerca de 15% das despesas. Tendencialmente, realizando uma suposição com base no percentual do consumo, poderia se afirmar que se tratava de uma dieta com espaço para proteína, amido e açúcares, mas com menor consideração para fibras e produtos vegetais. A “dieta operária” seguiria sendo um mistério, passível de deduções repletas de aritmética, mas sem convicções quanto ao seu valor nutricional.

Ainda assim, a pesquisa apresentava o quadro mais completo de consumo de gêneros alimentícios de Porto Alegre até então.

No quesito “habitação”, a pesquisa apresentava itens relacionados à conservação da casa em geral. Porém, um dos itens se referia ao “aluguel”, o que permite uma ponderação. Dos 925 entrevistados na pesquisa, 44% eram proprietários, 47% eram locatários e 9% haviam recebido a casa sem título de propriedade. Aparentemente, as despesas com aluguel recaíam a menos de metade dos operários porto-alegrenses. Contudo, quanto às condições da casa – remetendo assim às considerações anteriores sobre as “malocas” – a pesquisa afirmava que a imensa maioria das habitações eram feitas de madeira, fossem elas alugadas, compradas ou cedidas. O percentual de casas de alvenaria não passava de 20%. Ao mesmo tempo, é válido ressaltar que os valores dessas moradias tinham sido discriminados na pesquisa do DEE-RS de 1950, que demonstrava as diferenças de valores entre casas com acesso a serviços como luz e água (assim como a possibilidade delas serem diferenciadas conforme renda e/ou localização geográfica na cidade).

Assim, excetuando-se o aluguel – que apesar de ser a principal despesa, não era compartilhado por todos operários – as despesas por habitação que a pesquisa utilizara baseavam-se na compra de “móveis”, “sabão”, “roupas de cama e mesa”, “consertos e pinturas”, “vassouras”, “inseticidas”, “lixas”, “cera para assoalho” e “palha de aço”. O volume desses gastos, contudo, precisa ser atentado. Na média familiar, 71,39% dos gastos com habitação era voltado para o aluguel do imóvel e os 29,61% para os demais itens. Assim, os operários que eram proprietários de casa – fossem elas “malocas” ou não – tinham como vantagem a redução de uma considerável despesa em habitação. Somado a isso, é válido ressaltar uma das preocupações de Laudelino Medeiros em sua pesquisa sobre as “malocas”. Para o autor, apesar dos sistemas de cooperação e conflito que existem nas vilas, elas tinham como obstáculo o fato de não pagarem impostos e, portanto, seriam ignoradas pela cidade.¹⁸⁴

As despesas mensais com “vestuário”, por sua vez, retomavam os mesmos produtos mensais. A transposição do gasto de anual para mensal não modificou estruturalmente o montante da despesa dos itens nos orçamentos familiares. Seguiam os trajas de lã e linho, assim como os sapatos, os principais responsáveis por essas despesas.

¹⁸⁴ O autor chega a denunciar um “falso espírito democrático” da Câmara Municipal de Porto Alegre ao debater a possibilidade de integração dessas vilas ao perímetro urbano, garantindo-lhes serviços como luz e água. Ver: MEDEIROS, Laudelino. *Op. cit.* p. 60.

Os gastos com “saúde” anuais, que compunham uma parcela pequena das despesas dos trabalhadores porto-alegrenses, eram novamente categorizados para perceber os gastos mensais. Incluía-se aqui produtos de higiene como “sabonete”, “pasta de dente”, “pó de arroz” e “lâmina para barba”¹⁸⁵.

As demais despesas eram analisadas com detalhes, embora elas não fossem os principais gastos das famílias operárias. As despesas com “fumo e bebidas”, por exemplo, atingiam pouco mais de 5% das despesas. Ela eram relacionadas basicamente a “café em pó”, “cigarros”, “vinho”, “erva para chimarrão” e “cerveja”. Café e cigarros sendo então os principais produtos desse montante, enquanto bebidas como “chá” e “refrigerante” tinham sido excluídas da pesquisa porque o consumo era considerado de “pequena monta”.¹⁸⁶

As despesas com “combustíveis”, por sua vez, incluíam basicamente “lenha”, “álcool” e “querosene”, retomando os critérios utilizados na pesquisa da DEE-RS de 1950. Na pesquisa CEPE-UFRGS soma-se também a inclusão da “eletricidade”, que na época custava pouco menos de 30% no total das despesas, sendo superada pelo consumo de lenha – que não somente servia para aquecimento interno como também para o preparo de alimentos. Os gastos com “previdência e sindicalismo”, menos significativos ainda, eram bem divididos e os sindicatos – até mesmo seguindo uma tradição de mais tempo no movimento operário – tinham um percentual pequeno sobre as despesas de previdência, computando menos de 10%.

Por fim, as despesas com os chamados “outros consumos” concluía a pesquisa. Esses eram categorizados em três itens: “transportes”, “educação e cultura” e “diversões”. Entre eles, os “transportes” ocupavam o maior gasto, cerca de 2 a 3% das despesas familiares mensais. Porém, ao contrário de outras pesquisas, não era especificado se o gasto se referenciava aos bondes, aos ônibus ou a algum outro meio de transporte alternativo. “Educação e cultura”, por sua vez, não chegava a 3% do total das despesas, enquanto diversões não chegava a sequer 1%. Contudo, a pesquisa não especificava também quais eram os gastos referentes a “educação”, “cultura” ou “diversão”, indicando apenas que eles eram parte ínfima das despesas dos operários porto-alegrenses.

¹⁸⁵ A pesquisa apresenta o surreal dado de que 56,75% do orçamento destinado à saúde e higiene era destinado somente à aquisição de “pó de arroz”. Produto de ordem cosmética, apesar de indicar um consumo elevadíssimo, é difícil imaginar que o produto fosse realmente muito caro ou mesmo comprado em grande quantidade. Possivelmente havia algum equívoco na pesquisa – o qual não foi possível detectá-lo. De toda a forma, apresento-o aqui como um dos principais gastos das famílias operárias da época, mas sem assumir que o dado está integralmente correto.

¹⁸⁶ BUENO, Luiz de Freitas. *op. cit.* p. 31.

Há aqui uma série de considerações a serem feitas sobre a pesquisa de Luiz Bueno de Freitas. Tomando os dados do CEPE-UFRGS, coletados em 1954, ele propôs uma apresentação que é tão impressionante que merece alguns olhares mais cautelosos. A pesquisa, por exemplo, não apresentava um texto à guisa de conclusão, ou de considerações finais. A exaustiva e eficiente apresentação de dados falaria por si mesma, ou seja, não necessitava de outras definições. Porém, o professor Luiz Bueno afirmava na introdução da pesquisa do CEPE-UFRGS que ela serviria para estruturar um Índice de Custo de Vida para Porto Alegre. Seria importante retomar o andamento desse processo, mas o que se tem ao avaliar a pesquisa é uma série de dados recolhidos. São, sem dúvida, dados recolhidos com um rigor metodológico maior (ou ao menos mais explícito aos leitores) do que as demais pesquisas vistas até aqui. Mas a construção do Índice ficaria para um segundo momento, numa pesquisa publicada em 1961. Por ora, o foco era a construção do “padrão de vida operário”.

Essa construção do “padrão de vida”, como afirmei anteriormente, traz consigo a dificuldade de tentar “padronizar” o comportamento dos operários a partir da estatística. Assim, dois limites podem ser destacados aqui: o primeiro envolve retomar a discussão que Edward Thompson empreendera com os economistas ortodoxos da primeira metade do século XX, que através de estatísticas diversas, buscavam provar a melhora do “padrão de vida” dos operários a partir da Revolução Industrial. Assim, usando das visões oficiais sobre o que constituiria esse “padrão”, acabava-se deslegitimando as interpretações que viam na Revolução Industrial uma situação terrível para o operariado. No caso da pesquisa do CEPE-UFRGS, é possível afirmar que o estabelecimento de um “padrão” buscava marcos específicos numa cultura de consumo e esse, portanto, seria o elemento central para definir a vida dos operários porto-alegrenses. A partir da preocupação com o “custo de vida”, se buscava então delimitar o “padrão de vida” dos operários para que houvesse um cálculo mais aproximado e fidedigno a ser indexado oficialmente. Tal índice, por sua vez, seria apresentado de forma neutra, como resultado de uma pesquisa científica, assim, sindicatos e empresários não poderiam questionar seus dados e suas conclusões.

O segundo limite da pesquisa, por sua vez, envolvia o estabelecimento de “padrões” que, ao mesmo tempo que representariam inúmeros casos, não conseguiriam lidar com particularidades específicas dos gastos, hábitos de consumo, composições familiares e rendimentos dos operários. Assim, a “representatividade” desse padrão poderia ser verificada – e aqueles que não se encaixassem apareceriam então como

“desviantes”. A historiadora Sabina Loriga analisa tal questão a partir da tendência quantitativa de projetar o coletivo na singularidade de um indivíduo, ou uma “obsessão pela representatividade”. Nesses casos, segundo a autora, ocorre uma situação em que sai perdendo tanto o coletivo (que perde toda sua dimensão heterogênea enquanto processo de formação social) quanto o indivíduo (que estaria fadado a um comportamento linear e previsível conforme o movimento específico de uma coletividade em dado momento histórico).¹⁸⁷ Embora a preocupação de Sabina Loriga seja voltada para os desafios enfrentados pela história quantitativa e como ela limita as perspectivas biográficas, serve como um alerta para lembrarmos dos problemas acarretados pelo excesso de confiança sobre a capacidade da pesquisa do CEPE-UFRGS em estruturar, de fato, esse “padrão de vida”.

É certo também que tais pesquisas eram voltadas para o consumo de operários, mas numa visão mais estrita àqueles que estavam ligados a ambientes fabris. De fato, a análise se voltava somente para trabalhadores industriais e, portanto, os trabalhadores do comércio (40% da população economicamente ativa) eram excluídos da pesquisa.¹⁸⁸ Além disso, como ressaltai anteriormente, o questionário era entregue aos homens operários de maior idade. Em algumas indústrias o número de mulheres era bastante significativo (como visto anteriormente na parte 1.1), mas a pesquisa possivelmente tomava essas mulheres como extensões de famílias chefiadas por um homem – e, portanto, elas seriam avaliadas a partir da média estatística somente.

Ainda assim, a possibilidade de investigar o quanto o consumo de certos produtos afetava o orçamento doméstico dos operários permite que o pesquisador contemporâneo retome esses dados à luz de possibilidades ainda maiores do que as abertas pelas pesquisas de “custo de vida” anteriores. De certa forma, o que tais pesquisas possibilitavam era conferir como certos produtos afetavam mais ou menos o orçamento doméstico. Porém, a partir dos dados do CEPE-UFRGS, esse volume de produtos era consideravelmente maior e permitia enxergar inclusive quais famílias consumiam mais – ou menos – determinadas mercadorias. Assim, protestos populares quanto à distribuição e ao preço do leite em Porto Alegre (verificadas desde 1943 e que serão retomados no capítulo 2) podem ser vistos à luz de um consumo significativo que é indicado em tais tabelas estatísticas. A medida que um produto representaria boa parte dos gastos com alimentação

¹⁸⁷ LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas : a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 247-249.

¹⁸⁸ BUENO, Luiz de Freitas. *op. cit.* p. 11.

das famílias de trabalhadores, é possível deduzir que qualquer alteração (de preço, distribuição ou consumo) seria precedida de agitação social.

É válido afirmar que a pesquisa de Luiz Bueno teve continuidade, ainda que não tenha sido imediata. Na edição nº 3 da revista *Estudos e Trabalhos* do CEPE-UFRGS, o professor complementava a sua pesquisa a partir dos dados recolhidos em 1954 e evidenciava as possibilidades de criação de um Índice de Custo de Vida para Porto Alegre. Em sua introdução, a complementação afirmava ser uma apresentação das conclusões obtidas a partir de pesquisa e que com isso se chegara a criação do índice. Nas palavras do próprio autor, “um Índice do Custo de Vida é um índice de preços (Preços ao Consumidor) que tem por fim descrever o efeito das variações dos preços sobre o conjunto das despesas de uma família, cujo nível de vida se mantém constante.”¹⁸⁹ Inicialmente o pesquisador demonstrava, através de uma série de equações, a precisão de seu cálculo, tendo como base um índice que considerasse preços e rendas a partir do consumo “padronizado” da categoria estudada. Contudo, se a equação proposta pelo autor apresentava algum equívoco de ordem metodológica, foge da minha alçada tal análise. Ainda assim, é interessante perceber que ao discutir a “ampliação do conceito”, Luiz Bueno defende que o “índice de custo de vida”, apesar de ser definido para um indivíduo, deve ser validado para análise de uma família.

Para demarcar a indexação, por sua vez, era preciso legitimar o “padrão” estabelecido – o que o autor faz ao afirmar que “num mesmo grupo profissional, os hábitos de consumo são aproximadamente iguais”, ou seja, seria possível estabelecer que 1) haveria um mesmo campo de escolha para os bens e serviços que são consumidos e 2) haveria um nível de renda aproximadamente igual entre eles, definindo-se a partir daí uma “família padrão” do conjunto.¹⁹⁰ Ainda assim, nessa conclusão, Bueno mostra-se ciente dos problemas da questão da “representatividade” vista na questão estatística. Porém, segundo ele o problema se resolveria a partir da “teoria da amostragem” – utilizada já em outras pesquisas semelhantes no Rio de Janeiro.¹⁹¹

¹⁸⁹ BUENO, Luiz de Freitas. *Índice do custo de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 3. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1961. p. 5.

¹⁹⁰ *Idem*. p. 8.

¹⁹¹ A teoria da amostragem parte do princípio de que o recolhimento de dados de uma parte é capaz de representar um determinado conjunto do todo. Como se pode perceber, a visão de Bueno sobre o problema era resolvida dentro do campo estatístico – ou seja, bastava obter uma amostra que fosse uma representação da população determinada previamente.

A partir dessas questões, o autor traz novamente os elementos pesquisados em 1954 e os reapresenta ao leitor. A partir dessas considerações é apresentado a estrutura básica do “índice de custo de vida” de acordo com os dados. Isso pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela: Índice de Custo de Vida de acordo com a sua estrutura

Grupo de consumo	Ponderação
Alimentação	39,07
Habitação	23,02
Vestuário	10,41
Saúde e higiene pessoal	7,83
Fumo e bebida	5,60
Combustíveis	4,24
Previdência e sindicalismo	4,15
Outros consumos	5,68
TOTAL	100

Fonte: BUENO, Luiz de Freitas. *Índice do custo de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 3. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1961. p. 15.

Por conta da nova estrutura criada para o índice, Luiz Bueno afirmava que era impossível comparar com as pesquisas anteriores – referindo-se principalmente à pesquisa de 1943. Segundo ele, as mudanças entre as pesquisas eram relacionadas somente a uma “possível alteração de hábitos de consumo”, mas não mais do que isso. Essa estrutura geral para o índice, vista na tabela anterior, serviria então como “base” para novas pesquisas – mas dificilmente poderia ser comparada com pesquisas anteriores. E, de fato, com o índice ajustado, era possível discriminar tal índice a partir de um “índice do custo de alimentos”, um “índice do custo do vestuário”, um “índice do custo com saúde e higiene pessoal”, um “índice dos gastos com fumo e bebida”, um “índice de preços dos combustíveis”, um “índice de gastos com previdência e sindicalismo” e um índice para “outros consumos”.¹⁹²

A partir desses índices, era possível comparar as taxas de aumento do custo de vida baseadas no preço das mercadorias. A ideia, portanto, era tentar estabelecer as

¹⁹² Aqui há um detalhe a ser considerado. O autor legitima o fato dos gastos com transportes não terem sido devidamente discriminados a partir de duas considerações. A primeira, afirma que o total de despesas dos operários com transportes era pequeno (2,88% do total de despesas). A segunda, por sua vez, considerava que esses serviços seriam de utilidade pública e têm suas tarifas controladas pelo Poder Público, “que dentro de suas atribuições, zela pelo interesse popular”. Embora tal consideração possa ser questionada – como fizera a pesquisa da DEE-RS de 1950 –, ela serviria para justificar o desinteresse do CEPE-UFRGS na questão dos transportes.

mudanças do custo de vida ao longo de um intervalo de dez anos a partir da tabela “base”. Assim, de 1948 a 1958 a pesquisa CEPE-UFRGS conseguia instituir uma projeção do custo de vida dos operários industriais muito mais completa (e complexa) do que as realizadas até então. A partir dos preços coletados em diferentes instâncias, foi possível estabelecer a seguinte tabela:

Tabela: Índice Geral do Custo de Vida

Anos	Índices	Taxas de aumento em %
1948	100	-
1949	110	10
1950	118	11
1951	129	11
1952	144	11
1953	162	11
1954	242	49
1955	290	20
1956	350	21
1957	392	12

Fonte: BUENO, Luiz de Freitas. *Índice do custo de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 3. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1961. p. 39.

É possível questionar, contudo, como havia sido a coleta de dados de 1948 para a construção desse índice se os cálculos referentes ao “custo de vida” não tinham o mesmo “padrão” estabelecido nas pesquisas de Luiz Bueno. Sem essa informação, é necessário confiar em algum cálculo que teria ficado de fora da explicação do autor e que, portanto, seria muito mais uma estimativa do que propriamente um número confiável.

Quanto aos dados apresentados na tabela, segundo a interpretação do autor, o salto mais destacado (1953/1954) se explicaria pelos reajustes de aluguel verificados na época, especialmente nas residências da Vila IAPI. Portanto, poderia se afirmar que o índice geral de aumento do custo de vida era de cerca de 11% ao ano, mas que em 1954, 1955 e 1956 ele tivera forte aumento e gradualmente se restabelecia até atingir os 12% em 1957.¹⁹³

¹⁹³ *Ibid.* p. 29. A colocação de Luiz Bueno pode ser verificada nos anexos da pesquisa. Na página 43, onde os aumentos do índice são discriminados conforme o mês de cada ano. Assim, é possível perceber que o salto de 1953 para 1954 que o índice apontava se dava já a partir de janeiro de 1954, que era a data padrão de reajuste dos aluguéis. Nesse mesmo ano, o aumento salarial de 100% foi decretado somente em maio de 1954, embora ele já fosse anunciado em fevereiro daquele mesmo ano pelo Ministério do Trabalho, o que pode ajudar a explicar o aumento vertiginoso no período, o que pretendo analisar com mais detalhes no capítulo 2.

Com o índice criado, havia agora um medidor mais “confiável” para calcular o “custo de vida” dos operários que projetaria uma razão sobre preços de mercadorias, hábitos de consumo e rendimentos. Nesse ponto, o trunfo da pesquisa CEPE-UFRGS mostrava-se maior do que o que outros órgãos procuraram fazer ao longo do período – mesmo que ele ainda não explicasse aos leitores como utilizara esses procedimentos para anos anteriores à pesquisa de 1955. Mas tal método seria suficiente para as análises vindouras?

Em 1960, no ano anterior da divulgação do índice de Luiz Bueno, o professor José Carlos Grijó publicou uma nova pesquisa sobre “padrão de vida operário” em Porto Alegre. Tratava-se da 15ª edição da revista *Estudos e Trabalhos*, publicada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE-UFRGS), sucessor do CEPE. A proposta desse estudo era de apresentar a nova pesquisa efetuada, buscando “obter informações de possíveis variações nos hábitos de consumo da população a que diz respeito” (no caso, os operários porto-alegrenses).¹⁹⁴

Como Luiz Bueno alertara, as pesquisas anteriores não permitiam verificar muito mais do que as mudanças de hábitos de consumo dos trabalhadores porto-alegrenses – já que elas não conseguiam estabelecer um índice confiável para calcular o custo de vida. Porém, Grijó tomava sua pesquisa agora como uma continuidade do trabalho proposto pelo CEPE-UFRGS no biênio 1954/1955 e, portanto, passados cinco anos, fazia-se necessário verificar qualquer alteração nesses hábitos – o que poderia mudar a estrutura do cálculo do índice do custo de vida. Grijó, ao contrário de Bueno, era professor do próprio instituto que realizara a pesquisa e, portanto, seria correto supor que estaria ainda mais familiarizado com os procedimentos metodológicos adotados. De fato, segundo o texto de apresentação, os próprios professores do IEPE-UFRGS exerciam um rigoroso controle sobre os agentes de campo e sobre as respostas coletadas.

A partir desse momento, a pesquisa seria ainda mais clara sobre a coleta de dados. Já na parte inicial era especificado o tempo disponível da coleta (90 dias), a limitação do custo econômico e a elaboração do índice de preços ao consumidor – que visava a atender as solicitações da oficialização do índice pelo Estado do Rio Grande do Sul.¹⁹⁵ No que dizia respeito a população investigada, novamente se retomavam os trabalhadores da

¹⁹⁴ GRIJÓ, José Carlos. *Pesquisa do padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 15. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1960. p. 3.

¹⁹⁵ *Idem*. p. 5.

indústria, mas eles agora eram diferenciados conforme sua ocupação na “administração”, no “operariado” ou em “outros empregos”. Novamente a técnica da amostragem tornou-se imperativa para a realização da pesquisa, sendo que as pesquisas novamente excluíram fábricas que só tinham operárias do sexo feminino, também não levando em conta os homens menores. Além disso, evidencia-se que a amostra era menor do que a da pesquisa anterior, que realizara com sucesso 925 questionários, enquanto a pesquisa de 1960 realizara 576.¹⁹⁶ Enquanto a primeira cobria mais de quatro mil pessoas, essa cobriria 2.326 pessoas.

O mais interessante sobre a apresentação dos procedimentos, contudo, é que pela primeira vez se noticiavam as dificuldades no levantamento. Segundo o autor, “mudanças recentes de endereços e recusa em prestar informações foram os principais obstáculos encontrados por nossa equipe”. Em alguns casos, “os informantes recusavam-se a prestar informações, utilizando chavões já bem conhecidos daqueles que estão familiarizados com esse tipo de pesquisa, como ‘isso não vai melhorar a vida da gente’ e outros.” Por outro lado, relatava o professor, “a pesquisa, de um modo geral, [era] bem recebida pela classe dos industriários, valendo notar a boa atuação dos diretores e chefes de seções das indústrias integrantes da amostra”.¹⁹⁷

O quão emblemática é essa informação? De um lado, os pesquisadores reclamam que os operários viam com ceticismo a pesquisa – afinal, ela não melhoraria a sua vida. Reproduziam o que era considerado um “chavão”, um “lugar comum”, uma frase já conhecida. Desde o período analisado aqui, nenhuma pesquisa fora tão sincera quanto às dificuldades e à recepção do operariado quanto à proposta pelo IEPE-UFRGS em 1960. Seria possível afirmar que os trabalhadores desdenhavam de tais iniciativas de fato? Que estariam alheios a iniciativas “técnicas” sobre como era sua vida? Discordavam dos resultados da pesquisa, ou simplesmente não consideravam que ela tinha efeitos práticos?

Por outro lado, os pesquisadores elogiavam a presteza dos industriários, assim como a boa vontade de diretores e chefes de seções. A recepção dos capitalistas porto-alegrenses seria positiva, ao contrário dos operários. Talvez seja possível inferir que os motivos pelos quais as opiniões divergiam quanto à pesquisa fossem, em suma,

¹⁹⁶ Inicialmente a pesquisa era apresentada a partir de 588 questionários realizados e entregues. Contudo, 12 desses questionários foram eliminados, “pois o alto salário dos respectivos chefes das famílias proporcionava-lhes uma estrutura de consumo bem diferente daquela observada nas demais unidades investigadas”. No caso, excluía-se as famílias cujos salários situavam em Cr\$ 18.000,00 – ou seja, mais que o triplo do salário mínimo nacional, estipulado em Cr\$ 5.900,00 na época. *Ibid.* p. 13.

¹⁹⁷ *Ibid.* p. 14-15.

exemplificados pelo “chavão” dos operários “isso não vai melhorar a vida da gente”. O que causaria pouco envolvimento do trabalhador era o que satisfazia o patrão – a ineficiência da pesquisa na melhoria de vida.

Antes de prosseguir apresentando a pesquisa de 1960, é possível, a partir do relato do professor Grijó, problematizar não só a recepção da pesquisa, mas também a sua produção. Em nenhuma das pesquisas analisadas foi salientado o ambiente onde os questionários eram realizados. A chamada “boa atuação” de diretores e chefes de seções à qual o texto se refere poderia estar imbricada a processos coercitivos, no ambiente de trabalho. Dessa forma, o operário seria coagido a responder o questionário e, quem sabe, até mesmo fazê-lo na presença de seus chefes. Assim, a pesquisa seria útil para que os patrões pudessem perceber o consumo dos operários e, após a saída da equipe, repreendê-los por seus hábitos. Pretendo retornar a essa questão nos subcapítulos 2.2 e 2.3 da tese, mas por ora é válido ressaltar que o comentário exposto na primeira parte da pesquisa permite ao menos afirmar que a recepção dos questionários não era homogênea e, por sua vez, teria um componente de classe presente.

Após a parte inicial, José Carlos Grijó busca apresentar os resultados da pesquisa, retomando alguns pontos da pesquisa anterior, produzida por Luiz de Freitas Bueno. Novamente as famílias eram divididas segundo o número de componentes, mas agora se considerava que um casal era uma família, o que contemplava também operários sem filhos. Ainda assim, repetia-se novamente as divisões em famílias com 3, 4, 5 e 6 (ou mais) componentes. Da mesma forma, constituía-se uma família modal de 4 pessoas e uma família média de 4,04 pessoas (um pouco menor do que a média estabelecida na pesquisa de 1954). A distribuição por idades e sexo, por sua vez, evidenciava um número parelho de homens (1.171) e mulheres (1.155) da amostragem, ainda que novamente reforçasse o estereótipo de gênero do “chefe de família”.¹⁹⁸

A questão das condições de “habitação” agora aparecia com maior destaque, sendo instrumento tanto para avaliar a população entrevistada como para definir as despesas mensais. A propriedade das casas era dividida em 4 categorias, como na pesquisa de 1954: “próprias”, “em aquisição”, “alugadas” e “cedidas”. No total, das 576

¹⁹⁸ Susan Besse define o estereótipo do chefe de família como um mecanismo institucional da legislação brasileira desde o código filipino português de 1603. Mesmo na reestruturação do que a autora define como “patriarcalismo brasileiro”, a presença da visão do homem como pai/chefe de família seguiu presente mesmo após a conquista do Voto Feminino em 1934 e da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Ver: BESSE, Susan Kent. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil, 1914 – 1940*. Chapel Hill e London. University of North Carolina Press, 1996. p. 12-13.

casas analisadas, repetia-se a porcentagem de casas alugadas da pesquisa anterior – 47%. Dentro dessas categorias, as habitações em si eram qualificadas em 7 tipos: “casas de alvenaria”, “apartamentos”, “casas de madeira”, “cômodos”, “casas mistas”, “barracos”, “casas de vila”. Nesse quesito – e retomando a pesquisa de Laudelino Medeiros – os “barracos” e as “casas de vila” diferenciavam-se das “casas de madeira”, permitindo assim diferenciar as moradias mais precárias. No montante total, das 576 habitações investigadas, 22 seriam referentes a “casas de vila” e “barracos”, enquanto a imensa maioria das casas (413) seriam de “madeira”. Ainda assim, é possível questionar o tratamento que os próprios operários davam para suas casas e o quanto essa informação era determinante na categorização feita pelos pesquisadores.

O mais surpreendente, contudo, é que a pesquisa agora inquiria os entrevistados quanto à quantidade de pessoas por dormitório nas casas. Assim, era possível fazer uma razão de pessoas e quartos, podendo inclusive estabelecer uma média – média essa que atingia a cifra de 2,1 pessoas por dormitório. Tal informação fez com que os pesquisadores afirmassem que eram “conduzidos a aceitar como aproximadamente boas as condições de habitabilidade entre as famílias que integraram nossa amostra”.¹⁹⁹ Essa afirmação, feita em 1960, permite lembrar que o mesmo não era dito em 1951. Há que se ressaltar também que a relação entre casa e domicílio não poderia, por exemplo, dizer tanto sobre as condições de habitação. Barbara Weinstein, por exemplo, falando sobre o operariado de São Paulo, afirma que apenas 35% das famílias de estudantes do SENAI tinham banheiros em casa no ano de 1952.²⁰⁰ Qual seria a porcentagem relacionada a Porto Alegre em 1960? Apesar de não ter esse dado disponível, a pesquisadora ressalta que os estudantes que concluíram o curso do SENAI tinham “instalações sanitárias dentro de casa, água encanada e eletricidade” – exceto em Porto Alegre. Posteriormente, pretendo discutir os efeitos do SENAI e do SESI, assim como as iniciativas empresariais visando ao controle da “economia doméstica” dos trabalhadores. Por ora, é possível se deter somente na informação de que, em 1952, a falta de luz, instalações sanitárias e água encanada nas habitações dos operários eram problemas ainda frequentes em Porto Alegre.

Teriam as condições de moradia se modificado tão drasticamente? Será que a ideia de “aproximadamente bom” teria se modificado com o passar da década? Ou seria então o fato de que a classe operária industrial, analisada na pesquisa de 1960, não seria uma moradora das “malocas” porto-alegrenses? Esses questionamentos infelizmente não

¹⁹⁹ GRIJÓ, José Carlos. *op. cit.* p. 29.

²⁰⁰ WEINSTEIN, Barbara. *op. cit.* p. 246.

possuem uma resposta simples. Contudo, é válido salientar que em nenhum momento o professor Laudelino Medeiros afirmara que seus pesquisados fossem, de fato, operários industriais.

No campo das receitas familiares, as ocupações também eram divididas de forma mais criteriosa. Havia agora 10 categorias para definir as pessoas da família operária: 1) ocupação “em casa”, 2) ocupação “fora de casa”, 3) “estudantes”, 4) “incapazes”, 5) “inativos”, 6) “agregados”, 7) “inquilinos”, 8) “pensionistas de cama e mesa”, 9) “pensionistas de mesa” e 10) “empregadas”.²⁰¹ A tabela de salários também mostra-se interessante, tomando como ponto de partida os rendimentos de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 18.000,00 dentre os entrevistados. Calculava-se um salário médio de Cr\$ 9.280,00 em Porto Alegre – bastante acima do salário mínimo nacional de Cr\$ 5.900,00 e do mínimo regional de Cr\$ 5.000,00. De fato, somente 42 das famílias entrevistadas tinham renda inferior a Cr\$ 6.000,00 – o que permite considerar a hipótese de que os rendimentos dos operários em Porto Alegre podiam ser mais altos do que a média nacional. Porém, quando se especificava a renda *per capita* nas famílias (uma novidade até então), atingia-se uma renda média de Cr\$ 2.743,00 (Cr\$ 5.567,00 ao considerar-se somente as pessoas economicamente ativas da casa). Esse dado, por sua vez, foi avaliado como problemático, pois se afirmava que os rendimentos eram “consideravelmente baixos” quando analisados em relação ao mínimo regional.

Ao contrário da pesquisa de 1954, contudo, os déficits familiares apareciam somente no final. Essa acaba sendo uma questão delicada, já que ao que os dados mostram que havia um aumento no déficit familiar em todos os casos, chegando a um cálculo médio de 20,25% de déficit nas rendas dos operários. Os pesquisadores atribuem esse aumento pela quantidade de pessoas não-ativas nas famílias.²⁰² Assim, quanto menos componentes, menor seria o déficit familiar. Para comparar as mudanças, é possível gerar uma tabela que compare ambas situações.

Tabela: Déficit familiares

²⁰¹ A título de análise, é possível cruzar essas informações com outras. Por exemplo, sabe-se que entre os entrevistados, 991 deles seriam crianças e jovens dos 0 aos 15 anos. Por outro lado, a tabela de ocupação afirmava que apenas 468 dos entrevistados seriam estudantes. Há que se ponderar uma série de questões aqui – idade mínima escolar, abandono da escola, estudantes de ensino superior etc.. Ainda assim, a diferença entre as duas cifras poderia servir de base para um estudo mais detalhado sobre índices de alfabetização dentre a população urbana de Porto Alegre, ou mesmo de qualificação de jovens.

²⁰² *Ibid.* p. 58.

Famílias segundo o número de componentes	Déficits como % da receita 1954	Déficits como % da receita 1960
2 pessoas	-	14,81%
3 pessoas	8,77%	18,31%
4 pessoas	9,05%	21,97%
5 pessoas	13,85%	22,44%
6 e mais pessoas	14,32%	23,20%
Todas as famílias	10,88%	20,25%

Fonte: GRIJÓ, José Carlos. *Pesquisa do padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 15. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1960.

Como se pode perceber, o déficit familiar praticamente dobrara em seis anos. A conjuntura inflacionária e os escassos aumentos salariais seriam algumas das justificativas para isso. Porém, há um outro aspecto que merece consideração nesse momento: a pesquisa de 1960 elabora uma série de categorias para as despesas mensais e anuais dos operários, ainda que partindo dos modelos estabelecidos pela pesquisa CEPE-UFRGS de 1954.

As despesas anuais (“vestuário” e “saúde, casa e diversas”) compreendiam um número impressionante de itens. Somente a parte de vestuário masculino compreendia 29 produtos, o mesmo número de produtos do vestuário feminino. Pelo cálculo das despesas, poderia se dizer que os homens gastavam mais em peças de vestuário que as mulheres operárias, assim como afirmar que produtos como ternos e vestidos eram os que geravam maior despesa. Esses gastos depois eram discriminados mensalmente, de tal forma que era possível verificar que as roupas infantis também tinham participação considerável nos gastos familiares (aproximadamente 15%). Nas despesas com “saúde, casa e diversas”, se concebia 8 itens para “saúde”, 23 para “casa” e 14 para “diversas”. Até mesmo produtos inusitados como “toca-discos”, “bicicletas”, “brinquedos” e “revólveres” eram avaliados na pesquisa.²⁰³

Os gastos mais elevados com “saúde” seriam as “consultas médicas” e o “tratamento dentário”; os gastos com a “casa”, por sua vez, compreendiam agora uma série de eletrodomésticos que não estavam presentes em nenhuma lista até então

²⁰³ É digno de nota que apenas nas famílias com três componentes encontrava-se despesas com brinquedos, o que pressupunha que esse era tido muitas vezes como um gasto supérfluo para as famílias com mais de um filho ou filha.

(incluindo os modernos “refrigeradores”, que eram o gasto mais volumoso dessa categoria, chegando a mais de 12% das despesas anuais de algumas famílias); por fim, nos gastos com “diversos” se compreendia empréstimos e juros, sem dúvida a maior despesa registrada nessa categoria. Levando-se em consideração o quadro dos déficits familiares, pode-se dizer que esse dado não é nenhum pouco surpreendente – atribuía-se que, em média, uma família de 4 pessoas teria de pagar anualmente quase Cr\$ 200.000,00 em pagamento de empréstimos.²⁰⁴

Nas despesas mensais, a subdivisão retomava a categoria de “alimentação”, mas incluía também “higiene pessoal e doméstica”, “combustíveis”, “educação”, “previdência e sindicalismo”, “transportes”, “fumo e cigarros” e “aluguel”. Em certo sentido, a pesquisa retomava as indagações da pesquisa de 1954, mas – como afirmado anteriormente – agora o volume de categorias analisadas era muito maior. Somente na categoria “alimentação” havia agora 106 itens pesquisados.²⁰⁵ As comidas e bebidas estavam juntas e havia duas tabelas: uma para alimentos hortifrutíferos e a outra para alimentos variados, incluindo carnes, cereais, farináceos, bebidas e demais produtos industrializados. Por fim, uma análise sobre ambas as tabelas permite verificar que os produtos que mais pesavam sobre as despesas eram o “arroz”, a “carne de vaca”, o “leite” e o “pão”.

Havia uma série de novos itens na lista, é bem verdade, mas nenhum deles tinha um peso orçamentário maior do que a dos gêneros acima citados. Contudo, é importante salientar que um dos itens não se referia a gêneros alimentícios ou bebidas: o item “refeição fora de casa” aparecia na tabela e ocupava boa parte dos gastos com alimentação (cerca de 5,55% dos gastos com alimentação), se referindo aos gastos da família feitos em restaurantes, bares e lanchonetes. Esses gastos eram maiores do que as despesas com “ovos”, “batatas” ou “açúcar” e eles permitem levantar um questionamento sobre a época.

Desde 1939, o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio exigia a construção de refeitórios para os funcionários em empresas com mais de 500 trabalhadores. A partir de 1945, havia a exigência de que as empresas com mais de 300 trabalhadores criassem cooperativas de consumo para a venda e distribuição de produtos de primeiras necessidades, como feijão, arroz, macarrão e carne seca.²⁰⁶

²⁰⁴ *Ibid.* p. 43.

²⁰⁵ Em que se pese, contudo, que um dos itens analisados não teve consumo registrado em nenhuma das famílias. O achocolatado “Toddy” não era consumido pelos operários entrevistados, possivelmente por ser um produto industrializado e mais caro que os demais – ou considerado mais supérfluo que os demais.

²⁰⁶ WEINSTEIN, Barbara. *op. cit.* p. 126.

Nem todas as empresas, é claro, tinham uma quantidade significativa de operários trabalhando e, por sua vez, evitavam as determinações de construção de refeitórios ou cooperativas. Mas há que se considerar também a possibilidade de que muitas dessas empresas burlavam as leis estipuladas. A historiadora Barbara Weinstein, por exemplo, verificou que na região de São Paulo, o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) tinham caminhões-cozinha que se instalavam nos distritos industriais oferecendo “marmitas” para os operários. A comida, em si, era criticada por muitos sindicatos – que reclamavam não apenas do “grude do SESI”, mas também do fato de que os patrões não lhes possibilitavam uma alimentação adequada nas fábricas.²⁰⁷ Ao longo da década de 1950, segundo a autora, o número de fábricas que criaram seus refeitórios próprios aumentou consideravelmente. Ainda assim, as despesas com alimentação fora de casa ainda recaíam sobre os trabalhadores.

O consumo de carne, uma constante em todo o período, seguia forte como a principal despesa na economia doméstica porto-alegrense. É possível sugerir, por um “hábito cultural”, que esse consumo de carne de vaca fosse maior em Porto Alegre do que em qualquer outra capital brasileira. Fonte de proteína animal, a carne era considerada artigo central nas despesas de alimentação, equivalendo a 24,65% do total de despesas nessa categoria. Ainda assim, era perceptível que quanto maiores fossem as famílias, menor seria o consumo de carne. Ainda assim, essa tendência constante do consumo de carne de vaca, verificada nas pesquisas anteriores e corroborada na pesquisa de 1960, possibilita afirmar o quanto esse alimento seguia sendo visto como necessário pelo operariado porto-alegrense.²⁰⁸

No que dizia respeito ao leite, seu peso nas despesas familiares se reduzira consideravelmente. Em 1954, a despesa com o leite era de cerca de 10,27% dos gastos com alimentação; em 1960, esse valor atingia cerca de 7,65%. A redução poderia estar ligada as pressões do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, quanto à distribuição do leite feita pelo DEAL e sua atuação perante os produtores de leite do estado. Segundo o Luiz Carlos Borghetti,

²⁰⁷ *Idem.* p. 232-233.

²⁰⁸ Durante a Segunda Guerra Mundial, a especulação sobre produtos alimentícios seguiu em alta na cidade de Porto Alegre. A carne de gado era um dos produtos mais visados por comerciantes em suas fraudes e a Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) chegou a propor que o produto fosse trocado por peixe. Até onde se sabe, essa ideia não foi bem aceita por boa parte dos consumidores. Ver: “Na CAERGS – Peixe durante a semana”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/03/1945. p. 4.

“[...] o governador Brizola impedia aumento de preços na defesa dos consumidores, exigindo estudos com justificativas da Secretaria da Economia. Além disso, proibiu que fossem fabricados dois tipos de leite, sendo um mais barato e de pior qualidade para os pobres. Estes, por serem pobres, não deveriam ter alimentação de qualidade mais baixa. Os produtores foram subsidiados para manter o preço aos consumidores.”²⁰⁹

No capítulo seguinte pretendo discutir as atuações dos poderes públicos durante o período na tentativa de ordenar e interferir na “economia doméstica” dos trabalhadores porto-alegrenses. Dessa forma, iniciativas como as disputas de Brizola com os “produtores” na questão do abastecimento de gêneros alimentícios serão devidamente analisadas em momentos posteriores. Por ora, pode-se conceber que a ação direta do governo do estado teria sido determinante para reduzir o impacto do custo do leite nos orçamentos dos operários da capital gaúcha. Um exemplo disso é que o consumo de leite, ao contrário de outros produtos, era errático conforme o número de componentes das famílias.

Outros produtos tais como o “pão” e o “arroz” serviam como base da alimentação, rica em amido ao que indicam os dados. Por outro lado, os gastos com os produtos hortifrutíferos eram de monta inferior ao de produtos como o “arroz”, o “leite”, o “pão” e a “carne”. “Banana e “tomate” eram os principais produtos consumidos nesse contexto, mas verduras e frutas tinham um destaque muito pequeno no montante das despesas desses trabalhadores – ou porque não eram consumidas em grande quantidade, ou porque o seu preço não pesava nos orçamentos familiares.

A seguir, a pesquisa de Grijó e do IEPE apresentava a questão da “higiene pessoal e doméstica”, apresentando 27 itens. Nesse caso, as “despesas com remédios” eram sem dúvida o maior responsável por esses gastos, com aproximadamente 40% das despesas da categoria sendo resumidas aos medicamentos. “Sabão”, “sabonete” e gastos com “barbearia e salões de beleza” eram algumas das principais despesas registradas. Em geral, quanto maior a família, menos se gastava com essa categoria – o que permite refletir sobre as dificuldades de manter a higiene pessoal e doméstica nas condições precárias em que muitos dos operários se encontravam.

Na categoria “combustíveis”, “álcool”, “carvão”, “eletricidade”, “gás”, “óleo para queimar”, “lenha”, “querosene”, “velas”, “fósforos” e “solvente” eram os itens

²⁰⁹ BORGHETTI, Luiz Carlos. *op. cit.* p. 149.

apresentados. A “lenha”, que anteriormente liderava a lista de consumo de “combustíveis”, agora perdia espaço para a “eletricidade”, a maior despesa dessa categoria – aproximadamente 33% dos gastos. A presença do “gás”, referindo-se ao gás de cozinha, também ajudaria a explicar os gastos menores com a lenha. A presença dos fogões à gás não era uma constante nos lares operários, mas à medida que esse produto passou a fazer parte de algumas das famílias, a lenha foi deixando de ser um artigo de necessário.

As demais categorias das despesas eram englobadas numa categoria chamada “outras despesas” que se subdividia em “diversões”, “educação”, “previdência” e “transportes”. No caso das “diversões”, havia três itens: “associações recreativas”, “associações desportivas” e “cinema, teatro e futebol”. As duas primeiras contemplavam um número ínfimo do total de gastos da categoria total (menos de 1%). Porém, como seria possível supor, os gastos com “cinema, teatro e futebol” já eram maiores (quase 3% dessas despesas). E, é claro, é válido ressaltar que tendencialmente, os gastos com “diversões” diminuía conforme o número de componentes da família.

Os gastos com “educação”, por sua vez, era subdivididos em “matrícula escolar”, “mensalidade escolar”, “papel, lápis, caderno, etc.”, “livros”, “jornais” e “revistas”. Nesse ponto, os gastos com matrículas, material escolar e livros eram os mais substanciais, sendo que eles eram maiores do que os gastos com “diversão” (ocupando 14% dessas despesas). Já gastos com “previdência”, por sua vez, englobavam “institutos e caixas”, “associações beneficentes”, “sindicatos” e “seguros”. Desses, contudo, o que mais se destacava entre as despesas eram os “institutos e caixas”, que chegavam a 25% do total. Tendo em vista a preocupação dos operários com o sistema previdenciário e a possibilidade de uma aposentadoria segura, esse dado não aparece como surpresa.

Por fim, na questão dos “transportes” eram enquadrados os preços de “bondes”, “ônibus”, “lotações”, “trens”, gastos com “fumo e cigarros” e “aluguel”. Os dois últimos itens estariam claramente deslocados, mas são depois avaliados em separado dos transportes. Até porque os gastos com ambos identificavam um valor maior do que o gasto com transportes – embora as chamadas “viagens de ônibus” fossem especificamente dispendiosas segundo as pesquisas, já que elas constituíam quase 80% dos gastos com transporte dos operários porto-alegrenses (cerca de 3% do total das despesas).

A pesquisa de 1960, contudo, ao contrário da de 1954 – não foi apresentada com vias de elaboração do Índice de Custo de Vida, embora os motivos para isso sejam desconhecidos. A definição desse índice dependia, basicamente, de preços ao

consumidor, um índice que o IEPE formaria a partir da pesquisa de 1965.²¹⁰ Os próprios pesquisadores do IEPE destacam que essa primeira fase do órgão era pautada pelos princípios norteadores da pesquisa de 1954 e, com os novos elementos agregados na pesquisa a partir de 1960, o quadro das despesas se modificara consideravelmente. A partir de 1963 o IEPE passou a ter um convênio com a Universidade de Wisconsin com o suporte financeiro da USAID/BRASIL e passou a direcionar boa parte de sua pesquisa para a economia agropecuária e para o desenvolvimento rural.²¹¹ A entidade continuou sendo responsável pela elaboração de pesquisas de Índices de Preços ao Consumidor, mas que trabalhavam agora com outros procedimentos metodológicos.²¹²

Os resultados da pesquisa de 1960 aparentavam ser os mais completos até então analisados. Havia, é claro, questões que poderiam surgir a partir da análise atual sobre os seus sistemas de coleta e resultados. O fato das unidades familiares serem qualificadas somente a partir de dados como renda e número de componentes, por exemplo, abre uma dúvida crucial sobre como eram formadas as “famílias operárias” estudadas a partir da pesquisa. Mesmo quando se procurava delimitá-las territorialmente ou mesmo quanto às suas habitações, esses dados eram incertos e não permitiam uma análise mais apurada sobre as experiências dos operários diante do déficit familiar e da escassez.²¹³ As cifras utilizadas e os cálculos de média e mediana obliteravam experiências pessoais. De fato,

²¹⁰ MASINA, Renato. *op. cit.* p. 22. O autor, contudo, afirma que o Índice do Custo de Vida de 1958 era, em última instância, um Índice de Preços ao Consumidor. Porém, feito em 1958, imagina-se que ao ser lançada a pesquisa de 1960 ele não havia sido atualizado.

²¹¹ Ao referenciar o suporte financeiro do USAID/BRASIL (ou United States Agency for International Development), é importante ressaltar que a agência americana, criada em 1961, tinha como objetivo financiar e controlar “projetos de interesse do governo norte-americano em várias áreas do mundo, sempre com a justificativa de ajudar os países pobres.” O historiador Rodrigo Sá Motta, ao avaliar o impacto do USAID na formação das polícias militares brasileiras, destaca que a entidade era relacionada a chamada Aliança para o Progresso, criada no governo Kennedy. Para o autor, “o [seu] objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina com a meta de fomentar a modernização na esperança de que isso esvaziasse o apelo da Revolução.” Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a repressão: a USAID e a polícia brasileira*. IN: Revista Brasileira de História. Volume 30, nº 59. São Paulo: junho de 2010. Versão digital pode ser acessada no endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100012. Acesso no dia 30 de março de 2014.

²¹² É importante destacar que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é hoje a principal entidade que formula as estatísticas sobre o custo de vida no país. Fundada pelo movimento sindical paulista em 1955, ela só chegara ao Rio Grande do Sul no final da década de 1970. Hoje a entidade respalda as pesquisas anteriores realizadas sobre o custo de vida em Porto Alegre, mas ressalta que a sua metodologia atual é diferente em relação às que foram formuladas entre 1950 e 1965. Ver: DIEESE Memória. *Escritórios Regionais. Escritório Regional de Rio Grande do Sul*. [sem data]. Disponível em http://memoria.dieese.org.br/museu/escritorios_regionais/rns. Último acesso em 03 de fevereiro de 2016.

²¹³ Talvez seja injusta essa colocação tendo em vista que o estudo de Grijó, assim como estudos anteriores, apresentava mapas das indústrias visitadas para a pesquisa. Ainda assim, a concentração maior de indústrias aparece no Quarto Distrito, embora isso não constituísse uma surpresa a respeito de Porto Alegre.

com todas as pesquisas vistas até então, a de 1960 tem como mérito a de ter sido a única que contemplou, de fato, a “fala operária” além dos números. Porém, essa era uma fala que não legitimava a pesquisa – algo que aparentemente não teve repercussões ao longo da apresentação de José Carlos Grijó.

A ideia de que os operários poderiam questionar as inúmeras pesquisas sobre “padrão de vida” e “custo de vida” realizadas na época é, em última instância, o único dado que elas apresentam sobre experiências operárias diante da escassez e da miséria. Percebidas como atos insignificantes, essas respostas são dotadas de espontaneidade e permitem uma série de suposições. Ao mesmo tempo, elas não seriam consideradas pelo grupo de pesquisadores – ainda que pela primeira vez tenham sido mencionadas numa pesquisa. Contudo, essa menção vem na forma de um obstáculo “conhecido” pelos pesquisadores. E, ainda assim, não havia nenhuma resposta. A frase dos operários (“isso não vai melhorar a vida da gente”) poderia soar até mesmo como um apelo, uma busca por socorro, mas que seria desmerecida pelo saber técnico de economistas e estatísticos.

Até então, todas as pesquisas realizadas a partir de 1950 buscavam demonstrar o “custo de vida” a partir dos trabalhadores urbanos, destacando principalmente a necessidade da criação de um “padrão de consumo” – também chamado de “padrão de vida”. Tais levantamentos eram formas de conseguir demonstrar como era a pauperização dos mais pobres, caracterizando-a com uma maior riqueza de detalhes. A carestia ganhava contornos específicos e poderia se partir desses cálculos para afirmar, por exemplo, que a família de 4,04 operários era capaz de gastar em média 6% do seu orçamento com carne de gado. Mas apesar dessa medição, não é possível apreender maiores detalhes sobre os desvios e os comportamentos dos operários na compra da carne e no seu consumo diário. Há aqui uma espécie de “ausência de experiência”, fazendo com que as agruras dos trabalhadores fossem colocadas em um plano cifrado, calculado através de médias e números.

A verdade, porém, é que essa experiência não era determinante para os pesquisadores. Na “estratégia” que montaram, a proposta era diagnosticar precisamente a carestia para que o “padrão de vida” operário servisse como norma disciplinar (tanto a favor da governamentalidade, nos termos expostos por Foucault, como a favor do Capital, nos termos expostos por Osório). Isso não significa, contudo, que os trabalhadores não pudessem utilizar das pesquisas para suas lutas, demonstrando a inventividade de sindicatos e lideranças que utilizavam das pesquisas para recorrer na Justiça do Trabalho em prol de dissídios coletivos. De fato, como aponta Nauber Gavski da Silva, as pesquisas

realizadas pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (que realizava importantes parcerias com a DEE-RS e a CEPE/IEPE-UFRGS) eram elementos constantes nas lutas por dissídios – ainda que evocados com mais frequência por magistrados e patrões do que pelos trabalhadores.²¹⁴

Em certo sentido, a tendência das pesquisas quantitativas da época em não considerar as respostas espontâneas dos operários, suas apreensões e até mesmo suas escolhas diante de situações de escassez é o que caracteriza esse “esvaziamento”. A obsessão pela “média” e pela “representatividade” acabava gerando um apagamento de características individuais de tal forma que as escolhas que compunham os grupos de pessoas eram irrelevantes – ou, no mínimo, poderiam ser transformadas num dado quantitativo pré-estabelecido inclusive com margem de erro. As pesquisas buscavam uma “fala operária” que pudesse ser quantificada e servir de instrumento para o Estado, para o empresariado e, quiçá, até mesmo por sindicatos. A sua proposta, em outras palavras, era de oferecer “dados” que pudessem ser analisados por diferentes agentes sociais partindo da ideia de que esses “dados” seriam observações neutras da realidade social.

Contudo, não se pode perder de vista que as pesquisas lidavam com seres humanos de carne e osso. A “obsessão pela representatividade” presente na estatística eliminava vozes e comentários. Um único surge entre eles, emergindo como uma crítica quase que silenciosa em meio a dados numéricos. A partir daí a dúvida aparece com força: a fala do operário que afirmava que “isso não mudaria a vida deles” podia ser reivindicada como uma voz significativa, ou até mesmo representativa, das posições dos trabalhadores perante a carestia e os esforços dos estatísticos?

A crítica literária Gayatri Spivak, em seu ensaio *Pode o subalterno falar?* ressalta que o termo “representar” tem uma ambiguidade que muitas vezes desaparece do campo da análise – em especial, nas análises pós-estruturalistas. Segundo a autora, o ato de “representar” coloca duas situações distintas; uma, baseada na representação de um “papel” enquanto a segunda aparece nas suas intenções políticas.²¹⁵ Assim, o argumento da representatividade de uma amostra, calculada a partir de uma média estatística, tende a buscar a “representação” do real a partir dos comportamentos operários, visando a entender os “papéis” dispostos enquanto “chefes de família” e “consumidores”. Contudo, perde-se de vista a “representação política”, ou, no caso, o ato de falar dos operários e até mesmo **pelos** operários.

²¹⁴ SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa...op. cit.* p. 178-195.

²¹⁵ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2010. p. 34-35.

Em última instância, a pesquisa estipularia o “padrão de vida” para depois calcular o “custo de vida”. Diante disso, a carestia estaria plenamente medida e diagnosticada, exigindo que as demandas operárias se comportassem de acordo com o que os dados apresentavam. O importante em retomar a abordagem de Spivak, contudo, é de perceber que tais levantamentos obliteravam as vozes dos trabalhadores, tomavam-lhes seus direitos de representar-se a partir de suas organizações e suas demandas, obrigando-os a calarem diante da frieza dos “dados”. A partir dessa compreensão, é possível entender o porquê das pesquisas sobre o custo de vida terem maior aceitação entre industriários e chefes de seção e serem mais utilizadas por magistrados e patrões do que por operários e sindicatos. Esse processo de “esvaziar a experiência” era, em última instância, uma forma adequada para se manter o operário à margem de questões econômicas. Assim, a fala “comum” dos trabalhadores que não veem melhorias é silenciada, sendo desprezada pelos próprios pesquisadores.

Sabemos, contudo, que tal fala estava presente. E, em última instância, ela poderia ser vista até mesmo como uma fala “política”. A tentativa de “representar” o operário por parte dos pesquisadores não era questionada pelo seu grau de eficiência, mas pela dificuldade dessas pesquisas em lidarem com a necessidade de transformação dos operários. Assim, a fala dos trabalhadores não desmerecia a pesquisa em si, mas revelava as dificuldades de “representação” que as pesquisas procuravam construir sobre a vida dos próprios operários.

Essa reflexão pode ser colocada em termos semelhantes a de Edward Thompson em sua revisitação sobre o tema da “economia moral da multidão” na Inglaterra do século XVIII. Thompson fora acusado por alguns de seus críticos que o condenavam por utilizar o termo “moral” para definir a economia das comunidades pobres da Inglaterra. Em sua resposta, o historiador britânico afirmou que sua visão sobre economia poderia estar ancorada em uma “economia sociológica”, na qual seu significado original (*oeconomia*, ou seja, a economia tradicional doméstica) seria preservado – ou seja, voltada para a organização adequada de uma família e onde cada membro reconheceria suas obrigações e deveres. Para Thompson, esse termo poderia facilmente ser substituído por “economia política” – “mas os economistas clássicos venceram pelo cansaço”.²¹⁶

Em outras palavras, o historiador britânico defende a necessidade de investigar os rituais que constituíam as práticas econômicas dos pobres da Inglaterra e, por sua vez,

²¹⁶ THOMPSON, E. P. *Economia moral revisitada*. IN: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...* p. 212-213.

salienta que esse é um sentido político perfeitamente possível para a apreensão da economia. Esses rituais, contudo, não são analisados nas pesquisas quantitativas da Porto Alegre do século XX. Eles são encontrados ao longo de determinadas fontes, nas falas de empresários, estadistas, sindicalistas e, eventualmente, nos próprios operários. Mas não nas cifras estatísticas.

Por outro lado, há que se compreender que o grau de detalhe das fontes aqui vistas demonstram uma preocupação desse “saber técnico” em delimitar os problemas econômicos dos operários. A “economia doméstica” tornava-se um campo de disputas, mas ao mesmo tempo evidenciavam-se detalhes sobre a vida de trabalhadores porto-alegrenses que poderiam ser usados inclusive para legitimar suas demandas. Os gastos com determinados produtos associados às tabelas de preços demonstravam uma classe trabalhadora em constante déficit. Seus rendimentos não eram suficientes para dar conta de suas despesas. As despesas, por sua vez, indicam gastos variados e que poderiam demonstrar o espaço que cada produto ocuparia no orçamento dos operários e, é claro, a dificuldade de ter acesso a determinado número de produtos. A carestia, em última instância, tornava-se um fenômeno perfeitamente quantificável, ainda que a partir de um trabalho estatístico que envolvia muito pouco da fala dos próprios operários porto-alegrenses. Por sua vez, sua validade estava marcada principalmente pela necessidade de “reformular” os mecanismos de dominação, dado que a fissura que a carestia abria nessas relações poderia ser ainda maior caso nada fosse feito pelo poder público ou pelos empresários.

Tais pesquisas permitem que se deduza também o que esses trabalhadores comiam, onde moravam, o que bebiam, como se vestiam, como se locomoviam e, em alguns casos, até os principais programas de lazer da “família operária”. Ainda assim, sabemos pouco sobre o que é essa “família operária”, essa unidade inquebrantável e facilmente definida pelo seu número de componentes e, em alguns casos, até mesmo por seu ofício nas indústrias. A análise crítica dessas fontes abre outras possibilidades, que é a de compreender como esses dados eram disputados por diferentes agentes sociais e em diferentes conjunturas políticas. A “economia doméstica” de milhares de trabalhadores porto-alegrenses não era somente uma fórmula, mas também um campo de lutas, onde os dados e sua coleta também faziam parte dos enfrentamentos da época. Em última instância, todo o esforço metodológico das pesquisas acabava por deixar de lado a importância dos sentidos que os sujeitos inferiam sobre a carestia, como elas a compreendiam. É possível argumentar que isso não fazia parte dos projetos de

economistas e estatísticos da época, mas caso estivesse em seus horizontes, tal preocupação poderia auxiliá-los na compreensão de como inúmeras famílias escolhiam o que consumir com seus parcos salários. Em última instância, é interessante que nenhuma dessas pesquisas acabasse por apresentar a dúvida ingênua que motiva a presente tese: afinal, como essas famílias conseguiam viver se elas gastavam mais dinheiro do que recebiam?

Sem essa resposta, cabe ao historiador investigar outras possibilidades para entender a carestia, mas não sem descartar esse impressionante acúmulo de dados. Afirmei anteriormente na introdução que, dado o volume de documentos, seria difícil propor um raciocínio analítico que conseguisse dar conta de tamanha documentação. Todavia, procurando estabelecer uma possibilidade de síntese para que futuros pesquisadores se debrucem sobre esse material, creio que é importante retomar uma frase atribuída ao psicanalista Sigmund Freud: “o que Pedro pensa de Paulo, diz mais sobre Pedro do que Paulo”. De fato, os resultados das pesquisas podem dizer mais sobre a produção de estatísticas e “padrões” do que propriamente sobre as experiências dos operários. É possível demonstrar, por meio da pesquisa empírica, que esses autores estavam empenhados numa missão para construir o “padrão de vida” operário e conceber o custo de vida a partir dessa padronização. A carestia, contudo, era vista como problema estatístico e, nesse caso, cabe ao historiador rastrear outros campos onde ela seria alvo de disputas que problematizavam a escassez, o custo de vida e até mesmo as práticas de aquisição e consumo de mercadorias. Para tanto – e visando conceber a carestia como terreno “em disputa” – o capítulo 2 será marcado pela importância de analisar as lutas políticas e sociais que ocorreram em Porto Alegre durante o período e que tinham a carestia como seu principal mote.

CAPÍTULO 2 – Partidos, sindicatos e patronato em torno da carestia

*“Foi foda contar migalha nos escombros
 Lona preta esticada, enxada no ombro e nada vim
 Nada enfim, recria
 ‘Sozim’, com alma cheia de mágoa e as ‘panela vazia’
 Sonho imundo
 Só água na geladeira e eu querendo salvar o mundo
 No fundo é tipo David Blaine, mãe assume, pai some
 De costume, no máximo é um sobrenome
 Sou terror ‘dos clone’
 ‘Esses boy’ conhece Marx, ‘nóiz’ conhece a fome
 Então cerre os punhos, sorria
 E jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazia”
 (Emicida – “Levanta e Anda”)*

No presente capítulo, procuro demonstrar como a ‘carestia’ que existia em Porto Alegre durante o período de 1945 a 1964 foi objeto de disputa entre diferentes grupos políticos e classes sociais. Pegando um “gancho” com a canção do *rapper* Emicida, procurei aqui utilizar da música como fio condutor deste capítulo, colocando em evidência a tensão da experiência da carestia e os usos políticos sobre ela. Embora na canção esses dois polos se apresentem de forma excludente (“conhecer Marx” aparece em contraposição de “conhecer a fome”), o que pretendo demonstrar neste capítulo é que, no contexto de análise da tese, política e experiência (especificamente, a experiência da escassez) se complementaram de diferentes formas e em diferentes conjunturas. Contudo, algumas considerações devem ser feitas para essa análise ficar clara ao leitor.

Inicialmente, destaco que o período de 19 anos que marca a República Democrática Brasileira pode ser compreendido a partir de uma série de limites sobre o quão “democrática” seria a nova experiência republicana pós-Estado Novo. O aparato autoritário da ditadura Vargas manteve-se relativamente intacto e fora acionado em diversos momentos conforme interesses políticos e de classe se viam contrariados. Um exemplo disso seria a própria repressão às greves e movimentos sociais no período, algo que se valia não apenas da estrutura policialesca herdada pelo Estado Novo (incluindo casos de tortura e assassinatos que seguiram ocorrendo durante o período democrático, em particular durante a presidência do general Eurico Gaspar Dutra)²¹⁷, mas também da presença de novos “especialistas” em segurança, alguns deles inclusive oriundos de países

²¹⁷ Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vício de Leitura, 2002. p. 45-52.

estrangeiros.²¹⁸ Ainda assim, uma das prerrogativas de um Estado democrático de direito seria o fato de que os cidadãos podem cobrar dos poderes públicos determinadas posturas, ainda que respeitando determinados rituais. Em última instância, o Estado e suas relações de poder político-institucionais podem ser analisadas a partir de suas relações com as classes sociais – e, diante de um contexto de emergência de retóricas e ritos “paternalistas”, é preciso destacar as possibilidades em que se encontram as demandas de classes sociais com o contexto político da época.²¹⁹

No que diz respeito a esse contexto, em linhas gerais é possível afirmar que mesmo com tantos resquícios de autoritarismo, a política brasileira do período foi marcada por uma liberdade de debates *sui generis* até então. Levantavam-se as restrições ao voto feminino, a Justiça Eleitoral via-se consolidada e partidos políticos classistas emergiam com força no cenário pós-Estado Novo. É correto afirmar também que esses debates nem sempre permaneceram os mesmos, mas que eles foram, sim, profundamente influenciados pelas tensões da sociedade civil brasileira. Porém, exatamente por isso a análise que pretendo apresentar aqui ajuda a compreender esse contexto urbano a partir do foco na capital gaúcha. Como afirmei no capítulo 1, Porto Alegre era uma cidade em plena expansão urbana. Sua nova vivência democrática era pautada por novos partidos e pela reorganização de um movimento operário forte. Era também o epicentro de uma tensão que acabaria inclusive dividindo as forças políticas pró-Vargas no período, assim como seria palco de uma polarização regional entre dois partidos poderosos e influentes: o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Por esses motivos, é importante destacar que o principal conjunto de fontes que pautará esse capítulo são as atas e anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Reaberto em 1947, semanas após a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), o plenário foi palco de inúmeros debates sobre a vida política na capital, abrangendo temas sobre o Rio Grande do Sul e o cenário nacional – quando até mesmo o cenário internacional entrava em cena. E é nesse ambiente que procurei mapear algumas das principais discussões sobre a carestia e a escassez em Porto Alegre.²²⁰

²¹⁸ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2006. p. 55-56 e 66.

²¹⁹ Ver: MENDONÇA, Sônia Regina. *op. cit.* p. 13-16. . Quanto a ideia de “rituais” dentro da esfera administrativa, é importante citar o trabalho de Edward Thompson e seus *insights* para compreender a história do Paternalismo “vista de baixo”. Ver: THOMPSON, E. P. *Patrícios e Plebeus*. IN: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum...* p. 25-85.

²²⁰ A ideia de mapear a questão da carestia por meio do espaço da política institucional foi possível graças à leitura do artigo de João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar, “*Carne sem osso, farinha sem*

Vale ressaltar que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, dentro do período aqui analisado, era um espaço bastante institucionalizado, o que significa certo conhecimento de ritos e linguagens. Além disso, era um espaço com uma forte marcação de gênero (nas cinco legislaturas do período, somente uma mulher ocupou o assento de vereadora, o que pretendo discutir na sessão 2.1) e por conta disso talvez muitos debates sobre a carestia que eram feitos na sociedade porto-alegrense não teriam adentrado na Câmara. Havia também, é bem verdade, um forte recorte de classe – a maioria dos vereadores eram oriundos de setores médios de profissionais liberais, ou pertenciam a alguma família tradicional com poder econômico e/ou político na capital gaúcha. Porém, é importante ressaltar que no período analisado, o movimento sindical sempre conseguiu eleger representantes para o plenário.

Tratava-se, naquele contexto específico, de um movimento operário que se reorganizava em torno de seus salários e seus direitos e de um patronato que tentava resolver o problema do custo da reprodução da mão de obra sem tocar em seus lucros – em meio a esse cenário, a Câmara pode ser contemplada como palco para essas discussões. Alguns desses vereadores carregavam consigo vivências de lutas sociais e sentiam que o plenário era um espaço para discutir situações concretas do cotidiano porto-alegrense. Outros, por sua vez, demarcavam seus interesses políticos nas disputas partidárias acusando órgãos públicos que fossem dominados por partidos diferentes. E outros, claro, se abstinham dos debates, seja por desinteresse pessoal ou, o que é mais provável, por desinteresse político.

É nesse ponto que considero importante trazer a ‘carestia’ e seus múltiplos sentidos para a discussão. É bem verdade que, como visto no capítulo anterior, a carestia era tratada, por economistas e estatísticos do período, como um fenômeno cuja principal preocupação de ordem técnica era mapear o problema do custo de vida por meio do controle do consumo das classes trabalhadoras. Esse era um discurso que atravessara o período, embora cada vez fosse mais complicado pautar um “padrão” a uma classe que, em meio a urbanização acelerada, também ia metamorfoseando-se em torno de questões como trabalhos, salários, direitos, família, lazer etc.

caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. Embora o contexto analisado pelos autores seja substancialmente diferente em termos de ações, região e temporalidade, o principal conjunto de fontes utilizados eram os jornais, arquivos policiais e os anais da Câmara Municipal de Salvador. Ao analisar os debates dentro da Câmara, havia sido possível reconstruir como a carestia era, na verdade, um assunto político e não uma simples ‘revolta de famélicos’ – termos bastante semelhantes aos de Edward Thompson e suas discussões sobre a “economia moral da multidão”. Para mais, ver: REIS, João José. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “*Carne sem osso, farinha sem caroço*”...*op. cit* p. 133-159.

Todavia, ao verificar os debates da Câmara, o que se pode afirmar é que a carestia não possuía apenas um aspecto uniforme e estatístico. Conforme os usos políticos da escassez e da alta de preços, o termo ‘carestia’ mudava seu sentido, alinhando-se a questões específicas, podendo relacionar-se ao movimento sindical, ou à política econômica gaúcha, ou ao controle doméstico promovido pelas “donas de casa”, ou até mesmo pela política de terras nacional. Não obstante a pluralidade de sentidos que a carestia evocava, é importante destacar também a sua presença nas diferentes legislaturas do período. É possível afirmar, através de uma análise sobre todas as atas do plenário entre 1947 e 1964, que nenhum assunto foi abordado numa duração tão longa de tempo como o problema do custo de vida em Porto Alegre. Às vezes havia conjunturas em que longos debates eram estabelecidos sobre o problema da carestia, alguns chegando inclusive à troca de acusações – partidárias e pessoais. Em outros casos, mais do que denúncias, vinham espantosas sugestões e planos de ordem político-institucional para combater a onda “altista”. É bem verdade que nem sempre o tema foi central nas discussões entre os vereadores, mas de dezembro de 1947 até abril de 1964, é possível verificar uma recorrência que perpassa praticamente todos os meses dos anos analisados.

Também é verdade que, embora as atas da Câmara e os anais dos pronunciamentos ajudem a construir um cenário panorâmico, os detalhes das disputas pelo sentido da ‘carestia’ vão além dos discursos dos vereadores. Procurei dispor de materiais de acervo de alguns dos principais sindicatos de Porto Alegre (metalúrgicos, têxteis e gráficos), assim como das publicações do PCB – tanto em âmbito nacional como regional, tentando destacar principalmente a capital gaúcha. Da mesma forma, analisei também os boletins de grandes empresas de Porto Alegre, como a Wallig e a Renner, que durante determinados períodos tentaram construir, dentre seus trabalhadores, uma mentalidade de proteção social a partir da fábrica – e que, portanto, precisava construir também sentidos e definições sobre a carestia. Além disso, procurei complementar certos conjuntos de informações por meio de jornais e periódicos que possuíam acervos *online*, destacando principalmente a importância da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. O conjunto de fontes utilizado para esse capítulo é especialmente volumoso e é importante alertar o leitor de que as divisórias, baseadas na ordem cronológica, exploram de forma detalhada esses diferentes documentos.

A partir desse conjunto de fontes, creio ser possível demonstrar que os debates políticos dos vereadores porto-alegrenses ecoavam as tensões sociais em torno da carestia, mostrando-se assim como espaço privilegiado para analisar os sentidos de

termos como ‘fome’, ‘custo de vida’ e, é claro, a própria ‘carestia’ no contexto específico da capital gaúcha. Por outro lado, enquanto ecoavam essas disputas os vereadores produziam discursos sobre o tema, mas tinham de mostrar-se não apenas como porta-vozes, mas também como agentes políticos capazes de alterar o cenário calamitoso em que as classes populares se encontravam em Porto Alegre.

Com o intuito de organizar a leitura dessa análise, optei por uma proposta cronológica e relativamente linear, pautada pelas cinco legislaturas que estão divididas aqui em quatro subcapítulos.²²¹ Vale ressaltar, por sua vez, que entre 1945 até 1947, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre se encontrava inativa. A prefeitura porto-alegrense ainda não havia passado por uma eleição livre e direta desde o Estado Novo e estava lidando com um cenário de inflação altíssima, uma consequência indesejada da ‘economia de guerra’ mobilizada pelo governo Vargas em 1942. Com o fim da guerra, os preços seguiram a tendência altista e o novo governo de Dutra não conseguiu criar mecanismos que fossem eficientes no controle da inflação. Esse é o cenário pelo qual inicia-se essa análise; uma Porto Alegre que em dezembro de 1947 elegia 21 vereadores que agora tinham de lidar com a pressão de debater – e até mesmo solucionar – uma conjuntura de escassez e carestia na capital gaúcha.

2.1 – Sem “questiúnculas políticas” – comunistas, trabalhistas e sindicatos na luta contra a alta dos preços (1947-1951)

Era uma quente tarde de dezembro que anunciava o verão porto-alegrense. O engenheiro Ludolfo Boehl, vereador eleito em 1947 pela União Democrática Nacional (UDN), saudara a reabertura dos trabalhos da Câmara de Vereadores em Porto Alegre. Ciente do papel que agora desempenhava, o presidente da primeira legislatura da Câmara apelava aos seus pares que “evitassem as questiúnculas políticas, tão prejudiciais como perniciosas para a sobrevivência de nossa incipiente democracia”.²²² Pode parecer estranho ao cidadão do século XXI que a política fosse prejudicial para uma democracia ainda em vias de formação, mas em meio a essa conjuntura, faz-se necessário situar a fala do vereador udenista. De certa forma, ela acaba sendo reveladora para que se possa

²²¹ A quinta legislatura, iniciada em 1964, será trabalhada à guisa de conclusão do capítulo, dado que a ditadura civil-militar e a intervenção do novo regime sobre os poderes municipais em Porto Alegre alteraram profundamente a vida política na capital.

²²² Livro de atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 4 de dezembro de 1947. (sem página)

compreender a dinâmica do quadro político de Porto Alegre no período, abrindo também a possibilidade de se investigar a carestia como objeto de discussões na época.

O ano de 1947 foi marcado pela ocorrência de eleições municipais no Brasil e eram as primeiras eleições de caráter local da nova fase da República após o Estado-Novo. Entre 1945 a 1947, contudo, uma força política passou a se sobrepôr nesse contexto: o Partido Comunista do Brasil. Durante sua breve legalidade, o PCB se tornara uma força política legal e bastante influente em alguns centros urbanos. Em cidades como Rio de Janeiro, Santos e Recife, o partido arrematou boa parte das cadeiras das câmaras locais. Nas eleições nacionais em 1945, os comunistas chegaram a ficar em segundo lugar na eleição presidencial na capital gaúcha, com o candidato Yeddo Fiuza²²³, elegendo Luís Carlos Prestes ao cargo de senador e uma série de deputados federais e estaduais. É possível especular que Porto Alegre também teria um bom número de representantes do PCB na Câmara, mas uma virada política enterrara esse prognóstico. A eleição da Câmara de Vereadores na capital gaúcha fora marcada para novembro daquele ano durante o feriado da Proclamação da República, no dia 15. Era uma eleição diferente de outras cidades, já que ela ocorreria alguns meses após a cassação do registro eleitoral do PCB. Em novembro de 1947 o partido estava impossibilitado de participar do pleito municipal porto-alegrense.

O grande vencedor desse pleito eleitoral foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de origem getulista, montado por líderes sindicais e burocratas do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio do final do Estado Novo.²²⁴ O PTB, em 1947, conseguira a maioria relativa dos assentos da câmara (8 de 21) e, a partir daí, manteria altíssimo índice de votação na capital gaúcha, conseguindo essa mesma maioria relativa nas eleições de 1951, 1955, 1959 e 1963.²²⁵

A força do PTB em Porto Alegre ajuda a compreender as tensões que ocorriam no meio político institucional da capital diante das situações de escassez. A maioria relativa, por não se configurar em maioria absoluta, exigia alianças que nem sempre eram suficientes para garantir a hegemonia política dos trabalhistas. A possibilidade de aliança política com o também getulista Partido Social Democrata (PSD) estava dada desde a

²²³ Apesar do bom resultado, Fiuza acabou ficando em terceiro lugar nas eleições presidenciais, sendo ultrapassado pelo candidato da UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

²²⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. IN: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção: As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. p. 56-62.

²²⁵ BODEA, Miguel. *op. cit.* p. 58.

eleição de Dutra em 1945, mas no Rio Grande do Sul PTB e PSD mostraram ser divergentes já em seus primórdios. Ao contrário do cenário nacional, em que ambos partidos getulistas conseguiram criar uma aliança duradoura e relativamente estável contra uma poderosa UDN, no contexto gaúcho e porto-alegrense, o partido de Carlos Lacerda não conseguia disputar a hegemonia da política institucional, ficando relegado a posições de segundo plano junto com a agremiação do Partido Libertador (PL), uma referência ainda tradicional no Rio Grande do Sul por conta da presença de antigos líderes ‘federalistas’ na sua sigla. Como destaca Miguel Bodea, em seu estudo clássico sobre o trabalhismo gaúcho, sem a presença de uma UDN forte, e com um PL ainda marcado pelo antigo ‘federalismo’, as elites rio-grandenses acabaram por se ancorar no PSD de origem getulista. O impacto dessa aproximação, por sua vez, permitiu que o PTB gaúcho se mostrasse bastante permeável perante o trabalho de “intelectuais orgânicos” nas relações entre classe trabalhadora e lideranças político-institucionais.²²⁶

Vale ressaltar, contudo, que essa proeminência de uma linha “doutrinária” dentro do PTB precisa ser compreendida a partir das disputas que o PTB travava com a organização partidária comunista. De fato, foi a ação do deputado federal do Rio de Janeiro, Edmundo Barreto Pinto, representante do PTB, que colocara em xeque a política do PCB. Figura política ambígua, que chegara a câmara federal por conta da suplência em cima do nome de Vargas, o deputado era visto pelos comunistas como um *bon vivant* que pretendia fazer carreira política a partir das polêmicas cotidianas e, para isso, interpelou judicialmente o Supremo Tribunal Eleitoral exigindo a cassação do registro e dos mandatos do PCB. Se por um lado foi um deputado petebista que levou adiante a proposta, foi justamente o PSD que pressionou o judiciário a dar uma resposta – em especial, o PSD mineiro, ligado ao político da UDN Juracy Magalhães, que travava constantes debates com Luís Carlos Prestes no Senado. O processo acabou sendo levado adiante pelo Supremo Tribunal Eleitoral e a cassação do partido foi inevitável. Segundo o juiz Sá Filho, relator do processo, desde que o PCB havia sido registrado o partido havia passado a exercer “ação nefasta, insuflando luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem”.²²⁷

²²⁶ Bodea se refere principalmente aqui a figura de Alberto Pasqualini e sua importância na organização doutrinária do PTB gaúcho. *Idem*. p. 139-140.

²²⁷ *PCB, processo de cassação do registro* (1947). Belo Horizonte: Global Editora, 1980. p. 4. (autor desconhecido).

Para Jorge Ferreira, esse período inicial da nova república e da formação do trabalhismo indicam a tensão existente entre PTB e UDN como um contexto nacional ímpar, partindo assim do cenário da capital brasileira para uma análise explicativa sobre a totalidade da classe trabalhadora brasileira.²²⁸ Assim, afirmações peremptórias de que o “trabalhismo” seria a expressão da consciência de classe brasileira surgem em meio de sua obra²²⁹, o que exige certas mediações. Entre comunistas e trabalhistas havia, em certo sentido, uma disputa durante os primeiros anos da República, tendo como meta “conquistar” o direito de falar “pela” classe trabalhadora.²³⁰ No entremeio da disputa pelo direito de falar em nome dos trabalhadores, o PTB procurava silenciar os comunistas nos primeiros anos do novo regime. Por sua vez, a ideia de silenciar o PCB não era uma meta exclusiva dos trabalhistas, mas peessedistas e udenistas se somavam a esses esforços – e nesse sentido, creio ser possível entender que a fala do vereador porto-alegrense Ludolfo Boehl era direcionada especialmente aos comunistas: “evitem as questiúnculas políticas”. E havia um motivo para dirigir-lhes essa indireta: havia no plenário dois comunistas declarados que assistiam à “fraude do parlamento burguês” pois tinham sido eleitos pelo voto popular.

No contexto político porto-alegrense, PCB e PTB partiram, em 1947, de uma situação na qual já exprimiam suas tensões declaradamente a partir de seus quadros políticos e órgãos de imprensa.²³¹ Ainda que impossibilitados juridicamente de usar sua legenda, os comunistas estavam decididos a disputar as eleições na capital gaúcha, onde lançaram alguns de seus candidatos pelo Partido Social Progressista (PSP). No compito geral, conseguiram eleger dois vereadores: Eloy Martins da Silva, famoso operário metalúrgico, e Marino Rodrigues dos Santos, médico e que fora o grande vencedor da

²²⁸ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005. Capítulo 1: Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945.

²²⁹ *Idem*. p. 155-156.

²³⁰ Creio que o trabalho de Ferreira permite que se observe a disputa pelo direito de falar pelos trabalhadores, compreendendo essa disputa como algo que dependeria de dar uma definição a esses trabalhadores e de conceder-lhes uma identidade. Sobre essa disputa política, Pierre Bourdieu destaca que uma característica do “jogo político”, se referindo ao campo da política institucional, se dá justamente na disputa entre aqueles dentro do “jogo” e aqueles “fora” (os profanos), marcada exatamente pela concorrência que faz pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome dos “profanos”. Para mais, ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 185.

²³¹ Em algumas cidades, as relações entre PCB e PTB talvez não tenham sido tão tensionadas nos seus primórdios. Em algumas delas, a falta de adesão ao petebismo poderia ter mudado completamente as relações político-institucionais as quais os trabalhadores contemplavam (ou até participavam). Para uma análise específica sobre as visões suburbanas dos trabalhadores acerca da disputa política em São Paulo, ver: DUARTE, Adriano. FONTES, Paulo. *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)*. Campinas: Cadernos AEL, v. 11, n. 20/21, 2004.

eleição para a vereança, recordista de votos na capital. Ambos militantes do PCB, entravam na Câmara para “disputar espaço” e trazer os problemas dos operários da capital para os vereadores. Eram eles que trariam, sem dúvida, “questiúnculas políticas” para o plenário, fazendo falas em louvor ao comunismo e criticando a subserviência brasileira aos Estados Unidos no contexto da recém-inaugurada Guerra Fria. Discursavam também sobre a cassação de mandatos legislativos de líderes comunistas democraticamente eleitos entre 1945 e 1947 e exigiam que os demais vereadores se posicionassem acerca da ilegalidade que a Justiça Brasileira colocara o PCB.

Contudo, há que se considerar que o termo “questiúnculas políticas” dava margem de manobra para que qualquer discussão acabasse efetivamente se tornando uma questão política na Câmara de Vereadores. A carestia e a inflação agitavam os trabalhadores porto-alegrenses, afetando a sua ‘economia doméstica’ e ela também poderia servir como mote para debater temas de ordem político-institucional. Portanto, não é de se surpreender que além dos comunistas, parte dos trabalhistas também entraram nos debates políticos, especialmente a partir da questão do custo de vida. Dentro do PTB, em particular, dois vereadores se destacaram por trazer dados sobre os problemas da carestia em Porto Alegre durante a primeira legislatura: Antônio Jorge Achutti e Bonorino Butelli.

Pouco se sabe sobre a história pregressa de Antônio Achutti antes de sua atuação como vereador, exceto que fora um dos fundadores do trabalhismo petebista no Rio Grande do Sul. Segundo Eloy Martins, ele era presidente do time combinado de futebol das empresas metalúrgicas Zivi, Muller e Hércules²³² e, segundo o folclore político porto-alegrense, era identificado com o bairro Floresta, inclusive ocupando o plenário durante 3 mandatos seguidos (de 1947 a 1959).²³³ Tais informações esparsas dão conta de um quadro político do PTB que contava com livre trânsito sobre meios operários, se não por meio do trabalho industrial, ao menos pela convivência a partir do futebol (um “futebol operário”, tendo em vista que organizava um time de metalúrgicos) e de sua identificação local (sendo que o bairro Floresta é considerado parte do quarto distrito de Porto Alegre, região tradicionalmente operária). Diante dessas informações, não é surpreendente ver que Antônio Jorge Achutti foi um dos mais combativos vereadores quanto aos problemas dos mercados, feiras, comissões e superintendências responsáveis pela alimentação porto-

²³² STÉDILE, Miguel Enrique. *Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre (1931-1937)*. IN: Revista Digital EFDportes. Año 15, nº 151, dezembro de 2010.

²³³ COPSTEIN, Jayme. *O riso das urnas*. IN: Praia de Xangrilá, junho de 2010. Endereço eletrônico: <http://praiadexangrila.com.br/2010/06/page/28/>.

alegrense, inclusive levando para o plenário cadernos de vendas em armazéns da capital – embora não seja possível saber se eles eram do próprio vereador ou de outras pessoas.

Menos ativo que seu colega de bancada, mas igualmente focado nas questões de carestia durante a primeira legislatura da Câmara, o vereador Bonorino Butelli também era uma voz bastante presente nas discussões sobre aumento de preços, inflação e carestia – em especial acerca da “carne verde” na capital gaúcha. Embora também fosse trabalhista, Butelli geralmente é lembrado por fazer parte da ala acadêmica do PTB, inclusive como presidente do Grêmio Estudantil do colégio Júlio de Castilhos junto com Leonel Brizola, seu vice-presidente.²³⁴ Isso não o impedira, contudo, de se solidarizar a demandas trabalhistas – em setembro de 1949 realizara diversas intervenções na Câmara dos Vereadores acerca da situação dos bancários, defendendo a campanha por reajuste salarial da categoria.²³⁵ Além disso, como ele mesmo afirmava, “toda semana” falava no plenário sobre os açougues da capital, destacando problemas como aumento de preços e “sumiço” de mercadorias como banha e carne verde.²³⁶

Além disso, suas intervenções na Câmara revelam um político que intervia em problemas bastante pontuais da urbanização porto-alegrense, mas com uma especial atenção para o que ele chamava de “problema da carne verde”. É a partir de suas falas na Câmara que se pode perceber como o abastecimento de carne na cidade de Porto Alegre era errático, excessivamente burocratizado e constantemente travancado por imposições de atravessadores e pecuaristas. Em alguns casos, Butelli demonstrava conhecer não só os meandros da profissão de açougueiro, mas também o funcionamento dos órgãos responsáveis pela distribuição de carne à população rio-grandense.

No dia 15 de abril de 1948, por exemplo, Butelli criticava o Departamento da Carne Verde (DCV), órgão vinculado a Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (CEAP) e que atuava em parceria com o Instituto Sul-Riograndense de Carnes. Responsável pelo tabelamento da carne, o DCV era acusado pelo vereador trabalhista por defender uma tabela conveniente ao Instituto Sul-Riograndense de Carnes.²³⁷ Em tese os órgãos seriam antagônicos – o Departamento seria vinculado ao poder público, enquanto

²³⁴ SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da. *Grêmio estudantil Júlio de Castilhos: Berço de líderes: elementos para sua história*. IN: LIMA, Otavio Rojas. LEDUR, Paulo Flávio. *Julinho: 100 anos de história*. Porto Alegre: AGE Editora, 2000. p. 59

²³⁵ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessões de setembro de 1949.

²³⁶ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 10 de abril de 1948. p. 305.

²³⁷ No dia 23 de abril de 1948, Bonorino Butelli ainda denunciara fraudes na direção do Instituto, levantando a possibilidade de que houvesse superfaturamento do orçamento da autarquia. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 23 de abril de 1948. p. 370-382.

o Instituto seria uma organização patronal cuja autarquia fora conferida em 1934.²³⁸ Porém, a denúncia do vereador era de que ambos estavam atuando em conluio para favorecer os grandes produtores e retalhistas, o que fez com que Butelli se dirigisse ao plenário e pedisse por informações sobre por que “pagamos tão caro pela carne”, por que “há um DCV tutelado pelo Instituto” e por que “com lei ou sem lei o aumento da carne viria”, segundo ele, “nas palavras de um rico fazendeiro, marchante e retalhista”.²³⁹

As críticas de Bonorino Butelli, assim como as de Antônio Achutti e demais vereadores trabalhistas, permitem que se reconstrua um pouco da burocracia construída na ‘nova República’ para dar conta dos problemas de abastecimento, em especial, daqueles que atingiam o Rio Grande do Sul e a cidade de Porto Alegre. A medida que os órgãos criados no período eram parte integral do Estado, é possível vê-los como alvo de críticas por dirigentes políticos que estivessem insatisfeitos com políticas adotadas, considerando-as ineficientes para aqueles que diziam representar – o que, no caso da bancada trabalhista, significava associar a ineficiência dos órgãos de abastecimento com a carestia vivida pelas classes trabalhadoras. Nessa primeira legislatura da Câmara, vereadores eleitos eram muitas vezes tocados por essas discussões e faziam comentários no sentido de exigir do Executivo (em diferentes âmbitos, desde o Municipal, até o Estadual e também o Federal) medidas eficazes no combate à escassez de gêneros alimentícios, assim como para enfrentar associações de produtores e comerciantes que aumentassem os preços além do tabelado. E de fato, do período que vai de 1947 a 1951, uma entidade em particular parece se destacar nos discursos dos vereadores: a Superintendência de Abastecimento Estadual e a Comissão Estadual de Abastecimento Público (CEAP).

A CEAP era uma instituição pública criada a partir da Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), elaborada inicialmente por Alberto Pasqualini em 1944, com o aval do ministro João Alberto, coordenador da mobilização econômica para a guerra. A Comissão, quando criada em 1944, tinha caráter misto, reunindo representantes patronais, representantes do governo estadual e representantes

²³⁸ Para maiores detalhes sobre o contexto da criação do Instituto de Carnes, ver: PICCIN, Marcos Bolton. *Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo*. IN: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. Vol. 22. Rio de Janeiro. Outubro de 2014.

²³⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 15 de abril de 1948. p. 305-306. A frase, por sua vez, é atribuída ao Secretário de Agricultura e Comércio da época, Balbino Mascarenhas, acusado numa sessão posterior pelo vereador petebista Zacarias de Azevedo de ser “o maior proprietário de açougues em Rio Grande”. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro IV, 11 de junho de 1948. p. 227.

sindicais, buscando inclusive aumentar o controle estatal sobre a sindicalização dos trabalhadores.²⁴⁰ A mudança de nome parece ter alterado o funcionamento da instituição, que era responsável pelas tabelas de preços do comércio do Rio Grande do Sul, assim como pela fiscalização dos mercados – como pretendo demonstrar no capítulo 3 da presente tese. Essa comissão, até 1945, reportava-se à Coordenação de Mobilização Econômica, uma pasta especial do governo federal para o período de guerra. Desfeita em 1945, as comissões estaduais de abastecimento passaram a ter maior autonomia, mas respondiam ainda a um órgão federal: a Comissão Central de Preços (CCP).

Tratava-se, portanto, de uma autonomia relativa, pois as comissões estaduais tinham de lidar com um novo cenário político, no qual o Executivo estadual nem sempre estava do mesmo lado do Executivo federal. Esses distanciamentos políticos poderiam, a título de hipótese, atrapalhar a fiscalização que deveria ser exercida pela CCP e pelas CEAPs.²⁴¹ Também é válido afirmar que a duração desses órgãos tampouco seria muito longa, já que em dezembro de 1951 o governo Vargas emitira um decreto onde criaria assim a Comissão Federal de Preços (COFAP), um novo órgão nacional que teria como objetivo regular e restaurar os trabalhos das comissões estaduais dentro do contexto de abastecimento urbano e rural brasileiro. Nesse meio tempo, a CEAP mudaria suas determinações: em parte, era obrigada a responder ao Executivo do governo do Estado do Rio Grande do Sul, mas por outro lado transitava o domínio da instituição federal que lhe regia, podendo ser tanto a Coordenação de Mobilização Econômica, a CCP ou a COFAP. Em última instância, para entender um pouco do teor das críticas ao CEAP e sua atuação, parece importante referenciar dois elementos para compreender as críticas à CEAP: as disputas locais que já emergiam entre políticos do PSD e PTB dentro da máquina pública, assim como a eficiência dos órgãos fiscalizadores.

²⁴⁰ Fiz essa referência em outro trabalho, destacando que os representantes sindicais defendiam que as cotas de leite distribuídas pela CAERGS fossem aumentadas para trabalhadores sindicalizados. Os representantes eram membros da diretoria do Sindicato dos Comerciários, um dos sindicatos mais alinhados com o varguismo do Estado Novo em Porto Alegre. Ver: PUREZA, Fernando Cauduro. *Sindicatos como trincheiras: as dificuldades da luta sindical em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial*. IN: Revista Aedos. Nº 4, vol. 1-2. Nov. 2009.

²⁴¹ Creio que é reducionista afirmar que as disputas entre partidos políticos seriam um fator determinante nos problemas de fiscalização dos órgãos públicos do período. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva abordaram, por exemplo, que uma outra forma de compreender a ineficácia dos órgãos estaria também na ação de “grupos de especuladores” que recorriam a métodos “violentos” e “corrupção” dentro de sindicatos e institutos para “manter o mercado de alimentos permanentemente descontrolado”. Apesar de não encontrar documentação para sustentar essa afirmação no contexto de Porto Alegre, creio que ela não pode ser completamente descartada, tendo em vista que ela é oriunda do relatório Klein-Saks, resultado de uma missão de economistas americanos na América Latina durante a década de 1950. Para mais, ver: LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História política do abastecimento...op. cit.* p. 153-154.

No que diz respeito à eficiência dos órgãos, a COFAP fora sem dúvida o principal esforço político do período, pensada agora para se afastar do sentido estratégico de mobilização belicista e sim visando consolidar uma lógica específica do trabalhismo, sendo inclusive subordinada à pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tratava-se de uma entidade com uma grande estrutura burocrática a sua disposição, com repartições em todo o Brasil – porém, como destaca Sydenham Lourenço, essa estrutura não fora completamente instalada.²⁴² Ao que tudo indica, a COFAP repassara parte de sua responsabilidade estrutural no Rio Grande do Sul para a COAP, que por sua vez seria ligada à Secretária do Abastecimento e Produção do Estado. Assim, a fiscalização e o controle dos preços em Porto Alegre no período eram feitos por um órgão estadual que, por sua vez, seria auxiliado diretamente por um órgão federal.

Vale destacar que a fiscalização do mercado de preços, por assim dizer, constantemente fora um assunto caro aos trabalhistas. Quando as entidades específicas de controle demonstravam falhas, os vereadores do PTB iam ao plenário realizar denúncias sobre irregularidades verificadas no comércio porto-alegrense. Em março de 1948, diante de uma crise acerca do abastecimento de ovos na capital, o vereador petebista Rui Caporal leu no plenário uma lista de empresas de alimentação que seriam “colaboradoras da crise moral” que abalava o Brasil. Segundo a imprensa porto-alegrense, elas eram culpadas por estarem estocando dúzias de ovos em um momento de carestia do produto na capital. A líder da lista era a “Padaria e Biscoitaria Três Estrelas”, que teria estocado 4.440 dúzias de ovos no Frigorífico do Porto.²⁴³ A Padaria era recordista na estocagem de ovos²⁴⁴, mas não era a única – diversas firmas eram denunciadas, muitas delas marcadas pelos nomes de seus donos (Pascoal Langoni, Jacó Edmundo Weissheimer, Jacó Bruno Weissheimer, S. Schlsinger, entre outros) que estocavam mais de mil dúzias de ovos no referido frigorífico. Embora utilizando da imprensa, Caporal confirmara que teria ido ao Frigorífico e conferido que não apenas ovos, mas também “banha” e “manteiga” eram estocados naquele espaço.

²⁴² LOURENÇO NETO, Sydenham. *Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50*. IN: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011. p. 4-5;

²⁴³ A denúncia de Caporal pode ser vista em: Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 17 de março de 1948. p. 552. Cabe ressaltar que dentro do escopo da tese, abre-se também a possibilidade de uma investigação sobre os crimes relacionados ao abastecimento da capital a partir do Cais do Porto.

²⁴⁴ Vale ressaltar que dessa listagem, sem dúvida, a padaria Três Estrelas era a mais famosa. Situada no bairro Bom Fim, ela era famosa pelos conflitos entre padeiros e patrões desde o final da década de 1910, inclusive com atentados e tiroteios durante as greves de 1917-1919 na capital gaúcha. Ver: QUEIRÓS, César Augusto B. “*Não há pão, não há padeiro: não se abriu a padaria*”: greves e manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. IN: Revista História e Imagem. Nº 17, outubro de 2013.

É interessante perceber que os vereadores trabalhistas ressaltavam suas andanças pelos mercados da capital e demonstravam conhecer seus funcionamentos. Em 19 de maio do referido ano, Antônio Achutti falava no plenário sobre a venda de legumes, frutas e verduras feita pelo entreposto comercial da Superintendência do Abastecimento Público.²⁴⁵ E enquanto louvava a ação governamental, contudo, Achutti afirmava que a venda não tinha grande diferença de preço em relação ao que os “verdureiros” vendiam suas mercadorias. Segundo Bonorino Butelli, em aparte feito nesse momento, isso acontecia porque esses vendedores ambulantes podiam vender seus produtos a crédito. Sendo assim, “justamente nos bairros aos consumidores que vivem de salários e que necessitam da venda a crédito”, onde então o Poder Público não poderia concorrer com esses vendedores “face a contingências da vida e ao pouco ganho, a venda a crédito”.²⁴⁶ A fala de ambos vereadores pode ser compreendida como um olhar voltado às classes trabalhadoras, aos assalariados que, por conta dos baixos ordenados, tinham de recorrer à venda a crédito. Nesse caso, por melhor que fosse o serviço público oferecido, ele não podia estabelecer um sistema de venda a prazo, limitando assim os preços que ofereceria.

A meticulosa fiscalização dos vereadores do PTB em torno do problema da carestia e sua pressão sobre os órgãos de abastecimento permite que seja estabelecida uma comparação, durante o período dessa primeira legislatura, das posturas de vereadores comunistas e trabalhistas no que diz respeito à carestia. Se Bonorino Butteli, Antônio Achutti e outros petebistas cobravam dos órgãos fiscalizadores de preços determinadas posturas em relação ao custo de vida, os discursos de Eloy Martins e Marino Rodrigues dos Santos eram, por outro lado, carregados de uma retórica que via os problemas da classe como problemas de ordem nacional – e até mesmo mundial. Não eram poucos os seus pronunciamentos que detalhavam a situação “política, econômica e social” do país e da classe trabalhadora. Quando adentravam em questões específicas da conjuntura porto-alegrense, isso se dava por meio de tópicos relacionados à urbanização nos bairros pobres da capital, além de discutirem tópicos como a necessidade de encampação das empresas de transporte público e energia elétrica, os direitos dos trabalhadores, as arbitrariedades policiais na intervenção aos sindicatos, a liberdade de imprensa para o

²⁴⁵ Para uma apreciação sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social e sua atuação em Porto Alegre, ver: SILVA, Nauber Gavski. *O mínimo em disputa...op. cit.* p. 94-104. Cabe ressaltar também que no dia 19 de maio de 1950 a Câmara realizou uma sabatina ao Superintendente de Abastecimento Público Estadual, Rodolfo Italo Cortese, ligado diretamente ao SAPS, perguntando sobre inúmeras irregularidades no mercado. Ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 9 de maio de 1950. p. 267-292.

²⁴⁶ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 19 de maio de 1948. p. 892.

jornal “Tribuna Gaúcha”, entre outros. Todos esses assuntos abordavam, indiretamente, a questão da carestia, mas não necessariamente os problemas do abastecimento ou dos preços inflacionados. Mesmo os substitutos de Martins e Santos, os vereadores José César de Mesquita²⁴⁷ e Julieta Battistoli, compreendiam que a questão da carestia passava, em última instância, pelas lutas dos trabalhadores organizados e, portanto, eram essas lutas que seriam primordiais nos seus discursos.²⁴⁸

Contudo, é importante considerar que mesmo dentre os comunistas havia tensões específicas que acabaram gerando rupturas internas. Eloy Martins, em seu livro de memórias, ressaltara que sua escolha para a vereança o colocou em disputa com José César de Mesquita e, como ambos eram lideranças entre os metalúrgicos, acabaram criando uma divisão dentro da categoria. Em 1948 essa cisão fora levada para o ambiente da Câmara, onde Mesquita abandonara o PCB e passara a ser atacado pela militância comunista.²⁴⁹ Na avaliação de Martins essa não teria sido uma época fácil, pois a nova conjuntura política e a reorganização do PCB acabara fazendo com que ele assumisse múltiplos papéis, inclusive como presidente e secretário geral da União Estadual dos Trabalhadores, sendo preso “dezenas de vezes”, assim como seu colega de bancada, Marino dos Santos.²⁵⁰ Com a vereança comunista dentro do PSP passando apuros na organização dos trabalhadores e sendo constantemente cerceada pela polícia, era natural que a questão da repressão entrasse em pauta. Segundo ele, sua atuação tinha o mérito de

²⁴⁷ É importante dizer que Mesquita é uma figura relativamente ambígua nesse contexto. De 1945 a 1947 militara junto com os comunistas e era uma importante liderança entre os metalúrgicos. Quando assumiu o assento de Marino Rodrigues dos Santos, preso em 1948, anunciou publicamente seu rompimento com os comunistas e chegou a travar uma disputa pela cadeira que o PCB reivindicava e ele se recusava a ceder, tendo em vista que estava filiado ao PSP. Posteriormente Mesquita seria expulso do PCB e se filiaria ao PTB, retomando à Câmara, agora como vereador eleito, na legislatura de 1960. Ver: MARTINS, Eloy. *op. cit.* p. 90.

²⁴⁸ Marco Aurélio Santana e Fernando Teixeira da Silva destacaram os descompassos da conjuntura de 1945 e 1947 entre a direção do PCB e sua base operária. Esses descompassos podem ser traduzidos a partir da política de “apertar os cintos”, concebida a partir de um discurso do líder comunista Luis Carlos Prestes, em 26 de novembro de 1955. O teor da política anunciada vinha de uma leitura de que os operários, apesar da escassez decorrente da economia de guerra, deveriam se abster de greves e movimentações para não caírem “nas provocações dos fascistas”. Entretanto, como os autores ressaltam, lideranças sindicais comunistas e a base não parecem ter aderido às palavras de seu líder e aproveitaram a transição política republicana para se reorganizarem e realizarem movimentos paredistas. Para mais, ver: SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964)*, assim como o artigo de SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. Ambos IN: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo...op cit.*

²⁴⁹ Alexandre Fortes se refere especificamente ao processo posterior ao desligamento de José César de Mesquita do PCB, ocorrido em 1948, e seus debates posteriores com Marino dos Santos em 1951. Tais acontecimentos na Câmara de Vereadores incluíram trocas de acusações, analogias com a questão da moradia em Porto Alegre e em Moscou, assim como as discussões sobre as greves da Carris no período. Para mais detalhes sobre essa análise, ver: FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 401-406.

²⁵⁰ *Idem.* p. 91.

trazer, “de fora para dentro da Câmara, os problemas da rua”, ou, em outras palavras, aquela era a ampliação de sua luta “pelas liberdades públicas e o progresso social”.²⁵¹ Nesse meio tempo, o PSP, cujo vereador Derly Chaves complementava a bancada, via os posicionamentos dos comunistas sem se manifestar diretamente. Posteriormente a legenda ainda abrigaria Mesquita, mas somente enquanto primeiro suplente de um dos vereadores eleitos.

É possível afirmar que Eloy Martins era um pivô em algumas das disputas que ocorriam no plenário, pois não tensionava apenas com seu colega de bancada, José Cézár de Mesquita, mas também com os vereadores Antônio Achutti e Bonorino Butelli do PTB. Segundo Marco Aurélio Santana, as animosidades entre PCB e PTB iniciaram em 1948 e perduraram até 1954 no plano político institucional – e Porto Alegre, nesse caso, não era diferente. Enquanto sindicalista, Eloy Martins via nas falas dos vereadores petebistas não o interesse em defender a classe trabalhadora, mas sim uma “demagogia” que não atacava os reais problemas dos operários.²⁵² Butelli e Achutti, por sua vez, demarcavam seu território diante dos comunistas afirmando que eles não representavam a classe, mas sim uma “ideologia assassina à serviço de Moscou”.²⁵³

A troca de denúncias e as animosidades não permitiam, ao menos dentro da Câmara de Vereadores, que PCB e PTB coincidissem em seus propósitos de defesa da classe trabalhadora e até mesmo de darem um sentido a ideia de “representar os trabalhadores” dentro do legislativo porto-alegrense. Suas tensões e disputas indicavam que, por maior que fosse a unidade dentro de sindicatos e organizações de base, havia, sim um sentido de disputa que percorreria o período democrático. Essa disputa se alteraria conforme o momento histórico; ora se daria abertamente, com trocas de acusações no plenário e nos órgãos de imprensa, mas ora também se daria de forma tão velada que os vereadores acabariam trocando elogios e secundando as opiniões uns dos outros. Contudo, durante a primeira legislatura do plenário de Porto Alegre, o que se verifica é um cenário no qual vereadores do PTB e do PCB (abrigados na legenda do PSP) abertamente criticavam uns aos outros. E, ainda assim, a mobilização política de sindicatos e federações no período solicitando respostas quanto ao custo de vida obrigava

²⁵¹ *Ibid.* p. 107.

²⁵² Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro IV, 30 de junho de 1948. p. 501. Ironicamente, Achutti também havia sido acusado de demagogia por tratar do tema da carestia em 16 de setembro de 1948, mas agora pelo vereador da UDN, Abel Tavares. Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VII, 16 de setembro de 1948. p. 278-279.

²⁵³ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 3 de março de 1948. p. 802.

esses vereadores a se posicionarem sobre um mesmo assunto, em posições que muitas vezes se assemelhavam. Se muitas vezes os representantes faziam questão de demarcar as fronteiras político-partidárias na Câmara de Vereadores, eles só podiam fazer essa operação a partir de um contexto em que buscavam identificar um “interesse popular” para atuar. Em outras palavras, para conquistarem a legitimidade de falar em “nome de classe” era preciso dirigir-se aos problemas da classe trabalhadora – e nenhum deles era tão evidente quanto a questão da carestia.

Quando os vereadores discutiam termos como “carestia” e “escassez” para uma retórica que reivindicava a classe trabalhadora, isso ajudava a construir a noção que o problema da pobreza era, em última instância, algo relacionado à classe trabalhadora urbana e, principalmente, que era algo sensivelmente experimentado inclusive por alguns deles. Eles então estavam no plenário compartilhando as experiências daqueles que os elegeram e muitas vezes as suas – mas o faziam com intenção não apenas de transmiti-las, mas de usá-las como armas para as disputas políticas que estavam embrenhados. Para construir essa disposição retórica, tinham de assumir-se como membros da classe trabalhadora, algo que nem todos conseguiam fazer, o que garantia relativa vantagem a Eloy Martins e José César de Mesquita. Um exemplo disso pode ser visto num dos pronunciamentos de Martins no dia 26 de agosto de 1948.

“Falo como trabalhador, como trabalhador que há muitos anos vem lutando para que consigamos, também, cultura. Não temos cultura, mas temos a instrução tirada da escola da vida, na escola da miséria porque passam os trabalhadores, porque estão passando 20 mil almas nas ‘malocas’. E faço como trabalhador dessa têmpera. Não faço demagogia.”²⁵⁴

Os vereadores que não podiam reivindicar, no seu lugar de fala, uma origem de classe, eram cobrados por isso. É o caso de um pronunciamento do vereador Manoel Braga Gastal, do Partido Libertador, questionando o problema dos açougues e da escassez de carne em Porto Alegre no dia 25 de setembro de 1951. Ao caracterizar a precariedade da situação do consumo de carne verde na capital gaúcha, Gastal fora interpelado pelo vereador do PTB, Tasso Vieira de Faria por conhecer essa realidade somente “através dos jornais”.²⁵⁵ O vereador, por sua vez, respondera que fora nos principais açougues de Porto Alegre e que, portanto, sabia do que estava falando por “experiência”. Percebe-se que o

²⁵⁴ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 26 de agosto de 1948. p. 432.

²⁵⁵ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 25 de setembro de 1951. p. 552.

próprio Manoel Braga Gastal, jornalista e radialista, não se sentira à vontade com a indagação de seu colega, mas rebatera-o a partir da ideia de que ele não era, de fato, um “popular”, ou seja, ele não “sentia a escassez da carne”, mas era capaz de vê-la e compreendê-la ao andar pelas ruas da capital. Mas o quão legítimo era um discurso sobre a carestia quando o vereador, em última instância, não era vítima dela? Nesse ponto, o subterfúgio dos vereadores petebistas era demonstrar que seu partido era “o único que defendia os trabalhadores contra a carestia”.²⁵⁶

Nesse ponto, os “vereadores operários” poderiam alegar que não conheciam a situação da carestia nem pelos jornais e tampouco por visitarem açougues e que sua luta contra a situação de pauperização dos trabalhadores não era somente uma orientação político-partidária. Conheciam a carestia como experiência vivida e compartilhada entre outros de sua classe. Isso, é bem verdade, nem sempre era uma vantagem política dentro do plenário, pois havia o risco de virar motivo de chacota por conta de sua fala e de sua apresentação em um ambiente que tradicionalmente era parte das elites brasileiras.²⁵⁷ Em São Paulo, por exemplo, o deputado constituinte Claudino José da Silva, carpinteiro e representante político de sua classe, era ridicularizado pelo jornal *O Estado de São Paulo* após sua oração ao público no dia 14 de fevereiro de 1946. Criticado por “ler imperturbavelmente” e “se atrapalhar na leitura”, ressaltava-se sua origem “popular” e “crioula”.²⁵⁸ Além disso, o operário era ridicularizado por buscar abranger os problemas da classe a partir de um “sistema” abrangente de opressões e explorações, que pudesse ser enquadrado num contexto maior (o “capitalismo”, o “imperialismo”, o “fascismo policial”, etc.) e com um vocabulário “rebarbativo até mesmo para os letrados”. Se por sua condição de classe o parlamentar comunista podia falar dos “problemas da classe operária”, nos dizeres de Eloy Martins, por outro lado, ficava evidente que ele estava falando desses problemas a partir de um espaço que até então fora extremamente alheio à classe trabalhadora e seus representantes.

Nesse contexto é que considero relevante analisar a fala de Julieta Battistoli, lembrada geralmente por ser a primeira vereadora mulher de Porto Alegre. Vinda do grupo das tecelãs do Partido Comunista, trabalhando nas indústrias Renner e com forte atuação dentro das mulheres do partido, Julieta chegou a Câmara de Vereadores como

²⁵⁶ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VII, 16 de setembro de 1948. p. 552.

²⁵⁷ SILVA, Fernando Teixeira. SANTANA, Marco Aurélio. *op. cit.* p. 109-110.

²⁵⁸ *Apud* NETTO, Evaristo Giovanetti. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1986. p. 63.

suplente de Eloy Martins na Câmara. Nauber Gavski da Silva, em sua recente tese de doutorado, afirmara, a partir das memórias da militante que “enquanto vereadora, as ‘mulheres dos bairros’ e ‘das vilas’ atuavam com ela em lutas variadas”, que passavam desde a escolha de um nome de escola, demandas de torneiras públicas para o trabalho das lavadeiras no bairro São José (zona leste), até uma Casa da Criança, uma espécie de creche de tempo integral e que aparentemente jamais teria saído do papel.²⁵⁹ Atuando em diversos sindicatos, principalmente aqueles cuja presença de mulheres trabalhadoras era mais forte, Julieta foi uma das mais ativas militantes também quanto à questão da carestia na Câmara. Ao contrário de seus colegas de bancada no PSP, seus discursos contra a fome e o mercado de alimentos em Porto Alegre eram abundantes e com referências bastante concretas à realidade local, mas sua primeira atuação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, lendo o “Manifesto de Janeiro” de Luiz Carlos Prestes foi particularmente interessante por incorporar tantos elementos diferentes na sua fala. Interpelada por vereadores do PTB como Bonorino Butteli e Antônio Achutti após a leitura do manifesto, Julieta usou de sua posição singular para justificar suas posições demonstrando extrema clareza acerca do ambiente em que se encontrava:

“Sr. Presidente, de fato eu sou uma vereadora eleita pelo povo, uma mulher operária, uma mulher sem cultura, mas que tem a coragem política de defender, nesta Câmara, o interesse do povo, deste povo que me conferiu os votos porque este povo quer que dentro desta Casa seus defensores defendam os seus interesses, não com palavras que não entenda, mas com palavras simples e modestas, mas enérgicas, palavras que saibam se levantar não só quando o PCB estava na legalidade, mas também quando está na ilegalidade.

[...] Portanto, sr. Presidente, é isso que o povo sente e sobre isso eu sei falar: sei defender os seus direitos na sua linguagem simples. Daqui mais uns dias virá a lei de segurança, depois a lei que entregará o nosso petróleo às mãos dos americanos. E no momento atual, em que o povo vive faminto pelas ruas, em que o povo não tem casa para morar, em que o povo continua com salários de fome, é neste momento que eles pedem a prisão de Luiz Carlos Prestes, mas ele não será preso porque o próprio povo irá defende-lo.

[...] Srs. Presidentes, Srs. Vereadores, queiram desculpar estas palavras simples, mas honestas e sinceras do povo gaúcho que me elegeu como suplente a vereador. Sr. Presidente, que desculpe as palavras grosseiras que talvez tenha dito aqui...mas o certo é que falo em nome de todos os moradores dos bairros e,

²⁵⁹ SILVA, Nauber Gavski. *O Mínimo em disputa...* p. 126.

principalmente, das mulheres que lutam por água para suas ‘vilas’, que vieram com memoriais para o sr. Prefeito e que até hoje esperam que a água seja canalizada até suas casinhas.

É preciso não desmanchar essas malocas. É preciso ampliar com água, conforto, higiene, e até mesmo com escolas para os filhos dessa gente. Eram estas, sr. Presidente, as minhas palavras.”²⁶⁰

A leitura do Manifesto de Janeiro na Câmara ficara marcado nas memórias de Julieta Battistoli²⁶¹, mas sua fala posterior parece não ter recebido a mesma atenção de outros historiadores. Aqui, Julieta articula demandas dos bairros populares diante da urbanização porto-alegrense (água e moradia), ao mesmo tempo que destaca a “fome” e os “baixos salários”. Somado a tudo isso, vê-se a defesa de Luiz Carlos Prestes e do PCB, mas também é possível perceber um certo incômodo, ressaltado em suas desculpas pelo linguajar “simples e modesto”. Assumia-se enquanto ‘mulher operária’, uma identidade que poderia ser articulada com sucesso na Câmara ao falar das condições de vida da classe trabalhadora porto-alegrense. Mas apesar disso, a vereadora seguiu na condição de suplente e só retomou os assentos do plenário no final da legislatura, no ano de 1951 – e quis o acaso que fosse justamente num ano cheio de disputas em torno da carestia.

Contudo, em suas memórias a militante comunista não parecia ter apreço por sua atuação na Câmara, como indica Francisco Carvalho Júnior.²⁶² Era um contexto particularmente difícil para a vereadora, pois ela havia entrado na mira da direção do PCB após se recusar a fazer um trabalho de militância nas indústrias Renner contra as gratificações natalinas. Sofrera um violento “escracho” no jornal dos comunistas gaúchos, a *Tribuna Gaúcha*, no qual teriam utilizado o termo “traidora da classe” para se referir à militante. Além disso, não ganhara um “tostão” com sua atuação na Câmara, revertendo praticamente todo seu pagamento para o Partido, ajudando a sustentar o jornal (o mesmo jornal que lhe imputara a pecha de “traidora”) e tendo que trabalhar meio-turno na Renner. E, com tudo isso, a direção do PCB ainda a criticava por seus pronunciamentos na Câmara, pois a militante não fazia o papel que lhe era designado.²⁶³

Uma das suspeitas possíveis para entender o comportamento da direção do PCB em relação à Julieta Battistoli é justamente por conta de seus pronunciamentos. A linha política do partido se modificara a partir de 1948 e havia um enfoque para que não se

²⁶⁰ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 11 de fevereiro de 1948. p. 165.

²⁶¹ CARVALHO JÚNIOR, Francisco (org.). *Adorável camarada... op. cit.* p. 42-44.

²⁶² *Idem.* p. 45.

²⁶³ *Ibidem.* p. 47.

fizessem concessões aos “partidos burgueses”, defendendo inclusive a atuação por fora dos sindicatos oficiais, preparando a atuação por meio de organismos paralelos.²⁶⁴ Julieta seguiu essa orientação partidária dentro do possível, mas em junho de 1951 ela fora chamada para substituir Eloy Martins durante o período em que o vereador comunista encontrava-se preso no Rio de Janeiro, após organizar um Comício pela Paz contra a Guerra da Coreia. Nesse meio tempo, aparentemente Julieta já estava afastada de algumas de suas atividades de militância mais tradicionais nas células partidárias, mas seu envolvimento com as organizações femininas do período seguia forte. Em julho desse mesmo ano estava sendo organizada uma Convenção Feminina que, entre outras pautas, tinha como objetivo discutir a carestia de vida nas cidades brasileiras.

No dia 6 de julho no plenário, Julieta Battistoli fez uma fala chamando as mulheres porto-alegrenses a participarem da Convenção e apoiarem as mulheres brasileiras. Sua fala é significativa de uma série de questões: chamava em nome das mães, das filhas, das operárias e também das donas de casa. O manifesto que a vereadora comunista lera no plenário naquele dia tocava em uma série de pontos que corroboram essa leitura. Segundo o texto, o problema do custo de vida seria o primeiro a ser resolvido na convenção, assinalando que “todas as donas de casa que não são operárias, que não podem sair de casa para ganhar o pão afim de ajudar o seu esposo, sentem o problema do sustento de seu lar”. A dona de casa, por sua vez, sentiria “muito mais do que a mulher operária, porque ela precisa esperar pelo magro dinheiro que traz seu esposo para dividi-lo nas compras diárias para o sustento de seus filhos”.²⁶⁵ Por outro lado, o manifesto destacava também a importância do “direito da mulher”, focado principalmente nas ‘mulheres operárias’ “que estão no trabalho lado a lado com o seu companheiro”. Aqui Julieta Battistoli ressaltava a importância do cumprimento da licença maternidade, inclusive acusando os médicos de estarem a “serviço dos patrões”, não garantindo uma licença mais longa para a gestante, mesmo que houvesse amparo legal para isso – o termo utilizado no texto é de que “a lei social do trabalho é bonita no papel”.

Em certo sentido, a leitura do Manifesto permitia à vereadora utilizar de duas identidades para fazer o seu apelo: a de ‘mulher operária’, que “trabalhava lado a lado com o seu companheiro”²⁶⁶, mas também a de ‘dona de casa’, que sentia os efeitos do

²⁶⁴ SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros... op. cit.* p. 255.

²⁶⁵ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro IV, 6 de julho de 1951. p. 138-140.

²⁶⁶ Vale ressaltar que Julieta Battistoli era casada com Fortunato Battistoli, também membro do partido, mas que não trabalhava como operário e sim como “verdureiro ambulante” em Porto Alegre. Ver: CARVALHO JÚNIOR, Francisco (org.). *Adorável camrada...op. cit.* p. 17-18.

“alto custo de vida” no seu lar. Essa atuação salientava os problemas de uma “economia doméstica” que associavam gênero e precariedade discutindo também questões de ordem política, econômica e social. Há aqui uma espécie de tática²⁶⁷ que fora empreendida pela vereadora que merece ser analisada: enquanto única mulher num espaço evidentemente elitizado e marcado pela predominância do gênero masculino, Julieta se amparou em aspectos muito específicos de uma feminilidade que lhe era atribuída para cobrar de seus colegas vereadores um posicionamento político firme a respeito da carestia. Ela sabia, é claro, que alguns dos vereadores tinham posições claras quanto ao problema da carestia, é bem verdade, mas Julieta Battistoli foi a única mulher na Câmara a se pronunciar sobre o tema e quando o fez, ela cruzou suas experiências com certas expectativas acerca do seu papel de gênero e sua militância classista. Ela afirmava “viver entre a classe operária” e “cuidar do lar”, cruzando experiências que imbricavam, em última instância, nos efeitos da escassez e da carestia.²⁶⁸

Por outro lado, convém ressaltar que a articulação dessas duas definições feitas por Julieta Battistoli não era somente um engenhoso uso de suas identidades, mas sim também uma forma de subverter o sentido de uma concepção cada vez mais dominante na sociedade brasileira. Ao analisar a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 1914 e 1940, Susan Besse destaca que havia, dentro do Ministério do Trabalho na Era Vargas, a preocupação de instruir jovens e adolescentes de que os dois papéis seriam fundamentais para a mulher na “era moderna”. Ela deveria contribuir com o marido no orçamento de casa tendo outro trabalho, mas sem que isso a “removesse de seu lar”. Creio que é possível afirmar que o discurso que previa a conciliação do trabalho assalariado feminino com o trabalho doméstico era, em certo sentido, um discurso promovido em prol de garantir vantagens tanto para o Capital – pois o trabalho feminino

²⁶⁷ A ideia de tática, ou “tática de gênero” está aqui relacionada a uma leitura de Benito Bisso Schmidt acerca do uso do conceito de “tática” em Michel de Certeau para discutir as práticas de mulheres na Justiça do Trabalho diante das acusações de seus patrões. A utilização de certas expectativas de feminilidade poderia ser articulada em prol de uma determinada disputa, o que creio ser precisamente o caso de Julieta Battistoli nesse momento específico. Para mais, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. *A sapateira insubordinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista* (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). IN: GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. p. 157-199.

²⁶⁸ Céli Pinto, ao analisar os textos da pensadora feminista Heleieth Saffioti, destaca como as organizações femininas contra o custo de nada mais eram “do que uma organização de mulheres, braço do PCB, que nada tinha de feminista”. Creio ser possível concordar com essa colocação e destacar que, ainda que esteja se discutindo aqui a “performance” de Julieta Battistoli, ela não pode, de fato, ser encarada como uma prática em prol dos direitos da mulher. Para mais, ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)*. IN: Revista Estudos Feministas. Vol. 22, nº 1. Florianópolis, jan-abr. de 2014. p. 326.

era pior remunerado do que o masculino – como para o Patriarcado – porque além da desigualdade salarial, ainda estabelecia a convicção de que o papel feminino nas estruturas familiares ainda era hegemonicamente o ‘papel doméstico’.²⁶⁹ Assim, a estratégia política adotada por Julieta Battistoli poderia ser ampliada para outras mulheres que eventualmente se colocavam na militância política: era preciso demarcar com clareza o espaço patriarcal que lhes era conferido para ao mesmo tempo criticar os efeitos da carestia – tanto em termos de ‘classe’ como em termos de ‘gênero’.²⁷⁰

Cabe destacar também que a Convenção Feminina Gaúcha mencionada por Battistoli teria reunido delegadas de diferentes partes do Rio Grande do Sul, como falaria posteriormente no plenário a vereadora, destacando o alto custo de mandar as representantes eleitas para São Paulo para o 2º Congresso Nacional de Mulheres.²⁷¹ Por conta disso, Julieta Battistoli apelara à Câmara para ajudarem as “mulheres do povo” a ir ao Congresso, solicitando contribuições aos vereadores. O tom do discurso da vereadora mudaria alguns dias depois, diante de um caso de tiroteio sobre as mulheres de Minas Gerais que estavam reunidas na cidade de Uberlândia. Destacando a repressão policial e política as quais as mulheres estavam sujeitas, Julieta falava no plenário:

As mulheres estavam preparando a sua convenção feminina, um comício como diz aqui. Mas fosse como fosse, o caso é que o governo não quer ouvir o protesto do povo e então manda atirar contra essas mulheres, dizendo que são comunistas.

Quando se quer tapar a boca do povo, quando se quer trair este povo, todos os movimentos em favor do povo o governo diz que é movimento comunista.²⁷²

O que se seguiu dessa discussão foram uma série de apartes no qual trabalhistas e comunistas se desentenderam acerca da responsabilidade de Getúlio Vargas no episódio, ele que se tornara recém-eleito presidente da República. A bancada trabalhista interpelou Julieta várias vezes, alegando que os comunistas de fato estavam envolvidos na organização do movimento e que se tratava de um partido “importado” de um país estrangeiro – no que Julieta Battistoli lembrou seus colegas vereadores que o trabalhismo

²⁶⁹ BESSE, Susan K. *Restructuring Patriarchy... op. cit.* p.129-140.

²⁷⁰ Uma interessante leitura sobre como mulheres operárias relacionavam sua dupla condição de trabalhadoras e donas de casa a partir de sua militância pode ser vista em FRENCH, John D. CLUFF, Mary Lynn Pedersen. *As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948*. IN: Revista História Social. Nº 7 Campinas, 2000. p. 171-211.

²⁷¹ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 25 de setembro de 1951. p. 500-501.

²⁷² *Idem.* p. 551.

também era importado, mas da Inglaterra.²⁷³ A vereadora seguiu a sua denúncia frisando que uma das mulheres, na convenção em Uberlândia, foi arrastada pelos cabelos por “ser comunista”, sendo apartada pelo vereador Tasso Vieira de Faria do PTB que afirmara que talvez “outra mulher” tivesse cometido a agressão.²⁷⁴ O debate prosseguiria até o presidente encerrar a sessão, mas seria retomado em momentos posteriores.

É bem verdade que as tensões entre petebistas e pecebistas seguiram cada vez mais acirradas no ano de 1951. Além do primeiro ano de governo de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul também tinha início o primeiro ano de governo de Ernesto Dornelles, o que garantia assim ao PTB a condição de “vidraça” diante dos problemas do custo de vida. Às denúncias de Julieta Battistoli eram somadas com as de Eloy Martins, Marino dos Santos e José César de Mesquita²⁷⁵ e até mesmo vereadores do PL (oposição tanto a Dorneles quanto a Vargas), como Manoel Osório da Rosa e Manoel Braga Gastal, agora se manifestavam contra o problema da carestia. No dia 10 de setembro de 1951, o vereador Marino dos Santos ainda reproduzia uma anedota vinda do Rio de Janeiro que falava que a falta de carne nos mercados da capital federal tinha gerado um novo tipo de corte, apelidado de “o sorriso do velhinho”, pois seria somente o osso das costelas de gado, desprovidas de qualquer carne.²⁷⁶ Nesse novo cenário percebe-se que a oposição de Vargas, à esquerda e à direita, usava da carestia como forma de criticar o presidente.

No que diz respeito à classe trabalhadora, é possível analisar os debates entre trabalhistas e comunistas diante de um contexto nacional e estadual no qual a disputa pelo direito de falar “em nome da classe trabalhadora” se acirrava. Mas no contexto porto-alegrense, contudo, destaca-se o fato de que esse ato de “representar” os trabalhadores permitiu que o PCB, ainda que dentro da legenda do PSP, reforçasse o fato de que Julieta Battistoli e Eloy Martins eram, de fato, operários, “trabalhadores do Brasil”. Se havia entre eles um princípio ideológico comum, havia também uma experiência de classe

²⁷³ A leitura de Julieta Battistoli, em que se pese o momento de tensão no plenário, não estava equivocada. Lucília Neves Delgado mesmo ressalta como o “trabalhismo inglês” era uma referência política a várias alas do PTB em suas origens. Ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 78.

²⁷⁴ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 25 de setembro de 1951. p. 553.

²⁷⁵ Nessa época, José César de Mesquita já havia rompido com o PCB e muitas vezes sofria escarcho dos vereadores comunistas, além dos escraches no jornal *Tribuna Gaúcha*. Entretanto, o próprio Mesquita entrara em rota de colisão com o PTB ao denunciar que o prefeito Eliseu Pagilioli frequentaria um determinado cassino no arrebalde da Glória. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro V, 10 de setembro de 1951. p. 252.

²⁷⁶ A referência “sorriso do velhinho” remete ao *jingle* de campanha de Vargas chamado “Retrato do Velho”, composto pelo músico Francisco Alves. Para a referência nos anais, ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 10 de setembro de 1951. p. 168.

comum. E mesmo diante da diferença de gênero, as falas de Julieta poderiam tocar ainda mais profundamente no campo da experiência, destacando exatamente como era sentida a carestia a partir de uma vivência de ‘mulher operária’ e ‘dona de casa’.

Tal situação fazia com que a disputa pelo direito de falar em nome dos trabalhadores problematizasse a carestia além da esfera político-partidária. Mesmo que houvesse uma preocupação comum entre os vereadores do PL e do PSP – e até mesmo do PTB, embora mais tímidos ao denunciar os órgãos públicos – havia um abismo de diferença, pois Martins, Battistoli e Mesquita podiam ir ao plenário e falar a partir de suas experiências de classe, embora nem sempre isso fosse legitimado pelos demais vereadores. No dia 22 de agosto, Julieta Battistoli faria uma fala atacando o governo Vargas, afirmando que tratava-se de um governo “contra a classe trabalhadora”, no que seria rudemente apartada pelo vereador Bonorino Butelli que respondera com uma grosseira expressão: “isto na opinião suspeita de V. Exa.”.²⁷⁷ Destacaria ainda o problema do alto custo de vida e do desemprego, citando ainda a situação de seu próprio marido que, desempregado, vivia como vendedor ambulante de frutas e verduras na capital. E nesse contexto, Julieta levantava-se contra a bancada trabalhista e a prefeitura, pois rapidamente emendava o problema das proibições ao comércio ambulante na capital, alegando que “como cidadã, percorrendo as ruas da cidade, não me estorvam os balaios que estão expostos nas calçadas com frutas para serem vendidas”. Isso porque, segundo a vereadora, “como cidadã ainda vou adquirir daqueles vendedores ambulantes frutas muito mais baratas do que nas bancas do Mercado”. Apesar disso, vereadores como Tasso Vieira de Faria e Landell de Moura (PSD) apoiavam a lei, alegando que seis ou sete comerciantes que “exploravam o comércio ambulante de Porto Alegre”, no que o vereador Eloy Martins – que substituíra Marino dos Santos no dia, afirmara: “mas eles vendem mais barato”.²⁷⁸

“Vender mais barato” é uma frase relativamente simples, mas é impossível não pensá-la dentro de uma lógica comum à classe trabalhadora em tempos de carestia. Que o comércio ambulante fosse tornado ilegal, ou mesmo que alguns ambulantes dominassem o comércio de frutas e verduras em toda capital, isso não era relevante. Vendiam seus produtos “mais baratos do que no Mercado” e isso era o mais importante nos dizeres de Julieta Battistoli e Eloy Martins, que pareciam compreender que o ato de comprar mais barato envolvia não respeitar propriamente as “regras oficiais” que o Estado

²⁷⁷ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro V, 22 de agosto de 1951. p. 376.

²⁷⁸ *Idem.* p. 377-380.

e o Mercado construía. Havia, nesse sentido, um componente próximo à “tática”, em termos semelhantes aos propostos por Michel de Certeau, que permite analisar tais atos como uma espécie de resistência possível contra a carestia. A partir dessa análise, contudo, o que se revela também aqui é que uma das dificuldades que a bancada trabalhista porto-alegrense enfrentava no período era justamente desconhecer algumas das “táticas” exercidas por trabalhadores e trabalhadoras. Eloy Martins e Julieta Battistoli, por sua vez, evocavam o direito de falar “em nome” da classe trabalhadora justamente por compartilharem experiências. E em última instância, é possível sinalizar que o vereador Antônio Achutti reconhecia a posição de seus colegas, afirmando que o projeto de lei contra o comércio ambulante na capital era designado somente contra “a venda de quinquilharias”, na qual a “venda de comestíveis em cestas pequenas” seria permitida. Caso Achutti decidisse vociferar contra uma prática comercial que tinha suporte dentre trabalhadores para colocar-se ideologicamente contra os pecebistas, isso talvez trouxesse consequências incômodas para sua luta contra a carestia – e talvez até mesmo o deslegitimasse enquanto “voz” dos trabalhadores na Câmara.

Um vereador que sentiu a dificuldade de lidar com a experiência dos operários foi o próprio Ludolfo Boehl que no início de seu mandato pediu aos colegas para evitarem “questiúnculas políticas”. No dia 25 de setembro de 1951 ele desafiou Julieta Battistoli a trazer um caderno com preços para comprovar o que falava sobre o comércio da capital. No dia seguinte, a vereadora trouxe ao plenário “notas de um caderno” e alegara que como muitas operárias, ela buscava as “feiras livres”, onde seria “um pouquinho mais barato para comprar”, fazendo então uma venda fixa.²⁷⁹ Na mesma sessão plenária, Julieta Battistoli ainda denunciou a qualidade do leite distribuído pelo Departamento Estadual do Abastecimento de Leite (DEAL), afirmando que “nós que temos criança pequena em casa e a toda hora temos que esquentar este leite, quando chega à tarde, não se suporta mais e à noite já é uma murrinha. É um verdadeiro veneno que as mães estão dando para os seus filhos!”.²⁸⁰ Boehl, por sua vez, nada falou. O que ele poderia falar diante de experiências que não faziam parte de seu próprio repertório político?

É importante destacar que apesar da trajetória de Julieta Battistoli no plenário ter sido relativamente curta, casos como esses apresentados mostram que sua vereança tensionava a preocupação da bancada trabalhista com o custo de vida. Ao entrecruzar o seu lugar de fala (‘mulher operária’ e ‘dona de casa’) com as orientações vindas do PCB,

²⁷⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 25 de setembro de 1951. p. 480-481.

²⁸⁰ *Idem.* p. 483.

é possível perceber que Julieta impelia os colegas vereadores do PTB a questionarem a vereadora somente como comunista, mas sem conseguir dar respostas satisfatórias a demandas de gênero e de classe. Apesar das constantes manifestações de Antônio Achutti e Bonorino Butteli sobre o preço dos gêneros de primeira necessidade, a disputa pelos sentidos da carestia na primeira legislatura era pautada também por comunistas. Porém, as orientações políticas de ambos os grupos os colocavam em tensão constante e não eram comuns os momentos nos quais eles secundavam uns a opinião dos outros. Julieta Battistoli tensionaria ainda mais esse quadro à medida que suas declarações reivindicavam não somente uma fala “em nome da classe”, mas também uma fala “em nome das mulheres da classe”. Sendo a única mulher presente no plenário durante todo o período, ela foi a única que trouxe a questão da carestia para uma dimensão específica do gênero.²⁸¹ E aos seus colegas vereadores, procurando deslegitimar sua fala, vinham acusações que iam desde o fato de Julieta abordar os temas da carestia pela “parte sentimental”²⁸², ou mesmo ser “comunista”.

Cabe destacar que o quadro da luta contra a escassez de alimentos e os aumentos nos preços não estaria completo sem uma breve análise da atuação dos sindicatos no período. É bem verdade que no final de 1947 as entidades sindicais mais combativas passaram por intervenção da Delegacia Regional do Trabalho que, assim como nos tempos de Vargas, removeu lideranças e direções inteiras para colocar interventores alinhados aos interesses do patronato. Sendo assim, no momento em que os vereadores e militantes José César de Mesquita, Eloy Martins e Julieta Battistoli atuavam no plenário, estavam impedidos também de atuar nas entidades sindicais, o que não impediu que eles continuassem atuando e cobrando das autoridades políticas medidas para conter a carestia de vida enquanto realizavam campanhas para o reajuste do salário mínimo.

Isso não implica, contudo, que os sindicatos que estivessem sob intervenção estivessem calados diante da situação econômica pela qual passava a classe trabalhadora. Em 16 de fevereiro de 1948, Antônio Achutti subiu no plenário após informar seus colegas que no dia anterior estava numa reunião realizada por várias entidades de classe, na qual a bancada trabalhista então elaborara um documento conjunto de protesto contra

²⁸¹ Ao acompanhar os anais da primeira legislatura, Antônio Achutti comentara, no dia 7 de maio de 1948, que “um grupo de senhoras” do bairro Floresta lhe procuraram em sua residência para lhe pedir que continuasse lutando contra o aumento do pão. Recurso retórico ou não, essa foi uma das únicas vezes onde as demandas das donas de casa entraram em discussão no plenário antes das manifestações de Julieta Battistoli. Ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 7 de maio de 1948. p. 606.

²⁸² Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 4 de julho de 1951. p. 70.

o aumento da carne junto com os dirigentes sindicais presentes.²⁸³ Nesse documento, criticava-se o problema da “carne verde”, expressando confiança na ação policial junto aos açougues para evitar abusos, mas reivindicando também que os vereadores pressionassem os órgãos públicos da CEAP e do DCV para normalizarem o abastecimento do produto.²⁸⁴ O mais interessante, contudo, é o tom de crítica que era feita a Balbino Mascarenhas, Secretário da Agricultura e marchante que “explora o comércio de 20 açougues aproximadamente na vizinha cidade de Pelotas”, destacando que o atual governo estadual mais parecia um “governo tubaranesco e não um governo do povo para o povo”.

A crítica à Balbino Mascarenhas não era novidade, pois Achutti e Butteli já haviam feito considerações semelhantes sobre o Secretário da Agricultura e marchante, destacando como o Secretário afirmara que o aumento do preço da carne sairia “com lei ou sem lei”. E embora seja possível argumentar que, de fato, deixar um marchante responsável pela fiscalização dos órgãos produtores e distribuidores de carne parece o mesmo que deixar uma raposa cuidando do galinheiro, é possível também afirmar que tais críticas vinham de uma profunda antipatia entre os políticos do PTB para com o secretário do governo de Walter Jobim (PSD) e que isso poderia estar, em certo sentido, relacionado a uma disputa político-partidária. Porém, uma outra leitura possível é de que os dirigentes sindicais utilizaram das condições específicas da luta política travada entre petebistas e peessedistas para expor suas preocupações acerca da escassez de carne para os trabalhadores gaúchos, aproveitando também para destacar os problemas que o PSD tinha em conseguir convencer os trabalhadores – mesmo aqueles dirigentes colocados nos sindicatos por intervenção da DRT – de que fazia um governo “do povo para o povo”.

Essa manifestação sindical expressa por Achutti acabou gerando uma resposta do Delegado Regional do Trabalho, João Dentice, que procurava advertir os vereadores do risco de que as reuniões sobre a carestia estavam “contribuindo para uma política comunista” e que ao mesmo tempo elas faziam com que se congregassem “elementos do partido vermelho”.²⁸⁵ Tal posição dos sindicatos, segundo Dentice, deslocaria as entidades de classe “de sua postura clássica”, tornando-as órgãos de “agitação pela

²⁸³ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 16 de fevereiro 1948. p. 376-377. Infelizmente em seu discurso registrado nos anais, Antônio Achutti não referenciou os sindicatos presentes na reunião.

²⁸⁴ No terceiro capítulo, por sua vez, procurarei demonstrar alguns meandros da fiscalização e da repressão policial nos mercados porto-alegrenses em tempos de carestia.

²⁸⁵ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 10 de março de 1948. p. 778-779.

permanente tensão de espírito que na coletividade obreira suscitam reuniões tão frequentes e publicidade tão abundante”, pedindo assim que fossem suspensas em definitivo a realização de tais assembleias. Achutti trouxe ao plenário à diretriz do Delegado e leu para seus colegas com indignação, destacando que esse era o direito dos trabalhadores, ou seja, de discutir o seu interesse coletivo, ressaltando inclusive que “não havia política de combate ao governo”, mas sim uma reclamação para que o governo tomasse providências contra os “tubarões” da economia popular. O vereador ressaltava também que “não existe movimento comunista, mas somente a finalidade de protestar contra a alta absurda dos preços”.

A disputa entre o vereador petebista e o Delegado Regional do Trabalho marca um período de dificuldade das próprias entidades controladoras em se adequar à ordem democrática. Alexandre Fortes, ao analisar os documentos do DOPS gaúcho da época resalta que a “sociologia policialesca” esbarrava em problemas de categorização, tendo dificuldade em definir o que é “comunista” ou “não”.²⁸⁶ Essa dificuldade pode ser vista nesse inusitado momento, em que o vereador Antônio Achutti, liderança política no Quarto Distrito, aproximou-se das organizações sindicais na luta contra a carestia. Isso por si só poderia ter levado o Delegado a levantar suspeitas, mas cabe ressaltar que a maior parte dos sindicatos combativos em Porto Alegre tinham sofrido intervenções da própria DRT. Será que de fato havia “comunistas” nessas assembleias e que eles estavam conseguindo espaços institucionais para “agitar” a classe trabalhadora? Ou será que as demandas dos trabalhadores em torno da carestia eram muito mais difíceis de enquadrar politicamente? Dada a urgência que assalariados sentem em relação à falta de alimentos, é possível cogitar a hipótese de que essa angústia fosse comparada com “radicalismo ideológico” – mas isso é somente uma suposição a ser provada.

Ainda em 1948, mais precisamente no mês de novembro, a Federação dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário também encaminhara um memorial à bancada trabalhista, recebido pelo vereador Tasso de Faria, que não o lera, mas retomara seu conteúdo que era basicamente de combater a onda “altista” de preços, defendendo inclusive “medidas enérgicas” na repressão do comércio ilícito.²⁸⁷ É difícil saber ao certo se essa Federação em particular estava sob intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, mas o fato de ter seu memorial referenciado pelos vereadores do PTB faz pensar que essa possibilidade não pode ser descartada. Em última instância, as

²⁸⁶ FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 397.

²⁸⁷ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 11 de novembro de 1948. p. 251-252.

intervenções não impediram os sindicatos de atuarem contra a carestia, mas acabaram tolhendo a sua liberdade de ação – e em alguns casos, até mesmo a liberdade de ação dos vereadores.

Em 1950, suspensa a intervenção na maioria dos sindicatos, uma postura mais autônoma das lideranças e direções sindicais passou a fazer parte do contexto da classe trabalhadora porto-alegrense.²⁸⁸ O Sindicato dos Metalúrgicos, por sua vez, viveria sua primeira eleição de diretoria após 1945. Em 1951, quatro chapas foram criadas para eleger os novos dirigentes. Ironicamente, enquanto PTB e PCB se degladiavam na Câmara, dentro da categoria metalúrgica eles se uniram pragmaticamente para compor uma das chapas para o Sindicato. José César de Mesquita, que nesse momento estava afastado do PCB e não se alinhara com o PTB, acabou montando uma chapa própria que acabou inclusive sendo vitoriosa, fazendo com que o sindicalista retornasse à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos.²⁸⁹ Sua atuação, contudo, não fechou portas com nenhum dos dois partidos e, pelo que sua memória ressalta, havia aproximações sendo feitas dentro do Sindicato para que tanto comunistas como trabalhistas se unificassem em pautas comuns da categoria.

Ainda assim, nem sempre essas pautas em comum pareciam levar a carestia em consideração. Um exemplo disso pode ser visto no final do ano de 1947, diante da proposta de uma greve maciça de inúmeras categorias pedindo reajuste salarial e abono natalino. Alguns dos militantes que organizavam o comitê de greve foram presos e, segundo relatório do DOPS, essas pessoas chegaram a inclusive propor a paralisação de serviços essenciais de abastecimento para a população. Foi o caso do líder comunista Ofir Vallis Pinheiro, que teria feito a proposta de paralisar e suspender a distribuição de leite feita pelo antigo Entrepósito de Leite S/A (ELSA), uma sociedade de economia mista que envolvia tanto o governo do Estado do Rio Grande do Sul como os principais fazendeiros com produção de leite e derivados.²⁹⁰ Ao Entrepósito cabia a tarefa de comprar o leite dos produtores e revender à população através de carrocinhas e caminhões-tanque, embora seja importante citar que situações de escassez de leite podiam conduzir a revoltas

²⁸⁸ No caso dos metalúrgicos, já em 1945 eles teriam conseguido alugar um prédio para seu sindicato em meio ao centro de Porto Alegre, evitando assim de fazer suas reuniões no chamado “pombal”, como era chamada a sede da Delegacia Regional do Trabalho. Ver: FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 364.

²⁸⁹ *Idem.* p. 371-372.

²⁹⁰ APERJ, Fundo DOPS, Seção DPS, caixa 469. Fls. 197-201. Citado em FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 379.

populares.²⁹¹ A atitude do militante, por sua vez, não fora colocada em prática, tendo sido preso antes mesmo de conseguir interromper os serviços do Entrepasto. Mas a título de suposição, parece correto dizer que foi melhor para os comunistas que o serviço de distribuição de leite não tivesse sido interrompido, pois por mais importante que fosse a paralisação do Entrepasto para a estratégia dos grevistas, ele certamente criaria uma animosidade perante a população. Contudo, cabe destacar que casos assim parecem ser isolados – em última instância, sindicatos, comunistas e trabalhistas, por maiores que fossem as diferenças entre eles, tinham na carestia um inimigo comum inconciliável.

Dito isso, é importante ressaltar que essa união não era explícita e muitas vezes acabava levando à disputas e discussões mais elevadas. O ano de 1951, momento em que os governos de Vargas e Dornelles alteravam o contexto político nacional e rio-grandense, fez com que comunistas e trabalhistas se apartassem ainda mais. Os pronunciamentos de Julieta Battistoli, articulando experiências de “classe” e de “gênero” com habilidade, colocavam os vereadores trabalhistas na difícil situação de defender os seus governos, mostrar-se firmes em relação à carestia e disputar a “palavra” da classe trabalhadora. Porém, 1951 também era um ano de eleições e no final dele formara-se a segunda legislatura da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A luta comum contra a escassez de alimentos e a alta de preços prosseguiria, mas com novos atores e novas disputas. As formas de cobrar do Poder Público e dos “patrões” e “tubarões” marcavam, por assim dizer, novos sentidos na experiência de carestia em Porto Alegre.

2.2 – Contra a carestia, o povo vai às ruas – estratégias patronais e pressões populares na luta contra a carestia (1952-1955)

A nova legislatura da Câmara de Vereadores de Porto Alegre tinha início em 1952 e seria uma das mais atribuladas no que diz respeito ao custo de vida das classes populares. O ano anterior já havia sido suficientemente agitado diante das tensões entre PTB e PCB no plenário, além das mobilizações de diversos sindicatos que pressionavam por uma solução definitiva para o problema da carestia. O aumento de salários e o

²⁹¹ Durante o ano de 1943, num contexto de economia de guerra e forte estiagem, o leite tornou-se escasso em Porto Alegre. Entre os meses de abril e maio o jornal *Correio do Povo* noticiara que os caminhões da antiga Sociedade Anônima Beneficiadora do Entrepasto do Leite (SABEL) estavam sendo saqueados por populares que buscavam desesperadamente pela bebida. Ver: PUREZA, Fernando Cauduro. “*Economia de guerra...*”. *op. cit.* p. 92-94.

congelamento dos preços dos gêneros alimentícios passaram a ser as demandas que mais reverberavam em associações e sindicatos.²⁹²

A nova composição da Câmara refletia algumas mudanças de ordem política. Antônio Achutti seguia agora no seu segundo mandato, mas Bonorino Butelli não mais seguiria na vereança. Todavia o PTB teria outro vereador que não apenas discutiria as questões da carestia, mas também vinha direto da militância sindical do partido, o padeiro Leopoldo Machado, salvo engano o primeiro sindicalista eleito pelo PTB na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Somados aos petebistas, os comunistas também conseguiram ocupar um dos assentos do plenário porto-alegrense, colocando outro sindicalista de renome na vereança, o tecelão Terézio Meireles, que utilizava a sigla do Partido Republicano (PR). Enquanto Leopoldo e Terézio traziam as suas experiências de trabalhadores e militantes para dentro do plenário, a bancada dos trabalhistas contava também com nomes como Sereno Chaise, Temperani Pereira e Josué Guimarães, saindo fortalecida na eleição – uma compensação que talvez tenha sido amarga diante da derrota de Leonel Brizola na prefeitura, perdendo para Ildo Meneghetti (PSD) por uma diferença de cerca de mil votos.

Isso não quer dizer, porém, que os ex-vereadores Marino dos Santos, José César de Mesquita, Eloy Martins e Julieta Battistoli saíssem de cena diante dos problemas da carestia em Porto Alegre, pelo contrário. O que é possível perceber é que, após 1951, a militância de cada um deles se dirigia para outras instâncias: Marino dos Santos e Eloy Martins seguiram trabalhando para o PCB, articulando em especial as Campanhas pela Paz, contra a Guerra da Coreia – embora Martins tivesse um papel mais ativo na organização de comitês de greves dentro de inúmeros sindicatos no Rio Grande do Sul.²⁹³ Mesquita se concentraria cada vez mais na direção do Sindicato dos Metalúrgicos que, em 1952, conseguiria construir uma sede própria, localizada no Quarto Distrito e bastante próxima à Fábrica Wallig.²⁹⁴ Por fim, Julieta Battistoli sairia da Câmara e seguiria ainda em tensão com o PCB, mas ainda tomaria a frente nas organizações femininas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul no combate à carestia.²⁹⁵

Já os novos vereadores oriundos da militância sindical tinham a seu favor não apenas a experiência de trabalhadores – o que lhes garantia o direito de falar “em nome

²⁹² FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...op. cit.* p. 410-411.

²⁹³ MARTINS, Eloy. *op. cit.* p. 107-110.

²⁹⁴ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...op. cit.* p. 372.

²⁹⁵ *Idem.* p. 414.-415.

da classe” numa época de carestia, mas também um histórico de lutas que permitia que se situassem politicamente diante de duas questões: o salário mínimo e a alta do custo de vida. Leopoldo Machado, vereador pelo PTB, possuía um histórico de militância sindical bastante impressionante.²⁹⁶ Em 1920 era presidente do Sindicato dos Padeiros de Santa Maria, mas por conta da repressão policial acabou vindo para Porto Alegre em 1923 e no ano de 1925 tornara-se delegado do Sindicato Padeiral de Porto Alegre, atuando inclusive na administração do jornal da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), *O Syndicalista*. Em 1935 concorreu a deputado estadual pela Liga Eleitoral Proletária, dirigida por comunistas, mas durante o Estado Novo acabara se aproximando do Círculo Operário Porto-Alegrense (COPA). A partir daí sua atuação acabou o aproximando dos trabalhistas, permitindo que em 1951 ele se candidatasse a vereança pela legenda do PTB.

Já Terézio Meireles²⁹⁷ era ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário. Candidatara-se pela sigla do PR, após os comunistas aparentemente terem desfeito sua aliança com o Partido Social Progressista.²⁹⁸ A sua atuação, contudo, não ficara restrita à vereança. Em 1953, Terézio não apenas exercia seu mandato como vereador como também fazia parte do Conselho da Federação Estadual dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário e também do Comitê Central da Confederação dos Trabalhadores da América Latina.²⁹⁹ Quanto a sua ligação com o PCB, o próprio Terézio afirmava, em entrevista para o jornal *Imprensa Popular* em agosto de 1952, que sua plataforma política na campanha havia sido o “Manifesto de Agosto”,

²⁹⁶ As informações sobre a carreira sindical de Leopoldo Machado podem ser vistas em FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 399.

²⁹⁷ A grafia do nome de Terézio Meireles muda conforme as documentações, ora utilizando ‘s’, ora utilizando o ‘z’. Sem um registro definitivo, optei por utilizar a escrita do nome com ‘z’.

²⁹⁸ FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 400. Durante a sua vereança, contudo, Terézio Meireles saiu do PR logo no dia 07 de abril de 1952 e foi para o Partido Socialista Brasileiro. Contudo, por conta do apoio que este partido dera a candidatura presidencial de Juarez Távola (UDN), em 1955, Terézio rompeu com os socialistas e retornou ao PR, partido no qual acabou por cumprir seu mandato.

²⁹⁹ Essas informações foram encontradas em materiais do DOPS de Santos, disponíveis *online*. Na época a polícia santista estava vigiando um encontro de formação para o Congresso da Federação Sindical Mundial, no qual Terézio era um dos delegados do Rio Grande do Sul, junto com Roque Vargas (presidente do Sindicato dos Alfaiates de Porto Alegre), Gabriel Quintana (presidente do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre), Vidal Pires (presidente do Sindicato dos Têxteis de Porto Alegre), Nei Matos (presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Farmacêuticas de Porto Alegre), André Taboada (presidente do Sindicato dos Barbeiros de Porto Alegre), Afonso Albuquerque (secretário do referido sindicato), Erioldo Vaz (presidente da Associação dos Portuários de Porto Alegre), Carlos Marques (“líder enfermeiro”), Moacir Azambuja (presidente da Coligação dos Ferroviários do Rio Grande do Sul) e Walter Guimarães (presidente da União Estadual dos Trabalhadores). Segundo os policiais do DOPS, “a quase totalidade dos presentes era comunista”. Para mais detalhes, ver: Dossiê ‘Comissão de iniciativa de Santos pró-III Congresso da Federação Sindical Mundial’. Prontuário nº 6874 da Delegacia de Ordem Política e Social de Santos. 23 de setembro de 1953. Acesso digital no endereço eletrônico http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P006874_01.pdf. Último acesso em 07 de dezembro de 2015.

lançado em 1950 por Luís Carlos Prestes. Apesar do documento ser caracterizado por uma linha “ultra-esquerdista”³⁰⁰, destacava uma parte importante para “o melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras”, enfatizando a necessidade de um “aumento geral de salários, inclusive do salário familiar, que devem ser colocados no nível já atingido pelo custo de vida” e conclamando os operários a lutarem “contra a carestia de vida” e “por maiores salários”.³⁰¹

É importante destacar que a dupla preocupação sobre as “condições de vida das massas trabalhadoras” não estava restrita aos comunistas. Trabalhistas e demais grupos sindicais pressionavam o governo Vargas em torno dessas duas preocupações: carestia e melhores salários. Dentro da perspectiva de aumento salarial, é importante ressaltar o contexto da segunda era Vargas (1951-1954) no que diz respeito à questão do salário mínimo. Em sua tese de doutorado, Nauber Gavski da Silva destaca que, nos anos de 1951 e 1952, os trabalhadores porto-alegrenses se dividiram em torno da questão salarial, destacando que a política salarial do governo era combatida por sindicatos mais radicais, ao mesmo tempo que a Comissão Gaúcha de Salário Mínimo respaldava os ajustes programados pelo Ministro do Trabalho, Segadas Vianna, que visavam recuperar os níveis de poder de compra de 1940.³⁰² Essas divisões também poderiam ser acompanhadas pela postura ambígua de Vargas no período, momento em que a estabilização econômica seria o central para sua ação política ao mesmo tempo em que ele não podia ignorar as reivindicações dos trabalhadores.³⁰³ Em última instância, o autor aponta que a luta dos trabalhadores por melhores salários nos primeiros anos do governo Vargas seguia esses dois repertórios: ora se dava por mecanismos institucionais que balizavam as decisões técnicas do governo, ora por meio de ações de greves e dissídios judiciais na Justiça do Trabalho. Esses dois repertórios podiam cruzar-se ou serem antagônicos conforme, claro, as posições políticas envolvidas.

Mas e quanto à luta contra a carestia? Ela possuía alguma distinção entre as linhas políticas? Durante o governo Dutra, é possível afirmar que ela seguira um caminho específico de combate às majorações de preços. Trabalhistas e comunistas, em que se

³⁰⁰ SEGATTO, José Antônio. *PCB: A questão nacional e a democracia*. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. p. 222.

³⁰¹ PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto de Agosto*. IN: *Voz operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950. p. 1-4.

³⁰² SILVA, Nauber Gavski da. *O mínimo em disputa... op. cit.* p. 266.

³⁰³ FONSECA, Pedro César Dutra. *O mito do populismo econômico de Vargas*. IN: *Revista de Economia Política*, v. 31, nº 1 (121), jan./mar. 2011, p. 56-76.

pese suas discordâncias, faziam diagnósticos semelhantes sobre o problema do custo de vida, embora suas soluções parecessem diferentes – os vereadores do PTB pressionavam os órgãos públicos para uma maior fiscalização do comércio enquanto os vereadores do PCB acabavam relacionado à carestia a questões da exploração dos trabalhadores em âmbito nacional e mundial. Seria de pressupor que com um governo estadual nas mãos do PTB, além da presidência da República, o problema da carestia pudesse ser resolvido e, quando fosse, os vereadores petebistas então dariam loas a Vargas e Dornelles. Mas não foi exatamente isso que aconteceu no primeiro ano de governo, em 1951. Como demonstrei na seção 2.1, o que é possível perceber é que partidos que até então não se colocavam politicamente sobre a situação da carestia, passaram a ocupar a tribuna da Câmara para reclamar exatamente da falta de fiscalização dos órgãos públicos, trabalho que antes era restrito aos vereadores do PTB.

Aos vereadores comunistas, que centravam fogo contra o governo Dutra, eles agora direcionavam suas armas ao governo Vargas, destacando cada vez mais o problema da carestia e procurando marcar posição afirmando, entre outras coisas, que os governos de Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles “não eram um governo dos trabalhadores” – uma consideração semelhante a que Antônio Achutti fizera, em 1948, contra os governos de Dutra e Jobim. A troca de legislatura era, em certo sentido, uma chance para que o PTB pudesse se recompor dos ataques que sofria e procurar, dentro da medida do possível, defender as medidas dos órgãos públicos que ele agora ocupava no contexto nacional e estadual.

Nesse interregno cabe destacar também o papel do PSD. Após a atribulada eleição de Ildo Meneghetti em 1951, o partido assumiu a prefeitura de Porto Alegre e assistia – e até mesmo contribuía para – as trocas de acusações contra os trabalhistas no que dizia respeito à carestia. Uma das principais lideranças peessedistas da capital era o inspetor policial do bairro Tristeza³⁰⁴, o vereador Roberto Landell de Moura. Nos primeiros anos do novo governo Vargas, Moura ocupou a tribuna do plenário da Câmara de Vereadores para criticar o governo Federal pela continuidade da carestia.³⁰⁵ Notório anticomunista, Moura destacava que a situação de pauperização das massas só contribuía para a disseminação do “credo vermelho”, responsabilizando a bancada trabalhista e seus representantes por não darem conta do problema do custo de vida.

³⁰⁴ KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: Ed. AGE, 2007. p. 34.

³⁰⁵ Livro de atas da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 5 de maio de 1952.

Cabe destacar que pronunciamentos como o de Landell de Moura podiam até ter algum efeito político de tensionamento entre PSD e PTB, mas é importante questionar se eles efetivamente procuravam solucionar o problema da carestia. Não porque não se discutisse sobre isso, mas porque não se percebia – ou não podia perceber – que, naquele momento, imbricavam-se as lutas a favor do aumento do salário mínimo e as lutas contra a alta do custo de vida. Ao falar sobre carestia e sobre a ineficiência dos órgãos públicos agora controlados pelo PTB, Moura e demais vereadores de partidos alinhados com as elites políticas e econômicas tradicionais não defendiam, dentro do plenário, o aumento dos salários. Criticavam única e exclusivamente a carestia e temiam que seus efeitos acabassem por “jogar o povo no colo dos comunistas” – mas suas respostas para a carestia não passavam pelo aumento dos salários, congelamento de preços ou qualquer outra solução que contasse com a simpatia dos trabalhadores porto-alegrenses.

Outros vereadores, por sua vez, sentiam que o problema dos órgãos públicos de fiscalização e abastecimento não era propriamente sua eficácia, mas sim a sua própria existência. O vereador do PL, o jornalista Alberto André, assim como seu colega de bancada e profissão, Manoel Braga Gastal, fazia pronunciamentos bastante duros ao que chamava de “intervencionismo estatal” no mercado de preços do país. No dia 24 de abril de 1952, o vereador veio à bancada protestar contra o excesso de intervenção econômica do Estado nos mercados, enquanto o seu colega de bancada afirmara, meses antes, que “os culpados pelo preço do feijão são [sic] as leis sociais”.³⁰⁶ Esse argumento ainda não era suficientemente popular dentro da Câmara, mas seria essencial para se consolidar uma posição em prol da liberação dos preços no mercado consumidor de Porto Alegre (algo que pretendo demonstrar na seção 2.3 deste capítulo).

Para poder responder tais acusações, outras abordagens sobre a carestia passaram a fazer parte do repertório político da época. Uma delas foi inclusive promovida por Leopoldo Machado, vereador do PTB, que ao criticar a situação atual destacava a necessidade de um ‘aumento da produção’. Em discurso proferido no dia 6 de junho de 1952, o vereador trabalhista se pronunciara sobre o problema da alta do custo de vida destacando que o seu partido havia encontrado o Brasil “num estado de calamidade” e que, portanto, o governo estaria organizando agora suas finanças.³⁰⁷ Respondendo a uma pergunta de Terézio Meireles sobre qual a solução petebista para o problema da carestia,

³⁰⁶ Livro de atas da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 28 de abril de 1952. Ver também: Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 28 de setembro de 1952. p. 470-473.

³⁰⁷ Anais da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 6 de junho de 1952. p. 196-198.

Machado afirmara que “o grande mal é a falta de produção” e, a título de exemplo, citara o mercado de ovos em Porto Alegre:

“Por fatores diversos nós tivemos este ano, nos primeiros seis meses, uma produção necessária ao consumo. E ficaram então livres os negócios, ao bom paladar dos que ofereciam e dos que necessitavam comprar. Senão vejamos: no mês passado nós protestamos pela alta do preço dos ovos. Hoje, dado já se ter melhor produção, os ovos que estão sendo vendidos na rua da Conceição a Cr\$ 9,00 e pelas perspectivas da produção tem-se quase a certeza que dentro de trinta dias que é possível que os ovos baixem para Cr\$ 5,00. [...]

Chegaríamos à conclusão de que precisamos é muita produção [sic]: precisamos, nós todos, ao invés de criticar, encontrar a solução e apresenta-la como sugestão aos Poderes Públicos, para que seja aumentada a produção, concitando-se o povo brasileiro a aumentar sua capacidade de produção, porque somente com o aumento de produção nós poderemos ter um custo de vida baixo.”

A arguição de Leopoldo Machado no plenário não ocorreu sem apartes, com vereadores do PL e PSD questionando o aumento de outros produtos, como, por exemplo, do milho, da carne e do leite. Mas ela abria duas possibilidades interpretativas para que os vereadores discutissem o problema da carestia: a lógica do aumento da produção como resposta ao custo de vida e a lógica de uma produção mais racional e voltada para o mercado interno – que posteriormente seria retomada em meio a menções sobre a importância da reforma agrária, ocorrida nas terceira e quarta legislaturas. Contudo, ao longo da sua legislatura na Câmara de Vereadores, Leopoldo Machado insistiria no argumento do aumento da produção, inclusive em 1954 recebendo sindicalistas no plenário e apresentando a eles a ideia de que a redução do custo de vida só seria possível com o “aumento da produção” em escala nacional. Essa posição permitiu que Alexandre Fortes, ao analisar a posição de Leopoldo Machado, a identificasse com o típico “argumento patronal” da época, que destacava principalmente o aumento da produtividade como solução econômica.

Fortes parece ter identificado corretamente a dinâmica do “argumento patronal” que focava exclusivamente no aumento da produção, sem dar muita ênfase nos órgãos de regulação do mercado. O industrial A. J. Renner, talvez a principal figura da industrialização porto-alegrense da primeira metade do século XX, ecoava essa mesma proposta de Leopoldo Machado. As indústrias Renner produziam seus boletins fabris nos

quais o próprio A. J. Renner escrevia alguns textos de divulgação a serem distribuídos para revendedores, colaboradores políticos, empresários e, principalmente, aos operários da empresa. Com uma linguagem que ora era rebuscada e dotada de jargões técnicos, ora mostrava-se informal e acessível, os boletins discutiam inúmeros tópicos relacionados à empresa e à situação econômica do país e do estado.

Em abril de 1952, por exemplo, num texto dedicado ao auxílio às gestantes, Renner defendia que essa perspectiva de aumento de produção não era apenas patronal, mas sim corroborada pelo próprio Vargas, que afirmar que “cada minuto que se subtrai ao trabalho da produção é prejudicial à economia de todo o país”. Para o dono das indústrias homônimas, contudo, aumentar a produção exigia que não se agravasse a situação “com novas leis” que pudessem reduzir a produtividade “e até gerar descontentamentos, pelas injustiças que possam provocar”.³⁰⁸ Defendendo assim uma política de amparo às gestantes por intermédio dos Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), o empresário gaúcho destacava que isso deveria ser feito objetivando “reduzir o custo da produção” e garantir “melhor padrão de vida”.³⁰⁹ Assim, diante de uma política que visasse aumentar a produtividade, poderia se conseguir melhorias no padrão de vida, possivelmente baixando o custo e atacando assim a carestia.

Perceber as semelhanças do argumento de Leopoldo Machado com os de Renner, nesse contexto, exige que se situe também o fato de que o industrial tinha livre acesso à imprensa e sua opinião era bastante respaldada dentre diversos círculos políticos. A concepção de Renner sobre a carestia constantemente era pautada pela questão da produção e havia, em seus textos de divulgação, uma repulsa a práticas como o tabelamento de preços e o “engessamento” dos órgãos públicos de abastecimento (o que pretendo analisar na seção 2.3 deste capítulo). A defesa da produtividade, tal como expressa no *Pequeno manual*, previa que sendo as indústrias Renner voltadas para o vestuário, uma produtividade maior garantiria “roupas e calçados baratos para os operários”.³¹⁰

Nesse sentido, é possível corroborar a afirmação de Alexandre Fortes perante a defesa de maior produtividade feita por Leopoldo Machado – embora essa aproximação

³⁰⁸ RENNEN, A. J. *Auxílio generalizado às gestantes*. IN: RENNEN, A.J. Boletim Renner. Ano 8, nº 84. Porto Alegre, abril de 1952. p. 1-4. É provável que a lei a que Renner estava se referindo fosse a lei 797 de 1951 que assegurava estabilidade da mulher no emprego em caso de gravidez.

³⁰⁹ Isso pode ser visto numa edição posterior do boletim: RENNEN, A.J. *Problemas da produção nacional*. IN: RENNEN, A.J. Boletim Renner. Ano 8, nº 86. Porto Alegre, junho de 1952. p. 1-3.

³¹⁰ *Pequeno manual... op. cit.* p. 27.

necessite de alguns comentários sobre o tabelamento de preços, tendo em vista que nesse ponto certamente o sindicalista e o representante máximo do patronato gaúcho discordariam. A bancada trabalhista ainda mantinha nos seus discursos a defesa dos órgãos públicos de fiscalização e tabelamento e exultava-se quanto uma das entidades fiscalizadoras conseguia, através de duras negociações, barrar aumentos de preços. No dia 10 de junho de 1952, Leopoldo ocupou a tribuna do plenário para congratular a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e sua força de apoio no Rio Grande do Sul, a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), por terem barrado o aumento do preço da “carne verde” pretendido pelo Instituto Sul-Riograndense de Carnes.³¹¹ O próprio Leopoldo Machado seria um ardoroso defensor do chamado “Plano Manoel Vargas” de combate à carestia, assim como toda a bancada trabalhista. O nome do plano vinha do filho de Getúlio, Manoel Sarmanho Vargas, o “Maneco”, que entrara na política regional e assumira o cargo de Secretário da Agricultura do governo de Ernesto Dornelles.

Todavia, para compreender as ações que envolviam o plano econômico previsto, é preciso analisar os distúrbios ocorridos no mês de agosto de 1952. Nesse mês a carestia parecia atingir em cheio a classe trabalhadora e a carne era razão de grandes angústias. O reajuste salarial previsto por Segadas Vianna ainda não era suficiente para recuperar a perda do poder de compra dos últimos anos e diversas entidades patronais e atravessadores se colocavam avessas às iniciativas da COAP e da COFAP em regular e tabelar o mercado de preços. No final de julho, o Instituto Sul-Riograndense de Carnes ganhou a disputa contra a COAP e conseguiu aprovar a majoração de preços da carne. A reação dos sindicatos fora imediata: no dia primeiro de agosto o vereador do PTB, Ary Sanhudo, se pronunciou no plenário sobre a “mesa redonda” promovida pela Comissão Organizadora do Congresso Sindical Gaúcho e analisou a situação da alta do custo de vida, destacando em especial as responsabilidades das classes patronais.³¹² Surpreendentemente, Terézio Meireles apoiou integralmente o orador anterior, mas aproveitou também para traçar “um quadro da realidade nacional diante da carestia de vida e a necessidade imediata da solução de problemas que afligem o povo”, convocando os vereadores a fazer uma comissão para comparecer ao comício popular que seria

³¹¹ A COAP seria a sucedânea da antiga CEAP, ela também uma comissão estadual mista com representantes do governo Estadual, do governo Federal, das associações patronais e dos sindicatos de trabalhadores.

³¹² Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 1º de agosto de 1952.

realizado nesse dia. Contudo, não parece haver referências sobre a realização desse comício na imprensa da época – talvez porque tratava-se de uma sexta-feira chuvosa na capital porto-alegrense – e ele possivelmente acabou sendo remarcado para o dia 06 de agosto à tarde, numa quarta-feira.

A situação estava suficientemente tensa também em termos de conjuntura regional. Em julho de 1952 manifestações contra a carestia em Rio Grande levaram a polícia a agir com truculência e quatro pessoas foram mortas.³¹³ Em Santa Maria, no final do mês, os próprios vereadores convocaram uma “greve branca” de boicote aos açougues e estabelecimentos comerciais que haviam repassado o preço deliberado pelos marchantes de carne ligados ao Instituto de Carnes – no que foram secundados pela categoria dos ferroviários que se organizaram e instituíram uma greve de profundas dimensões na cidade.³¹⁴ No plenário porto-alegrense, as tensões da conjuntura de carestia eram as mesmas: o aumento previsto na carne e as greves ao redor do Estado fizeram com que o primeiro orador inscrito, o vereador Manoel Braga Gastal se pronunciasse sobre a situação de Santa Maria.³¹⁵ Segundo ele, a situação dos santa-marienses servia como alerta para o povo em Porto Alegre e principalmente para o governo de Dornelles. Nas palavras de Gastal:

“A hora que passa é de gravidade excepcional. Só quem não olha para a rua não vê o descontentamento que lavra entre o povo. É preciso que alguma coisa se faça, embora imediatamente com medidas de superfície e depois de profundidade, para que a vida melhore, sob a garantia da justiça social”.

Antes que continuasse a sua fala, o vereador fora apartado pelo colega de bancada, Manoel Osório da Rosa, que informava que “precisamente às 13 horas”, ao sair de casa e tomar um ônibus em direção à Câmara, ele notara que “no fim da linha do bonde Floresta” havia “um aglomerado de povo”. Segundo ele, o que ocorrera depois foi uma “luta de

³¹³ Ver: SANSEGUNDO, Mario. *Greve operária, repressão policial e anticomunismo: apontamentos iniciais* (Rio Grande, 1949, 1950, 1952). Anais IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2008.

³¹⁴ JOBIM, André Vinícius Mossate. *Os ferroviários e o trabalhismo: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2013. p. 87-90. Sobre as “greves brancas”, é difícil saber ao certo seu impacto. Alguns autores, como Fernando Schiniman, que estudou o caso da carne em Curitiba, chegou inclusive a notar que não apenas houve um maciço boicote nos anos 1950 como também ocorreram depredações de açougues em verdadeiros motins populares. Em Porto Alegre, por sua vez, aparentemente não ocorrera nenhum distúrbio dessa magnitude. Ver: SCHINIMANN, Fernando. *A batalha da carne em Curitiba: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, PPG-História Social da UFPR, 1992. p. 83.

³¹⁵ As informações a seguir foram retiradas dos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro V, agosto de 1952. p. 145-162.

grupos”, “de povo com a polícia, armada de borracha, cacetes e pedra, adagas, enfim”. O resultado, segundo o vereador, era que a polícia estava atacando as pessoas naquilo que “não passava de um protesto, segundo os dísticos e bandeiras que portavam, contra o elevado preço da carne”.

Gastal seguiu falando da necessidade de amparar o povo na questão da carne e defendendo como justo o seu protesto. Conclamava também os demais vereadores a se conciliarem e buscarem a concórdia, além de pedir ao governador Ernesto Dornelles que abrisse as janelas e visse, “do seu Palácio da Praça da Matriz, o povo subindo a ladeira, o povo ordeiro, o povo pacífico, pedindo melhores dias, maior compensação entre o salário que recebe e as necessidades da sobrevivência”. Apesar de PL e PTB serem rivais políticos naquele contexto, isso não impediu que Geraldo Brochado da Rocha, vereador trabalhista, se manifestasse em apoio à Braga Gastal e pedindo para que a polícia não atacasse os manifestantes – no que Antônio Achutti, também do PTB, demanda que “estes piquetes de cavalaria que se acham postados devam se postar na frente das casas dos tubarões que exploram a miséria alheia”. A fala de Achutti recebeu palmas estridentes no plenário. As galerias estavam lotadas com sindicalistas e demais representantes de associações, obrigando o presidente da Câmara, Temperani Pereira (também do PTB) a se manifestar pedindo silêncio nas galerias.

O clima de cordialidade, contudo, não resistiu às primeiras trocas de acusações. Roberto Landell de Moura, do PSD, veio ao plenário acusar o governo do PTB que “não toma medidas contra os tubarões” enquanto Manoel Osório da Rosa pedia que o governo fizesse uma “relação nominal destes que são taxados como tubarões”. Brochado da Rocha respondeu dizendo que o governador “não estava de acordo com o tabelamento que ora está em vigor” e que estava tentando mudá-lo. Entretanto, logo em seguida ocorrera uma nova interferência na sessão: o vereador Manoel Braga Gastal recebera notícia de seu colega jornalista, Plínio Cabral, que lhe informara que uma multidão se concentrava na frente da Câmara. Naquele momento, a bancada trabalhista defendia a postura de Ernesto Dornelles, mas era atacada pelos vereadores da coligação da Frente Democrática.³¹⁶ E, ao mesmo tempo, os populares esperavam respostas urgentes dos vereadores.

³¹⁶ Frente Democrática é o nome da coligação que envolvia PSD-UDN-PL no Rio Grande do Sul. Iniciada em 1951, na eleição de Ildo Menegheti, essa frente fora reeditada em diversos momentos da política rio-grandense com algumas alterações de ordem partidária, mas permanecendo viva na política gaúcha até a dissolução dos partidos políticos com o Ato Institucional Nº 2, em 1965. Ver: CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 175.

O que se depreende da disputa naquele momento é que o governo Dornelles procurara baixar o preço da carne rompendo com o sistema de indenizações que existia desde o governo anterior. O sistema, segundo Leopoldo Machado, era tão lucrativo que “os estancieiros comprem carne nos açougues para levar para sua estância”, pois a “diferença entre o boi que o estancieiro vende e a indenização do Governo” permitia que o fazendeiro não tivesse praticamente nenhum gasto com o fornecimento de carne, só lhe restando então os lucros. Segundo Brochado da Rocha, era preciso romper com esse sistema porque no final das contas, a mesma carne era igualmente indenizada e, claro, os cortes de primeira qualidade, mais caros, eram então subsidiados pelo governo tanto quanto os “cortes populares”. Nas palavras do vereador, “não é justo que o rico queira comer carne indenizada pelo Estado, o sr. Renner, Chaves Barcelos e outros, comendo carne a vontade, dando grande prejuízo ao Estado e o Estado pagando a diferença para o sr. Chaves Barcelos”.³¹⁷ O petebista encerrara seu discurso da seguinte forma:

“Esta inquietação social, esta minha inquietação, também eu, após este discurso vou caminhar aí fora, quero saber como está minha segurança pessoal, não estou interessado com piquetes de brigadas.

Mas não venham aqui dentro dizer que o sr. Governador quer dar pescoço para os pobres e ‘filet’ para os ricos... Portanto, respondendo a essa série de acusações, em resumo, o sr. Governador do Estado declarou que o plano que vai lançar é o de dar carne de primeira para os pobres pelo preço de pobre e carne de primeira para os ricos pelo preço de rico, nem que o Estado tenha de construir, em Porto Alegre, uma rede de 10, 15 ou 20 açougues. E como já se tornou marchante, graças ao Governo anterior, vai se tornar agora, vendedor de carne para os pobres”.

A fala de Brochado da Rocha poderia ter sido o clímax da sessão, mas não foi bem isso que aconteceu. Sereno Chaise, seu colega de bancada, lhe secundou e fez a defesa da proposta do governo Dornelles, destacando que a “atual tabela da COFAP dá carne de pescoço ao pobre e filé ao rico pelo mesmo preço”. Porém, antes mesmo de terminar sua fala no plenário, o colega de bancada de Chaise, o jornalista e escritor Josué Guimarães, irrompera com um anúncio urgente. Segundo ele e seus colegas de bancada (Braga Gastal

³¹⁷ Vale ressaltar que em Curitiba, as greves de 1952 contra o aumento da carne chegaram a denunciar o fornecimento de carne durante a madrugada, quando carros de placas brancas faziam a distribuição do produto para consumidores especiais. Essa denúncia atingia principalmente o que se chamavam de “carnes importadas do Rio Grande do Sul”, que eram transportadas nesses veículos e eram subsidiadas em metade do seu valor pelo governo do Estado do Paraná. Em Porto Alegre, contudo, não encontrei nenhum caso semelhante. Para o caso de Curitiba, ver: SCHINIMANN, Fernando. *op. cit.* p. 219.

e Landell de Moura), que desceram para ver a situação ao redor do plenário, havia lá embaixo, na praça da prefeitura, “um aparato militar sem a menor explicação, apenas provocando a ira popular”. A descrição de Josué Guimarães dava a entender que sangue seria derramado – policiais fardados, civis, brigadianos e cavalaria, além de um contingente expressivo da Polícia de Choque, todos armados com “gases lacrimogêneos”. Josué Guimarães relata que chegou a pedir para que o Comando da Brigada Militar se retirasse e pediu encarecidamente que as “armas do choque” fossem recolhidas. Braga Gastal afirmara que a Guarda Civil também chegava àquele momento, mas afirmava que “a polícia estava à distância, vigilante, enquanto decorre a manifestação popular”. Josué Guimarães então defendera a proposta de interromper a sessão para que os vereadores fossem à manifestação para “acalmar o povo e encontrar uma solução pacífica e ordeira para o protesto que ora se verifica”.

Todo o cenário de tensão dessa sessão da Câmara de Vereadores se dá por conta da possibilidade de tumulto, coisa que Manoel Osório da Rosa já confirmara no “fim da linha do bonde Floresta”. De fato, aquela tarde de quarta-feira fora extremamente tumultuada, rompendo com a aparente tranquilidade da cidade. No bairro Passo da Areia “ocorrera um sério incidente entre manifestantes, guardas-civis e agentes policiais”.³¹⁸ Na frente da vila do IAPI, “concentrou-se um grupo de operários, com o propósito de descer para o centro da capital quando receberam ordens de dispersar-se”. As ordens possivelmente partiram dos guardas-civis e, diante das tensões, uma luta generalizada teve início, inclusive com um dos guardas hospitalizado no Pronto Socorro. Em poucos minutos após a luta, chegara um “reforço policial” que efetuara várias prisões – e, segundo o jornal *Correio do Povo*, “inclusive de alguns elementos comunistas fichados na polícia”.³¹⁹

Porém, a multidão que se encontrava na frente da Câmara não entrara em conflito com choque. O clima de tensão registrado por Josué Guimarães era secundado pelo jornal, que afirmara que “tudo ocorreu em ambiente de ordem, apesar da tensão reinante” e pontuando que “a Polícia de Choque” demorou apenas alguns minutos no local. Quando os vereadores desceram do plenário e foram até os manifestantes, Armando Temperani, presidente da Câmara e liderança do PTB, se solidarizara ao povo na sua luta contra a

³¹⁸ “Horas de inquietação viveu ontem a capital do Estado”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, quinta-feira, 7 de agosto de 1952. p. 16.

³¹⁹ Cabe ressaltar que a matéria do jornal aponta para o número de seis feridos no conflito, enquanto os manifestantes seriam nove, todos eles com escoriações.

carestia, “prometendo [...] tudo envidar, ao lado de seus companheiros, para que os manifestantes não fossem alvo de arbitrariedades policiais”.³²⁰ Ao que tudo indica, os líderes grevistas ainda ficaram uma hora no local, mas não realizaram maiores movimentações por “falta de segurança”, segundo declararam os jornalistas do *Correio do Povo*.

Os manifestantes então partiram em direção de novo alvo para suas reivindicações – o Edifício da Administração do Porto, onde se localizava a Secretaria do Interior do Estado. Lá, “soltaram foguetes e gritaram seus slogans”³²¹, até que o representante da pasta, o deputado trabalhista Egídio Michaelsen, saíra para encontrar os manifestantes. Em sua fala, Michaelsen garantia que “os portuários sabiam que ele não fazia promessas sem cumprí-las” e ofereceu duas garantias aos manifestantes. A primeira é de que os manifestantes presos no confronto no IAPI seriam soltos, mas “desde que os populares ali presentes se dispersassem”. A segunda, por sua vez, era de que ele iria integrar uma comissão que se reuniria com a direção do Instituto de Carnes para encontrar uma solução no dia seguinte. Michaelsen, no seu próprio estilo de oratória, ainda garantia que, caso não pudesse cumprir suas promessas, abandonaria o cargo que recebera do governo Dornelles.

Porém, os manifestantes não aceitaram integralmente as palavras do Secretário. Naquele momento talvez as promessas parecessem demasiadamente vazias para a urgência que procuravam representar. O orador seguinte, liderança dos manifestantes, era o ex-vereador Eloy Martins, que se pronunciara destacando exatamente a importância das demandas da classe trabalhadora contra a carestia. Após a fala de Eloy, contudo, os manifestantes foram até o Largo da Prefeitura esperar pelos manifestantes detidos no IAPI e posteriormente se dispersaram, no que a matéria do *Correio do Povo* ironicamente afirmava que havia “vencido o bom senso, tendo os populares, com seus cartazes sobre a ‘carne’, o ‘petróleo’, os ‘americanos’ e a ‘Coréia’ deixado em ordem o local”.

Seria relativamente fácil decretar que essa era uma manifestação comunista e não uma manifestação pela carestia, como se uma excluísse a outra. O Sindicato dos Portuários, por exemplo, se dizia a favor da luta contra o custo de vida, mas afirmava, em nota emitida ao *Correio do Povo*, que os únicos grevistas da categoria eram “elementos estranhos” que abusavam do nome da entidade. O próprio jornal reforçava o estereótipo

³²⁰ “Horas de inquietação...” *op. cit.* p. 10.

³²¹ Uma das claquas das fotos da matéria do jornal indicava que a maioria dos slogans eram aqueles “usados por comunistas”.

de manifestação comunista e o nome de Eloy Martins era suficientemente conhecido para que ele fosse identificado com o PCB. Na sessão da Câmara do dia seguinte, os vereadores que pareciam tão ciosos da manifestação do dia 6, agora se detinham a falar de como uma “minoría comunista” orientara os manifestantes a “atos violentos”. O vereador Alberto André, do PL, subiu no plenário para acusar a manifestação de “ganhar cores políticas, principalmente do comunismo”. Segundo ele, “procurava-se não mais a baixa do preço da carne”, mas sim falar da “‘Coréia’, ‘Estados Unidos’ e ‘Petróleo’ e outros ‘slogans’ que o Partido Comunista está espalhando pelo mundo”. Alberto André reforçava que não era anti-comunista, mas acusava a Câmara e os vereadores de irem na manifestação, pois “o lugar dos nobres vereadores é aqui no plenário, onde devem discutir aqui dentro os problemas do povo” e não indo em “comícios onde vão tratar de assuntos internacionais”.³²²

Porém, há que se considerar que tomar os comunistas como bloco homogêneo parece confiar excessivamente nos seus detratores. Uma série de manifestações, entre maio e agosto, tinham sido planejadas pelos militantes do PCB para reivindicar o preço justo da carne. Um desses slogans era exatamente “queremos carne a seis cruzeiros!” e pode-se dizer que os manifestantes estavam sendo bem sucedidos e ganhando a simpatia do povo. Em suas memórias Eloy Martins destacara que o problema do comício de agosto foram exatamente as “faixas e cartazes contra o imperialismo norte-americano, em defesa do petróleo, da paz mundial, etc.”³²³ Para Martins, o episódio teria sido um divisor de águas capaz de demonstrar abertamente a luta interna dos próprios comunistas, divididos entre “ativistas ligados ao povo” (que seria o seu grupo) e os “sectários que davam ordens absurdas e irresponsáveis”. Em última instância, para Martins o problema não eram os comunistas que estavam “ligados ao povo”, mas sim os “sectários” que estavam na direção partidária.

Mas há outro elemento que torna mais difícil a leitura de Martins sobre o tema. Alguns meses após o comício, em março de 1953, a Federação das Mulheres do Brasil realizara as chamadas “marchas da panela vazia” em diversas cidades do Brasil e Porto Alegre não fora exceção.³²⁴ Em São Paulo, a marcha ocorrera durante a famosa “greve

³²² Não cabe acreditar em todas as palavras de Alberto André sobre não ser anti-comunista, pois a continuidade do seu discurso envolveu acusações aos comunistas que “não cumprem inicialmente com os deveres elementares do cidadão, que é trabalhar para o sustento de suas famílias”. Ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro V, agosto de 1952. p. 145-162.

³²³ MARTINS, Eloy. *op. cit.* p. 98.

³²⁴ A Federação era um órgão amplamente dominado pelo PCB, mas havia entre seus meios diversas militantes que não se vinculavam ao partido. Cabe destacar que ela era considerada a “federação mãe” de

dos 300 mil” e reuniu mais de 60 mil pessoas. Em Porto Alegre, aparentemente os números foram menores, mas nem por isso inexpressivos. Julieta Battistoli teria sido a principal oradora daquele movimento na capital gaúcha, defendendo “melhores salários e melhores condições de vida” às mulheres operárias, aproveitando o momento para criticar mais um ponto de especificidade da carestia porto-alegrense que era a força do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), que elevava o preço do produto que praticamente desaparecera das feiras livres.³²⁵ Mais do que isso, a ex-vereadora seguia sua oração e conclamava as mulheres ali presentes a cerrarem fileiras na luta contra a carestia unindo-se à Federação das Mulheres do Rio Grande do Sul.³²⁶

E não só as mulheres estavam se organizando contra a carestia em torno de sua principal organização política em Porto Alegre. Um mês depois, no dia 10 abril, a Frente Intersindical organizara mais um ato contra a carestia, marcado para o Largo da Prefeitura. Cheia de dirigentes sindicais, de diferentes associações, estavam ali tecelões, padeiros, portuários, ferroviários, alfaiates, trabalhadores da termoelétrica, entre tantos outros.³²⁷ Apesar de seguir uma linha política próxima aos comunistas, o movimento reuniu também notórios trabalhistas e congregou no mesmo protesto os vereadores Leopoldo Machado e Terézio Meireles – que naquela manhã teria ido à Câmara para pronunciar-se contra o aumento do preço do açúcar no mercado da capital. A ideia de que o movimento contra a carestia se arrefecera por conta da presença comunista, portanto, não parece ser correta. Se houve, de fato, arrefecimento nesses movimentos, creio que isso pode ser explicado por dois motivos: pela mudança no cenário regional, a partir da implementação do “Plano Manoel Vargas” e pela mudança no cenário nacional, que combinara a criação das novas leis contra a economia popular com a luta pelo ajuste do salário mínimo chegando até o ministério do Trabalho, a partir da nomeação de João Goulart.

No primeiro caso, cabe responder o que foi o Plano Manoel Vargas e como ele foi uma contingência resultante do protesto de agosto de 1952. Manoel Vargas havia sido

demais federações de mulheres regionais e era filiada à Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Paris e conhecida por ser uma “entidade comunista internacional”. Para mais, ver: MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o público – movimentos de mulheres (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da USP. São Paulo, 2015. p. 32-33.

³²⁵ FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 415-416.

³²⁶ Apesar de Julieta Battistoli ter se pronunciado, na época a militante comunista não estava à frente da direção da Federação no Rio Grande do Sul. Segundo a revista *Movimento feminino*, editada pela Federação das Mulheres do Brasil, a direção gaúcha na época era composta por Odith Saldanha, Aracy Del’Arroio, Rita Brandão, Esther Milman, Sibila Gutierrez, Ambrosina Correia e Leonor Cabral. Ver: *Revista Momento feminino*. Ano VI. Nº 98, Jan-fev. de 1953. p. 10. Acervo da fundação Maurício Grabois.

³²⁷ FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 416.

eleito para vice-prefeito de Porto Alegre nas eleições de 1951, mas acabou aceitando o cargo de Secretário da Agricultura do estado na gestão de Ernesto Dornelles. Após os protestos, Manoel Vargas se comprometera a uma baixa da carne, mas não conseguira chegar ao valor desejado por conta das pressões do Instituto de Carnes. Por sua vez, os comunistas também não estavam lhe dando trégua – o jornal *Tribuna Gaúcha*, vinculado ao PCB, anunciava em seu editorial que o “fazendeiro Manoel Vargas” estava ficando sem tempo para terminar a carestia e baixar os preços dos gêneros de primeira necessidade.³²⁸ Acusado de ser “homem dos frigoríficos ianques” e “mentiroso”, Manoel Vargas era visto pelos comunistas como incapaz de resolver o problema, pois estava do lado dos “fazendeiros” e dos “tubarões”. Em troca, prometia-se que a carestia só poderia ser resolvida “unindo e organizando as mais amplas massas da população, a classe operária, os camponeses, os pequenos comerciantes, açougueiros e retalhistas, empregados e funcionários, donas de casa e professoras”.

O “plano Manoel Vargas”, contudo, seria anunciado uma semana depois. O jornal *A Noite* noticiara que o plano do Secretário da Agricultura era de “abrir grandes armazéns em vários pontos da cidade, vendendo víveres com o menor lucro”.³²⁹ Além disso, Manoel Vargas prometia a criação de um frigorífico do Instituto de Carnes que venderia a carne a 87 açougues populares na capital gaúcha, garantindo assim preços mais módicos na aquisição do produto.³³⁰ A COAP, por sua vez, anunciava a tabela de preços dos açougues populares no jornal *Correio do Povo* pelo quilo da carne conforme o corte³³¹:

Tipo de corte	Preço
Miolos	Cr\$ 2,00 (unidade)
Coalheira	Cr\$ 2,50 (unidade)
Ossos	Cr\$ 2,50
Patatas	Cr\$ 2,50 (unidade)
Rins	Cr\$ 2,50 (unidade)
Tripas	Cr\$ 2,50 (unidade)
Coração	Cr\$ 4,00 (unidade)
Fígado	Cr\$ 4,00
Mondongo	Cr\$ 4,00

³²⁸ “Mistificação para enganar o povo”. *Tribuna Gaúcha*, 8 de agosto de 1952. p. 4.

³²⁹ “Trabalhadores apoiam o Plano Manoel Vargas”. *A Noite*. 14 de agosto de 1952, p.14.

³³⁰ Instituto Sul Riograndense de Carnes. *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, ano XI, nº 128, maio de 1954, p. 34-35 e 14. O número de 87 açougues populares, contudo, não parece ter sido instalado na capital. Como demonstrarei na seção 2.4 desse capítulo, em 1960 havia pouco mais de 40 açougues populares instalados na capital.

³³¹ “Homologada pela COAP a tabela dos açougues populares”. *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1952. p. 4. Destaco ainda que no capítulo seguinte, na seção 3.2, pretendo abordar a questão da carne na dieta alimentar dos porto-alegrenses.

Carne para guisado, braço e pescoço	Cr\$ 4,50
Carne para assado (costela)	Cr\$ 6,00
Carne para fervido (ponta de dianteiro, paleta, barrigueira e rabada)	Cr\$ 6,00
Carne para <i>beef</i> , com osso (alcatre e lombo)	Cr\$ 10,00
Língua	Cr\$ 12,00 (unidade)
Carne para <i>beef</i> , sem osso (coxão, patinho, alcatre e lombo)	Cr\$ 13,00
Filet mignon	Cr\$ 24,00

Fonte: Correio do Povo, 29 de agosto de 1952.

Com preços mais baixos – e atendendo a demanda da “carne por seis cruzeiros, os açougues populares começavam a ser instalados na capital. Dessa forma, seria possível destacar que o plano instituído pelo Secretário da Agricultura pode ter ajudado a arrefecer os ânimos, ainda que não imediatamente. A linha política comunista seguiu atacando o filho de Getúlio Vargas e denunciando o que chamava de “mistificação”. Os vereadores opositores do PTB falavam da ineficácia da intervenção econômica, destacando como os “tubarões” seguiam controlando os mercados da capital e que as novas tabelas garantiriam aos pobres “somente uma carne de péssima qualidade”.³³² Mas ao menos durante os distúrbios da “panela vazia”, em março de 1953, a carne aparentemente não estava mais na ordem do dia.

É importante ressaltar que o Plano foi recebido pelo PTB e pelos sindicatos ligados aos trabalhistas com grandiloquentes elogios, tanto ao governador Ernesto Dornelles, quanto ao seu Secretário da Agricultura. Segundo o jornal *A Noite*, reverberando as notícias do *Diário de Notícias* na capital, “sindicatos dos trabalhadores de Porto Alegre e Rio Grande” tinham iniciado “um movimento de franco apoio ao plano do senhor Manoel Vargas contra a carestia de vida”. No dia 16 de agosto, “um grupo de sindicatos de trabalhadores” emitiu uma nota no *Correio do Povo*, em algo que parece uma publicidade paga na qual se lia: “Movimento Popular de Apoio ao Plano Manoel Vargas Contra a Carestia”. A nota nada mais era do que um convite para uma reunião endereçado a “líderes sindicais”, “presidentes de entidades de classe”, “trabalhadores”, “donas de casa”, assim como “todas as pessoas que desejarem apoiar a oportuna iniciativa do Sr. Manoel Vargas, propondo a criação de grandes armazéns para o fornecimento, ao povo, de gêneros de primeira necessidade e de combate à ganância dos exploradores”.³³³

Vale ressaltar que o andamento da reunião, contudo, não apareceu nos jornais da capital gaúcha, o que se pressupõe que além de demonstrar apoio ao filho de Getúlio

³³² “A tabela de preços do Instituto de Carnes nos açougues populares”. *Correio do Povo*, 17 de agosto de 1952. p. 6.

³³³ *Correio do Povo*, 16 de agosto de 1952. p. 13.

Vargas, nada mais fora discutido na reunião. É possível que, por conta do tom apologético sobre o Secretário e suas medidas, os comunistas não tenham tido interesse em se mobilizar para ir a tal encontro. Se compareceram líderes sindicais na reunião, pode-se supor que eram secundados pelos políticos do PTB na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa Estadual. Todavia, o apoio que Manoel Vargas teve dentro da sociedade civil parece difícil de mensurar. O que é possível saber, contudo, é que o ano de 1953 teve novas mobilizações, inclusive da Frente Intersindical (composta tanto por sindicalistas alinhados ao PCB quanto sindicalistas ligados ao PTB) e que se a carne fora poupada num primeiro momento, o arroz não seria. E se não fosse o arroz, seria o pão, o sabão, os ovos, o leite, os refrigerantes e até o “cafezinho”.³³⁴

Em agosto de 1953, passando um ano dos protestos e da instauração do Plano Manoel Vargas, outros eventos pareciam ter mudado a conjuntura. No final de 1952, o Secretário da Agricultura teria criado a Companhia Riograndense Reguladora de Comércio S/A (CAMPAL), que mantinha uma rede de mercados e armazéns em Porto Alegre, região metropolitana e interior. Considerada autarquia estadual, ela comprava das cooperativas de produtores e procurava revender a preços baixos para a população, fixando e fiscalizando-os, “além de coordenar o abastecimento e os estoques de gêneros de primeira necessidade nos moinhos e nos engenhos”³³⁵ – e só não fazia o mesmo com os frigoríficos e com os silos de arroz, porque essas eram funções das autarquias do IRGA e do Instituto de Carnes. As funções da CAMPAL não estavam imunes a críticas, mas sem dúvida a intervenção estatal na economia estava sendo feita.³³⁶

No mesmo ano, mas no mês de junho, um novo fato político ocorria em âmbito Federal: João Goulart assumia o Ministério do Trabalho com a tarefa de tentar acalmar as tensões sociais e resolver o problema do custo de vida por meio de uma forte política salarial. Segundo Jorge Ferreira, Goulart teria conseguido impor sua “liderança no PTB

³³⁴ A informação sobre a escassez desses gêneros pode ser vista no Livro de Atas da Câmara dos Vereadores, de setembro de 1952 até agosto de 1953.

³³⁵ DALMAZO, Renato Antônio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-1974*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 1992. p. 45.

³³⁶ O quão funcional era a CAMPAL é algo ainda a ser analisado, embora no período ela conseguisse vender mercadorias com preços a 30% até 50% mais baixos do que no comércio varejista da capital. Porém, em 1955, no governo de Ildo Meneghetti, ela fora oficialmente fechada. Segundo Juliano dos Santos Greve, analisando a história dos supermercados gaúchos, a CAMPAL teria sido precursora das primeiras redes de supermercados de Porto Alegre. Ver: GREVE, Juliano dos Santos. *Análise da concentração de mercado do setor de supermercados do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2012*. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 2013. p. 32.

e aproximar-se dos sindicatos e das esquerdas, particularmente o PCB”.³³⁷ Durante o curto tempo no Ministério, Goulart teria sido o responsável por assinar o decreto que propunha o aumento do salário mínimo em 100% e com isso teria entrado em rota de colisão com o empresariado brasileiro, sendo desligado de seu cargo em abril de 1954. Porém, entender o aumento do salário mínimo como uma dádiva de uma entidade política é um risco, no que Nauber Gavski da Silva alertara exatamente para as disputas sobre o sentido do aumento do ordenado mínimo dos trabalhadores. Enquanto os petebistas teciam loas à Vargas e Jango, os comunistas e os sindicalistas autônomos ressaltavam que aquela era uma “conquista da classe trabalhadora”.³³⁸

Porém, se os aumentos salariais poderiam ser considerados uma “conquista da classe” diante das ações institucionais do PTB no Ministério do Trabalho, é válido destacar que as medidas de Manoel Vargas aparentemente não passavam pelo mesmo critério. As intervenções estatais no mercado de preços em Porto Alegre passaram a ser criticadas e a excessiva autonomia do Instituto de Carnes incomodava até mesmo os membros da bancada do PTB, que pressionavam a COAP para barrar os aumentos de preços pretendidos pelos pecuaristas.³³⁹ Em última instância, se considerava que o problema da carestia não seria resolvido facilmente por medidas estaduais e era preciso de melhor controle no mercado de preços nacional. Em fevereiro de 1954, antes mesmo do novo Salário Mínimo ter sido aprovado e com a demissão de Jango, a Comissão Executiva Nacional do PTB enviara uma nota oficial em defesa do ministro e propondo, entre outras medidas, “o congelamento dos gêneros e utilidades e fiscalização desse congelamento através dos órgãos sindicais dos trabalhadores”.³⁴⁰ Uma nova pauta se institucionalizava na disputa pela carestia no cenário nacional – o congelamento de preços (que pretendo abordar na seção 2.3 do presente capítulo).

No contexto de Porto Alegre, a expectativa de que Vargas aprovasse o novo Salário Mínimo não arrefecia os ânimos de sindicalistas e comunistas. Em abril de 1954, inúmeras federações sindicais assinaram um manifesto a favor do congelamento de preços, que logo foi encaminhado à Câmara de Vereadores por Terézio Meireles. Em maio, logo após a aprovação do novo salário, Terézio voltara ao plenário para defender a proposta de “congelamento de preços”, destacando a formação de uma Concentração

³³⁷ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 113

³³⁸ SILVA, Nauber Gavski da. *op. cit.* p. 268-270.

³³⁹ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 17 de agosto de 1953.

³⁴⁰ *O Radical*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1954. p. 3.

Sindical Pró-Congelamento de Preços a se reunir no dia 14 de maio.³⁴¹ Com as demandas por salário tendo sido sanadas temporariamente³⁴², creio ser possível afirmar que o movimento pelo congelamento de preços foi perdendo gradualmente a sua força. Em julho o vereador Leopoldo Machado ainda fizera um pronunciamento na Câmara de Vereadores defendendo que os preços fossem congelados para atender as demandas dos operários, mas nem ele e nem Terézio Meireles trouxeram mais o assunto até o final de seus mandatos. José César Mesquita, por sua vez, ressaltava que o caráter do movimento para o sindicalismo da época tinha como objetivo central fornecer apoio político ao governo Vargas.³⁴³ Entretanto, os eventos de agosto de 1954 alteraram esse cenário profundamente.

O suicídio de Vargas abalaria as estruturas da política nacional, assim como ecoaria também no cenário político porto-alegrense. O chamado “carnaval da tristeza”, quando uma enorme parte da população urbana foi às ruas e atacou os adversários de Getúlio, teve desfechos negativos para os comunistas na capital gaúcha. A política de ataques da direção do PCB à Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles e Manoel Vargas cobrara seu preço: o jornal *Tribuna Gaúcha* fora empastelado pela massa em luto. Segundo Eloy Martins, se não fosse pela intervenção de alguns militantes comunistas, as oficinas do jornal seriam completamente destruídas.³⁴⁴

Após esses eventos, o ano de 1955 seguiria tendo inúmeros debates sobre a carestia. O aumento dos salários aparentemente viera acompanhado de um aumento de preços e seguiram-se críticas aos órgãos públicos de fiscalização e abastecimento de gêneros. As críticas, como era de se esperar, acompanhavam uma mudança de lados políticos: o PTB fora derrotado nas eleições de 1954, pois Alberto Pasqualini não conseguira se eleger ao governo do Estado, sendo derrotado pelo ex-prefeito de Porto Alegre, Ildo Menegheti. A derrota, segundo Miguel Bodea, decorrera da radicalização do PTB nos momentos posteriores à morte de Vargas e, portanto, isso teria incomodado parte do eleitorado trabalhista – especialmente no interior do Estado.³⁴⁵ Nesse meio tempo, Eloy Martins destaca que um dos efeitos da autocrítica dos comunistas no período foi que

³⁴¹ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 14 de maio de 1954. Em junho, o movimento mudaria de nome para Movimento Sindical Pró-Salário Mínimo e Congelamento de Preços.

³⁴² Nauber da Silva aponta que o poder de compra dos trabalhadores, com o novo Mínimo, atingira o seu melhor patamar, garantindo 66h de trabalho para comprar a chamada “cesta básica”. Ver: SILVA, Nauber Gavski. *op. cit.* p. 270.

³⁴³ FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 427.

³⁴⁴ MARTINS, Eloy. *op. cit.* p. 115-116.

³⁴⁵ Ver: BODEA, Miguel. *op. cit.* p. 58-63.

isso gerou uma maior aproximação com o PTB, que teria tido uma “invasão de elementos do PCB”.³⁴⁶

No novo cenário político, a presidência provisória de Café Filho e o novo governo estadual nas mãos da Frente Democrática, o PTB voltava a criticar os órgãos públicos de abastecimento, destacando os erros em medidas que, nos dizeres de Antônio Achutti, “liberavam os preços” no mercado porto-alegrense.³⁴⁷ Além disso, rumores sobre como o DEAL passaria a ser controlado por cooperativas num momento em que o Estado abandonaria a autarquia passaram a ser trazidos para o plenário, sujeito a críticas dos vereadores trabalhistas e do vereador comunista Terézio Meireles.³⁴⁸ A venda de carne também voltava a ser alvo de críticas: o novo secretário da Agricultura agora era o deputado do Partido Libertador, Orlando da Cunha Carlos³⁴⁹ – e, conseqüentemente, a bancada do PL na Câmara de Vereadores interrompera suas denúncias quanto ao problema da carne no Rio Grande do Sul, permitindo que agora o PTB voltasse a atacar o Instituto de Carnes e a Secretaria da Agricultura. Nas mudanças do contexto político-partidário, Manoel Vargas saía do governo Dornelles, mas assumia a prefeitura de Porto Alegre. Eleito como vice de Ildo Meneghetti, quando esse assumira o governo estadual, “Maneco” acabou ficando com o cargo de prefeito até o novo pleito.

As mudanças de 1955 ainda seriam complementadas por um novo pleito municipal. Uma nova bancada na Câmara de Vereadores se articulava no mesmo ano em que Juscelino Kubitschek (PSD) era eleito para a presidência da República tendo como vice João Goulart. Essa aproximação nacional entre PSD-PTB contrastava-se com um cenário estadual no qual o governo Meneghetti e a Frente Democrática tinham como antagonistas justamente o PTB, no que as figuras de líderes trabalhistas como Leonel Brizola e Fernando Ferrari passavam a ganhar cada vez mais expressão regional – especialmente após a derrota de Pasqualini em 1954. Estava em aberto o cenário político, assim como os debates sobre a carestia do período. Mas dois elementos persistiriam ainda para o final da década de 1950 formando uma tensão perante a questão do custo de vida: congelar ou liberar os preços?

³⁴⁶ MARTINS, Eloy. *op. cit.* p. 110.

³⁴⁷ Livro de Atas da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 07 de junho de 1955.

³⁴⁸ Livro de Atas da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Sessões do dia 05 de maio, 10 de junho, 15 de junho, 12 de agosto, 19 de agosto, 06 de outubro e 27 de outubro. Todas referentes ao ano de 1955.

³⁴⁹ Orlando da Cunha Carlos era natural de Cachoeira e filho de grandes produtores. A ele, assim como a Manoel Vargas, a pecha de “fazendeiro” não estava equivocada.

2.3 – Congelar ou liberar o preço do feijão – as disputas sobre a economia doméstica e a economia nacional (1956-1959)

De 1956 até os primeiros meses de 1958, na terceira legislatura da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, os debates sobre a carestia pareciam ter arrefecido. Em 1957 o tema foi discutido de forma tão esporádica que em meses como maio e novembro nenhum dos vereadores se pronunciara sobre o tema. A dinâmica incessante de debates das legislaturas anteriores sobre o custo de vida deu lugar a intervenções mais pontuais e bem menos frequentes. Um dos motivos plausíveis para essa diminuição está no fato de que o salário mínimo atingira o mais alto patamar de sua história, embora em 1959 ele começasse a entrar em declínio.³⁵⁰ O que teria mudado, então, na postura dos vereadores porto-alegrenses?

Creio ser possível fazer duas suposições para responder essa pergunta, considerando que elas não são excludentes, mas sim que elas podem ser complementares: a presença reduzida de quadros sindicais na Câmara de Vereadores e o teor dos debates políticos em torno da carestia.

Essa primeira possibilidade exige uma análise sobre a disposição do quadro de vereadores porto-alegrenses do período. Alguns dos antigos vereadores seguiam ainda no plenário, como o trabalhista Antônio Achutti, que seguia para o seu terceiro mandato na vereança e, como observado anteriormente, tratava-se de um político que intervinha com frequência no debate da carestia. Outros, porém, não estavam mais presentes no plenário: Leopoldo Machado não mais fazia parte da bancada trabalhista na Câmara, assim como Terézio Meireles, do Partido Republicano, também não mais estava na vereança.

A ausência de Terézio não quer dizer, contudo, que os comunistas não tivessem mais presença na Câmara. O major do Exército, Pedro Alvarez, atingia a vereança com um grande número de votos e não apenas estava vinculado ao PCB como engajara-se no “Movimento Militar Nacionalista” em 1955.³⁵¹ Eleito pelo Partido Republicano, era o principal representante de uma frente que incluía PR e PSB na capital gaúcha – uma frente que teria sido possível após a derrota de Juarez Távola na presidência e com a força do “movimento novembrista”.³⁵² Contudo, em 1958 Alvarez seria eleito deputado estadual

³⁵⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *op. cit.* p. 56.

³⁵¹ Ver: “Falecimento do camarada Pedro Alvarez, o Capitão do Povo”. *Central de comunicação oficial do PCB/RS*. 10 de outubro 2013. Acesso eletrônico: <http://pcbrs.blogspot.com.br/2013/10/falecimento-do-camarada-pedro-alvarez-o.html>. Visto a última vez no dia 12 de dezembro de 2015.

³⁵² O “movimento novembrista” se refere ao movimento encabeçado pelo general Henrique Teixeira Lott para garantir a posse de Juscelino Kubitschek após as eleições presidenciais de 1955. Para mais, ver:

pelo PR e quem assumiria seria o suplente do major, o sindicalista gráfico Gabriel Quintana, que em 1953 participara do Congresso da Federação Sindical Mundial na delegação gaúcha junto com Terézio Meireles. Por fim, também eleito junto com Pedro Alvarez estava Francisco Otaviano Gomes de Mello, jornalista que trabalhava no *Tribuna Gaúcha*, mas que romperia com o PCB em 1957, possivelmente aproximando-se do grupo de Agildo Barata.³⁵³ Na suplência de Francisco Mello, quem assumiria pelo PR era o vereador João Francisco Vanini, uma liderança dos padeiros, assim como era Leopoldo Machado na legislatura anterior.³⁵⁴ Vanini assumiu integralmente a vereança em 1959 e seus discursos pontuavam a questão do custo de vida e da carestia com frequência, afirmando uma relativa independência político-partidária ao criticar os governos municipal, estadual e federal, além de seus respectivos órgãos.

Dentre os trabalhistas que se ocupavam das discussões sobre o custo de vida, novos nomes despontaram na bancada do PTB na Câmara. Aloísio Filho e Manoel Correa Soares são alguns exemplos desses novos vereadores que eventualmente traziam a questão da carestia para o plenário, procurando assim ecoar opiniões políticas que teriam respaldo com as classes populares porto-alegrenses. Segundo Sereno Chaise, em seu livro de memórias, Aloísio Filho era um barbeiro bastante respeitado no Quarto Distrito, tornando-se presidente da Associação dos Gondoleiros, famoso clube recreativo dos bairros operários de Porto Alegre.³⁵⁵ Fundador também da Associação dos Amigos do Quarto Distrito, Aloísio conseguira passar em concurso para trabalhar na antiga Viação

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores e soldados do Brasil: a frente de novembro*. IN: FERREIRA, Jorge. *O imaginário... op. cit.* p. 213-275. Vale ressaltar, contudo, que a apreciação de Ferreira não discute a presença de militares comunistas nas frentes políticas da época. Para essa questão, ver: CARONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical... op. cit.* p. 281-308.

³⁵³ Informações extraídas do Relatório da Divisão de Ordem Política e Social, Delegacia de Ordem Política e Social, Gabinete do Delegado. Boletins nº 11 e 12. 30 de junho de 1957. p. 11. Acesso em meio digital disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4131&imagem=1235.

Último acesso no dia 12 de dezembro de 2015.

³⁵⁴ Vanini é uma figura ainda a ser estudada com mais detalhes. Líder do Sindicato dos Padeiros, havia sido um dos fundadores do PTB gaúcho. Não é possível saber ao certo o que fez ele sair do trabalhismo e se aproximar do Partido Republicano, mas Alexandre Fortes afirma que, na manifestação da Frente Intersindical contra a carestia, em 1953, o DOPS gaúcho identificara apenas Vanini e Leopoldo Machado como “não comunistas”. Ao assumir a legislatura como suplente do PR e mostrando-se crítico às administrações trabalhistas da época, Vanini parece ter rompido diretamente com o PTB, aproximando-se da principal legenda que abrigava os comunistas de Porto Alegre. Em 1962, contudo, Vanini lançaria campanha para deputado estadual pelo Movimento Trabalhista Renovador, dissidência política do PTB no Rio Grande do Sul ligada a Fernando Ferrari. Para mais, ver: FORTES, Alexandre. *op. cit.* p. 416. Ver também: FERREIRA, Jorge. *Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2000. p. 217.

³⁵⁵ KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: Ed. AGE, 2007. p. 39.

Férrea, assumindo assim um papel de liderança que, senão era sindical, era ao menos local dentro dos bairros operários de Porto Alegre.³⁵⁶ Já Manoel Correa Soares não tinha a mesma identificação – em 1951 ele era um engenheiro agrônomo atuante em Pelotas e cuja vinda para Porto Alegre parece estar relacionada a um investimento na carreira política. Contudo, com sua *expertise*, Correa Soares constantemente se pronunciava sobre os problemas da carestia e do abastecimento, relacionando-os muitas vezes com as questões específicas da produção agrícola. Talvez tenha sido por conta dessas manifestações inclusive que ele acabou recebendo um convite do governador eleito, Leonel Brizola, em agosto de 1959, para que assumisse a presidência do Instituto de Carnes, mas discutirei isso mais à frente nessa mesma seção.

O fato é que diante de um novo quadro político, com novos vereadores que traziam para o plenário experiências diferentes sobre a questão da carestia, abre-se uma segunda possibilidade para explicar a redução de intervenções sobre o tema no período inicial da legislatura. Aqui, destaco principalmente a condução dos debates que não discutiam apenas os problemas dos órgãos de abastecimento ou mesmo os limites da política salarial – eles agora discutiam os rumos da política econômica, cada vez mais polarizando-se em torno de uma posição fundamental: congelar os preços, ou liberá-los no mercado? O tema da carestia começava a adentrar nos discursos dos vereadores não somente como algo a ser descrito e combatido, mas sim como uma espécie de “gancho” para a defesa de um projeto de ordem político-econômica – ou de intervenção estatal, ou de liberalização. Nesse caso, alguns dos vereadores passaram a ter destaque por apresentar soluções para a carestia que passavam não pelo controle estatal sobre os preços, mas exatamente pela desregulamentação do mercado, deixando que a livre concorrência estipulasse os devidos preços.

É o caso específico do vereador Adel Braga Carvalho, da UDN. Ex-presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul, Carvalho era contador e jornalista, mas assumira as funções de empresário e tomara posse até mesmo da cadeira número 1 da Academia Riograndense de Letras.³⁵⁷ No contexto da terceira

³⁵⁶ “Centenário de Aloísio Filho motiva homenagem na Câmara”. *Coletiva.net – revista digital*. Porto Alegre, 14 de dezembro de 2012. Acesso digital no site: <http://www.coletiva.net/panorama/2012/12/centenario-de-aloisio-filho-motiva-homenagem-na-camara/>. Último acesso no dia 14 de dezembro de 2015.

³⁵⁷ “Acervo resgatará história do ex-vereador Adel Carvalho”. *Clipping da Câmara Municipal de Porto Alegre*. 17 de dezembro de 2007. Acesso digital em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/default.php?reg=5197&p_secao=56&di=2007-12-17. Último acesso no dia 14 de dezembro de 2015.

legislatura, momento em que outros vereadores já ensaiavam críticas aos “programas sociais que aumentavam o preço do feijão”, Adel Carvalho parecia ter uma leitura mais doutrinária sobre o tema da carestia. Em junho de 1956, após uma breve estiagem que atrapalhara a distribuição de leite das “vaquinhas” da DEAL, o vereador udenista subiu ao plenário com a proposta de “liberar” o comércio de leite, permitindo que os produtores se organizassem livremente conforme o mercado, o que por sua vez – segundo ele – garantiria o total abastecimento do produto.³⁵⁸ Para Carvalho, enquanto a COAP estivesse “metida no assunto, intervindo nos tabelamentos e fazendo requisições”, a crise iria perdurar. A saída, segundo o vereador, era “a fartura do produto” e para isso era preciso rumar para uma “economia de realidade” – que, em outras palavras, era a liberação dos preços dos mercados.

Não apenas o leite, mas outros produtos também entraram nos discursos de Carvalho, tais como o café, o arroz e o pão – em situações de aumento de preços ou de escassez, a resposta do vereador era sempre a mesma: a defesa da liberação do mercado, pressupondo que os interesses dos produtores garantiriam, assim, oferta dos produtos. Crítico ao tabelamento de preços e aos órgãos públicos de controle de preços, o vereador ressaltava os erros da “política financeira” da presidência da República, que na época era ocupada por Juscelino Kubitschek. O vereador udenista alegava que JK tinha afirmado a necessidade de “retornar ao regime de livre economia para salvar o Brasil”, mas a inflação seguiria ascendente enquanto os órgãos de tabelamento se mantivessem ativos.³⁵⁹ Considerava que o poder público era o principal responsável pelo aumento no custo de vida e afirmava que somente a extinção dos órgãos reguladores garantiria o abastecimento de gêneros de primeira necessidade a preços acessíveis.³⁶⁰

Vale ressaltar que as propostas em torno da liberação do mercado de preços, criticando a intervenção de órgãos reguladores, não eram propriamente uma novidade – e mais do que isso, elas estavam afinadas com um discurso patronal sobre a carestia. Já em 1947, num dos textos de divulgação do Boletim Renner, o célebre empresário A.J. Renner afirmara que estava “longe de defender” as práticas altistas e o chamado “mercado negro”, mas que considerava impossível “estabelecer um tabelamento justo, porque a

³⁵⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro IV, 7 de agosto de 1956. p. 216-217.

³⁵⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 25 de abril de 1958. p. 413.

³⁶⁰ Vale ressaltar que outra preocupação do vereador era com os gastos do município, encontrando nesse tema uma forma de opor-se ao prefeito de Porto Alegre no período, Leonel Brizola. Propondo conter os gastos públicos, Carvalho submeteu ao plenário propostas como a eliminação de tributos que “encarecem a economia”, assim como que os anais da Câmara não fossem mais publicados. Ver: Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 8 de janeiro de 1957.

produção depende de tantos fatores que não podemos controlar ou prever”. Assim, os preços seriam ajustados “pela lei da oferta e da procura que é, afinal, o que determina o valor da produção”.³⁶¹ Suas referências aos tabelamentos eram sempre negativas, questionando não só a eficiência econômica, mas também a baixa qualidade dos produtos tabelados – afinal, segundo Renner, o tabelamento resultaria no desaparecimento do “estímulo pela boa qualidade e, quando existe certa diferenciação, estimula-se a vontade de vender a segunda qualidade pela primeira, etc.”³⁶²

Em janeiro de 1952, num de seus últimos artigos no jornal *Diário de Notícias*, o empresário gaúcho demonstrava receio das ações intervencionistas do governo Vargas no “domínio econômico”.³⁶³ Seu receio decorria, segundo o autor, por conta do excessivo intervencionismo estatal, pois eram nas atividades produtivas que se encontrariam “o maior número de prejudicados”. Segundo Renner, essas leis seriam ineficazes para conter a alta de preços e “os especuladores e açambarcadores profissionais, estes encontram sempre uma maneira mais ou menos hábil de burlar a lei, de descobrir seus pontos débeis e escapar das sanções nela previstas. Isto é o que temos visto com os tabelamentos e o que no-lo demonstram a experiência”.

Apesar de ser contrário à intervenção do Estado, Renner compreendia que a carestia era um problema que atingia seus operários – o que, no linguajar do empresário, significava uma baixa na sua produtividade. Suas indústrias foram uma das primeiras a instalarem refeitórios dentro dos padrões de higiene e saneamento previstos pelo SAPS, assim como uma das primeiras a instalar uma cooperativa de consumo destinada aos trabalhadores.³⁶⁴ Tanto o refeitório como o armazém da cooperativa foram instalados em 1943-1944, durante o contexto da guerra, no qual a indústria teve um enorme crescimento de produção³⁶⁵ e seguiram sendo lembrados de forma positiva pelos operários.³⁶⁶ A

³⁶¹ RENNEN, A.J. *Liberação do comércio e da indústria – II*. IN: RENNEN, A. J. *Discursos e artigos (1931-1952)*. Org. por AXT, Gunter. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2000. p. 89-90.

³⁶² RENNEN, A. J. *Ainda os tabelamentos*. IN: *Idem*. p. 231-232.

³⁶³ RENNEN, A. J. *Intervenção do Estado no Domínio Econômico*. IN: *Ibid*. p. 285-286.

³⁶⁴ Posteriormente o SAPS começaria um grande processo de construção de “restaurantes populares” no Brasil, considerando dinâmicas de higienização e racionalização da alimentação que estavam em voga no período. Para mais, ver: RODRIGUES, Jaime. *Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais*. IN: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 15. Nº 2. São Paulo, Jul-dez de 2007. Versão digital em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-47142007000200019&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso realizado no dia 09 de dezembro de 2015.

³⁶⁵ PUREZA, Fernando Cauduro. “*Economia de guerra...*” *op. cit.* p. 123-125.

³⁶⁶ Mesmo a operária Julieta Battistoli, que constantemente se colocava contra seu patrão, reconhecia que Renner era “inteligente”, pois antecipava-se às leis sociais. Não só isso, Julieta também defendia que o refeitório da Renner era algo “bom”, não só pela qualidade, mas porque “a comida era limpa”. Ver:

cooperativa, diga-se de passagem, era motivo de orgulho de Renner – não apenas ela possuía um “armazém de gêneros alimentícios”, mas também “utensílios domésticos, fazendas e artigos de armarinho, medicamentos etc.” Esse orgulho ficava explícito no material produzido pelo próprio Renner aos seus operários, o *Pequeno Manual dos Empregados*, criado já em 1946 e que destacava as “benesses” que o industrial garantia aos seus funcionários, assim como estabelecer direitos e deveres nas indústrias.³⁶⁷

A cooperativa seria organizada, nos dizeres do texto, de forma “racional”. O seu capital advinha dos funcionários da empresa que compravam quotas-partes (em 1946, cada uma custava Cr\$ 100,00 e podiam ser pagas em prestações de Cr\$ 10,00). Além disso, para cada valor gasto na cooperativa durante um ano, os cooperativados recebiam de volta 4%. Segundo o manual, a cooperativa era “uma união de consumidores com o fim de conseguir artigos de seu gasto e uso, nas melhores condições de qualidade, preço, de peso ou outras medidas”³⁶⁸ E para ingressar na cooperativa, o trabalhador tinha de apresentar o capital, oferecer uma fotografia 3x4 e fazer a ficha dele e de sua família.

É preciso levar em conta que apesar de apresentada como iniciativa autônoma dos funcionários para enfrentar a carestia, as regras da cooperativa eram determinadas pelos próprios diretores da empresa. As compras só podiam ser feitas à vista pelos trabalhadores e, caso eles não tivessem dinheiro, a venda à crédito seria balizada pela própria empresa. Em outras palavras, se os empregados tivessem que pagar a prazo os produtos, quem comprava os produtos era a própria Renner.³⁶⁹ O crédito seria concedido, por sua vez, de acordo com a importância das quotas-partes do associado, ou por intermédio de “Cadernetas de Crédito”.³⁷⁰ Assim, a empresa garantia duas possibilidades aos seus operários caso eles não tivessem como comprar os produtos da cooperativa: 1) retirar uma parte da quota-parte, o que possivelmente garantiria que uma grande parte do capital da cooperativa fosse, de fato, propriedade da empresa³⁷¹, ou 2) abrir cadernetas específicas

CARVALHO JÚNIOR, Francisco (org.) *Adorável camarada...op. cit.* p. 35-36.. Na tese de Nauber Gavski da Silva há um impressionante gráfico feito a partir dos dados recolhidos dos Boletins Renner sobre a quantidade de almoços servidos no refeitório da fábrica. Ver SILVA, Nauber Gavski. *O mínimo em disputa... op. cit.* p. 142

³⁶⁷ As informações a seguir são retiradas do *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946.

³⁶⁸ *Idem.* p. 11.

³⁶⁹ Segundo suas memórias, Julieta Battistoli afirmava que o PCB se posicionava contra a compra de mercadorias na cooperativa de consumo da Renner. Contudo, a operária afirma que o PCB nunca teve muita abertura política para seus trabalhos de base nas indústrias Renner. Ver: CARVALHO JÚNIOR, Francisco (org.). *Adorável camarada...op. cit.* p. 14.

³⁷⁰ *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946. p. 11-12.

³⁷¹ A título de hipótese, destaco aqui também a possibilidade dos chefes de seção e gerentes também serem responsáveis por uma parte maior das quotas da cooperativa do que os operários.

nas quais não deveriam para a cooperativa, mas sim para a própria empresa. Sendo assim, o que estava em jogo era a garantia de gêneros a preços baixos para os operários, mas também há que se considerar isso como parte de um aparato disciplinar no qual a empresa poderia regular o consumo dos seus funcionários e, se fosse necessário, impor normas racionalizantes externas aos trabalhadores para que eles se adequassem a um determinado padrão de consumo.³⁷²

O vereador Adel Carvalho aparentemente não ia tão longe em defender o modelo de cooperativas de Renner como solução para a carestia. Aparentemente sua resposta era mais doutrinária e menos prática. Para Renner, o que estava em jogo não era somente uma saída para a carestia, mas também uma garantia de que os empresários poderiam controlar parte do mercado consumidor ao mesmo tempo que gestariam uma maior produtividade dentro de suas fábricas, pois garantia que os efeitos da escassez não recairiam sobre os trabalhadores ao mesmo tempo em que mais um dispositivo disciplinar fabril incidia sobre eles. Para Carvalho, a defesa do liberalismo envolvia simplesmente não conter a oferta e deixa-la ampliar-se até atender a demanda, sem qualquer mediação necessária – fossem cooperativas de crédito e consumo, fossem órgãos de fiscalização e tabelamento.

Destaca-se também que outros empresários pareciam compartilhar da importância de saídas para a carestia que não passassem pelos “tabelamentos” e pela “regulação” do mercado de preços e que reforçassem os controles dentro do “chão de fábrica” sobre o operariado. É o caso das indústrias Wallig, localizadas no Quarto Distrito e uma das mais famosas metalúrgicas de Porto Alegre no período. Em seus boletins pode-se encontrar diversas referências tais como a defesa de uma alimentação mais “racional” e a importância de comprar no armazém de abastecimento da fábrica.³⁷³ Criada no dia 27 de janeiro de 1956, segundo o boletim a loja seria bastante procurada pelos operários da empresa, que após o turno de trabalho se dirigiam à parte leste da fábrica e saíam com sacolas “repletas de gêneros alimentícios” com “qualidade”, “preço justo” e “peso exato”. Diferente do sistema da Renner, o sistema da Wallig não era propriamente de uma cooperativa, pois era a própria empresa responsável pelo capital exigido no armazém. O funcionário então fazia a requisição dos produtos que desejava por escrito, assinando seu

³⁷² Ver SILVA, Nauber Gavski. *O mínimo em disputa...* p. 111-112.

³⁷³ WALLIG, João. *Comprando no armazém de abastecimento*. IN: *Informativo das indústrias Wallig*. Ano 2, nº 19. Porto Alegre, outubro de 1956. p. 5-7. Agradeço a Nauber Gavski da Silva pelo auxílio com as referências do Informativo.

nome e designando sua função na fábrica. Por fim, colocava a lista dentro de uma sacola e iria até a loja, onde “através de uma portinhola” ele jogava a referida sacola que cairia numa caixa. A requisição era então pega e um funcionário do armazém recolhia os itens solicitados. Por fim, quando o operário pegasse novamente sua sacola, ela estaria cheia de produtos e acompanhada de uma “nota de débito”. Talvez o armazém tivesse preços inferiores aos dos armazéns, feiras e mercados da cidade, mas a ideia da nota de “débito” faz pensar num sistema em que ele era descontado dos salários dos funcionários. Em outras palavras, parece possível presumir que o total de crédito que os funcionários tinham era justamente seu salário e em casos de desvalorização do ordenado, o crédito da loja também sofria o golpe.³⁷⁴

Tanto Renner quanto Wallig estavam preconizando saídas para a carestia dos trabalhadores de suas fábricas por meio de sistemas de crédito e pelos armazéns de alimentos. O resultado, contudo, é que isso podia servir para “prender” os trabalhadores a um sistema de crédito do qual, numa conjuntura inflacionária, eles dificilmente poderiam sair sem um aumento real no salário mínimo. E, como era de se esperar, os patrões não estavam nada interessados em discutir os aumentos salariais – em especial, após o aumento conquistado em 1954, quando do Ministério de João Goulart.

Por outro lado, o movimento operário ia consolidando, dentro de suas manifestações, a importância de relacionar tanto a luta pelo reajuste salarial como pelo congelamento de preços. Desde junho de 1954 já havia um Movimento Sindical Pró Salário Mínimo e Congelamento de Preços atuante na capital e ele se congratulava por sua vitória com o reajuste salarial daquele ano. Em 1956, o vereador Pedro Alvarez tentara encampar uma campanha dentre os vereadores para conseguir que a COAP congelasse os preços dos gêneros de primeira necessidade por 90 dias. Para vereadores próximos ao PCB ou filiados ao PTB interessados nessas questões, liberar os preços era “satisfazer os tubarões”. Era preciso, por outro lado, aumentar o poder de compra real dos trabalhadores a partir de um duplo movimento: aumento do salário e congelamento de preços.

³⁷⁴ Friedrich Engels descreve, na Inglaterra do século XIX, esse tipo de prática como *truck system*, ou seja, os operários compravam produtos necessários para a sua sobrevivência diretamente dos armazéns dos patrões. O resultado, contudo, é que a tendência desse sistema é que os débitos iam se arrolando, deixando o trabalhador “preso” a um determinado empregador por conta das dívidas que ele assumia com seus armazéns. Ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008. p. 217.

Na defesa do congelamento de preços, contudo, havia dois empecilhos que poderiam travar essa medida. Eles não eram impedimentos de ordem doutrinária, mas sim prática. O primeiro era a dificuldade de controle dos gêneros. Na noite do dia 20 de novembro de 1958, o coronel Frederico Mindello, presidente da COFAP, apresentou à Juscelino Kubitschek um plano de congelamento de preços como forma de combater a carestia. Aparentemente contrariado, o coronel apresentou um plano bastante abrangente e dentro de 24 horas fora vigorada a primeira medida de congelamento de preços do governo Federal.³⁷⁵ A medida, é bem verdade, foi bem recebida pelas lideranças sindicais. Segundo João Marcelo dos Santos, no mesmo dia, durante a tarde, os líderes sindicais realizaram nova passeata da “panela vazia” pelas ruas da capital, exigindo reajuste sobre o salário mínimo regional e reivindicando medidas para conter a carestia. A ideia era fazer uma paralisação de 24 horas, mas antes disso saíra o decreto presidencial que conferia o congelamento de preços. O líder dos marítimos no Rio Grande do Sul, Francisco Mercante, teria declarado que o congelamento nada tinha de “pedante” ou “tutelar”, pois “foram os trabalhadores, foi o povo que realizou a conquista do congelamento. Manifesto-me assim, porque isto é uma concepção de classe, da classe operária que pertence”.³⁷⁶

Era de se esperar, contudo, que a medida desagradasse os defensores da liberação de preços. O Conselho Deliberativo da Associação Comercial, a qual Adel Carvalho presidira anteriormente, condenara de forma veemente o congelamento, afirmando que dos 14 artigos afetados, 9 deles eram “o esteio da economia gaúcha”.³⁷⁷ Segundo o historiador João Marcelo Pereira dos Santos, a reação do empresariado foi particularmente forte. Novos reajustes foram cobrados e, caso o governo demorasse em fazê-los, as práticas de açambarcamento, mercado negro e ágio iam às alturas.³⁷⁸ Na Câmara de Vereadores, o já mencionado Adel Carvalho subiu no plenário e proferiu um discurso cheio de sarcasmo, ironizando as manifestações populares com uma saudação: “ditoso povo o nosso, que no seu invejável otimismo, na sua cega confiança no futuro, ele crê em Juscelino e Brizola e acredita no congelamento de preços...”.³⁷⁹ Tratava-se de

³⁷⁵ “‘Lock-out’ em todo o país: congelamento de preços”. IN: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 27 de novembro de 1958. p. 8.

³⁷⁶ SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *O golpe contra os trabalhadores e a democracia*. Acervo digital da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.ftmrs.org.br/arquivos/file_5342f10e7da42.pdf. Último acesso em 26 de dezembro de 2015.

³⁷⁷ “Clamam todos por aumento face ao elevado custo de vida”. IN: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 27 de novembro de 1958. p. 3 e 10.

³⁷⁸ SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958-1963*. Dissertação de Mestrado – UNICAMP/IFCH. Campinas, 2002. p. 117.

³⁷⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro IX, 21 de novembro de 1958. p. 132-139.

um discurso carregado de uma retórica agressiva e cheia de sarcasmo, acusando o “nefasto intervencionismo” do “pai Estado” e suas medidas “vãs e dispendiosas”.

Considerada parte do anunciado Programa de Estabilização Monetária (PEM) do governo Juscelino Kubitschek, a medida foi tomada procurando estabilizar também os preços de mercadorias como carne, leite e arroz, que de fato eram parte substancial da economia rio-grandense.³⁸⁰ Possivelmente, por conta disso, a medida foi encarada com certo ceticismo por vereadores contrários à JK.

Seria de se supor que os trabalhistas e os comunistas celebraram a medida, afinal, tratava-se de uma conquista da classe trabalhadora. O problema é que a medida de congelamento rapidamente desagradou também os militantes desses partidos. Para conseguir efetivar o congelamento, a COFAP determinou preços que fossem ajustados para as realidades regionais das COAPs – e, nesse processo, os reajustes acabaram sendo maiores do que o previsto. Antônio Achutti, em manifestação na Câmara, acabou sendo didático o suficiente para explicar o problema:

Veja, sr. Presidente e srs. Vereadores, quanto sofisma, quanta mentira e quanta desgraça para o povo brasileiro. O salário mínimo foi apenas noticiado que seria concedido e que as comissões iriam estudá-lo e o congelamento terá por base os preços vigentes em outubro, quando de setembro a outubro tudo foi aumentado. Não fez novidade o sr. Presidente da República, temeroso dessa situação, ao tomar esta atitude, no preciso momento em que todo o povo brasileiro, com muita justiça, pretendia pacificamente fazer greve contra a carestia de vida. No entanto, o sr. Presidente da República deveria atentar para um fato mais perigoso que está ocorrendo, qual seja a interferência das forças militares e a interferência de pessoas que se opõem ao aumento do salário mínimo.³⁸¹

Em outras palavras, a queixa de Antônio Achutti era de que o congelamento dos preços ocorreu logo após o reajuste salarial de outubro, de tal forma que quando o salário fora aumentado, os preços foram reajustados. E foi a partir desse reajuste que fora feito o congelamento, acompanhando assim a elevação dos salários. Num memorial destinado ao major Pedro Alvarez, a Associação dos Amigos de Niterói, em Canoas, pedia para que

³⁸⁰ Para uma apreciação sobre o PEM e sua atuação no combate à inflação da época, ver: CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. *A política econômica do governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação*. Dissertação de Mestrado do PPG-Economia da UFRGS. Porto Alegre, 2007. Capítulo 2: *O significado da inflação no governo Kubitschek e o discurso*.

³⁸¹ *Idem*. p. 155.

a Câmara intercedesse contra os aumentos da carne, pois tanto nos açougues comuns quanto nos açougues populares o produto sofrera três aumentos no ano de 1958 – o último resultante justamente da medida de congelamento do governo JK.³⁸²

As reclamações não cessavam e em março de 1959 uma nova maré altista atingiria os preços dos gêneros de primeira necessidade. Em última instância, para comunistas e trabalhistas ficava evidente que o problema daquele congelamento de preços era justamente a “fraqueza” do governo Federal em reduzir drasticamente os lucros dos grandes comerciantes, como afirmara o vereador do PTB, Carlos Pessoa de Brum.

Porém, uma segunda dificuldade estava nas denúncias de corrupção que caíam sobre os órgãos fiscalizadores de preços. Embora a veracidade das denúncias ainda exija comprovação, elas certamente colocavam em dúvida o funcionamento dos organismos de controle de preços. Em 1959, o Senador Lino de Mattos do PSP de São Paulo criticou constantemente a COFAP, propondo inclusive sua extinção, denunciando a corrupção da comissão.³⁸³ Essas denúncias também não eram novidade: em 1953, uma ação da Polícia Federal havia desbaratado um esquema de repasse de veículos por funcionários da COFAP. Em 1954, um dos presidentes da entidade, o General Pantaleão da Silva Pessoa³⁸⁴ foi demitido do cargo por discordar das diretrizes do Ministério quanto ao abastecimento de gasolina e combustíveis. Na imprensa da capital Federal, a COFAP era vista como uma “máquina ineficiente”, impregnada da corrupção oriunda do governo Vargas.³⁸⁵

Em âmbito estadual, a maior crítica que havia à COAP e aos órgãos e autarquias de abastecimento regionais era de seus eventuais “favorecimentos” políticos. Eventualmente os vereadores subiam ao plenário e denunciavam escândalos de corrupção

³⁸² *Ibid.* p. 201. Há ainda um outro fator que pode ser considerado aqui pela ótica dos próprios trabalhadores autônomos e comunistas que consideraram que o congelamento de preços anunciado por JK acabou desmobilizando os trabalhadores de uma série de marchas e protestos que estavam acontecendo nas principais cidades brasileiras desde outubro. Tomás Garcia Coelho utiliza do exemplo de São Paulo para demonstrar que o congelamento demonstraria também a “fragilidade política e ideológica do movimento sindical de se colocar contra o governo”. Creio que esse é um tema ainda a ser discutido conforme certas conjunturas, mas que abre a possibilidade de ver o congelamento como uma maneira de desmobilizar os trabalhadores em sua demanda cada vez mais radical. Ver: GARCIA, Tomás Coelho. *A luta contra a “carestia de vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista*. IN: Revista Ponto de Vista – revista da IESP-UERJ. Nº 10, outubro de 2013

³⁸³ LOURENÇO NETO, Sydenham. *op. cit.* p. 6.

³⁸⁴ Lourenço Neto afirma que dos 10 presidentes que a comissão teve durante sua curta existência, 6 deles foram militares – dentro de uma concepção comum a época que acreditava que a presença de militares na chefia de órgãos públicos poderia controlar assim a instabilidade e as lutas intestinais da burocracia brasileira. Contudo, na opinião do autor, a presença dos militares não teria resolvido os problemas do órgão. *Idem.* p. 5.

³⁸⁵ “A COFAP, máquina obsoleta”. *Revista da Associação Comercial*. Ano XIX, Nº 818. Rio de Janeiro. Terça-feira, 10 de abril de 1956. p. 60-62.

que, por menor que fossem, atingiam a credibilidade dessas entidades. No dia 11 de abril de 1956, numa sessão do plenário, o vereador Alberto André (PL) subiu à tribuna para pedir um esclarecimento quanto ao fato de um dos funcionários do DEAL chamado Arno Santos ter recebido um bilhete envolto num envelope com o registro do Diretório Estadual do PTB, junto com um valor de Cr\$ 1.000,00.³⁸⁶ O bilhete, em tom jocoso, declarava que, como o Natal havia sido pobre, o “coelhinho” havia sido melhor e que supostamente visava garantir abastecimento de leite diretamente a sua residência. O bilhete supostamente estava assinado por João Pedro Agostini, presidente do diretório local dos trabalhistas em Porto Alegre. O caso aparentemente não foi levado adiante – e, ironicamente, três anos depois o jornalista Alberto André se filiaria ao PTB. Ainda assim, levantava-se suspeita sobre a idoneidade do órgão de distribuição de leite no Estado.

Um outro famigerado caso de corrupção nos dispositivos de controle de preços atuando em Porto Alegre, contudo, envolveu a Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento. Órgão criado durante a prefeitura de Leonel Brizola, em julho de 1956, ela era responsável pelo controle de feiras, mercados e abrigos na capital gaúcha.³⁸⁷ O responsável pela pasta, durante a gestão de Brizola, foi José Gomes Pinheiro Cabral, irmão do jornalista Cid Pinheiro Cabral e do presidente do Sport Club Internacional, Ephraim Pinheiro Cabral – que fora eleito vereador pelo PTB em Porto Alegre durante a terceira legislatura da Câmara.³⁸⁸ A escolha do irmão do político petebista para a pasta parece ter sido recebida sem sobressaltos entre os vereadores, mas quando chegou o ano de 1959 e uma nova campanha eleitoral para prefeitura e Câmara se avizinhava, denúncias graves começaram a surgir no plenário. No dia 21 de agosto, o vereador Célio Marques Fernandes (PSD) denunciou a ação de servidores da secretaria que estariam passando um “livro-ouro” nas bancas do Mercado Público, procurando angariar fundos para a campanha de vereador do secretário José Gomes Pinheiro Cabral.³⁸⁹ Um deles, o “sr. Saldanha”, atuava nas bancas pedindo contribuições, mas como denunciava o vereador do PSD, “infeliz daquele” que não contribuisse. Em seguida os vereadores do PTB interviram e afirmaram que o secretário nada sabia sobre o assunto. Marques Fernandes

³⁸⁶ Anais da Câmara de Vereadores. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro II, 11 de abril de 1956. p. 161-163.

³⁸⁷ PORTO ALEGRE. Prefeitura. Decreto nº 1410 de 31 de dezembro de 1957. Artigo 1º, item VIII.

³⁸⁸ Essa informação foi possível graças à genealogia digital da família Pinheiro Machado, disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.pinheimomachado.com/genealogia/descendentes/pafg07.htm>. Último acesso no dia 16 de dezembro de 2015.

³⁸⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 21 de agosto de 1959. p. 180-181.

concordara que Pinheiro Cabral era inocente e que aquilo era obra de um funcionário seu, mas declarava “não podia se calar” diante da denúncia.

No dia 29, uma semana depois, José Pinheiro Cabral fora convidado à Câmara para prestar esclarecimentos sobre o preço dos alimentos e os trabalhos da sua secretaria. Ali, o vereador peessedista aproveitou o ensejo para trazer à tona a história do “sr. Saldanha”, mas o fizera com sutileza. Quando Marques Fernandes foi ao plenário criticar algumas medidas da secretaria como a proibição dos feirantes administrarem mais de uma banca nas feiras e mercados de Porto Alegre (evitando “trustes”, assim dizia), ele destacara que o funcionário João Magalhães Saldanha teria dito para os feirantes aceitarem a mudança, alertando-os com o dito popular: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A denúncia de que o “sr. Saldanha” seria um funcionário responsável por cobrar de alguns feirantes preços mais altos e de outros preços mais baixos, demonstrando favorecimentos pessoais dentro das feiras e mercados, era o suficiente para criticar Pinheiro Cabral por não controlar o seu próprio pessoal. A construção da imagem de um funcionário autoritário e que agia às escondidas diante do secretário recebia indignada resposta de Pinheiro Cabral que afirmara que as denúncias não tinham fundamento e que o vereador teria de provar suas acusações.³⁹⁰

A reação que se seguiu foi que o insistente vereador do PSD trouxe à tona a questão do “livro-ouro”. Porém, a essa acusação, Pinheiro Cabral confirmara e inclusive levava para apreciação do plenário um caderno de capa branca, no qual constavam as doações que recebera, confirmando que o “sr. Saldanha” efetivamente tinha andado pelo Mercado Público coletando doações para campanha. Marques Fernandes afirmara que o livro-ouro utilizado por Saldanha tinha capa preta e uma sucessão de apartes se seguiu sendo interrompidos pela presidência da casa. Pinheiro Cabral afirmara que o caderno branco era seu único livro-ouro, mas o vereador peessedista se recusava a aceitar, no que foi então sucedido por outro orador para discussões sobre as feiras-livres de Porto Alegre. Na saída da Câmara, sendo interpelado por radialistas, Pinheiro Cabral chegou a declarar que Marques Fernandes “deveria estar encabulado e envergonhado” a respeito da denúncia feita. A resposta furiosa do vereador veio no dia seguinte, quando afirmou que o secretário “é que deveria estar envergonhado”, pois o livro apresentado na casa não era o livro-ouro que acusavam os feirantes, mas sim outro, “com valores menores”.³⁹¹

³⁹⁰ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 29 de agosto de 1959. p. 233.

³⁹¹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 30 de agosto de 1959. p. 266.

O clima de tensão entre ambos não parece ter sido retomado em sessões posteriores, mas fica claro que os rumores sobre eventuais fraudes da Secretaria Municipal de Abastecimento ecoavam entre os feirantes. E ainda que não se saiba sobre eles serem verdade ou mentira, tais boatos podem ser lidos a partir de sua divulgação para o vereador Marques Fernandes – que insistia que ouvira a denúncia quando estava junto o vereador do PTB, Antônio Achutti. Dessa forma, pode ser lido não apenas como reação a uma “injustiça” específica, mas talvez como reação a outras – tais como a fiscalização rígida sobre as feiras, ou o fato dos feirantes ficarem proibidos de terem mais de uma banca em seu nome. Inicialmente, os opositores do PTB congratularam a energia do órgão por suas ações fiscalizatórias, louvando os funcionários da Secretaria, como foi o caso do vereador Landell de Moura, em fevereiro de 1959. Porém, tanto Moura quanto o próprio Célio Fernandes eram delegados de polícia que entraram na carreira política pelo PSD. O fato de conhecerem as atividades policiais – e de possivelmente estabelecerem redes de contatos entre fiscais e informantes – permitia que tivessem acesso também aos bastidores da fiscalização, o que por sua vez garantiria que soubessem “em primeira mão” de alguma irregularidade. Pretendo trazer essa questão da fiscalização policial à tona no capítulo seguinte da tese, mas fica evidente que é importante olhar para os órgãos de abastecimento, tabelamento e controle de preços não somente como entidades burocráticas racionais³⁹², e sim como entidades que implicavam redes de proteção e amparo a feirantes conforme um determinado preço a pagar (um preço não necessariamente monetário, é bem verdade).

Destaca-se, nesse contexto, que as dificuldades do congelamento de preços por vezes estavam relacionadas às tensões entre poderes públicos, produtores e comerciantes. Retomando o caso específico das feiras-livres, é possível demonstrar como elas eram espaços de tensão entre poderes públicos e feirantes, isso quando não entravam também os produtores em meio às celeumas.³⁹³ Um episódio ocorrido anteriormente naquele mesmo ano ajuda a compreender as dificuldades dos representantes políticos em lidar com as políticas de tabelamento e como isso abria “brechas” para a defesa da liberação de preços entre os vereadores. Em 24 de março, a Secretaria Municipal do Abastecimento de Porto Alegre estabeleceu uma medida de tabelamento para a feira-livre noturna que

³⁹² Ver: WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial/Ed. UNB, 2004. Capítulo IX, Sociologia da Dominação. Seção II – Natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática. p. 198-233.

³⁹³ Vale ressaltar que desde 15 de setembro de 1950 Porto Alegre possuía uma legislação para regulamentar o funcionamento das feiras-livres na cidade.

existia entre o Mercado Livre e o Mercado Público, ambos situados no Centro da capital. A tabela atingia frutas, verduras e legumes e contava não apenas com a iniciativa da prefeitura, mas também com apoio do governo estadual recém empossado de Leonel Brizola³⁹⁴. Vale ressaltar que se tratava de um tabelamento atípico, pois a produção de hortifrúti não costumava ser tabelada, mas no contexto inflacionário que se encaminhava no final de 1958, a medida vinha como forma de normalizar o mercado e acabar com o que se chamava dentro do plenário de “anarquia-livre”.³⁹⁵

A título de hipótese poderia se dizer que a produção dos horticultores não era tabelada anteriormente pelo simples fato de que esses agricultores não estavam articulados em uma entidade de classe com a força que tinha um IRGA ou um Instituto de Carnes. Por isso, sua capacidade de pressionar os mercados e os governos para garantir um aumento efetivo de preços era limitada. Porém, no contexto da Porto Alegre de início de 1959, os verdureiros estavam “abusando da ganância”. Na opinião do vereador petebista, Ary Sanhudo, o mérito da Secretaria Municipal do Abastecimento – que era de seu partido – é que ela havia construído um tabelamento que reduziria em 60% o preço das mercadorias da feira e que essa medida seria “justa”, pois os horticultores tinham aumentado os seus produtos em “mais que o dobro”. Esse aumento, na visão do vereador, seria ainda mais injustificado porque os produtos vinham das chamadas “zonas rurais” de Porto Alegre, tanto de Belém Novo como de Niterói, e, portanto, não haveria um excessivo deslocamento para ser transposto para os preços.³⁹⁶ A medida foi saudada no plenário por lideranças dos diferentes partidos da Câmara, entre eles o PSD e a UDN. O encaminhamento parecia ter sido acertado.

Porém, tão logo a sessão se encerrara, a Associação dos Horticultores do Rio Grande do Sul se dirigiu à Câmara para falar com os vereadores.³⁹⁷ Alguns dos poucos representantes que se encontravam no recinto tentaram apaziguar os horticultores, mas sem resultado: eles declararam que não venderiam mais seus produtos para as feiras e mercados de Porto Alegre enquanto perdurasse o tabelamento o considerando injusto por conta dos aumentos que sofreram “os fertilizantes, os adubos, as sementes etc”. Os

³⁹⁴ O ano de 1959 permitiu que tanto a prefeitura municipal quanto o governo estadual permanecessem nas mãos do PTB. A saída de Leonel Brizola da prefeitura para o governo do Estado acabou permitindo que seu vice, Manoel Vargas – o mesmo Manoel Vargas que ocupara a Secretaria da Agricultura no governo Dornelles – ocupasse o cargo até o final do mandato, em dezembro de 1959.

³⁹⁵ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro I, 24 de março de 1959. p. 79.

³⁹⁶ *Idem*.

³⁹⁷ As informações a seguir vêm do pronunciamento do vereador Antônio Jorge Achutti. Ver: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro I, 25 de março de 1959. p. 86-87.

vereadores então tentaram encaminhar os horticultores até a prefeitura, onde palestraram com José Gomes Pinheiro Cabral, o Secretário do Abastecimento, que lhes informara que “o tabelamento era oscilante e que poderia ser alterado todos os dias, mas que por enquanto teriam que obedecer ao mesmo”. Ao se retirarem do encontro, possivelmente enfurecidos, os horticultores foram até as feiras e mercados noturnos da capital e venderam os produtos por preços exorbitantes, açambarcando mercadorias e declarando “greve”, paralisando o abastecimento de frutas, verduras e legumes na cidade. Segundo os relatos de alguns feirantes, os horticultores ainda estavam ameaçando levar suas frutas, legumes e verduras até o Palácio do Governo do Estado. A medida tomada pela prefeitura se tornara rapidamente impopular não apenas entre os agricultores, mas também entre os “verdureiros” que se somaram a essa paralisação.

Seria fácil atribuir a greve dos verdureiros como resultado de uma inapta política de controle de preços promovida pelo PTB. Contudo, creio que há uma outra possibilidade explicativa: os horticultores não estavam habituados a terem seus produtos sujeitos à tabelamento, mas a demanda por esses produtos parecia bastante significativa dentro das feiras-livres. Segundo a pesquisa de Luiz Bueno, realizada por meio do CEPE/UFRGS e analisada na seção 1.3 do capítulo anterior, havia 13 produtos entre frutas, verduras e legumes que eram avaliados em termos de consumo familiar dentre os operários porto-alegrenses. Em 1955, esses produtos compunham 16,45% dos gastos das famílias operárias com alimentação, ficando atrás apenas dos gastos com carne de gado. Em 1960, quando da pesquisa de José Carlos Grijó, elas ocupavam aproximadamente a mesma porcentagem de gastos, com cerca de 15,57% dos orçamentos com alimentação. Somada a essa presença de hortifrúti na mesa dos trabalhadores gaúchos, há também as formas de acesso, que parecem ter se alterado – em 1951, a prefeitura de Porto Alegre e a Câmara de Vereadores criaram um código de venda para ambulantes que, em última instância, teria afetado os verdureiros, no que o debate com Julieta Battistoli em agosto daquele ano parece ter sido um marco das ações municipais para regulamentar os verdureiros que trabalhavam como ambulantes. Sendo assim, o gasto com verduras se manteve estável, mas talvez a alternativa mais barata de os adquirir não estivesse mais disponível, possibilitando que as feiras-livres estabelecessem um relativo monopólio sobre a venda desses produtos.

Naquele contexto, Adel Carvalho, proponente da liberação dos preços, se regozijava – afinal, a experiência empírica lhe confirmava a doutrina, demonstrando que o tabelamento era ineficiente. Em pronunciamento no dia 30 de março, enquanto

horticultores e prefeitura ainda negociavam a possibilidade de uma nova tabela e o funcionamento dos mercados permanecia errático em Porto Alegre, o vereador da UDN afirmara que os “açambarcadores não passavam de fantasmas” e que os “intermediários” apenas repassavam o imposto de 35% para o consumidor, alegando que ambos não eram os responsáveis pelos aumentos de preços. A responsabilidade, segundo Carvalho, pairava sobre a “inflação”, o “cancro que vem corroendo a nossa economia e a nossa ordem social”, que fazia com que quando “subisse a carne” subiriam também os “salários”, assim como o “arroz”.³⁹⁸ Em tom complementar a fala de Adel Carvalho, o vereador do PSD, Marques Fernandes – que na semana anterior apoiara o tabelamento da prefeitura – passara a defender os horticultores, alegando que eles estavam sendo lesados por um tabelamento injusto. O vereador ainda questionara seus colegas, perguntando “quem é que vai querer empregar capital para fazer plantações para as hortaliças e árvores frutíferas”, já que seria mais fácil empregar esse dinheiro “em agiotagem”.³⁹⁹ As galerias da Câmara de Vereadores, lotadas de horticultores, aplaudiam entusiasticamente o vereador do PSD que mudara de posição de uma semana para outra.

O tom do debate que se formara parece relativamente simples: por um lado, udenistas, libertadores e peessedistas acusavam os petebistas de não atacarem a causa do problema e por estarem, por meio de uma política “draconiana”, atacando os pequenos produtores rurais que não eram “proveitadores”, mas sim agricultores simples e honestos. Por outro lado, os vereadores do PTB atacavam os chamados “tubarões”, ou seja, agricultores que estavam açambarcando suas mercadorias para que elas supervalorizassem nos mercados e feiras da capital. Nesse cabo de guerra entre as duas forças, os vereadores trocavam acusações: Ary Sanhudo destacara a incoerência dos vereadores do PSD e UDN, que deram total apoio ao PTB na medida de tabelamento. As respostas de Marques Fernandes (PSD) e Fernando Schneider (UDN), por sua vez, afirmavam que na época as bancadas desconheciam o problema, mas agora sabiam estar do “lado certo”. O problema, contudo, talvez tenha a ver com o que estava em jogo em termos de estrutura para os agricultores porto-alegrenses: eles eram beneficiados pelo chamado “cinturão verde”, uma organização que surgiu na década de 1950 entre a

³⁹⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro I, 30 de março de 1959. p. 91-92.

³⁹⁹ *Idem.* p. 92.

prefeitura da capital e o Ministério da Agricultura e que pretendia “suprir o mercado de Porto Alegre e no máximo que puder”.⁴⁰⁰

Os horticultores acusavam a prefeitura de não abastecer o “cinturão verde” com máquinas e sementes a preços baixos, enquanto a prefeitura se defendia alegando que investigaria o caso, mas que eles não podiam interromper o abastecimento da capital. Porém, é possível colocar dúvidas sobre a acusação dos horticultores. Naquele mesmo ano a geógrafa Carmena Nunes publicara um pequeno texto no Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul tecendo elogios ao “cinturão verde” de Porto Alegre, alegando que o cinturão supria tanto as necessidades tecnológicas (sendo abastecido com um “alto número de máquinas bastante aperfeiçoadas”, pelas quais cobrava-se apenas os combustíveis) quanto técnicas (garantindo uma equipe de apoio de três agrônomos e dez técnicos) – e isso ainda garantindo a cada agricultor 200.000 sementes gratuitamente.⁴⁰¹

O problema, contudo, é que alguns dos agricultores afirmaram ao prefeito que não tinham feito nenhuma solicitação para o “cinturão verde”, seja de máquinas, equipes técnicas ou sementes. Alguns deles teriam alegado que não confiavam na qualidade do serviço, no que o vereador udenista Adel Carvalho afirmara que tivera duas experiências frustrantes com o “cinturão” envolvendo tratores enguiçados e mudas de árvores que demoraram a ser plantadas, ficando elas todas secas. Em última instância, os horticultores estavam negociando o que consideravam um preço justo sobre aquilo que produziam, mas aparentemente estavam divididos: em parte, não confiavam nas políticas de assistência à produção e, por outro lado, faziam um uso instrumental do “cinturão verde”, utilizando-as somente em determinadas necessidades. Todavia, vale ressaltar que o objetivo desse capítulo não é discutir as políticas de assistência que o governo concebia dentro do campo da produção agrícola em Porto Alegre, mas apenas demonstrar como elas existiam naquele contexto e como serviam para a prefeitura porto-alegrense embasar sua política de tabelamento com “punhos de aço”.⁴⁰²

Entretanto, há que se perceber os efeitos dessa política nos mercados. Com os horticultores decididos a bloquear o repasse de frutas, verduras e legumes, os poucos produtos que chegavam no mercado sofriam aumentos consideráveis – o tomate, por

⁴⁰⁰ NUNES, Carmena Luz Albuquerque. *Cinturão verde em Porto Alegre*. IN: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. N°9 e 10. Porto Alegre, jan-dez. 1959. p. 115-116.

⁴⁰¹ *Idem*. p. 115-116.

⁴⁰² Na tese de Nauber Gavski da Silva o autor destaca a iniciativa dos “cinturões verdes” como iniciativa do SAPS. Parece correto especular que SAPS e Ministério da Agricultura atuavam juntos, mas os fundos investidos provavelmente eram provenientes do segundo. Para mais, ver: SILVA, Nauber Gavski. *O mínimo em disputa...op. cit.* p. 102-103.

exemplo, que era tabelado por Cr\$ 22,00 o quilo, passara a ser vendido por Cr\$ 32,00, enquanto o limão que era tabelado por Cr\$ 0,60 para o valor de Cr\$ 2,50 o quilo.⁴⁰³ Os aumentos ocorriam num clima de tensão e, por decisão da prefeitura, a Guarda Civil Municipal passara a usar um forte efetivo nas feiras-livres e mercados da capital gaúcha. Segundo afirmara Marques Fernandes, havia a possibilidade de horticultores atacarem caminhões daqueles poucos produtores que revendiam seus produtos às feiras, embora o peessedista acreditasse que isso era apenas “intriga”⁴⁰⁴. Porém, a presença da Guarda Civil não era um boato, era real e mais do que ela, o Exército também disponibilizara auxílio à prefeitura, em especial o III Exército, chefiado pelo General Osvino, que colocara viaturas à disposição da Secretaria do Abastecimento para que transportassem as frutas, legumes e verduras para as feiras e mercados em segurança.

A intervenção policial e militar no mercado aparentemente deu resultado e a Associação dos Horticultores cedeu à nova tabela, sendo que lhes fora garantida a possibilidade de um aumento mensal de até 30% nos preços das mercadorias se assim desejassem. Em última instância, chegava-se a um acordo, mas havia um paradoxo entre o acordo que garantia a permanência do tabelamento dos hortifrúteis na capital. O vereador Marques Fernandes afirmara que ao mesmo tempo em que a prefeitura defendia o tabelamento e o congelamento dos preços das hortaliças, o governo estadual defendia o reajuste do preço do arroz no mercado do Rio de Janeiro. O próprio vereador do PR, Francisco Octaviano Mello ressaltara essa incongruência nos dois governos, sendo que ambos eram do PTB. A resposta de Dilvo Araújo, deputado trabalhista, era de que o governo “pede um preço justo para o arroz, mas ninguém pode dizer que o tabelamento das verduras é injusto”.

É difícil saber ao certo o que a população porto-alegrense pensava sobre a polêmica do tabelamento nas feiras. Os próprios vereadores comunistas que se abrigavam na legenda do Partido Republicano não se pronunciaram no caso da “greve dos horticultores”. No dia posterior à ação dos guardas civis e militares, o vereador Célio Marques Fernandes anunciara sua mudança de posição (a terceira, em tão pouco tempo) e “desafiara” seus colegas vereadores a saírem com ele para os “arrabaldes, bares e armazéns” para saber a opinião do povo e, disse ele, que sabia que essa opinião seria

⁴⁰³ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro I, 31 de março de 1959. p. 105.

⁴⁰⁴ Dentre essas muitas intrigas, se afirmara também que o presidente da Associação ainda nomeara seus bois de arado pelos nomes de “Jango” e “Brizola” e por isso haveria tamanha hostilidade dos petebistas.

positiva.⁴⁰⁵ E é possível que de fato houvesse apelo à tais medidas, ainda que se leve em consideração que alguns desses verdureiros e agricultores podiam ser pequenos proprietários e, por sua vez, se considerassem atingidos pelo tabelamento.

Todavia, o que creio ser o mais interessante nessa questão é que ela demonstra como as discussões sobre congelamento *versus* liberação dos preços exigiam, em última instância, o estabelecimento de canais de diálogo com os produtores ao mesmo tempo em que se concebia que cabia ao poder público – no caso, os vereadores – interceder em nome dos consumidores. É possível afirmar que isso não era exatamente novo, mas a “greve dos horticultores” alargou essas discussões para a realidade específica porto-alegrense e, em certo sentido, ampliou o campo de decisões, ao mesmo tempo em que possibilitou que os representantes políticos visualizassem toda uma série de consequências.

É bem verdade que a partir de então abriu-se um precedente para a discussão sobre a escassez que era a intervenção militar no mercado. No dia 4 de agosto de 1959, o vereador Aldo Sirangelo afirmara na Câmara de Vereadores, reverberando uma denúncia do Secretário Municipal do Abastecimento, que o feijão estava sendo retido e que a polícia nada fazia para impedir os açambarcadores.⁴⁰⁶ O seu colega de bancada, Antônio Achutti, chegara a defender que “talvez o Exército seja [sic] o único, na situação atual, capaz de salvaguardar o interesse do consumidor”, afirmando que o povo estava “revoltado”, pois o feijão subira de preço e “talvez essa seja a explosão do barril de pólvora que há muito vínhamos anunciando”.⁴⁰⁷

O receio de “intranquilidade popular” prosseguiu e três dias depois o vereador Manoel Correa Soares (PTB) subiria ao plenário da Câmara discursando sobre a inoperância e inutilidade dos órgãos controladores de preços. Em sua arguição, Correa Soares afirmava que o problema começava na produção rural, na falta de amparo aos trabalhadores do campo e na ausência de uma Reforma Agrária.⁴⁰⁸

Segundo o vereador:

“O encarecimento, sr. Presidente, na minha opinião, reside na propriedade da terra e nas leis trabalhistas que só protegeram o trabalhador da cidade e abandonaram o trabalhador rural. O

⁴⁰⁵ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro I, 31 de março de 1959. p. 107.

⁴⁰⁶ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 4 de agosto de 1959.

⁴⁰⁷ Anais da Câmara de Vereadores. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 4 de agosto de 1959. p. 23-24.

⁴⁰⁸ O primeiro discurso de Correa Soares no plenário defendendo a Reforma Agrária como solução econômica para o Brasil ocorreu em 26 de junho de 1956. Desde então, o vereador não tratara mais do assunto.

resultado é este. Vejam bem, V. Exas. Os nossos administradores fazem casas para os funcionários públicos, fazem casas para os operários, fazem casas para o marginal, atraindo para a cidade uma população numerosa de trabalhadores rurais que deixam de ser produtores para se tornarem consumidores. O que acontece nesse momento é que o trabalhador rural, atraído pelas leis trabalhistas, pela vida que leva o homem que trabalha na cidade e explorado como é pelo dono de terras, ele migra para a cidade diminuindo assim um saco de feijão na produção e aumentando um saco de feijão no consumo.”

Essa mudança de ordem retórica acabava, por sua vez, a desacreditar os órgãos de tabelamento. Segundo Correa Soares, “a COAP pode tabelar o preço do feijão pelo preço que quiser. Mas se não há feijão, o que adianta? O que pode fazer?”⁴⁰⁹ E de fato, é curioso que viesse de um vereador do PTB tamanho descrédito perante os mecanismos de regulação de preços, tendo em vista que os vereadores trabalhistas até então eram os principais fiscalizadores sobre a ação dos órgãos responsáveis. Mas, ao mesmo tempo, era um discurso que estava em sintonia com o período: a importância dos direitos trabalhistas no campo e a Reforma Agrária, ambas como formas de solucionar não apenas o “atraso brasileiro”, e nem somente como forma de solucionar desigualdades.⁴¹⁰ O próprio Correa Soares, em outras ocasiões no plenário, rebatera os argumentos liberais de Adel Carvalho afirmando que “as classes conservadoras, até hoje, só têm defendido a não-intervenção estatal quando a sua produção está em ascensão”.⁴¹¹ Para ele, como se verifica nesse discurso específico de 1959, a solução não estava na liberação dos preços, mas sim nas transformações radicais na produção rural brasileira – ou seja, solucionando o problema da produção, solucionaria assim o problema da oferta.

Além de abrir uma nova possibilidade de leitura para a bancada petebista analisar o problema da carestia – direcionando assim seu foco para o campo e não mais para os órgãos de abastecimento – o discurso de Manoel Correa Soares talvez tenha ajudado a ganhar visibilidade na política regional rio-grandense. No dia 20 de agosto ele recebera o convite para presidir o famigerado Instituto de Carnes a pedido do então governador Leonel Brizola, renunciando à vereança no dia 21 de agosto. A partir de sua fala no plenário, formulara-se uma ideia que gradualmente se tornava um consenso: os órgãos de

⁴⁰⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, agosto de 1959. p. 36-38.

⁴¹⁰ Ver: GRZYNSZPAN, Mario. DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo...op cit.* p. 213-216.

⁴¹¹ Anais da Câmara de Vereadores. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro V, julho de 1957. p. 630.

preços não podiam mais conter a alta do custo de vida. A inflação, contudo, não era um fenômeno relacionado apenas à quantidade de moeda flutuante disponível, mas sim um problema que dependia da produção – e a saída para uma produção organizada para satisfazer as necessidades das classes populares urbanas, principais vítimas da carestia, era propor uma transformação na matriz produtiva agrícola a partir da Reforma Agrária.

Em certo sentido, o vereador petebista não estava sozinho. Em maio de 1959 o II Congresso Nacional dos Metalúrgicos, cuja delegação gaúcha era uma das mais assertivas, definiria a importância da luta pela Reforma Agrária “como um dos meios de luta contra o aumento do custo de vida”, assim como defendendo a criação de uma lei que obrigasse “as grandes empresas industriais a plantar gêneros de primeira necessidade nas terras de sua propriedade” até que viesse a Reforma Agrária.⁴¹² Nos dizeres do historiador Tomás Garcia, “Ao vincular a luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária, o movimento sindical estava assumindo no debate público mais geral uma posição em controvérsia no pensamento econômico em sentido mais estrito”.⁴¹³

A partir de então, os discursos sobre o controle dos preços e da carestia tinham de ser feitos a partir de uma perspectiva que englobasse não só os problemas específicos dos mercados, mas tinham de encadear a produção, a distribuição e o consumo. Não se tratava, contudo, da defesa do aumento da produção em sua forma mais asséptica, tal como defendido por industrialistas como Renner e Wallig – grandes empresários que agora eram ameaçados de ter que cuidar não apenas do abastecimento de gêneros com suas cooperativas de crédito e consumo, mas também eram cobrados em auxiliar na produção desses gêneros. A mudança anunciada era, por sua vez, uma defesa de uma reforma estrutural nas matrizes produtivas que pudesse englobar tanto a distribuição de mercadorias como um consumo mais equilibrado, criando assim as bases para um mercado capaz de cobrar “o preço justo”. Em outras palavras, adentrava-se em 1960 com uma discussão cada vez mais pertinente para responder o problema da carestia: a Reforma Agrária.

2.4 – “A explosão do barril de pólvora”: a tensão social e a luta política (1960-1963)

⁴¹² *O Metalúrgico*. São Paulo, maio de 1959. Sem página. Citado em: GARCIA, Tomás Coelho. *A luta contra a “carestia de vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista*. IN: Revista Ponto de Vista – revista da IESP-UERJ. Nº 10, outubro de 2013. p. 14-15.

⁴¹³ GARCIA, Tomás Coelho. *op. cit.* p. 15-16.

“Na unidade entre PCB e PTB, do ponto de vista ideológico, os trabalhistas levavam a melhor”.⁴¹⁴ Com essa frase, o militante comunista Eloy Martins anunciava que a aproximação entre comunistas e trabalhistas nacionalmente enfraqueceria o PCB, deixando o partido mais aberto para “oportunistas”. Em suas memórias, contudo, Eloy destacava a principal figura de oportunista político que conhecera durante sua militância, o metalúrgico José César de Mesquita. Porém, em 1960 Mesquita seria finalmente eleito para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, embora estivesse afiliado à legenda dos trabalhistas.

Apesar das críticas de Eloy Martins, há que se reconhecer que Mesquita foi uma figura importantíssima da militância sindical em Porto Alegre. Se em 1947 ele se afastara do PCB, sua ruptura com o partido nunca fora total. Organizara o Sindicato dos Metalúrgicos desde 1950 e livrara a entidade da burocracia oficialista, o que também não lhe angariava simpatias de líderes trabalhistas tradicionais, como José Vecchio.⁴¹⁵ Ainda assim, encontrou espaço para eleger-se em 1960 pelo PTB, numa posição em que ocupou não apenas a cadeira no plenário, mas também a liderança da bancada e a presidência da casa.

Todavia, o panorama político da nova legislatura era bastante diferente da primeira legislatura que Mesquita fez parte, em 1947. Em âmbito nacional, três presidentes e algumas crises institucionais gerariam alternância de poder e instabilidade o suficiente para confundir as análises de conjuntura da época. Juscelino Kubitschek governaria até 1960, no que Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, fora eleito por uma coligação conservadora ligada ao Partido Democrata Cristão (PDC) e a UDN. Em agosto de 1961, contudo, Jânio renunciou e quem assumiu a presidência foi João Goulart, do PTB. Parte das Forças Armadas e setores da oposição se movimentaram para impedir a posse de Jango, o que ocasionou uma forte reação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e de militares do III Exército em defesa da “legalidade” da posse de Jango. A solução de compromisso adotada entre membros do Congresso e do Senado foi aceitar a posse do então vice-presidente, mas submetendo-a a um novo regime parlamentarista, no qual o primeiro-ministro Tancredo Neves (PSD) teria amplos poderes. Porém, em janeiro de 1963 fora organizado um plebiscito para referendar o parlamentarismo, no que a opção ‘presidencialista’ venceu por ampla maioria de votos. Todas essas crises de

⁴¹⁴ MARTINS, Eloy. *op. cit.* p. 110-111.

⁴¹⁵ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...*p. 357-359.

ordem política anunciavam mudanças também nos cenários locais e Porto Alegre não era diferente.

Em 1960, a nova composição da Câmara de Vereadores era acompanhada de nova prefeitura. Era eleito José Loureiro da Silva, antigo quadro trabalhista e que era ex-prefeito da capital gaúcha na época do Estado Novo (1937-1943). Diante da eleição de Leonel Brizola ao governo do Estado em 1958, Loureiro sentiu que era o momento de alçar voos distantes do PTB que ajudara a fundar.⁴¹⁶ Nas eleições de 1959 para a prefeitura, o ex-prefeito acabou filiando-se ao Partido Democrata Cristão, garantindo a vitória na prefeitura enquanto na vice-prefeitura, o radialista Manoel Braga Gastal (PL) rompera com a Frente Democrática. No governo do Estado, por sua vez, Brizola seguiria sendo o nome forte dos trabalhistas, em especial após a cisão do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), liderado por Fernando Ferrari, que fora expulso do partido em 1961.⁴¹⁷ Porém, nas eleições de 1962, o “racha” trabalhista custara caro – Egídio Michaelson do PTB e o próprio Fernando Ferrari pelo MTR foram derrotados por Ildo Meneghetti, que retomaria o governo do Estado de 1963 até 1966.⁴¹⁸

Do ponto de vista dos trabalhadores, o cenário de 1960 podia ser descrito como agridoce: embora o poder de compra do salário mínimo entrasse em declínio rapidamente, as organizações de classe aumentavam seus esforços para ampliar a sindicalização e criar instrumentos cada vez mais fortes de luta. Nesse mesmo ano havia sido realizado o III Congresso Nacional Sindical, cuja principal tese vitoriosa foi justamente de uma aliança entre PTB e PCB. No que dizia respeito à carestia, a defesa da Reforma Agrária permanecia como bandeira legada da conjuntura de 1959:

“Manifestamo-nos também pela modificação da atual estrutura econômica e social existente no campo brasileiro e lutamos por: uma reforma agrária que liquide os latifúndios e dê terra aos que trabalham; pela extensão dos direitos consignados na CLT aos trabalhadores do campo, **pela defesa da pecuária nacional e dos consumidores do mercado de carne, e somos contra a carestia de vida e contra os sonegadores dos alimentos necessários à alimentação do povo**; somos pelo rápido reconhecimento das associações dos assalariados agrícolas

⁴¹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder – o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 118.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 126-127.

⁴¹⁸ Cabe salientar que no contexto de 1960, Ferrari apoiara a saída de Loureiro da Silva do PTB, imaginando assim que o PDC serviria como porta de entrada para o seu movimento trabalhista.

e dos camponeses; lutaremos contra o projeto de diretrizes e bases e pela defesa e ampliação da Escola Pública.”⁴¹⁹

A união entre comunistas e trabalhistas, é claro, não ocorria sem percalços. Se no campo sindical ela seguia forte – e, segundo os dizeres de Eloy Martins, ameaçava a política revolucionária do PCB – no campo institucional a situação não parecia sofrer grandes modificações, ao menos em Porto Alegre. Na nova vereança, os comunistas seguiram ocupando os espaços do Partido Republicano, elegendo para a quarta legislatura da Câmara o militante Alberto Schroeter, comerciário e sindicalista.⁴²⁰ Na época com 35 anos de idade, Schroeter foi uma das vozes mais presentes na época, interpelando os poderes públicos sobre a inflação e o custo de vida e ressaltando a importância das lutas dos trabalhadores no período – não apenas em Porto Alegre, mas também no Rio Grande do Sul inteiro. Na sua suplência, quem assumiria o cargo era o sindicalista eletricitista Jorge Alberto Campezzatto, que desde 1956 assumira a liderança do Sindicato dos Eletricistas rompendo com a linha oficialista anterior. Campezzatto também tivera um papel de extrema importância no ano de 1959 enquanto liderança sindical na luta pela encampação da CEERGS.⁴²¹

O colega de bancada de Schroeter, por sua vez, era ninguém menos do que o médico Marino dos Santos, o vereador mais votado de Porto Alegre em 1947 e notório comunista. Marino repetia o recorde de 1947 e novamente se elegera com o maior número de votos do pleito. Se durante a primeira legislatura ele e Mesquita protagonizaram debates que descambaram em denúncias ideológicas, na quarta legislatura ambos estavam com posturas mais cordatas, aproximando-se em suas lutas. O PR conseguiu manter a média de dois vereadores eleitos, mas Mesquita afirmava uma linha relativamente independente ao seu partido, em especial em questões que diziam respeito às lutas da classe trabalhadora.⁴²² Em última instância, os sindicalistas mantinham sua força dentro da Câmara de Porto Alegre.

⁴¹⁹ “Trabalhadores conquistaram no III Congresso uma vitória histórica”. IN: *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 19 a 25 de agosto de 1960. p. 2. Grifos meus.

⁴²⁰ MARÇAL, João Batista. MARTINS, Marisângela. *Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 126.

⁴²¹ SANTOS, João Marcelo Pereira. *Eletricistas: toda energia é pouca*. IN: I Jornada Nacional de História do Trabalho. Acervo digital do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura-UFSC. Florianópolis, 2002. Endereço eletrônico: <http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>. Último acesso em 29 de dezembro de 2015.

⁴²² Gustavo Coelho destaca, no contexto de Porto Alegre, que a greve dos municípios em 1963 gerou divisões entre o PTB. César Mesquita, por exemplo, defendeu os municípios em suas reivindicações, enquanto outros petebistas como Revoredo Ribeiro criticaram a ação grevista como “extemporânea e inoportuna”. Ver: COELHO, Gustavo. *Entre a representação e a participação, entre o clientelismo e a*

Somados a eles, outros vereadores trabalhistas seguiam incansáveis na luta contra a carestia e pela maior fiscalização dos mercados da capital gaúcha. É o caso de Antônio Achutti, que não fora reeleito, mas conseguiu manter-se no plenário assumindo a primeira suplência do PTB, substituindo o vereador Alberto André – que migrara do PL para o PTB em 1959. Junto a ele, Aloísio Filho permanecia com seu assento na Câmara, representando o Quarto Distrito. Destaca-se também que outros nomes começaram a se destacar entre os trabalhistas, como o caso de João Lúcio Marques, coronel reformado da Brigada Militar⁴²³ e responsável por uma série de críticas ao aumento de custo de vida, direcionando-as em especial ao governo de Jânio Quadros, nos primeiros meses de 1961.

Aos opositores dessa aproximação entre trabalhistas e comunistas, permaneciam ainda alguns fortes nomes, como o de Célio Marques Fernandes (PSD) e Manoel Osório da Rosa (PL). Mas em termos de oposição, a Frente Democrática sofrera modificações. O PL agora juntava-se ao PDC no pleito municipal e ambos teriam conseguido a façanha de eleger cinco vereadores no plenário, enquanto a Frente Democrática tinha seis.⁴²⁴ O vereador Adel Carvalho, voz favorável à liberação dos preços, não conseguira se eleger, mas a UDN conseguiu eleger um vereador bastante inusitado em suas fileiras: Larry Pinto Faria, jogador do Sport Club Internacional e admirador de Carlos Lacerda.⁴²⁵ Em certo sentido, PL-PDC e PSD-UDN-PSP formaram um bloco de oposição aos trabalhistas e negociavam apoios nas conjunturas estaduais e municipais conforme seus interesses. Em suma, essas duas coligações procuravam manter o foco de suas críticas sobre a ineficiência dos órgãos de tabelamento de preços, criticando também o congelamento de preços e, é claro, evitando tocar no tema tão perigoso da Reforma Agrária, que se avizinhara no ano de 1959.

Convém destacar também que nesse período, um dos tópicos que passou a fazer parte da luta contra a carestia foi a entrada de novos produtos nos mercados e feiras porto-alegrenses como forma de combater a alta do custo de vida. Tratavam-se de alternativas

autonomia: associações de bairro e política municipal em Porto Alegre (1962-1968). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPG-História UFRGS, 2009. p. 54.

⁴²³ KLÖCKNER, Luciano. *op. cit.* p. 32. Um pequeno problema de nomenclatura aparece aqui. Em suas memórias, Sereno Chaise chama o vereador de José Lúcio Marques, enquanto os anais da Câmara de Vereadores registravam o nome como João Lúcio Marques. Como o nome se repete mais de uma vez nos anais, optou-se pela denominação dada nos anais.

⁴²⁴ Por conta da saída do PL, a Frente Democrática se transformara na capital, abrindo espaço para a entrada do PSP, o mesmo partido que em 1947 serviu de abrigo para as candidaturas de comunistas.

⁴²⁵ Essa informação foi retirada da entrevista de Larry Faria para Luís Eduardo Gomes e Mariana Costa no site 'reporteresportivo.com'. Ver: *Um papo com Larry*. Outubro de 2007. Acesso digital em: <https://reporteresportivo.wordpress.com/atletas-do-passado/um-papo-com-larry/>. Último acesso no dia 27 de dezembro de 2015.

baseadas em inovações técnicas, pressupondo que elas seriam capazes de superar a demanda crescente por mercadorias. Em fevereiro de 1960, o médico e vereador petebista, Valério Malinsky realizara um longo discurso no plenário defendendo a entrada da proteína de soja nos mercados da capital por conta de seu alto valor dietético.⁴²⁶ Aparentemente o discurso fora perdido em meio a outras problemáticas, mas em julho daquele mesmo ano, o jornalista e vereador do Partido Libertador, Say Marques, criticou o governo de Leonel Brizola por permitir que o DEAL aumentasse mais uma vez o preço do leite. Lamentando que o Rio Grande do Sul possuía o “terceiro maior rebanho do país” e que mesmo assim era obrigado a comprar laticínios de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, Marques advertia para os problemas da baixa produção do leite, chegando a pedir a renúncia do governador Leonel Brizola.⁴²⁷

A crise do leite, segundo os trabalhistas, decorria do alto preço da forragem, mas isso não interessava diretamente o vereador do PL. Num demorado discurso que exigiu até mesmo que o presidente lhe tomasse a palavra por ter estourado o tempo, Marques propôs uma iniciativa bastante inusitada enquanto paliativo: a instalação, no Mercado Público, de um aparelho que produzisse leite de soja. O vereador insistiu nas vantagens nutritivas da bebida e chegou a sugerir, para a prefeitura, que fizesse propaganda do leite de soja como sucedâneo do leite comum com o slogan “faça leite de soja em casa”. O quão bem-sucedida foi a campanha é difícil verificar, mas se pressupõe que a necessidade de propaganda se dava exatamente pelo desinteresse (ou mesmo desconfiança) da população sobre o produto. Da parte da DEAL, a solução encontrada foi mais simples – e nem por isso menos complicada: foram criados dois tipos de leite, sendo um inferior (com menos nata e preço menor) e outro superior (com mais nata e preço maior).

A solução do Departamento não teve respaldo nem mesmo dentre a bancada trabalhista. Ainda que se considere a sua relativa posição de autonomia, José César Mesquita subiu ao plenário no dia 28 de julho para reclamar da decisão do Departamento de Abastecimento de Leite. O vereador fez questão de frisar que o déficit de leite atingiu justamente a população mais pobre da capital, que segundo ele configurava mais de 80% dos clientes do entreposto estadual. Os mais pobres então eram obrigados a vir para o centro da cidade para buscar o leite e isso, por si só, teria sido mais responsável pelo aumento do preço do leite do que o aumento nos preços das forragens.⁴²⁸ Assim, o clima

⁴²⁶ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 8 de fevereiro de 1960.

⁴²⁷ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, julho de 1960. p. 209-211.

⁴²⁸ *Idem.* p. 271-272.

de majoração seria complementado pela criação de dois tipos de leite, no qual aquele mais popular “servia para tomar banho, misturar com corantes para pintar paredes, ou até desengraxate”. Mas para alimentação, argumentara Mesquita, ele não servia.

O problema do leite, como tantos outros, mostrava-se sazonal – mas em tempos de alto custo de vida, a fome exigia saídas imediatas e urgentes. Além disso, como Mesquita afirmava, esse era um assunto que era dele, e que “perante a classe operária” e, portanto, ele tinha de se manifestar. O tom combativo de seu discurso incluía até mesmo pedir que o governador do Estado desse “um puchão [sic] de orelha” no Diretor da DEAL, Júlio Bunelli. Porém, mais do que o tom anedótico, Mesquita frisava que “o movimento sindical de Porto Alegre em absoluto se conforma com este aumento do preço do leite. Não aceitaremos mais nenhum aumento. Não cairemos em armadilhas” – afirmava o líder sindicalista no plenário. A crise do leite aparentemente foi sanada, mas o abastecimento do produto permaneceu errático ao longo do ano de 1960.

Todavia, esse não foi o único caso mais inusitado que ocorrera no abastecimento de Porto Alegre naquele ano. Em agosto de 1960, diante de um anunciado aumento do preço da carne, a Secretaria Municipal de Abastecimento estabeleceu um convênio com uma firma japonesa chamada Pescados Oceania do Brasil Ltda. que explorava o comércio da carne de baleia.⁴²⁹ Surpreendentemente a entrada da empresa no mercado porto-alegrense fora bastante exitosa, recebendo elogios de vereadores da oposição e da situação. O vereador do PTB, Antônio Giúdice, fora o primeiro a levantar o assunto no plenário e afirmou que não sentira qualquer diferença entre o filé mignon e o filé de baleia tendo provado das duas carnes numa reunião promovida pela prefeitura na qual diversos representantes estavam presentes e se deliciaram com iguarias como filé de baleia na grelha e filé de baleia no espeto. O entusiasmo do vereador era tanto que ele chegou a decretar que “o problema da carne estava solucionado”. Manoel Correa Soares, que na época mantinha-se como presidente do Instituto de Carnes, era um grande entusiasta da ideia que, segundo ele, quebraria a força dos “tubarões da carne” que residiam no Rio Grande do Sul. De fato, segundo o também petebista Lúcio Marques, o Instituto de Carnes chegou a oferecer à firma japonesa o abastecimento dos açougues populares na capital gaúcha, tendo como objetivo assegurar-lhes o consumo da carne de baleia até mesmo entre as populações mais pobres.⁴³⁰ Contudo, Marques ressaltava que “seus brios de nacionalista” se sentiam constrangidos de depender da atividade de japoneses para

⁴²⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VII, agosto de 1960. p. 119.

⁴³⁰ *Idem.* p. 121.

abastecer o Brasil, ainda mais um país rico em peixes tais como o peixe-boi, que segundo ele poderia solucionar o problema da carne.

Para Marques Fernandes, o triunfo da carne de baleia era ainda maior, pois supostamente a população aceitara a entrada da carne do mamífero marinho sem maiores percalços – tal como ocorria na Europa.⁴³¹ Mais do que isso, a firma japonesa garantia trazer para Porto Alegre quarenta toneladas de carne de baleia mensalmente e, aparentemente, durante dez dias esse abastecimento ocorreu sem maiores incidentes. O problema, contudo, ocorreu dez dias depois do anúncio da Secretaria do Abastecimento. Como a baleia é um mamífero, ela supostamente estava isenta dos tributos cobrados pelo peixe na capital. O Instituto de Carnes logo percebera que quarenta toneladas de carne adentravam nos mercados porto-alegrenses sem serem tributados, o que configuraria aí uma concorrência desleal aos matadouros e açougues da capital gaúcha. Apesar de Manoel Correa Soares ter se mostrado favorável à entrada da carne de baleia, aparentemente ele não conseguira manobrar os interesses dos grandes produtores e marchantes que recorriam ao Instituto. No final do mês de agosto, alguns vereadores do PTB, entre eles Lúcio Marques, chegaram a recomendar que a indústria da pesca, pescadores e navios pesqueiros fossem isentos de impostos, mas aparentemente os esforços foram em vão e o mês em que as baleias adentraram em Porto Alegre se foi sem causar maiores tumultos no mercado consumidor da capital.⁴³²

Mas e quanto aos trabalhadores? Ao que tudo indica, ainda que não emitissem algum juízo de valor negativo (e tampouco positivo) sobre a carne de baleia, as associações de classe não estavam dispostas a negociar questões de âmbito maior. No dia 6 de julho de 1960, antes mesmo das questões do leite de soja e da carne de baleia entrarem nas pautas da Câmara, os trabalhadores de diferentes categorias em todas as partes do Rio Grande do Sul fizeram uma paralisação para protestar contra a carestia. Conhecida como “greve anti-fome”, ela passou a agregar diversas pautas, mas a mais relevante delas sem dúvida era a questão do custo de vida. O comando de greve escolhido

⁴³¹ De fato, aparentemente o consumo de carne de baleia na Europa se tornara frequente nos anos da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que a demanda tanto da carne como do óleo aumentara consideravelmente no período. Curiosamente, somente em 1946 começam a surgir os tratados internacionais contra a pesca de baleias. Para mais, ver: OSLUND, Karen. *Protecting fat mammals or carnivorous humans? Towards an environmental History of whales*. IN: *Historical Social Research*. Vol. 29, nº 3. The frontiers of environmental History. Leibnitz Institute for the Social Sciences, Center for Historical Research. Munique, 2004.

⁴³² Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 30 de agosto de 1960. Sidney Mintz ressalta que é mais comum adicionar novas comidas numa dieta do que esquecer as mais familiares. Em certo sentido, é de se esperar que um mês de carne de baleia não fosse suficiente para esquecer anos de consumo de carne de gado. Ver: MINTZ, Sidney. *Tasting food...op. cit.* p. 24.

para organizar as comissões dentro das fábricas e locais de trabalho era formado por José Cézar de Mesquita e Jorge Campezatto (sindicalistas e vereadores), além de Dalimar Severo (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil) e Álvaro Ayala (presidente do Comando Sindical de Porto Alegre). Apesar do apoio à greve, contudo, o prefeito José Loureiro afirmava que “talvez o processo adotado” não fosse profícuo para os objetivos dos trabalhadores, enquanto o Centro de Indústrias de Porto Alegre, órgão patronal, salientava que as fábricas da capital estariam abertas “a todos os operários que desejarem trabalhar”.⁴³³ O jornal *Correio do Povo*, por sua vez, chegou a afirmar que “só por maciça ignorância” os operários não percebiam que o problema do custo de vida estava ligado ao “processo inflacionário a que vem sendo submetido o País, de forma exacerbada, pelo atual e pelos anteriores governos”.⁴³⁴

Na nota oficial do Comando de Greve, lida no plenário no dia seguinte por José Cézar de Mesquita, mostrava-se um documento construído em conjunto entre os sindicatos gaúchos que se caracterizava tanto por defender as lutas pregressas como as conquistas atuais daqueles trabalhadores e trabalhadoras. Assinado pela Comissão Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, pelo Comando Sindical de Porto Alegre, pela Intersindical dos Segurados da CAPFESP, pelo Conselho Consultivo dos Industriários, pela Orla Marítima, pelo Sindicato dos Estabelecimentos Bancários e pelo Sindicato dos Empregados do Comércio, a carta entregue no final da paralisação afirmava o seguinte⁴³⁵:

“O Comando Geral da Greve, levando à prática as históricas decisões adotadas pelas entidades sindicais reunidas em Santa Maria, dirige-se aos trabalhadores e ao povo de todo o Rio Grande, após vencidas as 24 horas durante as quais, por sua vontade, paralisaram todas as atividades no nosso Estado, em movimento de protesto amplamente vitorioso.

Assinalamos que a profundidade do movimento e a efetiva participação popular impediram, em Porto Alegre, o aumento das tarifas dos transportes municipais. Assinalamos o pronunciamento do sr. Governador do Estado, propondo-se a manter em sua estrutura atual, o Instituto Sul-Riograndense de Carnes, o DEAL e a Comissão Estadual de Energia Elétrica, entidades que se colocadas em função dos interesses dos

⁴³³ JAKOBY, Marcos André. *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG-História UFF, 2008. p. 118-128.

⁴³⁴ *Idem*. p. 124.

⁴³⁵ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, agosto de 1960. p. 71.

consumidores podem representar úteis instrumentos na contenção do alto custo de vida.”

De fato, segundo o historiador Marcos André Jakoby, a avaliação dos sindicalistas da época era de que o grande trunfo da “greve anti-fome” tinha sido justamente a unidade da classe trabalhadora.⁴³⁶ Para Mesquita, uma outra vitória é que a greve teria conseguido uma resposta positiva de Brizola, que afirmara que manteria o Instituto de Carnes, o DEAL e a CEERGS voltadas aos interesses do povo. Era uma resposta ambígua, é verdade, mas nem por isso o vereador deixou de encará-la como “vitória”. A categoria dos metalúrgicos ainda aproveitava o momento de êxito para denunciar as fábricas que abriram espaço para os “fura-greves”, tais como as indústrias Renner, a Cia. Geral Indústrias, as Balanças Santo Antônio e a Siderúrgica RioGrandense, cujos diretores chegaram a ameaçar de morte o sindicalista e vereador Jorge Campezzatto.⁴³⁷ Boa parte das bancadas acabou saudando Mesquita pela condução da greve, aceitaram um requerimento de solidariedade encaminhado por Alberto Schroeter e congratularam os trabalhadores pelo clima “pacífico” das manifestações.

Contudo, os problemas com o abastecimento de carne prosseguiram atingindo a classe trabalhadora porto-alegrense. Em abril de 1961, diante das altas nos preços de artigos de Páscoa – incluindo aí o aumento no preço do peixe – uma ameaça pairava sobre os órgãos de controle de preços. Surgiam nos jornais ameaças de que a COFAP seria finalmente extinta e com ela suas sucedâneas COAPs estaduais. Para o vereador do PR, Alberto Schroeter, contudo, o seu efeito mais danoso seria justamente no Rio Grande do Sul, pois implicaria no fechamento dos açougues populares, já que o Instituto de Carnes não mais conseguiria sustenta-los sem amparo Federal.⁴³⁸ Schroeter denunciava uma manobra que, ao seu ver, era baseada no “liberalismo econômico” e que visava, em âmbito nacional, liberar completamente os preços das mercadorias.

Cabe destacar que a denúncia do vereador do PR não era nada descabida. De fato, em 1961 a presidência da República estava nas mãos de Jânio Quadros, que montara um gabinete bastante conservador durante o breve período em que esteve no poder. A medida que previa a extinção da COFAP estava prestes a ser posta em prática pelo ministro da Fazenda, Clemente Mariani Bittencourt, um udenista que era ardoroso defensor da escola ortodoxa econômica. Junto dela, vinha um pacote econômico que previa o fim dos

⁴³⁶ JAKOBY, Marcos André. *op. cit.* p. 127-128.

⁴³⁷ *Idem.* p. 124-125.

⁴³⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, abril de 1961. p. 71-72.

subsídios para produtos essenciais e uma reforma cambial que desvalorizara o Cruzeiro perante o Dólar americano. Em suma, as exportações se tornaram mais caras, as importações se tornaram ainda mais vantajosas aos grandes proprietários de terra e, ao mesmo tempo, o governo Federal se abstinha de subsidiar o abastecimento de gêneros essenciais.⁴³⁹ No âmbito de Porto Alegre, segundo o vereador Schroeter, isso significava colocar em xeque os mais de 40 açougues populares existentes na cidade.

Marques Fernandes, do PSD, oportunamente fez um aparte no discurso de Alberto Schroeter afirmando que não acreditava que o governo do Estado fosse se retirar do “Mercado da Carne” e não tolerando o fechamento dos açougues populares, “único lugar onde o povo compra carne mais barato e não é roubado no peso”. Contudo, é possível questionar o pronunciamento do vereador do PSD, pois ao mesmo tempo que se solidarizava com a demanda pronunciada pelo colega comunista, transferia a responsabilidade dos açougues populares unicamente ao governo do Estado de Leonel Brizola. Nesse caso, torna-se difícil saber ao certo o que o vereador peessedista pensava sobre a doutrina econômica nacional, mas o que ele certamente sabia é que era um momento a mais para pressionar o governo estadual em seus deveres e fazer-lhe oposição. Por outro lado, para Schroeter o problema do abastecimento de carne era decorrência de uma política nacional – e talvez Brizola tivesse pouco ou nada a ver com o assunto. No dia seguinte, 13 de abril, o seu colega de bancada, Marino dos Santos, subiu ao plenário para declarar que a manobra pelo fechamento dos açougues populares era motivada por duas forças: o imperialismo estrangeiro e os fazendeiros.⁴⁴⁰

O discurso de Marino dos Santos parece reproduzir os dois principais inimigos diretos do PCB no período: o imperialismo, já referenciado, e o latifúndio, aqui transposto na figura dos fazendeiros proprietários de gado.⁴⁴¹ Entretanto, a denúncia não deve ser entendida somente um recurso retórico comum aos comunistas, mas sim como algo capaz de relacionar uma diretriz política com questões concretas das condições de vida dos trabalhadores porto-alegrenses. O vereador destacava também que os açougues populares corriam o risco de cair nas mãos dos frigoríficos Swift e Armour, que segundo ele já

⁴³⁹ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de Doutorado da FFLCH/USP. São Paulo: 2012. p. 92-97.

⁴⁴⁰ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 13 de abril de 1961. p. 79.

⁴⁴¹ Desde 1958 o PCB cerrara suas fileiras principais numa posição de caráter nacionalista que enfatizara o imperialismo e o latifúndio como os principais obstáculos para a “revolução brasileira”. Ver: SILVA, Fernando Teixeira da. SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política... op. cit.* p. 126.

estavam fazendo levantamentos sobre o consumo de carne na capital.⁴⁴² Em outras palavras, se antes os frigoríficos estrangeiros estavam preparados para realizar uma efetiva concorrência contra os açougues populares, agora eles se preparavam para monopolizar o mercado de carnes porto-alegrense e eliminar de vez os lugares onde o operariado porto-alegrense comprava o “seu bife”. Por conta dessa ameaça, Marino dos Santos solicitara uma audiência na Câmara dos Vereadores com Manoel Correa Soares, de tal forma que eles pudessem tratar do tema e lutar contra o fechamento do Instituto e de seus açougues populares.

Uma semana depois, no dia 20 de abril de 1961, Manoel Correa Soares adentrou novamente na Câmara de Vereadores. Não era mais vereador, mas sim presidente do Instituto Sul-Riograndense de Carnes e tinha diante de si um desafio: manter em funcionamento os açougues populares diante da total falta de investimentos do governo Federal. Para poder lidar com a sabatina dos vereadores porto-alegrenses ele trouxe junto com ele o Secretário da Economia do Estado, Siegfried Hauser, economista e quadro político petebista.⁴⁴³ Hauser, tão logo foi apresentado ao plenário, palestrou longamente sobre o assunto da reforma cambial e seus efeitos desastrosos para os órgãos de subsídio e abastecimento na economia gaúcha. O economista também destacara que, em 1960, ele e Correa Soares conseguiram criar um plano de abastecimento de carne congelada para as principais cidades gaúchas, inclusive adaptando as mercearias com congeladores. Porém, no ano de 1961 a estratégia não era mais viável dada as mudanças econômicas nacionais; cabia a eles, então, lançarem para a população a difícil decisão de ou fechar o Instituto de Carnes e liberar os preços, ou manter o Instituto funcionando, mas sabendo que a carne terá de sofrer majoração.

Correa Soares se pronunciara a seguir, declarando ser contrário ao fechamento do Instituto e dos açougues populares. Mas anunciara que sua opinião não era consensual e que os dirigentes de Federação Rural (FARSUL), incluindo seu presidente, Antônio Saint Pastous de Freitas, eram a favor do fechamento dos açougues, das marchanterias e do próprio Instituto de Carnes. Contudo, mesmo dentre a FARSUL a opinião também não

⁴⁴² A referência sobre esses açougues não era exatamente novidade. Em fevereiro de 1960, Mesquita escreveu um artigo para o jornal *Folha Metalúrgica* intitulado “drama da carne”, destacando como os frigoríficos estrangeiros – Armour, Swift e Anglo – especulavam sobre a produção e o abastecimento de carne nas cidades gaúchas. Para mais, ver: MESQUITA, José César de. *O Drama da Carne*. IN: *Folha Metalúrgica*, nº 06. Porto Alegre, fevereiro de 1960. p. 3 Citado em JAKOBY, Marcos André. *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG-História UFF, 2008. p. 118.

⁴⁴³ As informações sobre o debate que se seguiu podem ser encontradas em: Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, abril de 1961. p. 131-146.

era unânime e o próprio presidente mudara de ideia ao longo do debate, advogando a necessidade de manter os açougues porque só assim “eles poderiam controlar o preço da carne vendida em Porto Alegre”. Por sua vez, o presidente da Associação do Sindicato dos Açougueiros e do Sindicato dos Retalhistas opinava que os açougues deveriam ser fechados, mas a marchanteria é que deveria ser mantida, pois ela também garantia-lhes uma noção de preço a ser cobrado. Diante das opiniões dissonantes, Correa Soares ainda alertava: o inverno estava chegando e a safra seca junto com ele... qual entidade seria capaz de abastecer de carne o mercado porto-alegrense diante do possível fechamento do Instituto?

Seguindo sua palestra, o ex-vereador do PTB afirmou que durante o governo de Ildo Meneghetti havia uma grande campanha contra a intervenção estatal, contra o Instituto de Carnes e contra os açougues populares e que mesmo no governo de Leonel Brizola as pressões para a dissolução do Instituto prosseguiram entre marchantes, ruralistas e alguns jornalistas (como seu ex-colega de bancada, Manoel Braga Gastal, que afirmara que estava se oferecendo “picolé de carne podre” à população de Porto Alegre). Havia, de fato, prejuízo nos trabalhos do Instituto – um prejuízo que em 1960 chegara a 100 milhões de Cruzeiros. Mas para Correa Soares, o problema do prejuízo se dava com o monopólio da terra, pois “era a terra que encarecia o preço da carne”. Aqui, de forma indireta, novamente se advogava pela Reforma Agrária como saída econômica para o abastecimento.

Para as bancadas conservadoras, o problema do Instituto era administrativo. Say Marques, do PL, chegou a discutir até mesmo sobre os vagões frigoríficos da malha ferroviária rio-grandense, criticando o fato de que os gastos eram demasiado grandes para a venda de carne congelada. Para Marques, a questão se resolveria a partir da extinção do órgão e da liberação de preços – senão pela maior eficiência no abastecimento, ao menos pela garantia de que o erário público seria desonerado de inúmeros prejuízos. Correa Soares obviamente discordava do vereador do Partido Libertador, tentando demonstrar que não estava interessado nos ônus para os cofres públicos e sim no abastecimento de carne para a cidade, defendendo inclusive o monopólio estatal da carne para o Rio Grande do Sul.

O vereador Marino dos Santos, por sua vez, militante histórico do PCB e responsável pelo requerimento que convidou Correa Soares e Hauser para palestrarem na Câmara, ressaltou que o Instituto não poderia ser fechado, destacando que os açougues populares atendiam primeiramente as zonas proletárias de Porto Alegre. Apesar de tudo,

eles ainda vendiam o quilo de carne alguns “cruzeiros mais barato”, atendendo “uma necessidade das massas mais pobres de Porto Alegre”. Temendo que os açougues populares fossem extintos, Marino cobrou de ambos que defendessem, perante o governo do Estado, os ditos açougues. A resposta de Hauser veio dotada de ambiguidade, pois, segundo ele, o governo estava esperando que a “opinião pública” emitisse soluções viáveis para o abastecimento de carne da capital no caso de uma possível extinção do Instituto de Carnes. Contudo, nenhuma resposta fora dada.

Cabe notar um certo descompasso dentre a ideia de “opinião pública” que Hauser se refere e a uma outra a qual Marino dos Santos reivindicava. Hauser e Correa Soares esperavam – e até mesmo cobravam – das classes patronais para que elas agissem diante da possível escassez de carne. Não obstante os rumores de que as empresas Swift e Armour estavam mapeando o mercado consumidor dos açougues populares, ao que tudo indica elas não teriam condições (ou mesmo interesse) de abastecer a capital de carne por “preços menores” do que os cobrados nas feiras e açougues comuns. Por mais que a FARSUL cobrasse o fim do Instituto de Carnes, caso isso acontecesse o abastecimento do produto seria interrompido e a carne se tornaria escassa em Porto Alegre na mesma hora. Entretanto, é válido ressaltar que se tratava da opinião dos produtores e, por assim dizer, ela era uma opinião poderosa e que poderia até mesmo interferir na compra e venda de gado. Mas e a opinião dos consumidores? E, entre eles, os consumidores das zonas proletárias, referidas por Marino dos Santos? Não constituíam eles opiniões relevantes? É bem verdade, os açougues populares persistiram ainda a partir de soluções provisórias, mas estavam sob constante risco com a política econômica liberal e a reforma cambial do governo de Jânio Quadros. Contudo, o problema é que para alguns dos vereadores as decisões sobre esses órgãos não podiam mais ser exclusivamente técnicas.

Anteriormente, no dia 11 de janeiro de 1960, Alberto Schroeter chegou a emitir um requerimento a ser votado na Câmara de Vereadores solicitando “medidas no sentido de assegurar a ampla participação e representação democrática dos trabalhadores e do povo nos órgãos de controle de preços”. Schroeter justificava o requerimento pois “a COAP, entidade subordinada ao governo Federal, delibera soberanamente sobre questão que diz respeito à vida do povo sem qualquer participação deste e em geral adota soluções contrárias aos interesses populares”. Diante do receio da extinção da COFAP, era

importante mostrar que os trabalhadores deveriam decidir sobre os rumos do abastecimento no Brasil.⁴⁴⁴

Contudo, o ano de 1962 alterou o cenário político nacional e tornou a situação da carestia ainda mais complexa. A renúncia de Jânio Quadros, a campanha da Legalidade e a posse de Jango sob um regime parlamentarista complicavam a atribuição de responsabilidades políticas. O novo regime ainda teria a carestia como marca presente – em outubro de 1961, o gabinete parlamentarista chefiado pelo deputado Tancredo Neves (PSD) recebera o Movimento Feminino Contra a Alta do Custo de Vida e um abaixo-assinado com mais de cem mil assinaturas solicitando providências imediatas para o problema.⁴⁴⁵

A crise política teria aberto a possibilidade para organizações sindicais se articularem, ampliarem suas estruturas orgânicas e conceberem programas bastante avançados. Demian Bezerra de Melo, em recente tese de Doutorado sobre a greve-geral de julho de 1962, destaca que as manifestações contra a carestia em junho daquele ano foram uma espécie de antessala para as organizações. O que os apoiadores de João Goulart desejavam era a “ameaça” de uma greve que garantisse a posse de San Tiago Dantas como primeiro-ministro após a renúncia de Tancredo Neves. Contudo, diante da organização das greves e sua articulação no mês seguinte, o Comando Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) apresentou uma lista com 18 reivindicações nas quais a luta contra a carestia aparecia em primeiro lugar a partir do seguinte enunciado: “luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até o confisco dos estoques existentes”.⁴⁴⁶ De fato, como Melo destaca a partir da leitura de analistas do período, o “aumento do pauperismo”, a “intensificação da carestia de vida” e a “falta de gêneros alimentícios como feijão, arroz

⁴⁴⁴ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 11 de janeiro de 1961. p. 88. As críticas aos órgãos controladores de preços também podem ser estendidas para iniciativas como os armazéns do SAPS. Nauber Gavski da Silva destaca que em 1960 os metalúrgicos de Porto Alegre anunciavam o fracasso desses armazéns, que não mais se dedicavam à venda de gêneros de primeiras necessidades, dedicando-se à “presuntadas”, “compotas caras”, “glacês” e muitas outras guloseimas. Ver: “SAPS: Sinônimo de politicagem”. *Folha Metalúrgica*. Porto Alegre, ano I, N. 11. Setembro de 1960, p. 4. SILVA, Nauber Gavski. *O mínimo em disputa...* p. 103.

⁴⁴⁵ GUSTIN, Fátua Maria de Sousa. *Parlamentarismo e superação dos dissensos: a experiência do governo João Goulart*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1996. p. 137.

⁴⁴⁶ MELO, Demian Bezerra. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de Doutorado. PPG-História UFF. Niterói, 2013. p. 175-176.

e açúcar” foram alguns dos principais motivos para a conjuntura favorável de greves que começaram a irromper em âmbito nacional.⁴⁴⁷

No âmbito da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o ano de 1962 também manteve a carestia dentro do âmbito dos debates. Em maio, antes da greve-geral daquele ano, Marino dos Santos subiu ao plenário levando uma reclamação da Vila Central, em Gravataí. Tratava-se de uma denúncia simples de que os caminhões da DEAL, antes de chegarem nos moradores para vender o leite das “vaquinhas amarelas”⁴⁴⁸, vendiam primeiro o leite e a manteiga para o comércio atacadista local, que por sua vez revendia os produtos por um preço mais caro do que o da DEAL.⁴⁴⁹ Porém, após transmitir a reclamação, Marino dos Santos passou a criticar a proposta de Reforma Agrária que estava sendo defendida pelo governo Brizola no período. Segundo ele, o problema era a ideia de uma reforma “dentro da Constituição”, feita para “agradar gregos e troianos” e que pagaria os grandes proprietários de terra, o que segundo o vereador daria margem de manobra para “negociatas”. Para Marino, tal medida só seria possível como foi feito em Cuba, mediante o confisco da terra e sua distribuição entre os camponeses. E somente assim se resolveria o problema da carestia nas grandes cidades.

Na preparação da greve-geral em Porto Alegre, em julho do mesmo ano, o Comando Sindical da capital emitiu uma nota que afirmava que “os trabalhadores estão [sic] decididos a levar a luta até que seja constituído um governo que adote medidas concretas para tirá-los da situação de miséria e fome a que estão relegados”, exigindo medidas concretas como a “reforma agrária”, uma política externa independente, a regulamentação do direito de greve, entre outras demandas.⁴⁵⁰ Diante da pluralidade de demandas, seria exagero afirmar que essa era uma paralisação motivada pela carestia. Ao contrário da “greve “anti-fome” de 1960, no contexto de efervescência política e social de 1962, a carestia era uma das muitas demandas articuladas pelas organizações de classe. Todavia, Damien Melo ressalta que por mais que houvesse um forte componente político nessa greve, “só com a pauta política” o êxito das paralisações seria duvidoso. Segundo o autor, “era necessário apresentar pautas que tocassem as condições objetivas da vida da classe trabalhadora para que esta encampasse movimentos políticos como foram aquelas

⁴⁴⁷ *Idem.* p. 251.

⁴⁴⁸ As “vaquinhas amarelas” eram o nome popular pelo qual eram conhecidos os caminhões que transportavam leite em Porto Alegre.

⁴⁴⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro IV, maio de 1962. p. 193-195.

⁴⁵⁰ JAKOBY, Marcos André. *op. cit.* p. 146.

greves”.⁴⁵¹ Sem dúvida os avaliadores do movimento sindical da época sentiam que a unidade que construíram – agora manifesta com a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) – se devia porque era capaz abordar tanto as questões de ordem da ‘Grande Política’ como aquelas comuns à vida dos trabalhadores urbanos.

Há ainda outro movimento relevante sobre a carestia nesse ano fatídico de 1962 – a extinção da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, a COFAP. Desde 1954, no relatório Klein-Saks já havia uma pressão institucional para que o órgão fosse extinto. E, como foi possível perceber, ele já não angariava sucesso nem mesmo dentre os trabalhistas, que constantemente criticavam suas ações e seus problemas. Ainda assim, após a reforma cambial de Jânio Quadros, havia um forte receio de que a extinção dos órgãos fosse acompanhada de uma intensa liberalização dos preços dos gêneros alimentícios. Isso, contudo, não ocorreu. Por meio das leis delegadas, em meio ao regime parlamentarista, a COFAP fora extinta junto com as COAPs estaduais, mas seu espaço passava a ser ocupado por quatro diferentes órgãos: a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM) e pela Comissão de Financiamento de Produção (CFP).⁴⁵² Essas mudanças foram preconizadas pelo primeiro-ministro da época, Francisco Brochado da Rocha, que visava lidar com o problema da carestia a partir do chamado “Plano Nacional de Abastecimento”. Mesmo diante do fim da experiência parlamentarista, o plano teve sequência, mas Brochado da Rocha afirmara o que muitos dos institutos de economia do Brasil já sabiam: a produção agrícola estava crescendo menos do que o índice demográfico. Em outras palavras, ou se alterava a estrutura produtiva, ou o Brasil não conseguiria dar conta dos problemas de abastecimento nas grandes cidades.

A extinção definitiva da COFAP, contudo, acabou levando mais tempo do que o necessário. Somente em julho de 1963, após terem “ouvido no Repórter Esso” é que os gaúchos viram que a mudança realmente estava ocorrendo.⁴⁵³ José César Mesquita, ciente das mudanças, resolvera subir ao plenário e discursar sobre o problema para seus colegas vereadores.

“Quer dizer que este esforço do povo brasileiro para a montagem desse organismo, que não fez nada mais do que

⁴⁵¹ MELO, Demian Bezerra. *op. cit.* p. 308-309.

⁴⁵² LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *op. cit.* p. 156-158.

⁴⁵³ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro VI, 1 de julho de 1963. p. 15.

sancionar aumentos em todo o Brasil, este trabalho todo, esta máquina montada que custou vários bilhões foi simplesmente extinto hoje, e se entrega a fiscalização ao Estado, num Estado como o do Rio Grande do Sul, onde não tem nem polícia para prender, já não digo o pequeno ladrão, mas os grandes ladrões, que não tem polícia nem para descobrir criminosos, que não tem polícia nem para resguardar os direitos do cidadão, ainda vamos ter ilusões com esse Estado, de que ele vá ter possibilidade de fiscalizar os preços? De maneira que a nós preocupa esta situação.

[...]

É melhor acabar com esse Plano Trienal e criar outro, porque este já fundiu as bielas. Permitia-se o aumento dos remédios e do vestuário que, neste país, já é incontável. Uma roupa que no ano passado custava Cr\$ 10.000,00 hoje está custando Cr\$ 30.000,00. Um sapato que no ano passado custava Cr\$ 2.000,00 hoje está custando Cr\$ 5.000,00. Esses são os aumentos que o povo ainda toma conhecimento através do jornal, mas e aqueles que só toma conhecimento na fonte? Sobe tudo assim, 'no grito', e o povo não tem nem conhecimento desses aumentos. Só quando vai comprar os artigos de que necessita, recebe o impacto dos preços elevados de um dia para outro. [...] E se o povo sai para a rua para protestar é logo chamado de agitador. Nós, os trabalhadores, se protestamos somos logo tachados de agitadores e dizem que queremos é a instalação de uma república sindicalista. Eu não sei de onde tiraram esta ideia, mas é o que dizem. Quando o trabalhador sai à rua para protestar, então aparece a polícia para abafar o justo protesto. E se o povo um dia cansar de tudo isso e cair à rua para depredar as farmácias e essas casas de comércio que vendem os artigos necessários e indispensáveis e que sobem os preços todos os dias, o que acontecerá? [...] É por isso que o Congresso Nacional, na sua maioria, está desmoralizado perante o povo. E quando dizemos isso então dizem que é porque somos a favor de uma ditadura, que temos tendência de ditador. Mas aí está o que acontece da noite para o dia. Enquanto isso, as reformas de base que talvez trouxessem algum benefício, não vêm.

[...]

Sr. Presidente, nós até já nos sentimos constrangidos de subir à nossa tribuna para falar sobre estes assuntos, porque não se encontra eco nem ressonância. Inclusive vê-se descaso até nesta Casa, porque, enquanto se trata de um assunto de tanta importância, muitos vereadores não dão muita bola para isso. Não estão se interessando muito para que nos permitam enfrentar esta situação. Sr. Presidente, cheguei a este ponto porque realmente não há interesse, como não houve interesse na Câmara Federal e não houve interesse no Senado. E nós vamos pagar muito caro por tudo isso.”

O discurso de Mesquita tornou-se um longo desabafo e cabe ao historiador limpar algumas de suas arestas para explicar certas mudanças de postura. Essas transformações devem ser entendidas como resultado de uma série de acúmulos e que convergiram, naquele momento específico da política brasileira, num discurso que provavelmente fora mais emocionado do que os anais da Câmara permitem observar. Inicialmente ele desdobrou suas críticas à extinção da COFAP e argumentou que a polícia – ainda mais a polícia do Rio Grande do Sul, não teria condições de fazer a fiscalização necessária para conter a alta dos preços nos mercados (assunto que pretendo tratar no ponto 3.4 do capítulo seguinte). Mas o problema não estava na extinção do órgão apenas; ele também estava na transformação que estava sendo pretendida a partir do Plano Trienal. Mesquita se somava aos trabalhadores organizados na recém-criada CGT para criticar o plano econômico do governo presidencialista de João Goulart e não estava sozinho, e sim junto de críticos de projeção nacional como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, o que ajuda a demonstrar como naquele momento havia uma certa unificação de pautas comuns entre setores do PTB com o PCB.⁴⁵⁴

O Plano Trienal foi o plano econômico elaborado por Celso Furtado, ministro do planejamento do governo João Goulart após o plebiscito de janeiro de 1963. Tendo como meta o combate à inflação, ele se diferia radicalmente do plano proposto pelo ex-ministro da Fazenda de Jânio Quadros, Clemente Mariani Bittencourt. A ideia do novo plano era construir uma estratégia capaz de conter a inflação sem estagnar o desenvolvimento econômico, embora ele implicasse em restrição salarial, limitação do crédito e congelamento de preços.⁴⁵⁵ O historiador Jorge Ferreira atribui as críticas das esquerdas no sentido de que elas se direcionavam, nos dizeres do próprio Celso Furtado, a um plano de governo e não a um projeto de revolução.⁴⁵⁶ Contudo, cabe destacar que diante do

⁴⁵⁴ Ao analisar as transformações do PTB no período pós-legalidade, Jorge Ferreira argumenta que o partido passara por uma transição organizativa, programática e ideológica, onde Leonel Brizola destacava-se por ser o quadro mais radicalizado e de maior expressão dentro do partido. Se para o PTB tratava-se de uma mudança em prol de uma maior radicalização de suas bandeiras, para os comunistas a mudança nesse período era negatizada, como havia afirmado Eloy Martins. Em setembro de 1961, uma cisão interna alterara o nome do PCB (que passara de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro) e uma nova orientação programática que abandonara a ideia de “ditadura do proletariado” e as referências ao “maxismo-leninismo”. Isso causaria uma ruptura a qual se formaria o PCdoB (que retomaria o nome Partido Comunista do Brasil), em fevereiro de 1962, a partir de quadros políticos de orientação ortodoxa. Em suma, se para os trabalhistas a época era de radicalização, para os comunistas a fragmentação dava a tônica a partir do abandono de antigas bandeiras. Para mais, ver: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista... op. cit.* p. 329. Ver também: SILVA, Fernando Teixeira da. SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política... op. cit.* p. 126.

⁴⁵⁵ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista...op. cit.* p. 331-332.

⁴⁵⁶ *Idem.* p. 332-333.

acúmulo de lutas sobre a carestia, o receio do movimento operário e sindical de que os salários seriam sacrificados para atingir a estabilidade econômica era bastante palpável. Mesquita e tantos outros líderes sabiam que a inflação estava sufocando a economia nacional e agravando a carestia, mas, naquele momento específico, estavam dispostos a pressionar o governo por um programa mais avançado – e esse programa seria as Reformas de Base e, entre elas, a mais citada ainda era a Reforma Agrária.

Mas mais do que a crítica ao Plano Trienal, Mesquita direciona seu alvo também às classes conservadoras, àqueles que tachavam os trabalhadores de “agitadores” e de promoverem uma “república sindicalista”, jargões bastante utilizados pelos opositores de João Goulart⁴⁵⁷. Contudo, o ataque pairava também sobre os limites do próprio regime democrático representativo. O líder sindical criticara o Congresso Nacional e o Senado por nada fazerem e pelo clima de imobilismo que não resolvia os problemas sociais mais graves da classe trabalhadora. E até mesmo a Câmara de Vereadores de Porto Alegre – que em outras legislaturas e contextos fora elogiada por se solidarizar à luta dos trabalhadores contra a carestia – agora era alvo de críticas, com “muitos vereadores que não dão muita bola para isso”.

Todavia, o fato que considero mais interessante observar no discurso de Mesquita é o tom ameaçador que aparece em algumas de suas orações. Termos como “e se o povo um dia cansar de tudo isso” e “nós vamos pagar muito caro por tudo isso” dão a tônica de uma certa transformação nos discursos sobre a carestia do período analisado aqui. Entre 1947 a 1963, o que se percebe é que anteriormente a alta de preços e a escassez de gêneros era vista unicamente como ações de “tubarões” e “capitalistas”, pessoas gananciosas e/ou a serviço de interesses estrangeiros. Contudo, gradualmente ela se tornou fator de coesão da classe trabalhadora perante o movimento sindical. Isso certamente reverberou na Câmara, até que em 1959 a Reforma Agrária entrou no rol das sugestões para o combate à carestia, acompanhada da luta pela ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais. Porém, conforme o acirramento de posições políticas do período foi permitindo, a luta contra a carestia ganhou uma nova estratégia política: o uso da ameaça. Se o custo de vida não diminuísse, uma “revolução” podia varrer a sociedade brasileira. Quando em 1959 o vereador Antônio Jorge Achutti anunciara o “barril de pólvora” prestes a explodir, havia algo que não era mero recurso retórico em sua fala: tratava-se do receio de que as classes

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 346.

trabalhadoras, cansadas da fome e da exploração, pudessem realizar uma sublevação sem precedentes.

Não se trata, por outro lado, de demonstrar se havia ou não condições para que essas ameaças se concretizassem. A análise do historiador aqui precisa focar-se exatamente nesse recurso, ecoado pelos vereadores e propalado para fora da Câmara. Trazer o problema da carestia em tom de ameaça era uma forma de exigir urgência aos poderes públicos sem apelar exclusivamente para sentimentalismos que pudessem ser relacionados à pobreza e à miséria, mas sim de enfatizar a capacidade de luta e organização das classes populares. Que alguns vereadores trouxessem isso para o plenário é significativo, pois indica ao menos que havia um temor de que a mobilização por salários e contra o custo de vida pudesse conter dentro dela uma certa “radicalidade” transformadora.

De fato, durante o período da quarta legislatura a Câmara de Vereadores de Porto Alegre viu a ascensão desses discursos que ressoavam nas entidades de classe, associações e sindicatos. O tom de “ameaça” podia não ser precisamente o da “revolução socialista”, mas construía a expectativa de um enfrentamento contra aquelas que eram identificadas como as forças da reação. Em outras palavras, as unidades consolidadas entre sindicatos, partidos e lideranças dependiam de articular esse discurso que colocava em xeque o funcionamento da sociedade brasileira ameaçando uma ruptura radical caso suas reivindicações não fossem atendidas. Em todo o período democrático a carestia se mantivera como problema e, portanto, agora seria possível articular outro tipo de resposta a ela, explorando os medos de que uma “revolução” emergisse no cenário político. E para evitar a “revolução”, somente as Reformas.

Um exemplo interessante do uso das ameaças pode ser visto num episódio ocorrido em Porto Alegre, na tarde do dia 20 de outubro de 1960. Após terminada a sessão da Câmara dos Vereadores, uma comissão de trabalhadores, estudantes e donas de casa vieram até os vereadores da casa solicitar que se tomassem iniciativas contra o aumento do custo de vida. No dia seguinte, o vereador Alberto Schroeter (PR) arguiu no plenário explicando quem fazia parte da comissão que ali viera. Ela era composta pelo presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores Gaúchos – organização que era integrada por José César de Mesquita –, o presidente da Federação dos Estudantes Universitários de

Porto Alegre e representantes da Associação das Donas de Casa.⁴⁵⁸ Ao descrever o movimento, Schroeter fez questão de demarcar o tom de ameaça diante da carestia:

“Tudo leva a crer, sr. Presidente, srs. Vereadores, que desta vez se erguerá efetivamente, por que é um movimento encabeçado pelo que há de mais representativo e autêntico da vida do nosso povo. **Tudo leva a crer que este movimento se transformará e inevitavelmente atingirá grandes proporções, porque o povo já começa a se convencer que não pode mais depositar sua confiança, não pode mais depositar a solução dos seus problemas nas mãos de um ou dois políticos, aliás coisa que muito me conforta.** Pessoalmente, sempre tive esta opinião que para serem removidas as causas que realmente ocasionam as grandes dificuldades por que passa o nosso povo brasileiro, isto não será nunca obra de um homem, de nenhum presidente da República, seja ele quem for. A solução desses problemas, que tem suas causas, que tem suas raízes em obstáculos muito sérios, em grande parte só será removida efetivamente no dia em que a opinião pública, o dia em que o povo brasileiro se transformar num movimento de opinião capaz de impor uma determinada orientação, capaz de impor determinadas linhas de conduta sob pena de deixar...”

Na mesma hora, Schroeter foi interrompido por um aparte do médico e vereador Milton Faria Krause, do Partido Democrata Cristão, que afirmara que aquilo que Schroeter estava pregando era, ainda que indiretamente, “a revolução popular” e afirmara que se ele achava que “só o povo, só a população se rebelando contra este estado de coisas poderá resolver em definitivo a situação”, era importante lembra-lo que o dia “três de outubro que foi uma verdadeira revolução popular contra o estado de coisas”.⁴⁵⁹

Talvez Schroeter sentisse que seu tom ameaçador tinha ido longe demais, mas não podia dar-se por vencido diante da afirmação de Krause. Engenhosamente, o vereador comunista afirmara no plenário que suas afirmações não buscavam “pregar uma insurreição, muito embora isso não dependa de meus desejos [sic] e não dependa dos esforços que uma ou mais pessoas realizarem nesse sentido”. A sua opinião, nos seus próprios dizeres, era “baseada na História da Humanidade” e que as grandes transformações só seriam realizadas no dia em que o povo as abraçasse e se arvorasse “dono de seu destino”, mas sem ter que necessariamente apelar para uma insurreição

⁴⁵⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro IX, 20 de outubro de 1960. p. 148-149. Grifos meus.

⁴⁵⁹ O dia 3 de outubro de 1960 foi o dia da eleição presidencial no Brasil e que elegeu Jânio Quadros para a presidência da República.

armada. Krause seguiu fazendo apertes pedindo um “voto de confiança” ao novo presidente eleito, mas Schroeter manteve-se firme na ideia de que a mudança não partiria de uma única personalidade.

Creio que esse episódio é interessante, pois a fala do vereador Alberto Schroeter pode ser lida de duas formas. Em parte, ela poderia ser lida como um discurso radical, que conferia uma ameaça bastante concreta, capaz de emergir de um povo que lutava para ser “dono de seu destino”. Esse tom de radicalidade, contudo, era limitado. Não se falava em revolução armada – afinal, ela talvez nem fosse necessária. O discurso não trazia os jargões marxistas-leninistas e segundo ele, a revolução ocorreria não pela mobilização do proletariado especificamente, ou pela organização de uma vanguarda, mas sim porque estava determinada por uma leitura da “História da Humanidade”. Em certo sentido, o que se percebe é que o recurso da ameaça, de Alberto Schroeter e José César Mesquita, ambos sindicalistas e vereadores, era pautado por uma mesma ideia etérea de que “um dia” o povo cansaria da situação de penúria pela qual passava. A ameaça pairava como espectro sobre os vereadores...

Ressalto aqui que acredito que o mais importante ao historiador é compreender essa radicalidade nos termos de seu tempo, mas também no de sua classe social. Isso significa, em última instância, que não adianta enquadrar essas ameaças em termos de uma doutrina específica, fosse ela trabalhista ou comunista. Se comunistas e trabalhistas orbitavam em meio a essa nova forma de luta contra a carestia, o faziam porque isso tinha respaldo dentro da classe trabalhadora, que passara toda sua curta experiência democrática com o fantasma da carestia lhe assombrando. E parecia-lhes justo agora assombrar as elites com o fantasma de uma revolução.

Apesar do espectro que rondava alguns discursos, é importante necessário concluir esse capítulo remetendo brevemente aos passos da quinta legislatura da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que seria marcada pelo golpe civil-militar de 1964. Eleita em novembro de 1963, tratava-se de uma composição legislativa de hegemonia trabalhista como tantas outras, coroada pela vitória de Sereno Chaise (PTB) na prefeitura da capital gaúcha (um contraponto à eleição de Ildo Meneghetti para o governo do Estado, em 1962). As pressões políticas das entidades sindicais em 1962 e 1963 acerca da política de salários e da necessidade de conter a inflação eram somadas ao cenário de crise política dos primeiros meses de 1964. Em março de 1964, João Goulart ainda pronunciaria seu

famoso discurso das Reformas assinalando para a realização das chamadas Reformas de Base.⁴⁶⁰

No contexto de Porto Alegre, Alberto Schroeter fora reeleito pelo PR e pelo PTB, José César de Mesquita era reeleito, acompanhado por Antônio Achutti, que voltava a assumir um assento definitivo na Câmara. Alguns novos nomes emergiram também no quadro político, como o jovem advogado bageense Alceu Collares, que se aproximara de Leonel Brizola e da ala estudantil dos trabalhistas em 1960 e o jornalista Glênio Peres, que estava no grupo ligado ao MTR. Contudo, o clima político da nova legislatura em pouco se diferenciava da anterior.

O tom de ameaça nos discursos contra a carestia seguiu marcando presença e logo na segunda sessão da Câmara, no dia 9 de janeiro de 1964, Alceu Collares subiu à tribuna, saudou seus colegas vereadores eleitos e ironizou o governo estadual de Ildo Meneghetti, que denunciava um plano de revolução comunista a ocorrer no Rio Grande do Sul.⁴⁶¹ Collares, contudo, afirmava que a revolução viria, sim, “nas vilas e nas favelas”, “no homem que passa fome”. Segundo ele, em “mais dia, menos dia”, essa revolução “se fará”. Glênio Peres saudou o colega vereador e declarou-se entusiástico defensor das reformas, destacando o fato de que Collares afirmara que desejava que essas transformações ocorressem “sem agressividade”. Por outro lado, o vereador Sommer Azambuja, do Partido Democrata Cristão, fez um aparte para poder acusar Collares de “apenas agitar os problemas sem apresentar soluções”.

Esse seria o tom da Câmara de Vereadores nos meses de janeiro e abril. Trocas de denúncias e acusações que reverberavam a tensão política até o golpe. No dia 3 de abril, após a tomada de poder dos militares e a renúncia de João Goulart, os vereadores se reuniram na Câmara para debater, com certa angústia, sobre o destino de Sereno Chaise, prefeito da capital e que havia sido preso pelos golpistas. No dia 8 de abril, um dia antes do primeiro Ato Institucional (AI-1) do novo regime, José César de Mesquita ainda protestaria na Câmara contra a alta dos preços e a ganância dos comerciantes locais que “se aproveitavam da situação política nacional”.⁴⁶²

No dia 11 de abril, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, prócere golpista, acabou sendo eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, já limado de seus deputados mais radicais pelo AI-1. A ditadura que tinha início, contudo, sabia que tinha

⁴⁶⁰ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista... op. cit.* p. 343-351.

⁴⁶¹ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro I, 9 de janeiro de 1964. p. 22-25.

⁴⁶² Livro de Atas da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 8 de abril de 1964.

de lidar com a carestia e no dia 13 de abril lançara uma medida congelando os preços dos gêneros alimentícios. Contudo, as experiências anteriores já mostravam: novas tabelas, novos problemas, nos dizeres de José César de Mesquita.⁴⁶³ Dez dias depois, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre era destituída.⁴⁶⁴ Tempos difíceis se avizinhavam para os trabalhadores, que teriam de achar outras formas de lutar contra a carestia perante um regime político que se configurava na mais longa ditadura da História brasileira.

...

Se durante o período de 1947 a 1964, o campo da economia doméstica mostrava-se um “campo de batalhas”, após o golpe civil-militar fechava-se um ciclo e essas discussões e acúmulos políticos ficariam limitados a alguns importantes círculos acadêmicos e, futuramente, ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Creio que é possível perceber que a riqueza dos debates anteriores e as diferentes tentativas de contornar a falta de gêneros e o aumento de preços se difere substancialmente do esforço estatístico e demográfico da época. Isso porque os sentidos atribuídos à “economia doméstica” eram bastante dinâmicos e estavam, em última instância, sendo disputados por agentes sociais que podiam interpelar órgãos públicos, patrões e sindicatos acerca dos seus problemas concretos.

É bem verdade que esse ato de interpelar poderes, organismos e agendas públicas era, em última instância, mediado por uma série de outras questões – que envolviam rituais típicos da política institucional. Porém, eles também circundavam ao redor de práticas comuns às classes trabalhadoras como as greves, o associativismo e os boicotes. Afinal de contas, a carestia ainda era um tema caro à classe e era ela que exercera pressões para ter respostas diante da fome. Nos termos do historiador Antônio Luigi Negro, o que existia dentro desse espaço era um bloco “capaz de interagir com experiências tecidas a partir de baixo, integradoras da ‘Grande Política’ e da política do cotidiano, da queixa do custo de vida com ação institucional”.⁴⁶⁵ E isso, como deve ter ficado claro no presente capítulo, se difere substancialmente de qualquer análise que via no período a fórmula

⁴⁶³ Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro III, 13 de abril de 1964. p. 96.

⁴⁶⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PORTO ALEGRE. *Relação de diretorias*. Porto Alegre, 1971. p. 9.

⁴⁶⁵ NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004. p. 43.

tradicional populista de heteronomia da classe. Por sua vez, a pluralidade de expressões políticas que integravam a ‘Grande Política’ indica que fórmulas que concebem somente o comunismo ou o trabalhismo como “consciência de classe” acabam deixando de lado a heterogeneidade dos movimentos que buscavam estabelecer as pontes entre demandas domésticas e políticas institucionais.

Pode até parecer para o leitor que há algo de contraditório nessa perspectiva. Como podiam os trabalhadores e seus representantes políticos chegarem ao ponto de defender reformas e revoluções em alguns momentos, mas em outros defenderem a manutenção dos órgãos de controle de preços e tabelamentos? Contudo, creio que essa é mais uma faceta daquilo que o historiador Daniel James chamou de “paradoxo da consciência de classe”, referindo-se ao movimento operário e suas relações com o peronismo. Tratava-se de uma política que emergia do proletariado e alternava entre soluções radicais e combativas, ao mesmo tempo em que não desmerecia as construções institucionais de governos ditos ‘populistas’. No caso específico analisado aqui, era possível que sindicatos e partidos se entrincheirassem em soluções de caráter radical como a Reforma Agrária, mas isso não significa que eles estivessem dispostos a abandonar o arcabouço institucional de direitos que conquistaram mediante negociações com burocratas e poderes públicos. E cabe ressaltar que o grau de organização dos trabalhadores estava indo muito além de sindicatos oficialistas, ainda que sem menosprezar os acúmulos e vitórias dos últimos anos.⁴⁶⁶ No âmbito da carestia, contudo, era necessário adotar medidas ainda mais enérgicas.

Ressalto também a importância de compreender como a historiografia referente ao período discutiu muito os termos do chamado ‘populismo’ brasileiro, especialmente a partir da crítica as posições de Francisco Weffort e Octávio Ianni.⁴⁶⁷ No que se refere à carestia, contudo, muito pouco foi de fato analisado à luz dessas questões que problematizavam o conceito. Parece correto afirmar que a análise da carestia foi inclusive ignorada por uma parcela significativa do debate, que não via nela aquilo que Thompson advertia: a possibilidade de entender os limites da hegemonia de uma classe. É o

⁴⁶⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. IN: FERREIRA. *op. cit.*, p. 217. Ver também a entrevista de Daniel James e John French: JAMES, Daniel. FRENCH, John. *Pensar a América Latina: entrevista de Daniel James e John French*. IN: FORTES, Alexandre. (et. alli) *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do trabalho*. Campinas. Ed. Unicamp, 1999.

⁴⁶⁷ WEFFORT, Francisco. *Estado e massas no Brasil*. IN: Revista Civilização Brasileira, nº7, editora Civilização Brasileira, maio de 1966. Para uma avaliação crítica sobre o conceito, ver: GOMES, Ângela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre um conceito*. IN: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

historiador britânico que adverte que a “economia moral” pode se referir ao modo como as relações de classe são negociadas e como uma determinada hegemonia pode ser mantida por concessão e proteção (nos bons tempos) e em gestos de amparo nos tempos difíceis.⁴⁶⁸ Em tempos de carestia, onde a escassez lançava os trabalhadores à “táticas” e “estratégias” e onde sua “insegurança estrutural” os pressionava além do que poderiam aceitar, é precisamente nesse momento que eles eram capazes de questionar os limites do Estado benfeitor e pressionar por mudanças de ordem política. Acaba sendo no mínimo curioso que a carestia não tenha sido analisada por essa luz nos principais debates historiográficos recentes sobre o ‘populismo’.⁴⁶⁹

É interessante perceber justamente essas pequenas fissuras nas ideologias oficiais do Estado e do Mercado para compreender o que os trabalhadores eram, de fato, capazes de mobilizar para defender seus interesses. No âmbito da presente tese, creio ser importante destacar que enquanto no primeiro capítulo o custo de vida era um tema de ordem estatística e demográfica, nesse segundo capítulo a carestia é convertida em arena de debates, confrontando experiências com práticas políticas. Aqui, os trabalhadores aparecem como sujeitos capazes de articular pequenas “táticas”, como comprar frutas e verduras de ambulantes ou usar de sua condição de gênero para fazer reivindicações específicas da carestia. Ao mesmo tempo, eles também demonstram ser capazes de articular “estratégias”, organizando-se em torno de demandas que o Estado e os partidos não conseguiam sanar. Comparando com o capítulo anterior, é possível afirmar que nos levantamentos estatísticos da época havia um lamento sobre a falta de participação e interesse por parte dos trabalhadores, enquanto era celebrada a participação e o incentivo de políticos e patrões. Contudo, fora do campo da estatística e da demografia, o que a análise desse capítulo procurou demonstrar é que a carestia não era mera escassez de gêneros e déficits familiares: ela era uma importante experiência que colocava os

⁴⁶⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...op. cit.* p. 261.

⁴⁶⁹ Há que se considerar que boa parte da produção historiográfica sobre o período dialoga com a História do Trabalho, no que seria possível afirmar que a carestia aparece como pano de fundo para organizações políticas da classe trabalhadora. Em seu texto de balanço sobre o tema, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa destacaram a dificuldade, dos novos estudos sobre o período, que sejam capazes de articular elementos como a reconstituição de longo prazo entre poder local e nacional, perspectivas interdisciplinares de métodos e abordagens, cruzamentos de experiências de “chão de fábrica” com bairros, partidos e sindicatos, as tensões entre “cultura fabril” e esquemas empresariais de controle da força do trabalho, as relações entre classe, cultura e gênero, as conexões entre as vidas públicas e privadas de trabalhadores e militantes e as interseções dos valores da “cultura operária” com os apelos da ideologia formal dos industriais e do Estado. A carestia, as condições de vida e a economia doméstica, contudo, não parecem ser consideradas prioridade na formulação de sínteses. SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. IN: FERREIRA. *op. cit.*, p. 268-269.

trabalhadores em oposição a outros grupos e classes sociais que não sentiam seus efeitos por excelência. As “estratégias” conflitantes sobre como lidar com a escassez, sobre seus sentidos e sobre suas respostas acabavam tendo que conceder que os trabalhadores eram, em última instância, vítimas da carestia.

O uso do termo “vítima”, a bem dizer, poderia reduzi-los a uma condição de impotência, algo que poderia ser observado nos levantamentos estatísticos analisados no capítulo anterior; contudo, não foi isso que aconteceu. Como o economista Amartya Sen ressalta, é justamente na democracia que a fome tem mais condições de ser superada, tendo em vista que potencializa que as discussões sobre a escassez partam de diferentes vozes. No contexto específico da Porto Alegre do período, o que se percebe é que para além da polifonia que lidava com o problema, havia também uma série de práticas que acabavam pressionando diferentes instâncias públicas em torno de respostas. Para muitos desses trabalhadores, suas “táticas” e “estratégias” confluíam numa mesma noção de que a sua “economia doméstica” não seria algo resolvido por uma instituição “racionalizadora” que não olhasse para as motivações, crenças e noções de “justiça” e “bem-viver” dos trabalhadores.

Todavia, acredito que ao conceber as disputas em torno da carestia como um elemento de caráter específico de classe, torna-se possível entender não só as ações de trabalhadores, mas também as “estratégias” que visavam limitar o conteúdo da reprodução social das classes populares, buscando “racionalizá-las” a partir de certas noções.⁴⁷⁰ As estatísticas demográficas que motivavam tais medidas, como foi possível perceber anteriormente, nem sempre interviam na realidade dos trabalhadores. Por sua vez, os órgãos de abastecimento criados por Estado e patrões eram muitas vezes questionados pela sua eficácia, demonstrando que não conseguiam suprir o abastecimento urbano. Já os trabalhadores mobilizavam-se defendendo a necessidade de um salário mínimo que lhes tirasse da condição de carestia. E nesse meio tempo, patrões investiam num discurso que transitava entre o ‘paternalismo’ e o ‘liberalismo’, sempre pensando a dimensão da escassez de alimentos a partir de perspectivas de longo prazo – que ia precisamente contra as urgências das famílias de trabalhadores. Em outras palavras, esse capítulo tentou mostrar uma dinâmica mais viva sobre os sentidos da “carestia” na Porto

⁴⁷⁰ Nauber Gavski da Silva demonstra, em sua tese de Doutorado, que algumas dessas medidas de “racionalização” foram inclusive implementadas por serviços como o SESI, SENAI e até mesmo indústrias, que apostaram em cursos de higiene alimentar para ensinar as famílias a organizarem seus orçamentos domésticos. Ver: SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa...op. cit.* p. 104-136.

Alegre de 1945 a 1964, enfatizando justamente a pluralidade desses sentidos que estavam sendo construídos. Construídos, é bem verdade, numa luta que era, nos dizeres de Marx, “ora aberta, ora fechada”. Mas que nunca perdeu seu componente classista.

Todavia, há outro aspecto que é fundamental para compreender essa multiplicidade de vozes e esse capítulo abre a possibilidade de investigar um outro âmbito das disputas acerca da carestia. Trata-se das leis de “economia popular”, um complemento jurídico construído a partir do Estado Novo e que ajuda a compreender não apenas as instituições autárquicas e reguladoras que foram analisadas aqui, mas até mesmo o papel das instituições jurídicas e policiais da época. O que pretendo demonstrar a partir de sua análise e seus efeitos na Porto Alegre em meio à alta do custo de vida e da escassez é que existe uma outra dinâmica para compreender os rumos da “economia doméstica” do período, sempre enfatizando como essa era, de fato, uma arena de disputa. Isso porque elas não foram apenas peças legislativas apartadas da vida social, mas sim instrumentos de ação policial que buscavam intervir na forma como as classes populares consumiam mercadorias no Brasil e, principalmente, racionalizar os mercados a partir da intervenção de policiais, promotores e juízes.

Pode-se afirmar que as leis de “economia popular” foram criadas precisamente por conta das pressões populares e políticas que recaíam sobre o Estado brasileiro e que diante dessas conjunturas, a instituição não recorreu a uma mudança estrutural em sua matriz econômica. Enquanto ecoavam os debates sobre a carestia, dentro e fora do plenário, os porto-alegrenses exigiam respostas efetivas sobre o problema da escassez de alimentos e da alta dos preços. Construir um aparato jurídico e policialesco, portanto, era uma das formas que o Estado tinha para amparar consumidores das classes populares nos centros urbanos sem com isso realizar transformações estruturais no capitalismo brasileiro.⁴⁷¹

No próximo capítulo da tese, pretendo demonstrar como o campo da “economia doméstica” entra em mutação e torna-se, efetivamente, uma “economia popular” – mas também como essa metamorfose supostamente apaga alguns dos conflitos aqui

⁴⁷¹ O pesquisador Vivek Chibber afirma que o ‘desenvolvimentismo’ do sul-Global, quando visto em perspectiva comparada, mostra a importância das alterações nas chamadas matrizes econômicas, correlacionando elementos como ‘reforma agrária’ e centralização na distribuição de bens e serviços por parte do Estado. Embora o segundo elemento possa, em certo sentido, ser associado com o período desenvolvimentista brasileiro, o primeiro certamente não fez parte de nossa realidade. Para mais, ver: CHIBBER, Vivek. *Development from below*. IN: Jacobin Magazine. Issue 19, Fall 2015. Edição online: <https://www.jacobinmag.com/2015/11/development-state-korea-india-nehru-postcolonial-global-south-chibber/>. Último acesso em 03 de dezembro de 2015.

percebidos e expõe outros de diferentes âmbitos na vida social dos porto-alegrenses. Em outras palavras, esse é um período no qual a “carestia” passa a se tornar não apenas um “campo de batalha”, ela se torna também um “caso de polícia”. E aqui, “táticas” e “estratégias” serão mobilizadas diante de um novo agente social no contexto da escassez de gêneros e alta de preços em Porto Alegre: os comerciantes da capital gaúcha.

CAPÍTULO 3 – Os crimes contra a “economia popular”

*“Você diz que me dá casa e comida
Boa vida e dinheiro prá gastar
O que é que há, minha gente o que é que há
Tanta bondade que me faz desconfiar*

...

*Laranja madura,
na beira da estrada
Tá bichada, Zé,
ou tem marimbondo no pé”*
(Ataulfo Alves – “Laranja Madura”)

O samba “Laranja Madura” de Ataulfo Alves que abre esse capítulo permite refletir um pouco sobre o ato de desconfiar, especialmente visto a partir das classes populares. No período aqui estudado, todo um poderoso arcabouço legal foi construído para dar conta dos problemas de abastecimento nas grandes cidades, inclusive criminalizando uma série de práticas consideradas nocivas para o funcionamento do mercado. Mas mesmo com toda a mobilização de recursos e pessoal, “tanta bondade” ainda gerava desconfiança entre os trabalhadores.

Como procurei demonstrar nos dois capítulos anteriores, a carestia era objeto de debates que ora se focavam em seu prognóstico, ora se concentravam em suas soluções. Diferentes agentes tais como órgãos públicos, entidades patronais e sindicatos disputavam os sentidos da escassez e do alto custo de vida. O direito à subsistência era compreendido como um campo aberto onde relações de deferência política, fidelidade partidária e solidariedade de classe eram articuladas – e como pode ser percebido no capítulo 1, o discurso científico não estava isento dessas tensões. Sendo assim, o que pretendo apresentar aqui nesse último capítulo é um espaço bastante específico para a análise dessas tensões e que pode ser observado nos chamados crimes contra a “economia popular” ocorridos em Porto Alegre durante o período analisado.⁴⁷²

É válido lembrar que em 1950, o Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS) lançara uma pesquisa indicando o aumento de preços dos gêneros alimentícios na cidade de Porto Alegre, analisando a evolução de 1939 até os dias

⁴⁷² Ao utilizar os processos-crime como fonte para esse capítulo, destaco as palavras de Sidney Chalhoub ao afirmar que “os processos judiciais permitem compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso”. A tarefa do historiador, por sua vez, é procurar construir explicações válidas a partir dessas múltiplas versões, tentando com isso abarcar a pluralidade da realidade social. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 22.

que antecederiam a divulgação da pesquisa. Analisada anteriormente no primeiro capítulo, ela registrava que os aumentos de itens como carne, leite e pão evoluíram para quase 300% num período de pouco mais de uma década. E não era qualquer década: nesse meio tempo, havia todo o contexto da Segunda Guerra Mundial, que diante da participação brasileira, teria também transformado a economia nacional. Nesse contexto, o cenário pós-guerra envolvia avaliações de diversas entidades acerca do “custo de vida” em Porto Alegre e, diante de aumentos significativos como esses, é possível examinar duas análises confluentes para entender o que significava tais custos em termos proporcionais.

A primeira delas é que a própria pesquisa apontava aumentos muito maiores em produtos tais como a banha para cozinha e os óleos vegetais – que chegaram a ter um aumento de mais de 400% no período. Carne e leite, portanto, registravam aumentos significativos, mas outros produtos haviam inflacionado ainda mais. A segunda análise, por sua vez, remete a uma pesquisa feita a partir da Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBES) criada em 1951 e divulgada em 1955. Nessa pesquisa, os autores comparam o custo de vida de quatro capitais brasileiras, sendo essas Porto Alegre, Recife, Fortaleza e São Paulo. E, dentre essas capitais, é justamente em Porto Alegre que os autores percebem que o custo de vida da população é menor, trabalhando com a ideia de que as despesas médias da população com alimentos atingiriam 35,40% do orçamento. Ressaltava-se também na pesquisa que o consumo de carne (8,69kg por mês para cada adulto) e de leite (12,53l por mês para cada adulto) em Porto Alegre era um dos maiores do Brasil. Afinal, qual a dimensão que a carne e o leite tinham no orçamento familiar porto-alegrense? Esses produtos, de fato, eram consumidos – apesar dos preços altos? Eles eram priorizados em relação a outros cujo o custo fosse maior?

Quando esses dados foram analisados no capítulo 1 da presente tese, foi possível demonstrar que os órgãos de pesquisa indicavam um aumento substancial de preços, que inclusive superaria a margem inflacionária da época – que entre 1940 e 1949 foi de 215,6%⁴⁷³. A carne bovina com osso aumentara seu preço em 300% e o leite pasteurizado em 320%⁴⁷⁴, sendo que o leite ainda teria mantido seu preço estável até 1943, mas posteriormente aumentando vertiginosamente nos seis anos seguintes. Levando em consideração que a SABEL havia sido desfeita em 1946 e em 1948 o DEAL fora criado, isso significava que por mais que o Estado continuasse intervindo no mercado de leite do

⁴⁷³ MUNHOZ, Dercio Garcia. *Op. cit.* p. 62.

⁴⁷⁴ Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. *Custo de vida: 1938/1949*. Porto Alegre. DEE-RS. 1950. p. 6-7.

Rio Grande do Sul, isso não impediu que o produto aumentasse de preço. Em linhas gerais, é possível afirmar que a carne e o leite aparentavam ser produtos fundamentais do consumo das famílias gaúchas e que mesmo que a subida de seus preços não fossem as maiores verificadas, eles certamente tinham impacto nos orçamentos familiares.

Talvez por isso não seja de se espantar que eram justamente o leite e a carne os principais produtos investigados pela polícia porto-alegrense no período de 1945 a 1959. Durante esse período, em levantamento realizado na Terceira Vara Criminal de Porto Alegre, 42 processos foram analisados por estarem relacionados a crimes de “economia popular”.⁴⁷⁵ Desse montante, 18 processos se referiam ao leite (11) e à carne (7), enquanto os demais envolviam produtos como açúcar (2), arroz (1), banha (1), café (1), carvão (2), farinha (3), lenha (1), manteiga (1), ovos (2), pão (2), peixe (1), sabão (1) e tecidos (1). Além dos produtos, havia também processos quanto a serviços específicos, atingindo assim aluguel (3), lavanderia (1) e restaurante (1).

Contudo, a análise desses processos necessita de algumas mediações. A primeira, em termos de recorte específico, é que eles se referem somente à Terceira Vara Criminal de Porto Alegre, um dos principais conjuntos de documentos de processos-crime da capital gaúcha, que possui 3.637 processos completos à disposição no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, organizados em séries praticamente ininterruptas. Essa mesma série contempla diferentes crimes, incluindo acidentes de trânsito, incêndios, crimes de sedução, furtos, latrocínios, entre outros. Nesse sentido, falar de um espectro de 42 processos parece um número pouco representativo em termos quantitativos. Por outro lado, esses são processos que foram levados a julgamento e que envolviam relações diretas entre consumidores, comerciantes (de varejo e de atacado), fiscais públicos, magistrados, promotores, advogados etc. Nos autos desses inquéritos, é possível perceber alguns indícios de como a falta de certos produtos era vista dentro de uma tensão social que se resolvia no âmbito jurídico – ou ao menos que se tentava resolver.

Cabe ressaltar também que a presença dos “fregueses” nos processos parece relativamente pequena, dado o protagonismo de fiscais, inspetores e policiais na autuação dos comerciantes. Quando aparecia essa clientela em meio aos autos, há poucas menções que permitam inferir sobre as classes sociais envolvidas, tendo em vista que termos

⁴⁷⁵ Nesse capítulo, usarei o termo “economia popular” com aspas pois compreendo que ele remete a uma definição de caráter jurídico bastante específico. O uso do termo “economia popular” fora desse âmbito e suas transformações em termos de semântica são assuntos interessantes e que podem complementar a presente tese, embora não estejam na sua alçada.

genéricos como “comerciário” e “industrialista” eram utilizados pelos escrivães, identificando uma categoria de forma abrangente – e sem permitir que se faça qualquer afirmação assertiva sobre as relações estabelecidas. O termo genérico “cliente” ou “freguês” acaba servindo como forma de se dirigir a essas pessoas e, à medida que seus depoimentos na Justiça não costumavam discriminar sua origem social, há poucos indícios para esquadriñar, de fato, o quão “popular” eram os processos contra a “economia popular”. Isso talvez exija uma análise serial maior e mais abrangente, e que permita, de fato, encontrar regularidades mais específicas. Embora a maioria dos fregueses e freguesas envolvidos sejam, de fato, trabalhadores, parece precipitado falar especificamente de uma “classe trabalhadora” entre os clientes envolvidos nos processos. Portanto, nessa análise em particular, é importante ter em mente que a designação das categorias dos trabalhadores não retoma, necessariamente, as organizações políticas e sociais as quais eles fazem parte.

Outra mediação possível de fazer diante da análise aqui proposta, é que dos 42 processos citados, há intervalos de maior e menor ocorrência de tais crimes. Em 1945, quando a série começa, há apenas duas ocorrências, mas em 1946 são encontrados treze processos – justamente quando ocorre o estalão de preços no custo de vida de Porto Alegre, segundo pesquisa do DEE-RS em 1950 (analisada anteriormente no capítulo 1). O número volta a manter-se baixo e de 1948 a 1950 não foram encontrados processos-crime referentes ao tema de economia popular. Em 1951 o número volta a ser baixo, mas em 1952 ele salta para onze processos. Nos anos seguintes, os processos se mantêm poucos, mas constantes, com interrupções apenas em 1954 e 1958.

O historiador Sydenham Lourenço destaca que os “períodos mais críticos” no abastecimento foram os dos anos 1952, 1958, 1959 e 1962, pois teria “reações populares mais visíveis”.⁴⁷⁶ Baseado em revoltas populares em Curitiba, Fortaleza e Niterói, Lourenço avalia que esse período de extrema tensão social em relação ao mercado de preços é um indicativo para que se analisem as crises de abastecimento e as formas de revolta social no período. Contudo, cabe destacar que talvez esse mesmo paralelo não sirva para a questão dos crimes contra a economia popular – afinal, nem sempre que as pessoas se revoltam elas recorrem às leis. Elas podem considerar o aparato legal injusto, ou mesmo insuficiente. O roteiro que Lourenço propõe é suficientemente interessante para outras investigações, mas no caso desses processos tão esporádicos das leis de

⁴⁷⁶ LOURENÇO NETO, Sydenham. *Modernização, crise e protesto popular...op. cit.* p. 3.

economia popular em Porto Alegre, creio que é preciso entendê-los a partir da própria história da criação dessas leis no Brasil, além de sua aplicação.

Na estrutura do capítulo, contudo, ele será apresentado com a seguinte subdivisão: inicialmente procurei estabelecer um histórico dos crimes contra a “economia popular” no Brasil, discutindo principalmente as origens das leis e dos processos pelos quais a carestia passou a ser enfrentada pelas instituições jurídicas e policiais da época. Nos subcapítulos seguintes, analisando os processos criminais envolvendo a “economia popular”, procurei desmembrá-los pelos itens envolvidos. Assim, a seção 3.2 discute a questão da “carne”, a 3.3 discute a questão do “leite” e o 3.4 se desdobra sobre outros processos referentes a itens mais diversos da economia doméstica dos trabalhadores. No final, pretendo realizar um pequeno balanço dessas análises, tendo em vista a importância de retomar a originalidade da fonte.

Em termos analíticos, por sua vez, o grau de descrição dos processos talvez não permita grandes saltos interpretativos. Todavia, o leitor encontrará nesse capítulo, por intermédio da análise dos casos específicos dos processos, principalmente o espaço das “táticas”, compreendidas aqui como resistências individuais e fugazes às “estratégias” empreendidas pelo Mercado (ou seja, da racionalização/acionamento dos bens de consumo e a resistência ao crédito) e pelo Estado (a própria tentativa de coagir as fraudes de comerciantes por meio de leis e ações policiais). É bem verdade, nem sempre é possível demarcar com precisão o caráter de resistência que o termo “tática” parece carregar na formulação de Michel de Certeau. Porém, por meios passivos ou ativos, os processos ajudam a esquadriñar práticas que não se encaixavam nem nas fórmulas pré-concebidas de alguns teóricos, políticos, juizes e policiais da época. Em última instância, esse capítulo se debruça sobre um questionamento: como as pessoas compravam o necessário para sua sobrevivência e como negociavam isso em frequentes conjunturas de escassez? Cabe ressaltar, por sua vez, que para compreender essa dinâmica creio ser fundamental demarcar o histórico das leis de “economia popular” no Brasil, algo que permite a análise dos processos crime que compõem o capítulo.

3.1 – Um balanço histórico sobre as leis de “economia popular” no Brasil

É possível afirmar que a história jurídica dos crimes contra a “economia popular” está diretamente ligada aos efeitos da crise de 1929 no Brasil. A economia e a política brasileira passavam por um momento de turbulência que atingia diretamente não apenas

os grandes produtores rurais, mas também as classes médias e trabalhadoras no espaço urbano.⁴⁷⁷ Por conta disso, em 19 de janeiro de 1931, o governo provisório de Getúlio Vargas criou o decreto-lei nº 19.604 para punir falsificações e fraudes de gêneros alimentícios. Como primeira legislação específica para o tema, ele enquadrava como crime de estelionato uma série de práticas fraudulentas de fabricantes e vendedores de gêneros alimentícios para consumo público. Segundo o artigo 1º do decreto, incluíam nesse conjunto produtos misturados ou acondicionados com substâncias que lhes modificassem a qualidade, produtos que perdessem suas propriedades normais, produtos que fossem adulterados para esconder fraudes ou deterioração, produtos que tivessem uma composição diferente da indicada em rótulos e etiquetas e produtos que contivessem ingredientes nocivos à saúde.⁴⁷⁸

Não se tratava ainda de ‘crimes contra a economia popular’, é bem verdade. Mas o decreto de 1931 era uma primeira tentativa de combater os males do chamado “mercado negro”, que nada mais eram do que os riscos de um mercado irregular de compra e venda de produtos por preços acima dos valores do mercado legal. Era também uma forma de fiscalizar a atuação de fabricantes e comerciantes que, por ações desonestas, buscavam o seu lucro a partir da adulteração das mercadorias vendidas. A preocupação direta com os chamados gêneros alimentícios, por sua vez, indicava que o foco era de fato a questão alimentar – especialmente nos mercados urbanos brasileiros, onde o número de intermediários era sempre um problema a ser fiscalizado.

A preocupação com essa questão perdurou durante a Era Vargas, mas em 1938 é que surge, de fato, a primeira legislação específica para os crimes contra a “economia popular”. Durante o Estado Novo, Vargas promulga o decreto-lei nº 869 de 18 de novembro de 1938. Segundo o artigo 2º do decreto, eram considerados crimes contra a “economia popular”:

- “I - destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias primas ou produtos necessários ao consumo do povo;
- II - abandonar ou fazer abandonar lavouras ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou

⁴⁷⁷ Ver SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana...* op. cit. p. 176-177.

⁴⁷⁸ BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 19.604 de 19 de janeiro de 1931. Pune as falsificações e fraudes de gêneros alimentícios. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/executapesquisabasica.action>. Acessado em 30 de julho de 2015.

quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

III - promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio;

IV - reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços;

V - vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência;

VI - provocar a alta ou baixa de preços, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício;

VII - dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios, para o fim de subscrição, compra ou venda de títulos, ações ou quotas;

VIII - exercer funções de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa ou sociedade do mesmo ramo de indústria ou comércio com o fim de impedir ou dificultar a concorrência;

IX - gerir fraudulentamente ou temerariamente bancos ou estabelecimentos bancários, ou de capitalização; sociedades de seguros, pecúlios ou pensões vitalícias; sociedades para empréstimos ou financiamento de construções e de vendas de imóveis a prestações, com ou sem sorteio ou preferência por meio de pontos ou quotas; caixas econômicas; caixas Raiffeisen; caixas mútuas, de beneficência, socorros ou empréstimos; caixas de pecúlio, pensão e aposentadoria; caixas construtoras; cooperativas; sociedades de economia coletiva, levando-as à falência ou à insolvência, ou não cumprindo qualquer das cláusulas contratuais com prejuízo dos interessados;

X - fraudar de qualquer modo escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras informações devidas a sócios de sociedades civis ou comerciais, em que o capital seja fracionado em ações ou quotas de valor nominativo igual ou inferior a 1:000\$000, com o fim de sonegar lucros, dividendos, percentagens, rateios ou bonificações, ou de desfalcas ou desviar fundos de reserva ou reservas técnicas.”⁴⁷⁹

A vasta seara do que constituía crime contra a “economia popular” envolvia práticas desde o açambarcamento e/ou destruição de mercadorias, abandono e/ou paralização de fábricas e fazendas (complementar à Lei de Segurança Nacional de 1935, após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora), formação de cartéis, adulteração de

⁴⁷⁹ BRASIL. Presidência da República. Decreto no. 869 de 18 de novembro de 1938. Define os crimes contra a economia popular e seu emprego. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaooriginal-1-pe.html> . Último acesso em 28 de julho de 2015.

produtos, fraude de seguros etc. Em relação ao decreto de 1931, aumentara a quantidade de práticas que constituíam crime e, em certo sentido, elas pareciam estar diretamente desvinculadas do crime de estelionato. De fato, o novo decreto-lei previa uma pena que poderia ir de 6 meses a 10 anos conforme a natureza do crime cometido.⁴⁸⁰ E além desses casos, os artigos 3º e 4º ainda incorporavam alguns pontos do decreto de 1931, a dizer: ajustar preços para impor revenda de mercadorias, transgredir tabelas oficiais de preços, fraudar pesos e medidas, violar contratos de venda, cobrar juros além da taxa oficial, entre outros. Porém, é possível afirmar que essa imensa gama de atividade fraudulentas dizia muito pouco sobre as vítimas desses crimes, acabando por nivelar práticas ilícitas de pequenos comerciantes do varejo com atividades monopolistas de capitalistas e com atividades de extorsão e ágio.

Vale ressaltar que ao ter sido promulgado em 18 de novembro de 1938, o decreto-lei não se tornara parte integral da Constituição brasileira de 1937. Ainda assim, o ministro da justiça Francisco Campos, que na época estava empreendendo a reforma do Código Penal brasileiro, realizara o seguinte pronunciamento acerca da importância de uma legislação específica sobre os crimes contra a “economia popular”:

“Como se vê, a Constituição é explícita: equipara os crimes contra a Economia Popular aos cometidos contra a Segurança do Estado – no que põe em pé de igualdade, irmandando-os e confundindo-os, o Estado e o povo – e prescreve para os mesmos fôro especial. (...) O Estado Novo não mereceria existir se continuasse a contemplar, de braços cruzados, estes espetáculos hediondos. (...) A leitura do texto da lei mostra claramente quais os fins que tem em vista, e que são de duas ordens. O primeiro é garantir a guarda e o emprego da economia popular, que não pode ser dissipada e malbaratada em empreendimentos suspeitos, organizados, com muito barulho de propaganda, por alguns espertalhões. A lei garante o povo contra eles e lhe dá, ao mesmo tempo, segurança do bom emprego de suas economias. O bom emprego das economias populares, por sua vez, promove a formação das reservas de que o país necessita para a expansão das empresas e indústrias úteis. O segundo fim da lei é evitar o bloqueio da concorrência por meio de arranjos, combinações ou organizações destinadas a estabelecer o monopólio em certos ramos da economia pública ou a restringir a

⁴⁸⁰ O decreto 19.604 de 1931, ao incorporar os crimes de adulteração de gêneros alimentícios ao crime de estelionato, se baseava então no artigo 338 do Código Penal de 1890. Segundo esse artigo, a pena pelo crime de estelionato ia de 1 a 4 anos de prisão. Com a reforma do Código Penal em andamento já em 1938, é possível que a determinação de penas fosse repensada para que ela não fosse equiparada mais aos casos de estelionato.

livre competição, indispensável ao desenvolvimento industrial e comercial do país.”⁴⁸¹

Segundo o ministro do Estado Novo, o decreto-lei estava em perfeito acordo com a Constituição do regime. Contudo, é possível interpretar essa fala em outras dimensões. Em dissertação de mestrado sobre a construção das leis de “economia popular” durante o Estado Novo, Manuela Bittar Horn afirma que a fala de Campos no período pode ser diretamente relacionada à visão do Estado fascista italiano acerca da “economia popular”, considerando como semelhanças entre elas “a intervenção estatal na economia; a preocupação em equiparar, ao menos em seus discursos, o povo e o Estado, colocando o coletivo acima do individual; e a nova tendência a reprimir os crimes que prejudicavam a economia nacional”.⁴⁸² Em outras palavras, no seio da jurisprudência criada estava uma identificação direta entre Estado e povo, que servia aos interesses de regimes políticos autoritários.

Por sua vez, no campo da economia, isso criaria uma espécie de amálgama entre o que seria uma “economia popular” e uma “economia nacional”, confundindo assim os objetivos estratégicos de ambas. Isso elevaria o Estado à condição de entidade capaz de controlar o funcionamento da economia de mercado conforme seus interesses políticos. A tradicional frase “mais canhões, menos manteiga” (que remonta ao fascismo italiano e ao nazismo alemão enquanto preparavam suas máquinas de guerra) dá a tônica dos interesses jurídicos consolidados: era o Estado, e não mais o mercado, que determinaria os limites da escassez e o foco da produção.

Contudo, no contexto brasileiro do Estado Novo, Horn destaca que os crimes contra a “economia popular”, tal como pensados durante o regime ditatorial de Vargas, mantinham uma ambiguidade jurídica: a lei existia, mas não possuía respaldo pela Constituição, o que permitia questionar sua efetividade. Sendo assim, o enquadramento jurídico dos crimes contra “economia popular” ficava sob o encargo da interpretação de juristas, que tentavam resolver essa ambiguidade por conta própria. A partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando algumas indústrias têxteis e materiais ganharam o caráter de “indústrias de segurança nacional”, essas interpretações foram alinhadas com a Lei de Segurança Nacional do Estado Novo – embora seja um exagero

⁴⁸¹ LYRA, Roberto. *Crimes contra a economia popular; doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Jacinto, 1940.

⁴⁸² HORN, Manuela Bittar. *O duplo nível de legalidade e os crimes contra a economia popular no direito penal autoritário: Itália fascista versus Estado Novo brasileiro (1927-1945)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 18.

falar que todos os crimes contra a “economia popular” tenham sido enquadrados dentro dessa legislação.⁴⁸³ Na verdade, como destaca Manuela Horn, a legislação contra a “economia popular” tal como fora concebida, não era nem mesmo vista como contrária à Ordem do Trabalho – tal como prevista no artigo 139 da Constituição do Estado Novo.⁴⁸⁴ Em outras palavras, a “economia popular”, apesar de suas delimitações no plano jurídico, era um tema cheio de ambiguidades e que dependia de interpretações de juristas para ter uma efetividade legal.

É possível afirmar que o decreto-lei 869 constituía uma preocupação com o tema da “economia nacional”, mas confundia-a deliberadamente com a “economia popular” – algo que estava alinhado a uma prática comum dos regimes autoritários da época que envolvia confundir “povo e Estado”. Tratava-se de um mecanismo regulatório de mercado, mas que operava como legislação específica, ao mesmo tempo em que essa mesma legislação não era enquadrada *a priori* como violação trabalhista ou crime de segurança nacional. Tais aspectos dão a tônica da dificuldade jurídica em utilizar a lei de economia popular como base para prisões e multas, tal como era previsto no decreto-lei de 1938.

É possível também verificar outro aspecto da legislação do período. Essa confusão entre ‘Estado’ e ‘povo’, que servia como uma espécie de suporte ideológico para a legislação – e que foi especialmente utilizada na conjuntura de guerra mundial que o Brasil entrara em 1942 –, acabava permitindo que a própria população brasileira pudesse recorrer às autoridades do Estado para autuar os contraventores.⁴⁸⁵ Embora houvesse dificuldades para cumprir a lei (o que já ajudaria a explicar o número reduzido de processos-crime dos períodos posteriores), não se pode deixar de lado o fato que ela possibilitava que o controle do mercado também passasse pelas mãos das camadas populares.

Contudo, a legislação acerca dos crimes contra a economia popular passou por transformações no período pós-Estado Novo, tendo em vista que a Lei de Segurança Nacional fora revogada e que uma nova Constituição entrara em vigor já em 18 de setembro de 1946. Porém, uma semana antes da Constituinte encerrar seus trabalhos, o presidente Eurico Gaspar Dutra promulgara um decreto-lei acerca da “economia popular”, o decreto-lei 9.840. Tratava-se de uma tentativa de resolver o problema da

⁴⁸³ PUREZA, Fernando. “*Economia de guerra*”...*op. cit.* p. 48-50.

⁴⁸⁴ HORN, Manuela Bittar. *op. cit.* p. 102.

⁴⁸⁵ PUREZA, Fernando Cauduro. “*Economia de guerra*”...*op. cit.* p. 67-69.

inflação decorrente da economia de guerra e que reatualizava a linguagem jurídica, deixando mais evidente que os problemas de “economia nacional” não eram exatamente os mesmos do que o Estado brasileiro definia como “economia popular”. Segundo o artigo 2º do decreto, eram “também considerados crimes contra a ‘economia popular’”:

- “I – sonegar mercadorias ou recusar vendê-las;
- II – favorecer ou preferir comprador em detrimento de outro, ressalvados, quanto à indústria, os pedidos de mercadorias feitos anteriormente a 4 de abril de 1946 e os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou de revendedores;
- III – negar ou deixar o vendedor de fornecer nota ou caderno de venda de gêneros ou mercadorias de primeira necessidade, seja esta à vista ou a prazo, e cuja importância exceda de dez cruzeiros, ou de especificar na nota ou caderno:
 - a) o preço da mercadoria vendida;
 - b) o nome do estabelecimento, da firma ou do responsável;
 - c) a rua e o número do prédio (estabelecimento);
 - d) o nome da localidade com a data em que é feita a transação (Decreto-lei nº 9.125, de 4 de abril de 1946);
- IV – receber, ou tentar receber, por motivos de locação, ou sub-locação, quantia ou valor além do aluguel e dos encargos e garantias permitidos em lei;
- V – recusar recibo de aluguel ou cobrá-lo antecipadamente, salvo na ausência de caução real ou fideijussória;
- VI – alugar, não usar o prédio dentro de um ano, ou não iniciar a construção dentro de 4 meses, nos casos previstos nos itens II, III e V do art. 18 do Decreto-lei 9.669, de 29 de agosto de 1946;
- VII – infringir o disposto no artigo 21 do Decreto-lei 9.669 citado;
- VIII – expor a venda mercadoria ou produto alimentício, cujo fabrico haja desatendido determinações oficiais, quanto ao peso e composição;
- IX – recusar fornecer água, luz e gaz [sic], periódica ou permanentemente, a prédio locado ou sub-locado, ou, por outro modo, obstar o seu uso.

Pena de detenção de 1 a 6 meses e multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 50.000,00.”⁴⁸⁶

Antes de adentrar na análise do artigo e de seus incisos, vale ressaltar que o uso do termo “também” esclarece que as definições sobre os crimes contra a economia popular do decreto-lei de 1938 seguiam vigentes. Assim, mantinha-se a mesma

⁴⁸⁶ BRASIL. Presidência da República. Decreto no. 9.840 de 11 de setembro de 1946. Consolida infrações sobre crimes contra a economia popular e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9840-11-setembro-1946-457409-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 28 de julho de 2015. O Decreto-lei 9.125 de 9 de abril 1946 se refere especificamente a questão dos alugueis de imóveis.

perspectiva de confundir ‘Estado’ e ‘povo’ na concepção do termo ‘economia popular’. Contudo, a nova legislação – que complementava a anterior – indicava uma preocupação específica com o que antes era denominado como prática fraudulenta. Além disso, práticas comerciais como o “caderno de vendas” são legitimadas e podiam ser utilizadas como evidência de práticas fraudulentas no comércio, desde que eles fossem preenchidos com o preço da mercadoria, o nome do estabelecimento, o endereço e a data da transação. Também se pode destacar a preocupação com a questão dos imóveis – tendo em vista o aumento dos alugueis no período. Em certo sentido, é possível afirmar que o espectro do que o Estado brasileiro definia como “crime contra economia popular” sofria duas mudanças importantes: estava mais ligado à fraude na venda de mercadorias e serviços e menos propenso a servir como base jurídica para a intervenção estatal na economia. Por outro lado, a legislação de 1946 colocava-se como complementar a de 1938, o que geraria ainda mais confusões.

Cabe ressaltar também que há outros dois acréscimos significativos em relação ao decreto-lei de 1938. O artigo 5º da nova legislação definia que os crimes referentes a gêneros, artigos ou mercadorias sujeitos ao racionamento, teriam as penas agravadas em um terço. Isso já mostrava a preocupação do Estado brasileiro quanto a existência de um mercado ilegal de alimentos e mostrava inclusive a necessidade de aumentar a pena dos responsáveis – uma diferença substantiva em relação ao que em 1938 poderia ser enquadrado como violação da Lei de Segurança Nacional. Por sua vez, o artigo 9º do decreto de 1946 definia que os crimes contra a “economia popular” seriam processados pela Justiça Comum, e, no Distrito Federal, distribuídos a todas as Varas Criminais.⁴⁸⁷ Assim, a jurisprudência apontaria menor ambiguidade, definindo então como tarefa da Justiça Comum a autuação dos processos.

Todas essas mudanças referentes ao decreto-lei 9.840 permite que se retome o foco na cidade de Porto Alegre. É válido ressaltar que no ano de 1946 foram encontrados 13 processos na Terceira Vara Criminal da capital gaúcha – ano no qual houve a maior incidência dos processos verificados na pesquisa. De certa forma, é possível afirmar que esse número está relacionado às mudanças de ordem jurídica ocorridas com o novo decreto-lei. O fato de existir uma jurisprudência mais transparente e diretamente relacionada à Justiça Comum permite que seja levantada uma série de hipóteses: é possível que as mudanças legais tenham facilitado o acesso da população à lei e seus

⁴⁸⁷ DL 9.840.

dispositivos punitivos. Também é possível que houvesse uma correlação com o fim do regime ditatorial de Vargas e uma maior confiança nas instituições legais. Mas há também a possibilidade de que a própria polícia estivesse disposta a apagar a imagem violenta e repressiva da era Vargas e querendo construir uma imagem da corporação mais propensa a auxiliar as camadas populares. E embora seja difícil atestar qualquer uma dessas hipóteses, elas são válidas para refletir sobre as mudanças que ocorriam na questão dos usos da legislação sobre a “economia popular”. Contudo, ao mesmo tempo em que a legislação se renovava, aparentemente continuava forte o suporte ideológico do decreto de 1938 que confundia ‘Estado’ e ‘povo’. Isso, porém, abria espaço para uma interpretação jurídica que compreendesse os crimes contra “economia popular” como uma afronta não só aos populares, mas ao próprio Estado.

Há ainda uma outra questão a ser trazida à tona. Se o número de processos era maior em 1946, isso não significa que essa quantidade era constante. Assim, em 1947, apenas três processos foram encaminhados na Terceira Vara Criminal de Porto Alegre. E em 1948, 1949 e 1950, nenhum processo foi encaminhado. Se os efeitos legais tinham sido os responsáveis pelo alto índice de processos em 1946, essa explicação depende de uma mediação que leve em conta os anos seguintes. Em parte, poderia se pensar que a economia porto-alegrense estava se recuperando da inflação – o que, segundo as pesquisas do DEE-RS, não parece ser o caso. Mas também poderia se pensar que o problema maior era exatamente a falta de acesso e transparência que esses casos enfrentavam na Justiça Comum.

Nesse ponto, é importante salientar também que dado o curto intervalo entre a promulgação do decreto-lei e da Constituição brasileira de 1946, os crimes contra “economia popular” não foram incorporados na carta magna do novo regime democrático. Ao mesmo tempo que o decreto-lei 9.840 de 1946 somava-se ao decreto-lei 869 de 1938, ficava evidente que a “economia popular” se tornara uma definição excessivamente elástica e precisava de atualizações. O fato do decreto de 1946 ter alterado as medidas punitivas em relação ao original indicavam a mudança no regime político (que estava vivendo uma transição democrática). Se a base ideológica que confundia ‘economia popular’ com ‘economia nacional’ seguia firme, a natureza das punições nesses crimes era razão de debate entre os magistrados.

Nesse contexto, o subprocurador da Justiça de São Paulo, Edgard Magalhães Noronha fez um pronunciamento no 1º Congresso do Ministério Público do Estado do Paraná avaliando os problemas da legislação acerca dos crimes contra economia

popular.⁴⁸⁸ A fala de Noronha tem pontos interessantes a analisar, em especial na tentativa que o magistrado empreende em dar elementos para a definição do que seria a “economia popular”. Segundo ele:

“[...] a consciência popular veio paulatinamente despertando contra as ciladas torpes ou fraudulentas. Não se confunde mais atividade bancária ou mutuária [sic] com **agiotagem**. Todos sabemos o que seja **açambarcamento**, isto é, a aquisição da totalidade de produtos em determinada praça, destinada a anular a concorrência, para o fim da imposição do preço. As coalisões capitalistas, a asfixia econômica, a alteração injustificável de preços, o lucro onzenário, o enriquecimento ilícito com dano de inúmeras pessoas, as cláusulas abusivas nos contratos de compra e venda a prestações, a concorrência desleal, a gestão fraudulenta ou temerária de sociedades de economia coletiva, etc., tudo isso não mais passa despercebido.”⁴⁸⁹

Também é possível verificar na fala de Noronha a importância do controle do Mercado por parte do Estado. Mas ao falar que a “consciência popular” despertaria contra as ciladas de comerciantes fraudulentos, ele concebe que a tarefa de regulação da economia de mercado partiria também dessa chamada “consciência popular”. Em outras palavras, a confusão entre ‘economia nacional’ e ‘economia popular’ abria a possibilidade não apenas de ter um Estado interventor na economia nacional, mas também uma população com poder de intervenção – algo que era valorizado por Noronha.

Porém, o subprocurador tinha como preocupação na sua fala elevar a importância do Ministério Público na formação da jurisprudência dos tribunais, ressaltando a existência das “deficiências naturais do novo organismo” – no caso, das leis de combate aos crimes contra economia popular. Na interpretação de Noronha, a finalidade do novo decreto-lei era de “indicar as leis vigentes acerca da economia popular, o que, aliás, fez de modo lacunoso; melhorar e aperfeiçoar algumas definições de crimes já existentes; dispor medidas complementares e traçar o rito processual.”⁴⁹⁰

Em toda fala de Noronha há uma interessante proximidade com algumas falas comuns a líderes trabalhistas do período, em especial às suas análises sobre o capitalismo

⁴⁸⁸ As referências a seguir foram retiradas da transcrição da fala do subprocurador. O pronunciamento ocorrera em 1951, embora sem datação específica. Porém, a transcrição da fala ocorrerá somente em 1954. Ver: NORONHA, Edgard Magalhães. *Dos crimes contra a economia popular*. IN: Revista de Direito da Universidade Federal do Paraná. Vol. 2. N. 0. Curitiba, 1954.

⁴⁸⁹ NORONHA, p. 315-316. Grifos do autor.

⁴⁹⁰ *Idem*. p. 322.

liberal (ou o que o subprocurador chamou de “liberalismo individualista”).⁴⁹¹ Há que se destacar em especial o seu fechamento:

“O homem, pelo simples fato de nascer, tem direito à vida, que é o bem supremo. Por isso em todos os códigos há um artigo que proíbe matar, que pune a supressão violenta da vida humana. Mas há também uma **lei moral** que interdita matá-lo lentamente pela miséria, pelas privações ou pelo trabalho excessivo e inadequado.”⁴⁹²

A interpretação de Noronha destinava-se aos juristas, tentando resolver os problemas que a existência dos dois decretos-leis tinha desencadeado na Justiça Comum. Problemas que, segundo o autor, eram “deficiências naturais” oriunda da criação do novo decreto-lei de 1946. Porém, o magistrado não se coloca contrário à criação do decreto 9.840, mas o defende como instrumento de combate à desigualdade social. Boa parte de seu pronunciamento tem como princípio de que aquilo que a “consciência popular” definira como crime era agora respaldado pelas leis. Leis essas que, em certo sentido, ecoavam uma “lei moral” que protegia os trabalhadores da privação e da miséria.⁴⁹³ Em última instância, para Noronha, o que estava em jogo não era abolir leis que tinham problemas, mas sim ajustá-las para que elas cumprissem o papel social que delas esperava.

É possível que essa visão exposta pelo subprocurador tenha ecoado em outras instâncias da política brasileira. Isso pode ser percebido porque no dia 22 de maio de 1951, o então presidente Getúlio Vargas encaminhara um projeto de lei à Câmara dos Deputados com o fim de “alargar a configuração dos delitos previstos em suas disposições e de aumentar algumas penalidades, assim como a necessidade de lhes prescrever processo e julgamento adequados à sua pronta e segura punição”.⁴⁹⁴ Após debate na Câmara e no Senado, finalmente o Brasil aprovava a primeira lei, de fato, sobre os crimes

⁴⁹¹ A referência a proximidade com a fala de líderes trabalhistas da época se refere especificamente aos textos de Alberto Pasqualini, considerado um dos principais ideólogos da primeira fase do trabalhismo do PTB no Brasil. Para mais, ver BODEA, Miguel. *op. cit.* p 102-107.

⁴⁹² NORONHA, Edgard Magalhães. *op. cit.* p. 324. Grifos meus.

⁴⁹³ O leitor pode acabar considerando que há semelhanças entre o argumento do jurista com o de E.P. Thompson em *A economia moral da multidão*. Todavia, cabe ressaltar que a interpretação de Thompson sobre “moralidade” está amparada principalmente na discussão existente na doutrina smithiana que discutia as relações entre moralidade e economia. Ao que tudo indica, esse não parece ser o caso de Edgard Noronha, que utiliza o termo “moral” associando-o à “justiça”.

⁴⁹⁴ VARGAS, Getúlio. *Mensagem do presidente da República à Câmara*. Mensagem nº 151-51. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *Crimes contra a economia popular*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito LTDA, 1952. p. 5.

contra a economia popular. A lei 1.521 de 26 de dezembro de 1951 tornava-se um marco da legislação brasileira e redefinia o disposto pelos decretos-lei anteriores. Vale salientar que, como peça legislativa, essa mesma lei vigora ainda hoje, embora seus mecanismos tenham sido alterados ao longo das décadas e conforme as mudanças de regime político e reatualizações penais.

A ideia do novo registro era conseguir adequar os decretos-lei 869 de 1938 e 9.840 de 1946 numa nova peça legislativa que conseguisse dar conta dos problemas que os dois decretos criavam para os juristas. Assim, no artigo 2º da lei 1.521, definia-se como crime contra a economia popular as seguintes práticas:

“I - recusar individualmente em estabelecimento comercial a prestação de serviços essenciais à subsistência; sonegar mercadoria ou recusar vendê-la a quem esteja em condições de comprar a pronto pagamento;

II - favorecer ou preferir comprador ou freguês em detrimento de outro, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

III - expor à venda ou vender mercadoria ou produto alimentício, cujo fabrico haja desatendido a determinações oficiais, quanto ao peso e composição;

IV - negar ou deixar o fornecedor de serviços essenciais de entregar ao freguês a nota relativa à prestação de serviço, desde que a importância exceda de quinze cruzeiros, e com a indicação do preço, do nome e endereço do estabelecimento, do nome da firma ou responsável, da data e local da transação e do nome e residência do freguês;

V - misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, expô-los à venda ou vendê-los, como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para expô-los à venda ou vendê-los por preço marcado para os de mais alto custo;

VI - transgredir tabelas oficiais de gêneros e mercadorias, ou de serviços essenciais, bem como expor à venda ou oferecer ao público ou vender tais gêneros, mercadorias ou serviços, por preço superior ao tabelado, assim como não manter afixadas, em lugar visível e de fácil leitura, as tabelas de preços aprovadas pelos órgãos competentes;

VII - negar ou deixar o vendedor de fornecer nota ou caderno de venda de gêneros de primeira necessidade, seja à vista ou a prazo, e cuja importância exceda de dez cruzeiros, ou de especificar na nota ou caderno - que serão isentos de selo - o preço da mercadoria vendida, o nome e o endereço do estabelecimento, a firma ou o responsável, a data e local da transação e o nome e residência do freguês;

VIII - celebrar ajuste para impor determinado preço de revenda ou exigir do comprador que não compre de outro vendedor;

IX - obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos ("bola de neve", "cadeias", "pichardismo" e quaisquer outros equivalentes);

X - violar contrato de venda a prestações, fraudando sorteios ou deixando de entregar a coisa vendida, sem devolução das prestações pagas, ou descontar destas, nas vendas com reserva de domínio, quando o contrato for rescindido por culpa do comprador, quantia maior do que a correspondente à depreciação do objeto.

XI - fraudar pesos ou medidas padronizados em lei ou regulamentos; possuí-los ou detê-los, para efeitos de comércio, sabendo estarem fraudados.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, de dois mil a cinqüenta mil cruzeiros.⁴⁹⁵

O artigo também era acompanhado de um parágrafo único que definia os gêneros de primeira necessidade como aqueles considerados indispensáveis à subsistência do indivíduo, tais como artigos destinados à alimentação, ao vestuário, à iluminação, à saúde, à energia e à habitação. Além disso, o artigo 4º inseria os crimes usurários e o artigo 9º os referentes ao mercado de imóveis. Em certo sentido, a nova legislação parecia ainda mais ampla que as anteriores.

Contudo, há que se destacar que os diferentes artigos previam diferentes penas. A título de comparação, os crimes citados no artigo 2º previam uma pena que podia chegar a dois anos de prisão e mais uma multa considerável.⁴⁹⁶ Mas no artigo 3º, outras práticas eram enquadradas como crime contra a economia popular e elas seriam punidas com 2 a 10 anos de detenção, além de uma multa que poderia ir de vinte mil a cem mil cruzeiros. Tais práticas envolviam:

“I - destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias-primas ou produtos necessários ao consumo do povo;

II - abandonar ou fazer abandonar lavoura ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

⁴⁹⁵ BRASIL. Presidência da República. Lei 1.521 de 26 de dezembro de 1951. Altera disposições da legislação vigente sobre os crimes contra a economia popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1521.htm. Acessado em 28 de julho de 2015.

⁴⁹⁶ A título de comparação, em 1951, o salário mínimo oficial era de 380 cruzeiros. Ele seria reajustado no ano seguinte para a quantia de 1.190 cruzeiros, incorporando os ajustes feitos em instâncias regionais.

III - promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transportes ou comércio;

IV - reter ou açambarcar matérias-primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do País e provocar a alta dos preços;

V - vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência.

VI - provocar a alta ou baixa de preços de mercadorias, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício;

VII - dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios, para fim de substituição, compra ou venda de títulos, ações ou quotas;

VIII - exercer funções de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa ou sociedade do mesmo ramo de indústria ou comércio com o fim de impedir ou dificultar a concorrência;

IX - gerir fraudulentamente ou temerariamente bancos ou estabelecimentos bancários, ou de capitalização; sociedades de seguros, pecúlios ou pensões vitalícias; sociedades para empréstimos ou financiamento de construções e de vendas e imóveis a prestações, com ou sem sorteio ou preferência por meio de pontos ou quotas; caixas econômicas; caixas Raiffeisen; caixas mútuas, de beneficência, socorros ou empréstimos; caixas de pecúlios, pensão e aposentadoria; caixas construtoras; cooperativas; sociedades de economia coletiva, levando-as à falência ou à insolvência, ou não cumprindo qualquer das cláusulas contratuais com prejuízo dos interessados;

X - fraudar de qualquer modo escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras informações devidas a sócios de sociedades civis ou comerciais, em que o capital seja fracionado em ações ou quotas de valor nominativo igual ou inferior a um mil cruzeiros com o fim de sonegar lucros, dividendos, percentagens, rateios ou bonificações, ou de desfalcar ou de desviar fundos de reserva ou reservas técnicas.”

A primeira diferença mais evidente entre os decretos anteriores e essa nova lei, criada no governo Vargas, era que pela primeira vez parecia haver uma separação entre ‘economia popular’ e ‘economia nacional’. Embora o preâmbulo da lei fosse dirigido aos crimes e contravenções contra a economia popular, a diferença entre as penas serviria como marco para dividir os crimes cometidos diretamente contra a população daqueles crimes cometidos que atentavam contra o planejamento estratégico da economia brasileira.

Mas essa não era a única diferença que marcaria a nova lei. Por ser uma peça legislativa, ela foi levada ao Congresso Nacional, reformada, lapidada, votada e aprovada: em outras palavras, ela não era um ato de gabinete vindo exclusivamente do Executivo como eram os decretos anteriores. Apesar de Vargas encaminhar o projeto, o debate dentro do Legislativo é que lapidou a lei em seu formato original – como pretendo demonstrar.

Todavia, talvez a maior mudança prevista na nova lei é que os processos agora eram responsabilidade de um Tribunal do Júri para o julgamento desses crimes. A lei de 1951 partia do pressuposto do decreto de 1946 de que os crimes contra a “economia popular” eram responsabilidade dos juízes das varas criminais. Porém, a pedido de Vargas num pronunciamento à Câmara dos Deputados no dia 26 de julho de 1951, o Congresso passou a considerar a possibilidade de constituir um Tribunal do Júri para esses crimes. É bem verdade que a Constituição de 1946 previa que os júris seriam instituídos no direito penal brasileiro em casos de crimes contra a vida, mas o presidente brasileiro afirmava que a necessidade de júri para os crimes contra “economia popular” encontrava respaldo na necessidade de reprimir duramente os criminosos ao mesmo tempo em que permitia convocar o povo a participar de um julgamento sobre uma matéria que tanto lhe interessava. Nas palavras do próprio Getúlio,

“A outorga, ao júri, do julgamento de infrações contra a economia popular, cuja punição o Governo quer tornar mais efetiva, encontra ampla justificação na própria essência do instituto. Praticadas com o objetivo de enriquecimento ilícito dos que fornecem à população as utilidades indispensáveis à sua alimentação, vestuário e habitação, é natural que os julgadores de tais infrações sejam recrutados nas várias camadas do povo. Todos aqueles que sentem de perto os efeitos da cupidez e da espoliação de seus poucos meios de subsistência, terão oportunidade de participar direta e pessoalmente do grande esforço que as autoridades responsáveis empregam para conter a alta dos preços.”⁴⁹⁷

A defesa do júri popular feita por Vargas parece buscar separar claramente as diferenças entre “economia popular” e “economia nacional”, o que supostamente contrariava a legislação de 1938, criada durante sua ditadura. À medida que o presidente definia que as infrações contra a “economia popular” atingiam justamente a população

⁴⁹⁷ VARGAS, Getúlio. *Nova mensagem*. Mensagem nº 198-51. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *Op. cit.* p. 17.

em áreas como alimentação, vestuário e habitação, ele deixava de lado as principais atividades de contravenção econômica como fraudes fiscais e estelionatos – que teriam sua própria legislação definida e que, por sua vez, não estariam sujeitas a um tribunal do júri. Mais do que isso, essa mensagem ecoava com o próprio pronunciamento de Vargas no primeiro de maio de 1951, quando o presidente retomou a tradição estadonovista de falar a uma multidão de trabalhadores no estádio São Januário, no Rio de Janeiro. Nessa fala de conclamação popular, Vargas ainda não falara sobre seus propósitos específicos no combate aos crimes contra a economia popular, mas deixava clara a necessidade de organização popular para resolver os impasses que a carestia trazia. Tal posicionamento pode ser visto nesse fragmento de seu discurso:

“Mas, com a lealdade que vos acostumastes a esperar de mim, venho dizer que, neste momento, o Governo ainda está desarmado de leis e de elementos concretos de ação imediata, para a defesa da economia do povo. É preciso, pois, que o povo se organize, não só para defender os seus próprios interesses, mas também para dar ao Governo o ponto de apoio indispensável a realização dos seus propósitos. Por isso, escolhi este dia a este momento do nosso primeiro encontro festivo para vos fazer um apelo.

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós, tanto quanto precisais de mim. Preciso da vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do Governo, para que este possa dispor de toda a força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas. Preciso da vossa união para lutar contra os sabotadores, para que eu não fique prisioneiro dos interesses dos especuladores e dos gananciosos, em prejuízo dos interesses do povo. Preciso do vosso apoio coletivo, estratificado e consolidado na organização dos sindicatos, para que os meus propósitos não se esterilizem e a sinceridade com que me empenho em resolver os vossos problemas não seja colhida de surpresa e desarmada pela onda reacionária dos interesses egoístas, que, de todos os lados, tentam impedir a livre ação do meu Governo.”⁴⁹⁸

Se por um lado não ficava claro quais mecanismos institucionais e legais seriam usados para coibir os “sabotadores”, “especuladores” e “gananciosos”, num olhar *post facto* é possível perceber algumas conexões entre o discurso de Vargas aos trabalhadores

⁴⁹⁸ VARGAS, Getúlio. *No estádio do Vasco da Gama – discurso de primeiro de maio de 1951*. IN: BRASIL. Biblioteca da Presidência da República, 1951. Acervo digital: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1951/07.pdf/at_download/file. Acessado em 10 de julho de 2015.

e seu apelo ao Congresso para a instauração de júris populares na defesa da economia popular. No discurso do primeiro de maio, o presidente brasileiro afirmava que o governo ainda se via “desarmado de leis” para a defesa da “economia do povo” e conclamava esse mesmo “povo” a defender seus interesses – e, é claro, o próprio governo. A estratégia varguista de apelo às classes populares via, na questão da economia popular, uma forma de reafirmar o que Ângela de Castro Gomes chamara de “pacto trabalhista”. Em outras palavras, o chamado de Vargas reiterava a importância do combate às fraudes econômicas por meio de uma ação popular organizada a partir dos sindicatos. Se as entidades de classe atenderam ao chamado do presidente da República, seria preciso avaliar caso a caso o envolvimento dos sindicatos no caso dos crimes contra a economia popular.

Há que se considerar também o efeito retórico de Vargas – enquanto no Primeiro de Maio ele defendia a representação sindical perante os crimes contra a economia popular, nas mensagens à Câmara feitas posteriormente, ele apontava para a indicação da participação popular nos júris, passando assim pelas zonas eleitorais. Era, sem dúvida, uma grande modificação e que fora acolhida na versão final da lei.

Segundo o seu artigo 13º, ficava definido que o júri seria composto por um juiz e vinte jurados, sorteados dentre os eleitores de cada zona eleitoral. Cinco deles constituiriam o conselho de sentença em cada sessão do julgamento.⁴⁹⁹ No artigo 14º, garantia-se que a lista de eleitores aptos ao trabalho no júri seria responsabilidade do juiz e que eles teriam de buscar pessoas de “notória idoneidade, incluídos de preferência os chefes de família e as donas-de-casa”.⁵⁰⁰ Por outro lado, é possível perceber a ausência de qualquer ligação com sindicatos, algo que chama atenção. O trabalho do júri popular estaria atrelado à cidadania eleitoral – o que pode ser considerado uma mudança em relação à concepção de cidadania pressuposta no final de Estado Novo que associava os direitos políticos a uma classe trabalhadora organizada nos sindicatos e amparada juridicamente pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).⁵⁰¹

Porém, percebe-se também que a ideia de júri popular para crimes contra a economia popular não encontrara ampla adesão dentro da Câmara. O primeiro parecerista do projeto de lei apresentado pelo Executivo foi o deputado federal por São Paulo, José

⁴⁹⁹ Lei 1.521.

⁵⁰⁰ É significativo que houvesse, na letra da lei, uma preocupação que donas-de-casa participassem dos júris. Contudo, aparentemente nenhum dos comentadores da época achou isso digno de nota. Seria importante retomar diferentes processos, de diferentes varas criminais e de diferentes regiões para ver o peso que as donas-de-casa inferiam nos inquéritos e como as questões de gênero estariam colocadas nessas discussões.

⁵⁰¹ Ver: GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

Adriano Marrey Júnior (PTB), que em sua apreciação sobre essa questão, advertia que havia “um grande número de infrações que escapam à percepção do homem do povo, especialmente das donas de casa e que só os juízes togados poderão verificar, compreender e apreciar”.⁵⁰² Além disso, o deputado manifestava também o seu receio de que o júri, ao ser composto somente com eleitores, poderia transformar-se em “júri partidário”.⁵⁰³ Em certo sentido, as ressalvas de um deputado do mesmo partido de Vargas pareciam ser direcionadas contra a ideia de júri popular, concebendo tanto a inaptidão da população para o julgamento desses casos (“especialmente das donas de casa”, como afirmara Marrey Júnior⁵⁰⁴) como a possibilidade de manipulação político-partidária no trabalho do júri.

As ressalvas à ideia do júri popular também eram manifestas pelo deputado de Sergipe, Antônio Manuel de Carvalho Neto (PSD), mas por outro viés. No projeto de lei encaminhado pelo Executivo, o artigo 18º previa que os jurados não poderiam ser da mesma profissão que o acusado, o que fez com que o deputado se levantasse contra a proposta argumentando que “o que seria evidentemente condenável, era o contrário desta regra, isto é, selecionar classes, categorias, ou profissões para as colocar como adversárias umas das outras”. Assim sendo, evitar o confronto e as tensões de classe parecia prudente na organização do júri popular, garantindo que não houvesse processo de “inquilino contra senhorio, empregado contra patrão, rendeiro contra o dono da terra, comprador contra o dono da mercadoria”.⁵⁰⁵

Nas falas dos dois deputados, ficam evidentes alguns dos principais receios que a classe política manifestava diante do projeto de lei de Vargas. Por um lado, havia o medo da falta de conhecimento popular no trabalho do júri (somado a uma posição evidentemente sexista), por outro o temor de manipulações político-partidárias e agora o

⁵⁰² BRASIL, *Sessão da Câmara dos Deputados*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *Op. cit.* p. 26.

⁵⁰³ *Idem.* p. 27.

⁵⁰⁴ Posteriormente o deputado Marrey Junior mudaria a sua posição, fazendo uma defesa da necessidade das donas de casa nos júris. Segundo ele: “Em regra é a mulher que se encarrega de compras e víveres e é quem sente inicialmente e mais de perto, os efeitos da ganância. Ora, se os homens, muitas vezes alertados pela mulher – no curso da carestia de vida – são aptos para julgar – porque se negar à mulher – cujo critério não é passível de prévia, antecipada censura – esse direito, se ela mais de perto terá percebido as manobras fraudulentas que levam os fornecedores ao enriquecimento ilícito? Negar à mulher tal direito será, repito, negar ao povo o direito de intervir diretamente na administração da justiça.” Ver: BRASIL, *Sessão da Câmara dos Deputados*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *op. cit.* p. 177. O senador Gomes de Oliveira (PTB), de Santa Catarina, destacou posteriormente que a necessidade de chefes de família e donas de casa nos tribunais era para evitar que o tribunal ganhasse configuração “classista” e, portanto, tornasse-se um tribunal de exceção. Ver: BRASIL, *Sessão do Senado*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *op. cit.* p. 316.

⁵⁰⁵ BRASIL, *Sessão da Câmara dos Deputados*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *op. cit.* p. 45.

evidente receio de que houvesse alguma espécie de “revanchismo” de ordem classista nos tribunais.

Dentre os deputados envolvidos na atuação da lei, alguns expressaram críticas mais genéricas nas sessões seguintes. O deputado do Pará, José Augusto Meira Dantas (PSD), afirmara que o júri popular era inconstitucional, enquanto o deputado do Rio Grande do Sul, Raul Pilla (PL), fazia apertes lamentando o regime de urgência a que se inseria a votação sobre a lei – uma proposta do deputado Gustavo Capanema (PSD), alinhada aos interesses do Executivo. Pilla também destacava que a finalidade da peça legislativa era “instituir um daqueles tribunais populares da antiga Revolução Francesa”.⁵⁰⁶ O deputado Coelho de Sousa (UDN) afirmava que era “quase um tribunal revolucionário”⁵⁰⁷ e em tom semelhante, Tenório Cavalcanti (UDN), deputado pelo Rio de Janeiro, afirmara que os tribunais populares eram um “dispositivozinho fascista, entremeado de comunista”, retomando também o receio de que a lei lançaria “pobres contra ricos e ricos contra pobres”.⁵⁰⁸ Outros deputados manifestaram receios curiosos, como o caso de Aral Moreira (UDN), do Mato Grosso, que afirmara que tinha enviado o projeto a uma “senhorita inteligente” que lhe escreveu dizendo: “se for aprovada a proposição acabarei julgando, não os açougueiros ou os padeiros, mas os próprios srs. Deputados”.⁵⁰⁹

A rejeição inicial de uma significativa parcela dos deputados deu lugar a um certo apoio tímido nas sessões anteriores, especialmente quando o deputado paulista Artur Audrá (PTB) trouxe à tribuna um exemplar do jornal *Última Hora* que se dedicou a “esclarecer” a opinião pública a respeito do projeto de lei. Para isso, o jornal simulou, no bairro do Realengo e diante de uma “população operária” da capital, um julgamento popular para com os comerciantes. Segundo o deputado, que teria sido “testemunha ocular”, o povo teria recebido o julgamento com receptividade e responsabilidade. De fato, o jornal se preocupava em realizar esses julgamentos populares em bairros como Realengo, Méier e Bangu, convocando grêmios estudantis para participar.⁵¹⁰ Em que pese o fato de que o diário apoiava a iniciativa de Vargas e que o deputado Audrá era do

⁵⁰⁶ BRASIL, *Sessão da Câmara dos Deputados*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *op. cit.* p. 83.

⁵⁰⁷ *Idem.* p. 81.

⁵⁰⁸ *Ibid.* p. 71-75.

⁵⁰⁹ *Ibid.* p. 70.

⁵¹⁰ “Em Realengo o terceiro júri popular”. *Última Hora*. 22 de agosto de 1951. p. 1.

mesmo partido do presidente, para ele a legitimidade do júri popular acabava sendo garantida pela “responsabilidade do povo”.⁵¹¹

De fato, o papel do jornal *Última Hora* foi marcado pela tentativa de angariar apoio ao projeto de lei varguista. Nas edições de agosto de 1951, o jornal convocara para o tribunal do dia primeiro de setembro, inclusive trazendo autoridades locais (médicos, advogados, diretores escolares, donos de fábricas, padres etc.) para defender a necessidade de que o povo julgasse os crimes contra a economia popular. Segundo a historiadora Carla Vieira de Siqueira, jornais como o *Última Hora*, *O Dia* e *A Luta* foram construídos como “intermediários entre o povo e o governo”, buscando atuar na defesa da população em questões de “economia popular”.⁵¹² O governo, por sua vez, valia-se do jornal nessa mesma questão – o próprio dono do *Última Hora*, Samuel Wainer, afirmara que Vargas teria lhe passado um bilhete escrito “peça ao Wainer que dê mais destaques aos júris populares de economia”.⁵¹³ Com apoio de parte da mídia, júris populares organizados com a comunidade carioca e a força da figura de Vargas, os deputados opositores foram gradualmente mudando o tom de suas críticas – aparentemente a bancada do PTB ia se fortalecendo em torno da importância do projeto e da necessidade do júri popular. Nas sessões seguintes, o deputado Antônio Carvalho Neto lamentava a aprovação do júri na Câmara, mas saudava que pelo menos os crimes contra a “economia popular” seriam afiançáveis – “salvou-se ao menos isso”, afirmara.⁵¹⁴ No final do mês de setembro, o projeto era aprovado e redigido na Câmara, sendo então encaminhado para votação no Senado. Nessa instância, novos apartes foram feitos destacando os horrores da “justiça revolucionária” que estava sendo criada no Brasil⁵¹⁵, embora o projeto fosse aprovado também entre os senadores. Em 13 de dezembro o Senado retornou o projeto à Câmara que por sua vez o promulgou em 26 de dezembro de 1951 com a assinatura de Getúlio Vargas.⁵¹⁶

⁵¹¹ BRASIL, *Sessão da Câmara dos Deputados*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *Op. cit.* p. 93.

⁵¹² SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Tese de Doutorado. PUC-RJ, 2002. p. 143.

⁵¹³ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Ed. Planeta do Brasil, 2005. Apud: SIQUEIRA, Carla Vieira de. *op. cit.* p. 174.

⁵¹⁴ BRASIL, *Sessão da Câmara dos Deputados*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *Op. cit.* p. 134.

⁵¹⁵ Fala de Aloysio de Carvalho (UDN), senador da Bahia. Ver: BRASIL, *Sessão do Senado*. IN: VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *op. cit.* p. 263.

⁵¹⁶ É válido retomar ainda o capítulo anterior e destacar que somente o vereador Alberto André se pronunciou abertamente contrário à nova lei, reproduzindo muitos dos argumentos dos deputados acima citados. Os debates sobre sua implementação em Porto Alegre, se é que existiram, não foram encontrados entre os vereadores. Ver: Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 24 de abril de 1952.

A batalha empreendida na Câmara e no Senado entre oposição e situação indicava que a nova legislação, ao contrário das demais, era resultado de debates e incertezas. A ideia de um “júri popular” desagradava boa parte dos opositores e era o grande ponto de tensionamento na promulgação da lei. Havia uma série de receios quanto ao caráter dos júris e sua eficácia, mas mesmo assim o governo Vargas conseguiu do Legislativo um instrumento para “enfrentar os tubarões” – uma referência aos especuladores e comerciantes desonestos. Mas o quão eficiente seriam os tribunais do júri nos crimes contra a “economia popular”? A população estaria ciente do que a legislação lhe permitia e do que ela lhe exigia? Como as questões de classe e de gênero, tão referenciadas nos debates, interfeririam no andamento dos processos?

Embora pouco se possa dizer sobre o apoio popular que a lei teve, no contexto de Porto Alegre um dos maiores opositores da nova lei foi justamente o empresário A. J. Renner, referenciado no capítulo anterior. Renner era um crítico do que ele chamava de “excessiva intervenção do Estado na economia” e as leis de economia popular não escaparam de sua argumentação. Numa matéria que o próprio Renner escrevera para o jornal *Diário de Notícias* criticando o intervencionismo do governo Vargas – uma ironia da história, já que durante o Estado Novo a empresa teria aumentado enormemente sua produção – ele não poupava a nova instituição do “júri popular”:

“O júri popular – estranha organização em que uma das partes interessadas assume o papel de juiz – não causará menos prejuízos a nossa produção. Com o agravante de que, compreendendo a situação, não faltará quem se vá unir ao grupo indesejável dos especuladores e traficantes do mercado negro”.⁵¹⁷

Renner mantinha a argumentação de que somente o aumento da produção poderia resolver o problema da carestia e esse era o principal enfoque de seu artigo. Mas seu comentário sobre os júris populares revela também um pouco do receio que alguns deputados e senadores manifestaram, ou seja, de que as classes populares poderiam usar da Justiça para vingarem-se dos chamados “tubarões”. Ainda assim, o empresário procurava demonstrar que não estava do lado dos “especuladores” e “traficantes do mercado negro”. Avaliava a situação, em certo sentido, enquanto um espectador neutro daquilo que considerava ser uma “situação apreensiva”. Parece possível inferir que a

⁵¹⁷ RENNER, A.J. “Intervenção do Estado no Domínio Econômico”. RENNER, A. J. *Discursos e artigos...op. cit.* p. 286.

posição de boa parte do patronato porto-alegrense acompanhava a do dono das indústrias Renner.

Se o patronato era crítico ao júri popular e à intervenção estatal na economia, os juristas da época pareciam estar divididos sobre a eficácia da lei. Em uma análise posterior, realizada no ano de 1971, o juiz Manoel Pedro Pimentel afirmara que a criação do tribunal especial para os crimes contra a economia popular decorria de um clima típico da época. Segundo ele, “de um lado militava o crescente intervencionismo do Estado no domínio econômico” e de outro a ideia de limitação de qualquer intervenção, “o que somente seria possível com a adoção de um sistema processual misto, em que a instrução se fizesse perante o juiz togado e o julgamento fosse atribuído aos jurados”.⁵¹⁸

A análise de Pimentel mostrava-se bastante incrédula acerca da mudança ocasionada a partir da legislação de 1951. Inicialmente cético, o autor afirmara que “os benefícios trazidos por este novo órgão julgador foram de discutível proveito”. Segundo ele, “inicialmente houve muita severidade nos veredictos **como que num desafogo dos sentimentos reprimidos por aqueles que se julgavam explorados pelos gananciosos comerciantes.**”⁵¹⁹ Em outras palavras, se a rigidez das sentenças tinha uma causa, era por conta da participação popular que em desafogo – talvez até mesmo por vingança – reprimia duramente a ação desses comerciantes. Em alguns desses casos ficava clara a motivação dos comerciantes em sonegar certos produtos, ou adulterá-los...nesses aspectos, a ideia de “revanche” parecia fazer eco ao comentário do jurista.

Porém, o jurista segue sua argumentação dizendo que, pouco a pouco, os exploradores passaram a ser inocentados de seus crimes (o que ele atribuía a um “afrouxamento moral”). Com isso, “as absolvições numerosas, favorecidas pela circunstância de ser levada a julgamento, geralmente, só pequena parte dos responsáveis pelo encarecimento da vida e, assim mesmo, os mais humildes, lançaram a indiferença, senão mesmo o descrédito, sobre os resultados dos julgamentos desse júri especial, do qual tanto se esperava.”⁵²⁰

A preocupação de Manoel Pedro Pimentel, na época em que escrevera o artigo, era mostrar como a Constituição de 1967 e suas conseqüentes interpretações em 1970 e 1971 acabaram “matando” esse instrumento de justiça popular que lutava para se

⁵¹⁸ PIMENTEL, Manoel Pedro. *Vida e morte do tribunal do júri de economia popular*. IN: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. V. 69, n. 2. São Paulo, 1974. p. 76-77.

⁵¹⁹ *Idem.* p. 78. Grifos meus.

⁵²⁰ *Ibid.* p. 79

estabelecer.⁵²¹ Embora defendesse o instrumento criado pela lei de 1951, ele reconhecia nele tanto seus excessos (o “desafogo popular”) como também sua falta de rigidez (o “afrouxamento moral”). Mas em sua opinião, a nova lei era inovadora exatamente por atribuir um novo papel à população. Não se tratava mais da fiscalização econômica, mas sim de uma expectativa de que o povo se tornasse parte do processo jurídico e punitivo. Esperava-se, dentro dessa nova instância, que a criação do júri especial para os crimes contra a “economia popular” criasse uma necessidade ainda maior de que a população fiscalizasse os abusos econômicos e participasse dos julgamentos, o que acabou não acontecendo.

Para Pimentel, o alcance limitado dessas medidas se dava porque somente pequena parte dos responsáveis pelo encarecimento da vida, e justo os mais humildes, eram atingidos pela repressão. E, à medida que justo os mais humildes eram punidos, parece coerente presumir que havia uma certa desigualdade na composição social dos fóros onde esses comerciantes eram julgados. Em certo sentido, pode se afirmar que na visão do jurista a absolvição e penas mais brandas eram constantes para grandes comerciantes e agiotas. Corroborando com essa visão, Paschoal Mantecca, delegado e jurista dedicado ao estudo dos crimes contra a economia popular, analisara a jurisprudência da lei a partir de um acórdão do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo em 1956.⁵²² Segundo o juiz desse caso específico, nas ocasiões nas quais os empregados sonegavam mercadorias aos consumidores (e que se comprovava que o faziam na ausência do patrão), era importante atribuí-los como crimes “personalíssimos” – e, portanto, tiravam qualquer responsabilidade dos donos dos estabelecimentos comerciais.⁵²³ Porém, diante das situações onde era comprovada a fraude do patrão, era comum apenar também os empregados – que cientes do crime, tornavam-se cúmplices.⁵²⁴

Para Mantecca, isso explicaria a indiferença e o descrédito posteriores que enfrentaria a instituição do Júri de Economia Popular. Segundo ele, “o próprio corpo de jurados se deu [*sic*] conta de que aqueles comerciantes levados a julgamento

⁵²¹ De fato, o júri de economia popular fora extinto em 1971 devido a interpretações que o viam como “tribunal de exceção” – e portanto, estranho à Constituição Federal de 1946. Era também um dispositivo estranho à Constituição Federal de 1967, promulgada em meio à ditadura civil-militar, que previa a competência do júri somente em crimes contra a vida. Ver: MANTECCA, Paschoal. *Crimes contra a economia popular e sua repressão*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1985. p. 61-62.

⁵²² A íntegra do acórdão citado por Mantecca pode ser visto em MANTECCA, Paschoal. *Op. cit.* p. 123.

⁵²³ Mantecca destaca outros casos onde se comprovava que a ausência do patrão gerava imputabilidade sobre o mesmo nos crimes contra a economia popular, reafirmando a posição da jurisprudência paulista que definia o crime enquanto “personalíssimo”. Para mais, ver: MANTECCA, Paschoal. *Op. cit.* p. 7-15.

⁵²⁴ *Idem.* p. 28-29.

representavam, tão-somente, uma pequena parte dos infratores, o que levou a uma sucessão de absolvições, em número bastante superior às condenações”.⁵²⁵

Há que se ter uma certa cautela em confiar excessivamente na visão dos juristas sobre tais situações. Para o historiador preocupado com questões sociais, é importante notar que há aqui um recorte de classe que deve ser levado em consideração na análise de alguns desses processos. E embora isso não passasse despercebido para advogados, delegados e juízes, chama a atenção que nenhum deles parece ter cogitado a hipótese de que os patrões pudessem, por outros meios, livrar-se de qualquer responsabilidade na fraude e deixar seus empregados serem sacrificados pelo júri popular. Embora isso seja apenas uma possibilidade explicativa, ela ajudaria a explicar porque as sentenças dos juristas seriam tão brandas com os patrões e tão mais rígidas para com os funcionários. E também ajudaria a explicar esse desinteresse que o instrumento jurídico gerava em boa parte da população.

Por outro lado, é possível que o entusiasmo acerca da nova lei tenha gerado frutos no momento imediato à sua aplicação. Em 1952 foram encontrados 11 processos-crime da Terceira Vara Criminal de Porto Alegre, um número bastante próximo ao de 1946. A nova legislação, que instaurava também um júri popular para as questões referentes à economia popular, indicava uma mudança significativa. Mas talvez Pimentel estivesse realmente certo quanto ao descrédito acerca dos processos. Em 1953, ainda no entusiasmo da nova lei, encontram-se 5 processos na vara criminal citada. Porém, a partir daí os números são falhos. Um ou outro processo nos anos seguintes indicam que os crimes contra a “economia popular” não eram mais um assunto de urgência jurídica em Porto Alegre.

Se em 1946 e 1952 a importância da legislação teria sido a principal motivação de 24 processos (mais da metade dos processos do período de 1945 a 1959), a falta de continuidade nas ações persecutórias indica um certo descrédito nesses mecanismos. Em parte, a pista dada por Pimentel acerca da punição mais rígida atingir os comerciantes mais humildes – e nem sempre os mais poderosos – parece ser a principal responsável desse descrédito. Se havia alguma percepção de ordem classista nesses casos, seria de se imaginar que os trabalhadores fossem bastante reticentes em confiar na justiça para casos de fraude.

⁵²⁵ *Ibid.* p. 62.

Há também que se considerar o argumento de Mantecca, de que a indiferença seria resultado das absolvições cada vez mais frequentes no júri – movimento esse que fora seguido de um enorme número de condenações nos primeiros meses.⁵²⁶ Nesse aspecto, as reformas posteriores na Lei de Economia Popular não buscaram sanar o desinteresse que se instalara sobre esses crimes. Em 1962, 26 de setembro de 1962, o presidente João Goulart decreta a Lei Delegada nº4, que autorizava a União a intervir no domínio econômico para “assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo”.⁵²⁷

A nova legislação surgia como amparo legal para garantir a normalização na distribuição de bens e serviços variados, tais como “gêneros e produtos alimentícios”; “gado vacum, suíno, ovino e caprino, destinado ao abate”; “aves e pescado próprios para alimentação”; “tecidos e calçados de uso popular”; “medicamentos”; “instrumentos e ferramentas de uso individual”; “máquinas, inclusive caminhões, "jipes", tratores, conjuntos motomecanizados e peças sobressalentes, destinadas às atividades agropecuárias”; “arames, farpados e lisas, quando destinados a emprêgo nas atividades rurais”; “artigos sanitários e artefatos industrializados, de uso doméstico”; “cimento e laminados de ferro, destinados à construção de casas próprias, de tipo popular, e as benfeitorias rurais”; “produtos e materiais indispensáveis à produção de bens de consumo popular”. Todas essas mercadorias estariam sujeitas à intervenção estatal por meio da Companhia Brasileira de Alimentos e da Superintendência Nacional de Abastecimento, novo órgão criado para a fiscalização de preços – observado na sessão 2.4 do capítulo anterior. Fiscalizadas por essas agências do governo, eles repassariam os produtos em comprovada situação de escassez para empresas estatais, órgãos federais, estaduais ou municipais e, claro, para empresas privadas.

De caráter intervencionista, a nova lei agia como um adendo à lei 1.521 de 1951, mas fixava a atuação do Estado brasileiro na intervenção direta na economia de mercado, procurando com isso impedir que a alta de preços se alastrasse e gerasse uma maior escassez. Porém, a nova legislação nada tratava acerca dos crimes contra “economia

⁵²⁶ De fato, dos 42 processos analisados sobre a “economia popular” na Terceira Vara Criminal, todos terminaram com a absolvição dos réus.

⁵²⁷ Lei delegada trata-se de um dispositivo legal que trata das leis criadas pelo presidente da República diante de um pedido expresso do Congresso Nacional. De setembro de 1961 a janeiro de 1963 o Brasil passara por uma breve experiência parlamentarista, o que explicaria o uso desse dispositivo. Ver: BRASIL. Presidência da República. Lei Delegada nº 4 de 26 de setembro de 1962. Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl04.htm. Acessado em 28 de julho de 2015.

popular” e não buscava tornar os instrumentos jurídicos da lei 1.521 mais eficientes. A saída proposta por João Goulart era outra: atuar diretamente na entrada dos produtos no mercado, garantindo assim o tabelamento de preços e seu devido cumprimento. Os casos de violação às determinações da SUNAB seriam punidos com multas mais rigorosas e interdição nos estabelecimentos, mas sem responderem por processos penais com júri popular. Em certo sentido, a legislação de 1962 poderia ser usada por advogados como forma de evitar a autuação na lei contra a economia popular de 1951. Assim, somado ao desinteresse popular com a lei, havia também a própria atuação intervencionista do governo que ignorava toda a questão da imputabilidade e dos processos penais perante comerciantes fraudulentos. Em certo sentido, a lei da Era Vargas estava sendo vista como ineficaz não apenas pela população, mas também pelo próprio governo.

Há um outro componente a ser considerado diante da eficiência da lei, embora talvez seja o mais difícil de avaliar. Tanto em 1946 quanto em 1951, o que estava previsto é que os crimes contra a economia popular seriam de competência das delegacias dos Departamentos de Ordem Política e Social. A baixa incidência de casos poderia estar ligada à atuação dos policiais e investigadores, que por sua vez poderiam ser céticos quanto ao cumprimento da lei. O desinteresse dos agentes da repressão, por sua vez, se refletiria sobre os denunciadores, o que ajudaria a explicar a queda nos casos processados passando um ano após a promulgação da lei. Assim, os policiais “mostrariam serviço” tão logo as novas leis entrassem em vigor e, com o passar do tempo, mobilizariam cada vez menos recursos para os casos de crimes contra a economia popular. Porém, sem dados acerca da recepção da lei dentre os policiais do DOPS de Porto Alegre, essa fica sendo apenas uma hipótese ainda a ser provada.⁵²⁸

Há ainda uma outra hipótese a ser levantada quanto ao possível desinteresse acerca dos crimes contra a economia popular, que é a do próprio desconhecimento sobre a lei. Essa leitura encontra eco no trabalho da historiadora Broadwyn Fischer sobre a questão da cidadania dos pobres no Rio de Janeiro do século XX. Em sua obra *A poverty of rights*,

⁵²⁸ Há poucos trabalhos que discutem a atuação do DOPS no Rio Grande do Sul, sendo que dentre eles é importante mencionar a dissertação de Caroline Silveira Bauer, *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul* (1964-1982). Embora o foco de Bauer não seja especificamente a atuação do DOPS no período anterior, a autora destaca a participação do delegado Plínio Brasil Milano na construção de uma parceria direta entre o órgão e o FBI, indicando assim o livre trânsito de agentes americanos na polícia política no Rio Grande do Sul. Em 1959 o governador Leonel Brizola chegou a propor a queima dos arquivos da instituição com o fim de “disciplinar a ação dos órgãos de segurança da polícia gaúcha”, tendo em vista as constantes irregularidades que essa mesma cometia. Contudo, ao que tudo indica, as irregularidades se referiam muito mais à repressão política do que propriamente ao combate aos crimes contra a economia popular. Ver: BAUER, Caroline Silveira. *op. cit.* p. 55-56 e 66.

Fischer destaca que a construção do projeto de cidadania de Vargas a partir de direitos sociais e econômicos teve alcance limitado, sem conseguir atingir boa parte da população carioca. Segundo a historiadora, o principal motivo da falta de alcance do arcabouço legal de direitos dentre os pobres da antiga capital brasileira reside na heterogeneidade dos “pobres”. Segundo ela, “poucas pessoas realmente pertenciam à classe trabalhadora organizada; muitas identidades raciais e regionais competiam umas com as outras em vários níveis; muitos laços culturais, pessoais e econômicos ligavam os mais pobres aos seus patrões, empregadores e protetores que pertenciam a outras categorias sociais; e muitos migrantes chegavam constantemente na cidade a qual eles tinham tantas esperanças.”⁵²⁹ Assim, diante de tamanha heterogeneidade, a reivindicação legal não teria um ponto de partida comum a uma grande coletividade, **mas seria resultado de negociações em pequena escala, ligadas a lógicas individuais, familiares ou comunitárias.**⁵³⁰

Há vários historiadores do trabalho que poderiam problematizar o argumento de Fischer a partir da luta por direitos trabalhistas – um tema cada vez mais frequente desde os trabalhos de Ângela de Castro Gomes (“A invenção do Trabalhismo”) e John French (“Afogados em Leis”) sobre as relações entre a classe trabalhadora organizada e o Estado getulista. Além disso, a própria obra de John French destaca que um dos maiores problemas da legislação social brasileira é que ela seria extremamente abrangente, o que faria com que as reivindicações dos trabalhadores fossem direcionadas para o cumprimento da legislação – e não propriamente para a criação de mais e mais leis de proteção.⁵³¹ Por outro lado, Fischer destaca que o foco de seu trabalho não está na classe trabalhadora organizada – não que essa não existisse, mas nas palavras da autora, em cidades como Rio de Janeiro, Mexico, Caracas, Lima e Salvador essa identidade de classe não era forte o bastante para definir a construção da cidadania dentro do espaço urbano.⁵³²

Buscando amparar seu argumento e demonstrar como a construção da cidadania por meio de uma identidade de classe era prenhe de obstáculos na Era Vargas, Fischer

⁵²⁹ “Too few people really belonged to the organized working class; too many racial and regional identities competed with one another on too many planes; too many cultural, economic, and personal ties bound the very poor to patrons, employers, and protectors from other social categories; and too many migrants streamed constantly into a city for which they held great hopes.” Ver: FISCHER, Broadwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Stanford California. Stanford University Press: 2008. p. 3.

⁵³⁰ *Idem*. p. 6. Grifos meus.

⁵³¹ FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.p. 8-11.

⁵³² FISCHER, Broadwyn. *op. cit.* p. 3-4.

aponta alguns dados acerca das dificuldades burocráticas em conseguir a carteira de trabalho, o principal documento civil criado na Era Vargas. Segundo a autora, “qualquer adulto poderia obter a carteira nos escritórios regionais do Departamento Nacional do Trabalho”⁵³³, mas teriam que prover uma série de informações: data e local de nascimento, os nomes dos pais, status civil, ocupação, endereço, escolaridade, fotografias, impressões digitais e uma assinatura. Além disso, os homens também deveriam apresentar comprovante de reservista enquanto os estrangeiros tinham de assinalar as datas de sua chegada no Brasil e de sua naturalização. Por fim, para comprovar a documentação, era necessário ou um documento oficial, ou o testemunho de duas testemunhas que já tivessem a carteira de trabalho em mãos.⁵³⁴

Mesmo com tudo isso, Fischer salienta que entre 1940 a 1960, o número de trabalhadores com carteiras expedidas no Rio de Janeiro saltara de 43 para 75% da força de trabalho. Porém, o percentual de trabalhadores informais da cidade caíra de 25% da força de trabalho para apenas 20% no mesmo período. O mesmo dado é colocado lado a lado com o fato de que em 1940 apenas 20% da força de trabalho carioca era sindicalizada e em 1960 esse número aumentara somente para 28%. Em suas palavras, isso indicaria que as negociações coletivas dos trabalhadores não eram exatamente a principal ferramenta da classe trabalhadora carioca.⁵³⁵

O dado de Fischer pode ser bastante questionado se trouxermos outras realidades regionais brasileiras – a própria autora reconhece que o caso do Rio de Janeiro é substancialmente diferente do de São Paulo, onde existiria uma classe trabalhadora organizada com força para conduzir negociações coletivas massivas. No espectro dessa pesquisa, é possível afirmar que faltam dados para comparar o caso específico de Porto Alegre com o do Rio de Janeiro, estudado por Broadwyn Fischer. Por outro lado, há um dado relevante em sua pesquisa quando compara São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no biênio de 1947-1949: segundo a autora, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro tinham, nas suas delegacias regionais do trabalho, entre 54 a 63% dos casos nacionais, enquanto o Rio Grande do Sul viria atrás com 10% desses casos.⁵³⁶ Além disso, quando se discute o acesso à informação, o índice de alfabetização é outro dado a considerar. Segundo o Censo do IBGE de 1960, o índice de alfabetização em Porto Alegre era de

⁵³³ É possível que a autora se refira às Delegacias Regionais do Trabalho, mas a tradução não dá indicativos precisos sobre isso.

⁵³⁴ FISCHER, Broadwyn. *op. cit.*. p. 128-129.

⁵³⁵ *Idem.* p. 133.

⁵³⁶ *Ibid.* p. 119.

83% – enquanto no Rio de Janeiro, alvo do estudo da historiadora, esse mesmo índice seria de 62,80%. Partindo do argumento da autora, é possível perguntar: Porto Alegre estaria mais próxima de São Paulo, onde a classe trabalhadora estaria organizada e fortalecida? Ou seria ela mais próxima do Rio de Janeiro, onde, nas suas palavras, a identidade da classe trabalhadora organizada não seria forte o suficiente?

Deixando essa pergunta em aberto, creio que o mais importante na problematização de Fischer – e que permite elaborar certos paralelos com a questão dos crimes contra a “economia popular” – é que ela permite que se façam duas leituras possíveis sobre a baixa incidência desses crimes na capital gaúcha. A primeira, apoiando-se no trabalho do juiz Manoel Pedro Pimentel, é de que haveria um “desafogo dos explorados” – e que como desafogo, estaria muito mais relacionado a um impulso do que propriamente a uma organização política. Sendo assim, a mobilização popular em torno do tema estaria relacionada a uma ideia de pulsão enquanto nas entidades de classe, por sua vez, ela seria depois atenuada para formas de luta política mais tradicionais. A segunda possibilidade de leitura, inspirada diretamente pela leitura do texto de Broadwyn Fischer, é que essa suposta ausência das organizações de classe perante os crimes contra a “economia popular” acabaria sendo uma marca de que as relações tensionadas entre comerciantes e trabalhadores eram resolvidas por meios extra-jurídicos, obrigando que eles resolvessem suas pendências por meio de negociações individuais, familiares e/ou comunitárias, ou seja, em pequena escala e sem envolver instituições e poderes considerados alheios a ambos.

Diante dessas duas leituras, é importante retomar o discurso de Vargas no primeiro de maio de 1951, quando o então presidente exortava os trabalhadores a defenderem a “economia popular” por meio dos seus sindicatos. Porém, no projeto de lei encaminhado naquele mesmo ano à Câmara de Deputados, não havia nenhuma defesa do componente classista e das organizações dos trabalhadores – sendo substituídos pelos termos “chefes de família” e “donas de casa”. Os próprios deputados e senadores de oposição eram receosos do caráter classista de fiscalização e até mesmo dos julgamentos que poderiam ser desencadeados pela nova legislação. Em certo sentido, parece ser verdadeiro presumir que os sindicatos e as organizações dos trabalhadores foram convocados para a luta, mas que a lei não lhes dava brechas para usá-la como arma.

Mas retomando as leituras propostas, creio que convém deixar claro que as duas hipóteses são apenas interpretações conjecturais e que não se excluem necessariamente. É perfeitamente possível explicar a baixa incidência de crimes contra a economia popular

em Porto Alegre pela falta de organização política em torno do tema e ao mesmo tempo destacar ações de negociação individual, familiar e/ou comunitária – ainda que seja muito mais difícil de encontrar evidências que corroborem com essa hipótese. Por outro lado, levantar essa possibilidade de interpretação é importante pois permite analisar os processos criminais como “exceções” de uma forma de atuação. Em certo sentido, as ideias de “negociações individuais” e “desafogo dos explorados” podem ser tomadas como fio condutor na análise dos processos criminais e talvez ajudam a explicar o porquê desses casos terem uma incidência tão errática no período de 1945 a 1959. Assim, a análise dos processos permite que o historiador ignore (ou ao menos suspenda temporariamente) o problema da “eficiência da lei” e passe a verificar as práticas envolvidas na acusação, na defesa e no julgamento desses crimes. Mais do que isso, tais exceções constituem uma série de olhares vindos de diferentes classes sociais, etnias e gêneros acerca do que significava a chamada “economia popular”. Se as leis procuravam, dentro do arcabouço jurídico, consolidar uma definição, isso não quer dizer que essa definição estivesse consolidada entre a população.

Por outro lado, vale a ressalva de Edward Thompson sobre as leis estabelecidas na Inglaterra do século XVIII para definir as áreas comuns à população plebeia: os critérios pelos quais uma lei é estabelecida são lógicos, embora nem sempre possamos conceber que as pessoas concordem com essa lógica. Na tensão entre o que a lei estabelece como lógico e o que as pessoas interpretam como lógico, há toda uma disputa em questão que depende que os mecanismos legais reforcem a autoridade dos legisladores e a “justiça” a qual eles defendem. A lei, em sua função ideológica, tem de mostrar-se justa para as pessoas e, nesse ponto, seria difícil questionar a justiça inerente a leis que se colocavam na defesa da “economia popular”.⁵³⁷

Contudo, ainda assim seria possível perguntar: se a incidência dos crimes contra a “economia popular” não parece ser volumosa, se os trabalhadores aparentemente desconfiavam da eficácia dessa legislação para defender seus direitos (a sua “economia popular”), afinal como esses inquéritos podem ajudar a compreender a escassez e as visões acerca da pobreza na classe trabalhadora porto-alegrense? O que tais processos evidenciam acerca das condições de vida da população mais pobre na cidade de Porto Alegre? Tais perguntas dependem de uma análise criteriosa sobre as particularidades dos processos e de uma leitura que consiga relacionar os efeitos da carestia nas práticas

⁵³⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 353-354.

comerciais e domésticas da população porto-alegrense, atentando para seus efeitos dentro de um determinado recorte de classe. Nesse ponto, deve-se retomar a natureza dos crimes que foram processados em Porto Alegre: a imensa maioria deles estão relacionados a fraudes com gêneros alimentícios, ignorando aspectos da chamada “economia nacional”. Seria possível, então, afirmar que as interpretações da população sobre as leis, por mais erráticas que possam parecer, acabavam distinguindo a “economia popular” da “economia nacional”? Em outras palavras, haveria algum consenso estabelecido sobre a matéria referente à própria “economia popular” em Porto Alegre?

Para responder essas perguntas, contudo, creio ser importante partir da análise dos processos específicos sobre a “economia popular” na capital gaúcha. É a partir dela que será possível compreender a reapropriação dos consumidores sobre o termo “economia popular”, considerando principalmente como ela se relacionava com a condição de carestia a qual os trabalhadores e trabalhadoras porto-alegrenses por muitas vezes se encontravam.

3.2 – Açougueiros e policiais: as disputas da carne

A carne era sem dúvida um dos elementos mais importantes na dieta das famílias porto-alegrenses. No período citado, como foi possível demonstrar no capítulo anterior, a carne motivou uma série de manifestações de autoridades políticas e sindicatos, sendo inclusive objeto de disputa entre produtores e distribuidores. No presente subcapítulo, pretendo discutir quatro processos específicos encontrados nos arquivos da Terceira Vara Criminal. Os demais, como eram mais simples e com menos documentação, serão referenciados ao longo do subcapítulo, embora não sejam especificamente objeto de análise.

Todavia, para dar início a essa narrativa gostaria de destacar um caso específico sobre o mercado de carnes porto-alegrense. No dia 14 de junho de 1952, na avenida Bento Gonçalves nº 4.729, precisamente às 8:45 da manhã, ocorrera um inusitado crime que movimentara a região do Partenon, na capital rio-grandense. O senhor Eduardo Lopes dos Santos, um açougueiro famoso na região, lesara a dona de casa Rosa Bertolletti em oitenta centavos no preço da carne, sendo que a requerente havia comprado pedaços de 600 gramas de “agulha” e 200 gramas de “coxão” e deveria pagar Cr\$ 4,20 pela mercadoria. O preço dado pelo açougueiro, contudo, foi de Cr\$ 5,00 e como esse valor estava acima do preço tabelado, ficava clara a fraude, constatando violação da lei de economia popular.

Para a infelicidade do comerciante, o inspetor de polícia Ruy Lautert de Quadros estava fiscalizando a região e graças a isso, conseguiu emitir a prisão em flagrante.⁵³⁸ A partir dessa situação, os relatos das testemunhas dão a tônica de um processo inusitado onde a disputa pela carne se dava em torno de um valor pequeno. Mas afinal, tratava-se somente de uma disputa por “oitenta centavos”? O que estava por trás da disputa de dona Rosa e seu Eduardo era realmente um valor monetário?

A carne, como defende a “sabedoria popular”, faz parte de um conjunto de costumes e hábitos típicos do Rio Grande do Sul. Esse argumento seria corroborado pelos preços mais baixos da carne em Porto Alegre do que nas demais capitais, como visto anteriormente no Capítulo 1. O consumo de carne na capital gaúcha era muito maior do que em outras capitais brasileiras, como apontava a pesquisa da Comissão Nacional do Bem-Estar Social de 1955. Enquanto o cidadão porto-alegrense, do sexo masculino, consumia 8,69 quilos de carne numa média mensal, em outras capitais esse número despencava, podendo significar a redução de 5 quilos (como era o caso de Fortaleza na mesma época). Embora a pesquisa não distinguisse a carne com osso da carne sem osso – o que influenciaria tanto na pesagem quanto no valor do alimento –, a discrepância entre os valores era sem dúvida importante.

No contexto dos processos da Terceira Vara envolvendo os crimes contra a “economia popular”, a carne tinha uma importância considerável. Tratam-se de sete processos que datavam de 1946 a 1956 e cujos casos terminavam com a absolvição dos açougueiros (o que corroboraria a afirmação do jurista Manoel Pedro Pimentel sobre as numerosas absolvições dos processos contra a economia popular). Na grande maioria dos inquéritos, tratavam-se de processos movidos pelas autoridades policiais contra açougueiros donos de seus próprios negócios. E embora todos açougueiros fossem designados pelo sexo masculino, a composição de seus clientes nos processos abrange homens, mulheres, diferentes etnias e diferentes classes sociais, tornando mais difícil a compreensão da “economia popular” como um assunto exclusivo de uma classe trabalhadora homogênea. O que unifica, de fato, os processos aqui analisados é justamente a presença da carne bovina como elemento central da dieta porto-alegrense.

É bem verdade que a carne, no contexto platino de modernização econômica capitalista, era objeto de consumo extremamente valorizado, tanto pelas narrativas dos

⁵³⁸ Essas e as demais informações do processo-crime podem ser encontradas no processo de EDUARDO LOPES DOS SANTOS, nº 3578, maço 219, estante 29, Porto Alegre, julho de 1954. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

consumidores como também das autoridades políticas. Norberto Ferreras, em seu clássico trabalho sobre o cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires de 1880 a 1920, afirma que a “carne era o alimento básico dos portenhos” (referenciando especificamente a carne bovina).⁵³⁹ Na aurora de sua modernidade industrial, a cidade de Buenos Aires viu a carne entrar dentro do mercado consumidor como um produto abundante e barato, que impressionava os trabalhadores imigrantes que chegavam à capital argentina. A carne acabava sendo preparada de diversas formas, como *asado*, *churrasco*, *guiso criollo* ou *puchero* e passaram a fazer parte da dieta portenha.

Por conta disso, os trabalhadores de Buenos Aires conseguiam organizar-se em torno da carne como uma demanda específica da classe. Para restringir as fraudes e reduzir o preço da carne bovina, em 1910 o Diretor de Saúde Pública argentino procurou viabilizar a venda de carne de burros e cavalos, esperando com isso ganhar adesão da população. Porém, o projeto não fora aprovado e as fraudes continuaram ocorrendo nos açougues e frigoríficos.⁵⁴⁰ Nesse ponto, destaca-se que a falta de adesão ao projeto passava também por uma questão específica que era do critério de “qualidade da carne”, no qual a sua procedência seria um ponto decisivo para que os consumidores levantassem dúvidas sobre a mercadoria. Segundo o historiador argentino, era comum que a carne de vaca acabasse sendo substituída por “carne de cavalo” por comerciantes mais desonestos.⁵⁴¹

Nesse ponto, vale lembrar o ensaio do antropólogo Marshall Sahlins, “La pensée bourgeoise”, em que ele destaca que as preferências alimentares acerca da carne são também construções culturais que não correspondem, necessariamente, a uma concepção economicista ou utilitarista. Ao analisar os hábitos “carnívoros” da sociedade capitalista americana, Sahlins destaca os tabus e as preferências em torno da carne, criando uma hierarquia que parece comum a boa parte do chamado “mundo ocidental”, que colocaria assim o gado no topo da hierarquia dos gostos alimentares, seguido de perto pelos porcos

⁵³⁹ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores...op. cit.* p. 110. Há que se considerar também que a carne, por mais básica que fosse, era uma das principais mercadorias argentinas e inclusive responsável pela formação da dieta do operariado britânico no final do século XIX. Ver também: ROMERO, Alejandro Gomes. *A carne platina no capitalismo central: relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914)*. Trabalho de Conclusão do Curso de História da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

⁵⁴⁰ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores...op. cit.* p. 112.

⁵⁴¹ O consumo da carne de alguns animais pode ser levantado aqui como um ponto interessante para discutir certos hábitos alimentares das classes trabalhadoras. Apesar de ser comum o consumo de certos “miúdos” bovinos, referenciados por Ferreras, aparentemente a carne de burro e de cavalo não poderiam ser aceitas dentro da dieta por questões que não diziam respeito à saúde, ou maciez ou ao sabor da carne, mas sim à sua procedência. Ver: *Idem.* p. 156.

e pelas aves. Abaixo deles, começam a se estabelecer diversos tabus em torno de partes dos animais, ou mesmo sobre como os animais devem ser encarados (os cavalos, pensados para a locomoção – os cães, pensados como mascotes domésticas). Em outras palavras, a definição sobre a “qualidade” da carne estaria diretamente imbricada a uma certa simbologia em torno da carne.⁵⁴² Assim, haveria um paralelismo entre o contexto buenairense, o contexto porto-alegrense e o contexto americano visto por Sahlins: era a carne bovina que era tabelada e avaliada em toda sua “qualidade”. A carne dos demais animais teria pouca ou nenhuma informação, como que partindo do princípio de que ela seria meramente complementar na dieta – isso, claro, quando ela não violasse nenhum tabu alimentar, como no caso do consumo de carne de cachorro ou de gatos.⁵⁴³

Ferreras destaca que, com o passar dos anos, o consumo de carne em Buenos Aires teria caído, especialmente diante da entrada de cada vez mais gêneros alimentícios no mercado consumidor da capital.⁵⁴⁴ Além disso, a economia exportadora pecuária da Argentina acabou priorizando o mercado externo na produção de carne, o que teria feito com que o gado de maior qualidade fosse vendido para o exterior, enquanto o mercado interno teria ficado com um gado “que chegava cansado, velho e enfermo ao mercado distribuidor”.⁵⁴⁵ Essa redução do consumo, contudo, não significa que a carne perdia sua importância na dieta do trabalhador argentino.

Se analisarmos a situação da classe trabalhadora argentina a partir das décadas posteriores, percebe-se que mesmo que a carne tenha, de fato, passado por uma redução no consumo, seu valor ainda era lembrado pelas classes populares. O historiador Daniel James, ao analisar a comunidade de Berisso, nos arredores de Buenos Aires, destaca que uma das forças simbólicas do *peronismo* na cultura operária argentina estaria justamente no acesso ao consumo de carne. Esse aspecto simbólico não pode ser reduzido: comer

⁵⁴² SAHLINS, Marshall. *La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura*. IN: SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003. 170-176.

⁵⁴³ Uma possibilidade explicativa para isso é a questão da produção para o consumo próprio, algo que não costumava ser avaliado nas pesquisas estatísticas vistas no capítulo 1. Entretanto, dentro do ambiente urbano, a criação de suínos, de aves e até eventualmente de ovinos seria possível dado o tamanho dos animais. Porém, a criação de vacas e bois seria mais difícil, pois exigiria um terreno especial para o pasto – o que num contexto de modernização urbana seria bastante difícil.

⁵⁴⁴ Aqui vale a ressalva feita por EP Thompson: “o povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo”. A diminuição no consumo da carne, mesmo que consequência do incremento e da variedade no consumo, não pode ser necessariamente interpretada de forma positiva. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. Vol. 2 – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988. p. 37.

⁵⁴⁵ *Ibid.* p. 113.

carne era uma espécie de símbolo de *status* e ter isso reconhecido como direito pelo poder público era algo que alavancava a mobilização política dos trabalhadores.

A pesquisa de Daniel James acabou tendo como foco a operária María Roldan, a “doña María”, que trabalhara nos frigoríficos de Berisso, destacando importantes elementos do cotidiano do mundo do trabalho, do *peronismo* e das questões de gênero dentro do núcleo próximo à Buenos Aires. Num contexto no qual as donas de casa viam-se diante da necessidade de ir trabalhar fora do lar, alimentos como o *puchero* (o cozido de carne, geralmente feito com as partes menos nobres do gado) faziam parte da realidade doméstica dos argentinos, sendo considerada importante elemento na narrativa da ex-operária sobre o tempo de maior pobreza.⁵⁴⁶ Na leitura de “doña María” sobre o *peronismo*, novamente a carne entra em destaque, com a entrevistada afirmando que “nessa época se fazia o *churrasquito*, a carne assada, uma salada de verduras e às crianças, um bom copo de leite”.⁵⁴⁷ Assim, haveria uma marcação temporal nas memórias da trabalhadora que compreendem o *puchero* como a alimentação de “época de vacas magras”; por outro lado, o *churrasquito* seria o alimento dos “bons tempos” de Perón.⁵⁴⁸

Imaginar a carne de gado como prioridade alimentar talvez seja bastante curioso a outras realidades regionais, mesmo quando elas seriam próximas do contexto platino. O antropólogo americano Benjamin Orlove, analisando a motivação “carnívora” dos *food riots* chilenos de 1905, ressalta que esses motins eram diferenciados por três motivos: eles teriam ocorrido alguns anos após o aumento de preços, a repressão e os estágios mais pacíficos do protesto estão intrincados em disputas políticas e, principalmente, o gênero alimentício em disputa era a própria carne – considerada pelo antropólogo não como um gênero de primeira necessidade, mas sim como um *luxury item*, um bem de consumo de luxo. Para explicar a centralidade da carne, Orlove retoma a importância da estrutura da *hacienda* chilena e das relações clientelistas entre patrões e peões e destaca que a presença da carne seria, então, uma herança imaterial de um passado rural mais tranquilo. Segundo o autor, diante da urbanização chilena, “as pessoas que procuravam manter a presença da carne em suas dietas – um estrato médio que ficava no meio de uma elite, que consumia

⁵⁴⁶ JAMES, Daniel. *Doña María – Historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires. Manantial. 2004. p. 53.

⁵⁴⁷ *Idem*. p.112.

⁵⁴⁸ Citando o caso do consumo de carne dos oileiros ingleses no século XIX, Edward Thompson lembra os operários que tinham empregos sazonais. Que nas épocas de abundância, os oileiros não se importavam com preço, mas queriam carne de qualidade. Já nas épocas de penúria, queriam carne barata, independente da qualidade. Sem dúvida os marcos temporais da alimentação, especialmente no caso dos assalariados, é um fator que precisa ser considerado nas análises. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2. p. 181.

grandes quantidades de carne, e dos pobres, que comiam quase nada – compreendiam a carne como uma necessidade, como parte de sua subsistência e não como um luxo”.⁵⁴⁹

O historiador holandês, Marcel Van Der Linden, analisando a questão dos protestos de consumidores, destacara a importância de se adotar a distinção feita por Hans Deutsch sobre mercadorias circulatórias (*circulating commodities*) e mercadorias fixas/duráveis (*fixed or durable commodities*). As primeiras seriam aquelas cujo valor de uso se esgotaria no seu consumo, como, por exemplo, os gêneros alimentícios. Já as segundas seriam aquelas cujo valor de uso se esgotaria lentamente, a partir do uso sistemático e duradouro, como, por exemplo, roupas e utensílios domésticos e móveis.⁵⁵⁰ Assim, a mobilização em torno de uma mercadoria circulatória seria mais frequente, pois o comprador “aprenderia a associar a marca de um produto com uma mercadoria particular e a sua sucessiva compra fortaleceria o hábito de pedir por um bem que fosse, então, etiquetado”.⁵⁵¹ Em outras palavras, bens de consumo duráveis seriam menos propensos a mobilizações ou mesmo a identificações dos trabalhadores com marcas específicas. Por outro lado, os bens de consumo circulatórios seriam identificados diretamente com marcas, muitas vezes pessoalizados e transformados em necessidades. Além disso (ou talvez justamente por causa disso), estavam diretamente associados a mobilizações em torno do consumo. Assim, independente da carne bovina ser considerada um luxo em determinadas conjunturas, ela pode ser compreendida como uma mercadoria circulatória e que poderia ser configurada numa necessidade pela própria rotatividade de seu consumo.⁵⁵²

Para corroborar a ideia de que a carne era uma necessidade aos revoltosos e que havia, sim, uma relação com o passado das antigas *haciendas*, Orlove demonstrou que a maioria dos participantes da revolta de 1905 tinham migrado de zonas rurais e, portanto, mantinham o costume de associar o trabalho braçal com a *fuerza*, a força, que por sua vez

⁵⁴⁹ “Nonetheless, the people who sought to maintain the presence of beef in their diets – a middle stratum located between the elite, who ate large quantities of meat, and the poor, who ate almost none – conceived of this meat as a necessity, as part of their subsistence, rather than as a luxury.” Ver: ORLOVE, Benjamin S. *Meat and Strength: The Moral Economy of a Chilean Food Riot*. Cultural Anthropology. Vol. 12, nº 2. Wiley, 1997. p. 243.

⁵⁵⁰ VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the world: essays toward a Global Labor History*. Boston: Leiden, 2008. p. 209-211.

⁵⁵¹ SPEDDEN, Ernest. *Trade Union Label*. Apud. VAN DER LINDEN, Marcel. *op. cit.* p. 212.

⁵⁵² O caso que Ernest Spadden analisa é justamente do consumo de charutos entre os operários alemães e suas preocupações com o mercado consumidor desse produto. Ainda que identificado como um “luxo”, segundo o autor os charutos seriam uma preocupação muito mais recorrente dentro dos protestos de consumidores na Alemanha do século XIX do que utensílios culinários. Embora entre a carne e os charutos haja uma grande diferença, salta aos olhos a questão do que os trabalhadores reconhecem como suas próprias necessidades em diferentes contextos.

dependia de uma alimentação que lhes garantissem tal energia.⁵⁵³ Tal associação reforçaria a ideia de que a comida seria um aspecto fundamental da cultura camponesa chilena, que serviria tanto para compreender o lazer como a própria concepção acerca do trabalho. A partir desse argumento, Orlove destaca que os motins foram praticados por manifestantes que teriam vivido no campo. Eles eram frutos de um intenso movimento de êxodo rural do século XIX e carregavam consigo as experiências (suas e as de seus ancestrais) assim como as concepções de mundo daquela realidade que associava a comida com a força – tudo isso acabava determinando muitos de seus hábitos alimentares citadinos. Não ter acesso à carne, um alimento que passava a ser visto como fundamental para a *fuera* no século XIX, poderia ser visto como algo que não garantisse a eficiência do trabalho.

Há que se considerar também as divisões na sociedade rural chilena e como elas influenciaram na visão sobre a carne. Para Orlove, aqueles que pertenciam às camadas sociais mais pobres da vida rural viam a ida à cidade como uma espécie de “ascensão social” e, nesse caso, a carne seria vista como um elemento de distinção em relação ao passado de escassez. Reservada especialmente para os domingos, havia toda um processo de escolha dos cortes e de vigilância comunitária sobre o consumo de carne dos vizinhos.⁵⁵⁴ Já os setores médios da hierarquia da *hacienda*, os chamados *inquilinos*, viam a migração urbana como continuidade dos antigos tempos, em que eram muitas vezes convidados a comer junto com os *patrones* em caçadas, carneadas e festas civis e religiosas. Nesse caso, seria possível afirmar que dentro do contexto urbano, o consumo de carne também estaria relacionado à distinção.⁵⁵⁵ Sendo assim, para ambos estratos sociais a vida na cidade com pouca carne (ou mesmo sem ela) significaria um certo rebaixamento social. Perdendo prestígio e sentindo-se “enfraquecidos”, os manifestantes

⁵⁵³ Para outras concepções acerca da relação entre “carne” e “força”, ver SAHLINS, Marshall. *op. cit.* p. 171. Ver também: BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989. p. 85.

⁵⁵⁴ Um relato semelhante acerca do consumo de carne dentre as classes populares pode ser visto em Richard Hoggart na sua obra clássica “As utilizações da cultura”. Realizado como um ensaio antropológico sobre os costumes da classe operária inglesa na década de 1950, o autor afirma que o consumo de carne nessa camada social estava diretamente ligado à ideia de “ocasião especial”, onde os trabalhadores reservavam os melhores cortes para o domingo (e no restante da semana, acabavam comendo miúdos rins e fígado – quando lhes sobrava o suficiente para comprar carne). Para mais, ver: HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura 1: aspectos da vida da classe trabalhadora*. Lisboa. Editorial Presença, 1973. p. 177-178.

⁵⁵⁵ ORLOVE, Benjamin S. *Op. cit.* p. 250. Para Orlove, há que se ressaltar que as refeições chilenas seriam marcadas, no século XIX, por várias categorias de exclusão: de peões, mulheres, crianças e até mesmo cães. Em certo sentido, seria possível afirmar sobre as múltiplas possibilidades de distribuição da carne dentro das estruturas sociais chilenas.

do motim de Santiago viam o problema da carne como uma necessidade urgente e, portanto, estaria aí justificada a mobilização dos motins.

É válido perguntar-se quais as semelhanças do caso chileno com o que ocorria em Porto Alegre – e, em especial, dentre as classes populares. Todo o contexto narrado pelo trabalho de Orlove parece dialogar diretamente com as experiências de operários porto-alegrenses. No que diz respeito à capital gaúcha, a questão da carne fora bastante estudada por Nauber Gavski da Silva, tanto em sua dissertação de mestrado quanto em sua tese de doutorado. Cruzando entrevistas com documentos da imprensa operária e sindical, Nauber da Silva consegue demonstrar como a carne fazia parte de um conjunto de reivindicações da classe trabalhadora porto-alegrense, destacando principalmente as questões que separavam o consumo da “carne fresca” (a chamada “carne verde”) da “carne congelada”, considerada de qualidade inferior pelos trabalhadores da capital gaúcha.⁵⁵⁶

Segundo o autor, em que se pese a força do consumo de carne no Rio Grande do Sul, a presença da carne congelada nos mercados gaúchos seria resultado do processo de instalação dos frigoríficos na região no início do século XX. Embora voltados para o mercado externo, em contexto muito semelhante ao de Buenos Aires, o seu impacto no mercado local se dava pela facilidade que agora existia em garantir o abastecimento de gado, mas a um custo que atingia não propriamente o mercado de preços, mas sim a “qualidade” da carne. No contexto de 1945 já existia em Porto Alegre um sistema de racionamento e tabelamento de “carne verde”, procurando restringir a ação de especuladores sobre o preço da mercadoria. Por outro lado, se infere que um dos elementos que agora estava relacionado ao preço da carne fresca era justamente a carne congelada. Segundo o periódico operário *O Gráfico*, de novembro de 1951, “o leite subiu de preço. A carne, nem se fala, e só existe congelada”.⁵⁵⁷ Em diferentes contextos, os trabalhadores porto-alegrenses reclamavam de uma condição na qual ora não havia carne, ora não havia renda para a carne. Quando havia carne e havia a renda, havia ainda a possibilidade de a carne ser congelada, reduzindo aquilo que era determinado como “qualidade”.

⁵⁵⁶ SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa: Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

⁵⁵⁷ Dissídio. *O Gráfico*. Porto Alegre, nº 3, novembro de 1951. p. 3 e 4. Citado em: SILVA, Nauber Gavski. *op. cit.* p. 159.

Toda essa digressão sobre a importância da carne em Buenos Aires e Santiago permite também refletir sobre como o processo de modernização capitalista teria alterado as dietas alimentares da “plebe” e como criara novos sentidos sobre aquilo que se come. A abordagem de E.P. Thompson sobre a traumática transição do pão de trigo para a batata na dieta dos operários ingleses do final do século XVIII é bastante reveladora sobre como tais mudanças mexem com os padrões costumeiros estabelecidos em torno da “qualidade” dos alimentos.⁵⁵⁸ Embora tão nutritiva quanto, a batata sofria de uma série de preconceitos pelos operários, que identificavam no tubérculo um alimento de origem inferior e diretamente relacionado aos irlandeses. Preconceitos étnicos à parte, os operários ingleses manifestavam o seu descontentamento ao sentir, dentro do contexto da industrialização britânica, que sua dieta estava sendo substituída contra à sua vontade. Isso seria resultado de todo um processo de defesa do livre-mercado na política inglesa que teve como resultado final, no século XIX, a abolição das *corn laws*, ou seja, dos mecanismos protecionistas no mercado de grãos. Assim, o trigo, o centeio e os demais cereais se tornaram alvo da flutuação dos preços, encarecendo consideravelmente o preço do pão – sendo que, na mesma época, a batata tornava-se um alimento ainda mais barato dada a sua resistência às condições climáticas europeias.

A nova dieta à base de batata era uma ruptura com os costumes tradicionais desses trabalhadores que, em seus valores ainda “pré-capitalistas”, valorizavam o pão como a principal base alimentícia. No caso específico da carne, o que Thompson nos revela é que as impurezas e adulterações dentro do comércio urbano de carne seriam constantes e eram vistas como violação dos costumes antigos no quais o trabalhador participava da morte e dos cortes dos animais.⁵⁵⁹ Porém, a principal mudança na dieta alimentar desses trabalhadores e que ameaçava a relação de “qualidade” estabelecida com a carne era a quantidade de miúdos que participavam da dieta (“pés de carneiro e de vaca, orelhas de porco, miúdos, tripas e morcela”). Diferentes partes que tiravam o tradicional “rosbife” inglês de cena e colocavam carnes que tinham de ser cozidas por muito tempo dada a sua textura, ou mesmo salgadas ao extremo para a sua devida conservação. As reclamações dos operários ingleses, ao que sugere Thompson, não respeitavam propriamente uma razão economicista (que daria preferência ao item mais barato), ou uma razão nutricional (que daria preferência ao item com mais calorias), o que estaria em jogo seria uma razão baseada nos hábitos alimentares constituídos a partir de costumes e tradições.

⁵⁵⁸ Ver: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2. p. 180.

⁵⁵⁹ *Idem*. p. 182.

Em certo sentido, o consumo de carne em Porto Alegre estaria relacionado a questões semelhantes – seria o hábito constituído pelo costume que definiria as preferências e as noções de qualidade. Por conta dessas questões, Nauber Gavski da Silva afirma com precisão que no contexto das lutas dos trabalhadores porto-alegrense contra a carestia, “a carne de gado parece ter assumido o papel de símbolo maior dessa luta pelo empoderamento mais básico de uma classe, pois mobilizadora de amplos segmentos da população da cidade, dos mais pobres aos trabalhadores de categorias um pouco mais distantes do salário mínimo”.⁵⁶⁰ Nesse aspecto, seria possível compreender, afinal, porque o caso inicialmente citado envolveria contestação de Cr\$ 0,80 por uma dona de casa, a senhora Rosa Bertoletti, contra um açougueiro que supostamente deveria zelar pela “qualidade” da carne vendida. Porém, parafraseando um mantra político recente, “não era só por oitenta centavos”. O que é relatado no processo é basicamente a ação de Rosa Bertoletti sobre o açougueiro Eduardo Lopes dos Santos, mas o processo indica certas sutilezas que ajudam a compreender não apenas o que estava em jogo na disputa da carne, mas também algumas das principais práticas que ocorriam dentro do comércio varejista de Porto Alegre da época.

Ao iniciar as discussões sobre a carne que jogaram dona Rosa contra o senhor Eduardo, talvez seja interessante voltar ao ano de 1946, para vermos um dos primeiros casos de crime contra a “economia popular” envolvendo o consumo da carne na cidade de Porto Alegre. No dia 18 de julho do ano referido, o açougueiro Francisco Celiberto Schifino fora preso em flagrante ao vender um pedaço de carne para a professora Talita Boa Nova Coelho, esposa do funcionário público João Carlos Coelho.⁵⁶¹ A mercadoria em questão fora vendida com 50 gramas a menos do que o açougueiro havia cobrado. Anterior a promulgação do Decreto-Lei 9.840 que definiu os crimes contra economia popular durante o governo Dutra, o crime era enquadrado no Decreto-Lei 869 de 1938, uma herança ainda dos tempos do Estado Novo e da visão econômica que comparava a “economia nacional” a “economia popular”. Porém, o fato dele ocorrer alguns meses antes da nova peça legislativa ser aprovada pelo Executivo, indica que a fiscalização

⁵⁶⁰ SILVA, Nauber Gavski. *op. cit.* p. 164.

⁵⁶¹ Essas e as demais informações sobre o caso foram retiradas do processo de FRANCISCO CELIBERTO SCHIFINO, nº 2633, maço 62. Porto Alegre, julho de 1954. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

policial em Porto Alegre estava sentindo-se pressionada com o dever de combater os “especuladores”.⁵⁶²

O que é possível saber mediante a análise do processo é que o dono do açougue era um senhor de nacionalidade italiana, com 47 anos e que já havia estabelecido seu mercado desde 1933 na rua General Lima e Silva nº 78, no atual bairro Cidade Baixa da capital gaúcha. Segundo ele, os fiscais entraram em seu estabelecimento e recolheram a carne de uma cliente e logo em seguida a pesaram novamente, alegando que apesar do senhor Francisco ter cobrado por um quilo, a carne pesava 950 gramas. Os fiscais referidos eram da Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (CEAP), uma entidade estadual que deferia as tabelas de preços do comércio do Rio Grande do Sul.

A freguesa em questão, a polícia não interrogara. Na verdade, o testemunho coletado foi o de seu marido, o senhor João Carlos Coelho, que aparentemente não estava presente quando o flagrante fora dado. Segundo o marido, a compra da esposa teria sido “lançada no caderno” como referente a um quilo, mas que soubera pelos policiais que lhe faltava 50 gramas da carne comprada (um pedaço de carne sem osso, pelo que constava nos autos). A “compra no caderno”, como confirmaria depois o açougueiro, seria feita para ser paga “no fim do mês” – e, segundo o açougueiro, teria sido por esse motivo que ele cobraria da senhora Coelho mais dez centavos.

A questão das compras no caderno são tema comum quando se avaliam as práticas de consumo de trabalhadores urbanos – estão presentes na literatura específica sobre o tema desde o trabalho de Friedrich Engels, “A situação da classe operária na Inglaterra”.⁵⁶³ Eles revelam os mecanismos pelos quais as classes populares se endividam em contextos nos quais são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de remuneração. Tendo em vista que o trabalho só é pago depois de efetivamente concluído (seja em prazo, seja em demanda específica) e que as exigências para a reprodução da mão de obra são constantes (alimentação, vestuário, saúde, habitação), os trabalhadores dependiam de mecanismos de crédito informais, que podem ser estabelecidos com seus patrões (por meio de adiantamento salarial), ou com os comerciantes locais (por meio de um sistema de crédito nas compras). Em alguns casos, os comerciantes eram seus próprios

⁵⁶² De fato, no dia 16 de setembro de 1948 o vereador e delegado de polícia, Roberto Landell de Moura (PSD), chegou a se pronunciar afirmando que a polícia e a fiscalização estavam dando conta do problema dos açougues. Como demonstrarei nessa seção, aparentemente ele estava equivocado. Ver: Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Sessão do dia 16 de setembro de 1948.

⁵⁶³ Ver ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

patrões, como se percebe no caso das cooperativas de consumo privadas, como visto anteriormente na seção 2.3 do capítulo anterior.

Quando se recorria ao recurso do “caderno”, cabia ao comerciante o controle da dívida que ele anotava num bloco e ia arrolando até o prazo estipulado em acordo por ele e pelo seu freguês. É bem verdade que os meandros da compra no crédito não eram muito claros – e, numa conjuntura inflacionária, é possível deduzir que o comerciante dispunha de poucos mecanismos para cobrar a taxa inflacionária e os juros dentro das margens bancárias. Portanto, quando o senhor Francisco afirmava cobrar “dez centavos” a mais pela carne que havia vendido, ele legitimara isso a partir do sistema de crédito informal que estabelecera com a cliente. Não é possível saber, pelo processo, se a senhora Coelho estava ciente sobre as práticas do açougueiro. Mas sabe-se que seu marido abonava o comerciante, garantindo à polícia que se tratava de homem “sério e honesto”. De forma indireta, havia aqui uma defesa do sistema de “caderneta” por parte dos próprios clientes, onde a cobrança de um pequeno “juro” seria aceitável dentro de normas não-escritas.⁵⁶⁴ A própria senhora Talita saiu em defesa do açougueiro, afirmando que escolhia o seu açougue por “ser mais bem servida” e que havia pago os dez centavos a mais “porque não pagava a vista e sim no fim do mês”. Assim, a freguesa defendia tanto o açougueiro como o seu sistema de cobrança.

Norberto Ferreras, avaliando o caso das vendas por *libretas* entre os comerciantes de Buenos Aires no início do século XX ressalta que havia uma correlação entre “situação pessoal especialmente difícil” e “amizade grande”, em que o dono do comércio poderia arrolar a dívida, ou mesmo abatê-la por iniciativa própria para tentar ajudar o seu cliente, estabelecendo assim laços de solidariedade. Por outro lado, um cálculo errado poderia resultar em inadimplência do cliente. Nesses casos a inadimplência acabava ecoando nos preços dos demais gêneros (o que no caso específico de Porto Alegre, talvez ecoasse somente nos preços de gêneros não tabelados, o que praticamente excluía os açougueiros, que tinham praticamente toda a sua mercadoria tabelada).⁵⁶⁵

Outro cliente que depôs em defesa do senhor Francisco Schifino foi o compatriota Carmine Masi, residente na mesma rua do açougue e freguês do açougueiro há cerca de

⁵⁶⁴ Em matéria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o sistema de cadernetas é criticado porque o comerciante não teria certeza do retorno do dinheiro dadas as questões de juros e inflação. Na visão da entidade, os mais prejudicados desse sistema seriam, sem dúvida, os comerciantes. Ver: “Comprar fiado e marcar na caderneta é coisa do passado”. IN: Visão do Empreendedor. Revista Eletrônica do SEBRAE. Acesso digital em: <http://www2.rj.sebrae.com.br/boletim/comprar-fiado-e-marcar-na-caderneta-e-coisa-do-passado/>. Último acesso em 26 de julho de 2015.

⁵⁶⁵ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores...op. cit.* p. 147.

onze anos, garantindo que se tratava de um “comerciante sério e honesto” e que também era “freguês de caderno” e que pagava Cr\$ 4,50 pelo quilo da carne de primeira (sendo que o preço tabelado era de Cr\$ 4,40, com os dez centavos a mais por conta do pagamento a prazo). É difícil saber ao certo se no caso de Carmine Masi o laço de solidariedade entre o cliente e o açougueiro era, afinal de contas, mediado pelo fato de ambos serem italianos de origem. Esse mesmo laço poderia estar ligado, por exemplo, ao fato de serem vizinhos de bairro. Ou até mesmo a ambas as questões, sendo que não era raro que comunidades étnicas se aproximassem espacialmente dentro de Porto Alegre para manter seus laços de solidariedade.⁵⁶⁶ Há ainda a possibilidade de que o senhor Carmine Masi estivesse simplesmente defendendo o açougueiro por considera-lo “sério” e “honesto”, sendo impelido por sua própria honestidade a fazer o testemunho em defesa de Francisco Schifino – que apesar de nascido na Itália, era naturalizado brasileiro.

Porém, a defesa mais forte feita em nome de Francisco Schifino foi a do funcionário público Waldemar Cardia, que não apenas era freguês no açougue como também era colega de João Carlos Coelho no funcionalismo do estado. Mais do que isso, o senhor Waldemar conhecia a CEAP e foi até lá pedir esclarecimentos sobre o caso – e por isso teria sido chamado a depor. Waldemar teria conseguido informações sobre o caso, mas ironicamente o juiz responsável pelo processo, James Macedonía Franco, não sabia exatamente sobre essas informações e decidiu requisitar à Comissão esclarecimentos.

O CEAP, por sua vez, enviou ofício ao juiz alegando que o preço tabelado de fato era de Cr\$ 4,40 o quilo da carne sem osso, mas que quando o produto fosse entregue em domicílio os açougueiros poderiam aumentar em Cr\$ 0,10 e, principalmente, nos casos de compra a prazo só poderiam crescer 5% do valor pesado (no caso, o preço do quilo iria para Cr\$ 4,62 na venda pela caderneta, estando abaixo do que o açougueiro cobrava). Sendo assim, Francisco Celiberto Schifino fora inocentado das acusações e liberado pelo juiz James Franco.

O caso do senhor Schifino parece combinar diferentes narrativas. A primeira, a da venda a prazo como prática dos comerciantes da capital que, ao que tudo indica, nem sempre usavam ela para o seu favorecimento – nesse caso específico, tudo leva a crer que essa forma de venda fazia com que o açougueiro perdesse dinheiro. Outra narrativa é a

⁵⁶⁶ Para uma visão mais voltada acerca das comunidades étnicas dos “polacos”, os imigrantes de origem eslava em Porto Alegre, recomenda-se ver o trabalho de FORTES, Alexandre. *op. cit.* Capítulo 4: Os “polacos” e os outros. p. 119-176.

dos laços de solidariedade étnicos que parecem ter sido consolidados com o depoimento do senhor Carmine Masi. Mas a questão mais significativa parece ter sido a defesa do açougueiro por seus diferentes fregueses, independente de questões de gênero, etnia ou classe social. E ao que tudo indica, tais demonstrações de solidariedade seriam uma regra presente nos processos criminais acerca do comércio de carne na Porto Alegre das décadas de 1940 e 1950. E aqui é importante retomar o caso de dona Rosa Bortoletti, talvez um dos casos mais completos aqui estudados por conta da detalhada documentação recolhida presente nos autos.

Na manhã de 14 de junho de 1952 acima referida, o açougueiro Eduardo Lopes dos Santos fora encaminhado para a delegacia acusado de crime contra a economia popular. Enquadrado na Lei 1.521 de Economia Popular, o açougueiro tinha contra ele três testemunhas: a dona de casa Rosa Bortoletti, que era a parte lesada e mais dois clientes: Zulmira da Silva Félix, também dona de casa e Manuel Francisco de Oliveira Sousa, que inicialmente não tinha registro de emprego nos autos iniciais do inquérito. Em todos os testemunhos se verifica a mesma situação: a senhora Rosa Bortoletti havia ido ao açougue abastecer-se de carne e, diante do caso de fraude, foi acudida pelo inspetor Ruy Lautert de Quadros. A partir daí o inspetor conduziu a senhora Bortoletti e os demais clientes que presenciaram a cena para a delegacia, para que a parte lesada apresentasse queixa e os demais prestassem testemunho. Ao mesmo tempo, a carne comprada fora submetida à perícia, momento no qual ela fora pesada e analisada.

O depoimento de Rosa Bortoletti, contudo, mostrara-se o mais curioso dentre os demais. A dona de casa confirmava que teria comprado 800 gramas de carne e que teria pago Cr\$ 5,00, mas que após a carne lhe ter sido entregue, a depoente afirmara “que um funcionário policial, depois de abordar a declarante ainda no interior do açougue, disse ter encontrado fraude na venda feita à declarante, prendendo o comerciante, depois de ter retido sua compra”. A interferência do policial interrompia aquela que parecia uma transação comum e era a partir do inspetor que se construía a denúncia de dona Rosa Bortoletti. De fato, segundo a requerente, ela teria solicitado um pedaço de carne com osso e que teria sido calculado em Cr\$ 4,50, ela então teria pedido para o açougueiro colocar mais um pedaço de carne sem osso para completar Cr\$ 5,00. Nesse momento é que o inspetor Ruy Lautert, que acompanhava a transação, abordara a dona Rosa e teria constatado a fraude.

Há que se considerar alguns elementos que parecem um tanto quanto curiosos em toda essa história. Nota-se, por exemplo, que a presença do inspetor da polícia no açougue

é o ponto central de toda a trama. Como Ruy Lautert de Quadros não havia sido chamado para depor, o fato dele ter sido o principal responsável pela prisão do açougueiro é algo que aparece nos demais testemunhos. Essa interferência no andamento da transação comercial ainda fez com que o inspetor conduzisse dona Rosa Bertoletti e os demais clientes presentes ao recinto policial da Diretoria Estadual de Segurança Social e Economia Popular (DESSEP).⁵⁶⁷ Não que dona Rosa não pudesse acusar o açougueiro, por si só, mas a prisão em flagrante teria sido obra justamente do inspetor. Além disso, segundo o depoimento da própria requerente, ela desconheceria as diferenças dos tipos de “carne verde” e, portanto, não estaria ciente de que estava sendo lesada pelo açougueiro. Ao mesmo tempo, os demais clientes também pareciam desconhecer o que teria ocorrido no estabelecimento, sendo orientados pelo inspetor a prestar testemunho em defesa de Rosa Bertoletti. Seria possível, dentro de um exercício de imaginação, supor que o inspetor teria coagido os demais clientes a depor contra o açougueiro Eduardo Lopes dos Santos, mas isso seria apenas uma suposição sem provas, tendo em vista que os depoentes não falaram nada sobre isso (embora no contexto de um depoimento policial, é possível que eles não se sentissem nada confortáveis para denunciar a coação do inspetor de polícia).

Tal questionamento pode ser colocado até mesmo pelo depoimento de Eduardo Lopes dos Santos, açougueiro e proprietário do açougue “Viamonense”. Segundo ele, não teria havido dolo no crime cometido, pois cobrara a partir da relação que estabelecia com seu fornecedor, os Frigoríficos Nacionais S. A. e confirmara que, de fato, entregara para a dona Rosa os 800 gramas de carne de acordo com o seu pedido. Em outras palavras, o que Eduardo Lopes dos Santos alegava era que não sabia sobre as tabelas de preço sobre a carne, algo comprovado pelo testemunho do cliente Manuel Francisco de Oliveira Sousa que afirmara sequer ter visto alguma tabela de preços para carne no açougue. Porém, como o crime teria sido cometido em flagrante, o açougueiro não escapou da prisão e acabou sendo autuado – ainda que, de acordo com o artigo 5 da lei 1.521, ele tivesse o direito de fiança (avaliada em Cr\$ 5.000,00). O insólito da situação é que por Cr\$ 0,80 o açougueiro era obrigado a pagar sua fiança de Cr\$ 5.000,00 para ver-se livre.

⁵⁶⁷ Nem todas as atribuições da DESSEP eram propriamente voltadas para a economia popular. Muitas vezes ela agia junto com o DEOPS na vigilância e na repressão ao movimento operário. Alexandre Fortes destacou que em 1947 o Delegado responsável pela Diretoria chegou a produzir um longo e detalhado relatório sobre as greves ocorridas nesse ano. Ver: FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...op. cit.* p. 380-394.

Os autos do inquérito indicam, contudo, que o açougueiro acabou sendo levado para a identificação e, somado a isso, fora anexada uma tabela de preços para a carne referente ao ano de 1948. Porém, a tabela que balizava a voz de prisão do inspetor de polícia marcava que o “coxão” sairia por Cr\$ 6,00 o quilo (logo, 200 gramas sairiam por Cr\$ 1,20) e a carne de segunda, de onde seria a “agulha”, custaria Cr\$ 3,90 o quilo (logo, 600 gramas sairiam por Cr\$ 2,34). Além da óbvia menção de que a tabela seria de 1948, não estaria ela também defasada em torno dos seus preços? Essa era uma possibilidade de argumentação do açougueiro, mas Eduardo Lopes dos Santos seria chamado para um novo depoimento, no dia 26 de junho de 1952.

No novo depoimento, emergiram da narrativa do comerciante novas tensões específicas para com a polícia – e não contra os seus clientes. Tratava-se de um açougueiro simples, que morava no mesmo local onde tinha um pequeno açougue, fruto de seu sustento. O nome do estabelecimento, “Viamonense”, se devia ao fato do próprio Eduardo ser natural de Viamão, mas que residia agora em Porto Alegre. Nunca havia sido preso e tampouco processado, portanto o que ocorria com ele era algo completamente novo. Em sua narrativa, contudo, o que mais se destacava é que para ele tudo aquilo era fruto da má fé do inspetor de polícia. Segundo o depoimento do açougueiro, quando a sua declaração inicial fora redigida no dia em que ocorrera o crime, o declarante havia discordado da parte em que a carne era descrita por um policial não reconhecido por Eduardo. Quando levantara a discordância, o policial teria lhe dito que “ficasse quieto porque assim seria melhor para ele” e como estava “nervoso”, acabou assinando “as referidas declarações por lhe ter sido ordenado que assim fizesse pela autoridade policial que o inquirira”. Como não assistira a perícia feita sobre a carne, não soube ao certo o que teria ocorrido. Em outras palavras, talvez até mesmo por orientação de seu advogado, o senhor Abio Hervê, Eduardo Lopes dos Santos procurava lançar suspeita pela atuação policial.

A partir desse momento, a estratégia de defesa do advogado de Eduardo Lopes dos Santos fora marcada pela tentativa de garantir a idoneidade do açougueiro. Ele conseguira arrolar quatro testemunhas a favor do comerciante. Assim, o processo seria avaliado a partir dos testemunhos de acusação de Rosa Bertolletti e os demais clientes, e dos testemunhos de defesa, arrolados pelo advogado.

Porém, para a sorte de Eduardo Lopes dos Santos, o testemunho de sua acusadora, a dona de casa Rosa Bertolletti, parecia muito mais propenso a lhe dar o benefício da dúvida do que acusá-lo de fraude. De fato, a depoente afirmava que ia “seguidamente” ao

açougue “Viamonense”. No dia do referido crime, afirmara que tinha entrado no estabelecimento um “agente policial”, o qual “apreendeu a carne em mãos da declarante e repesou a mesma e, em seguida, conduziu preso o açougueiro à delegacia”. Rosa também afirmara que “sempre que comprava carne no açougue do réu, procedia a verificação do peso” e que “sempre foi servida na qualidade de carne que pedia e pagava o justo preço” e que “nunca ouviu qualquer reclamação a respeito da carne fornecida pelo réu a seus fregueses”. Em outras palavras, o testemunho de dona Rosa Bertolletti parecia abonar o açougueiro de qualquer infração cometida. A outra testemunha, Zulmira da Silva Félix confirmava que a dona Rosa, segundo ela lembrava, não havia feito qualquer reclamação contra a carne que adquirira e que tinha sido o Inspetor que retirara o pacote das mãos de dona Rosa.

Numa análise marxista, pode parecer ingênua a afirmação da dona de casa que dizia sempre ter pago o “justo preço” pela carne.⁵⁶⁸ Contudo, compreendida em seu contexto, a ideia de que o açougueiro cobrava o “justo preço” remetia a possibilidades de compra e venda que tratavam relações de troca enquanto relações humanas. E embora pareça um truísmo afirmar isso, é por meio da interpessoalidade entre açougueiro e clientes que Eduardo Lopes podia se safar – desde que negasse, com isso, qualquer perspectiva economicista na sua atividade, ou seja, que negasse que sua desonestidade fosse por ventura um ato movido somente pelo lucro fácil, capaz de desrespeitar as relações estabelecidas como “justas”.⁵⁶⁹ De fato, a outra dona de casa presente no momento, dona Zulmira da Silva Félix, confirmou a versão de dona Rosa, afirmando que

⁵⁶⁸ Em *A Miséria da Filosofia*, Marx ironiza a pretensão proudhoniana de criar uma ‘relação proporcional’ entre preços das mercadorias e salários dos trabalhadores. A ideia de que as mercadorias podem ter um “justo preço”, ou seja, cobradas de acordo com as rendas dos mais pobres, acaba sendo falaciosa pois pressupõe que numa sociedade industrial seria possível atingir um equilíbrio ótimo e estável entre oferta e procura. Numa outra possibilidade analítica, Karl Polanyi ressalta que as noções de “preço justo” estariam enraizadas nas economias tradicionais, onde as trocas eram feitas por princípios de equivalência. Em última instância as análises de Marx e Polanyi parecem se complementar. Mas ainda assim, fica a curiosa sensação de que numa sociedade industrial ainda houvesse espaço para se acreditar no “justo preço” nas trocas comerciais. Para mais, ver: MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ed. Global, 1985. Capítulo 1: “Uma descoberta científica”, § II: “O valor constituído ou o valor sintético”. Ver também: POLANYI, Karl. *Elementos de mercado e origens do mercado*. IN: POLANYI, Karl. *A subsistência do homem...op. cit.* p. 204-205.

⁵⁶⁹ Ellen Wood destaca a importância de compreender as *dinâmicas* do capitalismo como um imperativo orientado para a acumulação e a maximização do lucro, enraizadas especificamente nas relações de propriedade da sociedade capitalista. Que o açougueiro tentasse mostrar que estava alheio a esse imperativo e que a ânsia por lucros não fazia parte de suas práticas pode ser visto tanto como uma estratégia temporária cheia de malícia, mas também como um indicativo de que ele não compreendia a dinâmica do próprio sistema em que estava envolvido. Ver: WOOD, Ellen Meiksins *From opportunity to imperative...op. cit.* p. 22-23.

ela não havia feito qualquer reclamação contra a carne que adquirira e que tinha sido o Inspetor que retirara o pacote das mãos da cliente.

Mais esclarecedor ainda era o depoimento da outra testemunha de acusação, Manoel Francisco de Oliveira Sousa. No tribunal onde testemunhara, ele agora afirmava que sua profissão era de motorista – mas não um motorista qualquer; Manoel afirmara que era o motorista da polícia e que teria conduzido Ruy Lautert de Quadros ao açougue. A partir daí Manoel Francisco ia afundando o argumento da promotoria, afirmando que “foram os policiais que abordaram essa senhora (a dona Rosa) ao sair do açougue, perguntando-lhe que carne trazia”. Cada vez mais ficava claro que a polícia teria cometido irregularidades em sua denúncia e envolvido dona Rosa num processo civil que talvez ela nem tivesse interesse de fazer. Seria esse um ato de justiça proposto pelo inspetor, ou uma tentativa de “mostrar trabalho” perante a nova legislação e os debates políticos que tinham ocorrido no ano anterior?

Ao advogado de defesa, o petebista Ábio Hervê, coube a iniciativa de mostrar que seu cliente era um comerciante acima de qualquer suspeita. Por iniciativa própria, ele mostrara ao juiz um abaixo-assinado composto por clientes do senhor Eduardo Lopes que atestavam que o açougueiro era um “comerciante honesto, escrupuloso” e que cumpria “à risca as determinações em vigor em relação aos preços, peso e qualidade da carne”. Com dezoito assinaturas, o abaixo-assinado era uma importante prova, aos olhos de Hervê, para garantir a idoneidade do seu cliente.

Além disso, a favor de Eduardo Lopes dos Santos ainda pesava o depoimento de uma de suas testemunhas, o segundo tenente da Brigada Militar, Luiz Iponema, um de seus assíduos clientes. Segundo o policial, ele só teria deixado de comprar carne do açougueiro quando o acusado parou de oferecê-la aos fregueses por conta do processo que estava sofrendo. Na verdade, nas palavras do próprio Iponema, Eduardo seria “comerciante honesto, trabalhador e cumpridor dos deveres que lhe impõem o seu comércio”. Outra de suas testemunhas, o comerciante José Vicente da Silva, declarou que o comerciante seria um “homem educado e honesto”, tendo testemunhado em sua defesa.

Em certo sentido, a audiência do dia 30 de junho de 1952 parece ter confirmado que a prisão de Eduardo Lopes dos Santos teria sido uma ação bastante individualizada do inspetor Ruy Lautert de Quadros. A promotoria viu não apenas as suas testemunhas, mas a própria requerente garantir que não havia nada contra o açougueiro, que a raiz de todo problema estava na intempestiva ação do policial. Uma das testemunhas da defesa,

o açougueiro Francisco Rosito, apresentara-se como presidente da Associação dos Retalhistas da Carne Verde e seria uma peça chave nessa interpretação. Em seu depoimento, o senhor Francisco afirmara que ia “quase que diariamente” à Repartição Central de Polícia, buscando dar assistência aos açougueiros que ali estivessem, vítimas da “campanha desenvolvida pela polícia contra os açougues”. Estavam os policiais de Porto Alegre realmente perseguindo os açougueiros em busca de fraudes inexistentes na “economia popular”?

O argumento da defesa não ia tão longe, mas reforçava-se a noção de que “todo o acontecido se devia [*sic*], única e exclusivamente à ação arbitrária da polícia”. Afirmava também que dona Rosa teria sido coagida, sendo detida por várias horas pela polícia a fim de “moldar o flagrante”, segundo as palavras do próprio advogado e, por fim, colocava suspeitas sobre a perícia – já que o senhor Francisco Rosito teria alegado que fora impedido de ver o procedimento de perícia criminal sobre a carne comprada por dona Rosa. Diante disso, o juiz da Terceira Vara Criminal, Telmo Jobim, decidira enviar uma diligência à polícia da capital solicitando:

- “a) qual a tabela oficial que, em 14 de julho do corrente ano, vigorava nesta cidade para a venda de carne nos açougues;
- b) qual o órgão (COFAP, Instituto de Carne, etc.) que baixou a tabela;
- c) em que data foi baixada;
- d) quem assinou a tabela;
- e) se a tabela foi publicada no Diário Oficial;
- f) qual o número e dia do Diário Oficial que a publicou.”

A questão da tabela e o envolvimento da Comissão Federal de Preços (COFAP) e do Instituto de Carne foi esclarecida a partir de uma carta em resposta ao juiz, carta essa que teria sido emitida pelo Instituto Sul-Riograndense de Carnes, uma autarquia dentro da Diretoria Estadual de Segurança Social e Economia Popular do Rio Grande do Sul. Dentro do Instituto, por sua vez, havia a Comissão de Carne Verde, que teria sido responsável pela tabela de preços de 1948, ainda em vigência no contexto de 1952. A tal comissão, por sua vez, era composta por um representante da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), um representante da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um representante dos marchantes de Porto Alegre e um representante dos consumidores (o senhor Álvaro Soares, do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre). Porém, embora a existência do instituto e da comissão

fossem amparadas por lei estadual – lei nº 71 de 29 de novembro de 1947 – havia um problema de ordem mais geral: a tabela nunca teria sido divulgada pelo Diário Oficial da União e tampouco no Diário Oficial do Estado, mas sim somente pelos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* nas suas edições de final de janeiro de 1948. Em outras palavras, o principal mecanismo existente para o controle policial sobre o consumo de carne não poderia ser considerado “oficial” e sequer de conhecimento público. O advogado de Eduardo Lopes, por sua vez, afirmava ainda que a competência da determinação de preços era uma instância federal, sujeita à Comissão Federal de Preços – o que seria comprovado pelo fato de que a tabela feita pelo Instituto de Carnes jamais teria sido publicada no Diário Oficial da União.

A CEAP, por sua vez, alegava que tinha autorização do Ministro do Trabalho, Morvan de Figueiredo, para criar um órgão específico para fixar o preço da carne e de outros alimentos. Porém, o juiz Telmo Jobim teve de solicitar mais de uma vez a documentação comprobatória dessa tal autorização. O jogo de “empurra-empurra”, contudo, demonstrava que a falta de clareza quanto às obrigações acerca do tabelamento de preços acabava servindo como brecha legal para os comerciantes evitarem punições. De fato, no dia 23 de junho de 1954, passados quase dois anos desde o dia em que dona Rosa Bertolletti teria comprado 800 gramas de carne no açougue “Viamonense”, o juiz Telmo Jobim deliberara sua sentença: Eduardo Lopes dos Santos seria absolvido, tendo em vista que a tabela que ele fraudara não seria considerada tabela oficial de preços por aquele tribunal. Assim, todos os custos do processo foram ressarcidos ao açougueiro, que agora poderia retomar sua atividade comercial.

Todo o processo aqui relatado possui cenas inusitadas. O que parecia ser um crime de uma consumidora contra um comerciante desonesto demonstrara tanto a inaptidão dos órgãos fiscalizadores como até mesmo ações persecutórias da polícia. A carne, cuja importância em outros contextos havia sido discutida anteriormente, tornara-se alvo das ações. Por sua vez, o açougueiro Eduardo Lopes dos Santos acabara conseguindo encontrar uma brecha legal a partir do questionamento sobre a tabela de preços. Mas ainda assim, o principal problema no processo parece ter ficado de fora no texto final do Acordão que encerrara o caso, ou seja, a intervenção atabalhoada das autoridades policiais. O inspetor Ruy Lautert de Quadros, que teria pego a carne comprada por dona Rosa Bertolletti e teria prendido Eduardo Lopes dos Santos havia praticamente sumido do texto final do juiz. Afinal, o policial estava fazendo cumprir a lei, ou apenas tentando angariar uma prisão para aplacar seus supervisores?

Há que se destacar também uma ausência nos autos do processo. A maior polêmica nos debates legislativos acerca da lei 1.521 havia sido justamente a questão do júri popular e durante todo o processo não houve menções de formação de júri. Ao que tudo indica, a questão passou diretamente para o juiz da Terceira Vara Criminal de Porto Alegre, sem que se saiba ao certo o que teria motivado isso. Ficar imaginando diferentes desfechos a partir da presença do júri parece infrutífero, mas não se pode deixar de pensar como um júri composto por “donas de casa” e “pais de família” se comportaria diante dos indícios de arbitrariedade da polícia no processo.

O caso de dona Rosa Bertolletti também pode servir para que se reflita acerca da inserção de alguns comerciantes em algumas comunidades⁵⁷⁰ – o fato do açougueiro conseguir um abaixo-assinado em sua defesa, além do depoimento favorável dos próprios clientes que lhe acusavam, indica uma relação relativamente harmoniosa entre o açougueiro e sua clientela. Há que se considerar, claro, a possibilidade de que o trabalho de açougueiro fosse considerado uma profissão de prestígio no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, o que poderia explicar tamanha mobilização em torno de um pequeno comerciante local.⁵⁷¹ Mas em última instância, a intervenção policial parece estar sob suspeita nos casos da carne de Porto Alegre.

⁵⁷⁰ Na relação entre açougueiros e seus clientes, pretendo utilizar o termo “comunidade” com as devidas ressalvas. Ana Cristina Arcoverde, no trabalho “O coletivo ilusório” ressalta como o termo pode ser enganoso, especialmente após ter sido apropriado pela grande mídia e pelo senso comum, tornando-se sinônimo de “igualdade”. Nesse caso, o trabalho de Arcoverde destaca a importância de pensar hierarquias dentro de determinados grupos, prevalecendo a ideia de que dentro da comunidade haveria diferenças sociais estabelecidas. No caso aqui, salienta-se que açougueiros e seus clientes talvez não pertencessem à mesma classe social, mas mais do que isso, o que havia de diferença entre eles parece indicar mais uma questão de *status*, onde a posição do açougueiro seria respeitada e elevada ao mesmo tempo que os clientes o aceitassem os comerciantes como um deles. Os nuances dessa questão de pertencimento, contudo, precisam ser mediados conforme a análise de outras fontes. Para mais, ver ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *O coletivo ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade*. Recife: Ed. Arcus-UFPE, 2010.

⁵⁷¹ Faltam dados que corroborem essa visão, é bem verdade. Contudo, analisando a transformação da “cultura de mercado” nas cidades de Paris, México e Nova York, Roger Horowitz, Jeffrey Pilcher e Sidney Watts constatarem um interessante paralelo entre as três cidades no século XIX dentro do mercado da carne, ressaltando como o sistema de açougues passou de posição protegida por mecanismos paternalistas a um sistema de livre mercado que privilegiava a ascensão social e o “empreendedorismo”. Assim, os açougueiros passariam por dois processos de reconhecimento social: num primeiro momento, por conta das relações com agentes públicos em nome do Estado; no momento posterior, por serem vistos como audazes ao questionarem os modelos dominantes de venda e regulação da carne. Talvez seja um exagero comparar tais casos com a Porto Alegre de meados do século XX. Porém, não seria de todo improvável ver nessas duas possibilidades de reconhecimento social alguns paralelismos com a situação dos açougueiros da capital gaúcha. Ver: HOROWITZ, Roger. PILCHER, Jeffrey. WATTS, Sidney. *Meat for the multitudes: Market culture in Paris, New York and Mexico City over the long Nineteenth Century*. IN: *The American History Review*. Vol. 109. Nº 4. Oxford University Press. Outubro de 2004. p. 1058-1067.

Um caso bastante semelhante ocorreria alguns dias depois, no dia dezesseis de julho de 1952.⁵⁷² Novamente o inspetor Ruy Lautert de Quadros fiscalizava os açougues de Porto Alegre durante a manhã, mas seu destino agora era o açougue “Avenida”, na avenida Franklin Roosevelt nº 910, dentro do perímetro tradicionalmente conhecido como “Quarto Distrito” de Porto Alegre, no bairro São João. Lá, o açougueiro Afonso Trocck estava vendendo para a sua cliente, a dona de casa e faxineira Rosa Maria dos Santos, um pedaço de carne identificado como “fralda das costelas” (a tradicional “fraldinha”). O pedaço, que pesava 520 gramas, estava tabelado em Cr\$ 4,40 o quilo. Porém, o açougueiro aumentara o preço para Cr\$ 5,72 o quilo. Quando dona Rosa Maria havia concluído a transação, sem até então perceber a fraude, ela saíra do açougue e fora abordada pelo inspetor. Desconfiado do que ocorrera, o policial a reconduziu novamente para o açougue, pesou a carne mais uma vez e constatou que ela estava sendo vendida acima do preço da tabela. O que se seguiu a partir desse evento foi uma comédia de erros bastante semelhante ao caso de Eduardo Lopes dos Santos, mas com alguns nuances interessantes.

Afonso Trocck afirmava ser de nacionalidade americana, tendo nascido no Brooklyn, mas residente em Porto Alegre na época, sendo também o proprietário do açougue “Avenida” e que trabalhava com o comércio de carnes há 18 anos e nunca havia sido envolvido em nenhum caso de fraude. Segundo ele, dona Rosa era sua cliente assídua, o que ela também confirmava ao afirmar que comprava diariamente sua “ração de carne verde” no açougue “Avenida”. Dizia dona Rosa “que sempre foi bem atendida em seu estabelecimento, nunca tendo registrado qualquer fraude nos seus abastecimentos de carne verde que sempre lhe são entregues em pesos exatos” e com “boa qualidade”. Teria sido mais um caso de precipitação da força policial porto-alegrense na perseguição aos açougueiros, referida por Francisco Rosito?

Os indícios do processo parecem confirmar essa ideia. Novamente o funcionário do Instituto Sul-Riograndense de Carnes, Manoel Francisco de Oliveira Sousa, estava presente na apreensão e se colocara como testemunha. Novamente, assim como Eduardo Lopes dos Santos, o acusado Afonso Trocck teve de pagar uma fiança na quantia de Cr\$ 5.000,00. Aqui também a tabela de preços da carne, de 1948, era anexada ao processo. Seu advogado, Camillo Martins Costa, fizera também uma defesa baseada no fato de que a tabela não havia sido publicada no Diário Oficial – e que, portanto, o senhor Trocck não

⁵⁷² Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: AFONSO TROCCK, nº 2330, maço 53. Porto Alegre, julho de 1954. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

sabia qual seria o preço da tabela. Também defendera que a COFAP e as autarquias regionais não chegavam a um consenso quanto ao preço cobrado. Em suma, as semelhanças seriam tantas que parece estarmos lidando com o mesmo caso. Embora o açougueiro lembrasse que estava morando em Porto Alegre há trinta e dois anos já e que era casado, sustentando mulher e filhos, ele e Eduardo Lopes dos Santos parecem ser vítimas de uma mesma ação policial empreendida por um inspetor ansioso por “mostrar resultados”.

Porém, o que o caso de Afonso Trocck revela é que a ação persecutória policial não era apenas contra um ou dois açougueiros, mas era mais sistematizada. No ofício que o advogado Camillo Martins Costa enviara solicitando um pedido de *Habeas corpus* aos seus clientes açougueiros, ele revela que além de Afonso Trocck estavam presos seus clientes Luiz João Tilton, Luiz di Mare, Antelmo Conceição de Almeida e Agostinho Maria da Silva.⁵⁷³ Todos eles tinham sido presos entre os dias 11 de junho a 3 de julho, todos responsabilidade do delegado de polícia Oscar Alfredo Klein, “titular do Cartório Especial da Diretoria Estadual de Segurança Social e Economia Popular” de Porto Alegre. Todos eles pagaram fianças para poder serem soltos, mas a sua prisão por si só indicava que o depoimento do açougueiro Francisco Rosito não era mera hipérbole: de fato, havia uma ação persecutória contra os açougueiros de Porto Alegre nos meses de junho e julho do ano de 1952.

Por conta da pressão que o advogado agora exercia sobre o juiz Telmo Jobim, coube a ele solicitar uma revisão específica do caso de Afonso Trocck, fazendo com que o inspetor Ruy Lautert de Quadros fosse chamado para depor. O depoimento reforçava a versão de que o próprio inspetor teria abordado a freguesa que saiu do açougue, solicitando o seu pedaço de carne e voltando para o açougue, mas que segundo ele, tratava-se de fraude para com a tabela. Em suma, ficava claro que a ação do policial era de intervenção direta para conseguir um “flagrante”.

Além do inspetor Ruy Lautert, o juiz também convocara a senhora Rosa Maria dos Santos, num depoimento bastante revelador de algumas práticas da época. Ela é apresentada no inquérito como uma jovem de 20 anos, negra e doméstica e que constantemente ia no açougue “Avenida”. Mas mais do que isso, o que o seu depoimento revela é que ela de fato havia comprado a carne naquele fatídico dia 16 de junho de 1952

⁵⁷³ Cada um dos acusados fora preso em diferentes varas criminais. Afonso Trocck na 6ª (substituta da 3ª), Luiz João Tilton na 2ª, Luiz di Mare na 5ª, Antelmo Conceição de Almeida na 6ª e Agostinho Maria da Silva na 7ª.

e que saíra satisfeita com o pedaço adquirido, pois teria pedido meio quilo de carne sem osso e o açougueiro lhe dera um pouco mais do que o solicitado (520 gramas) de um pedaço de “fralda de filé”, “sem osso” e “sem gordura”, que ela desejava usar para “moer em casa”. O mais impressionante, porém, é que ela afirmara categoricamente que era “verdade que às vezes, por falta de troco”, ela ficava devendo ao açougueiro e ele a ela.

Essa interessante relação em que um ficava devendo ao outro o “troco”, as moedas que sobravam da transação, o que parece indicar é um laço de proximidade entre a cliente e o açougueiro. A informalidade que marca a relação entre ambos permitiria, assim, a proximidade entre eles e garantiria que a requerente, no final das contas, nunca prejudicaria o açougueiro intencionalmente – e vice-versa. Afinal, esse era o argumento do advogado de defesa, mas também é uma forma de lermos as relações que açougueiros estabeleciam com seus clientes na Porto Alegre da época, marcada pela carestia. É possível supor que a carne fosse considerada tão essencial à alimentação que a possibilidade de fraude era praticamente descartada pelos açougueiros, sendo vista como uma espécie de “ofensa moral” aos costumes estabelecidos.

Outros clientes do senhor Trocck pareciam corroborar essa ideia: Ernesto Capelli, comerciante de 36 anos e freguês do açougue “Avenida”, aceitara depor a favor do açougueiro e confirmara que este sempre havia o atendido com “lisura”, “não tendo jamais o prejudicado na venda da carne, quer em peso como em qualidade”. Não apenas isso, mas Capelli também garantia que nunca tinha ouvido queixas de outros clientes e que sua esposa tinha como norma sempre pesar novamente a carne para moê-la em casa e que nunca fora lesado. Embora no caso de dona Rosa Maria já houvesse menção às intenções de moer a carne, Capelli ressaltava novamente a prática – geralmente feita pelas mulheres, encarregadas do trabalho doméstico na cozinha na estrutura mais patriarcal da casa. Nesse caso, destaca-se também que o domínio da balança caseira e da máquina de moer permitia às mulheres⁵⁷⁴, ainda que dentro do ambiente doméstico, formas de controle específicos para verificar a pesagem e a qualidade da carne. Será que o inspetor de polícia sabia da existência desses mecanismos e os ignorava deliberadamente? Ou será que simplesmente estava disposto a consolidar a própria forma de controle estabelecida pelos policiais?

⁵⁷⁴ Faltam referências para saber o quão difundido eram esses utensílios culinários na época, mas se pressupõe que a máquina de moer era um item presente nas cozinhas tanto da esposa do senhor Capelli quanto na cozinha de dona Rosa Maria.

Há ainda outra questão que parece indicar a importância das relações que o açougueiro mantinha nas redondezas. Outro cliente seu, o operário Nestor Antonio Fulcinti disse ter visto o ocorrido e afirmara que a apreensão da carne foi seguida de sua pesagem e do fechamento do açougue pelos policiais e que, portanto, a dona Rosa Maria teria ficado sem sua mercadoria. Afirmava também que em nove anos que comprava carne do açougue “Avenida”, Afonso Trocck sempre havia vendido carne “criteriosamente, obedecendo o peso, o preço e a qualidade do produto”. Contudo, o mais revelador do depoimento do senhor Nestor é que após as perguntas da promotoria, ficava claro que esse cliente era também genro do proprietário de um armazém vizinho ao açougue “Avenida”. Assim, o promotor poderia quem sabe descartar o testemunho de Nestor Fulcinti, alegando as relações de parentesco e proximidade da testemunha.

No âmbito da investigação do historiador, por outro lado, independente da validade do depoimento de Nestor Fulcinti, o que interessa mesmo é o relato sobre as relações estabelecidas na região. O operário seria genro do proprietário do armazém vizinho ao açougue “Avenida” e conhecia a depoente como empregada de “umas professoras”. Pode-se supor que as relações entre Trocck e seu vizinho comerciante eram amistosas e que o genro do dono do armazém se abastecia de carne ali, mantendo relações de proximidade – senão de amizade, como parecia querer sugerir o promotor do caso. Nessa teia de relações presumidas, percebe-se que o açougueiro não era uma figura estranha a comunidade onde ele atuava, mas sim alguém reconhecido por ser “honesto” no trato com a carne e com quem seus clientes visitariam com frequência para abastecer-se. Essa comunidade, por sua vez, não é apenas composta por clientes, mas por indivíduos que ocupam um mesmo espaço e conhecem-se além da atividade comercial. O depoimento de Fulciniti é um indicativo disso, pois nele percebe-se que o operário reconhecia a dona Rosa Maria como faxineira de “umas professoras” ao mesmo tempo em que ele era genro do dono do armazém vizinho ao açougue. Dona Rosa, por sua vez, destacava a relação de cumplicidade quando ela e Afonso Trocck muitas vezes ficavam devendo “o troco” um para o outro. Em outras palavras, pode-se afirmar que o açougueiro era “parte da comunidade”, enquanto o inspetor Ruy Lautert de Quadros seria um elemento externo a ela, causando desordem – uma interrupção das práticas cotidianas de comércio – a partir da justificativa da “ordem pública”, ou, no caso, da “economia popular”.⁵⁷⁵

⁵⁷⁵ Há que se considerar a longínqua hipótese de que ao invés de tratar-se de uma espécie de aceitação da comunidade local para com o açougueiro, o que estaria em jogo seriam formas de coerção para garantir a

Mas não é somente dentro da “comunidade local” que Afonso Trocck era “bem considerado”. Uma das testemunhas da defesa era o açougueiro Rocco Schifino⁵⁷⁶, representante da Associação dos Retalhistas – que inclusive afirmara que o acordo sobre o aumento de preços teria sido firmado entre essa entidade e o Instituto Sul-Riograndense de Carnes, passando por cima de qualquer tabelamento feita pelas Comissões de Abastecimento e Preços (fossem elas Federais ou Estaduais). Segundo Schifino, Trocck fazia parte também da Associação dos Retalhistas “há muitos anos” e que “sempre foi tido na melhor conta em alto apreço por todos os seus colegas sendo mesmo conhecido pela sua proverbial honestidade e pela seriedade que empresta a todos os seus negócios”. Em outras palavras, junto de uma mesma entidade de classe, Trocck era também defendido por seus iguais, os açougueiros de Porto Alegre. É difícil, contudo, saber quão unida estava a categoria na época em que os policiais pareciam investigar todos os açougues da capital, não deixando passar qualquer irregularidade. Porém, se retomarmos o processo da senhora Rosa Bertolotti, sabe-se que na defesa do açougueiro Eduardo Lopes dos Santos veio testemunhar o presidente da Associação dos Retalhistas, o senhor Francisco Rosito, garantindo assim a idoneidade do senhor Eduardo e demonstrando também a união dos açougueiros perante a “perseguição policial” que ocorria na capital.

Contudo, a força da defesa de Afonso Trocck não estava somente na união de sua categoria ou na sua inserção na “comunidade” de seus clientes. O advogado de defesa solicitara também o testemunho do deputado estadual Zacarias Albuquerque de Azevedo, comerciante que exercia um dos 21 mandatos na Assembleia Legislativa pelo PTB. O deputado em questão teria sido chamado por ser cliente do açougue “Avenida” há cerca de oito anos e confirmava toda a honestidade e lisura do comerciante, afirmando que Afonso Trocck também já havia sido presidente do Grêmio de Regatas Duque de Caxias – o que aparentemente, ao entender do deputado, era sinal comprobatório da idoneidade do açougueiro. No caso montado pelo advogado de defesa, um açougueiro cujo alcance de sua clientela ia de empregadas domésticas e operários até um deputado estadual, todos afirmando e comprovando a honestidade do comerciante, parece ser evidente que ele estava sendo perseguido injustamente. Mas, mais do que isso, parece indicar que possuía

sua proteção. Porém, levantada essa hipótese, não há nada na documentação dos autos e em outros materiais que possa servir como comprovação.

⁵⁷⁶ Se Rocco Schifino era parente de Francisco Schifino, não há nada nos inquéritos que comprove essa alegação, sendo ela apenas uma suspeita minha.

uma rede de proteção considerável a seu favor, vasta o suficiente para envolver a sua associação profissional, os seus clientes e até mesmo autoridades políticas.

O resultado do processo, assim como o de Eduardo Lopes dos Santos, foi da absolvição de Afonso Trocck, recebendo de volta o que gastara com sua fiança. Além disso, destaca-se novamente o fato de que não havia tribunal do júri no processo, ficando todo o processo sob encargo do juiz da Terceira Vara Criminal. E, assim como no caso anterior, os açougueiros recebiam o respaldo de diversas testemunhas que garantiam sua honestidade e os viam como “comerciantes honestos” prejudicados pela interferência do poder público – expresso na ação policial do inspetor Ruy Lautert de Quadros.

Porém, nem todos os processos referentes à carne durante esse período indicam o mesmo. Diante das interferências do poder público, expresso nas ações de policiais que atuavam na fiscalização do comércio, havia também os casos de açougueiros que eram identificados com o funcionalismo público e com questões referentes a corrupção. É o que parece ter acontecido no processo contra José Gercy da Silva Duarte, que não apenas era açougueiro como também era funcionário do Instituto Sul-Riograndense de Carnes como também era responsável pelo “açougue popular nº 34” dessa instituição, localizado na rua Fabrício Pilar, na esquina com a rua Cel. Bordini. No dia 15 de março de 1955 o açougueiro teria vendido três quilos de carne de primeira por Cr\$ 28,00 o quilo, adulterando a tabela oficial que previa o preço da mesma carne em Cr\$ 27,30. Segundo o próprio José Gercy, ele só adulterava os preços porque o fiscal do Instituto de Carnes, o senhor Otilio Biehl (também conhecido como “Bila”), lhe dera permissão.⁵⁷⁷

Toda a trama referente a esse caso parece demonstrar a dificuldade de garantir idoneidade mesmo entre as autarquias públicas na questão da carne. O depoimento do açougueiro José Gercy parte do princípio de que o aumento de preço feito por ele teria sido autorizado pelo inspetor do Instituto de Carnes, mas ele revela também uma tensão entre o açougueiro e sua cliente, uma freguesa não identificada no processo.⁵⁷⁸ Segundo Gercy, a freguesa em questão reclamara ao atendente, alegando que o preço cobrado era “muito alto”, tendo o depoente respondido a ela que “estava cobrando de acordo com a

⁵⁷⁷ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: JOSÉ GERCY DA SILVA DUARTE, nº 2000, maço 44. Porto Alegre, julho de 1958. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁷⁸ De fato, não há nenhuma referência ao longo do processo sobre a freguesa que denunciara o senhor José Gercy. Ao historiador fica apenas a interrogação sobre quem seria essa senhora que, num “açougue popular”, teria solicitado 3 quilos de carne de primeira ao açougueiro no bairro do Moinhos de Vento. O próprio termo “açougue popular”, diante dessas informações, parece ser bastante enganoso quanto à classe social da envolvida. Ao longo do processo, o promotor chegou a requerer à Justiça a identificação e o inquérito sobre a freguesa, mas sem sucesso aparentemente.

ordem recebida do inspetor do Instituto de Carnes”, mas que se ela quisesse ter uma certeza a respeito do preço, “poderia telefonar para a Delegacia de Economia Popular”, tendo ele mesmo lhe fornecido o telefone.

Aqui, ao que tudo indica, a amistosidade dos clientes com o açougueiro dava lugar a tensão da desconfiança da freguesa e da rispidez do açougueiro. O desfecho, contudo, foi que a freguesa efetivamente ligou para a Delegacia e que quando o policial apareceu, o açougueiro confirmou que estava vendendo com preço acima da tabela: mas segundo ele, somente porque o fiscal lhe autorizara. Contudo, o depoimento de Otilio Biehl desmentia completamente o senhor José Gercy – o inspetor afirmava que não era verdade que ele tinha mandado o réu vender carne de primeira a Cr\$ 28,00 o quilo, mas sim ao preço da tabela, Cr\$ 27,30 o quilo. O “Bila”, como era apelidado, afirmava que tinha sob sua responsabilidade 22 açougues populares e mais 5 açougues-mercearias e que o açougueiro José Gercy só alterara o preço da carne porque o referido teria “dificuldade em fazer o cálculo dos ‘quebrados’”. É possível, claro, perguntar-se porque José Gercy não teria tocado nesse assunto, mas também é possível imaginar que, dependendo do contexto de seus clientes, o açougueiro se sentisse à vontade para fazer esse “arredondamento” do preço sem que seus clientes sentissem diretamente a diferença – afinal, supondo que não fossem, de fato, “populares” assalariados os clientes do açougue, a diferença em centavos poderia ser considerada irrisória.⁵⁷⁹ Mas isso, claro, entra dentro do campo da suposição.

O que se sabe, contudo, é que o depoimento de Biehl lançava suspeita sobre as práticas do açougueiro e que, portanto, o abandonara a sua própria sorte no processo criminal. No seu testemunho, José Gercy tentaria reverter a situação, afirmando que não teria motivos particulares para realizar o aumento e que só fez isso porque o inspetor havia afirmado que “a carne ia subir” e que, diante do que o “Bila” teria afirmado, José Gercy rebatia afirmando que “o inspetor covardemente” atribuía a ele a responsabilidade de um ato que teria vindo de cima. No “empurra-empurra” de culpas auferidas por todos os lados, Otilio Biehl tentou ao menos garantir que José Gercy cometera um erro inocente, que o açougueiro não teria se favorecido da cobrança acima do preço, já que “o

⁵⁷⁹ A questão do “arredondamento” de preços pode ser vista como “faca de dois gumes”. Norberto Ferreras avalia que os “arredondamentos” de pesos e preços contribuíam para o encarecimento da vida operária de Buenos Aires, mas por outro lado, esses “arredondamentos” podiam também reduzir o lucro dos comerciantes, como parece ser o caso do açougueiro Afonso Trocck, que cobrava menos do que os 5% que era autorizado pelas compras na caderneta. Ver: FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores...op. cit.* p. 148.

pagamento era feito no caixa”. Por outro lado, o irmão de José Gercy, Celso de Souza Duarte, que também era funcionário do Instituto de Carnes, confirmara que o fiscal teria mandado “arredondar” os preços para facilitar o preço da carne, mas também confirmava que o cortador – no caso, José Gercy. Diante das contradições nos depoimentos, em 11 de março de 1959 o juiz Moltke Germany acabou absolvendo o açougueiro do crime que lhe era imputado.

Em certo sentido, o caso de José Gercy de Souza Duarte é interessante nem tanto para mostrar as tensões entre açougueiros e seus clientes, mas para ver a burocratização da distribuição da carne na Porto Alegre dos anos 1950. O Instituto Sul-Riograndense de Carnes teria sido criado em 1939 por decreto-lei estadual do então interventor do Rio Grande do Sul, Osvaldo Cordeiro de Farias. Em 1955, se for considerada a composição da “Comissão da Carne Verde” tal como aparece no processo de Eduardo Lopes, havia representantes da FARSUL, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, representantes dos marchantes de Porto Alegre e representantes dos consumidores – geralmente organizados em sindicatos.⁵⁸⁰

É bem verdade que enquanto autarquia, o Instituto era responsável pela distribuição de carne a partir de uma rede de “açougues populares” que, como relatava o fiscal Otilio Biehl, era também composta por “açougues-mercearias”. Há de se estranhar, claro, a distribuição da carne e os sítios dos açougues – no caso específico do processo de José Gercy, o açougue em que ele trabalhava ficava na região do Moinhos de Vento e sua cliente (não identificada) comprara três quilos de carne sem osso, uma das carnes mais caras do tabelamento oficial. Mas em que se pese tudo isso, o que chama atenção mesmo são as tensões entre fiscais do Instituto das Carnes e os açougueiros e comerciantes, no que os primeiros repassavam ordens de caráter mais burocrático aos últimos e esses, por sua vez, arcavam com as consequências perante a clientela. Mesmo que a decisão de “arredondar” preços supostamente tinha sido somente do açougueiro – e não do fiscal, como alegavam os irmãos José Gercy e Celso –, todos os depoentes concordavam que não havia nenhum ganho pessoal na atitude de aumentar os preços.

Em comparação com os casos anteriores, há que se considerar algumas diferenças bastante substanciais entre os casos de fraudes cometidos pelos açougueiros. Em primeiro lugar, a agilidade do processo de José Gercy teria sido muito maior do que a dos demais.

⁵⁸⁰ Para uma versão excessivamente sucinta sobre a criação do Instituto Sul-Riograndense de Carnes, ver: OHWEILER, Otto Alcides. *Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. IN: Ensaaios FEE. Porto Alegre, 1982.

Embora ambos tenham durado cerca de quatro anos entre denúncia e julgamento final, a quantidade de testemunhos no processo de 1956 teria sido muito menor, de tal forma que nem mesmo o requerente (a freguesa inicialmente citada) teria testemunhado. Mas se destaca o fato de que os açougueiros também tinham funções diferentes: nos demais casos, os açougueiros eram proprietários de seu próprio pequeno açougue, enquanto José Gercy era um funcionário de uma autarquia pública que nem sequer teria acesso ao caixa, sendo colocado somente na posição de retalhista. Enquanto os outros comerciantes teriam conseguido apoio dos seus clientes, o açougueiro do processo de 1956 contou somente com o apoio de seu irmão.

Talvez essa mudança se deva ao fato de que entre os diferentes casos, há também diferentes contextos a serem analisados. Se em 1946 os policiais pareciam querer mostrar serviço antes da legislação e em 1952 eles queriam mostrar serviço depois da legislação, em 1956 não parece haver nenhuma preocupação em “mostrar serviço”. O que existia era, de fato, uma preocupação com a autarquia pública e o seu mau uso, decorrente de uma denúncia feita por uma freguesa. Em outras palavras, os requerentes pareciam muito mais dispostos a fiscalizar as medidas específicas feita no âmbito estatal do que propriamente as ações de comerciantes particulares.

Marsha Posusney, em seu artigo *Irrational workers: the moral economy of labor protest in Egypt*, analisa a ação coletiva dos trabalhadores egípcios durante o “nasserismo” na década de 1950 ressaltando como, dentro de um contexto de “capitalismo de Estado” (ou “Socialismo de Estado”), os trabalhadores egípcios muitas vezes se colocavam não contrários aos pequenos empreendedores, mas sim às autoridades estatais.⁵⁸¹ Na verdade, valendo-se da compreensão thompsoniana de “economia moral”, Posusney destaca que a ação coletiva dos trabalhadores dentro dessa concepção é basicamente uma resposta às violações de normas e padrões pelas quais as classes subalternas se acostumaram – e pelas quais elas esperam que as elites dominantes mantenham. Segundo a autora, “o objetivo não é negociar e redefinir os termos da exploração, mas sim de reafirmá-los quando abandonados”.⁵⁸² Nesse caso, os trabalhadores egípcios buscariam restaurar mecanismos anteriores de dominação que lhes permitiam cobrar de seus agentes alguns comportamentos. A intervenção do Estado,

⁵⁸¹ POSUSNEY, Marsha. *op. cit.* p. 84.

⁵⁸² “The goal is not to negotiate and redefine the terms of exploitation but to reinstate them after they have been abandoned”. *Idem.* p. 85.

nesse caso, seria vista com desconfiança, pois alterava as regras da dominação existente – e desmantelava a rede pré-existente em prol da criação de uma outra.

Embora o Brasil da década de 1950 estivesse muito longe de qualquer definição de “socialismo de Estado” como o egípcio (ou até mesmo de um “capitalismo de Estado”), o que parece existir em termos de paralelo possível é que diante de toda uma rede de proteção política à “economia popular”, haveria uma certa rejeição para com o Estado, identificado como uma força que intervia em relações nas quais os trabalhadores supostamente conseguiriam regular – ou de outra forma, os clientes não defenderiam os açougueiros.⁵⁸³ Assim, a denúncia feita contra José Gercy seria mais próxima das reclamações contra a ação policial de outras épocas, vistos como uma espécie de autoridade alheia àquela “comunidade”; por outro lado, em todos os casos os açougueiros tentaram favorecer-se por poucos centavos, pequenas fraudes que eram cometidas dentro de um âmbito da iniciativa privada. Fraudes e cobranças, contudo, que eram aceitas pelos seus clientes e que acabavam inocentando os marchantes das acusações. Por motivos diferentes dos demais, José Gercy acabou sendo inocentado das acusações.

Ao contrário do que se poderia imaginar, as investigações acerca dos processos da Terceira Vara Criminal de Porto Alegre indicam que os crimes relacionados à carne não resultavam em prisões e sequer constatavam tensões entre consumidores e açougueiros. Pelo contrário, as tensões descritas eram na verdade entre açougueiros e os inspetores policiais, acusados de “perseguição”. Tratava-se de um contexto curioso, no qual os marchantes da carne bovina eram vistos como pessoas “honestas” dentro de suas comunidades, enquanto os policiais eram lembrados como figuras capazes de interromper a ordem local. Uma possibilidade explicativa, é claro, seria ver essa inserção comunitária dos açougueiros como um fator que lhes protegia das denúncias e ameaças. Porém, para construir essa rede de proteção os açougueiros também tinham de se organizar politicamente e, principalmente, buscar atender as “demandas da carne” de seus clientes.

De certa forma, pode-se inferir que os clientes aceitavam uma espécie de “pequena fraude”, ou “pequenos ajustes” no preço conquanto a qualidade do produto não fosse prejudicada, afinal, quase todos os depoimentos batiam na mesma tecla: o açougueiro nunca havia vendido carne de má qualidade, mostrando-se “honesto”. Logo, se deduz que o problema não eram os centavos em disputa, mas a carne que lhes era ofertada. Caso ela

⁵⁸³ Essa suposição pode ser vista com certa cautela, tendo em vista que em nenhum dos processos tal controle parece estar evidente. Entretanto, é possível ao menos deduzir que esse controle fosse sutil, dependendo de relações pessoalizadas.

fosse de pior qualidade, esse argumento não poderia mais ser levantado em defesa dos açougueiros. Como nada disso ocorrera, os açougueiros enfrentavam a dita “perseguição policial” com uma inusitada arma: o apoio de sua clientela. Eles sabiam que podiam cobrar a mais, ou mesmo pesar a mais, desde que não ultrapassassem o limite do que seria aceitável, ou seja, que não enganassem os clientes a partir da mercadoria consumida.

Em termos de análise, é possível compreender duas “táticas” empregadas diante da lógica de mercado que pautaria as relações comerciais da época. Por um lado, os clientes aceitariam pequenas fraudes cientes de alguns elementos: que a carne teria qualidade e que, numa eventualidade, poderiam negociar o preço dos produtos, pagando a mais num momento e a menos em outro. Sua ação “tática” não era simplesmente de poupar seus centavos e comprar carne de pior qualidade, mas sim de negociar suas dívidas em determinadas condições com açougueiros que confiassem. Já os açougueiros, por sua vez, negociavam com seus clientes e sabiam que poderiam cobrar a mais do que os preços tabelados pelo Estado. Porém, para fazê-lo, precisavam demonstrar que respeitavam os costumes e as práticas dos clientes, inclusive – mas não apenas – dos mais pobres. Em outras palavras, os açougueiros valiam-se de suas “táticas” para manter um dos principais imperativos do mercado: o lucro. A ironia é que ao não desrespeitarem as noções de “justo preço” e “qualidade” estabelecidas naquele mercado, suas fraudes poderiam passar despercebidas e até mesmo relevadas.

Parece excessivo, contudo, afirmar que os processos demonstram uma relação de interesses mútuos entre açougueiros e trabalhadores. Não se pode esquecer que os açougueiros eram pequenos proprietários, capazes de conseguir carne para sua subsistência com muito mais facilidade do que qualquer outra categoria de trabalhadores em Porto Alegre. E por não serem assalariados, sua condição de “insegurança estrutural” seria diferente daquela que vitimava os operários. Isso não quer dizer, contudo, que estivessem alheios às flutuações de preços. A carne, quando comprada por um preço muito alto, exigia um repasse alto para os clientes e, conseqüentemente, poderia haver menos consumo, levando a uma queda nas vendas. Como os preços eram decididos por grandes produtores, retalhistas, frigoríficos e pelos agentes dos governos estadual e federal, havia pouco que os açougueiros pudessem fazer para se proteger das “inseguranças” que sofriam. E um inusitado resultado disso era de que talvez esses açougueiros travassem com seus consumidores, principalmente com seus clientes mais pobres, uma espécie de solidariedade – apesar das fraudes cometidas.

Um interessante elemento para analisar esse apoio possível entre clientes e açougueiros teria seu auge nas mobilizações de 1961 e 1962 na capital gaúcha, vistas anteriormente na seção 2.4 da tese. Nauber Gavski da Silva ressalta que diante das manifestações das entidades sindicais na luta contra a “fome”, os açougueiros chegaram a planejar *lockouts* de seus estabelecimentos, buscando pressionar não os consumidores, mas governo e produtores para que eles reduzissem os preços da carne.⁵⁸⁴ Em 1961 o jornal *Última Hora* chegou a anunciar que o Comando Sindical do Sindicato dos Açougueiros chegou a lançar um manifesto “concitando a população a não comprar carne nos açougues do governo, contribuindo desta forma para a vitória do movimento. Piquetes de açougueiros e operários serão formados, para evitar “furos” no movimento”.⁵⁸⁵ Será que as bases dessa solidariedade estariam vinculadas a esse contexto anterior de “perseguição policial”? Será que a oposição aos “açougues do governo” também estaria relacionada a esses casos que passaram pela Terceira Vara Criminal de Porto Alegre nos anos anteriores?

Embora não se possa comprovar tais fundamentações, é possível afirmar que as sementes para as manifestações de solidariedade estariam plantadas nos casos da “economia popular da carne”. Por outro lado, além dos supostos laços de solidariedade, pode-se levantar a hipótese de que os açougueiros estariam a par dos limites dessas relações tendo em vista que lidavam com uma mercadoria que exigia deles uma espécie de “saber técnico”. Era preciso que os comerciantes conhecessem sobre o assunto e fossem versados nos diferentes cortes e tipos de carne, que demonstrassem um saber prático a ser respeitado. Eles também deveriam saber, dentro dos orçamentos, o que seria o preço abusivo da rês, assim como as interferências e atravessamentos que dificultavam a obtenção da carne. Diante desses conhecimentos, eles teriam de buscar uma “troca justa” perante seus clientes. Caso houvesse uma violação nessa ordem e os açougueiros ficassem do lado dos mecanismos reguladores do Estado dos frigoríficos ou dos pecuaristas, talvez as consequências dos processos-crime fossem diferentes. Sendo assim, mais do que defender uma rede de proteção jurídica feita pelo governo, a ação dos consumidores residia também em algumas expectativas sobre os seus açougueiros: eles teriam de demonstrar “honestidade”, “conhecimento” e, principalmente, “solidariedade”. Assim, a ação principal dos consumidores da carne em Porto Alegre estaria menos

⁵⁸⁴ SILVA, Nauber Gavski. *op. cit.* p. 168-169.

⁵⁸⁵ Lock-out da carne começa sexta-feira: sindicatos apoiarão! *Última Hora*. Porto Alegre. 18 de outubro de 1961. p. 7.

pautada pelo preço – o que seria uma resposta economicista comum à carestia – e mais focada nos valores exigidos nas transações comerciais que envolviam a carne.

Demonstrando essas características, creio ser possível retomar um aspecto importante aqui. As greves que contaram com apoio dos açougueiros colocam em perspectiva as possíveis combinações entre “táticas” e “estratégias”. Se no campo da “tática” eles empreendiam trocas comerciais que eram balizadas por noções de “justiça” comuns a açougueiros e fregueses, eles podiam utilizar dessas mesmas noções para construir até mesmo “estratégias” conjuntas, como organizar uma greve contra a carestia. É difícil comprovar que essas articulações possam ser feitas, mas é possível compreender como as “táticas” operavam com valores morais que podiam ser compartilhados entre trabalhadores e comerciantes.

Vale ressaltar que diante do que se percebe nesses processos, é possível pressupor que os açougueiros eram uma categoria diferenciada e que boa parte de sua proteção jurídica se dava por conta de sua prestigiada posição social enquanto comerciantes. Contudo, ao investigar os processos contra os leiteiros em Porto Alegre, o que se percebe é uma outra forma de pensar a “economia popular” e a carestia. O “leite”, ao contrário da “carne”, tinha outro sentido para as famílias porto-alegrenses e, portanto, tornava-se objeto de criteriosas investigações por parte da polícia – que tinha a expectativa de que os leiteiros tivessem menos condições de se defender do que os açougueiros.

3.3 – “Água me deu, água levou”: a água no leite

Entre 1953 e 1960, um dos sucessos musicais das rádios brasileiras era uma gravação do músico paraibano Jackson do Pandeiro junto com o compositor baiano Gordurinha. Nessa gravação, os dois tocavam um samba chamado “Água no Leite”.⁵⁸⁶ Na música contava-se a história de “Zé leiteiro”, um rapaz imigrante que trazia a “esperança de vencer e regressar”. Para isso, trabalhara de leiteiro e enriquecera rapidamente, conseguindo assim dinheiro para retornar a sua terra. Porém, ao contar o dinheiro dentro do navio que o levava de volta, um vento forte soprara e levava as notas para o fundo do mar. Assim, em tom brincalhão, os cantores cantavam o refrão “água me

⁵⁸⁶ Ver: “Enciclopédia musical brasileira – Jackson do Pandeiro e Gordurinha. Acesso online em <http://cliquemusic.uol.com.br/discos/ver/enciclopedia-musical-brasileira--jackson-do-pandeiro-e-gordurinha> - Último acesso em 14 de agosto de 2015.

deu, água levou”, mencionando que era a água (e não o leite) que enriquecera o personagem do Zé Leiteiro.

Essa aparentemente era uma fraude bastante comum entre os leiteiros do período. De todos os 11 casos envolvidos o leite nos processos da “economia popular” da Terceira Vara, a totalidade deles é de misturas de “água no leite” sendo vendida para a população. Talvez “enriquecer” e “voltar para terra” fossem metas muito distantes do horizonte de expectativa dos leiteiros porto-alegrenses, mas eles sabiam que a adulteração do leite garantia um pequeno aumento nos seus lucros. Mas diferente do personagem de “Zé Leiteiro”, as relações que comerciantes e consumidores travavam revela mais do que mera fraude nas transações comerciais. Porém, antes de adentrar a análise dos processos, creio ser relevante dispor de uma fonte específica: a obra do escritor Dyonélio Machado, *Os ratos*.

A narrativa tem início numa cidade parecida com Porto Alegre, durante uma manhã qualquer, quando o funcionário público Naziazeno Barbosa discutiu asperamente com o leiteiro. Afirmava não ter dinheiro para pagar o comerciante que, furioso, saiu à galope com sua carrocinha puxada por um burro. “Não aceito mais desculpas” e “lhe dou mais um dia” eram as palavras que a mulher de Naziazeno, Adelaide, tanto temia. O leiteiro, segundo ela, era um “índio mal-encarado” e sabia onde eles moravam. Adelaide receava “algum mal”, embora a raiz do problema era não ter dinheiro para o leite. Falava com o marido e tentava fazê-lo entender a importância do alimento, mas o marido discursava sobre os benefícios de ficar sem leite: “quando foi da manteiga, a mesma coisa, como se fosse uma lei da polícia comer manteiga”. Empolgado pelas próprias palavras, o funcionário público para defronte à Adelaide e fala: “me diz uma coisa: o que é que se perdeu não comendo manteiga, *isso*, que é mais um pirão de batatas do que manteiga?” Adelaide seguiu em silêncio. Naziazeno parecia sentir-se triunfante. Depois da desmoralização perante os vizinhos, encontrava na mulher a vítima perfeita para recuperar a sua auto-estima e confiança, proferindo discursos sobre a necessidade de controlar gastos e reduzir as despesas com alimentação.

“- E o gelo?...pra que é que se precisava de gelo?..

Faz-se uma pausa. Ele continua:

- Gelo...manteiga...Quanta bobice inútil e dispendiosa...

- Tu queres comparar o gelo e a manteiga com o leite?

- Por que não?

- Com o leite?!

Ele desvia a cara de novo.

- Não digo com o leite – acrescenta depois – mas há muito esbanjamento.
 - Aponta o esbanjamento.
 - Olha, Adelaide (ele se colocava decisivo na frente dela), tu queres que eu te diga? Outros na nossa situação já teriam suspenso o leite mesmo.
- Ela começa a choramingar:
- Pobre do meu filho...
 - O nosso filho não haveria de morrer por tão pouco. Eu não morri, e muita vez só o que tinha pra tomar era água quente com açúcar.
 - Mas, Naziazeno...(A mulher ergue-lhe uma cara branca, redonda, de criança grande chorosa)...tu não vês que uma criança não pode passar sem leite?...⁵⁸⁷

Em busca de dinheiro para pagar o leiteiro, Naziazeno percorre às ruas de uma cidade inspirada livremente em Porto Alegre, envolvendo-se com colegas funcionários, agiotas, chefes de repartição, penhoristas. Quando finalmente consegue o montante, graças a um amigo que penhorara um anel, corre para a casa e reencontra Adelaide. Janta satisfeito e senta na sua cadeira de balanço. A mulher já pensa num passeio a ser feito no domingo, ela, o filho e Naziazeno. Tudo parece em ordem...e ainda assim, o funcionário público segue atormentado. Sabe que nada acabou de fato. Ele finalmente havia pagado sua dívida com o leiteiro, mas assumia novas. O temor acabou se transfigurando na imagem viva de ratos roendo as notas que deixara em cima da mesa, dando-lhe a sensação de que tudo aquilo havia sido em vão. Será que o medo da miséria e da fome seguiriam ditando suas ações?

É importante ressaltar que o romance de Dyonélio Machado, *Os ratos*, publicado em 1935 é narrado a partir do ponto de vista que acompanha o dia de Naziazeno Barbosa em busca do dinheiro para pagar o leiteiro. E embora o foco central do romance sejam os tormentos psicológicos do funcionário público, aqui pretendo analisá-lo a partir de um ponto de vista específico: o da moralidade específica sobre o leite.⁵⁸⁸

A briga entre o leiteiro e o personagem principal se dá, como se percebe, pela falta de pagamento. O comerciante, com a sua carrocinha puxada à burro, seguia pelas ruas do bairro e distribuía leite mediante pagamento. Naziazeno não teria dinheiro para pagar e o

⁵⁸⁷ MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. São Paulo: Ed. Planeta, 2004. p. 8-10.

⁵⁸⁸ Embora a trajetória política e intelectual de Dyonélio Machado não seja o foco central deste subcapítulo, vale ressaltar que algumas das principais informações recolhidas sobre o autor decorreram da leitura do trabalho de Marisângela Martins, *À Esquerda de seu tempo*. Ver: MARTINS, Marisângela T. A. *À Esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil* (Porto Alegre – 1927 – 1957). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2012.

leiteiro “desaforado”, humilhava-o na frente dos vizinhos, dando-lhe um ultimato. As tensões não se dissiparam com a saída do leiteiro. A partir dessa situação, o que ocorre é uma tensão entre a esposa de Naziazeno, Adelaide, e seu marido. Mas qual era o eixo de toda a discórdia? Segundo o personagem, o problema eram as “bobices inúteis e dispendiosas”. O leite, contudo, era algo que estava no limiar das “bobices”: o filho deles precisava de leite, no dizer de Adelaide. Dado que a criança apareceria ainda no romance e sendo marcada por fazer “um chiado”, não seria de todo improvável deduzir que se tratava de uma criança com bronquite (ou ainda pior, com tuberculose). Doente, ela precisava de leite para sobreviver. O leite não era “bobice”, mas uma necessidade concreta – e se para isso era preciso aguentar o desaforo do leiteiro, que assim fosse. Mas não podiam ficar sem leite.

Desde 1912 Dyonélio Machado vivia em Porto Alegre e trabalhava como médico, especializando-se no campo da psiquiatria, atuando também no jornalismo e já tendo publicado seu primeiro romance. Sem dúvida conhecia, senão pela leitura dos jornais, a situação agravante do leite na capital rio-grandense. Segundo Nauber Gavski da Silva, em sua dissertação de mestrado sobre habitação e alimentação do operariado porto-alegrense, “o leite era provavelmente o mais falsificado item da alimentação popular” do início do século XX. Em 1917 cerca de 80% das amostras coletadas pela Intendência de Porto Alegre passaram por algum processo de falsificação – um número que sofrera considerável redução na década seguinte, dada a constante fiscalização das entidades responsáveis.⁵⁸⁹ A escolha do leite – e não de outro alimento – parece retomar uma convicção de que ele serviria para conduzir a narrativa, para aumentar a tensão da busca central da história e até mesmo para destacar simbolismos acerca da bebida. Mas, além de todas essas possibilidades, sem dúvida o leite era um problema social na Porto Alegre da época.

Embora o Estado (por meio de prefeitura e governo estadual) tenha interferido na questão do abastecimento de leite na capital gaúcha, o problema não se resolvera facilmente. Em conjunturas de seca, onde o pasto sentia os efeitos, a produção leiteira diminuía. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial, o transporte do leite e seu abastecimento era feito de forma desorganizada e gerava tumultos em diferentes regiões de Porto Alegre.⁵⁹⁰ Em suma, o contexto em que Dyonélio Machado escreve sua obra é um contexto de dificuldades no abastecimento de leite da população. Falsificações,

⁵⁸⁹ SILVA, Nauber Gavski. *Vivendo como classe...op. cit.* p. 93-94.

⁵⁹⁰ Ver: PUREZA, Fernando. “*Economia de guerra*”...*op. cit.* p. 98.

intervenções desacertadas, tensões entre comerciantes e clientes...há algo específico na moralidade em torno do leite que *Os ratos* pode nos dar pistas iniciais.

Inicialmente é possível afirmar que essa moralidade específica sobre a bebida pode ser retomada pela fala de Adelaide, no início do romance, afirmando que “uma criança não pode viver sem leite”. Tal frase encerra o primeiro capítulo e abre, logo em seguida, para a busca incansável de Naziazeno – dando a entender que o personagem estaria finalmente sensibilizado pelo argumento da mulher. A ideia de associar a criança (uma criança possivelmente doente, a bem da verdade) com a necessidade do leite estava presente até mesmo nas demandas sociais da Porto Alegre da época. Em 1943, um “chefe de família” anônimo enviara uma carta para o jornal *Correio do Povo* que fora publicada na seção “Queixas do Povo”:

“Isso é uma vergonha, meu amigo! Pergunte pelo “Correio” porque não existe leite em Porto Alegre. Sou um chefe de família, estou com duas filhas doentes, alimentando-se unicamente de leite e de frutas e ando, há mais de uma hora, por aí, sem nada conseguir. Peça ao governo uma providência, porque isso não está direito.”⁵⁹¹

Enquanto destacava novamente que as filhas estavam doentes, alimentando-se de leite e frutas, novamente associava-se a fragilidade da enfermidade (possivelmente infantil) com o leite. Em 1946, num contexto de abertura política e fim da censura, era agora o Sindicato dos Padeiros de Porto Alegre que fazia requerimento ao Tribunal Regional do Trabalho associando a questão da saúde com a alimentação, destacando de forma irônica a importância do leite:

Recomenda o D.E.S. [Departamento Estadual de Saúde], recomenda o D.N.S. [Departamento Nacional de Saúde], recomenda a Campanha Nacional Contra a Tuberculose, recomendam médicos, higienistas e o próprio público ‘Dê a seus filhinhos uma alimentação sadia, dê-lhes leite, verduras e ovos em abundância’. Sim, dê-lhes leite enlatado a Cr\$12,00 a latinha pequena; dê-lhes verdura que custa 300% mais do que há dois anos atrás (só a abóbora, para exemplificar, há três anos era adquirida por Cr\$ 0,80 e, atualmente, é vendida em pequenas fatias e, uma abóbora de tamanho médio alcança até Cr\$ 25,00 ou

⁵⁹¹ “Por que está faltando leite em Porto Alegre?”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/04/1943. p. 5.

Cr\$ 30,00); dê-lhes ovos, quando encontrar e a Cr\$ 12,00 a dúzia como diversas vezes esteve.⁵⁹²

É bem verdade, o leite era visto como uma fonte de vitaminas importante, respaldada pelo discurso médico do período. Mas havia também uma certa estratégia específica que envolvia determinar uma necessidade a partir da fragilidade das crianças. Tal necessidade, contudo, não seria concebida como “necessidade individual” e sim como “necessidade coletiva”, ou seja, como uma ideia de que a criança representaria a continuidade de uma família, ou de uma comunidade. Enquanto o discurso de Adelaide consolidaria essa ideia de “necessidade coletiva” por meio do leite, por sua vez o discurso de Naziazeno estaria focado numa “necessidade individual”, oriunda de uma decisão arbitrária sua, respaldada por sua própria trajetória de vida, da época de criança quando não tinha leite e bebia “água morna com açúcar”.

Essa relação entre “necessidades coletivas” *versus* “necessidades individuais” é analisada pela geógrafa Marisa Wilson, ao dissecar a “economia moral cotidiana” da Cuba socialista no século XXI. Segundo a autora, essa dicotomia que expõe a natureza das necessidades é feita a partir de uma lógica dualista que procura contrapor “socialismo” *versus* “capitalismo”, ou “coletivismo” *versus* “individualismo”. Numa sociedade como a cubana, onde haveria uma valorização do “coletivismo”, do “socialismo” e, por fim, das “necessidades coletivas”, o que Wilson percebe é que não houve apagamento do polo oposto dessa dicotomia, mas sim sua reestruturação.⁵⁹³ No caso específico do leite, a autora ressalta que no modelo socialista cubano, a produção pecuária acabou se destinando basicamente ao abastecimento do mercado interno e principalmente na produção de leite e laticínios destinados a crianças, onde a importância de atender uma “necessidade coletiva” suplantaria as “necessidades individuais”.

Entretanto, como afirma um dos nativos entrevistados pela autora, isso não é exatamente visto de forma positiva pela população mais velha, que ainda mantém memórias do período anterior à revolução de 1959. Segundo a entrevista feita por Wilson, um nativo da região de Tuta, próximo da capital Havana, afirmara que antes da revolução, havia comida e bens de consumo suficiente, mas que “agora” (a entrevista se passa em 2007) as *carnicerias* distribuíam pouca carne e que o leite das vacas era reservado só para as crianças. Assim, a “necessidade individual” da carne, na visão do *tutaño*, era vista com

⁵⁹² Processo TRT4 nº 1425-46, de 1946. Citado por SILVA, Nauber Gavski. *O mínimo em disputa...*p. 151.

⁵⁹³ WILSON, Marisa. *Everyday Moral Economies: Food, politics and scale in Cuba*. RGS-IBG Book Series. 2014. p. xii.

saudades diante de um contexto onde a “necessidade coletiva” do leite era imposta à população.⁵⁹⁴ Por outro lado, outros *tutaños* destacavam que “antes de 1959, as crianças que iam para a escola sem café da manhã ou almoço tinham de se sentar ao lado daquelas com roupas bonitas e que comiam sanduíches com montes de coisas dentro” e que, portanto, a revolução teria acabado com as discrepâncias existentes mesmo entre as crianças.⁵⁹⁵

Assim, em relatos diferentes a “necessidade coletiva” aparece tanto como algo valorizado como também um elemento negativo que se sobrepõe acima da “necessidade individual”. Mas em ambos os casos, a noção de uma “necessidade coletiva” parece consolidada em torno das crianças e isso permite Wilson conceber que essa distinção pode ser matizada conforme o lugar de fala de cada um dos entrevistados – dependendo de faixa etária, ou principalmente se possuem filhos e filhas em idade escolar. O argumento que Adelaide usa para sensibilizar Naziazeno e, por consequência, que padeiros e chefes de família parecem se inspirar para exigir seus direitos em Porto Alegre, é o argumento de quem compreende as demandas da saúde das crianças como “necessidade coletiva” – é nisso que residiria toda a moralidade acerca do leite nesse tipo de defesa.⁵⁹⁶

Nesse contexto, os processos da Terceira Vara Criminal de Porto Alegre revelam uma preocupação bastante difundida na época sobre a adulteração do leite. Aquilo que era tomado como uma “afrenta moral” era também tomado como um “risco à saúde”, como comunicavam os relatórios do Departamento Estadual de Saúde (D.E.S.) quando constatada a fraude no leite. Todos os 11 processos desse período envolviam adulteração da bebida e em 7 deles o laudo fora feito por Heráclides Alcibíades da Silva Simões, químico chefe do D.E.S. Em todos esses casos, Heráclides escrevera à guisa de conclusão de seu relatório: “Data vênha, ponderamos a V.S. que o perigo maior da fraude pela adição da água, resulta do emprego desta última, na maioria das vezes, contaminadas por agentes

⁵⁹⁴ *Idem.* p. 54. Vale ressaltar que Cuba, desde 1960, há um sistema de “acionamento” alimentar promovido pelo governo. Marisa Wilson copilou uma das tabelas alimentares das rações mensais por pessoa na ilha, destacando que as crianças até os sete anos de idade tinham o direito a um litro de leite por mês. A tabela citada pela autora é de 2013.

⁵⁹⁵ *Ibid.* p. 109.

⁵⁹⁶ Ao discutir a ideia de “necessidade coletiva”, talvez seja importante retomar Michel Foucault. Ao analisar a política da saúde no século XVIII, o filósofo francês discute a mudança ocorrida no período, mostrando que as crianças – e sobretudo a infância – passa a ser um assunto gerido pelo saber médico. Essa mudança teria permitido ao Estado passar a se concentrar nas crianças, gerindo os corpos já na mais tenra idade e alterando as relações familiares no que Foucault chamara de “privilégio da infância”. Em certo sentido, creio que a perspectiva foucaultiana ajuda a compreender como o significado de “necessidade coletiva” na questão do leite estaria, portanto, pautado pela disposição do poder sobre os corpos das crianças. Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder... op. cit.* p. 198-201.

(germens) capazes de alterar perigosamente a saúde dos consumidores, quer crianças, quer adultos”.⁵⁹⁷ Novamente, frisava-se a importância das crianças perante o abastecimento do leite e os riscos de sua adulteração.

É bem verdade, o papel do perito nesse caso era unicamente o de avaliar o percentual de água encontrado na amostra de leite que os policiais apreendiam quando autuavam os leiteiros. O próprio D.E.S. havia criado uma tabela nutricional referente ao conteúdo das amostras, estabelecendo um padrão mínimo para a composição da bebida que compreendia 3,5% de gordura, 12,2% de extrato seco, 8,7% de extrato seco sem gordura, 4,3% de lactose anidra e 15° Dornic de acidez em grãos.⁵⁹⁸ Qualquer leite que saísse desse padrão não era mais considerado “integral” e, por sua vez, sempre que fosse encontrada água em sua composição, já ficava evidenciada a fraude.

Os casos de adulteração do leite, contudo, eram um desafio para os promotores. Embora a adulteração da bebida fosse frequente, em praticamente nenhum dos casos ficara comprovado o dolo dos leiteiros. O crime, por sua vez, ocorria de forma quase que acidental segundo os relatos dos réus, pois dependia de circunstâncias corriqueiras, tais como furos nos tambores de leite, crianças pregando peças, ou até mesmo a água da chuva. Mas em cada um dos processos, havia a desconfiança de que a bebida fosse adulterada visando ganhos privados.

Um desses processos acaba narrando a história de Alziro de Souza Feijó, um leiteiro de 32 anos de idade, autuado no dia 5 de julho de 1951.⁵⁹⁹ Às 5:30h da manhã, quando fazia o “reparte” do leite nas imediações da Igreja da Auxiliadora junto com seu sobrinho, Milton de Souza Feijó, o leiteiro havia sido abordado por fiscais do Departamento Estadual de Saúde. Ali mesmo, percebendo que o recipiente de alumínio onde encontrava-se o líquido estava amassado, o fiscal Isaac Rangel teria avaliado que faltava cerca de 100ml no litro do leite vendido e mandou os policiais que o acompanhavam apreenderem três amostras da bebida e conduzir o leiteiro Alziro Feijó até a DESSEP, onde prestaria depoimento. Nas amostras recolhidas, a constatação de que

⁵⁹⁷ Os processos da Terceira Vara Criminal onde se encontra laudo feito pelo químico citado são: 0040 (05/07/1951), 2366 (02/01/1953), 2591 (06/08/1952), 2873 (27/03/1952), 3142 (26/11/1953), 3223 (14/05/1952) e 3373 (18/06/1952).

⁵⁹⁸ Equivalente a um pH de 6,6, configurando assim “leite fresco”. Ver: Agência de Informação da Embrapa – Agronegócio do Leite. *Acidez titulável*. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01_194_21720039246.html - Último acesso em 14 de agosto de 2015.

⁵⁹⁹ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: ALZIRO DE SOUZA FEIJÓ, nº 0040, maço 44. Porto Alegre, julho de 1951. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

todas estavam adulteradas, com percentuais elevados de água na composição do leite vendido (14,5%, 16,3% e 20%).

No testemunho de Alziro Feijó, o leiteiro argumentava que era proprietário de um “tambo”⁶⁰⁰ na região do Passo do Feijó⁶⁰¹, que produzia cerca de 120 litros de leite diários, mas que nada sabia da água no leite. Na sua versão, Alziro supunha que se tratava de um descuido de seus funcionários que usavam os “tarros” para transportar água para as vacas do “tambo”. O problema, contudo, é que os empregados de seu Alziro eram seus sobrinhos Milton de Souza Feijó (20 anos) e Enirio de Souza Feijó (14 anos) e eles assumiram esse papel porque outro empregado de Alziro Feijó havia sido preso, anteriormente, por adulterar o leite com água. A partir daí, estabelecia-se a defesa do leiteiro: não era ele, mas sim seus empregados que cometiam descuidos – mesmo que esses empregados fossem, na verdade, seus próprios sobrinhos.

O próprio Milton foi chamado para depor, no que confirmou que trabalhava com seu tio e que era responsável pela lavagem dos “tarros”, mas que não se lembrava se havia deixado água neles antes de colocar o leite. A título de reflexão, é possível que os policiais ficassem desconfiados do depoimento de Milton, tendo em vista que as amostras indicavam que num “tarro” de leite de 1 litro, havia pelo menos 145 ml de água contaminando a bebida. A desconfiança, diga-se de passagem, não era pequena: o policial Marcial Fernandes de Oliveira, responsável pela apreensão, teria afirmado em seu depoimento que o leiteiro Alziro Feijó era reincidente, “tendo sido autuado várias vezes por misturar água no leite”. A referência feita fora respaldada no processo com os autos de infração que autuaram o leiteiro em 23 de outubro de 1949, 4 de janeiro de 1950 e 4 de agosto de 1950, sendo que a do dia 5 de julho de 1951 era a sua quarta infração. Em todas elas, o leite fora recolhido e analisado, onde então se constatava adulteração pela água. A partir daí, Alziro Feijó passava a ser autuado tanto pelo decreto 869 de 1938 como pelo decreto 9.840 de 1946 – o leiteiro era, de fato, um criminoso contra a “economia popular”. A pena prevista seria de reclusão de três anos e multa. Tudo isso porque os sobrinhos não haviam tirado água dos “tarros” de leite?

O leiteiro era um homem de 37 anos e analfabeto, que conhecia seu ofício, mas talvez desconhecesse da lei a qual estava sendo autuado. Negava, é claro, que tivesse adulterado o leite e desconhecia as multas de 1949 e 1950 que tinham lhe sido imputadas

⁶⁰⁰ “Tambo” seria uma espécie de pequeno curral para vacas leiteiras, um linguajar típico das regiões de campanha do Rio Grande do Sul.

⁶⁰¹ Atualmente localizado na cidade de Alvorada, na Grande Porto Alegre.

por encontrarem água no líquido que vendia. Por outro lado, os fiscais argumentavam em seus depoimentos que os amassados dos recipientes “demonstravam a intenção do réu em reduzir o fornecimento de leite, uma vez que tais vasilhas não tinham a medida legal”. O impasse, contudo, persistia: não havia nenhuma prova circunstancial que demonstrasse o dolo do leiteiro na adulteração da bebida, ainda mais diante do fato de que seu sobrinho maior de idade afirmava não lembrar se tinha tirado a água dos recipientes, ou não.

A defesa procurou demonstrar que Alziro Feijó era levado em boa conta por seus vizinhos e que eles sustentariam a sua honestidade perante o juiz. Contudo, não foi exatamente isso que aconteceu. O vizinho Argelino da Silva Boa Vista, jovem de 28 anos, comprava leite de Alziro Feijó e já havia trabalhado com a licença do réu no fornecimento de leite. No seu depoimento ele confirmava que de fato, em outras duas vezes o réu havia sido autuado por transportar leite adulterado com água. Ainda assim, Argelino atestava a favor da honestidade de Alziro, assim como atestava que ele era um “bom chefe de família”. Mas o depoimento de Argelino abria uma brecha na estratégia da defesa: confirmava-se aquilo que Alziro supostamente desconhecia, ou seja, que ele era reincidente naquela mesma penalidade. Já a outra testemunha, também vizinho do leiteiro, era Aristides da Silva Gustavo que, por sua vez, afirmava que o responsável pelas infrações anteriores era o próprio Argelino e que o problema eram os fiscais do Departamento, que “não costumam dar contra-prova da apreensão do leite”, ou seja, que não permitiam que os réus examinassem as amostras por conta própria. Num contexto específico de carestia, a fraude sobre o leite poderia gerar comoção contra os leiteiros. Todavia, o que fica evidente é que essas fraudes seriam pequenas e localizadas demais para associá-las a um leiteiro que colocava água no leite. Se é que colocava, segundo a dúvida plantada por Aristides Gustavo.

A ironia do processo é que os dois vizinhos abriam possibilidades para a defesa, que poderia alegar a ausência de “contra-prova” – e há uma possibilidade de que o próprio advogado tivesse instruído suas testemunhas a dar essa declaração. Por outro lado, esses depoimentos também fragilizavam o caso de Alziro: na fala de Argelino, o vizinho confirmava que pelo menos duas vezes se constatara adulteração do leite. Já Aristides afirmara que era Argelino o responsável pela carroça do leiteiro nessas ocasiões – embora não culpasse o vizinho e sim o “Departamento”, que não dava a chance da “contra-prova” aos acusados. Sabendo que o depoimento de Argelino dificultara a ideia de que Alziro nada sabia sobre as autuações anteriores, o advogado de defesa Eça Garbois resolve executar uma outra estratégia, alegando que sem a “contra-prova” e sem comprovação de

dolo, o leiteiro não deveria ser processado. Por sua vez, a promotoria insistia na necessidade de averiguar as outras denúncias de adulteração que caíram sobre Alziro em 1949 e 1950. O juiz Telmo Jobim solicitara, então, com urgência, o boletim de antecedentes do leiteiro, esperando com isso encontrar algo que comprovasse seu envolvimento nos casos anteriormente citados. Entretanto, o processo parece indicar que os cartórios porto-alegrenses nada enviaram ao juiz.

Apesar da estratégia da defesa, contudo, o juiz declarou que o “sensível desfalque” na capacidade distributiva do leite e que o fato de que o acusado era dono de suas próprias vacas acabavam indicando que ele teria como saber tanto da adulteração do produto. Segundo Telmo Jobim: “De tudo isso resulta que o acusado, lesando a bolsa e a saúde de seus fregueses, vinha auferindo, além do lucro normal, uma vantagem correspondente a cerca de vinte e cinco por cento do valor de cada litro de leite que vendia”. A sentença, contudo, era amenizada pelo juiz por um motivo bastante singular: “ao apenado, gradua-se o mínimo, levando em conta a escassa instrução e educação do acusado”. Entretanto, o mínimo era pena de reclusão de um ano, uma multa de três mil cruzeiros e mais cinquenta cruzeiros adicionais para os custos do processo. Mas há um detalhe importante: a pena só foi proferida pelo juiz no dia 5 de maio de 1954. Nesse meio tempo, a legislação sobre os crimes contra a economia popular sofrera uma grande mudança a partir da lei 1.521 de 1951.

Como lidar com a nova jurisprudência? O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul, Décio Pelegrini, ao receber um pedido de *habeas corpus* da defesa de Alziro, solicitava um esclarecimento urgente ao juiz responsável: por que o julgamento do leiteiro não fora feito com júri popular, tal como preconizado na nova legislação? Tal ação parece ter conseguido interromper o andar do processo, que só fora retomado em 1957, quando o juiz em exercício afirmava que o réu havia sido julgado pela lei 869 de 1938, que naquele contexto nada mais valia. Porém, ainda assim a sentença proferida não fora cumprida. Somente em 17 de outubro de 1957 fora emitido o mandato de prisão para o leiteiro. Mesmo assim, o réu aparentemente teria conseguido fugir, já que o oficial de justiça afirmara, uma semana depois, que não havia sido possível localizá-lo.

Nesse meio tempo, o novo advogado de defesa de Alziro Feijó, Jayme Boa Vista, recorria com novo pedido de *habeas corpus*, enfatizando que a lei de 1938 havia perdido sua validade e que, portanto, cabia agora ao júri popular julgar o condenado. O advogado esperava com isso sensibilizar os juízes a respeito do que acontecia com o réu, enfatizando sua pobreza e sua ignorância na defesa. Afirmava Boa Vista que Alziro era “homem

analfabeto, rude trabalhador do campo, chefe de família humilde” e que fora lançado à Justiça como se fosse um “facínora”, como se quisessem que “o infeliz analfabeto” fosse preso e ficasse “lado a lado com os delinquentes mais temíveis e perversos”. A partir daí o advogado ganhara mais tempo e em 3 de fevereiro de 1958, o leiteiro passava uma procuração em seu nome para representa-lo num novo julgamento. A primeira ação de Jayme Boa Vista teria sido solicitar a prescrição da condenação, tendo em vista que já passavam quatro anos desde que a sentença de 1954 havia sido proferida. Diante disso, o Ministério Público acabou confirmando o pedido do advogado e o leiteiro viu-se livre.

Toda a história de Alziro de Souza Feijó ajuda a demonstrar a verdadeira comédia de erros que eram os processos de crimes contra a “economia popular”. A jurisprudência que se alterara entre 1938 e 1946 (e depois, entre 1946 e 1951), assim como a lentidão nos processos acabavam ajudando os acusados a se livrarem das penas. Esses, por sua vez, tentavam se valer de depoimentos de pessoas próximas para poder se defender. Seus advogados jogavam contra a velocidade da justiça e apostavam numa dificuldade inerente das leis contra a “economia popular”: a comprovação do dolo. Sem essa, podiam tentar convencer o juiz que as fraudes eram incidentais e não práticas sistemáticas. Podiam até mesmo apelar aos juízes que considerassem o fato de que seus clientes eram, senão “honestos”, com certeza “ignorantes” – como aparece na estratégia do advogado Jayme Boa Vista.

A partir das dificuldades nos processos, provar a culpa dos leiteiros parecia uma tarefa inglória para os promotores que queriam obter algum tipo de resultado ao coibir os crimes contra a “economia popular”. Em 6 de agosto de 1952, na rua São Manoel, o leiteiro Espertelino Torres da Rocha fora visitado por fiscais do D.E.S. que recolheram amostras do leite que estava em sua carroça e comprovaram, assim, a contaminação por água.⁶⁰² Apesar de ser morador de Viamão, ele vendia o seu produto em Porto Alegre e era autuado pelos fiscais a partir da capital. Segundo o exame de perícia, constatava-se que a amostra recolhida tinha 7% de água em sua composição, o que caracterizaria a fraude. O leiteiro então era multado em Cr\$ 500,00 e ainda responderia pelo processo. Além disso, nesse inquérito pela primeira vez o químico do D.E.S., Heráclides Alcebíades, assinalava os riscos de adulteração do leite com água, o que segundo ele era um perigo para a saúde dos consumidores, “quer crianças, quer adultos”.

⁶⁰² Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: ESPERTELINO TORRES DA ROCHA, nº 2591, maço 60. Porto Alegre, outubro de 1952. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Espertelino Torres da Rocha garantia, em seu depoimento que não sabia atribuir “o fato de haver sido encontrada água no leite” e garantia “que nunca foi preso nem processado”. Confessava ele também que comprava parte do leite de um “tambo” de propriedade de Avelino José Goulart, também de Viamão, adquirindo cerca de 150 litros do “produtor” para complementar aquilo que os seus animais produziam. O senhor Avelino, quando chamado para depor, contudo, garantiu que nunca havia escutado nada sobre adulteração do leite com água e ainda afirmara que “o conceito do réu no lugar onde mora é mais ou menos; que alguns falam que o réu se atrasa nos pagamentos”. Naziazeno Barbosa e Espertelino Torres tinham algo em comum.

Ciente disso, o promotor enviara ofício para o juiz da Terceira Vara Criminal garantindo que mesmo que Espertelino comprasse o leite, cabia a ele a responsabilidade de provar “que o leite adulterado não era seu” – algo que parece indicar que o promotor estaria disposto a levar em julgamento a necessidade de que o ônus da prova passasse para a defesa, e não para a acusação. O Ministério Público, por sua vez, admitia que diante do depoimento de Espertelino, a polícia deveria ter recolhido amostras do leite de Avelino Goulart, mas que não fizera e que, portanto, o ônus da prova seguia cabendo à acusação e não à defesa. Chama a atenção aqui que, diante dos erros cometidos, o processo acabava não sendo levado adiante – uma explicação que, diga-se de passagem, nem passara pela cabeça dos juristas das décadas posteriores ao discutirem a jurisprudência dos “crimes contra a economia popular” e sua ineficiência. Em outras palavras, não ocorrera a esses magistrados que a própria montagem dos processos poderia ser falha dado os erros de promotores, policiais e até mesmo de juízes?

A dificuldade processual em demonstrar dolo pode ser verificada também no processo de Antônio dos Santos, leiteiro porto-alegrense que foi autuado quatro vezes durante o ano de 1952: nos dias 2, 4 e 21 de janeiro e uma quarta e definitiva vez no dia 16 de junho desse mesmo ano.⁶⁰³ As infrações, contudo, só foram levadas à cargo pelo DESSEP em abril de 1953, quase um ano depois da última vez em que Antônio havia sido autuado. Quando chamado para depor, em 3 de dezembro de 1952, o leiteiro afirmava que diversas vezes havia sido “visitado” pelo serviço de fiscalização do Departamento Estadual de Saúde e que “sempre que os fiscais do aludido serviço convidavam o depoente a comparecer sempre comparecia”. Nas vezes que compareceu, os fiscais somente retiravam amostras do leite e não notificavam o leiteiro para saber do resultado

⁶⁰³ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: ANTÔNIO DOS SANTOS, nº 2066, maço 54. Porto Alegre, outubro de 1952. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

das perícias, sendo que nessas vezes ele já teria pago um total de Cr\$ 1.000,00 só em multas. O D.E.S. inclusive proibira o leiteiro de trabalhar, mas seu advogado havia mandado que ele trabalhasse mesmo assim.

Mas e quanto a água no leite? Se a infração ocorria repetidamente, o que alegava o leiteiro? Na verdade, Antônio não possuía um “tambo”, mas comprava a produção dos proprietários de vacas da região onde morava, nas proximidades entre Porto Alegre e Viamão. Assim, ele não garantiria que durante o processo de transição do leite do “tambo” para seus vasilhames houvesse algum tipo de adulteração. Mas ainda assim, Antônio tentava explicar no inquérito que havia uma forma de explicar a última vez que fora autuado, quando a quantidade de água constatada havia sido de 27,2% no leite. Segundo o comerciante, “tinha um menino que não era seu empregado e que de vez em quando ia lhe ajudar, e nesta vez foi visto o mesmo pondo um pedaço de gelo no tarro de leite de sua propriedade”. Antônio não sabia ao certo porque o menino fizera isso (“talvez tivesse feito isto por ignorância ou por outro interesse”), mas garantia que ele mesmo nunca teria feito nada – atribuindo a culpa nos casos anteriores aos seus fornecedores.

A partir daí a promotoria se encarregara de recolher os autos de infração e multa que recaíram sobre Antônio no período, mas o caso de junho de 1952 parecia ser grave demais para que o acusado escapasse somente com uma multa. Em junho de 1953, um ano depois, o juiz Manuel Brustoloni Martins afirmara que o maior problema do depoimento de Antônio é que ele não tinha como provar que o responsável pela tal pedra de gelo era o menino. Portanto, em 4 de setembro de 1953 ocorreria uma audiência na capital gaúcha para que Antônio dos Santos fosse ouvido pelo juiz e pelo promotor.

Antônio dos Santos, tal como os outros leiteiros vistos até então, era também analfabeto (“sabendo apenas escrever o nome”). Afirmava que vivia de um pequeno roçado, “mas o que auferia não lhe dava para seu sustento e a sua família”, o que fez com que comprasse uma carroça e um animal. Quando começou a exercer seu ofício, conseguiu alguns fregueses e passou a ter um “reparte” de leite, comprando dos “tambos” de seus vizinhos no “fim da linha do Partenon”. Antônio comprava o leite numa região, no fim da linha dos ônibus e bonde, onde os donos dos “tambos” tomavam seu café antes de iniciarem o seu próprio “reparte”. Comprava daqueles leiteiros que tinham sobras para lhe vender e não sabia dizer qual deles que, no final das contas, adulterava o leite com água – e que, no caso específico de 6 de junho, havia sido prejudicado pelo menino que colocara uma pedra de gelo no leite.

O interessante no depoimento de Antônio dos Santos é que ele revela também algumas práticas dos leiteiros. Enquanto alguns possuíam “tambos”, outros compravam de outros produtores. Criava-se assim uma rede de trocas entre os leiteiros que permitia, assim, juntar o suficiente do produto para revende-lo. De certa forma, tratava-se de uma rede que confundia produtores, comerciantes e intermediários no processo, o que possivelmente beneficiava os leiteiros da capital. Vale ressaltar também que ao contrário de Espertelino (que comprava leite para complementar sua própria produção) e Alziro Feijó (que possuía um “tambo” e empregava uma mão-de-obra familiar), Antônio dos Santos era um revendedor de leite e, portanto, teria poucas garantias a oferecer sobre a procedência de seu produto. Assim, pode-se deduzir que ao comprar o leite de outros produtores, os leiteiros estavam elaborando uma espécie de estratégia para eximir-se de qualquer responsabilidade sobre a adulteração. Mesmo que os comerciantes soubessem de quem compravam, podiam preferir silenciar-se e não dissolver a rede de relações construída. Tudo acabava dependendo das relações que eles estabeleciam entre eles – e no caso de Antônio, ele não parecia disposto a “entregar” nenhum dos leiteiros que lhe vendera a mercadoria. Talvez fizesse isso por ter origem humilde, afinal, não possuía um “tambo” e vendia a mercadoria aos fregueses que conseguia, já que o que tirava, somado ao seu pequeno roçado, mal dava para manter a si mesmo e sua família.

Tais reflexões parecem encontrar comprovação diante do fato de que nem a promotoria e nem a defensoria pública arrolaram testemunhas para o caso. Parecia claro que tanto a demora no andamento do processo como o fato de que a investigação policial era baseada somente na perícia eram complicadores para promotoria. Mas a defesa também não fez uso de testemunhas, talvez temendo que alguém pudesse atestar algo contrário à honestidade de Antônio dos Santos (ou talvez somente porque estava certa de que o caso não iria adiante). Já os promotores, por sua vez, não tinham a quem chamar para depor. Talvez a criança, mas seria difícil localizá-la já que ela não tinha nome próprio nos depoimentos de Antônio. Talvez os leiteiros do “fim da linha do Partenon”, mas quais eram eles e como convoca-los para esse julgamento? Havia também os fregueses, mas a promotoria não recorrera a eles, que eram as partes lesadas diante dos casos de adulteração. Sendo assim, o processo foi abandonado em 1954, sem indícios que comprovassem o dolo do leiteiro Antônio dos Santos, que acabou absolvido.

As relações entre os próprios leiteiros, contudo, muitas vezes acabavam gerando rivalidades que paravam na Justiça. É o caso do leiteiro João Santana de Oliveira, que em 1952 fora autuado duas vezes por vender leite adulterado com água: uma no dia 27 de

março e a outra no dia 8 de julho.⁶⁰⁴ Na primeira vez, o leiteiro atribuiu a culpa ao seu fornecedor, Onofre Castro da Cunha, proprietário de um “tambo” em Viamão, mas que na segunda vez não sabia explicar porque o produto continha água. A partir daí a promotoria passou a valorizar esse indício de rivalidade entre os leiteiros, procurando assim encontrar um culpado pela fraude.

Onofre Castro da Cunha, quando chamado para depor, procurou isentar-se de qualquer responsabilidade. Afirmava que possuía, de fato, um “tambo” de leite e que João Santana se abastecia com uma dose diária de leite que variava entre 50 a 80 litros. No caso da noite do dia 27 de março, contudo, garantia que a responsabilidade da adulteração não era sua. Na noite anterior havia chovido torrencialmente e acreditava ele que era possível que a água da chuva tivesse entrado nos tarros. Ele tentara sair de casa para tirar os tarros do relento, mas “o vento era muito forte”, impossibilitando-o de “abrir a porta de sua residência para ir até onde se encontravam os mesmos tarros para recolher para um lugar coberto”. Na manhã seguinte, quando João Santana chegou, Onofre teria lhe avisado do que teria ocorrido, no que João Santana teria dito que ia “arriscar a levar assim mesmo, para cumprir com suas obrigações com sua freguesia”.

Diante desse depoimento, contudo, o que chama mais atenção é que Onofre ainda tentou isentar João Santana de qualquer crime. Ele afirmava que a relação entre eles durava cinco anos, sendo que o leiteiro sempre tinha sido “um bom freguês” e que Onofre tinha seu cliente como “um bom cidadão tanto comercialmente, como chefe de família”. Ao que tudo indica, ao invés de rivalidade, havia alguma espécie de solidariedade entre ambos os leiteiros e que a promotoria dificilmente conseguiria quebrar ao longo do processo. Por outro lado, Onofre garantia que João Santana estava ciente de sua responsabilidade no caso e, portanto, não cabia ao dono do “tambo” ser responsabilizado pela falta de seu cliente.

João Santana, em seu depoimento, afirmava que era verdade que era constantemente parado pelos fiscais do D.E.S., mas que desconhecia qualquer infração ou multa que pairava sobre ele. A única que ele lembrava, de fato, era quando fora autuado no dia 27 de março, dando uma versão que comprovava toda a história narrada por Onofre Castro da Cunha. Contudo, o leiteiro também afirmava que havia avisado os fiscais naquele dia que, de fato, havia água no leite. Já a infração do dia 8 de julho seguia sendo

⁶⁰⁴ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: JOÃO SANTANA DE OLIVEIRA, nº 2823, maço 68. Porto Alegre, fevereiro de 1954. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

um mistério: aparentemente, nem mesmo João Santana sabia como interpretar a água encontrada na amostra de leite que vendia.

É bem verdade que o caso de João Santana se assemelha ao de Antônio dos Santos. Ambos eram leiteiros que compravam o leite que depois revendiam, sem terem a propriedade de um “tambo”. Eles eram analfabetos que sabiam “somente assinar o nome” e os dois moravam na divisa entre Porto Alegre e Viamão. Talvez até mesmo se conhecessem, tendo em vista que tinham a mesma profissão e moravam relativamente próximos uns dos outros. Talvez Antônio conhecesse Onofre, afinal, ele comprava de “tambos” e não possuía o seu próprio. Onofre mesmo não afirmava se tinha outros clientes, o que permite levantar essa dúvida. Mas uma coisa que o processo parece indicar é que as relações pessoais entre leiteiros, comerciantes e atravessadores podiam garantir proteção perante os fiscais do D.E.S., os policiais da DESSEP e os promotores e oficiais de Justiça.

Passados dois anos desde a infração, o processo ainda tramitava na Terceira Vara Criminal. A defesa, tentando livrar de vez João Santana, chamava novamente Onofre Castro da Cunha para depor. O depoimento não se modificara, embora ele dissesse que chegou a sugerir a João Santana usar o leite batizado com água como “leite para os porcos”, o que o leiteiro se negava a fazer. No novo depoimento, Onofre também afirmara que João não comprava mais o seu leite já faziam dois anos, mas garantia que o leiteiro era “bom chefe de família, honesto e bem quisto no local onde residia”. Sem novas provas, contudo, a promotoria e os advogados de defesa buscavam testemunhas para auxiliar no caso. O novo advogado de defesa de João Santana, Waterloo Pires Brandão, assumira o caso em 1956 e trouxera para depor um dos empregados de Onofre Castro da Cunha na época, o senhor Albino Borges dos Reis.

O novo depoimento confirmava mais uma vez a história da implacável chuva que adulterara o leite em 27 de março de 1952, mas mostrava que Albino Borges conhecia um pouco mais também da vida do próprio João Santana. Segundo ele, o leiteiro não exercia mais a profissão desde 1955 e sabia que ele apenas revendia o leite que comprava. Albino ainda afirmara que era freguês de João Santana e na época trabalhava no “tambo” de Onofre, mas que exercia a profissão de carpinteiro em 1956.

Apesar de curto, o depoimento revela primeiro uma situação inusitada: ao trabalhar no “tambo” de Onofre, por que Albino comprava leite de João Santana, que era revendedor? Não podia ele comprar diretamente de seu patrão? Ou será que se tratava de uma questão temporal – onde Albino saíra do ramo do leite antes de João e, portanto,

preferia comprar a mercadoria com o atravessador do que com o ex-chefe? Além dessas indagações que ficam sem resposta no processo, há também que se considerar o fato de que a morosidade da Justiça ao resolver o caso acabou dando tempo para o leiteiro abandonar a sua profissão durante esse período. É possível deduzir que o processo, por si só, tenha sido motivo suficiente para fazer João Santana abandonar a profissão, algo que o advogado de defesa poderia explorar em sua argumentação. Em tempos de carestia e relativa padronização da distribuição do leite, ser leiteiro não era uma profissão tão tranquila quanto talvez tivera sido em outros tempos.

Entretanto, o advogado Waterloo Brandão resolveu partir para uma estratégia mais simples: pedir a absolvição de João Santana pelo simples fato de que não seria possível demonstrar dolo na adulteração do leite, ainda mais diante dos depoimentos de Onofre e Albino. Porém, para demonstrar que João Santana não era responsável, o advogado acabou arrolando uma série de nomes de donos de “tambos” na proximidade da residência do ex-leiteiro, afirmando que todos eles vendiam leite a João. “Nessas condições”, afirmava Waterloo, “quem poderia dizer que não fora um dos empregados de algum daqueles fornecedores, o presumível adicionador de água no leite daquele dia”? Assim, o réu não teria nenhuma culpa, já que “água no leite não se verifica a olho nu” e ele não poderia saber o que tinha acontecido de fato. Tal argumento já seria o suficiente para colocar em dúvida qualquer intencionalidade que o leiteiro pudesse ter, já que não saberia quem seria o responsável pela adulteração do leite vendido por ele.

Além disso, o advogado ainda tinha uma outra “carta na manga” para conseguir a absolvição de seu cliente. Ele passara um abaixo-assinado para nove dos antigos clientes do leiteiro, que eram seus fregueses até janeiro de 1955, quando ele abandonara o ofício. Entre os clientes havia três comerciários, dois industriários, dois motoristas, um transviário e um pedreiro, todos residentes no bairro Partenon, nas ruas Saldanha da Gama, do Porto e Dona Fermina. A bem da verdade, eram todos homens e todos garantiam não apenas que eram fregueses de João Santana, mas também que tinham sido avisados pelo próprio ex-leiteiro do que ocorrera no dia 27 de março de 1952, quando a chuva alterara o leite. Garantiam também que sempre foram “muito bem atendidos”, “tanto na quantidade, como na qualidade do leite comprado”. A partir desse abaixo-assinado e do pedido de absolvição, o juiz acabou garantindo a inocência de João Santana, quatro anos depois dos incidentes com o leite.

As tensões entre Naziazeno e o leiteiro parecem se dissipar diante do processo de João Santana, como se a ficção de Dyonélio se descolasse da realidade narrada a partir

do linguajar jurídico que atestava que os clientes e o seu leiteiro tinham boas relações. Será que todos eram bons pagadores? Será que se protegiam ao invés de se acusarem em “pegas” e “brigas”? Será que diferença entre vinte anos entre o romance e os processos indicariam uma mudança nas relações entre leiteiros e seus fregueses?

Cabe destacar que esse é o único processo encontrado na Terceira Vara Criminal acerca do leite que contém algum depoimento, ainda que em forma de abaixo-assinado, dos fregueses dos leiteiros. Menos frequente do que nos casos vistos sobre a prisão dos açougueiros na capital, a presença da clientela no argumento da promotoria parecia ser irrelevante, pois como saberiam eles que o produto estava adulterado? O advogado Waterloo Brandão estava correto quando dizia que a olho nu, não se conseguiria distinguir a contaminação do leite pela água. Contudo, mesmo dentre os defensores a clientela não era prioridade nesses casos. Somente nesse inquérito em específico é que o advogado recorreu aos fregueses para defenderem o acusado, garantindo que sabiam do episódio da chuva no dia 27 de março de 1952, ou seja, que apesar da imprudência, estavam de sobreaviso pelo leiteiro. E ao que tudo indica, não se importavam com isso.

Vale destacar que a grande maioria dos leiteiros eram pessoas de origem humilde, que mal possuíam uma vaca a sua disposição (ou, em alguns casos, apenas um “tarro” de leite mesmo). O argumento de que o leiteiro seria uma posição de *status*, portanto, não é facilmente sustentável. Além disso, os processos revelam que os leiteiros de Porto Alegre, ao contrário dos açougueiros, não tinham uma rede de proteção garantida pela sua clientela – com a exceção de João Santana. Isso, posto, ao mesmo tempo que não tinham uma rede de proteção, seus fregueses não costumavam recorrer às autoridades policiais para autuar os leiteiros. As “táticas” empregadas por leiteiros e por açougueiros, em certo sentido, revelam-se semelhantes. Ambas consistiam em pequenas fraudes que visavam o lucro rápido. Contudo, no caso dos açougueiros, o que fica evidente é que eles tinham de respeitar as noções de “qualidade” empregadas por seus consumidores – noções essas que desafiariam uma lógica economicista de comprar sempre pelo preço mais barato e não gastar mais do que seus rendimentos permitiam. No caso dos leiteiros, contudo, é difícil imaginar um motivo pelo qual os fregueses não autuavam os comerciantes, já que o princípio da “qualidade” do leite era violado pela adição de água.

Se não havia processos movidos pelos consumidores, isso também não significa que as relações entre eles e os leiteiros fossem harmônicas. Dyonélio Machado, por exemplo, ressalta os “pegas” e as “brigas”, que seriam formas de resolução de conflitos sem a intervenção da lei e da Justiça. Cabe destacar também uma outra diferença nos

processos que envolviam o leite daqueles que envolviam a carne: eram os homens que saíram em socorro do leiteiro João Santana – e eram os homens, como Naziazeno, que transformariam a situação num “pega”. A figura das mulheres, donas de casa e domésticas, presentes nos processos acerca dos açougues, desaparecia nos casos dos leiteiros. A lida com o leiteiro, que geralmente ocorria em espaços domésticos ou familiares (o bairro, a rua, ou até mesmo a própria porta da casa), ao que tudo indica cabia às figuras masculinas. Talvez por isso Dyonélio Machado tenha concebido uma briga entre um “chefe de família” e um “leiteiro” como mote inicial para seu romance. A título de hipótese, se havia possibilidade de que a tensão se escalasse, é provável que as famílias deixassem as transações com os leiteiros para os homens como forma de proteger as mulheres, isolando-as do contato com o comerciante.

Em última instância, se com açougueiros havia uma certa tranquilidade e respeito, o mesmo não pode ser dito dos leiteiros e suas relações com os consumidores. Não se tratava de confiar, ou não, em leiteiros e nos comerciantes, já que na relação comercial estabelecida havia sempre a suspeita de fraudes. Mas no caso dos açougueiros a “qualidade” era o valor principal compartilhado por consumidores e comerciantes e, por conta disso, se pressupõe que enquanto essa noção era respeitada pelas partes, a polícia e a Justiça não seriam envolvidas. No caso dos leiteiros, a “qualidade” era violada quando havia “água no leite”. Mas ao invés de recorrerem aos policiais e às leis de “economia popular”, os consumidores tinham uma outra possibilidade. Naziazeno e seu leiteiro resolveriam suas pendências pelo “pega” – tivessem chamado a polícia, a situação ganharia contornos ainda mais dramáticos (e o medo que Adelaide tinha de uma possível retaliação do leiteiro parecia suficientemente real). Em outras palavras, entre leiteiros e fregueses havia uma tênue linha que separava a transação comercial de uma possibilidade de conflito.

Mas há uma outra possibilidade de análise para explicar o porquê de os consumidores não usarem da lei para pressionar os leiteiros. Vale ressaltar que o contexto da venda da mercadoria em Porto Alegre sofrera transformações na década de 1940 e que em 1948 a distribuição da bebida ficara por conta da DEAL, uma autarquia estadual que comprava o leite diretamente dos produtores e o revendia em diferentes partes da cidade. A padronização da distribuição na bebida criou inúmeros cargos públicos de “leiteiros”, que vendiam a mercadoria dentro de garrafas de vidro personalizadas, transportando-as

em caminhonetes motorizadas.⁶⁰⁵ Os leiteiros autuados nos processos aqui analisados, contudo, aparentemente não estavam vinculados a entidade. Eram pequenos comerciantes ou pequenos produtores que, conforme a situação, podiam alternar os seus papéis. Não possuíam qualquer registro de sua atividade, eram analfabetos e de origem humilde. Podiam até estar se valendo da sua posição para, quem sabe, fraudar deliberadamente seus clientes como uma “tática” que atentava não apenas com a questão do preço, mas com a “qualidade” do produto. Os clientes, por sua vez, mesmo diante de fraudes comprovadas não pressionavam os comerciantes. E a Justiça, como é possível perceber pelos processos, era morosa e burocrática. Mesmo dispositivos de ordem punitivista como o júri popular não eram ativados por juízes e promotores. O resultado disso é que os leiteiros conseguiam escapar das acusações que lhes eram imputadas, mas tinham todo o desgaste da autuação policial, da fiança (quando podiam pagá-la) e do processo (que era pago pelo Estado, mas somente quando a sentença era emitida pelo juiz). Sem a rede de proteção que os açougueiros tinham, os leiteiros estavam mais sujeitos a “insegurança estrutural” do que até mesmo alguns operários. Possuíam sua pequena produção, é verdade, e alguns deles ainda eram donos de uma “vaquinha”. Mas não possuíam estabelecimento de venda e tinham que percorrer a cidade com seus “tambos”. Em épocas de “vacas magras”, não podiam fraudar a venda do preço do leite – como os açougueiros faziam – e muitas vezes tinham de comprar a mercadoria de outros colegas, que poderiam ser vistos inclusive como concorrentes.

Parece difícil imaginar que eles eram os grandes inimigos da “economia popular”, retratados como “tubarões” pelo discurso político da época, como se toda a carestia pela qual Porto Alegre passava teria foco nos leiteiros que vagavam pela cidade vendendo o leite de seus “tambos”. É possível deduzir que dada as condições sociais desses comerciantes, somente a polícia manifestava algum interesse em centralizar suas práticas com o mínimo de rigor. Para outros grupos e classes sociais, o ganho do leiteiro era ínfimo, longe de ser aquilo que o “faria voltar para a terra”. Por sua vez, os processos indicam que muitos desses leiteiros sabiam que a adulteração cometida, por mais que atentasse contra certos padrões de “qualidade”, não era suficiente para influenciar na situação de carestia e, portanto, isso poderia lhes trazer pequenas vantagens. Entretanto, pela sua própria posição social mais frágil, dotada de certa “insegurança estrutural”, é possível que aos olhos dos policiais, dedicados a mostrar serviço, eles se parecessem mais

⁶⁰⁵ “A longa vida do leite”. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 28 de dezembro de 2012. p. 68.

com o “Zé leiteiro” da canção de Gordurinha. Mas sendo assim, o que acontecia em outros casos em que “especuladores”, “atravessadores” e “açambarcadores” começavam a aparecer nos processos? É a partir da análise desses processos que creio ser possível constituir um quadro mais dinâmico sobre algumas das práticas que atentavam contra a “economia popular” e como a Justiça e a polícia lidavam com elas.

3.4 – Especuladores, atravessadores e açambarcadores

Em 24 de abril de 1960, o então candidato à presidência da República, Jânio Quadros, discursava perante uma multidão no Estado da Guanabara. Em seu discurso, o candidato bradava contra a inflação, que em 1959 atingira a marca recorde de 39,4% ao ano⁶⁰⁶:

“[...]se imprimir papel-moeda fosse edificar-se a economia de qualquer povo, o único problema seria comprar a melhor máquina impressora. Como não é assim, como o dinheiro inflacionado não será riqueza, eis-me aqui lutando contra a alta crescente do custo de vida, e com todas as atividades produtivas desorganizadas, pois o país se transformou num império dos especuladores e dos aproveitadores”⁶⁰⁷.

Especuladores, aproveitadores, atravessadores, açambarcadores... todos os léxicos recorriam a uma mesma prática que era a de fazer transações ilegais visando tirar vantagem de uma conjuntura inflacionária. Porém, confunde-se no discurso de Jânio o ato dos comerciantes tirarem vantagem da situação com a ideia de que eles eram responsáveis pela inflação brasileira. Ignorava-se a ideia da inflação como um fenômeno econômico ligado ao que Paul Singer chamou de “solidariedade de preços”, ou seja, a ideia de que cada aumento de preços influi sobre o preço de uma determinada mercadoria.⁶⁰⁸ Sem discutir como controlar o processo inflacionário a partir do controle da emissão de moeda, Jânio anunciava a importância de atacar as “atividades produtivas desorganizadas”. Nesse sentido, o comerciante, fosse ele atacadista ou varejista, que

⁶⁰⁶ MUNHOZ, Dércio. *op. cit.* p. 61.

⁶⁰⁷ SANTOS, Vidal. MONTEIRO, Luiz. *Diário de uma campanha*. São Paulo: Livraria exposição do livro. Sem data. Citado em: QUELER, Jefferson José. *Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 29. Nº 84. Fevereiro de 2014.

⁶⁰⁸ SINGER, Paul. *Guia da inflação para o povo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981. p. 20-21.

aumentasse os preços de um determinado item entrava dentro do rol dos “especuladores e atravessadores”.

O discurso de Jânio não era, em sua essência, muito diferente do discurso que Vargas apresentara no primeiro de maio de 1951. Mas em ambos os casos fica nítido que os destinatários enquadravam os comerciantes em uma série de atividades fraudulentas que, apesar de diferentes, estariam voltadas para o mesmo fim. Os “especuladores” seriam aqueles comerciantes que aumentavam o preço de seu produto, ignorando as tabelas de preço existentes. O faziam a partir da possibilidade de ganho concreto, construindo livremente a sua margem de lucro, mesmo que sem respaldo oficial dos órgãos reguladores. Atuavam a partir da expectativa de uma nova alta de preço, como numa espécie de aposta de que a inflação viria. Entretanto, o termo “especulador” também pode se referir àqueles que faziam essa aposta a partir do mercado de ações e títulos da dívida pública. Comparar ambas as grandezas a partir de um mesmo nome era algo sempre perigoso e que tinha como propósito demonstrar que tanto o grande rentista como o pequeno varejista eram, em sua essência, “proveitadores”.

Já os “atravessadores” seriam aqueles comerciantes que compravam um determinado produto e o revendiam num comércio paralelo (que no termo popular, ficava sendo chamado de “mercado negro”). Tratavam-se de comerciantes que compravam o produto numa zona não regulada e, por sua vez, revendiam sem notas fiscais ou comprovantes. Eles podiam vender para outros comerciantes que estavam em estado regular e esses, por sua vez, misturavam as mercadorias de forma que o repasse de preços escaparia de tabelamentos e tributação. Nem todos “atravessadores” revendiam seus produtos dessa forma, mas todos antecipavam uma margem de lucro que fugisse dos tabelamentos propostos pelos órgãos fiscalizadores.

Por fim, havia também os “açambarcadores”, que nada mais eram do que aqueles comerciantes que escondiam (“sonegavam”) as mercadorias que possuíam para poder vende-las por meio de vendas casadas ou até mesmo para fregueses que oferecessem valores maiores do que o tabelado. Nesses casos, instituía-se novamente um comércio paralelo onde clientes e comerciantes instituía uma troca de favores: o cliente poderia pagar a mais para ter uma determinada mercadoria antecipadamente.

Tais hábitos eram enquadrados como “proveitadores”, sem distinguir claramente as práticas de comerciantes no varejo e no atacado, ou mesmo sem distingui-los de outras atividades econômicas, como a dos rentistas, que seriam basicamente aqueles que viviam da aplicação de capitais no mercado financeiro. Ao tentar criar essa tábula rasa, Jânio

Quadros, assim como Getúlio Vargas anteriormente, procurava criar uma espécie de “consciência popular” que veria em qualquer comerciante uma ameaça constante, um tipo de responsável pela escassez a qual se encontrava a classe trabalhadora no Brasil. Porém, diante dos processos envolvendo a carne e o leite em Porto Alegre, é pouco provável que os trabalhadores e trabalhadoras tivessem assinado tal “pacto” com o poder público.

Todavia, isso não significa que a cidade estivesse desprovida de “especuladores”, “atravessadores” e “açambarcadores”. De fato, os processos criminais que envolviam a “economia popular” na Terceira Vara da capital gaúcha indicam que durante o período, havia sim, casos de fraudes comprovadas pela Justiça. Contudo, às vezes provar a fraude não era suficiente para conseguir a condenação, especialmente tendo em vista a “rede de proteção”⁶⁰⁹ que alguns comerciantes constituíam perante a polícia e os fiscais públicos.

Isso pode ser percebido no caso do peixeiro José Jardim, proprietário da “Banca do Peixe” no Mercado Público de Porto Alegre.⁶¹⁰ No dia 19 de julho de 1952, o comerciante teria vendido piava acima do preço tabelado ao “Restaurante Elite”. De Cr\$ 8,00 o quilo, José teria vendido o peixe por Cr\$ 10,00. Como o peixeiro entregou uma nota com o valor cobrado, ela servia então como prova que o cliente tinha perante os fiscais do Setor de Abastecimento e Preços. O peixeiro argumentava que não sabia ao certo quanto deveria cobrar quando entregasse o peixe à domicílio – o que, segundo os fiscais, deveria ser um acréscimo de no máximo 10% do preço tabelado.

O primeiro sujeito a chamar a depor, contudo, foi o fiscal Pedro Mostardeiro, que atuava no Setor de Abastecimento e Preços. Segundo ele, o Mercado Público era um dos destaques da atuação dos fiscais, onde ele controlava o abastecimento de gêneros alimentícios, frutas e peixes. Nos últimos dias (possivelmente, do mês de julho), ele afirmava fazer uma “fiscalização doutrinária” junto aos proprietários das bancas, “instruindo-os de como devem proceder para bem atender ao público”. Como Mostardeiro fazia isso? Segundo ele, era importante chamar a atenção daquilo que era

⁶⁰⁹ “Rede de proteção” trata-se de um termo bastante polissêmico, geralmente usado para designar a estrutura do Estado de Bem-Estar Social em países desenvolvidos no século XX. Entretanto, o uso que faço do termo remete principalmente a ideia de uma reciprocidade inerente a um sistema de trocas, tal como discutido por Karl Polanyi em seu ensaio *Formas de integração e estruturas de apoio*. Para o autor, tal reciprocidade marcaria as economias de trocas das chamadas sociedades primitivas, onde os comerciantes poderiam proteger-se de influências externas a eles que não comungassem dos mesmos valores. Numa economia capitalista, contudo, imagina-se que por meio da competição essa reciprocidade seria abolida – mas não é o que parece nos casos aqui analisados. Para mais, ver: POLANYI, Karl. *Formas de integração e estruturas de apoio*. IN: POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2012.

⁶¹⁰ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: JOSÉ JARDIM, nº 2902, maço 69. Porto Alegre, outubro de 1952. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

expressamente proibido pela lei nº 1521 de 1951,⁶¹¹ ou seja, “a maneira de preferir fregueses em detrimento do consumidor que está geralmente na ‘bicha’”. Contudo, apesar dessa “fiscalização doutrinária”, aparentemente nem todos respeitavam esse princípio e José Jardim era um desses comerciantes.

Segundo Mostardeiro, tão logo a distribuição de peixe começara, José pegou piavas e pintados e os separou em embrulhos, colocando-os numa cesta próxima a sua banca. Os fiscais então o advertiram de que os peixes não podiam sair dali antes das 8 horas da manhã, mas o peixeiro não obedeceu e mandou um baleiro entregar a encomenda junto com a nota para o restaurante. O problema, contudo, é que o aumento que ele atribuíra ao peixe não era de 10%, como indicava a lei, mas sim de 25% – no que o peixeiro alegava ter feito por desconhecer a legislação específica. Em sua defesa, afirmava também que trabalhava no comércio de peixe a 30 anos e que antes disso era pescador, numa espécie de atestado de sua ascensão social, demonstrando que era “trabalhador honesto”. Pedro Mostardeiro, por sua vez, afirmava que era comum os peixeiros “antes de iniciarem as vendas tirarem de parte o melhor produto, deixando à escolha dos clientes o produto restante”. Não apenas José Jardim, mas outros peixeiros acabavam “açambarcando” suas mercadorias segundo o depoimento do inspetor.

A defesa de José Jardim agiu rapidamente e convocou Manoel Almeida de Andrade (comerciante do mercado público), Alziro Inácio da Silva (pescador e fornecedor de peixe em Porto Alegre) e Ananias Costa (fiscal no mercado público). Todos eles confirmaram que José Jardim era um comerciante honesto e sério, garantindo que se tratava de “homem probo” e “honrado chefe de família”. Garantiam também que no dia da apreensão, quem estava atendendo na banca do mercado era o genro de José Jardim, o bancário Carlos Francisco Valeriano dos Santos, que ajudava o sogro durante as manhãs. Carlos então foi chamado para depor, no que afirmou que “a Banca e o restaurante Elite tinham um convênio verbal relativo ao preço do peixe a ser fornecido, convênio esse que vigorava a pouco tempo porque o proprietário do restaurante era novo”.

Esse tipo de acordo verbal entre o restaurante e o peixeiro, é bem verdade, ignorava o dispositivo legal pelo qual Pedro Mostardeiro tentava fazer seu trabalho. Por outro lado, os depoentes blindaram completamente José Jardim. O dono do restaurante Elite, que não fora chamado para depor, tinha sido responsável por fazer a nota chegar na mão do fiscal e, portanto, ele que poderia esclarecer os detalhes do acordo. Mas a

⁶¹¹ A referência no processo se refere à lei 1.522, embora seja sabido que a referência é sobre a lei 1.521 de 1951.

promotoria não o procurou, o que fez com que o trabalho da defesa fosse facilitado. Para piorar a situação do fiscal, Carlos Francisco ainda afirmou perante a Justiça que não era verdade que Mostardeiro tivesse advertido a Banca contra o seu sistema, “que aliás o fiscal fazia mais ou menos uma semana que entrara a exercer suas funções no Mercado”.

O cenário que o depoimento de Carlos Francisco ajudava a desenhar era o da tradicional “rede de proteção” dos comerciantes na capital, em especial no Mercado Público: peixeiros, comerciantes, fiscais mais antigos... todos eles pareciam se protegera partir da ideia de que se conheciam a anos, o que facilitaria suas relações. Novos fiscais e novos clientes, contudo, que desconhecem o funcionamento das práticas comerciais, passariam dificuldades. O dono do restaurante Elite, do qual nada se sabe pelo processo, deve ter desconfiado do preço do peixe que lhe era cobrado e informou um fiscal, no caso, o senhor Pedro Mostardeiro. Esse, por sua vez, também não conhecia ainda as relações estabelecidas no mercado, mas estava diante da árdua tarefa de ter que fazer o que ele chamara de “fiscalização doutrinária”. E é possível imaginar o desconforto dos donos das bancas perante esses fiscais que, amparados pela lei, agora vinham até ali para dizer o que se podia, ou não, fazer com os clientes.

A defesa de José Jardim, feita pelo advogado Octacílio Nunes de Quadros, garantia que não havia dolo algum no crime, tendo em vista que o seu cliente desconhecia a lei. Além disso, afirmava-se que as testemunhas disseram que “conheciam o acusado há mais de 20 anos, sempre procedendo corretamente, não somente como comerciante assíduo em sua banca de peixe, honesto e sério, mas ainda como bondoso e ótimo chefe de família”.⁶¹² Octacílio Nunes, por sua vez, ainda adotou a estratégia de desqualificar de vez o trabalho do fiscal Pedro Mostardeiro, dizendo que não se sabia qual o interesse dele em “comprometer a um velho lidador e conceituado”. “Seria uma ojeriza, um mal estar, uma antipatia de que teria sido acometido dito sr. Fiscal?”

O resultado da estratégia utilizada pela defesa é que o juiz responsável acabou por absolver José Jardim, afirmando que no preço cobrado pelo peixe estava incluso o “carreto” e mais a margem de lucro acrescida em 10%, embora como o juiz tenha feito esse cálculo não tenha ficado claro no processo. Ao que tudo indica, a promotoria também não tentara modificar a sorte do resultado, o que acabou garantindo a inocência de José Jardim. O peixeiro aumentou o preço de seu produto deliberadamente e vendeu-o em situação de irregularidade perante as normas legais. Mas ainda assim, teve respaldo

⁶¹² Os grifos são do processo.

daqueles que o conheciam “a mais de 20 anos” e, principalmente, da Justiça. Em certo sentido, esse tipo de caso demonstra como os crimes contra a “economia popular” estavam pautados pela interferência dos fiscais diante de um comércio que se regulava diante de marcos bastante pessoalizados. Os elementos estranhos a uma determinada praça comercial deveriam aceitar as regras pré-estabelecidas – geralmente mediadas por costumes. Caso não aceitassem, passavam a ser vistos com desconfiança (e aqui, fica uma dúvida no ar: será que o contrato verbal entre a Banca do Peixe e o Restaurante Elite se manteve depois do processo?).

Os comerciantes, bem se sabe, tinham suas estratégias para administrar seus lucros independente de tabelamentos e dispositivos legais e fiscais e policiais sabiam disso – alguns deles inclusive recebiam seu quinhão, num acordo tácito de apoio entre autoridades e comerciantes, como foi possível perceber no caso do Secretário de Abastecimento Municipal, José Gomes Pinheiro Cabral, analisado na seção 2.3 do capítulo anterior. Por sua vez, a “caderneta”, como demonstrei na seção 3.2 do atual capítulo, também pode ser vista como uma estratégia para aumentar os preços dos produtos, empregando juros que eram auferidos de acordo com o comerciante – embora nem sempre seus clientes estivessem cientes desses cálculos. É o que aparece no caso de Julieta Becker, dona de um armazém na rua Dr. Timóteo, que nos primeiros dias de setembro de 1946 fora autuada por estar vendendo sabão acima do preço tabelado.⁶¹³

O preço do sabão na época estava avaliado em Cr\$ 5,20 o quilo, enquanto a comerciante vendia a mercadoria por Cr\$ 6,50 o quilo. Porém, os fiscais do DOPS que investigavam o comércio da capital na época só descobriram isso porque apreenderam a “caderneta” de um dos fregueses de Julieta Becker. A comerciante, por sua vez, negou a imputação que sofria, afirmando que havia vendido ao seu freguês “três pedaços de sabão primeirinha, com peso superior a um quilo”, ainda que na caderneta o registro estivesse marcado com “1kg de sabão... Cr\$ 6,50”. Autuada na lei 9.840 de 1946, Julieta acabou sendo levada a depor na delegacia e a principal prova contra ela era justamente uma “caderneta” de compras que estava no nome de Danilo Cestari. Em seu depoimento, a dona do armazém ainda alegou que vendera três pedaços de sabão entre 430 a 450 gramas para o freguês, mas registrou somente 1kg na “caderneta” para simplificar a transação.

Quando o eletricitista Danilo Cestari fora chamado para depor, a polícia já havia entrado na casa de dona Julieta Becker para saber se a acusada guardava sabão em casa

⁶¹³ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: JULIETA BECKER, nº 2319, maço 60. Porto Alegre, janeiro de 1947. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

com fins de açambarcamento, sendo que nada encontrara. Quando Danilo depôs, contudo, a surpresa fora ainda maior: embora a “caderneta” fosse dele, o rapaz não sabia porque ela estava em posse da polícia, pois afirmava que nunca havia comprado no armazém de dona Julieta Becker! Aquela seria a sua “caderneta”, sim, mas ela registrava suas compras no armazém “Feira”, localizado na av. Protásio Alves. Ainda mais: Danilo Cestari morava no bairro “Caminho do Meio”, enquanto o armazém de dona Julieta se situava no bairro “Floresta”, o que no entender do juiz responsável “seria um sacrifício que o freguês faria, percorrendo tal distância”. Assim, o juiz absolvía a comerciante dado que a evidência era, no mínimo, suspeita.

Chama a atenção nessa história que toda a tensão acerca da “caderneta” era falsa. Os policiais, sem que o inquérito consiga nos esclarecer exatamente como, adquiriram o caderno de compras de um eletricitista chamado Danilo Cestari e, por algum motivo que tampouco fica claro, denunciaram dona Julieta Becker, proprietária de um armazém na rua Dr. Timóteo. A dona do estabelecimento tentou argumentar, afirmando que vendera dentro do preço, mas registrara somente “um quilo”, mas é provável que a comerciante tenha se sentido acuada ou até mesmo assustada pelos policiais – dado que o próprio cliente depois afirmava não conhecer a dona Julieta. A promotoria, diante dos fatos, afirmava que “Danilo Cestari não foi sequer ouvido na polícia, o que veio a invalidar o inquérito nos autos”. Em outras palavras, a pressa dos policiais em conseguir a condenação de dona Julieta Becker fez com que o processo todo fosse invalidado graças ao depoimento do dono da “caderneta”.

Talvez isso ajude a explicar o porquê, em processos posteriores relacionados à lei 1.521 de 1951, os depoimentos de fiscais e inspetores passaram a ser cada vez mais frequentes nos autos dos inquéritos. O receio da Justiça de ter que lidar com um processo caro e que não levaria a lugar nenhum somente para que se “cumprissem metas” poderia fazer com que os responsáveis pelas prisões fossem também levados a depor, para sustentarem então as suas acusações. Contudo, é bem verdade que a pressa de policiais, inspetores e fiscais tinha uma certa razão de existir. Em 22 de agosto de 1952, o comerciante Angelino Silveira Vidal vendera 15 quilos de café sem procedência definida a um negociante chamado Orencio Silva, dono de um armazém na rua Duque de Caxias, nº 584.⁶¹⁴

⁶¹⁴ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: ANGELINO SILVEIRA VIDAL, nº 1709, maço 36. Porto Alegre, janeiro de 1953. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Angelino teria comprado o café “de um desconhecido na rua da Conceição”. Ele costumava vender dez quilos de café “Cotinho” para Orencio Silva semanalmente e daquela vez lhe ofereceu um pacote de cinco quilos sem procedência e sem estar empacotado. Contudo, Orencio afirmava que “não chegou a negociar com o referido produto em face de ter um fiscal do Departamento Estadual de Saúde procedido a apreensão do referido produto”.

Não bastasse a venda irregular, o café desconhecido ainda havia sido levado para a perícia, onde ficara constatado que ele estava adulterado, tendo recebido “substâncias amiláceas estranhas”⁶¹⁵. Em seu depoimento, contudo, Angelino afirmava que comprara o café do “desconhecido” porque estava com preço abaixo do tabelado e que em sua casa se consumia “dez quilos por mês”. Como o “desconhecido” da rua Conceição lhe vendera quinze quilos, resolveu levar para casa. Na mesma tarde, visitara a casa de Orencio Silva e deixara o café no balcão para o negociante, ou seja, na aceção de Angelino, não era uma venda, mas uma doação. Contudo, o juiz ainda lhe interrogara sobre o fato que Orencio afirmava que Angelino vendia-lhe café, no que o réu ainda teria dito que quem fazia isso era um outro comerciante chamado Antônio Vencato – o que em novo depoimento, Orencio confirmava perante o juiz.

A defesa de Angelino convocara outros comerciantes para garantir a “honra” do réu, mas todas elas afirmavam que ele vendia “balas” e “café”, abrindo assim a suspeita de que de fato, Angelino pudesse ter tentado vender o café adulterado para Orencio. Porém, o juiz do caso partia do princípio de que o vendedor era um “pai de família” que sustentava “dez pessoas sem sua casa” e, portanto, “não tivera intuito de lucro”. Inocentado o comerciante, fica apenas a dúvida: afinal, quem era o “desconhecido” que lhe vendera o café? Por que a Justiça não investigara o caso com maior afinco? Sem dúvida esse descompasso entre a ação dos órgãos fiscalizadores em relação à Justiça parece ser uma constante do período. Ora policiais e fiscais apressadamente faziam prisões atabalhoadas; ora a Justiça agia com excessiva morosidade, dando pouca relevância para os casos. A ação de Angelino Silveira facilmente poderia ser classificada

⁶¹⁵ Substâncias amiláceas são basicamente substâncias ricas em amido. Muitos cereais são ricos em substâncias amiláceas, como milho e trigo, sendo que eles são misturados aos grãos de café. Esses, por sua vez, são torrados e moídos, no que então perdem a cor original, confundindo-se com o grão estimulante. Para mais, ver: AMBONI, Renata D. Mello Castanho. FRANCISCO, Alícia de. TEIXEIRA, Evanilda. *Utilização de microscopia eletrônica de varredura para detecção de fraudes em café torrado e moído*. IN: Revista Ciência, Tecnologia e Alimentos. Vol. 19. N. 3. Campinas: Set./Dez. de 1999. Versão digital em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20611999000300002. Acessado em 21 de agosto de 2015.

de “atravessamento”, onde ele compraria um determinado produto de forma ilegal para revende-lo. Autuado antes da revenda ocorrer, Angelino tentou se defender afirmando que desconhecia o seu revendedor e sequer sabia que o produto estava adulterado – e, a partir daí a defesa passou a explorar somente a adulteração do café no inquérito. Como não conseguira se comprovar a origem da fraude, reforçava-se o argumento de que o “atravessador” não tinha nenhuma intenção de cometer o crime. O cliente, por sua vez, não levava adiante a queixa e assim, mais um processo envolvendo a “economia popular” em Porto Alegre terminava com a absolvição dos indiciados.

A ideia de que a “intenção” do criminoso não era provada praticamente derrubava a grande maioria dos casos. E de fato, é possível supor que os comerciantes tinham estratégias bastante eficientes para demonstrar que não havia dolo algum nas suas práticas, por mais fraudulentas que elas parecessem à ação policial. Em 5 de dezembro de 1945, Carlos José Grossi, sócio da Banca 42 do Mercado Público, foi autuado por um fiscal da Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS).⁶¹⁶ Segundo o fiscal, o comerciante estava estocando pacotes de manteiga nacional enquanto vendia apenas a manteiga argentina⁶¹⁷, o que fez com que fosse processado dentro do Decreto-Lei 869 de 1938.

O processo, contudo, pode ser sintetizado por alguns elementos: ao que o juiz pediu para investigar quantos pacotes de manteiga foram encontrados dentro da loja, os policiais responsáveis pela apreensão prestaram depoimento dizendo que encontraram dentro da “frigidaire” da banca “dois ou três pacotinhos de manteiga nacional, contendo cada um, cento e vinte e cinco gramas” enquanto da manteiga argentina havia dez quilos disponíveis. Os donos do armazém, Carlos José Grossi e Antônio Fortunato Valcanova, pagaram uma multa de Cr\$ 500,00, mas garantiram que nunca tinham dado ordem alguma a seus funcionários para sonegarem mercadoria. O funcionário da banca e filho de Antônio, era Paulo Valcanova e, segundo ele, havia sido interpelado pelos fiscais naquele dia e nem sabia que ainda tinha alguns pacotes de manteiga no estabelecimento. Os fiscais, por sua vez, afirmavam que teriam recebido a denúncia a partir de um “freguês da banca”, freguês esse que não foi identificado e encontrado para depor. Assim, ficava a palavra de Paulo contra a palavra dos fiscais. Não conseguia se provar o dolo novamente,

⁶¹⁶ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: CARLOS JOSÉ GROSSI, nº 3382, maço não identificado. Porto Alegre, agosto de 1945. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁶¹⁷ A manteiga argentina custava, segundo o processo, Cr\$ 18,00, enquanto a nacional custava Cr\$ 14,00.

embora a prova material do crime tivesse sido, de fato, encontrada: dois ou três pacotinhos de manteiga.

O inusitado, contudo, foi a reação do promotor público diante dos fatos divulgados pelos policiais. A partir dos depoimentos, ele afirmava não encontrar motivos para a ação penal. Reconhecia que Paulo teria agido “sponte própria”, já que os patrões não teriam lhe dado nenhuma ordem para sonegar a mercadoria. Contudo, seu maior destaque se dava na interpretação legal, afirmando que o crime de açambarcamento teria como propósito reter mercadorias do povo “com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços”. Porém, “não só inexistia prova de que fosse propósito do indiciado ‘dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços’, como também isso seria impossível COM DOIS OU TRÊS PACOTINHOS DE MANTEIGA”.⁶¹⁸

O uso de letras maiúsculas, na linguagem escrita do século XXI nas redes sociais, denota exaltação e aspereza na fala. Num processo criminal de 1945, é possível que o sentido fosse semelhante, dado que o promotor público parece transtornado pelo fato de que a prova material do crime eram míseros “pacotinhos de manteiga” – como se o inquérito policial acabasse sendo um desperdício de tempo e dinheiro públicos. Talvez houvesse até mesmo dúvidas sobre a existência do tal “freguês” que fizera a denúncia anteriormente.

De fato, o que a análise dos casos da Terceira Vara indica é que eram raros os processos onde os clientes tinham uma participação mais ativa no inquérito. Quando apareciam, muitas vezes eram aqueles que, convocados pelos advogados de defesa, legitimavam a boa fama de um determinado comerciante. Porém, em alguns raros casos os clientes apareciam como denunciadores dos crimes cometidos – e nessas situações, pode-se compreender as repercussões da lei de “economia popular” a partir de suas apropriações perante os consumidores. Uma dessas situações ocorreu com o comerciante Moisés Rossoni, no dia 27 de maio de 1953.⁶¹⁹ Co-proprietário do armazém “Formoso” na rua Castro Alves, Moisés estava cuidando do seu estabelecimento quando o funcionário público Manoel da Costa Leite Filho foi até a loja comprar ovos. O atendente informou Manoel da Costa que não havia mais ovos ali e, quando o funcionário público

⁶¹⁸ Grifos do processo.

⁶¹⁹ Essas e as demais informações sobre o processo podem ser encontradas em: MOISÉS ROSSONI, nº 0430, maço não identificado. Porto Alegre, junho de 1953. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

saiu do armazém, “encontrou na rua” uma viatura policial que atuava em nome da Delegacia de Economia Popular. O inspetor ali presente, João de Souza Azevedo, ouviu Manoel relatar o caso e foi até o armazém. Lá, vistoriando a loja, Azevedo encontrou “ovos guardados em um cesto de arame” e deu voz de prisão ao senhor Moisés Rossoni.

O comerciante tentou se defender em seu depoimento alegando que os ovos que lá estavam já tinham sido “reservados” para outros três compradores: Alencar Lemos (comerciário), Egídio Rodrigues (encanador) e Ernesto Sander (funcionário público). Alencar afirmou em depoimento que “de dois em dois dias” o empregado do armazém ia até a sua casa e perguntava se ele queria ovos; Egídio disse comprar uma série de mercadorias no armazém e, quando elas foram entregues, estavam faltando os ovos (recolhidos pela polícia); Ernesto, por fim, afirmou ter encomendado um “rancho” onde constava como pedido uma dúzia de ovos.

De todos os depoimentos, contudo, o de Sander era o mais completo: segundo ele, quando percebera que estava sem a mercadoria, havia ido até o armazém “Formosa”, onde o atendente teria dito que a polícia levava os ovos. “Nessa ocasião, o depoente ouviu uma discussão, isto é, comentários entre diversas pessoas que ‘a COAP’ tinha tabelado os ovos e a polícia alegava que o denunciado estava sonogando esse produto à venda”. Embora tal afirmação destoasse da denúncia, percebe-se que no depoimento de Sander há um certo mal-estar presente entre os clientes sobre aquilo que se considerava uma espécie de “arbitrariedade policial”, como outras já mencionadas nesse capítulo. Nesse contexto, a denúncia do cliente Manoel desaparecia da versão que os demais clientes do armazém tinham sobre o caso.

Mas quem era Manoel da Costa Leite Filho, o denunciante do crime? Registrado como funcionário público da prefeitura e de instrução secundária, Manoel tinha 60 anos de idade. Segundo ele, queria comprar “ovos frescos” para si e para sua família e, “depois de já haver procurado o produto em diversas casas de comércio, sempre com resultados negativos”, ele foi ao armazém “Formosa”. Lá, um funcionário do estabelecimento chamado Nelson Silva havia dito que não havia mais ovos disponíveis, no que posteriormente o próprio Moisés Rossoni compareceu para reafirmar a falta do produto. É curioso que no depoimento de Manoel da Costa ele afirme que já havia ido em diversas casas de comércio em busca de ovos, mas somente no armazém “Formosa” é que ele resolvera fazer sua denúncia. O que levantara a suspeita do funcionário público?

No seu depoimento, Manoel, que era morador de Belém Novo, na Zona Sul da capital, teria vindo até a região central em busca de ovos. Segundo ele, em Belém Novo

“não encontrara ovos frescos” e, estando na “capital”, resolveu procurar pela mercadoria. Não fica claro no processo o que fez com que ele desconfiasse que o senhor Rossoni tivesse ocultado a mercadoria, mas o advogado de defesa do comerciante conseguira uma informação que esclarecia a situação: Manoel da Costa Leite Filho não trabalhava na prefeitura, mas sim na Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) na época do ocorrido.⁶²⁰ Manoel tentou se defender, afirmando que na atualidade trabalhava como oficial administrativo do porto e que agira “particularmente, e não como empregado da COAP”, que atuara na denúncia, tanto que nem estava trabalhando no dia que fora até a loja de Rossoni – e, como não tinha “zona certa para agir”, ele não tinha recebido nenhuma ordem de atuar ali no armazém “Formosa”.

A informação obtida pela defesa de Moisés Rossoni ajuda a explicar qual era o típico “freguês” capaz de sustentar uma denúncia acerca da “economia popular”: um funcionário público que não apenas conhecia um pouco da legislação específica (ciente assim de seus direitos), mas que principalmente atuava também na repressão aos crimes contra a “economia popular”. Mesmo que no dia ele “não estivesse trabalhando”, conhecia os meandros necessários para a denúncia e tinha, talvez no seu próprio “tino profissional”, o argumento perfeito para “desconfiar” da fraude dos comerciantes. Isso, contudo, era suficiente para o advogado de Moisés, Rubens Vidal, emitir uma declaração condenando o caso e solicitando a absolvição imediata de seu cliente a partir de três motivos: o fato de que a mercadoria não estava sendo sonogada, o fato de que Manoel da Costa não era um freguês (e sim um fiscal) e o fato de que a Terceira Vara Criminal absolvía sempre os denunciados em casos idênticos.

Os três motivos dados pelo advogado eram realmente muito fortes. O primeiro, de fato, estava comprovado pelo depoimento dos clientes: Moisés Rossoni não estava sonogando os ovos, mas sim guardando para eles. Os fregueses faziam a compra a partir do “rancho”, como fizera Ernesto Sander, comprando uma quantidade de alimentos em grande escala, ou então tinham relações diretas com os donos, fazendo com que os empregados perguntassem periodicamente sobre a necessidade de determinada mercadoria para seus clientes cativos, como ocorrera com Alencar Lemos. A acusação

⁶²⁰ É difícil saber ao certo se Manoel da Costa era funcionário da COAP (que seria um órgão estadual) ou da COMAP (que seria um órgão da prefeitura). Embora a prefeitura de Porto Alegre tenha emitido ofício confirmando que Manoel não era seu funcionário, isso não parece ser garantia suficiente para afirmar que ele era funcionário da COAP.

não conseguira provar que o produto, no final das contas, estava sendo sonegado, ou mesmo vendido acima do preço tabelado.

O segundo motivo, por sua vez, era talvez o mais difícil de provar, mas à defesa de Moisés não importava lançar provas e sim levantar a suspeita sobre o “cliente” Manoel da Costa. Segundo Rubens Vidal, o acusador não era um comprador, mas sim um fiscal à trabalho que “não vinha com a intenção de comprar, mas de simular uma compra e, em consequência disto, transformou-se num agente passivo inidôneo”. Para Vidal, não restava dúvidas “que os dois funcionários da COAP e mais o investigador da polícia, contando lesarem o acusado, armaram em combinação uma ‘arapuca’”. Mesmo que isso não fosse verdade, a suspeita levantada pelo advogado deixa uma indagação que perpassa até hoje, na leitura do processo: será que diante de tantos casos onde a polícia acabava apressando-se e ficando sem conseguir a condenação dos acusados, ela poderia ter tentado um embuste dessa natureza? Seria possível que o investigador se passasse por consumidor apenas para conseguir a condenação de um comerciante, independente da acusação? Em caso afirmativo, isso certamente seria uma prova determinante de que todo o sistema de ação policial sobre os comerciantes era fraudulento. Porém, ao advogado de defesa apenas levantar essa suspeita já seria o suficiente para conseguir a absolvição de seu cliente.

Entretanto, o terceiro motivo é talvez o mais significativo deles e talvez tenha sido decisivo para a absolvição de Moisés Rossoni: a quantidade de absolvições promovidas pela Terceira Vara Criminal. Afirmava Rubens Vidal:

“Finalmente, esta Vara Criminal já firmou orientação a respeito de fatos dessa natureza, pois tem absolvido sempre, sumariamente, os denunciados em casos idênticos. Por outro lado, o sr. Promotor Público já pediu o arquivamento de um processo semelhante e o então Juiz desta Vara, acolhendo o pedido, ordenou o respectivo arquivamento. Da mesma forma, igual tem sido o procedimento do nosso Tribunal em relação a estes fatos”.

É bem verdade, a Terceira Vara Criminal teve a totalidade de seu acervo preservado, o que acaba sendo vantajoso para o historiador que se debruça sobre os processos criminais da época em busca de indícios sobre práticas e comportamentos sociais. Contudo, o que o advogado Rubens Vidal afirmava no processo é que nessa mesma vara os casos geralmente resultavam em absolvição. Vidal poderia ter dito também que apesar da Lei 1.521 preconizar que os casos fossem levados à júri popular, isso tampouco acontecia. Na maioria das vezes, erros processuais cometidos por policiais

e/ou promotores acabavam anulando o caso. Em outros, os juízes determinavam a sentença sem ter que recorrer à júri algum – algo que dificilmente era contestado tanto pelos advogados de defesa como pelos promotores. Em suma, parecia haver pouco interesse em conduzir investigações sobre a “economia popular”.

Essa falta de interesse traz luz a uma questão importante: afinal, se os comerciantes e os fregueses empregavam “táticas” para reduzir sua “insegurança estrutural”, em que momento se depreendia que havia uma “estratégia” que os limitava a posições pré-concebidas? Certeau parte da ideia de que a “tática” age precisamente onde a “estratégia” não consegue alcançar, nas práticas mais subjetivas, individuais e fragmentárias do cotidiano. Mas se for possível conceber que a “economia popular” estaria vinculada a uma “estratégia” do Estado brasileiro para coibir fraudes no comércio, duas conclusões podem ser realizadas. A primeira, de que enquanto “estratégia”, ela não seria plenamente incorporada na luta contra a carestia, o que fica evidente diante da baixa adesão de consumidores nos processos, geralmente mais propensos a apoiarem comerciantes do que policiais no desenrolar processual. A segunda conclusão, por sua vez, acaba emergindo justamente da primeira, pois o principal motivo para que as leis de “economia popular” não fossem amplamente utilizadas como “estratégia” da classe trabalhadora organizada pode estar relacionado com o fato de que não se acreditava na eficácia da legislação no combate à exploração de açambarcadores, especuladores e atravessadores. Dessas duas conclusões se depreende um impasse para o historiador que se debruça sobre essas questões: afinal, a “economia popular” era um instrumento importante na luta contra a carestia? Ou foi uma medida jurídica imposta de cima para baixo sem respaldo “popular” de fato?

3.5 – Os impasses da “economia popular”

Para concluir, creio que seja importante tentar responder a indagação que encerrou o subcapítulo anterior. Avaliar a importância das leis de “economia popular” implica retomar alguns passos que orientaram essa análise. Como procurei demonstrar antes de analisar os processos, o próprio termo “economia popular” passara por mudanças durante o período aqui investigado. De um uso político que se confundia com a antiga “economia de guerra” (de caráter belicoso e nacionalista), o termo passou a ganhar o sentido de proteção das camadas populares perante as flutuações de mercado e, principalmente, perante as ações de atravessadores, especuladores e açambarcadores. Era, dentro de

alguns dos discursos políticos da época, um mecanismo capaz de solucionar o problema da carestia com a participação popular nos processos jurídicos. Contudo, talvez seja possível inferir que as classes populares tinham dúvidas quanto a essa ideia de “proteção” e seus limites específicos. A interpretação polícialasca e fiscalizadora dessa mesma noção esbarrava na ânsia de autuar “criminosos” – no processo de Carlos José Grossi, um dos policiais afirmava que em dezembro de 1945 a delegacia lidara com 200 a 400 intervenções no âmbito da “economia popular” só em Porto Alegre. Entretanto, dado que nenhum dos processos analisados resultou em veredito culpado na Terceira Vara Criminal de 1945 a 1959, seria de se perguntar se esse montante de inquéritos teria conseguido ser de fato eficiente para coibir as práticas fraudulentas dos comerciantes.

Convém dizer que esse índice não significa que houvesse inocência, ou que as fraudes não existiam. Mas poderia se pressupor que na maior parte dos casos, os comerciantes sabiam como regular suas relações para que esses pequenos “desvios” não onerassem seus clientes de tal forma que eles se voltassem contra eles no âmbito jurídico. Ao mesmo tempo, dado que práticas como a “caderneta” aparecem em diversos processos, seria de pressupor que tais comerciantes jogavam com os prejuízos com um cliente e repassavam para outro, invertendo a situação quando possível. Havia, em certo sentido, uma espécie de “tática” mobilizada pelos comerciantes que visava auferir lucros sem correr riscos excessivos. Pode-se supor que o comerciante que não conseguisse esquadrihar suas práticas por esses princípios teria que lidar com o peso da lei e que mesmo o mais cauteloso açougueiro teria que enfrentar policiais entrando em seu estabelecimento. É difícil saber ao certo se existia, da parte dos comerciantes, algum receio de que a polícia os prendesse, assim como também é difícil saber se esse receio fazia com que eles manobrassem suas “táticas” para que suas pequenas fraudes não fossem descobertas.

Por sua vez, juristas e promotores, pareciam ter que encarar a dificuldade de lidar com as mudanças legais que ocorriam no período. Os decretos de 1938 e 1946, assim como a lei de 1951, indicam uma preocupação estatal legítima, mas é possível que nem todos os responsáveis pela jurisprudência estivessem cientes das implicações das leis de “economia popular”. No caso da legislação de 1951, os dispositivos legais que preconizavam a necessidade de participação popular em tais inquéritos foram sumariamente ignorados nos processos analisados. Em nenhum deles os juízes e os promotores convocaram os júris populares para julgar os comerciantes fraudulentos. Muitos desses casos eram construídos de forma frágil e sem evidências sólidas, com

intervenções policiais que beiravam a imprudência. E aqui cabe uma colocação sobre a falta de participação popular nos inquéritos: se as classes populares não podiam participar dos julgamentos, qual o sentido que a legislação de “economia popular” tinha para os trabalhadores e trabalhadoras porto-alegrenses?

Quando Pascoal Mantecca escreveu sobre a história dos crimes contra a economia popular no Brasil, ele advertira que o maior problema da lei 1.521 era de que apesar de toda a sanha persecutória dos populares, o número de absolvições era muito maior do que o de condenados.⁶²¹ Isso até pode ser verdade, embora atualmente seja difícil comprovar tal afirmação por meios quantitativos. Contudo, o que Mantecca e demais comentadores não registraram é que os juízes das varas criminais acabavam não deixando os casos de “economia popular” chegarem ao conhecimento público por meio dos tribunais populares que eram previstos em lei. Faltam subsídios para questionar porque os magistrados fariam isso, mas parece claro, até mesmo pelo conteúdo da legislação, que eram eles as instâncias responsáveis pela exclusão dos jurisdiccionados dos processos aqui citados.

Tal observação se aproxima do que o pesquisador Milton da Mata afirmara em seu texto de balanço sobre o controle de preços na economia brasileira. Segundo o autor, os dispositivos de controle da “economia popular” no Brasil foram esvaziados por conta do que ele chamava de “característica das elites dirigentes”, a dizer, “a crença de que uma nova legislação possa resolver os problemas que continuaram a existir na presença de leis superadas”.⁶²² Enquanto a lei fora atualizada diversas vezes, ainda assim ela não parece ter sido incorporada como prática de resistência. As leis, atualizadas conforme a época, esbarravam em sua própria eficiência e acabavam gerando descrédito justamente daqueles a quem ela se destinava a proteger.

Em última instância, as leis contra “economia popular” pareciam carecer de legitimidade justamente no sentido do termo “popular”. Ao contrário da legislação trabalhista e da chamada “consciência legal dos trabalhadores”⁶²³, o que se percebe aqui é que os operários não estavam interessados em construir um sentido a essa lei que lhes fosse determinante para suas ações “estratégicas” – e, aparentemente, tampouco para as “táticas”. O sentido atribuído às leis, em última instância, não era dado pelas próprias

⁶²¹ MANTECCA, Pascoal. *op. cit.* p. 9.

⁶²² MATA, Milton da. *Controle de preços na economia brasileira: aspectos institucionais e resultados*. IN: Pesquisa e Planejamento Econômico – revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Vol. 10. Nº 3. Rio de Janeiro. Dezembro de 1980. p. 915-917.

⁶²³ FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 10.

classes populares que elas se propunha a defender. Caso isso ocorresse, talvez houvesse defesa, apropriação e ação efetiva dos trabalhadores em torno da legislação, mas tudo indica que não foi isso que aconteceu. Entretanto, o motivo pelos quais essas leis não entraram no repertório das práticas das classes populares parecem ser diversos e podiam até mesmo ser complementares: a falta de confiança nas instituições jurídicas, o receio da interferência policial nos mercados, os laços de solidariedade existentes entre comerciantes e clientes, as práticas de crédito que podiam ser negociadas etc. Mesmo itens como a carne e o leite, centrais nas dietas das classes populares, não eram suficientes para envolver sindicatos, bairros e famílias em disputas de ordem jurídica. Suas estratégias para lidar com a carestia aparentemente passavam longe das disputas de ordem legal e policial que estavam colocadas nos crimes contra a “economia popular”.

Mesmo que não tolerassem a fraude dos comerciantes, esses clientes não buscavam a Justiça para resolver as suas “pendengas” comerciais. Sendo assim, creio que há duas hipóteses que explicam a ausência de denúncias dos fregueses: uma, a de que desconheciam a lei que supostamente os amparava quanto aos crimes contra a economia popular. Levando em consideração o quão recente seria a legislação, seus percalços e sua dificuldade em ser legitimada pelo Executivo em 1951, essa é uma hipótese plausível. A outra, por sua vez, é que leite e carne seriam elementos constitutivos da dieta do “porto-alegrense comum” e que, diante de qualquer fraude, acreditava-se que era através das relações pessoais que se resolveriam as disputas colocadas. Essa, por sua vez, seria uma hipótese tão plausível quanto a primeira. Diante das duas, fica evidente a necessidade de pesquisar um montante ainda maior de processos criminais envolvendo a “economia popular” a fim de encontrar regularidades nas práticas de comerciantes e seus fregueses.

É importante ressaltar também que carne e leite eram valorizados por determinados contextos e situações de luta política. Havia, sem dúvida, um forte componente “moral” em tais produtos e ao que tudo indica, a polícia e os fiscais reconheciam isso. Os valores constituídos para o leite, para a carne e para outros produtos, como visto no capítulo anterior, não implicavam necessariamente em maior ou menor consumo, mas autorizavam os trabalhadores a questionarem ausências no mercado, ou aumentos de preços ilegais. Mas isso muito mais dentro de um plano “estratégico”, por meio de suas organizações de classe, do que propriamente por meio das práticas sub-reptícias analisadas aqui como “táticas”.

No plano da “tática”, por mais que as autoridades políticas bradassem contra os “especuladores”, “atravessadores” e “açambarcadores”, é mais provável que os

trabalhadores porto-alegrenses considerassem que as relações estabelecidas com comerciantes de bairro ou do Mercado Público deveriam ser “pessoalizadas” para que eles pudessem superar a carestia. Entre a lógica de Mercado (que balizava os preços pela oferta e procura) e a intervenção estatal (que tabelavam os preços das mercadorias e contavam com a deferência popular para a fiscalização), estava a “economia moral” dos trabalhadores. Nessa dinâmica, não se encontram manifestações contra um comerciante específico, mas sim contra a “carestia”, contra a “fome”, reivindicando a “panela vazia” como símbolo. Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras consideravam que a luta contra a “carestia” deveria se constituir por uma “estratégia” que valorizasse ações político-institucionais que discutiam o valor dos salários, o congelamento de preços, o combate à inflação, o desrespeito às leis trabalhistas, entre tantas outras pautas da época.

Assim, fica evidente que havia uma distância entre a “economia doméstica” do dia a dia dos trabalhadores e a “economia popular” como pensada pelas autoridades políticas. A “economia doméstica” dessas famílias era imbuída de valores morais que poderiam eventualmente dialogar com o aparato judicial e policialesco das leis de “economia popular”. Mas via de regra, o que se percebe é que havia um certo abismo entre elas. Para a classe trabalhadora porto-alegrense, as regras da sua reprodução e do seu consumo deveriam ser negociadas. O que compravam, como comprava e o que lhes motivava nos mercados e feiras da capital era mais complexo do que a lógica do preço mais baixo simplesmente. As leis de “economia popular” poderiam dialogar com essas práticas e acenaram, em sua construção política, com a possibilidade de participação popular na fiscalização e julgamento de criminosos. Mas nos processos, as tensões entre populares e comerciantes são pequenas, geralmente reduzidas a mal-entendidos pontuais. E ainda que elas existissem, aparentemente não era a partir do aparato legal da “economia popular” que eles resolveriam tais disputas.

Isso não significa dizer que os trabalhadores condenavam a lei, mas sua eficiência era colocada em dúvida quando o que mais se via eram policiais agindo arbitrariamente na repressão aos comerciantes ao mesmo tempo em que o custo de vida seguia aumentando. A prisão de açougueiros, leiteiros e demais comerciantes não reduzia os preços e a única ordem que ela alterava era a das negociações cotidianas do comércio varejista. A carestia seguiria sendo um problema para os trabalhadores ao longo dos anos e, conforme iniciativas como essas fracassavam, a classe encontrava um terreno fértil para radicalizar suas demandas para combater à escassez. As “táticas” de trabalhadores e

comerciantes, como se percebe, não eram suficientes para “mudar o preço do feijão”. Mas tampouco eram as “estratégias” do Estado, da Justiça e da polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Somos oito lá em casa
E o dinheiro não chegava não
Fui obrigado a baixar um decreto
De passar o mês inteiro com um quilo de feijão*

...

*Eu vou ensinar a todos
O que faço para economizar
Compro um quilo de feijão
E sei de cabeça quantos caroços vão dar
Oitocentos e oitenta dividido por oito cento e dez pra cada um.
É dessa maneira que eu faço economia
Cada um tem o direito a três caroços por dia”
(Rey Jordão – “Matemática do Feijão”)*

No final desta tese, apresento um samba popular do compositor Rey Jordão chamado “Matemática do Feijão”, gravada originalmente em 1980. Na música, o cantor ironiza a situação de carestia resolvendo empregar um artifício: o do trabalhador pobre que contabiliza mecanicamente o feijão na “economia doméstica”, mostrando-se um exímio planejador. A ironia, claro, fica por conta do fato de que a dose diária de feijão seria marcada pelo ínfimo valor de “três caroços” por dia. Contudo, convém não enxergar a letra de forma literal e prestar atenção justamente na ironia. Como lembra Emilia Viotti da Costa, “o que as pessoas contam tem uma história que suas palavras e ações traem, mas que suas narrativas não revelam imediatamente”.⁶²⁴ Portanto, a narrativa que a canção emprega parece apontar justamente a dificuldade (ou até impossibilidade) de uma “estratégia” de combate à carestia que fosse essencialmente baseada no racionamento. A carestia, como se sabe, ia muito além dos decretos baixados. Ela era um tema que repercutia em diferentes instâncias: na produção estatística social e na sua formação enquanto campo de conhecimento em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul; nas diferentes searas da política representativa e na estrutura partidária – tanto local quanto nacional; e inclusive até mesmo nas estruturas jurídicas e policiais que se defrontavam contra comerciantes fraudulentos e seus clientes.

Algumas conclusões, contudo, podem ser feitas a partir do que foi escrito até aqui. Inicialmente, cabe ressaltar que há alguns limites em termos de análise para o tamanho da tese aqui presente. Conseguir dar conta de um período tão vasto e com uma

⁶²⁴ COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998. p. 32.

documentação que foi explorada em seus detalhes e apresentar uma síntese é um desafio – e o leitor que acompanhou este trabalho sabe que essa ressalva fora feita ao longo dos capítulos. Todavia, aceitando esse desafio, proponho aqui pensar algumas conclusões possíveis sobre como a carestia impactou a classe trabalhadora porto-alegrense no período, tendo em vista os capítulos desta tese.

Primeiramente, concebo que as múltiplas faces da carestia em Porto Alegre permitem que se fale em pelo menos duas possibilidades de análise para esse fenômeno. Uma delas é justamente o campo da experiência, individual ou coletiva, articulada em diferentes práticas, capaz de relacionar nos hábitos e ações tanto elementos de “estratégia” – ou seja, uma razão capaz de construir valores e costumes sobre uma determinada situação – quanto também elementos de “tática” – ou seja, de ação individual que se recusa a dobrar-se sobre uma determinada “estratégia” imposta aos agentes sociais. Em última instância, o âmbito da experiência da classe e da sua luta política ganham importantes contornos quando notamos que a luta contra a carestia está carregada de práticas que visam negociar, compreender ou até mesmo barrar o aumento no “preço do feijão”.

A outra possibilidade de análise é justamente a da disputa das “estratégias”, dessas construções racionais que buscam interferir numa dada realidade. Nesse caso, a principal disputa que emerge é justamente aquela que advém da incapacidade que certas classes e instituições tinham de “sentir” a experiência de carestia. Isso, contudo, não impedia elas de propor razões que tinham como propósito debater, diagnosticar e solucionar fenômenos que gerassem escassez e fome no seio das classes populares. Por sua vez, os trabalhadores também foram capazes de gerar razões específicas para combater a carestia e, ao que tudo indica, faziam de tal forma que suas estratégias não se colocariam em oposição a táticas que consumidores empregavam nos mercados porto-alegrenses. Se por um lado havia grupos, classes e instituições que visavam lidar com a alta do custo de vida concebendo um controle disciplinar, por outro havia trabalhadores que concebiam estratégias que tinham de dialogar diretamente com suas experiências de classe. Nas tensões entre ambos, a experiência da carestia poderia ser transformada em problema estatístico, em discurso político ou questão jurídica, mas ela sempre abria a possibilidade de analisar, afinal, como trabalhadores e trabalhadoras lidavam com a pobreza, a fome e a escassez.

O que procurei demonstrar nesta tese é que é possível unificar ambas análises. Retomando a ideia de “hegemonia”, apresentada na Introdução, parto de Raymond

Williams para afirmar que o conceito se refere a um processo pelo qual certa dominação é vivida e experimentada. Porém, a noção de experiência engendra uma tensão nessa concepção de “hegemonia”, demonstrando que dado o dinamismo das experiências – sobretudo as de classe, mas não somente – nenhuma “hegemonia” estará pronta e acabada. Por sua vez, a experiência vivida de carestia, nesse contexto específico que analisei na tese, pode ser compreendida como um efeito colateral da “hegemonia” das relações estabelecidas pelo Mercado, considerando que tais relações passaram a invadir diferentes searas da vida social na Porto Alegre do século XX. A partir das tensões que emergiram nesse contexto, construía-se a possibilidade de uma “contra-hegemonia”, algo que pode ser visto de forma incipiente nas “táticas” aplicadas por comerciantes e consumidores nessas conjunturas de carestia, mas também de forma mais “orgânica” a partir de sindicatos, partidos e órgãos públicos que debatiam sobre as “estratégias” necessárias para enfrentar problemas como os da escassez de gêneros alimentícios e da alta de preços.⁶²⁵ Em última instância, a carestia se apresentou, no contexto democrático de Porto Alegre, como uma experiência que colocava limites nas relações de dominação daquela sociedade.

Convém ressaltar que talvez seja temerário tomar “táticas” como práticas que necessariamente engendram uma “contra-hegemonia”. As “táticas” analisadas aqui eram empreendidas por trabalhadores e comerciantes e podem ser lidas como ações limitadas e fragmentárias. Dificilmente poderiam colocar a prova relações de dominação estabelecidas em diferentes âmbitos da experiência da carestia. Mas elas também revelam que havia uma resistência (com fortes contornos classistas) a aceitar passivamente as orientações que o Mercado e o Estado concebiam para eles no âmbito do consumo.

No primeiro capítulo, as operações que podem ser lidas como “táticas” foram poucas e espasmódicas, mas se revelaram a partir da frase específica que abre o capítulo: “isso não vai mudar a vida da gente”. Havia uma desconfiança que rondava os trabalhadores urbanos diante das inúmeras pesquisas que buscavam conceber um “padrão de vida” operário e construir um diagnóstico estatístico preciso sobre como a carestia afetava as famílias. A pequena participação, contudo, não implica que eles estivessem

⁶²⁵ Raymond Williams, ao descrever o marxismo britânico, contribui imensamente para a questão da contra-hegemonia: “Guardar as habilidades existentes, aprender e talvez ensinar novas habilidades, viver as contradições e opções sob pressão de forma que, em vez de denunciá-las ou negá-las, haja uma chance de entendê-las e desviá-las para outra direção”. Ver: WILLIAMS, Raymond. *Notes on Marxism in Britain since 1945*. IN: *New Left Review*, 100. Nov/1976. p. 87. Citado em: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo...op. cit.* p. 97.

alheios a essas pesquisas, mas sim que os estudos se interessavam pouco sobre o que os trabalhadores poderiam falar sobre a escassez de gêneros, sobre o déficit familiar e outros temas investigados.

No segundo capítulo, por sua vez, as táticas começam a ganhar contornos definidos. Quando Julieta Battistoli reivindicava a “mulher operária” e a posição de “dona de casa”, o que estava em jogo não era denunciar a superexploração do trabalho feminino, seus turnos dobrados e os papéis de gênero que submetiam as mulheres ao trabalho doméstico. Tratava-se, na verdade, de uma “tática de gênero” que era empregada justamente num meio dominado por homens que discursavam constantemente sobre a carestia. Era uma forma de ganhar autoridade no assunto, cruzando expectativas de classe e gênero para ganhar legitimidade política nos debates sobre carestia da época. Também no segundo capítulo, é possível perceber outras operações que remetem a noção de “tática”, como quando os trabalhadores compravam verduras, frutas e legumes de ambulantes, pouco ou nada interessados se havia regulamentação nesse mercado específico. Havia um espaço para revelar pequenas “táticas” no debate político da época, embora ele fosse pautado pela pluralidade em termos de “estratégias”.

Contudo, a análise que acabou por privilegiar especificamente as “táticas” empregadas no comércio porto-alegrense foi feita justamente no terceiro capítulo. As ações de comerciantes que eram autuados pela polícia indicam que eles eram agentes que sabiam os limites do que podiam ou não fazer. Pode-se argumentar que açougueiros, leiteiros e outros comerciantes estavam atuando dentro do que Ellen Wood chamou de “imperativo de mercado”, ou seja, a busca pelo lucro que reforçava a relação de propriedade capitalista. Essa era, afinal, a principal motivação para suas pequenas fraudes. Contudo, essas contravenções não eram apenas uma ação pautada pelo discurso jurídico da época, mas sim ações “táticas” que operavam dentro de noções de “justo preço” que os clientes muitas vezes empregavam. Para poder operar uma pequena contravenção, era preciso garantir que seus fregueses ficariam de seu lado e que ele poderia escapar incólume (ou quase) da Justiça. Por outro lado, os fregueses – a grande maioria pessoas da classe trabalhadora porto-alegrense – empregavam também suas “táticas”. Compravam carne para moer em casa, pesando mais de uma vez as peças compradas. Usavam cadernetas para estabelecer um sistema de crédito informal – que muitas vezes acaba onerando os comerciantes. E podiam até mesmo usar da fiscalização policial que existia para pressionar algum mercador que porventura tivesse passado dos limites do que aceitariam em troca do “justo preço”.

Se todos esses atos não significavam necessariamente que uma “contra-hegemonia” estava em formação, ao mesmo tempo significa que as relações de dominação existentes da época poderiam ser questionadas diante das brechas que a experiência de carestia abria aos agentes históricos. E é precisamente através dessas brechas que é possível compreender as “estratégias” enquanto disputa: de um lado, como ações e discursos organizados a partir de uma razão estranha aos sujeitos, procurando **reformular** uma determinada “hegemonia”; de outro lado, como ações e organizações que pretendiam **substituir**, **transformar** e até mesmo **abolir** certas relações de dominação.

No primeiro caso e retomando o primeiro capítulo, é possível perceber que a produção de estatísticas e pesquisas na Porto Alegre de 1945 a 1964 tinha como objetivo diagnosticar, afinal, que fenômeno era esse que abria brechas tanto na ordem política como econômica? O desenvolvimento de pesquisas em centros de estudo revelava uma disposição que não buscava unicamente a quantificação de dados, mas também uma certa “padronização” que poderia consolidar uma “estratégia” que tivesse como foco o “acionamento” dos recursos por parte dos trabalhadores. Havia, é bem verdade, a possibilidade de que a classe trabalhadora e as suas organizações sindicais utilizassem dos levantamentos estatísticos em suas demandas por aumentos salariais, como bem demonstrou Nauber Gavski da Silva – e em certo sentido, esse poderia ser considerado um uso “estratégico” das pesquisas. Mas fica evidente que o sentido “estratégico” por trás das pesquisas estava relacionado à necessidade de mapear a carestia em Porto Alegre – algo que poderia favorecer imensamente as autoridades políticas, os diferentes partidos e até mesmo o patronato empresarial, que se mostrava solícito aos pesquisadores. Em outras palavras, havia aqui uma meta fundamental: a reformulação de uma determinada “hegemonia” existente.

No segundo capítulo, por sua vez, o que procurei demonstrar foi justamente como diferentes “estratégias” foram elaboradas na capital gaúcha durante o período democrático. A carestia, quantificada ou não, era um assunto constante nos debates políticos porto-alegrenses. Partidos e vereadores, operários e sindicatos, patrões e associações de classe, comerciantes e suas redes de relacionamento...nenhum deles negava a existência da carestia, mas as respostas que formularam sobre o tema acabaram mudando conforme o tempo e as lutas empreendidas entre eles. Os partidos de esquerda, como o PCB e o PTB, constantemente desempenhavam um papel de denúncia sobre os efeitos da escassez de gêneros e da alta de preços, geralmente contrastando com o

congelamento salarial. Eles eram também capazes de formular saídas para a carestia, destacando principalmente o fato de que conforme o tempo, mais radicalizadas eram suas formulações. Todavia, as tensões político-partidárias da época abriam espaço para que seus opositores também construíssem discursos que visavam combater a carestia pelos mais diferentes meios, desde a regulação da política econômica nacional até a entrada de novos produtos na dieta do trabalhador porto-alegrense. Havia, em certo sentido, uma disputa para ver quais “estratégias” seriam mais eficazes para lidar com o problema da carestia. Dos debates que emergiram dessa disputa, a eficácia de determinadas estratégias poderia colocar em xeque uma determinada “hegemonia” e consolidar de vez uma “contra-hegemonia”, sendo que essa seria organizada e articulada por sindicatos e partidos que usaram da carestia como forma de propor transformações profundas e imediatas.

Por fim, no capítulo 3, embora as “táticas” tenham se sobressaído na análise, não se pode perder de vista que elas, nos termos propostos por Certeau, só podem operar dentro de uma determinada “estratégia”. Essa “estratégia” seriam as leis de “economia popular”, que em tempos de democracia brasileira ganharam destaque entre líderes políticos, juízes, promotores e policias. Essas medidas legais, jurídicas e policiais visavam consolidar a vigilância sobre os comerciantes e “construir um lugar capaz de ser circunscrito como próprio”⁶²⁶, uma racionalidade jurídica que servisse de base para as relações comerciais da época. Nesse caso, o último capítulo da tese viu precisamente a formação dessa “estratégia” que procurava conceder poder aos trabalhadores para regular os seus próprios mercados. O problema, contudo, é que é possível demonstrar que os trabalhadores pouco ou nada se interessaram com essa proposta. Em parte, porque consideravam que no seu âmbito privado eles já eram capazes de regular o pequeno comércio do qual usufruíam. Mas em parte também porque a estrutura burocrática e policialesca não lhes parecia atraente enquanto alternativa, pois limitava suas ações a papéis já pré-determinados que, em última instância, pouco fariam para diminuir “o preço do feijão”.

Acredito que ao apresentar esse quadro sintético particularmente complexo, restam ainda algumas tarefas. Primeiramente, cabe discutir como as “táticas” e as “estratégias” operavam no mesmo espaço, na mesma época e em alguns casos, na mesma classe. Parto do princípio de que as relações estabelecidas entre elas não são diretas e

⁶²⁶ CERTEAU, Michel. *op. cit.* p. 46.

explícitas, tendo em vista o caráter fugidio das “táticas” e a estrutura organizada que pautava as “estratégias”. Mas ambas operavam a partir das fissuras que a carestia engendrava dentro de determinadas relações de dominação que precisavam se reinventar para que a falta de alimentos não colocasse tudo a perder. Nessas fissuras, por sua vez, havia espaço para concepções morais sobre o mercado de alimentos, sobre “justo preço”, sobre o que se poderia – ou não consumir. Havia também concepções sobre como atuar politicamente quando não havia carne, ou leite, ou pão. Aqui, o “pacto trabalhista” proposto pelo Estado encontrava um espaço que ele tinha pouco poder para transformar: o do âmbito privado.

No plano político-institucional, Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro afirmaram que “a articulação entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista.”⁶²⁷ Contudo, a luta contra a carestia ganhou contornos muito diferentes conforme o tempo e essa sensação de pertencimento a um mesmo programa parece ter sido muito mais negociada. A pressão das determinações domésticas sobre contextos políticos e estruturas socioeconômicas colocou em xeque tanto o domínio do Mercado como o “pacto trabalhista” engendrado no âmbito do Estado. Os trabalhadores, diante desses elementos que consolidavam diferentes projetos hegemônicos, passaram a negociar suas adesões conforme as soluções e os diagnósticos da carestia se aproximavam (ou se afastavam) de suas experiências concretas.

Em última instância, considero que a escassez de gêneros alimentícios e a alta de preços abriu espaço para organizações políticas que desafiaram a ordem hegemônica do Brasil democrático de 1945 a 1964. Demian Melo Bezerra analisa os primeiros anos da década de 1960 no cenário nacional a partir do conceito de *crise orgânica*, ligado diretamente a Gramsci. Em suas palavras, essa crise constituiria um momento histórico em que “os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe”.⁶²⁸ E embora essa análise possa ser discutida a luz de novos trabalhos empíricos que se dedicam sobre o período, parece correto afirmar que

⁶²⁷ SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antônio Luigi; “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano op. cit.* p. 87.

⁶²⁸ GRAMSCI, §23 do Caderno 13. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 60. Citado em MELO, Demian Bezerra. *op. cit.* p. 114.

um dos elementos gestores dessa crise é justamente o impasse sobre a carestia. Afinal, como um problema poderia perdurar por tanto tempo nas grandes cidades brasileiras? Por que, nem Estado e nem Mercado conseguiam resolvê-los? Por que os partidos políticos, embora ativos nessa discussão, não conseguiram consolidar posições concretas para solucionar o problema? Por que, apesar da pressão do operariado urbano organizado, a carestia seguiu sendo uma constante no período democrático brasileiro?

Essas dúvidas exigem, por sua vez, que outras pesquisas sejam realizadas. O que esta tese fez foi, em última instância, demonstrar como a carestia era um tema de debates que colocava as experiências dos trabalhadores em evidência, criando assim tensões que uma determinada ordem hegemônica não conseguira solucionar durante todo o período democrático de 1945 a 1964. A “insegurança estrutural” a que estavam sujeitos os operários, muitas vezes identificada com a carestia, mobilizou categorias de trabalhadores para ir às ruas e exigir respostas para aquilo que lhes afligia dentro da sua “economia doméstica”. Mas também os mobilizava para suas práticas fragmentárias e pontuais. Era necessário sobreviver em tempos de escassez de alimentos, de alta do custo de vida, de preços cada vez mais altos e salários congelados.

Contudo, sobreviver não significa deixar de projetar, criar expectativas e conceber valores. Na elaboração desses valores, por sua vez, é possível afirmar que havia um forte sentido moral e político na forma como os trabalhadores compreendiam a sua economia doméstica. Eles tinham a sua disposição inúmeras “estratégias” de combate à carestia, elaboradas por professores, pesquisadores, partidos, sindicatos, imprensa, patrões, juízes, e policiais. Mas tendencialmente aproximavam-se daquelas que buscavam compreender e dialogar com as suas “táticas”, com aquelas pequenas resistências que visavam protegê-los das intemperes da economia de mercado. É possível afirmar que, durante os primeiros anos da década de 1960, avançara a construção de “estratégias” que visavam solucionar a carestia a partir de uma profunda reforma estrutural na sociedade brasileira e que isso tensionara ainda mais as lutas contra a carestia. Todavia, não se pode negar que a persistência do problema e seus ciclos específicos desgastaram a classe trabalhadora, que buscava soluções mais permanentes para a escassez de gêneros e para a alta de preços.

Todavia, em 1964 ocorre o golpe civil-militar e, a partir desse momento, a carestia perde seu caráter de “disputa”. Não que ela tenha desaparecido das experiências dos trabalhadores urbanos – e os anos de inflação galopante pós-1974 indicam que ela voltaria com novos contornos e ainda maiores tensões sociais. Mas ela não seria mais livremente discutida e comentada. Os projetos para combatê-la agora seriam restritos a economistas

que teriam relativo acesso ao Estado, acompanhados de tecnocratas e militares que faziam vigília para que nada saísse fora do controle do regime ditatorial. Limitada a cálculos estatísticos, a nova concepção de carestia procurava tirar de cena toda e qualquer agência (pública e/ou privada) sobre ela, tornando-se um tema de especialistas. O movimento sindical, por sua vez, adentraria nessa discussão a partir do crescimento da estrutura e do prestígio do DIEESE, que inicialmente era restrito a São Paulo, mas que nas décadas seguintes atingiria escala nacional. Mas em linhas gerais, pode-se afirmar que a partir do golpe de 1964, Estado e Mercado foram reconfigurados no Brasil através de um novo projeto hegemônico. E nessa nova conjuntura, havia pouco espaço para discutir, afinal, o que mudaria “o preço do feijão”.

REFERÊNCIAS

a) Documentação impressa e digital:

Correio do Povo. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho. Museu Dom Diogo de Souza.

Revista Orientação Econômica e Financeira. Biblioteca Irmão José Otão da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH-UFRGS).

Anuários estatísticos do Departamento Estadual de Economia do Rio Grande do Sul – 1943 a 1948. Acervo Histórico da Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

Censos demográficos das capitais brasileiras – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acervo online.

Livro de atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1947-1964). Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1947-1964). Biblioteca Jornalista Alberto André da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Revista Movimento Feminino. Acervo digital da Fundação Maurício Grabois.

Revista Novos Rumos. Acervo digital da Fundação Maurício Grabois.

Tribuna Gaúcha – Jornal do Partido Comunista do Brasil, Rio Grande do Sul. NPH-UFRGS.

Correio da Manhã. Acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A Noite. Acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O Radical. Acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Relatório da Divisão de Ordem Política e Social do DOPS. Gabinete do Delegado. Acervo digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Revista da Associação Comercial Nacional. Acervo digital da Associação Comercial Nacional.

Relação de diretorias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre. Acervo histórico do Sindicato.

Legislação Federal Brasileira. Acervo digital do Senado Brasileiro e acervo digital da Câmara dos Deputados do Brasil.

Processos criminais da Terceira Vara Criminal de Porto Alegre. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

b) Referências bibliográficas:

ACCURSO, Cláudio F. *Estudo macroeconômico de uma região: Estado do Rio Grande do Sul – 1939-1955*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 2005.

AMBONI, Renata D. Mello Castanho. FRANCISCO, Alícia de. TEIXEIRA, Evanilda. *Utilização de microscopia eletrônica de varredura para detecção de fraudes em café torrado e moído*. IN: Revista Ciência, Tecnologia e Alimentos. Vol. 19. N. 3. Campinas: Set./Dez. de 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Ed. Cortez, 1995.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *O coletivo ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade*. Recife: Ed. Arcus-UFPE, 2010.

BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. (org.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2006.

BITTENCOURT, Ícaro. *Patrões e mutualismo operário em Cachoeira na passagem entre os séculos XIX e XX: o caso das sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de maio*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

BOLTANKSI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

BORGHETTI, Luiz Carlos. *Expansão estatal, capitalismo e burocracia*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

BUENO, Luiz de Freitas. *Padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 2. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1958.

- CALLINICOS, Alex. *Making History: agency, structure, and change in social theory*. Boston: Brill, 2004.
- CARVALHO JÚNIOR, Francisco. GARCIA, Eliane Rosa (org.). *Adorável camarada: memórias de Julieta Battistoli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.
- CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. *A política econômica do governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-Economia UFRGS. Porto Alegre, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Vol. 1 – As artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII*. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- CHAYANOV, Alexander. *The theory of peasant economy*. Illinois: Ed. Homewood, 1966.
- CHIBBER, Vivek. *Development from below*. IN: Jacobin Magazine. Issue 19, Fall 2015. Edição online: <https://www.jacobinmag.com/2015/11/development-state-korea-india-nehru-postcolonial-global-south-chibber/>
- COELHO, Gustavo. *Entre a representação e a participação, entre o clientelismo e a autonomia: associações de bairro e política municipal em Porto Alegre (1962-1968)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPG-História UFRGS. 2009.
- COPSTEIN, Jayme. *O riso das urnas*. IN: Praia de Xangrilá, junho de 2010. Endereço eletrônico: <http://praiadexangrila.com.br/2010/06/page/28/>.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.
- CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: ed. USP, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- DALMAZO, Renato Antônio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-1974*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 1992.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DEMIER, Felipe Abranches. *Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo*. IN: Revista Mundos do Trabalho. Vol. 4, N. 8. Florianópolis: UFSC, 2012.
- DIEESE Memória. *Escritórios Regionais. Escritório Regional de Rio Grande do Sul*. [sem data]. Disponível em http://memoria.dieese.org.br/museu/escritorios_regionais/rns.
- DUARTE, Adriano. FONTES, Paulo. *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)*. Campinas: Cadernos AEL, v. 11, n. 20/21, 2004.
- ECKERT, Cornélia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas- RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG em Antropologia, 1985.
- ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
- FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Jorge; *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*; Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge. *Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2000.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880 – 1920)*. Niterói: Biblioteca Ed. UFF, 2006.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *Historia e historiografía de las condiciones de la vida obrera en Buenos Aires y Rio de Janeiro: un analisis comparativo*. IN: Pós-História, Assis/SP, v. 5, 1997.
- FISCHER, Broadwyn. *Direitos por lei, ou leis por direito? Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo*. IN: LARA, Silvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- FISCHER, Broadwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Stanford California. Stanford Univeristy Press: 2008.
- FONSECA, Pedro César Dutra. *O mito do populismo econômico de Vargas*. IN: Revista de Economia Política, v. 31, nº 1 (121), jan./mar. 2011.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FORTES, Alexandre. *Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República*. IN: LARA, Silvia H. MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.) *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas. Editora da UNICAMP, 2006.
- FORTES, Alexandre. (et. alli) *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do trabalho*. Campinas. Ed. Unicamp, 1999.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.
- FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

- FRENCH, John D. CLUFF, Mary Lynn Pedersen. *As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948*. IN: Revista História Social. Nº 7 Campinas, 2000.
- GARCIA, Tomás Coelho. *A luta contra a “carestia de vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista*. IN: Revista Ponto de Vista – revista da IESP-UERJ. Nº 10, outubro de 2013.
- GODELIER, Maurice. *Rationalité & Irrationalité en économie*. Volume 1. Paris. François Maspero, 1983.
- GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice e IUPERJ, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- GOMES, Ângela de Castro. *Reflexões em torno de populismo e trabalhismo*. IN: *Varia História*, nº 28. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Ed. UFMG, dezembro de 2002.
- GONZALEZ, Demosthenes. *Roteiro de um boêmio: vida e obra de Lupicínio Rodrigues*. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2013.
- GRIJÓ, José Carlos. *Pesquisa do padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Revista Estudos e Trabalhos – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas. Número 15. Porto Alegre. Imprensa Universitária, 1960.
- GUSTIN, Fádua Maria de Sousa. *Parlamentarismo e superação dos dissensos: a experiência do governo João Goulart*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1996.
- HERREIN JR., Ronaldo. *Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920 – 1950*. IN: Revista de Sociologia e Política – UFPR. Curitiba: 2000, n.14.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura 1: aspectos da vida da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- HOROWITZ, Roger. PILCHER, Jeffrey. WATTS, Sidney. *Meat for the multitudes: Market culture in Paris, New York and Mexico City over the long Nineteenth Century*. IN: *The American History Review*. Vol. 109. Nº 4. Oxford University Press. Outubro de 2004.
- HORN, Manuela Bittar. *O duplo nível de legalidade e os crimes contra a economia popular no direito penal autoritário: Itália fascista versus Estado Novo brasileiro (1927-1945)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2013.
- IANNI, Octávio. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- JAKOBY, Marcos André. *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG-História UFF, 2008.
- JAMES, Daniel. *Doña María – Historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires. Manantial. 2004.
- KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: Ed. AGE, 2007.
- KONRAD, Diorge Alceno. *Greve Geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935*. IN: *Revista Latino-Americana de História – UNISINOS*. São Leopoldo: Vol. 1, n. 3. Março de 2012.
- LAPOLLI, André. *Cidade-jardim – urbanismo culturalista ou arquitetura ambiente*. Salvador. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 2005.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918 – 1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.) *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, 25 (4), out./dez. 1971.

- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1992.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1988-1930)*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.
- LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editora UNB, 1987.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.
- LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas :a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.
- LOURENÇO NETO, Sydenham. *Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50*. IN: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.
- LYRA, Roberto. *Crimes contra a economia popular; doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Jacinto, 1940.
- JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires: Ed. Manantial, 2004.
- JOBIM, André Vinícius Mossate. *Os ferroviários e o trabalhismo: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2013.
- MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. São Paulo: Ed. Planeta, 2004.
- MANTECCA, Paschoal. *Crimes contra a economia popular e sua repressão*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1985.
- MARÇAL, João Batista. MARTINS, Marisângela. *Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- MARGLIN, Stephen. *Origem e funções do parcelamento de tarefas: para que servem os patrões?* IN: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1980.
- MARSON, Michel Delibari. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de*

- São Paulo, 1900-1920*. IN: Revista Economia da ANPEC. Brasília: V. 9, n. 1. p. 115-142. Jan/abr 2008
- MARTINS, Eloy. “*Um depoimento político – 55 anos de PCB*”. Porto Alegre: Gráfica Palotti, 1989.
- MARTINS, Marisângela T. A. *À Esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil* (Porto Alegre – 1927 – 1957). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Terceiro: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ed. Global, 1985.
- MASINA, Renato. *IEPE: 1953 – 2003. 50 anos de estudos e pesquisas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- MATA, Milton da. *Controle de preços na economia brasileira: aspectos institucionais e resultados*. IN: Pesquisa e Planejamento Econômico – revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Vol. 10. Nº 3. Rio de Janeiro. Dezembro de 1980.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. IN: Revista Outubro – revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Ed. Alameda. n. 14, segundo semestre de 2006.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Ed. Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vício de Leitura, 2002.
- MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas (ensaio de sociologia urbana)*. Porto Alegre. Serviço de Imprensa Universitária, 1951.
- MEILLASSOUX, Claude. *From reproduction to production: a Marxist approach to economic anthropology*. IN: Economy and Society. Vol. 1. Issue 1. London: Routledge, 1972.
- MELO, Demian Bezerra. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de Doutorado. PPG-História UFF. Niterói, 2013.

- MENDONÇA, Sônia Regina. *A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico*. IN: SILVA, Carla Luciana da. CALIL, Gilberto Grassi. KOLING, Paulo José (org.) *Estado e Poder: questões teóricas e estudos históricos*. Cascavel: Ed. Unioeste, 2011.
- MINTZ, Sidney. *Tasting food, tasting freedom: excursions into eating, culture and the past*. Boston: Beacon Press, 1996.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o público – movimentos de mulheres (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2015.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. *Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos 30*. IN: *Revista de Economia contemporânea*. Revista do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol. 1. Nº 1. Rio de Janeiro: Jan-Jul de 1997.
- NARDY, Flávio Correia. *A FARSUL e a luta por Reforma Agrária: violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul (1962)*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: PPG-História UFSM, 2014
- NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.
- NORONHA, Edgard Magalhães. *Dos crimes contra a economia popular*. IN: *Revista de Direito da Universidade Federal do Paraná*. Vol. 2. N. 0. Curitiba, 1954.
- OHWEILER, Otto Alcides. *Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. IN: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O Ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.
- ORLOVE, Benjamin S. *Meat and Strengh: The Moral Economy of a Chilean Food Riot*. *Cultural Anthropology*. Vol. 12, nº 2. Wiley, 1997.
- OSLUND, Karen. *Protecting fat mammals or carnivorous humans? Towards an environmental History of whales*. IN: *Historical Social Research*. Vol. 29, nº 3. The frontiers of environmental History. Leibnitz Institute for the Social Sciences, Center for Historical Research. Munique, 2004.
- OSÓRIO, Jaime. *Estado, biopoder, exclusión: análises desde la lógica del capital*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012.
- PAOLI, Maria Célia; “O trabalhador urbano na fala dos outros”; IN: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *PCB, processo de cassação do registro* (1947). Belo Horizonte: Global Editora, 1980.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A Reinvenção do Trabalhismo no “Vulcão do Inferno”:* um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. *A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo*. IN: Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth. Campinas, v. 14, nº 26, 2009.

PICCIN, Marcos Bolton. *Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo*. IN: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. Vol. 22. Rio de Janeiro. Outubro de 2014.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *Vida e morte do tribunal do júri de economia popular*. IN: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. V. 69, n. 2. São Paulo, 1974.

PINTO, Céli Regina Jardim. *O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)*. IN: Revista Estudos Feministas. Vol. 22, nº 1. Florianópolis, jan-abr. de 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2012.

POSUSNEY, Marsha Piripstein. *Irrational workers: the moral economy of labor protest in Egypt*. IN: *World Politics*. Vol. 46. Nº 1. London: Cambridge University Press. Out. 1993.

PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto de Agosto*. IN: *Voz operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950

PRZEWORSKI, Adam. *Intereses materiales, compromiso de clase y la transición al socialismo*. IN: ROEMER, John E. (comp.). *El marxismo: una perspectiva analítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

PUREZA, Fernando Cauduro. *Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PUREZA, Fernando Cauduro. *Existe uma economia moral dos trabalhadores? Apontamentos para uma história das estratégias operárias durante a Segunda Guerra Mundial*. IN: Revista História e Luta de Classes. Os trabalhadores e suas organizações. Ano 4. Edição n. 5, abril de 2008.

PUREZA, Fernando Cauduro. *Sindicatos como trincheiras: as dificuldades da luta sindical em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial*. IN: Revista Aedos. Nº 4, vol. 1-2. Nov. 2009.

QUEIRÓS, César Augusto B. “*Não há pão, não há padeiro: não se abriu a padaria*”: greves e manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. IN: Revista História e Imagem. Nº 17, outubro de 2013.

QUELER, Jefferson José. *Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 29. Nº 84. Fevereiro de 2014.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890 – 1930)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “*Carne sem osso, farinha sem caroço*”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. IN: Revista de História – FFLCH-USP. Nº 135. São Paulo, 2º semestre de 1996.

RENNER, A. J. *Discursos e artigos (1931-1952)*. Org. por AXT, Gunter. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2000.

ROMERO, Alejandro Gomes. *A carne platina no capitalismo central: relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914)*. Trabalho de Conclusão do Curso de História da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

RUDÉ, George. *A multidão na História – estudo dos movimentos populares na França*. São Paulo: Ed. Campus, 1991.

SABOIA, João L. M. *A razão essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo – 1940/1981*. Rio de Janeiro: ANPEC/PNPE, 1983.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANSEGUNDO, Mario. *Greve operária, repressão policial e anticomunismo: apontamentos iniciais* (Rio Grande, 1949, 1950, 1952). Anais IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2008.

SANTOS, João Marcelo Pereira. *Eletriciários: toda energia é pouca*. IN: I Jornada Nacional de História do Trabalho. Acervo digital do Laboratório de História Social do

Trabalho e da Cultura-UFSC. Florianópolis, 2002. Endereço eletrônico: <http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *O golpe contra os trabalhadores e a democracia*. Acervo digital da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.ftmrs.org.br/arquivos/file_5342f10e7da42.pdf

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2002.

SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. IN: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

SAVAGE, Mike. MILLS, Andrew. *The remaking of the British Working Class (1840 – 1940)*. London: Ed. Routledge, 1994.

SCHINIMANN, Fernando. *A batalha da carne em Curitiba: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, PPG-História Social da UFPR, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. *A produção historiográfica sobre a classe operária no RS: balanço parcial e algumas perspectivas*. IN: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Novas questões de teoria e metodologia da História e Historiografia*. Porto Alegre: Ed. Oikos, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. *A sapateira insubordinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961)*. IN: GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da: *A carga e a culpa*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antônio Luigi. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Coletânea Debates Urbanos*. Vol. 6: Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

- SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2009.
- SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa: Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2014.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias públicas e privadas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854 – 1940). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da. *Grêmio estudantil Júlio de Castilhos: Berço de líderes: elementos para sua história*. IN: LIMA, Otavio Rojas. LEDUR, Paulo Flávio. *Julinho: 100 anos de história*. Porto Alegre: AGE Editora, 2000.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SINGER, Paul. *Guia da inflação para o povo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.
- SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.
- SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: Ed. Oikos, 2014.
- STÉDILE, Miguel Enrique. *Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre (1931-1937)*. IN: Revista Digital EFDeportes. Año 15, nº 151, dezembro de 2010.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005.
- THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: Vol. 1 – A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. Vol. 2 – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas. Ed. Unicamp, 2002.
- THOMPSON, E. P.. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the world: essays toward a Global Labor History*. Boston: Leiden, 2008.

- VASCONCELOS, Roberto Pereira de. *Crimes contra a economia popular*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito LTDA, 1952.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1989.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial/Ed. UNB, 2004.
- WEFFORT, Francisco. *Estado e massas no Brasil*. IN: Revista Civilização Brasileira, nº7, editora Civilização Brasileira, maio de 1966.
- WEINSTEIN, Barbara. *A (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 2000.
- WILSON, Marisa. *Everyday Moral Economies: Food, politics and scale in Cuba*. RGS-IBG Book Series. 2014.
- WOOD, Ellen Meiskins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.
- WOOD, Ellen Meiskins. *From opportunity to imperative: the history of the market*. IN: *Monthly Review*. Vol. 46, nº 3. Nova York. Monthly Press. Julho-agosto de 1994. P. 22-23.
- WOORTMANN, Klaas. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. IN: *Revista Habitus*, vol. 2, nº 1, 2004.